TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2691 • Manaus, quarta-feira, 4 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Intimações

EDITAL
4001477-12.2017.8.04.0000 - Reclamação
Requerente : Ennio dos Santos Baptista
Requerente : Marcelo Augusto Corrêa de Oliveira
Requerente : Necy Freire Vieira
Advogados : Adolpho Alexander V. Randow (160.852/MG), Sarah Campos (128257/MG) e Outros
Requerido : Governador do Estado do Amazonas
Requerido : Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas

FICAM INTIMADOS os Requerentes, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Sarah Campos (128257/MG), Adolpho Alexander V. Randow (160.852/MG) e Outros, do inteiro teor da **DECISÃO** de fl. 217-220, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para emendar o pedido de cumprimento da obrigação de pagar contra a Fazenda Pública aos termos do disposto no art. 534 do CPC/2015.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0007578-75.2013.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível
Embargante : Governo do Estado do Amazonas
Procuradora : Élida de Lima Reis (7458/AM)
Embargada : Construtora Andrade Gutierrez S/A
Advogados : José Maurício Balbi Sollero (30851/MG), João Thomas Luchsinger (A-186/AM) e Outros

FICA INTIMADA a Embargada, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Élida de Lima Reis (7458/AM), João Thomas Luchsinger (A-186/AM) e Outros , do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 46, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, no qual chamou o processo a ordem para tornar sem efeito a inclusão do recurso em pauta ordenada às fls. 44 dos presentes autos, bem como determinou o sobrestamento do presente feito por 60 (sessenta) dias ou ulterior deliberação do Conselho Nacional de Justiça.

Secretaria do Tribunal Pleno
3 de setembro de 2019

EDITAL

0007364-84.2013.8.04.0000 - Agravo Interno Cível
Agravante : Construtora Andrade Gutierrez S/A
Advogado : José Mauricio Balbi Sollero (30851/MG), João Thomas Luchsinger (A-186/AM) e Outros
Agravado : Governo do Estado do Amazonas

FICA INTIMADA a Agravante, por meio de seus representantes legais, Advogados: José Mauricio Balbi Sollero (30851/MG),(7458/AM), João Thomas Luchsinger (A-186/AM) e Outros, do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 54, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, no qual chamou o processo a ordem para tornar sem efeito a inclusão do recurso em pauta ordenada às fls. 52 dos presentes autos, bem como determinou o sobrestamento do presente feito por 60 (sessenta) dias ou ulterior deliberação do Conselho Nacional de Justiça.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0007288-84.2018.8.04.0000 - Cumprimento de Sentença
Exequente : Bianor da Silva Corrêa
Advogado : Josenilson da Rocha Lima (1757/AM)
Executado : Governador do Estado do Amazonas

FICA INTIMADO o Exequente, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Josenilson da Rocha Lima (1757/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 14, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito, se manifestar acerca da petição de fl. 12 e documentos de fl. 13, em que o Estado do Amazonas informa cumprimento do acórdão.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0003964-52.2019.8.04.0000 - Cumprimento de Sentença
Exequente : Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Estado do Amazonas - SINTJAM
Advogado : Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM)
Executado : Estado do Amazonas

FICA INTIMADO o Exequente, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 18, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para, querendo, em 10 (dez) dias, adequar o pedido de cumprimento do Acórdão aos termos do disposto no art. 534 do CPC/2015.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0002097-24.2019.8.04.0000 - Cumprimento Provisório de Sentença
Exequente : Conceição de Maria Palheta Uchoa
Advogado : Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM)
Executado : Governador do Estado do Amazonas

FICA INTIMADA a Exequente, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 24, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para que em 10 (dez) dias, adeque o pedido de cumprimento do Acórdão aos termos do disposto no art. 534 do CPC/2015, sob pena de arquivamento do presente feito.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0002096-39.2019.8.04.0000 - Cumprimento Provisório de **Sentença**
Exequente : Conceição de Maria Palheta Uchoa
Advogado : Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM)
Executado : Governador do Estado do Amazonas

FICA INTIMADA a Exequente, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 7, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para que em 10 (dez) dias, adeque o pedido de cumprimento do Acórdão aos termosdo disposto no art. 534 do CPC/2015, sob pena de arquivamento do presente feito.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0002026-61.2015.8.04.0000 - Cumprimento de Sentença
Exequente : Cristiane de Souza Ferreira
Exequente : Cristiano Augusto Oliveira Carvalho
Exequente : Daniel Brandão de Almeida
Exequente : Ekmer da Silva Queiroz
Exequente : Eliana Taveira Pereira
Exequente : Elias Santos Lopee
Exequente : Elisângela Memória do Nascimento
Exequente : Ellen Cristina Sena Costa
Exequente : Helynne Pessoa Fortes
Exequente : Tânia Frazão Carneiro
Advogado : Douglas Herculano Barbosa (6407/AM)
Executado : Governador do Estado do Amazonas

FICAM INTIMADOS os Exequentes, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 32, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez dias).

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0002007-55.2015.8.04.0000 - Cumprimento de Sentença
Exequente : Edilzeth Rodrigues Queiroz
Exequente : Maria Jucileida Gomes Ribeiro
Exequente : Maria do Socorro Costa Mota
Exequente : Rosy Daniele Batista Sales
Exequente : Jeane de Amorim Freire
Exequente : Ivan Gonzaga da Silva
Exequente : Emanuella Correira Alves
Exequente : Jorge Antônio Evangelista de Oliveira
Exequente : Marilane Michiles da Silva Mendes
Advogado : Douglas Herculano Barbosa (6407/AM)
Executado : Governo do Estado do Amazonas

FICAM INTIMADOS os Exequentes, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 31, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador. Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

EDITAL

0001198-26.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível
Agravante : Gracilete Ribeiro Siqueira
Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Agravado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogada : Caroline Retto Frota (4411/AM)

FICA INTIMADA a Agravante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM), do inteiro teor do **DESPACHO** de fl. 32, proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira, Relator destes autos, para que se manifeste sobre a possível perda superveniente do interesse recursal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com esteio nos arts. 10 e 933, caput, do Código de Processo Civil.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 3 de setembro de 2019

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003946-60.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Reney Viana da Silva - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM) e Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: “Ao exposto, homologo o pedido de desistência e, via de consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.. Cumpra-se “. Manaus, 29 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4003946-60.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Reney Viana da Silva - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM) e Frederico Santos Paiva (6569/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ao exposto, homologo o pedido de desistência e, via de consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Int. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se os autos com a competente baixa no SAJ. ". Manaus, 3 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**, Presidente do Tribunal Pleno, torno público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, sera julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos.

PROCESSO: DIGITAL: MANDADO DE SEGURANÇA CIVEL Nº 0657546-46.2018.8.04.0001. Impetrante: **AMAURY ALMEIDA RODRIGUES FILHO** Advogado**:** Dr**.** Matheus Lobato Beltrão (OAB/AM nº 113.287). Impetrtado: Governador doEstado do Amazonas. Preresidente: Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**. Relator: Exmo. Sr. Desdor. **WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO. Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque. Manaus 03 de setempro de 2019.**

PROCESSO: DIGITAL: MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4002014-37.2019.8.04.0000. Impetrante**: MARCELO BENTES DA SILVA.** Advogados: Drs. Renata Saraiva Affonso Lôbo de Almeida (OAB/AM nº 8.419) e Rebeca Saraiva Affonso (OAB/AM nº 9.782. Impetrados: **GOVERNASOR DO ESTADO DO AMAZONAS, SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS**. Presidente: Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**. Relator: Exmo. Sr. Desdor. **SABINO DA SILVA MARQUES. Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque. Manaus 03 de Setembro de 2019.**

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimações

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem da Exma. Sra. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis**, Relatora nos autos de **Reclamação** nº **4004141-45.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Reclamante **Colmeia Residencial do Bosque Empreendimentos Imobiliarios Ltda-SPE** e Reclamado **Juizo de Direito da 3ª Turma Recursal do Juizado Especial Civel do Amazonas,** fica a parte Reclamante, intimada, na pessoa de suas Advogadas: **Dras. Ana Beatriz da Silva Oliveira 9372/AM, Carolina Ribeiro Botelho 5963/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 263/266, dos autos acima referidos. Em 3 de setembro de 2019. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis.**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **03 de setembro de 2019**

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004179-57.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Kelen Acquati Vieira** (Advogado(a): Dr(a). Victor da Silva Trindade 2991/AM) e **Agravado: Banco Santander S/A** (Advogado(a): Dr(a). José Quagliotti Salamone, Neildes Araujo Aguiar Di Gesu 103587/SP, 217897/SP), **fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). José Quagliotti Salamone, Neildes Araujo Aguiar Di Gesu 103587/SP, 217897/SP, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj**. PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0604391-02.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Karina de Almeida Batistucii, Karina de Almeida Batistuci, Cassia Luciana da Conceição Rocha(685/AM, 9558/AL, 7819/AM**). Apelado: Américo da Costa Araújo**. (Advogado(a): Dr(a).Cassia Luciana da Conceição Rocha, Karina de Almeida Batistucii(7819/AM, 685/AM). **DECISÃO: "**D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0633993-67.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a).** (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula, Isabela Montuori Bougleux de Araujo, Gustavo Henrique Wykrota Tostes(69306/MG, 118303/MG, A1065/AM**). Apelado: Antonio Alves de Carvalho. DECISÃO:** "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0638004-76.2017.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Inv. em Dir. Credit. não Padronizados. (Advogado(a): Dr(a). Giulio Alvarenga Reale, Giulio Alvarenga Reale(1006A/AM, 65628/MG). Apelado: Andrezza de Souza Pires. DECISÃO: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0652206-24.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Allam Ferreira Batista.** (Advogado(a): Dr(a). Fred Figueiredo Cesar, Roger Marques

Mendes, Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola, Fred Figueiredo Cesar(9508/AM, 9516/AM, 10044/AM, 9508/AM). **Apelado: Banco Itau Unibanco S.a. DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003142-92.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: João Paulo da Silva Belo**. (Advogado(a): Dr(a). Michael Lemes Monteiro, Isla Queiroz Monteiro(10013/AM, 14000/AM). **Agravado: Glaicom Luiz Carlot.** (Advogado(a): Dr(a).João Antonio de Souza Junior(1170A/AM**). DECISÃO**: "Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC, não conheço do presente recurso, em razão da ausência de comprovação do recolhimento do preparo. À Secretaria para providencias cabíveis. Cumpra-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004274-87.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Banco Bmg S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)). **Agravado: Mario Savio Vieira de Oliveira.** (Advogado(a): Dr(a). Nataniel Pereira Massulo (12038/AM)). **DECISÃO: (....)** "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada. "**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Nataniel Pereira Massulo (12038/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal**. PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004296-48.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Marcia Tirre Cortines Barreto**. (Advogado(a): Dr(a). Wanderley Pinheiro da Silva(13288/AM). **Agravado: Banco Bradesco S.a.. DECISÃO:** "Pelo exposto, indefiro o pedido de antecipação da tutela recursal ". PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0636029-53.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bonsucesso S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Flaida Beatriz Nunes de Carvalho, Rafael Cinini Dias Costa(96864/MG, 152278/MG). **Apelado: Maria Aurora Leite de Freitas**. (Advogado(a): Dr(a).Mário Jorge da Silva Araújo, Paulo Cesar Rodrigues dos Reis(6570/AM, 4728/AM**). DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0631522-54.2013.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Julieta Simões Mendonça.** (Advogado(a): Dr(a). Fued Cavalcante Sêmen Neto, Jean Cleuter Simões Mendonça, Jonny Cleuter Simões Mendonça(10435/AM, 3808/AM, 8340/AM). **Apelado: Carlos Augusto Araújo Coelho. DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0624466-33.2014.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: M. M. dos S.** C. . (Advogado(a): Dr(a). Cárita Martins Borges Pedroso(7310/AM). **Apelado: Bv Financeira S/A Crédito, B. F. S/A C. F.** e I. . (Advogado(a): Dr(a). Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva, Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei(124899/SP, 21678/PE). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000084-52.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Embargante: Centro de Pesquisa e Ensino Superior da Amazônia Ltda.
Embargante: Amós Alves dos Santos
Embargante: Rubens Pedro de Farias Junior
Advogado: Hermes Pontes Lima Junior (OAB: 13567/AM)
Embargado: Instituto Batista do Amazonas - IBA
Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)
Embargado: Elizeu Rodrigues Lima
Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)
Embargada: Éllem de Lima Chase
Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)
Embargada: Elene de Lima Armond de Melo
Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)
Embargado: Jether de Lima e Lima
Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE APELAÇÃO. INTEGRAÇÃO DO ACÓRDÃO PARA SANAR AS OMISSÕES APONTADAS, SEM, CONTUDO, MODIFICAR O RESULTADO DO JULGAMENTO EMBARGADO. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0000084-52.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0001823-51.2014.8.04.6300 - Apelação Cível, 3ª Vara de Parintins

Apelante: Miguel Correa Mouthinho
Apelante: Creuza de Souza Coelho
Apelante: Merezilda Dias Muniz
Apelante: Francisco Tavares da Silva

Advogado: Valdemir da Silva (OAB: 3018/AM)
Apelado: Raimundo Osmar Simas Novo
Advogado: Paulo Eduardo Borges Guerra (OAB: 5401/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DURANTE A TRAMITAÇÃO DE PROCESSO ANTERIOR, EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0001823-51.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0001850-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Alciney Ferreira de Oliveira
Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM)
Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM)
Advogado: Elisangela Martins de Alencar (OAB: 6948/AM)
Advogado: Raimundo Lazaro M. Silva (OAB: 10640/AM)
Advogado: Gersica Barbosa da Cunha (OAB: 14051/AM)
Embargado: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogada: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA)
Embargado: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ACLARAR O JULGAMENTO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SOBRE AS PARCELAS VENCIDAS. SÚMULA N.º 111 DO STJ.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0001850-43.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração..". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0002426-36.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Cristiano de Oliveira Pinheiro
Advogado: Paulo Felipe da Silva (OAB: 10242/AM)
Embargado: Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS
Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA)
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza
Embargado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ACLARAR O JULGAMENTO. RESTABELECIMENTO DO AUXÍLIO-ACIDENTE A PARTIR DA CESSAÇÃO INDEVIDA. ENTENDIMENTO DO STJ. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002426-36.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0002972-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Jose Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 1047/AM)
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM)
Embargado: Uis Industrial Ltda
Advogado: Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB: 6312/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. REJEIÇÃO DO RECURSO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002972-91.2019.8.04.0000 de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Excelentíssimo Desembargador Relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0212680-33.2009.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: A. Martins Construções Ltda
Advogado: Deborah Moreira da Costa (OAB: 4956/AM)
Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM)
Apelado: Wallace Cavalcante Coimbra
Apelado: Maria do Perpétuo Socorro Lago Coimbra
Advogada: Daiane Paschoalotti Lemos (OAB: 6489/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. MODIFICAÇÃO UNILATERAL DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DAS PARCELAS DO FINANCIAMENTO. CONDUTA ABUSIVA. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO APÓS PAGAMENTO DE VALOR CONTROVERTIDO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALIDADE DAS PARCELAS CONSIGNADAS E DAS DEPOSITADAS EM CONTA-CORRENTE DA CREDORA. INJUSTA RECUSA DA CONSTRUTORA EM EMITIR BOLETOS NOS VALORES CONTRATUALMENTE PREVISTOS. SENTENÇA INALTERADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0212680-33.2009.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0240132-81.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: A. Martins Construções Ltda
Apelante: Alexandre Martins Soares
Advogado: Deborah Moreira da Costa (OAB: 4956/AM)
Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM)
Apelado: Wallace Cavalcante Coimbra
Apelado: Maria do Perpétuo Socorro Lago Coimbra
Advogado: Vitor de Souza Vieira (OAB: 6843/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL, DA ÁREA DE COMUM E DA ÁREA DE LAZER DO CONDOMÍNIO. MAIS DE NOVE ANOS PARA CONCLUSÃO DO EMPREENDIMENTO.

SENTENÇA QUE, DEIXANDO DE RESOLVER O CONTRATO, DETERMINOU MEDIDAS ALTERNATIVAS VISANDO AO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL. FUNÇÃO DE INTEGRAÇÃO DA ATUAÇÃO JUDICIAL COM BASE NO ARTIGO 51, §2º, DO CDC. RECONHECIMENTO DO ATRASO INJUSTIFICADO E AUTORIZAÇÃO DE CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR EM CONFORMIDADE AO IRDR DECIDIDO POR ESTA CORTE. SENTENÇA INALTERADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0240132-81.2010.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0248257-38.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco do brasil S/A
Advogado: Maria Luiza Ribeiro (OAB: 3066/AM)
Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG)
Advogado: Ruy Gama e Silva (OAB: 312A/AM)
Advogado: Marcio Alexandre da Silva (OAB: 2970/AM)
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM)
Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM)
Advogado: Rôsangela Lemos Mello Guimarães (OAB: 2747/AM)
Advogada: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB: 18696A/PA)
Apelada: Edite Sales dos Santos
Advogada: Margarida Maria Leão de Oliveira (OAB: 5185/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS MORAIS. APROPRIAÇÃO DE QUANTIA DEPOSITADA EM CONTA CORRENTE PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.1. A conduta da instituição financeira em apropriar-se de numerário existente em conta corrente sem que se comprove motivação plausível para tanto caracteriza-se como defeito na prestação do serviço, nos termos do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor;2. A indenização de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a título de danos morais é compatível com as circunstâncias do caso, bem como com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;3. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS MORAIS. APROPRIAÇÃO DE QUANTIA DEPOSITADA EM CONTA CORRENTE PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. 1. A conduta da instituição financeira em apropriar-se de numerário existente em conta corrente sem que se comprove motivação plausível para tanto caracteriza-se como defeito na prestação do serviço, nos termos do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor; 2. A indenização de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a título de danos morais é compatível com as circunstâncias do caso, bem como com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade; 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0248257-38.2010.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0600685-16.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Santander Leasing S.a Arrendamento Mercantil
Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS)
Apelado: Márcio José da Silva
Advogado: Antonio Hilton Pereira Dourado (OAB: 5330/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. NÃO COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DA COBRANÇA INDEVIDA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO INCABÍVEL. DANOS MORAIS MINORADOS PARA NÃO ENSEJAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0600685-16.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0604746-12.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Maria Cleida de Santana Uchiyama
Advogado: Frederico Oliveira Albuquerque (OAB: 9146/AM)
Apelado: Mario Sergio Chagas Fernandes
Apelado: Maura Lucia Silva dos Santos Fernandes
Advogado: Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB: 1775/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. INCABÍVEL A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DE RÉU REVEL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0604746-12.2016.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0608111-74.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Getulio Nogueira de Santana
Advogado: Reginaldo Souza de Oliveira (OAB: 8310/AM)
Apelado: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Hugo Neves de Morães Andrade (OAB: 23798/PE)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGADA ABUSIVIDADE DE ENCARGOS E JUROS BANCÁRIOS. NÃO COMPROVAÇÃO. DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DE REFINANCIAMENTO E NÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0608111-74.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0613295-11.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Pan S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 190060/RJ)
Apelada: Lúcia Sena Ramos
Advogado: Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB: A1087/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERA VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. ANULAÇÃO DO CONTRATO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERA VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. ANULAÇÃO DO CONTRATO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para não lhe dar provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0613951-65.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Maria de Fatima D. de Figueiredo
Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM)
Apelado: Manaus Ambiental
Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO DE FATURA DE ÁGUA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OMISSÃO NA SENTENÇA QUANTO AO PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE ECONOMIAS NA UNIDADE CONSUMIDORA FATURADA. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO NA SEGUNDA INSTÂNCIA, CONFORME ARTIGO 1.013, §3º, III, DO CPC. CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA QUE NÃO JUSTIFICOU A COBRANÇA EM DUPLICIDADE NO IMÓVEL DA CONSUMIDORA. RETIFICAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA INTEGRADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0613951-65.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0614360-75.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bradesco S/A
Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM)
Apelada: Maria do Socorro de Sousa Lima
Advogado: Ewerton Carneiro da Silva (OAB: 11062/AM)
Advogada: Ana Barbara Martins Bacelar (OAB: 11404/AM)
Advogado: Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB: 12029/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALEGADA SIMULAÇÃO E INIDONEIDADE DOS DOCUMENTOS DE ALIENAÇÃO DO IMÓVEL. NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO QUE SOMENTE PODE SER INVESTIGADA EM AÇÃO PRÓPRIA. MESMA RAZÃO DE DECIDIR DA SÚMULA N. 195 DO STJ, ANALOGAMENTE APLICADA PELA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE SUPERIOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0614360-75.2015.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0615340-85.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Francineia Souza da Costa
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora: Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 119869/MG)
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA E POSTERIOR CONVERSÃO EM APOSENTADORIA.PARA EFEITOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, DEVEM SER CONSIDERADOS OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS DO SEGURADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA E POSTERIOR CONVERSÃO EM APOSENTADORIA. PARA EFEITOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, DEVEM SER CONSIDERADOS OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS DO SEGURADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lher provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível , em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005565-93.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A (Advogado(a): Dr(a). Florindo Silvestre Poersch, Olavo Cesar Castro Mendes, Alvaro Luiz da Costa Fernandes800/AC, 513A/AM, 831A/AM e Embargado: Maria Ilma Torres de Macedo (Advogado(a): Dr(a). Djane Oliveira Marinho, Hilderley Rego Barbosa, Laiana Rodrigues Gazel, Marciele Marilia Prestes Lins, Jessica Cristina Fonseca Pereira5849/AM, 7654/AM, 8062/AM, 6671/AM, 9519/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Djane Oliveira Marinho, Hilderley Rego Barbosa, Laiana Rodrigues Gazel, Marciele Marilia Prestes Lins, Jessica Cristina Fonseca Pereira 5849/AM, 7654/AM, 8062/AM, 6671/AM, 9519/AM. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005600-53.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Santa Adelvina Empreendimentos Imobiliarios LTDA e Santa Humbelina Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Nelson Willians F. Rodrigues, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues128341/SP, 598A/AM e Embargado: Daniel Praia de Aguiar (Advogado(a): Dr(a). Flávio Rafael Perdigão Guerra8500/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Flávio Rafael Perdigão Guerra 8500/AM. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4006006-40.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: O Estado do Amazonas. Agravado: Maria de Fátima Palheta Pereira. (Advogado(a): Dr(a).Diego Luiz Castro Silva(6402/TO). DECISÃO: "Pelo exposto, monocraticamente, não conheço do agravo de instrumento. Arquive-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4004812-73.2016.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Andreza Periera Maciel (Advogado(a): Dr(a). Yuri Evanovick Leitão Furtado, Lucas Obando de Oliveira10225/AM, 10198am e Agravado: Bradesco Administradora de Consórcios LTDA (Advogado(a): Dr(a). Pedro Roberto Romão209551/SP fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Pedro Roberto Romão 209551/SP. "Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida refere-se à purgação da mora em ação de busca e apreensão em alienação fiduciária mediante o pagamento integral das parcelas vencidas e vincendas, correspondente à tese fixada pelo STJ no REsp Repetitivo n. 1.418.593/MS. No entanto, antes de aplicar o referido precedente, observo que a instituição financeira não demonstrou, na planilha com os valores indicados na inicial, a redução dos juros remuneratórios e demais acréscimos decorrentes do financiamento incidentes sobre as parcelas vincendas que serão totalmente liquidadas com antecipação, deixando de observar o previsto no artigo 52, § 2.º, do CDC c/c súmula n.º 297 do STJ. Diante disso, com base nos artigos 10 e 927, § 1.º, do CPC, determino a intimação do banco Agravado para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a questão ora apresentada. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004627-64.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Jordan de Araujo Farias. (Advogado(a): Dr(a). Jordan de Araujo Farias(12125/AM). Agravado: Cosmoplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.. (Advogado(a): Dr(a).Edson Ferreira Freitas(121567/SP). DECISÃO: "Compulsando os autos de origem, verifica-se à que o Agravante, em momento posterior à interposição do presente agravo de instrumento, renunciou ao cargo em razão de problemas de saúde, o que fora homologado pelo juízo a quo. Diante disso, houve a substituição da decisão interlocutória do objeto do presente agravo de instrumento, prejudicando seu conhecimento, de sorte que é possível não conhecer do recurso monocraticamente, nos termos do art. 932, III, do CPC/15. Pelo exposto, monocraticamente, não conheço do agravo de instrumento. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004171-17.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: LMG Cavalcanti & Cia Ltda.. (Advogado(a): Dr(a). Luis Felipe Avelino Medina, Pedro de Araújo Ribeiro, Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar(6100/AM, 6935/AM, 11441/AM). Agravado: OPX Operadora Portuária e Logística Ltda.. (Advogado(a): Dr(a).Erivelton Ferreira Barreto, Cristiane Rodrigues Silveira(5568/AM, 10838/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, monocraticamente, não conheço do agravo de instrumento. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003471-07.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: R. C. Recebiveis Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Laura Maria Santiago Lucas(4872/AM). Agravado: Cel Consultoria e Gestão Empresarial Ltda-me. DECISÃO: "Pelo exposto, com fulcro nos artigos 932, III e 1.015 do Código de Processo Civil, não conheço do recurso. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003448-95.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Mapfre Seguros Gerais S/A. (Advogado(a): Dr(a). Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques(9446/BA). Agravado: Odilon José Planca. (Advogado(a): Dr(a).Emerson Perkins Lemos de Assis(3715/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, monocraticamente, não conheço do agravo de instrumento. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003446-91.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Suely Inez Cardoso Farias. (Advogado(a): Dr(a). André de Souza Oliveira(5219/AM). Agravado: Maria da Graça Pinto Cardoso Participação Comercial LTDA. (Advogado(a): Dr(a).Rafael Cândido da Silva(6499/AM). DECISÃO: "À vista disso, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, deixo de conhecer do agravo. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002696-89.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Bradesco Saúde S/A. (Advogado(a): Dr(a). Eloi Pinto Andrade, Eloi Pinto de Andrede Junior, Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade, Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade, Andrezza Caldas Vital, Andre Rodrigo Pedrosa Amorim(819/AM, 3840/AM, 3424/AM, 6566/AM, 10723/AM, 10978/AM). Agravado: Regina Coeli Cabral de Abreu. (Advogado(a): Dr(a). Cássio França Vieira, Francinete Segadilha França, Celso Valério França Vieira(4409/AM, 867/AM, 3886/AM). DECISÃO: "À vista disso, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, deixo de conhecer do agravo. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002684-75.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Paulo Rogério de Souza Andrade. (Advogado(a): Dr(a). Cinara de Araujo Nery, Adewal Ferreira do Norte, César Luzardo Os S. Carvalho(13900/AM, 13820/AM, 13875/AM). Agravado: Braga Veiculos Ltda. DECISÃO: "À vista disso, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, deixo de conhecer do agravo.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002533-12.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Iques Oliveira Santos. (Advogado(a): Dr(a). Ademário do Rosário Azevedo, Wiston Feitosa de Souza(2926/AM, 6596/AM). Agravado: Raquel Pacheco Santos. (Advogado(a): Dr(a). Danielle Aufiero Monteiro de Paula., Aldenize Magalhães Aufiero, Aniello Miranda Aufiero, Mário Vitor Magalhães Aufiero(6945/AM, 1874/AM, 1579/AM, 8787/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, monocraticamente, não conheço do agravo de instrumento. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002219-66.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Magnum Industria da Amazonia S/A. (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Ferreira Filipsick, Leonard Batista(408634/SP, 260186/SP). Agravado: Deusilene Ribeiro de Jesus. (Advogado(a): Dr(a).Sergio de Almeida Pimenta(9288/AM). DECISÃO: "À vista disso, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, deixo de conhecer do agravo. Arquive-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000999-67.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Lk Planos Odontológcios. (Advogado(a): Dr(a). Thiago Noronha de Oliveira(12534/AM). Agravado: Daniel Veículos Ltda. (Advogado(a): Dr(a).Marlucia Guimaraes Almeida, Luciana da Silva Couto(5280/AM, 5339/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, monocraticamente, não conheço do agravo de instrumento.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002812-95.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda.. (Advogado(a): Dr(a). Paulo Ricardo da Silva Santos, Fred Andres do Couto Silva(7887/AM, 7695/AM). Agravado: Samel - Plano de Saúde Ltda. (Advogado(a): Dr(a).Adriana Barbosa Sodré Flores, Ivo Paes Barreto, Jean Cleuter Simões Mendonça, Lúcio Rezende Neto, Mônica Possebon Caetano de Castro, Camila Leal de Souza, Caio Feldberg Porto., Jonny Cleuter Simões Mendonça(4273/AM, 735/AM, 3808/AM, 211324/SP, 2051/AM, 7498/AM, 7995/AM, 8340/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, não conheço do recurso.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Habeas Corpus Cível nº 0003746-24.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Impetrante: Lidiane Ramos Neri. Impetrado: Juízo de Direito da 10ª Vara de Família e Sucessões. DECISÃO: "Pelo exposto, declaro prejudicado o presente Habeas Corpus. Arquive-se.". LA

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e Francisley de Oliveira Salles (5526/AM), Johnny de Oliveira Salles (8430/AM) e Tayana Cecília da Silva Frota (7064/AM) - Processo 0000234-33.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução - Agravante : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Agravada : Gabriela Rommana Santana Seixas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM) e Alessandro Dessimoni Vicente (146121/SP) e Marina Iezzi Gutierrez (192933/SP) - Processo 0000274-15.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Repetição de Indébito - Embargante : Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Embargado : Coplast Indústria e Comércio de Resíduos Plásticos Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Andrea Fonseca Oliveira (5959/AM) e Benedito Evaldo de Lima (4821/AM) - Processo 0000294-06.2019.8.04.0000 - Agravo Regimental Cível - Saúde - Agravante : José Ribamar Valente de Araújo - Agravado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Mariana Serejo Cabral dos Anjos Bessa (5985/AM) e César Augusto de Pinho Pereira (17712/BA) - Processo 0000381-59.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Prescrição e Decadência - Embargante : Companhia de Gás do Amazonas - CIGAS - Embargado : Petroleo Brasileiro S/A - PETROBRAS - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Honorato Fernandes de Melo Neto (10248/AM) e Anderson Lincoln Vital da Silva (8525/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (20283/RJ) e Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (9290/AM) - Processo 0000445-69.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Perdas e Danos - Embargante : Adriann Santos da Costa

Embargante : Romel Patrick Santos Lopes - Embargado : White Martins G. Indust. do Norte Ltda

Embargado : Simey Lima de Souza - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Luis Felipe de Souza Rebelo (17593/PE) e Marisa Paiva de Moura (23647/PE) e Diego Henrique Santos dos Anjos (8583/AM) e Gustavo de Araújo Sampaio (10694/AM) - Processo 0000583-36.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Agravante : Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda - (Pedragon - Manaus) - Agravado : Jj Comércio de Materiais, Produtos e Equipamentos Hospitalares Ltda – Epp

Agravado : João Tadeu Tinoco Moraes da Silva

Agravado : Elson Benoliel Oliveira - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e Nicolas Santos Carvalho Gomes (8926/AM) - Processo 0000605-94.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Sustação/alteração de Leilão - Agravante : Banco Bradesco S.a. - Agravado : Gerson de Araujo Sampaio - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Bruno Almeida Mota (22751/CE), Felipe Jose Braga Hortencio Juca (22791/CE), Jose Alencar Alves Filho (23310/CE) e Thiago Bonavides Borges da Cunha Bitar (19880/CE) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) - Processo 0000858-82.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Processo e Procedimento - Agravante : M S Comércio de Móveis LTDA - Agravada : Elena Brito Fagundes de Sá Barbosa - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (805A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0000979-13.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Auxílio-doença Previdenciário - Embargante : Raquel Lima Rodrigues - Embargado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Daniela Avila (54348/PR), Fabio Forti (29080/PR), Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM), Henrique Otto Benites Mahlmann (80516/PR) e Sergio Luiz Piloto Wyatt (36342/PR) e Graziela Coelho Silva (357616/SP) e Marco Vanin Gasparetti (207221/SP) - Processo 0001064-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Recuperação Judicial e Falência - Embargante : Hoje Sistemas de Informática Ltda - Embargado : Tim Celular S/A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (805A/AM) e Dra. Sandra Cal Oliveira e Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) - Processo 0001437-30.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Auxílio-acidente (Art. 86) - Embargante : Alessandro Rocha de Souza - Embargado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM) e Dra. Sandra Cal Oliveira e Márcio Leandro Deodato de Aquino (869A/AM) - Processo 0001470-20.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração

Cível - Regularidade Formal - Embargante : Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Embargado : Neilom Franco da Silva - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Roberto Carlos Keppler (68931/SP) e Alberto Bezerra Melo (2015/AM) - Processo 0001479-79.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Assistência Judiciária Gratuita - Agravante : ABF Administração e Participação LTDA - Agravado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Alessandra Caroline Oliveira Mota (6359/AM) e Denise Moura Macedo da Silva (4464/AM) e Ricardo Mendes Lasmar (5933/AM) - Processo 0001526-24.2017.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Nulidade / Anulação - Agravante : Rafael Grossi Lobo Martins - Agravada : Tatiana Silva Grossi Martins - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (805A/AM) e Dra. Maria José da Silva Nazaré e Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) - Processo 0001561-13.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Francisco Januário de Sousa - Embargado : INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

Embargado : Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (805A/AM) e Dra. Sandra Cal Oliveira e Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) - Processo 0001568-05.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Maria das Dores Santos da Silva - Embargado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (2859/AM) e Luciane Barros de Souza (4789/AM) e Dra. Maria Jose da Silva Nazaré e Raimundo Edson Torres Lima (8732/AM) - Processo 0001702-32.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Descontos Indevidos - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargada : Maristela Rodrigues Souza - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM) e Aline Hungaro Cunha (275420/SP), Eduardo Boccuzzi (105300/SP) e Vito Antonio Boccuzzi Neto (99628/SP) - Processo 0001953-84.2018.8.04.0000 - Agravo Regimental Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução - Agravante : Eram Estaleiro Rio Amazonas Ltda. - Agravado : Primex Steel Trading GMBH - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Bruno Bianchi Filho (4912/AM), Fabrizio de Souza Barroso Grosso (4473/AM) e José Mario de Carvalho Neto (4861/AM) e Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM) - Processo 0002119-53.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Perdas e Danos - Embargante : Aliança Incorporadora Ltda - Embargado : Graciliano Jonas Lopes Gonçalves - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Dra. Maria José da Silva Nazaré e Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) e Wilson Molina Porto (805A/AM) - Processo 0002129-29.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - Embargante : Instituto Nacional de Seguridade Social - Embargado : Euros Bacury de Lucena - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Fabio Martins Ribeiro (449A/AM) e Dra. Maria Jose da Silva Nazaré e Raimundo Edson Torres Lima (8732/AM) - Processo 0002190-84.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Descontos Indevidos - Embargante : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargada : Maristela Rodrigues Souza - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (805A/AM) e Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) e Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Processo 0002195-09.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - Embargante : Euros Bacury de Lucena - Embargado : Instituto Nacional de Seguridade Social - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM) e Fred Andres do Couto Silva (7695/AM) e Paulo Ricardo da Silva Santos (7887/AM) - Processo 0002210-75.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Samel - Plano de Saúde Ltda - Embargado : Hospital e Maternidade Santo Alberto Ltda. - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Janne Sales Gomes (3045/AM) e Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM) e Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP) - Processo 0002332-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Contratos Bancários - Embargante : Stanny Carla Cruz Azedo - Embargado : Banco Cruzeiro do Sul S/A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (9442/AM) e Andrei Farias de Barros (6074/AM) - Processo 0002343-20.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - Embargante : Solange Maria Santiago Morais - Embargado : Richard Barreto Sidi - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Aldemir Ferreira de Paula Augusto (20301/PE), Anchieta Guerreiro Chaves Junior (20127/CE) e Celso Luiz de Oliveira (77977/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0002384-84.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - Embargante : Tintas Hidracor SA - Embargado : Y M Krul Comercial / Me

Embargada : Yara Mendonça Krul - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: André Frossard Albuquerque (302000A/SP), Caetano Berenguer (135124/RJ), Eloi Pinto Andrade (819/AM), Eloi Pinto de Andrade Junior (3840/AM), Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (3424/AM), Fabiano Robalinho Cavalcanti (95237/RJ), Ian Von Niemeyer (211103/RJ), João Lucas Pascoa Bevilacqua (357630/SP), Lívia Ikeda (163415/RJ), Marcelo da Silva Carlos (7366/AM), Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM), Renato Caldeira Grava Brazil (305379/SP) e Sergio Santos do Nascimento (305211/SP) e Daniel Silva Chaves Amazonas Menezes - Processo 0002409-97.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Telefonia - Embargante : Vivo S/A - Embargado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Ivi Martins do Nascimento (11105/AM) e Raquel Natalina Brito Silva (10323/AM) e Rodrigo Badaró de Castro (2221A/DF) e Tatiana Maria Mello de Lima (15118/DF) - Processo 0002545-94.2019.8.04.0000 - Agravo Regimental Cível - Multa Cominatória / Astreintes - Agravante : Manoel Loureiro do Nascimento

Agravante : Maria Eglaiz Maia Nascimento - Agravado : Claro S/A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Edilson Batista de Menezes Junior (26464/BA) e Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM) e Andrade Gc Advogados (5797/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) - Processo 0002573-62.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Agravante : Condomínio Residencial Islamorada - Agravado : Construtora Capital S/A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (6552/AM) e Thiago Rodrigues Abreu (7113/AM) e Leonardo Sperb de Paola (16015/PR) - Processo 0002612-59.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Transporte de Coisas - Embargante : CM Distribuidora de Alimentos Ltda - Embargado : MAC Cabotagem Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Beatriz de Souza Souza (12761/AM), Kon Tshi Wang (4646/AM) e Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP) e Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza (1520/AM) - Processo 0002631-65.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Desapropriação de Imóvel Urbano - Embargante : João Rebouças de Almeida - Embargado : Clube dos Subtenentes e Sargentos de Humaitá - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Leonardo Sperb de Paola (16015/PR) e Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (6552/AM) e Thiago Rodrigues Abreu (7113/AM) - Processo 0002653-26.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Transporte de Coisas - Embargante : MAC Cabotagem Ltda - Embargado : CM Distribuidora de Alimentos Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Adnilso Gomes Nery (4124/AM), Aline Jesus de Souza (8999/AM) e Dra. Sandra Cal Oliveira e Fabio Martins Ribeiro (449A/AM), Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) e Luciane Barros de Souza (4789/AM) - Processo 0002665-40.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Auxílio-doença Previdenciário - Embargante : Clemilton Rodrigues de Freitas - Embargado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev

Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Marcus Vinicius Bergo Coelho (138958/MG) e Claudevan de Souza Pereira (7800/AM), Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (7665/AM) e Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM) - Processo 0002730-35.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - Embargante : Marcus Vinicius Bergo Coelho - Embargado : Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - CEMOM - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Gláuria Giselle Chaves Henriques (6692/AM) e Elaise Moss Portela (7689/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM), Emilly Bianca Ferreira dos Santos (14369/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Camara Junior (2834/AM) - Processo 0002734-72.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Liminar - Embargante : Luiz Wenceslau Cavalcante Moura - Embargado : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Marcelo Carvalho da Silva Mayo (14300/AM) e Rodrigo Banayon Pontes Serudo (11132/AM) e Auton Francisco Furtado Maia (5821/AM), Carla Josefina Lima de Lima (9783/AM) e Roberto Marques da Costa (4135/AM) - Processo 0002867-17.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Obrigações - Embargante : Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda

Embargante : Direcional Engenharia Ltda - Embargado : Condomínio Gran Vista Ponta Negra - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Dorismar Martins Masiero (A1083/AM) e Mary Marumy Bastos Takeda (4107/AM) e Helen Susane Machado de Miranda (7627/AM), Karen Esther de Queiroz Noronha (9293/AM), Pôlly Weudson Fernandes de Souza (1588/RR), Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM) e Silas Araújo Lima (1738/TO) - Processo 0002945-11.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Rosa Chaves Amorim - Embargado : Basa S/A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Janilson da Costa Barros (13152/AM) e Rogério Pena Bento da Silva (9960/AM) - Processo 0003008-36.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargada : Doly Panduro Rengifo - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM) e Pedro Câmara Junior (2834/AM) e Viviane Ribeiro Cardoso (8521/AM) - Processo 0003123-57.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Planos de Saúde - Embargante : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Embargado : Antônio de Souza Galúcio - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Dra. Noeme Tobias de Souza e Ernando Simião da Silva Filho (9069/AM) - Processo 0003146-03.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Jonas de Lima Maquiné

Embargante : José Raimundo Almeida Costa
Embargante : José de Ribamar Alves Ferreira
Embargante : Haroldo Beltrão da Cunha
Embargante : João Bosco Gomes da Silva
Embargante : Francisco Lopes Miranda
Embargante : Juacy da Silva Ramos
Embargante : Joao Pingarilho Neto
Embargante : José da Silva Marques
Embargante : Gerson dos Santos Santarém - Embargado : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Caroline Retto Frota (4411/AM), Dra. Maria José da Silva Nazaré e Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM) - Processo 0003150-40.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Maria Clara Stone Alencar e Outros

Embargante : Salvina Alves Pontes
Embargante : Zeni Bruce Serudo - Embargado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Dra. Sandra Cal Oliveira, Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) e Luciane Barros de Souza (4789/AM) - Processo 0003155-62.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Obrigações - Embargante : Osmar de Vasconcelos Lima

Embargante : Moadir da Rocha Vieira
Embargante : Nilson das Chagas Cortez
Embargante : Raimundo Vieira de Castro
Embargante : Ricardo Coelho de Souza
Embargante : Roberto Cardoso
Embargante : Sebastião Barros do Lago
Embargante : Valdeir da Rocha Falcão
Embargante : Moisés Brito de Oliveira - Embargado : O Estado do Amazonas
Embargado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Carlos Alexandre M. de C. Martins de Matos (2364/AM) e Luciane Barros de Souza (4789/AM) - Processo 0003157-32.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Raimundo Nonato Santos Sa Barreto

Embargante : Joaquim Nunes Ribeiro
Embargante : Paulo Nunes Serra
Embargante : Manoel Carlos da Silva
Embargante : Jose Maria Almeida Borges
Embargante : Adalberto José Martins Borges
Embargante : Jessé Rosa do Carmo
Embargante : Edy Soraya Bezerra Gomes Castro
Embargante : Aurimar Cordeiro Mesquita
Embargante : Antônio Cardoso do Nascimento - Embargado : O Estado do Amazonas
Embargado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (2364/AM) e Dra. Maria José da Silva Nazaré - Processo 0003159-02.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Leandro Rocha de Lima

Embargante : Reginaldo Rodrigues Teixeira
Embargante : Willians Alves Damião Ramos
Embargante : Thayná Rosyme Dantas Gondim
Embargante : Stanley da Silva Costa
Embargante : Risely dos Santos Araújo
Embargante : Paulo Cesar Pereira de Oliveira
Embargante : Neri Mendes da Silva
Embargante : Marcleuton Paranatinga Sousa
Embargante : Raimundo de Jesus da Silva Cordeiro
Embargante : Lucivaldo Monteiro de Oliveira - Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (2364/AM) e Dra. Noeme Tobias de Souza - Processo 0003161-69.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Antonio Campelo Chaves
Embargante : João Batista da Silva
Embargante : Luzimildo Gonalves de Paula
Embargante : Jucy da Silva Andrade
Embargante : Argemiro Oliveira Coelho - Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Clara Maria Lindoso e Lima (2602/AM) e Dra. Maria José da Silva Nazaré - Processo 0003162-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Luiz Barbosa de Oliveira
Embargante : Luiz Carlos Pereira
Embargante : Luiz João Santos de Oliveira
Embargante : Manoel Ailton Gomes da Silva
Embargante : Marcos Souza Bambergue
Embargante : Mario de Souza Maia
Embargante : Nilson Ribeiro dos Santos
Embargante : Mario Jorge Lopes da Costa
Embargante : Miguel da Silva Xavier
Embargante : Luiz Carlos da Silva Costa - Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Dra. Noeme Tobias de Souza e Isabella Peres Russo (3198/AM) - Processo 0003164-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Obrigações - Embargante : Arnaldo Rodrigues Melo
Embargante : Jose Stalin Maia Martins
Embargante : Enoc Ferreira Sombra
Embargante : Francisco Nonato de Freitas
Embargante : Francisco Soares de Souza
Embargante : Gerson Antonio Bandeira do Nascimento
Embargante : Ovídio Santos da Silva
Embargante : Sebastião Cardoso Pereira
Embargante : Raimundo Silva de Lima
Embargante : Bernaldino Oliveira da Silva - Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Luciana Barroso de Freitas (5144/AM) e Luciane Barros de Souza (4789/AM) - Processo 0003166-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Maria Amélia Melo dos Santos
Embargante : Maria Cées de Paula Ferreira
Embargante : Maria das Graças Nobre da Silva
Embargante : Maria Edite da Silva Mendonça
Embargante : Valdenice Castro Ferreira
Embargante : Raimunda Cascais da Silva
Embargante : Maria Amélia Melo dos Santos - Embargado : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Felipe Andres Acevedo Ibanez (206339/SP) e Ruciley Tavares Vinente (8834/AM) - Processo 0003181-60.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Processo e Procedimento - Embargante : Banco Safra S.A. - Embargado : Ivanelson da Cruz Trindade - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Ivana da Cunha Leite Ruiz (4814/AM) e Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (5715/AM) e Fabiano Buriol (7657/AM) - Processo 0003207-58.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Revogação/anulação de Multa Ambiental - Embargante : Djalma de Souza Castelo Branco - Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM) e Fabio Lindoso e Lima (7417/AM) - Processo 0003232-71.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Alienação Fiduciária - Embargante : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Embargado : Luiz Carlos Rodrigues - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Maria José da Silva Nazaré e Ana Carolina Amaral de Messias (9171/AM) e Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (8974/AM) - Processo 0003625-93.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargada : Valquíria Siqueira Paiva - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: André Luiz Mouco Fernandes (5017/AM) e Dra. Sandra Cal Oliveira e Jose Felix de Oliveira Brandao (11862/AM) - Processo 0003815-56.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Pensão Por Morte (Art. 74/9) - Embargante : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado : Nidja Grasiele Clark Pontes e Silva - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Fabrizio de Souza Barroso Grosso (4473/AM), José Mário de Carvalho Neto (4861/AM) e Leonardo Marques Bentes da Cunha (12565/AM) - Processo 0004121-25.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Efeitos - Agravante : Construtora Capital S/A
Agravante : Eridano Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Agravado : Condomínio Residencial Liverpool - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Bruno Alecrim de Lima (6440/AM) e Ivo Paes Barreto (735/AM) e Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM) - Processo 0004211-67.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Propriedade - Embargante : Daniel Pertoti dos Reis - Embargado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Irandy Rodrigues da Cruz (3294/AM) e Braulio Ghidalevich (2248/AM) e João Paulo Bezerra de Freitas (12210/AM) - Processo 0004238-16.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Emanuel Machado Pinheiro Salazar - Embargado : Editora Ana Cassia LTDA - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Valdeci Soares da Silva (192667/SP) e Valdeci Soares da Silva (A600/AM) e Barbara Carvalho Ipiranga (11424/AM), Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (11441/AM), Luciana de Fátima Llanos Aguirre (11948/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM), Magda Raquel Guimarães Ferreira (163055/SP) e Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) - Processo 0004270-89.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Perdas e Danos - Embargante : Gasparino, Fabro,,lebarbenchon, Roman, Sachet e Marchiori Sociedade de Advogados - Embargado : Prisma Fomento Mercantil Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: João Lucas Pantoja Vieira (9982/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0004397-56.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : J. L. Chaar Simao - Amazon Print - Embargado : Ecovec Construção Eireli EPP - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Mizzi Gomes Gedeon (14371/MA) e Paulo Fernado Paz Alarcon (37007/PR) e Raul Góes Neto (8203/AM) - Processo 0004399-26.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Embargado : Jorge Luiz Jordão - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Thais Bentes Leonel (163576/MG) e Edgar Altino de Mauro Teixeira Filho (3113/AM) - Processo 0004407-03.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Massa Falida Pavcon Pavimentação Ltda - Embargado : Concretec – Tecnologia de Concreto Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Guilherme Carvalho Melo (11086/AM) e João Antônio da Silva Tolentino (2300/AM) e Antonio Hilton Pereira Dourado (5330/AM) e Shelby Moreira Finicelli (5684/AM) - Processo 0004612-32.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Maria Julia Lucena da Costa e Silva Pereira

Embargante : Alceu Tomaz Pereira - Embargado : Darlan Vieira de Souza - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0004653-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Terezinha Maciel dos Santos - Embargado : O Município de Manaus - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Vitor de Souza Vieira (6843/AM) e Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0004696-33.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Efeitos - Agravante : Evellyn Priscilla Omena Garcia - Agravado : Banco Bradesco S/A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Leonardo Guimarães Brito (4096/AM) e Pablo da Silva Negreiros (4227/AM) e Tatiana Meneghel (12904/SC) - Processo 0004717-09.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Yara Rebeca Albuquerque Marinho - Embargado : Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Francisco Lelis de Moura Junior (23289/PE), Manuela Motta Moura da Fonte (20397/PE) e Simone Alves da Silva (29016/PE) e Ademar Lins Vitório Filho (5269/AM) - Processo 0004725-83.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Efeitos - Agravante : Icatu Seguros S/A - Agravado : Carlos Alberto Carvalho Brito - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Alexandre Miranda Lima (131436/RJ), Pablo Bruzzone (159485/RJ) e Renata Marinho Macedo (104613/RJ) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0004743-07.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Liminar - Agravante : Telemar Noste Leste S/A - Agravado : Prefeitura Municipal de Apuí/am - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Eloi Pinto Andrade (819/AM), Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (46/AM), Eloi Pinto de Andrede Junior (3840/AM) e Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM) e Renzzo F. Romano (6242/AM) - Processo 0004757-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Liminar - Embargante : Guilherme Martins de Araújo - Embargado : Condomínio Residencial Jardim Europa - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: José Abelardo de A M Santos (3551/AM) e Waldenize Roberto Teixeira (4699/AM) e André Luiz da Silva Lopes (8548/AM) e Fabio Agustinho da Silva (2776/AM) - Processo 0004791-63.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Efeitos - Agravante : Ronaldo Bom Stark - Agravado : Italmir Postigo de Albuquerque - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Benedicto Celso Junior (1133A/AM) e Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM) e Wagner Lima da Costa (9985/AM) - Processo 0004817-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Contratos Bancários - Embargante : Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Embargado : Francisco Wandemberg Martins Pinto - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Adriana Ferreira do Nascimento (5498/AM) e João Bosco A. Toledano (1456/AM) e Eduardo José Silva dos Santos (7171/AM) - Processo 0004846-14.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Mg Administração e Participações Ltda Sucessora de Mavel Manaus Veículos Ltda - Embargado : Selene Teixeira Dias - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Beatriz Fernandes Genaro (247172/SP), Igor Donato de Araújo (242346/SP) e Vinicius Cervantes Gorgone Arruda (314906/SP) e Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (7981/AM) - Processo 0004866-05.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : The Gillette Company

Embargante : Procter & Gamble do Brasil S/A - Embargado : Y.w Comércio de Materiais Escolares Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Dra. Sandra Cal Oliveira e Fabio Martins Ribeiro (449A/AM) e Anna Claudia Ferraz Rocha (8874/AM) - Processo 0004872-12.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado : Gustavo Augusto Bastos Domingos - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Antonio Braz da Silva (1026A/AM) e Evelyn Campelo Loureiro (5298/AM) e Monica Antony de Queiroz (2043/AM) - Processo 0004986-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Efeitos - Embargante : Banco Itaucard S/A - Embargada : Regina Cristina Lima da Silva - Relator: Paulo César Caminha e Lima

ADV/REP.: Osni Amaral Santana (1959/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Dra. Sandra Cal Oliveira e Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (7981/AM) - Processo 0005222-97.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Perdas e Danos - Embargante : O Município de Manaus - Embargada : Maria da Conceição Delgado do Nascimento - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Thiago Andrade de Oliveira (7671/AM) e Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG) - Processo 0005223-82.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Acidente de Trabalho - Embargante : Simão Massud Ruffeil Neto - Embargado : Banco Bonsucesso Consignado S.A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Polyne Maressa da Mota Lopes (13523/AM) e Wallison Daniel Dias Oliveira (8932/AM) e Edgar Portela da Silva Aguiar (9941/AM) e Milton A. Rivera Reyes (9851/AM) - Processo 0005341-58.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Condomínio Residencial Parque Lusitano - Embargado : Geraldo Felizardo de Souza

Embargado : Maria das Dores Tavares de Oliveira - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) e Thiago Bonavides Borges da Cunha Bitar (19880/CE) - Processo 0006132-61.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Rescisão do Contrato e Devolução do Dinheiro - Embargante : Elena Brito Fagundes de Sá Barbosa - Embargado : M S Comércio de Móveis LTDA - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Edgard Angelim de Alencar Ferreira (3995/AM) e Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM) e Luis Eduardo Pereira Sanches (39162/PR) e Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (35463/PR) - Processo 0006619-31.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Seguro - Embargante : Linda Adriana de Carvalho Correa - Embargado : Hdi Seguros S/A - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Karina de Almeida Batistuci (9558/AL) e Juliana Ferreira Correa (7589/AM) e Natasha Uchôa Paiva (7644/AM) - Processo 0006650-51.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução - Agravante : Sul América Companhia de Seguro Saúde - Agravada : Maria Jair Costa Ferreira - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Isaltino José Barbosa Neto (9055/AM) - Processo 0006677-34.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargado : Ranai Albuquerque de Oliveira - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM) e Durcilene Ferreira Franco Rodrigues (39927/DF) e Silvia Barra Caminha (19873/DF) - Processo 0006704-17.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Levantamento de Depósito - Agravante : O Estado do Amazonas - Agravado : Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Mauro da Gama Monteiro (9734/AM) e Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (2992/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0007092-17.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - Embargante : I. M. de S. - Embargada : A. K. de L. M. - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Leon Fábio Silva Leal (8413/AM) - Processo 0007198-76.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Atos Processuais - Embargante : Nortimóveis Empreendimento Imobiliarios Ltda - Embargado : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Embargado : Fabiola Leal - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM) e Lucas de Castro Rivas (46431/DF) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM) - Processo 0007247-20.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Jurisdição e Competência - Embargante : Banco Bradesco S.a. - Embargado : Friller Brasil Alimentos Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Aldemir Doce da Fonseca (113A/AM) e Anderson Freitas da Fonseca (114879/RJ) e Luiz Fernando Mafra Negreiros (5641/AM) e Tatiane Medina Oliveira (6336/AM) - Processo 0007276-70.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Dissolução - Embargante : Jose Eugenio Aubert da Rocha Junior - Embargado : Ger - Clinica Cirurgica Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Bruna Lucena dos Santos (9653/AM), Emmanuel Michel Harraquian Filho (3342/AM) e Julieth Brasil Pinheiro (9172/AM) e Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) - Processo 0007443-87.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Recurso - Agravante : Oton Gomes de Oliveira - Agravado : Ceprodonto Clinica Odontologia
Agravada : Anne Caroline Nogueira Barroso
Agravada : Flavia Gabriela Nogueira Barroso - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Eduardo Arruda Alvim (118685/SP), José Manoel Arruda Alvim Neto (12363/SP) e Patricia Schoeps da Silva (256753/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0008044-93.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : Banco Bradesco S/A - Embargado : Município de Rio Preto da Eva - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Élida de Lima Reis (7458/AM) e Clinger Belém Pereira (5340/AM) - Processo 0014026-64.2013.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Aposentadoria Por Invalidez - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargado : José Benedito Aparecido da Silva - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem da Exma. Sra. Desª. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 16.09.2019, às 9:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas

34º SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
PAUTA DE JULGAMENTO - 16/09/2019 às 09:00

PRESIDENTE: Exmo(ª). Sr(ª). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
SECRETÁRIO(A): Pollyana de Souza Bastos Lisciotto

I - Leitura da Ata
II - Leitura de Acórdãos
III - Passagem (Relatórios para Revisão)
IV - Julgamentos Designados
V - Pauta de Julgamento

Apelação Cível nº0626089-35.2014.8.04.0001
Origem:9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Multi Meios Assessoria Empresarial Ltda
Advogados:Dra. Luana Mariah Fiuza Dias (310617/SP) e outros
Apelado:Placibrás da Amazônia Ltda
Advogados:Dr. Fernando José Garcia (134719/SP) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4002681-91.2017.8.04.0000
Origem:3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravantes:Cabea - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Estado do Amazonas, Banco Bradesco S/A. e Banco Alvorada S/A
Advogados:Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto (12363/SP) e Dr. Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (118685/SP)
Agravado:José Ilde Mota Ramos
Advogado:Dr. Valter de Souza Neves (4807/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº4002932-41.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravado:Franciney Araujo de Oliveira
Advogada:Dra. Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4001644-92.2018.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública
Agravante:Marcelo José de Lima Dutra
Advogados:Dr. Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM), Dra. Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM) e Dr. Ruy Silvio Lima de Mendonça (867A/AM)

Agravado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora:Dra. Maria Cristina Vieira da Rocha
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Remessa Necessária nº0000028-93.2014.8.04.4300
Origem:Vara Única de Guajará
Juiz Prolator:Antonio Itamar de Souza Gonzaga
Requerente:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Iranilson de Araújo Ribeiro
Requerido:Câmara Municipal de Guajará - Amazonas
Advogados:Dr. Aroldo Carvalho Lima (1665/AC) e outros
Requerido:Município de Guajará - AM
Procurador:Dr. Carlos Bergson Nascimento Pereira (2785/AC)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

JULGAMENTOS EM MESA:

Embargos de Declaração nº0028031-35.2006.8.04.0001/50000
Origem:3ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Construtora Capital Ltda.
Advogados:Dr. Germano Costa Andrade (2835/AM) e outros
Embargado:Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB
Advogados:Dra. Gracireza Bezerra Azedo (3842/AM)
Embargado:Edson D. Souza Brandão
Advogado:Dr. André Luiz Damasceno de Araújo (5265/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Embargos de Declaração nº0003781-81.2019.8.04.0000
Origem:Vara Única de Ipixuna
Embargante:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Arthur Marcel Batista Gomes (26983/PA)
Embargado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Iranilson de Araújo Ribeiro
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Embargos de Declaração nº0004299-71.2019.8.04.0000
Origem:1ª Vara de Tefé
Embargante:Francisco Helio Bezerra Bessa
Advogados:Dr. Aniello Miranda Aufiero (1579/AM), Dra. Aldenize Magalhães Aufiero (1874/AM), Dr. Michel Macedo Bessa (4058/AM) e outros
Embargado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Leonardo Abnader Nobre (3341/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Embargos de Declaração nº0003693-43.2019.8.04.0000
Origem:4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Décio Freire (697A/AM) e outros
Embargado:B. H. Distribuidora Ltda. Frigogelo
Advogado:Dr. Íkaro Pereia Amore (6350/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração nº0001313-81.2018.8.04.0000
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogados:Dr. Décio Freire (697A/AM) e outros
Embargado:SPIC - Sociedade de Projetos, Instalações e Comércio Ltda
Advogados:Dr. Ênio Viana de Arêa Leão (18247/CE) e Dr. Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração nº0003750-61.2019.8.04.0000
Origem:7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Luciano da Silva Jorge
Advogados:Dra. Mary Jane Sampaio de Oliveira (6081/AM) e Dr. Fabian Assis Benoliel da Silva (7284/AM)
Embargado:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogados:Dr. Marco Antonio Crespo Barbosa (115665/SP) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Embargos de Declaração nº1008693-85.2011.8.04.0000
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Mario Ricardo Farias Gomes
Advogados:Dr. Germano Costa Andrade (2835/AM) e outros
Embargado:Unipar Construtora S/A
Advogados:Dr. Solon Angelim Alencar Ferreira (3338/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Yedo Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0240313-19.2009.8.04.0001
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante:Banco do Brasil S/A
Advogados:Dr. Eloadir Afonso Reis Brasil (4093/AM), Dra. Maria José de Oliveira Ramos (2322/AM), Dr. Francisco Cloacir Chaves Figueira (2501/AM), Dra. Grace Kelly da Silva Barbosa (3627/AM), Dr. Hélio Antônio Cardozo Figueira (3490/AM), Dr. Jaime Cesar do Amaral Damasceno (2237/AM), Dr. Júlio César Teixeira da Silva (6181/AM), Dr. Laudenir da Costa Landim (3201/AM) e Dr. Mario Sergio Baeta Cordova (2124/AM)
Apelado:Sempre - Viva Comércio Varejista de Bolsas e Acessórios Ltda
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Yedo Simões de Oliveira

Manaus, 16 de setembro de 2019
Pollyana de Souza Bastos Lisciotto
Secretário(a) da Segunda Câmara Cível

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

Apelação Cível nº0622266-82.2016.8.04.0001, Apelante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Rafael Sganzerla Durand (737/AM)). Apelado: Polifer Indústria e Comércio Ltda -EPP (Advogado(a): Dr(a). Bruno Ricardo Lima Tapajós (5695/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0261960-70.2009.8.04.0001, Apelante: Mapfre Seguros Gerais S/A (Advogado(a): Dr(a). Daniel Martins Boulos (162258/SP), Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (9446/AM), Luiz Roberto Hijo Sampietro (208254/SP) e Maria Lúcia Ciampa Benhame (95370/SP)). Apelado: Jander Freire do Canto (Advogado(a): Dr(a). Sérgio Augusto Costa da Silva (6583/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0614730-25.2013.8.04.0001, Apelante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (6118/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas e

Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM)). Apelado: Mikele Siqueira de Lima (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (9052/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0630009-46.2016.8.04.0001, Apelante: Maria do Perpetuo Socorro da Silva (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Apelado: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB (Advogado(a): Dr(a). Adenir Souza da Costa (8222/AM), Elisangela Pereira Daniel (5725/AM), Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (7153/AM), Luís Felipe de Araújo Flôr (8748/AM) e Marcio Pinheiro Azêdo (7539/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0630009-46.2016.8.04.0001, Apelante: Maria do Perpetuo Socorro da Silva (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Apelado: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB (Advogado(a): Dr(a). Adenir Souza da Costa (8222/AM), Elisangela Pereira Daniel (5725/AM), Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (7153/AM), Luís Felipe de Araújo Flôr (8748/AM) e Marcio Pinheiro Azêdo (7539/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0633069-61.2015.8.04.0001, Apelante: Andrey Jofre Rebeiro Dias (Advogado(a): Dr(a). Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Julio Cezar Lima Brandão (2258/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002581-73.2016.8.04.0000, Agravante: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB (Advogado(a): Dr(a). Elisangela Pereira Daniel (5725/AM)). Agravado: Braga Participações Ltda (Advogado(a): Dr(a). Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (833/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002596-42.2016.8.04.0000, Agravante: Andrews Cunha dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (10001/AM)). Agravado: Ana Caroline Lemos Collyer (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002650-08.2016.8.04.0000, Agravante: Edmilton Augusto Cameta (Advogado(a): Dr(a). Gustavo Corrêa (5071/AM)). Agravado: Lewi Corrêa Cameta (Advogado(a): Dr(a). Ozivane da Silva Correa). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002862-92.2017.8.04.0000, Agravante: Eucatur - Empresa União Cascavel de Trasportes e Turismo Ltda (Advogado(a): Dr(a). Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (4083/AM)). Agravado: Paulo Sérgio Pantoja Gonçalves (Advogado(a): Dr(a). Ely Rodrigues de Souza Junior (7236/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002914-88.2017.8.04.0000, Agravante: Tamilly Augusta Freire (Advogado(a): Dr(a). Adriano Cezar Ribeiro (4848/AM)). Agravado: Messias Nobre da Mata (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002941-71.2017.8.04.0000, Agravante: Olavo de Almeida Barbosa (Advogado(a): Dr(a). Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM)). Agravado: Aroldo Cesar Gomes Cavalcante (Advogado(a): Dr(a). Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002959-29.2016.8.04.0000, Agravante: Francisco Milton de Lucena (Advogado(a): Dr(a). George Calos Barros Claros (2018/AC)). Agravado: Katiane D'avila da Rocha (Advogado(a): Dr(a). Ednilson Pimentel Matos (1799/AM) e Ednilson Pimentel Matos (1799/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003022-20.2017.8.04.0000, Agravante: B. da S. C. (Advogado(a): Dr(a). Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (6358/AM) e Silvia Roberta Padilha de Oliveira (6664/AM)). Agravado: G. M. M. C. (Advogado(a): Dr(a). Raimundo Nonato Nogueira (1417/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003077-05.2016.8.04.0000, Agravante: Clube de Mães Nossa Senhora de Nazaré (Advogado(a): Dr(a). André Humberto Fortes Papaléo (5688/AM) e Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (7338/AM)). Agravado: Associação Comunitária Vilas Lobo (Advogado(a): Dr(a). Antonio Gonçalves da Costa (1240/AM) e Juvenal Severino Botelho (5044/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003154-14.2016.8.04.0000, Agravante: Rayra Maria Azevedo de Moura Weiss (Advogado(a): Dr(a). Leonardo Guimarães Brito (4096/AM)). Agravado: Kurt Tomas Weiss (Advogado(a): Dr(a). Cristiane Machado de Macêdo (123240/RJ)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003249-44.2016.8.04.0000, Agravante: Hsbc Bank Brasil S.a. (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva (1026A/AM)). Agravado: Fernanda Correa Costa (Advogado(a): Dr(a). Andre Luiz Cabral de Aquino e Silva (5327/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003367-83.2017.8.04.0000, Agravante: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva (12450/PE)). Agravado: Renato da Silva Paiva (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003376-79.2016.8.04.0000, Agravante: Fundação de Crédito Educativo - Fundacred (Advogado(a): Dr(a). Vinicius Martins Dutra (930A/AM)). Agravado: Diana Dores de Oliveira Vicente (Advogado(a): Dr(a). Roberto Carlos Clebis (5509/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003457-91.2017.8.04.0000, Agravante: Vip Transportes Urbano Ltda (Advogado(a): Dr(a). Marcos André Pereira da Silva (161014/SP) e Vanessa Jarrouge Gordilho (181274/SP)). Agravado: Antonia Francionete Porto Andrade (Advogado(a): Dr(a). Leyla Viga Yurtsever (3737/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator

dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001908-17.2015.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Vitor Hugo Mota de Menezes (1675/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). José Felipe da Cunha Fish (3989/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001966-83.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Élida de Lima Reis (7458/AM)). Agravado: Anderson Mascarenhas Santos (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001968-87.2015.8.04.0000, Agravante: Luiz Ferreira dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Evelyne Rosas Duarte (9339/AM), Heloisa Pontes Maues (9667/AM), Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM), Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM) e Sergio Alberto Correa de Araujo (3749/AM)). Agravado: Rosselberto Himenes (Advogado(a): Dr(a). Dra. Maria Jose da Silva Nazaré e José Luiz Cantuaria dos Reis (2896/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001990-14.2016.8.04.0000, Agravante: Francisca Miranda Cardoso (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Raquel El-bachá Figueiredo (23953/BA)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Marcio Pereira de Mello). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001994-51.2016.8.04.0000, Agravante: Pedro Ferreira de Souza Junior (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Hélvia Socorro Fernandes de Castro (6597/AM)). Agravado: Gabriela Freitas de Souza (Advogado(a): Dr(a). Yvon José Ramalho Gomes (2791/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002005-17.2015.8.04.0000, Agravante: Prince Bike Norte Ltda (Advogado(a): Dr(a). João Carlos Bezerra da Silva (6262/AM)). Agravado: RC Recebíveis LTDA (Advogado(a): Dr(a). Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002021-34.2016.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM)). Agravado: Maria de Jesus da Silva Freire (Advogado(a): Dr(a). Diego Henrique Santos dos Anjos (8583/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002040-74.2015.8.04.0000, Agravante: C. Borges do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Jamila Marinho Chehad Barbosa (2950/AM) e João Bosco A. Toledano (1456/AM)). Agravado: Rosselberto Himenes (Advogado(a): Dr(a). José Luiz Cantuaria dos Reis (2896/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002079-37.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Ingrid Monteiro (3629/AM)). Agravado: Laila Yuri Miyano de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Carolina Barbosa Minetto (44264/PR)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002093-21.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Eugenio Augusto Carvalho Seelig (8625/AM)). Agravado: Raimundo Lopes de Almeida (Advogado(a): Dr(a). Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002145-17.2016.8.04.0000, Agravante: Auxilio Agenciamento de Recursos Humanos e Serviços Ltda (Advogado(a): Dr(a). André Luiz Negreiros Chuvas (10864/AM), Antônio Reuzimar Ferreira de Alencar Júnior (5062/AM) e Bruno Guterres Aguiar Figueiredo Franco (5189/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues (P/AM) e Neyde Regina D. Trindade (P/RO)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002342-69.2016.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva (1026A/AM)). Agravado: Rainero Dias dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002440-88.2015.8.04.0000, Agravante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (4079/AM)). Agravado: Alvaro Caldas Magalhães (Advogado(a): Dr(a). Aldenize Magalhães Aufiero (1874/AM), Aniello Miranda Aufiero (1579/AM) e Marizete de Souza Caldas (6405/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002465-67.2016.8.04.0000, Agravante: Distrel Distribuidores Eletrica Ltda (Advogado(a): Dr(a). Alice Vieira Nunes (7323/AM), Emmyle Falcão Carneiro (9971/AM) e Jorge Martinho (5273/AM)). Agravado: Augusto Basilio Neto Empreendimentos – Me (Advogado(a): Dr(a). Kennedy Paz Tiradentes (7682/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003632-85.2017.8.04.0000, Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Marco Antônio Maia Pinto (Advogado(a): Dr(a). Jackeline Salazar dos Santos (10166/AM) e Jamile Ribeiro da Silva (4977/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004054-26.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)). Agravado: Francisca Marta Soares de Lima (Advogado(a): Dr(a). Orandle Redman Ambrosio (10646/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004090-05.2017.8.04.0000, Agravante: Jonas Sales dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Odair Alan Rodrigues de Melo (4715/AM)). Agravado: Município de Maués - Prefeitura Municipal de Maués (Advogado(a): Dr(a). Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (9908/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco)

dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004103-67.2018.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Ligia de Souza Frias (84507/MG)). Agravado: Waldemarina Lumeres Galucio Teixeira, (Advogado(a): Dr(a). Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004108-89.2018.8.04.0000, Agravante: Construtora Capital S/A (Advogado(a): Dr(a). Andrade Gc Advogados (5797/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Sérgio Roberto Dias (Advogado(a): Dr(a). Maria Glades Rodrigues Guedes (9823/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004203-56.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Santander (Brasil) S.a. (Advogado(a): Dr(a). Carlos Augusto Tortoro Junior (247319/SP)). Agravado: Maurício Pereira de Araújo (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004281-50.2017.8.04.0000, Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Marinilda Rodrigues de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Elane Cristina de Oliveira Karam (5904/AM) e Patricia F. Benayon Albano de Souza (2500/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004612-32.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Fernando Luz Pereira (658/AM) e Moisés Batista de Souza (469A/AM)). Agravado: Luis Cristiano Santos de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Orlando Anzoategui Junior (20705/PR)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004618-39.2017.8.04.0000, Agravante: Luiz Eduardo da Silva Avelar (Advogado(a): Dr(a). Bianka Caelli Barreto Rodrigues (4445/AM) e Lourenny Regina Silva e Silva). Agravado: Lindolfo Reis Avelar (Advogado(a): Dr(a). Harbem Gomes Avelar (9795/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004683-34.2017.8.04.0000, Agravante: Município de São Sebastião do Uatumã (Advogado(a): Dr(a). Carlos Edgar Tavares de Oliveira (5910/AM), Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM) e Yuri Dantas Barroso (4237/AM)). Agravado: Izaura Coelho de Macedo (Advogado(a): Dr(a). Luana Cristina de Souza Cabrini (10531/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004716-24.2017.8.04.0000, Agravante: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Luciana Nazima (169451/SP)). Agravado: Marcos Paulo das Chagas Segura (Advogado(a): Dr(a). Marilene Balbi Crivelari (12492/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004803-77.2017.8.04.0000, Agravante: Itaú Seguros S/A (Advogado(a): Dr(a). Amandio Ferreira Tereso Junior (739/AM) e Maria Lucília Gomes (1579A/AM)). Agravado: Reginaldo Nascimento de Mello (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004810-69.2017.8.04.0000, Agravante: Wellington Antonio Rodrigues Bastos (Advogado(a): Dr(a). Claudio Ramos Menezes (2667/AM) e Leandro Menezes dos Santos (1115/AM)). Agravado: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004863-50.2017.8.04.0000, Agravante: Associação Folclórica Boi Bumbá Garantido (Advogado(a): Dr(a). Cláudia Ferreira Cruz (140924/SP) e Gabriela Moraes Borges Malta (386639/SP)). Agravado: Cervejarias Kaiser Brasil S A (Advogado(a): Dr(a). Fabio Gadelha Cardoso (5408/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004903-32.2017.8.04.0000, Agravante: Api Spe 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Lucas Nunes Chama (16956/PA)). Agravado: Maria Juliana Noronha Calacina (Advogado(a): Dr(a). Raphael Quintiliano Pazuello (8881/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005176-11.2017.8.04.0000, Agravante: Antônio José de Souza Bentes (Advogado(a): Dr(a). Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM)). Agravado: Acildo Joaquim da Silva (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001047-26.2018.8.04.0000, Agravante: Vanusa Soares Rubem (Advogado(a): Dr(a). Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM), Andrey Farache Barroso (12705/AM), Bruna da Silva Bessa (8034/AM) e Jéssica Ferreira Botelho (6826/AM)). Agravado: Mario Cabral dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Marcos Antonio Martins Afonso (1325/AM) e Marcos Antonio Martins Afonso (1325/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001149-48.2018.8.04.0000, Agravante: Randolpho Castro de Araújo (Advogado(a): Dr(a). Jose Luiz Leite (622/MG), Karina Leliane Teixera (115921/MG) e Matheus Bonaccorsi Fernandino (88005/MG)). Agravado: Marcelo do Carmo Velloso (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001151-18.2018.8.04.0000, Agravante: Ernesto Seiychi Minami Tsukuda (Advogado(a): Dr(a). Leonardo Guimarães Brito (4096/AM)). Agravado: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Germano Costa Andrade (2835/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001164-17.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)). Agravado: Silvia Nivia da Silva Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Israel Lamego de Lima Júnior (8475/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se

dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001243-93.2018.8.04.0000, Agravante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Rafael Sganzerla Durand (737/AM)). Agravado: Maria Lima Sombra (Advogado(a): Dr(a).Jean Claudio Lima Sombra Junior (11254/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002140-24.2018.8.04.0000, Agravante: Tlf Serviços de Saude Ltda Me (Advogado(a): Dr(a). David Cunha Novoa (10777/AM) e Jessica Santana Magnani (10343/AM)). Agravado: Merronit Comercial Ltda - Me (Advogado(a): Dr(a). Carolina Augusta Martins (9989/AM), Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM), Robert Merril York Jr. (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002158-45.2018.8.04.0000, Agravante: Rogerio Almeida Santiago (Advogado(a): Dr(a). Bruno Climaco Campos (11031/AM)). Agravado: Taina Souza de Andrade (Advogado(a): Dr(a). Wilson Campos Ribeiro (6848/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002325-62.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Urbano Vitalino Advogados (23255/PE)). Agravado: Kenedy Zoete Cunha da Costa (Advogado(a): Dr(a). Calixto Hagge Neto (8788/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002474-92.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)). Agravado: Maria de Nazare Lima da Silva (Advogado(a): Dr(a). Jairo Fernandes da Silva (674/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002476-62.2017.8.04.0000, Agravante: Iris Tavares de Araújo (Advogado(a): Dr(a). Rômulo Sarmento dos Reis (5435/AM) e Rylara Maressa Oran Barros dos Reis (12.212/AM)). Agravado: Dave Macklin Maia de Souza (Advogado(a): Dr(a). Jean Carlos Pinto da Silva (5328/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002479-80.2018.8.04.0000, Agravante: Anjos Soluções Industriais Comércio de Ferramentas Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Anne Karoline de Souza Rodrigues (12154/AM) e Érica Carolina de Oliveira Castro (11174/AM)). Agravado: Sul América Companhia de Seguro Saúde (Advogado(a): Dr(a). José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (273843/SP)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002616-62.2018.8.04.0000, Agravante: Antônio Roberto Rodrigues Ferreira (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)). Agravado: AMAZONAS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002628-76.2018.8.04.0000, Agravante: Alianca Incorporadora Ltda (Advogado(a): Dr(a). Fabrizio de Souza Barbosa Grosso (4473/AM) e José Mário de Carvalho Neto (4861/AM)). Agravado: Joao Batista da Rosa Matos

(Advogado(a): Dr(a). Fábio Rivelli (1119A/AM) e Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002656-44.2018.8.04.0000, Agravante: Capital Rossi Empreendimentos S/A (Advogado(a): Dr(a). Gustavo Clemente Vilela (220907/SP) e Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (178268/ASP)). Agravado: Juliano Medeiros Lima (Advogado(a): Dr(a). Joyce Souza Abreu de Macedo (7905/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002668-92.2017.8.04.0000, Agravante: Condomínio Residencial Paradise River (Advogado(a): Dr(a). Camila do Socorro Chaves Abitbol (7612/AM)). Agravado: Agra Bergen Incorporadora Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002719-06.2017.8.04.0000, Agravante: Banco do Brasil S/ (Advogado(a): Dr(a). Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP)). Agravado: Maria do Perpetuo Socorro S Menezes (Advogado(a): Dr(a). Daniel Cardoso de Albuquerque (6086/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002734-72.2017.8.04.0000, Agravante: Manaus Indústria de Etiquetas e Comunicação Visual Ltda (Advogado(a): Dr(a). Humberto Rossetti Portela (91263/MG) e Julio de Carvalho Paula Lima (1149/AM)). Agravado: Eduardo Andre Santos de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Lucas Macedo Bezerra (10275/AM) e Mário Batista de Andrade Neto (5083/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002803-70.2018.8.04.0000, Agravante: Ezequiel Miranda Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Aline Regina Ferreira Miranda, Carolina Matos Carvalho Norões e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Fabrício Silva Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002812-32.2018.8.04.0000, Agravante: Api Spe 10- Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários (Advogado(a): Dr(a). Fabio Rivelli (297608/SP)). Agravado: João Batista da Rosa Matos (Advogado(a): Dr(a). Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002876-76.2017.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Ligia de Souza Frias (84507/MG)). Agravado: Italo Gato de Sousa (Advogado(a): Dr(a). Márcia Regina Barroso Costa (5130/AM) e Roberto Carlos Clebis (5509/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002917-09.2018.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)). Agravado: Jm Engenheiros Consultores Ltda (Advogado(a): Dr(a). Samuel de Carvalho Ferreira (23000/CE)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002947-78.2017.8.04.0000, Agravante: Jefferson Velasquez Gama Barros (Advogado(a): Dr(a). Nean Jules Costa Pedroso (8655/AM)). Agravado: Jessica Nonata da Silva (Advogado(a): Dr(a). Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003061-80.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Rci Brasil S.a (Advogado(a): Dr(a). Aurelio Câncio Peluso (32521/PR)). Agravado: Luciana Ayres Pereira (Advogado(a): Dr(a). Joel Cuesta Telles (3584/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003079-04.2018.8.04.0000, Agravante: Espólio de Darcy Ferrari (Advogado(a): Dr(a). Peter Mateus de Farias Ribeiro (11063/AM)). Agravado: Altamiro Leao de Oliveira Filho (Advogado(a): Dr(a). Francisco da Silva Moraes (1015/AM) e Jaqueline Montenegro da Cruz (7763/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003102-47.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Itaucard S/A (Advogado(a): Dr(a). Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM) e Pio Carlos Freiria Junior (1118/AM)). Agravado: Elizabeth Teles de Souza (Advogado(a): Dr(a). Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003145-18.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Itaucard S/A (Advogado(a): Dr(a). Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM)). Agravado: Oliveira e C C H Ltda Me (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003404-47.2016.8.04.0000, Agravante: Audecir da Silva Vieira (Advogado(a): Dr(a). Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM) e Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM)). Agravado: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003406-80.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Marcondes F. Luniere Júnior (2987/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM)). Agravado: Ociney Santos de Lima (Advogado(a): Dr(a). Marcos Orlando Conde do Nascimento (10317/AM) e Márcio Zendy Soares Leão (10518/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003473-45.2017.8.04.0000, Agravante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A (Advogado(a): Dr(a). Marco Antonio Crespo Barbosa (1007/AM)). Agravado: Itamara Machado de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0005783-10.2008.8.04.0000, Agravante: Marcellus J. B. Campelo (Advogado(a): Dr(a). Wallestein Monteiro de Souza (4907/AM)). Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A (Advogado(a): Dr(a). Todos os

representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000072-72.2016.8.04.0000, Agravante: Espólio de Paulo Franssinetti Ribeiro Cuadal (Advogado(a): Dr(a). Eduardo Akira Sakita (4116/AM)). Agravado: C D Oeste Eletro S/A (Advogado(a): Dr(a). Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Nelson Jose de Oliveira da Silva (5103/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000078-16.2015.8.04.0000, Agravante: Espólio de Paulo Franssinetti Ribeiro Cuadal (Advogado(a): Dr(a). Eduardo Akira Sakita (4116/AM) e Marly Cuadal Coimbra). Agravado: Jyoji Takamatsu (Advogado(a): Dr(a). Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (2968/AM), Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Nelson Jose de Oliveira da Silva (5103/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000129-90.2016.8.04.0000, Agravante: Pedro Francisco de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Thales Silvestre Júnior (2406/AM) e Wilson Oliveira Melo Junior (3220/AM)). Agravado: Jyji Takamatsu (Advogado(a): Dr(a). Nelson Jose de Oliveira da Silva (5103/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000140-22.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Aldenor de Souza Rabelo (8030/AM)). Agravado: Lucas Gabriel de Brito Teixeira (Advogado(a): Dr(a). Vânia Maria Marques Marinho). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000468-49.2016.8.04.0000, Agravante: Comercial Risadinha Ltda (Advogado(a): Dr(a). Betina Sagás Campos (48563/SC), Heleno Rudniak Vidal Vieira (54027/PR) e Jorge Wilson Brandão Michalowski (60134/PR)). Agravado: Raimundo Guilherme Ferreira (Advogado(a): Dr(a). Fued Cavalcante Sêmen Neto (10435/AM), João Bosco Dantas Nunes (823/AM) e Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000634-52.2014.8.04.0000, Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Edgard Maia de Albuquerque Rocha). Agravado: Arthur Seiji Onuki (Advogado(a): Dr(a). Celso Roberto Cavalcanti de Albuquerque (2044/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000737-88.2016.8.04.0000, Agravante: Alfredo Pereira do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Bruno Veiga Pascarelli Lopes (7092/AM) e Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes (3747/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Neyde Regina D. Trindade (P/RO)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000858-53.2015.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Ynna Breves Maia). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000863-12.2014.8.04.0000, Agravante: Dpm - Distribuidora de Produtos Magistral Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Malber Souza Tavares (6455/AM) e Natasja Deschoolmeester (2140/AM)). Agravado: Cartório do 3º Ofício de Protesto de Letras de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Celio Antonio Szlachta (6260/AM), Leandro Souza Benevides (491A/AM) e Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000983-84.2016.8.04.0000, Agravante: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Humberto Rossetti Portela (91263/MG)). Agravado: Janderson Gomes Rodrigues (Advogado(a): Dr(a). Maria Nafice de Oliveira (3929/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000996-83.2016.8.04.0000, Agravante: Manoel da Silva Fernandes (Advogado(a): Dr(a). Renan Barbosa de Azevedo (23112/CE)). Agravado: HSBC BANK BRASIL S. A. - Banco Multiplo (Advogado(a): Dr(a). Juliana Batista Braga (4166/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001036-65.2016.8.04.0000, Agravante: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS REMAN (Advogado(a): Dr(a). Angelo Roncalli Osmiro Barreto (26766/CE), Felipe Antonio Lopes Santos (7250/AM) e Gustavo Monteiro Rodrigues (5150/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Patrícia Petrucelli Marinho (3319/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001107-67.2016.8.04.0000, Agravante: Márcio José Cavalcanti da Silva (Advogado(a): Dr(a). Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (8798/AM) e Vicente Emanuel Almeida de Paula (8569/AM)). Agravado: Dpvat - Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001186-80.2015.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Ediney Costa da Silva (7646/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG) e Neiva Evangelista Barboza (3187/AM)). Agravado: Empresa Mister Food Alimentos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Rafael Cândido da Silva (6499/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001258-33.2016.8.04.0000, Agravante: Prefeitura do Município de Iranduba (Advogado(a): Dr(a). Diego de Assis Cavalcante (9224/AM)). Agravado: Alex Camara Areque (Advogado(a): Dr(a). Leonizia Lima Enes (9159/AM) e Valda Monteiro da Silva (9377/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001289-53.2016.8.04.0000, Agravante: Mt Comercio de Alimentos Ltda Epp (Advogado(a): Dr(a). Natasja Deschoolmeester (2140/AM)). Agravado: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra (Advogado(a): Dr(a). José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM) e Thomás Silva Cordeiro (10455/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001355-67.2015.8.04.0000, Agravante: José Garcia de Carvalho (Advogado(a): Dr(a). Josa Paula Alves Furtado (7811/AM)). Agravado: Omar José Abdel Aziz

(Advogado(a): Dr(a). Natalia Costa Bezerra dos Santos (9635/AM) e Victoria Arantes (188133/RJ)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001356-52.2015.8.04.0000, Agravante: Market Projetos Economicos Consultoria Ltda, (Advogado(a): Dr(a). Mariana Cruz Schettini (7697/AM)). Agravado: Erivelton Ferreira Barreto (Advogado(a): Dr(a). Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001369-17.2016.8.04.0000, Agravante: Vanessa Cristina Souza da Silva (Advogado(a): Dr(a). João Maria Pereira do Nascimento (55637/PR)). Agravado: Aroldo Almeida da Silva (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001624-72.2016.8.04.0000, Agravante: Monttana Veículos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Antônio Cláudio Pinto Flores (583A/AM) e Daniel do Nascimento Silva (7472/AM)). Agravado: Airton Aquino de Freire (Advogado(a): Dr(a). Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM), Alex Mendes dos Santos (7308/AM), Daniel Lourenço (3192/AM), Hermerson dos Santos Rodrigues (8245/AM), Israel Lamego de Lima Júnior (8475/AM), João Batista Pinto (6930/AM), Nara Nádia Silveira do Vale (9478/AM) e Ronildo Apoliano Oliveira (8490/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001701-18.2015.8.04.0000, Agravante: Murano Veiculos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Antônio Cláudio Pinto Flores (8700/PA), Diego Campos (621A/AM) e Nelson Luiz Mestieri de Macedo (608A/AM)). Agravado: Ayla Karol da Silva Rosário Freire (Advogado(a): Dr(a). Débora Katarinne de Souza Rodrigues (9840/AM) e Leyla Viga Yurtsever (3737/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001713-95.2016.8.04.0000, Agravante: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS REMAN (Advogado(a): Dr(a). Angelo Roncalli Osmiro Barreto (26766/CE), Felipe Antonio Lopes Santos (7250/AM) e Gustavo Monteiro Rodrigues (5150/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Clóvis Smith Frota Júnior (3626/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001799-66.2016.8.04.0000, Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes ativas Não informado). Agravado: Davi Ribeiro de Almeida (Advogado(a): Dr(a). Bruno de Oliveira Rodrigues (9968/AM) e Dalila Barakat (3891/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001808-28.2016.8.04.0000, Agravante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Altiza Pereira de Souza (6881/AM)). Agravado: Cello's Car Importacao e Exportacao Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001811-80.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM)). Agravado: Samara Braga da Silva (Advogado(a): Dr(a). Jean Carlos Figueiredo da Silva (6340/AM) e Juarez Barbosa de Lima Neto (8819/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse

em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001887-75.2014.8.04.0000, Agravante: Itautinga Agro Indústria S.a. (Advogado(a): Dr(a). João Bosco A. Toledano (1456/AM) e Sandro Abreu Torres (4078/AM)). Agravado: Libya Joyce do Nascimento Souza (Advogado(a): Dr(a). Nelson Jose de Oliveira da Silva (5103/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001891-78.2015.8.04.0000, Agravante: Klinger Oliveira da Silva - Me (Advogado(a): Dr(a). Armando de Oliveira Freitas (638/AM)). Agravado: Prefeitura Municipal de Barcelos/AM (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº0002811-96.2010.8.04.0000, Agravante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM)). Agravado: OI - Telemar Norte Leste S/A (Advogado(a): Dr(a). Antonio Reinaldo Rabelo Filho (15537/BA), Antonio Wilson Ventura Lugon (82038/RJ) e Eurico de Jesus Teles Neto (121935/RJ)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000145-39.2019.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM)). Agravado: Aroldo Lúcio Tenório (Advogado(a): Dr(a). Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (10033/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000264-68.2017.8.04.0000, Agravante: Aloisio Rodrigues Cavalcante (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM (Advogado(a): Dr(a). Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM) e Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000790-98.2018.8.04.0000, Agravante: Crefisa S/A - Credito, Financiamento e Investimento (Advogado(a): Dr(a). Alcides Ney José Gomes (8659/MS)). Agravado: Gilson Luis Marinho do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000810-26.2017.8.04.0000, Agravante: Jorge Costa Luz (Advogado(a): Dr(a). Michael Lemes Monteiro (10013/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000841-12.2018.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)). Agravado: Cristian Porfirio Sena (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000872-32.2018.8.04.0000, Agravante: Associação Educacional Latino Americana (Advogado(a): Dr(a). Matheus Fantini (248899/SP) e Renan Bronzatto Adorno (301385/SP)). Agravado: Emanuele Regina Lopes de Souza (Advogado(a): Dr(a). Anne Caroline Silva Noel (8589/AM) e Kaio Bruno de Souza Oliveira (8613/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000873-17.2018.8.04.0000, Agravante: Eduardo da Silva Melo Júnior (Advogado(a): Dr(a). Nilcinara Huerb de Azevedo (12337/AM)). Agravado: Dione Cesar (Advogado(a): Dr(a). Caroline Guimarães do Valle (6412/AM), Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (2859/AM) e Reinilda Guimarães do Valle (1392/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001368-95.2017.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Virginia Nunes Bessa (3591/AM)). Agravado: Luís Faustino da Costa Neto (Advogado(a): Dr(a). Brenno Pamplona Cavalcante (7515/AM) e Marco Antonio Nobre Salum (8416/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001459-88.2017.8.04.0000, Agravante: Rej Comercio de Alimentos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Valdeci Soares da Silva (600/AM)). Agravado: Fk Ferreira Motta Me (Art D´cor) (Advogado(a): Dr(a). Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM) e Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (9265/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001530-90.2017.8.04.0000, Agravante: Associação dos Peritos Oficiais do Estado do Amazonas - Apoeam (Advogado(a): Dr(a). Janne Sales Gomes (3045/AM) e Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Heloysa Simonetti Teixeira (2561/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002215-63.2018.8.04.0000, Agravante: Antônio Andrey de Souza Vasconcelos (Advogado(a): Dr(a). David Xavier da Silva (10302/AM) e Gerson de Oliveira Rodrigues (10311/AM)). Agravado: Pedro Lucas Farias das Neves (Advogado(a): Dr(a). Leonara Farias de Souza). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002699-49.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Tadeu de Souza Silva (6878/AM)). Agravado: Bruno Miguel Stern Vogel (Advogado(a): Dr(a). Vicente de Paulo Armond de Melo (1828/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003200-03.2016.8.04.0000, Agravante: Lam Latex da Amazonaia Ltda (Advogado(a): Dr(a). Arthur Cesar Zahluth Lins (5238/AM), José Falabella Netto (2899/AM) e Mauro Celi Martins (2907/AM)). Agravado: Banco Bradesco (Advogado(a): Dr(a). Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003343-89.2016.8.04.0000, Agravante: Clenio Vieira Gonçalves (Advogado(a): Dr(a). Ana Carolina Amaral de Messias (9171/AM), Ana Carolina Amaral de Messias (9171/AM) e Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (8974/AM)). Agravado: Universidade do Estado do Amazonas - Uea (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do

processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003355-74.2014.8.04.0000, Agravante: Tops Transportes Ltda (Advogado(a): Dr(a). Kildare Marques Mansur (154144/SP)). Agravado: Supersonic Logistica e Transportes Ltda (Advogado(a): Dr(a). Fernando José Garcia (134719/SP)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003571-98.2015.8.04.0000, Agravante: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI (Advogado(a): Dr(a). Ana Priscila Pizzatto (47733/PR) e Paulo Fernado Paz Alarcon (37007/PR)). Agravado: Maria Consolata de Azevedo Nattrodt (Advogado(a): Dr(a). Fernanda Guimarães Martins (51837/RS) e Marcela Camargo Savonitti (79813/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003604-88.2015.8.04.0000, Agravante: B.v Financeira S/A C.f.i. (Advogado(a): Dr(a). Cristiani Belinarti Garcia Lopes (751/AM) e Flávia de Albuquerque Lira (24521/PE)). Agravado: Antonia Rodrigues Braga (Advogado(a): Dr(a). Eduardo José Borges Guerra (5188/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003605-39.2016.8.04.0000, Agravante: Jacks Amazonia Indústria de Alimentos Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (4333/AM)). Agravado: Ivonete Batista de Jesus (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Raquel El-bachá Figueiredo (23953/BA)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003995-72.2017.8.04.0000, Agravante: Tomaz de Souza Pontes (Advogado(a): Dr(a). Alexandre Pena de Carvalho (4208/AM), Clotilde Miranda Monteiro de Castro (8888/AM), Paulo Bernardo Lindoso e Lima (11333/AM), Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (4976/AM) e Yuri Dantas Barroso (4237/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004262-49.2014.8.04.0000, Agravante: Samy Ederson dos Santos Lins (Advogado(a): Dr(a). Alfredo José Borges Guerra (2668/AM)). Agravado: Condominio Residencial Reserva do Parque (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004417-13.2018.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ellen Larissa de Oliveira Frota (4310/AM) e Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (5003/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004538-12.2016.8.04.0000, Agravante: Tereza Torres Bezerra Leite (Advogado(a): Dr(a). Vitor de Souza Vieira (6843/AM)). Agravado: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004561-55.2016.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)). Agravado: Município de Presidente Figueiredo (Advogado(a): Dr(a). Maria da Conceição Wanderley Lasmar (3952/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004597-34.2015.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (5003/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Katia Maria Araujo de Oliveira). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004603-07.2016.8.04.0000, Agravante: Fazenda Pública do Estado de São Paulo (Advogado(a): Dr(a). Paulo Henrique Moura Leite (127159/SP)). Agravado: Karola Karen Pontes Caldas (Advogado(a): Dr(a). Marcella de Oliveira Costa (11233/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004613-51.2016.8.04.0000, Agravante: Fundação para O Remédio Popular - Furp (Advogado(a): Dr(a). Horácio Jorge Fernandes (54628/SP), José Adriano Noronha (138501/SP) e Maria Cristina Leite Tapajos (99617/SP)). Agravado: Karola Karen Pontes Caldas (Advogado(a): Dr(a). Marcella de Oliveira Costa (11233/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004670-69.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004705-34.2013.8.04.0000, Agravante: MANOEL FERREIRA DE FREITAS (Advogado(a): Dr(a). Euler Barreto Carneiro (4762/AM) e Lucilene Macedo dos Santos (8545/AM)). Agravado: Juízo de Direito da 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/am (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004809-84.2017.8.04.0000, Agravante: Cargo World Brasil Ltda. – EPP (Advogado(a): Dr(a). Rummenigge Cordovil Grangeiro (5810/AM)). Agravado: Prismatic da Amazonia Industria e Comercio Limitada (Advogado(a): Dr(a). Kon Tsih Wang (4646/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005203-62.2015.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Vaia Maria Marques Marinho). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000302-80.2017.8.04.0000, Agravante: Paradise Turismo e Passagens LTDA (Advogado(a): Dr(a). Ana Rita Lima Freire (3056/AM) e João Bosco A. Toledano (1456/AM)). Agravado: South African Airways (Advogado(a): Dr(a). Anna Carolina Arriagada Figueiredo (389493/SP), Eduardo Augusto Pereira Flemming (223693/SP), Fernanda Malaquini Mattos Cohen (324731/SP), Monize Maioli Caetano (365273/SP) e Neil Montgomery (146468/SP)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que

se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000332-18.2017.8.04.0000, Agravante: Sul América Companhia de Seguro Saúde (Advogado(a): Dr(a). Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)). Agravado: Carlos Alexandre Messias de Araujo (Advogado(a): Dr(a). Juan Pablo Ferreira Gomes (7716/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000563-45.2017.8.04.0000, Agravante: Manaus Ambiental S/A (Advogado(a): Dr(a). Ney Bastos Soares Junior (4336/AM)). Agravado: Condomínio Residencial Allegro (Advogado(a): Dr(a). Auton Francisco Furtado Maia (5821/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000565-15.2017.8.04.0000, Agravante: Gonder Incorporadora Ltda (Advogado(a): Dr(a). Amanda Araújo dos Santos (6150/AM) e Lucas Nunes Chama (16956/PA)). Agravado: Rossine da Silva Guimarães (Advogado(a): Dr(a). Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001032-57.2018.8.04.0000, Agravante: Api Spe 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Cássio Augusto Torres de Camargo (255615/SP) e Fabrício Rocha (206338/SP)). Agravado: Maria Juliana Noronha Calacina (Advogado(a): Dr(a). Raphael Quintiliano Pazuello (8881/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001116-92.2017.8.04.0000, Agravante: Construtora Aliança Ltda (Advogado(a): Dr(a). Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM), Daniel Santos de Andrade (6733/AM) e Wellington de Amorim Alves (2993/AM)). Agravado: Julião Lemos Sobral Júnior (Advogado(a): Dr(a). Délcio Luis Santos (2729/AM) e Luciana Trunkl Fernandes da Costa (3006/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001373-83.2018.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz (7391/AM)). Agravado: Jb Andaimes - Locadora de Equipamentos para Construção Civil Ltda (Advogado(a): Dr(a). Elaise Moss Portela (7689/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Camara Junior (2834/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001536-39.2013.8.04.0000, Agravante: Lian Construtora Ltda (Advogado(a): Dr(a). Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM)). Agravado: Banco Santander (BRASIL) S/A. (sucessor por incorporação do Banco ABN AMRO REAL S/A. (Advogado(a): Dr(a). Aitan Canuto Cosenza Portela (246084/SP) e Alfredo Zucca Neto (154694N/SP)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002023-43.2012.8.04.0000, Agravante: Banco da Amazônia S/A (Advogado(a): Dr(a). Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (679A/AM)). Agravado: Louzivaldo Carneiro Barros (Advogado(a): Dr(a). Odiney Nogueira Teixeira (271A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002193-05.2018.8.04.0000, Agravante: Clovis Marinho (Advogado(a): Dr(a). Carlos Jose Veiga Crespo (5177/AM)). Agravado: Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Tracey Maria da Silva Resende (4329/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002525-06.2017.8.04.0000, Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas). Agravado: Edileuza Almeida Soares (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto (12790AM/T)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002685-02.2015.8.04.0000, Agravante: Sb. Comércio Ltda (Advogado(a): Dr(a). João Bosco A. Toledano (1456/AM) e Sandro Abreu Torres (4078/AM)). Agravado: Marzo Silva de Oliveira Lobo (Advogado(a): Dr(a). Karla Freixo Braga (3775/AM), Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM), Maria Glades Ribeiro dos Santos (2144/AM), Paulo Rogerio Arantes (1509/AM) e Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002776-87.2018.8.04.0000, Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas). Agravado: Maria Mirian Moreira Praia (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002843-86.2017.8.04.0000, Agravante: Igb Eletronica S.a (Advogado(a): Dr(a). Milton Flavio de A C Lautenschager (162676/SP)). Agravado: Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Kalina Maddy Macedo Cohen (4258/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002872-10.2015.8.04.0000, Agravante: J. G. V. (Advogado(a): Dr(a). Marcelo de Lima (2797/AM)). Agravado: N. N. C. M. V. (Advogado(a): Dr(a). Marcelo de Figueiredo Arruda (4505/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002938-87.2015.8.04.0000, Agravante: Hsbc Bank Brasil S.a (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva (1026A/AM)). Agravado: Edimir de Jesus de Sousa Portela (Advogado(a): Dr(a). Elisângela Nogueira Rodrigues (3433/AM) e Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (833/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003095-60.2015.8.04.0000, Agravante: Condominio Residencial Reserva do Parque (Advogado(a): Dr(a). Flavio Simões da Silva Sobrinho (3444/AM) e Isabela Farias Neves (7950/AM)). Agravado: Samy Ederson dos Santos Lins (Advogado(a): Dr(a). Alfredo José Borges Guerra (2668/AM) e Alfredo José Borges Guerra (2668/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003106-55.2016.8.04.0000, Agravante: Bv Financeira Sa Crédito Financiamento e Investimento (Advogado(a): Dr(a). Giulio Alvarenga Reale (65628/MG)). Agravado: Jancir da Silva Lima (Advogado(a): Dr(a). Raimundo Edson Torres Lima (8732/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003194-93.2016.8.04.0000, Agravante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)). Agravado: Centro do Aluminio Ltda (Advogado(a): Dr(a). André Rodrigues de Almeida (5016/AM) e Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003301-06.2017.8.04.0000, Agravante: Regiane Souza da Silva (Advogado(a): Dr(a). Sulamita Brandão da Rocha (4782/AM)). Agravado: Município de Manaus - Procuradoria Geral do Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003473-50.2014.8.04.0000, Agravante: banco do brasil s/a (Advogado(a): Dr(a). Louise Rainer Pereira Gionédis (8123/PR)). Agravado: Maria do Socorro Dias da Silva (Advogado(a): Dr(a). Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (2968/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003673-52.2017.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Virginia Nunes Bessa (3591/AM)). Agravado: Regina de Fátima Sales da Silva (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003694-91.2018.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Tatianne Vieira Assayag Toledo (3653/AM)). Agravado: Ivan Wallace da Silva Farias (Advogado(a): Dr(a). Alex Sander de Almeida Albuquerque (8971/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003703-53.2018.8.04.0000, Agravante: João Pedro Martins Pereira Junior (Advogado(a): Dr(a). Erick Drean P. da Costa (7746/AM) e Erick Drean P. da Costa (7746/AM)). Agravado: Viação São Pedro Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003905-64.2017.8.04.0000, Agravante: Guedes e Amorim Ltda - Me (Advogado(a): Dr(a). Carolina Augusta Martins (9989/AM), Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM), Robert Merril York Jr. (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM)). Agravado: Sanderly Rodrigues do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004091-24.2016.8.04.0000, Agravante: Rejane dos Santos Braga (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Isaltino José Barbosa Neto (9055/AM)). Agravado: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB (Advogado(a): Dr(a). Andrei Farias de Barros (6074/AM), André Leandro de Lima Santos (5805/AM), Antônio Luciano Lima Sousa (6974/AM), Bianca alencar de Holanda Farias (6858/AM), Cleide Amazonas da Silva Alves (717/AM), Daniel Augusto Maues Carvalho (5629/AM), Ismael de Melo Silva (4921/AM), Kelson Girão de Souza (7670/AM), Letícia de Miranda Leão Portella (3280/AM), Lourdstela Guimarães Pádua (4879/AM), Marco Aurelio dos Reis Fernandes (7371/AM), Michael Jorge Harraquian Neto (8938/AM) e Naudal Rodrigues de Almeida (4068/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004322-80.2018.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Rodrigo Monteiro Custódio (6452/AM)). Agravado: Dalva Moura dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (14088O/MT)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004424-39.2017.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz (7391/AM)). Agravado: Abaré Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM), Armando Cláudio Dias do Santos Junior (3194/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Lucianna de Souza Silva (3624/AM), Luiz Felipe Brandão Ozores (4000/AM) e Mauto Couto da Cunha (4200/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004946-66.2017.8.04.0000, Agravante: Aprígio da Gama Siqueira (Advogado(a): Dr(a). Érico de Oliveira Gonçalo (5165/AM) e Juan Pablo Ferreira Gomes (7716/AM)). Agravado: Superintendência Estadual de Habitação (Advogado(a): Dr(a). Anatole Maria Araújo Marques dos Santos (2462/AM), Anna Claudia Ferraz Rocha (8874/AM), Elisangela Pereira Daniel (5725/AM), Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (7153/AM), Ismael de Melo Silva (4921/AM), Luís Felipe de Araújo Flôr (8748/AM), Marcio Pinheiro Azêdo (7539/AM), Meyre Anne Magalhães Neves (4242/AM), Monica Santa Rita Bonfim (3384/AM), Nyton Paes de Oliveira (8448/AM) e Samara Guerra Almeida (7194/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005274-93.2017.8.04.0000, Agravante: Fazenda Pública Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Altiza Pereira de Souza (6881/AM)). Agravado: Industria e Comercio de Alimentos Moraes Ltda (Advogado(a): Dr(a). Ivson Coêlho (550A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000004-36.2019.8.04.0900, Agravante: Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Benedito Evaldo de Lima Moreno (4821/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Karla Cristina da Silva Sousa). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000116-86.2019.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)). Agravado: Fernando Maurício Pedrosa Castelo Branco (Advogado(a): Dr(a). Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000123-78.2019.8.04.0000, Agravante: Augusto Silva de Souza, (Advogado(a): Dr(a). Jonatas Pereira de Oliveira (14122/AM)). Agravado: Jeane Silva de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000128-03.2019.8.04.0000, Agravante: Flavio da Conceição Ferreira Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Andrea Fonseca Oliveira (5959/AM) e Flávio da C. F. Oliveira (5960/AM)). Agravado: Unirios Rodo Fluvial Comercial Ltda (Advogado(a): Dr(a). Bernardo Hage Uchua (15659/PA), Daniel Medeiros do Lago (17013/PA) e João Daniel Daibes Resque (16474/PA)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000153-32.2019.8.04.0900, Agravante: Rosiane Almeida Pereira (Advogado(a): Dr(a). Maria da Conceição Souza Vera (1001A/AM)). Agravado: Elijones Alves Campos (Advogado(a): Dr(a). Anna Claudia Ferraz Rocha (8874/AM), Fábio Moraes Castello Branco (4603/AM) e Mariana

Moraes Castello Branco (12421/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000564-59.2019.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Décio Freire (1742A/DF)). Agravado: Município de Anamã (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000587-05.2019.8.04.0000, Agravante: Maria Denole Pereira de Almeida (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (3470/AM)). Agravado: Claudemir Lima da Costa (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (127956/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000892-86.2019.8.04.0000, Agravante: Maria Laurena Guimarães de Lima (Advogado(a): Dr(a). Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan (8587/AM)). Agravado: Manaus Ambiental (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000936-08.2019.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ellen Larissa de Oliveira Frota (4310/AM) e Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (5003/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000998-48.2019.8.04.0000, Agravante: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE (Advogado(a): Dr(a). Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM)). Agravado: Tans Modas Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001016-69.2019.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Benedito Evaldo de Lima Moreno (4821/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Karla Cristina da Silva Sousa). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001027-98.2019.8.04.0000, Agravante: Emmanuel Bruno da Silva Vieira (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)). Agravado: Lelan Juvencio Barroso Neto (Advogado(a): Dr(a). Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001188-11.2019.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Décio Freire (1742A/DF) e Isabella Jacob Nogueira (8800/AM)). Agravado: Município de Tapauá (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001236-67.2019.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Franklin Arthur Martinz Filho (20217/CE)). Agravado: Claudia de Jesus Silva Martins Garcia (Advogado(a): Dr(a). Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM), Frederico Santos Paiva (6569/AM) e Mariza Lustoza Ribeiro (6869/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001272-12.2019.8.04.0000, Agravante: Yann Matheus Soares Machado Martiniano (Advogado(a): Dr(a). Fernando Moreira de Abreu (131379/MG)). Agravado: C. A. de A. M. (Advogado(a): Dr(a). João Carlos Bezerra da Silva (6262/AM) e Tainara da Silva Medeiros (14362/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001493-92.2019.8.04.0000, Agravante: Felipe Monteiro Ayres de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Fernando Sam do Nascimento Nunes (10736/AM)). Agravado: Vangila de Souza Vasconcelos (Advogado(a): Dr(a). Carolina Albuquerque do Valle (8112/AM) e Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001535-44.2019.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Virginia Nunes Bessa (3591/AM)). Agravado: Lindomar Machado Batista (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elias Cruz Lima Junior (6947/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001547-58.2019.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Luciana Araújo Paes (4478/AM)). Agravado: Olinaldo Cacao Maciel (Advogado(a): Dr(a). Caroline Braz Germano Ribeiro Penha e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001554-50.2019.8.04.0000, Agravante: Cledison Neves de Lima (Advogado(a): Dr(a). Ademário do Rosário Azevedo (2926/AM), Gersica Barbosa da Cunha (14051/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)). Agravado: Banco Safra S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio Braz da Silva (1026A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001559-72.2019.8.04.0000, Agravante: Lívia Daiane Souza Mendes (Advogado(a): Dr(a). Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001697-39.2019.8.04.0000, Agravante: União dos Escoteiros do Brasil - Região do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Fernando Borges de Moraes (446A/AM), José Perceu Valente de Freitas (7200/AM) e Zaqueu de Souza Lopes (14452/AM)). Agravado: Lucian Augusto Lima Cabral (Advogado(a): Dr(a). Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001851-57.2019.8.04.0000, Agravante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Ladyane Serafim Pereira (4990/AM)). Agravado: Marinalva Silva Torres (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem

do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002019-59.2019.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)). Agravado: Condomínio Residencial Green View (Advogado(a): Dr(a). Jamil Ribeiro da Silva (7167/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002048-12.2019.8.04.0000, Agravante: Maria Aparecida Castro (Advogado(a): Dr(a). Ana Caroline Silva Picanço (14459/AM)). Agravado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Procuradoria Federal No Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002104-45.2019.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)). Agravado: Gleuberson Silva dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Italo Eduardo Pina Prado (13261/AM) e Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (12029/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002148-64.2019.8.04.0000, Agravante: Delta Material de Construção e Navegação Ltda. - Epp (Advogado(a): Dr(a). José Luiz Cantuaria dos Reis (2896/AM)). Agravado: R. C. Recebiveis Ltda (Advogado(a): Dr(a). Laura Maria Santiago Lucas (4872/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002178-02.2019.8.04.0000, Agravante: D. de S. N. (Advogado(a): Dr(a). Lucia Andrea Valle de Souza (2767/AM)). Agravado: P. H. N. S. (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Marco Aurélio Martins da Silva (4849/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002423-13.2019.8.04.0000, Agravante: Heraldo Antonio Correa Junior (Advogado(a): Dr(a). Thaiza Fabiane Carriço Correa (4745/AM)). Agravado: Intervia Comércio de Artigos Eletrônicos Ltda (Advogado(a): Dr(a). Antonio José Oliva Veloso (6339/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002795-59.2019.8.04.0000, Agravante: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM) e Pedro Câmara Junior (2834/AM)). Agravado: João de Souza Alves (Advogado(a): Dr(a). Yuri Dantas Barroso (4237/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002999-06.2019.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)). Agravado: Augusto César Teixeira do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Aline Flores Neves (12834/AM), Aline Matos Saraiva (10148/AM), Flavia Ramos de Carvalho (8786/AM) e Gabriela Gomes Soares (12504/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003038-03.2019.8.04.0000, Agravante: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda (Advogado(a): Dr(a). Antônio Cleto Gomes (5864/CE)). Agravado: Reginaldo de Araújo Santos (Advogado(a): Dr(a). Manoel Augusto do Nascimento (12936/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003175-82.2019.8.04.0000, Agravante: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda (Advogado(a): Dr(a). Celso de Faria Monteiro (1080/AM) e Celso de Faria Monteiro (1080A/AM)). Agravado: Faculdade Metropolitana de Manaus - Fametro (Advogado(a): Dr(a). André Ricardo Carvalho de Oliveira (7399/AM), Karina Seffair de Castro de Abreu (3780/AM), Mara Bianca Rocha Lins (4006/AM) e Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003324-78.2019.8.04.0000, Agravante: Gino Delmer Moraes Bezerra (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (3470/AM)). Agravado: Invasores Desconhecidos (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003463-30.2019.8.04.0000, Agravante: Via Direta Publicidade e Promoções Ltda (Advogado(a): Dr(a). Kiê Mariee Cavalcante Hara Tiradentes (4779/AM) e Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM)). Agravado: Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto – Acerp (Advogado(a): Dr(a). Arnaldo José Vasques de Oliveira (53752/RJ), Jaime da Costa Morais Filho (218932/RJ) e José Miranda de Siqueira (10332/DF)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003532-62.2019.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Bassla Marinho Abdel Aziz (13568/AM), Danilo Carvalho Freire (162033/MG), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/MG), Décio Freire (56543/MG), Eduardo de Alencar (14633/AM), Eduardo de Alencar Serudo (13968/AM), Gabrielle Stoco Fabio (12913/AM) e Gustavo de Marchi (84288/MG)). Agravado: Maria Reneide Lima de Sá (Advogado(a): Dr(a). Elisia Lima de Sá (9161/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003559-79.2018.8.04.0000, Agravante: Alexandre Souza dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Carolina Matos Carvalho Norões e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Luana Maia de Souza (Advogado(a): Dr(a). Sérgio Samarone de Souza Gomes (1092/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003756-68.2017.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Lisieux Ribeiro Lima (4486/AM)). Agravado: Telemar Norte Leste S/A (Advogado(a): Dr(a). Ana Tereza Palhares Basilio (74802/RJ)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004345-26.2018.8.04.0000, Agravante: Fulvio Pacifico Seabra (Advogado(a): Dr(a). Igor Almeida Rebelo (7529/AM)). Agravado: Nova Terra Construções Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004401-59.2018.8.04.0000, Agravante: Moises da Costa Filho (Advogado(a): Dr(a). Filipe de Freitas Nascimento (6445/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Daniel

Silva Chaves Amazonas de Menezes (7811MP)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004574-54.2016.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Élida de Lima Reis (7458/AM)). Agravado: Guilherme Lira Fernandes (Advogado(a): Dr(a). Cristiano Teixeira Cavalcante (8293/AM), Geraldo da Silva Frazão (2674/AM), Maria Auxiliadora Fontes Lira e Maria da Conceição Teixeira Frazão (5701/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004809-50.2018.8.04.0000, Agravante: Pemaza Amazônia S/A (Advogado(a): Dr(a). Bruno Vieira da Rocha Barbirato (6975/AM), Fábio Nunes Bandeira de Melo (4331/AM), Gabriela Marinho Alves (13368/AM), Livia Maria Andrade Porto (11348/AM), Livia Rocha Brito (6474/AM) e Márcia Caroline Milleo Laredo (8936/AM)). Agravado: 3s Serviços de Instalação e Manutenção de Máquinas e Industriais Ltda-me (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005016-49.2018.8.04.0000, Agravante: Municipio de Tapauá (Advogado(a): Dr(a). Jorge Luis dos Reis Oliveira (6866/AM)). Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005171-52.2018.8.04.0000, Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP)). Agravado: Armindo Barros dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Lia de Souza Faria (10211/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005216-56.2018.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Virginia Nunes Bessa (3591/AM)). Agravado: Miguel Maciel de Araújo Neto (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005296-20.2018.8.04.0000, Agravante: Carlos Alberto de Carvalho Parente (Advogado(a): Dr(a). Jorge Andre Santiago Neves (873/AM)). Agravado: Emerson Jorge Auler (Advogado(a): Dr(a). Alex Anufriev (60908/RR) e Wilisvan Moura Strege (11453/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005324-85.2018.8.04.0000, Agravante: Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Virginia Nunes Bessa (3591/AM)). Agravado: Kaik Ferreira Ribeiro (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005350-83.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Safra S.A. (Advogado(a): Dr(a). José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP)). Agravado: Michelly Keytiane Pereira Mota (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005462-52.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Pan (Advogado(a): Dr(a). José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (1164A/AM)). Agravado: Elias Castro dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005607-11.2018.8.04.0000, Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Advogado(a): Dr(a). José Lidio Alves dos Santos (156187/SP) e Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP)). Agravado: Maria Dolores Pereira Boneth (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005727-54.2018.8.04.0000, Agravante: Banco do Brasil S/A (Advogado(a): Dr(a). Rafael Sganzerla Durand (211648/SP) e Rafael Sganzerla Durand (737A/AM)). Agravado: Heraldo das Graças de Mendonça (Advogado(a): Dr(a). Arenaide Rosa Cruz de Lima Pereira (2589/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005764-81.2018.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)). Agravado: Conef Brasil Construções e Administração de Bens Ltda (Advogado(a): Dr(a). Thiago Andrade de Melo (7214/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005801-11.2018.8.04.0000, Agravante: Santa Cordelia Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Advogado(a): Dr(a). Mara Lucia Antony (598/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)). Agravado: Keithiane da Silvapinheiro (Advogado(a): Dr(a). Ricardo Pinheiro da Costa (7952/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005825-39.2018.8.04.0000, Agravante: Rondonia Transportes Ltda (Advogado(a): Dr(a). Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (4083/AM) e Talvani Franco Leite Brito (680A/AM)). Agravado: Horizonte da Amazonia Logistica Ltda (Advogado(a): Dr(a). José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005851-53.2018.8.04.0900, Agravante: Katia Maria Vieira Pereira (Advogado(a): Dr(a). Abrahim Jezini (4584/AM), Abrahim Jezini Junior (8073/AM), Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM) e Jano de Souza Mello (4587/AM)). Agravado: Thamara Ferreira Escóssio (Advogado(a): Dr(a). Priscila Inocêncio dos Santos (10445/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4006054-15.2018.8.04.0900, Agravante: Hamilton Colares Azevedo Junior (Advogado(a): Dr(a). Anne Louise Ventura da Silva (8297/AM)). Agravado: Alexandre de Souza Azevedo (Advogado(a): Dr(a). Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (6358/AM), Monalisa Gadelha Cordovil (7154/AM) e Silvia Roberta Padilha de Oliveira (6664/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000119-41.2019.8.04.0000, Agravante: João Oscar Araújo do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Karlla Alynne Queiroz d'Oliveira). Agravado: Natasha dos Santos Silva

(Advogado(a): Dr(a). Roberto da Silva Tavares (3160/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000368-89.2019.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Danilo Carvalho Freire (162033/MG), Décio Freire (56543/MG), Gustavo de Marchi (84288/MG) e Isabella Jacob Nogueira (8800/AM)). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000421-07.2018.8.04.0000, Agravante: Bradesco Saúde S/A (Advogado(a): Dr(a). Eloi Pinto Andrade (819/AM), Eloi Pinto de Andrede Junior (3840/AM), Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM) e Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)). Agravado: Wellen Paula do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Luana Lima Caresto (6235/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000474-51.2019.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Benedito Evaldo de Lima (4821/AM)). Agravado: Helem Cristina da Silva Alcantara (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000561-07.2019.8.04.0000, Agravante: Samel - Plano de Saúde Ltda (Advogado(a): Dr(a). Heloisa Pontes Maues (9667/AM), Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM), Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM) e Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (3749/AM)). Agravado: José Carlos Pereira Santos (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Juliana Inoue Mariano (261052/SP) e Péricles Duarte de Souza Júnior (4808/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4000704-93.2019.8.04.0000, Agravante: Marcos Vinicius de Lima Jaime (Advogado(a): Dr(a). Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (11164/AM)). Agravado: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Pedro Câmara Junior (2834/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001149-82.2017.8.04.0000, Agravante: Luiz Roberto Caldeira Junior (Advogado(a): Dr(a). José Luiz Cantuaria dos Reis (2896/AM)). Agravado: Elem da Costa Salgado Pontes (Advogado(a): Dr(a). Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001351-59.2017.8.04.0000, Agravante: João Soares do Lago Junior (Advogado(a): Dr(a). Lilian M. S. Pantoja (3508/AM) e Luiz Carlos Pantoja (913/AM)). Agravado: Maria de Nazaré Jatobá do Lago (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001469-35.2017.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)). Agravado: Inaldo Peixoto da Silva (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que

se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001488-41.2017.8.04.0000, Agravante: Banco Bmg S/A (Advogado(a): Dr(a). Flavia Almeida Moura Di Latella (109730/MG) e Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)). Agravado: Enéas Carlos Cavalcante (Advogado(a): Dr(a). Risonaldo de Melo Lima Junior (6997/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001495-96.2018.8.04.0000, Agravante: Edison Vieira Cardoso (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)). Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP) e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001680-71.2017.8.04.0000, Agravante: Cooperativa Brasileira dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens LTDA. - Cobrascam (Advogado(a): Dr(a). LUIZ PAULO DA SILVA DE CAMPOS (119456/RJ)). Agravado: Hernaldo Lima da Silva (Advogado(a): Dr(a). Alda Heloísa Tavares Toledo (7133/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001735-22.2017.8.04.0000, Agravante: Raimundo Nonato Alves (Advogado(a): Dr(a). Jose Estevão Xavier (8824/AM) e Stelisy Silva da Rocha (7989/AM)). Agravado: Secretaria Municipal de Limpesa e Serviços Publicos – Semulsp (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4001973-70.2019.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S.a. (Advogado(a): Dr(a). Mauro Paulo Galera Mari (887A/AM)). Agravado: Condomínio Residencial Green View (Advogado(a): Dr(a). Jamil Ribeiro da Silva (7167/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002143-42.2019.8.04.0000, Agravante: Neurolife Clínica de Neurologia e Neurofisiologia Sociedade Simples (Advogado(a): Dr(a). Luna de Souza Fernandes (12663/AM) e Rafael Cândido da Silva (6499/AM)). Agravado: Públik News (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002156-75.2018.8.04.0000, Agravante: Marcos Paulo Paes Rodrigues (Advogado(a): Dr(a). Bernardo Silva de Seixas (7910/AM), Bruno de Souza Cavalcante (9057/AM), Claudia de Santana (8369/AM), Guilherme G.V. Mota (5663/AM), João Medeiros da Silva (6595/AM) e Marcos Maurício Costa da Silva (4272/AM)). Agravado: Universidade do Estado do Amazonas - Uea (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002595-86.2018.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Benedito Evaldo de Lima (4821/AM)). Agravado: Miguel Estanley Barbosa Silva (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Gabriel Estanley da Silva e Silva e Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (6597/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002912-55.2016.8.04.0000, Agravante: Itaqua Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda. – Eireli – Epp (Advogado(a): Dr(a). David Amorim Toledo (3474/AM) e Jurandir Almeida de Toledo (381/AM)). Agravado: Método Potencial Engenharia S.a. (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002933-31.2016.8.04.0000, Agravante: Bcv - Banco de Credito e Varejo Sa (Advogado(a): Dr(a). Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG) e Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)). Agravado: Raul Bernardo da Silva (Advogado(a): Dr(a). Raimunda Leila Mendes da Silva (9940/AM) e Raimunda Leila Mendes da Silva (9940/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002935-98.2016.8.04.0000, Agravante: Banco Cifra S/A (Advogado(a): Dr(a). Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG) e Marcelo Tostes de Castro Maia (173524/RJ)). Agravado: Raul Bernardo da Silva (Advogado(a): Dr(a). Douglas Monteiro de Castro (10442/AM) e Raimunda Leila Mendes da Silva (9940/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4002992-82.2017.8.04.0000, Agravante: Federação das Unimeds da Amazônia (Advogado(a): Dr(a). Juliana Ferreira Correa (7589/AM) e Rodrigo Santos da Silva (10696/AM)). Agravado: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia (Advogado(a): Dr(a). João Antônio S. Tolentino (2300/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003065-20.2018.8.04.0000, Agravante: Adelson Luiz Braga Prestes (Advogado(a): Dr(a). Carolina Matos Carvalho Norões (5785/SE) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). Agravado: Magaly Pereira Rolim (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Raquel El-bachá Figueiredo (23953/BA)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003332-89.2018.8.04.0000, Agravante: Luiz Ferreira dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Fued Cavalcante Sêmen Neto (10435/AM) e Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM)). Agravado: Rosselberto Himenes (Advogado(a): Dr(a). Jose Luís Cantoaria dos Reis (2896/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003699-16.2018.8.04.0000, Agravante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte (Advogado(a): Dr(a). Carem Ribeiro de Souza (22258/DF), Durcilene Ferreira Franco Rodrigues (39927/DF) e Silvia Barra Caminha (19873/DF)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Simonete Gomes Santos (2516/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003805-12.2017.8.04.0000, Agravante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM)). Agravado: Empresa Industrial de Juta S/A (Advogado(a): Dr(a). Daniel Santos de Andrade (6733/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4003902-75.2018.8.04.0000, Agravante: Hapvida Assistencia Medica Ltda (Advogado(a): Dr(a). Aline Carvalho Borja (18267/CE), Ana Caroline Rodrigues Costa Fontenelle (20724/CE), Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM),

Francisco Jose Almeida Severiano (21834/CE), Hugo Leonardo Pegado Benicio (5526/RN), Igor Macedo Facó (16470/CE), Igor Marcelo Marreiro (22757/CE), Isaac Costa Lázaro Filho (18663/CE), Italo Regis de VAsconcelos Carvalho (27984/CE) e Laura Maria Amaro Martins (22874/CE)). Agravado: Carlos Eduardo Silva de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Deise da Silva Vasconcelos (3058/AM), Débora Araújo de Queiroz (10157/AM) e João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004308-96.2018.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Luciana Araújo Paes (4678/AM)). Agravado: Braz Tadeu Nobre de Araujo (Advogado(a): Dr(a). Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004320-13.2018.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Rafael Cândido da Silva (6499/AM)). Agravado: João Marques Mendes (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004708-13.2018.8.04.0000, Agravante: Dalvi de Jesus Cardoso (Advogado(a): Dr(a). Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM)). Agravado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004908-20.2018.8.04.0000, Agravante: Manaus Ambiental S/A (Advogado(a): Dr(a). Ney Bastos Soares Junior (4336/AM)). Agravado: Associação dos Moradores do Conj Residencial Viver Melhor (Advogado(a): Dr(a). Denise Morgado de O. Junqueira (6999/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4004912-57.2018.8.04.0000, Agravante: Eletro Instalações Ltda (Advogado(a): Dr(a). Fábio Silva Andrade (9217/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Luis Henrique Medeiros da Silva (5953/AM) e Luiz Felipe Brandão Ozores (4000/AM)). Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019.Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005235-62.2018.8.04.0000, Agravante: Diane Stephanie Pinheiro da Paz e Silva (Advogado(a): Dr(a). Luis Juscelino Augusto Leite (4092/AM)). Agravado: José Raimundo da Silva (Advogado(a): Dr(a). Priscila Inocêncio dos Santos (10445/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005600-19.2018.8.04.0000, Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG)). Agravado: Aguia Comercio Atacadista de Produtos de Produtos Alimenticios Ltda (Advogado(a): Dr(a). Liniker Carmo de Holanda (7893/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005839-23.2018.8.04.0000, Agravante: Clarice de Menezes Campos - Me (Advogado(a): Dr(a). Apoena Moreira Costa (4055/AM) e Tude Moutinho da Costa (564/AM)). Agravado: Supermercados DB Ltda. (Advogado(a): Dr(a).

Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Igor Góes Lobato (307482/SP), Júlio de Carvalho Paula Lima (90461/MG) e Milton Eduardo Colen (63240/MG)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005849-67.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S/A (Advogado(a): Dr(a). Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)). Agravado: Maria Raimunda Medeiros (Advogado(a): Dr(a). Gildo Leobino de Souza Junior (1056A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005853-07.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Bradesco S/A (Advogado(a): Dr(a). Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)). Agravado: Eni Cristina Vidal da Costa (Advogado(a): Dr(a). Gildo Leobino de Souza Junior (1056A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005860-96.2018.8.04.0000, Agravante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM) e Pedro Câmara Junior (2834/AM)). Agravado: Joana Marques de Freitas Sobrinho (Advogado(a): Dr(a). Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005869-58.2018.8.04.0000, Agravante: Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Laydiane Serafim Pereira). Agravado: Carlos Roberto Jose da Cruz (Advogado(a): Dr(a). Sergio Claudio Menezes Ferreira (3812/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4005902-48.2018.8.04.0000, Agravante: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Élida de Lima Reis Corrêa). Agravado: Sonia Regina Machado dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Ana Selma Rodrigues Pinheiro (4958/AM) e Giuliana Pinheiro Bastos Neves (10386/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4006045-53.2018.8.04.0900, Agravante: Eduardo Eliezer de Andrade Sicsu (Advogado(a): Dr(a). Maiara Cristina Moral da Silva (7738/AM)). Agravado: Maria Eloisa de Souza Sicsú (Advogado(a): Dr(a). Alan Hegerton Façanha Félix (9353/AM), Fabio Cristiano Moura de Freitas (10756/AM) e Jeronimo Pereira da Silva Neto (9509/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4006101-70.2018.8.04.0000, Agravante: Banco Santander S/A (Advogado(a): Dr(a). Ney Jose Campos (44243/MG)). Agravado: Maru Casa de Chá Sucos e Similares Eireli Me (Advogado(a): Dr(a). Alex Fernandes Minori (9444/AM) e Daniel Pereira Pio Suwa (9683/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Agravo de Instrumento nº4006109-47.2018.8.04.0000, Agravante: Giselle Araujo de Souza (Advogado(a): Dr(a). Gleiziellem Gomes de Oliveira Silva (13997/AM) e Suzana Carolina Cardeal de Melo (13999/AM)). Agravado: Marcos Paulo Batista Graciano (Advogado(a): Dr(a). Dinah Amazonas de Oliveira (4667/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0000381-87.2015.8.04.4401, Apelante: Seguradora Lider dos Consorcios Dpvat (Advogado(a): Dr(a). Luana Silva Santos (16292/PA)). Apelado: Lorraine Taine Mendes Brissow (Advogado(a): Dr(a). Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM) e Rodrigo Stegmann (968A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0006290-53.2017.8.04.0000, Apelante: O Municipio de Caapiranga/am (Advogado(a): Dr(a). Adrimar Freitas de Siqueira (8243/AM) e Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM)). Apelado: Ladimar Nascimento de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Jeferson Ney Vasconcelos Damasceno (6792/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0007148-92.2010.8.04.0012, Apelante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Patrícia Petrucelli Marinho (3319/AM)). Apelado: Estela Lins Marques (Advogado(a): Dr(a). João Antônio S. Tolentino (2300/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0010164-97.2004.8.04.0001, Apelante: Construtora Capital S/A (Advogado(a): Dr(a). Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Clemente Augusto Gomes (438/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Apelado: Luiz Henrique dos Santos Albuquerque (Advogado(a): Dr(a). Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM), Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM), Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares (4926/AM) e Ruy Silvio Lima de Mendonça (867A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0245326-33.2008.8.04.0001, Apelante: Adalto Carneiro Portela (Advogado(a): Dr(a). Antonio Azevedo de Lira (5474/AM) e Jacques Machado Portela (2722/AM)). Apelado: Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0255347-34.2009.8.04.0001, Apelante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A (Advogado(a): Dr(a). Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)). Apelado: Hospital Santa Julia Ltda (Advogado(a): Dr(a). Fernanda Cabral Marques (6755/AM), Hileano Pereira Praia (3834/AM), João Bosco A. Toledano (1456/AM), Maria Altamira de Souza (6959/AM), Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (1889/AM) e Terezinha Teles Fernandes (6622/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0257025-84.2009.8.04.0001, Apelante: Bradesco Saúde S/A (Advogado(a): Dr(a). Edyranne Nascimento dos Santos (11157/AM), José Delfin Buiitrago Costa (5546/AM), José Edgard da Cunha Bueno Filho (684A/AM), Juliana Batista Braga (4166/AM) e Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)). Apelado: Amazonorte Cargas Express Ltda - Me (Advogado(a): Dr(a). Jamile Ribeiro da Silva (4977/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0365598-90.2007.8.04.0001, Apelante: Antônia Maria Guerra de Farias (Advogado(a): Dr(a). Fábio Moraes Castello Branco (4603/AM)). Apelado: Fogos Confiança Ltda (Advogado(a): Dr(a). Célio Antônio Szlachta (6260/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0604435-26.2013.8.04.0001, Apelante: Pdg Construtora e Incorporadora (Advogado(a): Dr(a). Armando S. de M. Cardoso Neto (20451/PA) e Fernanda Alice Ramos Marques (19345/PA)). Apelado: André Luiz Barros Gioia (Advogado(a): Dr(a). Caroline de Queiroz Dantas (6918/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de

5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0607015-24.2016.8.04.0001, Apelante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Patrícia Petrucelli Marinho (3319/AM)). Apelado: Carlos Maurício Saldanha de Souza (Advogado(a): Dr(a). Rômulo José Fernandes da Silva (1818/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0609068-80.2013.8.04.0001, Apelante: Alisson Leandro Santos de Souza (Advogado(a): Dr(a). Cárita Martins Borges Pedroso (7310/AM)). Apelado/Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento (Advogado(a): Dr(a). Fernando Luz Pereira (658A/AM) e Moisés Batista de Souza (469A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0609278-92.2017.8.04.0001, Apelante: Sandra Maria de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Keila Nascimento Saldaña (11926/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Thiago Oliveira Costa (13187/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0610934-55.2015.8.04.0001, Apelante: José Pereira Monteiro (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)). Apelado: Pneu Forte Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Jose Ricardo Gomes de Oliveira (5254/AM) e Sarah Maia Viana (11440/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0612094-18.2015.8.04.0001, Apelante: Tobias da Silva Chaves (Advogado(a): Dr(a). Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (8771/AM), Walquer Moraes dos Reis (8804/AM) e Wilson Peçanha Neto (4630/AM)). Apelado: Senso Engenharia e Comércio Ltda (Advogado(a): Dr(a). Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (8771/AM), Marcus Vinicius Cavalcanti Albano de Souza (2520/AM), Patricia F. Benayon Albano de Souza (2500/AM), Walquer Moraes dos Reis (8804/AM) e Wilson Peçanha Neto (4630/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0619584-28.2014.8.04.0001, Apelante: Francisco Felix Gomes (Advogado(a): Dr(a). Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0619601-64.2014.8.04.0001, Apelante: Elenilza Souza Silva Anacleto (Advogado(a): Dr(a). Kenia Cristina Wanderley Dorval (135899RJ)). Apelado: C & A Modas Ltda (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0619809-14.2015.8.04.0001, Apelante: Telmires Bindá Garcia (Advogado(a): Dr(a). Ricardo de Carvalho Torres (7917/AM)). Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Karina Broze Naimeg Grossi (119869/MG) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0620605-39.2014.8.04.0001, Apelante: Spe Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP) e Rafael

Sganzerla Durand (737A/AM)). Apelado: Ernesto Oliveira Serra Pinto (Advogado(a): Dr(a). Anelson Brito de Souza (5342/AM), Antônio Tavares Ferreira Costa (6941/AM), Célio Alberto Cruz de Oliveira (2906/AM), Kassio Almeida Faye das Chagas (10208/AM), Mario Jorge Oliveira de Paula Filho (2908/AM), Ricardo Maia de Souza (6420/AM) e Tadeu de Souza Silva (6878/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0621749-48.2014.8.04.0001, Apelante: Francisco Coelho dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Janiete da Silva Monteiro (10084/AM)). Apelado: Governo do Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) e Naziano Pantoja Filizola (294A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0622172-71.2015.8.04.0001, Apelante: Dovam S.A. Indústria e Comércio (Advogado(a): Dr(a). Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM), Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM) e Ruy Silvio Lima de Mendonca (18285/PA)). Apelado: Dover Industria e Comércio S A (Advogado(a): Dr(a). José Oswaldo Corrêa (12667/RJ), Nilson Coronim (1925/AM) e Raquel Pinto Valente (6771/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0623232-16.2014.8.04.0001, Apelante: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Advogado(a): Dr(a). Alexandra Zangerolame (3098/AM), Andrade Gc Advogados (5797/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Isabela Ribeiro Alves (5270/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG)). Apelado: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Advogado(a): Dr(a). Alexandra Zangerolame (3098/AM), Andrade Gc Advogados (5797/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Isabela Ribeiro Alves (5270/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0623661-80.2014.8.04.0001, Apelante: Valnei Costa Alves (Advogado(a): Dr(a). Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0623763-05.2014.8.04.0001, Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM)). Apelado: Raimundo Alfredo Nunes (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0624177-03.2014.8.04.0001, Apelante: Direcinal Engenharia S/A (Advogado(a): Dr(a). Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG) e Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG)). Apelado: Vicente Fernandes Vieira Junior (Advogado(a): Dr(a). Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM) e Ricardo Vieira Rodrigues (8801/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0624218-04.2013.8.04.0001, Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Maria Lucília Gomes (1579A/AM)). Apelado: Antonio Jose Costa dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Antônio Luiz Nascimento Ferreira (8167/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0624391-91.2014.8.04.0001, Apelante: Ambrósio Nogueira da Silva (Advogado(a): Dr(a). Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Caroline Retto Frota (4411/AM) e Isabela

Peres Russo (3198/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0626612-47.2014.8.04.0001, Apelante: J A C da Silva & Cia LTDA (Advogado(a): Dr(a). Ricardo Alan Monteiro Batista (8084/AM)). Apelado: Cartorio do 3º Oficio de Imoveis e Protesto de Letras - Manaus/am (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0627610-49.2013.8.04.0001, Apelante: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda (Capital Rossi) (Advogado(a): Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)). Apelado: Maria do Perpétuo Socorro Redman (Advogado(a): Dr(a). Louise Caroline Miquiles Guimarães (9251/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0628077-91.2014.8.04.0001, Apelante: Walber Luis Silva do Nascimento (Advogado(a): Dr(a). Daniel Pereira da Silva Neto (5055/AM), Laura Maria Santiago Lucas (4872/AM), Luana de Assis Pires (5030/AM) e Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM)). Apelado: Naissa Goes Paixão de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Afranio Azevedo Pereira (4434/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0628447-07.2013.8.04.0001, Apelante: Eloiza Neves Bresaola (Advogado(a): Dr(a). Daniel Pinheiro Viegas (746A/AM), Diego Luiz Castro Silva (6402/TO), Flavia Lourdes Mendes Coelho (3552/AM), Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM) e Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM)). Apelado: Eloiza Neves Bresaola (Advogado(a): Dr(a). Daniel Pinheiro Viegas (746A/AM), Diego Luiz Castro Silva (6402/TO), Flavia Lourdes Mendes Coelho (3552/AM), Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM) e Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0629707-22.2013.8.04.0001, Apelante: J. A. dos S. R. (Advogado(a): Dr(a). Marco Aurélio Duarte de Lima (7235/AM)). Apelado: M. E. A. S. (Advogado(a): Dr(a). Helyamara Silva de Medeiros (6318/AM) e Hélio Francisco Silva de Medeiros (6591/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0630603-31.2014.8.04.0001, Apelante: J.c.s Serviços Civil e Naval Me (Abraão N da Rocha Me (Advogado(a): Dr(a). Alexander Simonette Pereira (6139/AM)). Apelado: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Andrade Gc Advogados (5797/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0631243-68.2013.8.04.0001, Apelante: Compañia Sud Americana de Vapores S/A (Advogado(a): Dr(a). Baudilio Gonzalez Regueira (139684/SP), João Paulo Alves Justo Braun (184716/SP) e Suzel Maria Reis Cunha (139210/SP)). Apelado: Isoamazon Indústria Comércio de Artefatos Plásticos Ltda. - Me (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019.

Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0631316-06.2014.8.04.0001, Apelante: Carlos da Silva Rodrigues (Advogado(a): Dr(a). Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)). Apelado: O Estado do Amazonas (Advogado(a): Dr(a). Élida de Lima Reis (7458/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0631326-50.2014.8.04.0001, Apelante: Marivalda de Oliveira Gomes (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto (12790AM/T)). Apelado: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social (Advogado(a): Dr(a). Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0631980-71.2013.8.04.0001, Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev (Advogado(a): Dr(a). Fabio Martins Ribeiro (449A/AM)). Apelado: Claudomira Soares da Silva (Advogado(a): Dr(a). Henrique Lima Marinheiro (9324/AM) e Joyce Helen da Silva Holanda (7519/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0633017-02.2014.8.04.0001, Apelante: Miraci Hipolito da Costa e Silva (Advogado(a): Dr(a). Éden Albuquerque da Silva (4115/AM)). Apelado: Mauricio Messias de Souza (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0633404-51.2013.8.04.0001, Apelante: Fundação Getúlio Vargas- Fgv (Advogado(a): Dr(a). Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/MG) e Thereza Christina Caxeixa de Oliveira Nogueira (6097/AM)). Apelado: Therezinha Christina Caxeixa de Oliveira (Advogado(a): Dr(a). Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/MG) e Thereza Christina Caxeixa de Oliveira Nogueira (6097/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0635073-71.2015.8.04.0001, Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)). Apelado: Manoel Francisco Lima Barros (Advogado(a): Dr(a). Todos os representantes das partes passivas Não informado). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0635203-95.2014.8.04.0001, Apelante: O Município de Manaus (Advogado(a): Dr(a). Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM)). Apelado: Jorge Martim da Silva (Advogado(a): Dr(a). Ana Maria Holanda Farias Sales (4502/AM) e Gisele Figueiredo R. dos Santos (4221/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0635369-64.2013.8.04.0001, Apelante: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB (Advogado(a): Dr(a). Michael Jorge Harraquian Neto (8938/AM)). Apelado: Sílvia de Oliveira Sarmento (Advogado(a): Dr(a). Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Eduardo Augusto da Silva Dias (5857/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0636007-97.2013.8.04.0001, Apelante: Diego Fernandes Fonseca dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (2968/AM) e Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM)). Apelado: Banco Pottencial S.a. (Advogado(a): Dr(a). Felipe Bueno Siqueira (116885/MG) e Flavio Lage Siqueira (58439/MG)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0636818-57.2013.8.04.0001, Apelante: Flávio Jose dos Santos Marques (Advogado(a): Dr(a). Gunther Aquiles Marques Paz (7296/AM) e Miriam Regina Cunha Dutra (4869/AM)). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A

(Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

Apelação Cível nº0636995-84.2014.8.04.0001, Apelante: Pdg - Agra Bergen (Advogado(a): Dr(a). Armando S. de M. Cardoso Neto (20451/PA), Armando S. de M. Cardoso Neto (20451/PA), Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM) e Ney Bastos Soares Junior (4336/AM)). Apelado: Marcelo Figueiredo Barroso (Advogado(a): Dr(a). Leonardo Guimarães Brito (4096/AM) e Leonardo Guimarães Brito (4096/AM)). De ordem do Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira – Relator dos autos acima mencionados, ficam as partes intimadas no prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifestem caso possuam interesse em que o julgamento do processo se dê de maneira presencial, considerando o disposto na Emenda Regimental 01/2018, que dispõe sobre o julgamento virtual.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

Jpns.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003988-12.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: José Odecio Ferreira** (Advogado: Dr. David Azulay Benayon OAB 8.688/AM). **Agravado: O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Benedito Evaldo de Lima Moreno). **Fica o Agravante intimado da DECISÃO de fls. 65/67**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor final é o seguinte: "..... Com efeito, **INDEFIRO** o efeito suspensivo vindicado. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, inciso II do CPC/15, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, ofertada ou não as contrarrazões, proceda a certificação nos autos e voltem-me conclusos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 19 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002481-16.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã** (Advogado: Dr. Hugo Ferreira Albuquerque OAB 10.197/AM). **Agravado: Furtado & Marques Advogados** (Advogados: Dr. Auton Francisco Furtado Maia OAB 5.821/AM, Dra. Elisia Lima de Sá OAB 9.161/AM, Dr. Roberto Marques da Costa OAB 4.135/AM e Escritório Furtado e Marques Advogados Associados OAB 463/2014). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 48/49**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Firme nas razões adrede alinhavadas, com supedâneo no art. 932, III, do CPC/20152, **NÃO CONHEÇO** o presente recurso, tendo em vista sua manifesta deserção. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 15 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo Interno Cível nº 0003129-64.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Franklin Arthur Martinez Filho OAB 1.251-A/AM). **Agravados: Marcello Melo do Amaral, Marco Antônio Barbosa Pereira, Normando da Rocha Barbosa, Renato Fonseca de Carvalho, Ronney Ribeiro Nogueira, Samira Mousse de Carvalho, Túrbio José Corrêa da Costa, Walter Cabral de Vasconcelos Filho, Zandra Couceiro Ribeiro** (Advogados: Dr. Aloysio Nogueira de Melo Filho OAB 9.143/AM, Dr. Márcio Silva Teixeira OAB 4.672/AM e Dr. Oldeney Sá Valente OAB 970/AM). **Ficam os Agravados intimados da Decisão Monocrática de fls. 64**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor final é o seguinte: "..... Pelo exposto, com supedâneo no art. 998 do CPC/2015, recebo a desistência e **HOMOLOGO A EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO RECURSAL EM QUESTÃO**. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus (AM), 15 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003964-81.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Rp de Souza & Cia Ltda.** (Defensora Pública: Dra. Dâmea Mourão Telles de Menezes). **Agravado: Banco Bradesco S.A.** (Advogada: Dra. Rosângela da Rosa Correa OAB 921-A/AM). **Fica o Agravado intimado da DECISÃO de fls. 55/57**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor final é o seguinte: "..... Com efeito, **INDEFIRO** o efeito suspensivo vindicado. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, inciso II do CPC/15, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, ofertada ou não as contrarrazões, proceda a certificação nos autos e voltem-me conclusos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 20 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004067-88.2019.8.04.0000**, em que são **Agravantes: Eloise Christine Souza Lins, M. S. Tecnologia e Informática da Amazônia Ltda., Margareth Mary Araujo de Souza** (Advogados: Escritório Andrade GC Advogados OABAM 057/97, Dra. Keyth Yara Pontes Pina OAB 3.467/AM e outros). **Agravado: Banco do Brasil S/A** (Advogados: Dr. José Arnaldo Janssen Nogueira OAB 1047-A/AM - 79.757/MG, Dr. Sérvio Túlio de Barcelos OAB 44.698/MG - OAB 1.048-A/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar

contrarrazões ao presente recurso, **bem como os Agravantes para conhecimento da Decisão de fls. 126/128**, cujo teor final é o seguinte: ".... Com efeito, **INDEFIRO** o efeito suspensivo vindicado. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, inciso II do CPC/15, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, ofertada ou não as contrarrazões, proceda a certificação nos autos e voltem-me conclusos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 20 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001856-84.2016.8.04.0000**, em que é **Agravante: Andreza Pinheiro Nunes** (Advogados: Dr. Abel Rodrigues Alves OAB 3-A/AM e Dr. José Arthur de Sousa Rodrigues Alves OAB 7.906/AM). **Agravada: Geracina dos Santos Teles** (Advogado: Dr. Lenilton Fortunato de Oliveira OAB 2.025/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 32/33**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Firme nas razões alhures delineadas e ante a evidente falta de interesse superveniente, **NÃO CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO**, com arrimo no art. 932, II, do CPC/2015, eis que prejudicada a pretensão recursal. Publique-se. Intimem-se. À secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus (AM), 19 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo Interno Cível nº 0004413-44.2018.8.04.0000**, em que é **Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A** (Advogados: Dr. Guilherme Vilela de Paula OAB 69.306/MG e Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araújo OAB 1.069-A/AM e outros). **Agravada: Oliveira Energia Geração de Serviços Ltda.** (Advogados: Dr. Andrey Victor Pinto Gusmão OAB 8.046/AM, Dr. Francisco Moacir Maia Filho OAB 5.560/AM e Dr. Waldemir dos Santos Costa Junior OAB 8.905/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 65**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Pelo exposto, com supedâneo nos arts. 932, I, e 487, III, "b", todos da Lei Civil Adjetiva, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, extinguindo, via de consequência, a presente medida recursal com resolução do mérito. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 21 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003995-04.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: E. U. M. A., Representado por sua genitora Kivia Meirelles Maia Albuquerque** (Advogados: Dra. Lívia Rocha Brito OAB 6.474/AM, Dr. Michael Galati OAB 10.449/AM, Escritório Brito Advogados OAB/AM 484/2015 e outros). **Agravada: UNIMED DA AMAZÔNIA - Federaçao das Sociedades Cooperativas de Trabalho Medico do Acre, Amapa, Amazonas, Para, Rondonia e Roraima** (Advogado: Dra. Juliana Ferreira Correa OAB 7.589/AM e Dr. Rodrigo Santos da Silva OAB 10.696/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 19/22**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Por estas razões, com supedâneo no art. 932, III, do Novo Código de Processo Civil, **NEGO CONHECIMENTO** ao presente recurso, tendo em vista a ausência de pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 21 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 3 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002102-75.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Banco Bradesco S.a.** (Advogado: Dr. Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM). **Agravado: J. Toledo da Amazônia Indústria e Comércio de Veículos Ltda**. (Advogado: Dr. Naudal Rodrigues de Almeida (115A/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fl. 607,** cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II). Cumpra-se. Manaus/AM, 19 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0646658-18.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bonsucesso Consignado S.A (**Advogados: Dr. Alan Sampaio Campos (37491A/BA) e Dr. Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA). **Apelado: José Jorge da Silva Lirio** (Advogados: Dr. Alysson Roberto Rocha Ferreira (11860/AM) e Dr. Kleibianno Teles de Souza (7098/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 446,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0640547-86.2016.8.04.0001, em que é Apelante: O Município de Manaus** (Procurador: Dr. Ariel Shalom Benchimol de Resende (6095/AM). **Apelada: Terezinha França de Paula** (Advogados: Dr. João Eurico Brasileiro de Souza Faria (8312/AM) e Dra. Lia de Souza Faria (10211/AM). **Fica a Apelada intimada da Decisão de fl. 226,** exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências.

Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0643294-43.2015.8.04.0001, em que é Apelante: Aldenir dos Santos Gama** (Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM). **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social** (Procuradora): Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA). **Fica o Apelante intimado da DECISÃO de fl. 248,** exarada nos autos acima referidos na qual "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 19 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0605892-88.2016.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Honda S/A** (Advogado: Dr. Hiran Leão Duarte (10422/CE). **Apelado: Evandro Jovino de Lima. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 134,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0257442-66.2011.8.04.0001, em que é Apelante: Nádio dos Santos Brito** (Advogado: Dr. Luiz Felipe da Luz de Queiroz (7271/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas** (Procuradora: Dra. Luciana Barroso de Freitas (5144/AM). **Fica o Apelante intimado da DECISÃO de fl. 275, exarada** nos autos acima referidos na qual "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0260119-06.2010.8.04.0001, em que é Apelante/Apelada: Anna Cristina Rodrigues da Cunha (**Advogado: Dr. Ricardo Pinheiro da Costa (7952/AM) e Dra. Keithiane Pereira da Silva (7948/AM). **Apelado/ Apelante: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb e outros.** (Procurador: Dr. Anderson Raphael Pereira de Araujo (7359/AM) e outros. **Fica a Apelante intimada da DECISÃO de fl. 443,** exarada nos autos acima referidos na qual "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0627708-58.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Condomínio Smille Village Cidade Nova** (Advogados: Dra. Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (9886/AM) e Dra. Nilcilene Pereira Cavalcante (9834/AM). **Apelado: Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)** (Advogados: Dra. Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Dra. Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM) e outros**. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 402,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0615407-79.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Lucilene Guimarães de Oliveira** (Advogado: Dr. Marvyn Boris de Oliveira Costa (12571/AM). **Apelados: O Município de Manaus e Manaus Previdência - MANAUSPREV** (Procuradores: Dra. Aldenaira Paula de Freitas (21/91) e Dr. Felipe Carneiro Chaves (9179/AM). **Fica a Apelante intimada da DECISÃO de fls. 257**, exarada nos autos acima referidos na qual "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0626630-63.2017.8.04.0001, em que é Apelante: O Município de Manaus** (Procuradora: Dr. Aldenaira Paula de Freitas (21/91). **Apelada: Márcia Sigrid Almeida Costa Novo** (Advogados: Dr. Elson Marcelo Lima de Souza (9903/AM) e Dra. Luíza Veneranda Pereira Batista (12983/AM). **Fica a Apelada intimada da Decisão de fl. 245,** exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-se. À Secretaria, para providências.

Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0625382-62.2017.8.04.0001, em que é Apelante: Abel Santana Marques**

(Advogado: Dr. Antonio Praia Caldas (9546/AM**). Apelado: Banco Industrial do Brasil S/A** (Advogados: Dr. André de Souza Oliveira (5219/AM) e Dr. Wilson Sales Belchior (17314/CE). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 306,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0633693-47.2014.8.04.0001, em que é Apelante: Banco do Brasil S/A** (Advogados: Dr. José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Dr. Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM). **Apelado: Eletro Instalações Ltda** (Advogada: Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 388,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 16 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 03 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Despachos

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4004023-69.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Via Verde Transportes Coletivos Ltda**, advogado, Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554MG), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622A/AM) e como **Agravado, Aldemir Silva Frutuoso**, advogado, Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM).

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004244-52.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Amil – Assistência Médica Internacional S/A**, advogado, Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e como **Agravado, Gesiana Carla Morais Soibelman e Meyer Soibelman**, advogados,Drs. Luiz Fernando Mafra Negreiros (5641/AM), Ricardo da Cunha Costa (5737/AM) e Tatiane Medina Oliveira (6336/AM). **DECISÃO: "(...)** Intime-se o agravado para, querendo, ofereça contrarrazões recursais no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 02 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator. " ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Regimental Cível nº. 0005207-31.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Elenildo do Carmo Silva**, advogado, Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle e Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM) e como **Agravado, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogados,Drs. Filipe de Filippo (73668/MG), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ao analisar os autos, verifco, à fl. 9, pedido de desistência do agravo regimental, conforme autoriza o artigo 98 do Código de Processo Civil. Pelo exposto, declaro extinto o presente procedimento recursal. Manaus, 2 de setembro de 2019. Cláudio Roessing-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004256-66.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Banco Santander S/A**, advogado, Dr. Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (217897/SP) e como **Agravado, Edilson Freire**, advogado, Dr. Daniel Cardoso de Albuquerque (6086/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Intimem-se os agravados, para querendo, ofereçam contrarrazões recursais. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 02 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury, Relator do Proceso Eletrônico de Agravo de Instrumento nº. **4004110-25.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como Agravantes, Glória Maria de Oliveira Simões e Kátia Maria da Silva de Oliveira, advogadas, Dras. Gina Moraes de Almeida (7036/AM) e Raysa Lopes da Silva Tavares (1395/AM) e como Agravado, Master Consignados Franquia Ltda - ME. DECISÃO: "(.) Ante o exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais e pelas razões delineadas, com fundamento nos arts. 1.019, I, 932, I e 95, parágrafo único, todos do CPC/2015, e como medida de cautela, antecipo os efeitos da tutela recursal pretendida, rescindido o contrato de concesão comercial firmado entre as partes, o qual

deixa de surtir seus efeitos a partir da presente decisão. Intime-se a Agravada para que responda o presente recurso, na forma do art. 1.019, I, do CPC. Ato contínuo, comunique-se a presente decisão ao Juiz da causa, nos termos do art. 1.019, I, do CPC. Devidamente instruído, retornem-me os autos em conclusão. Cumpra-se. À Secretaria para providências.

Manaus, 29 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acesados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 29 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Asistente da Secretária. M. 104.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0613115-87.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelante: Jefferson Rhuan Barros de Lima - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0613115-87.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Jefferson Rhuan Barros de Lima e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Jefferson Rhuan Barros de Lima, na pessoa de seu Advogado Dr. Rodrigo Rodrigues Campos, (OAB/AM nº 12150), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 3 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 3 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Hilton Serra Viana - Rodrigo Rodrigues Campos (OAB: 12150/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0656973-08.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Fernando dos Santos Lassalvia - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0656973-08.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Fernando dos Santos Lassalvia e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Fernando dos Santos Lassalvia, na pessoa de sua Advogada Dra. Valéria Ferreira Rabello, (OAB/AM nº 6287), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 3 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 3 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Efigênia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM) - André Luís Medeiros Figueira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0211153-41.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Mario Hyssa Abrahim Neto - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0211153-41.2012.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, Processo Originário nº 0211153-41.2012.8.04.0001/Vara Especializada de Crimes de Trânsito, em que é Apelante Mario Hyssa Abrahim Neto e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Mario Hyssa Abrahim Neto, na pessoa de seus Advogados Drs. Leonardo Lemos de Asis (OAB/AM n.º 6.497), Alan Yuri Gomes Fereira (OAB/AM n.º 10.450) e José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB/AM nº 3.725), para tomar conhecimento do DESPACHO: "DEFIRO o pedido de sustentação oral formulado à fl. 281, consoante previsão do art. 14, § 2.º, do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 3 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB: 3725/AM) - Lilian Maria Pires Stone - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004275-72.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - São Gabriel da Cachoeira - Impetrante: Anderson de Souza Lima - Paciente: Vilmar Azevedo Cunha - Impetrado: Vara Unica da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004275-72.2019.8.04.0000 (Processo Digital). São Gabriel da Cachoeira/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Anderson de Souza Lima OAB/AM n° 10.190, Paciente Vilmar Azevedo Cunha e Impetrado Vara Unica da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Vilmar Azevedo Cunha, na pessoa de seu Advogado Dr. Anderson de Souza Lima OAB/AM n° 10.190, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 3 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Anderson de Souza Lima (OAB: 10190/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Amós Rafael Hsu de Souza (14817/AM), André de Souza Oliveira (5219/AM) e Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (13805/AM) e Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes (7811MP) - Processo 0000032-33.2018.8.04.7100 - Apelação Criminal - Estupro - Apelante : V. da S. F. - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Fabiano Cortez de Negreiros (9281/AM) e Raimundo Nunes Amazonas (7379/AM) e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0200427-71.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Homicídio Qualificado - Apelante : Doroteu Ferreira da Silva de Morais - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Laura Rita Araújo Cardoso (5675/AM) e Soraya Seixas Nunes Colares (9952/AM) e George Pestana Vieira - Processo 0201690-13.2015.8.04.0020 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : J. da S. F. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Laiane Tammy Abati (172066/SP) e Jefferson Neves de Carvalho (2076/AM) - Processo 0203970-77.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Furto - Apelante : Wanderlúcio de Souza Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Maria Rocha Fernandes (13713/AM) e Rogerio Marques Santos - Processo 0205586-92.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Estupro - Apelante : F. da S. V. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: José Edvaldo de Souza Ferreira (7086/AM) e Carlos José Alves de Araújo - Processo 0234265-34.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Denegação - Apelante : Josicleiton Machado Barreiros - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Andréa Cardoso Salgado (4743/AM), Fernando Henrique de Almeida (12751/AM), Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (4563/AM), Juliana Chaves Coimbra Garcia (4040/AM), Paulo César de Sousa Araújo (12216/AM) e Thais Vasques de Brito (12592/AM) e Francisco Lázaro de M. Campos - Processo 0247093-33.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Extorsão - Apelante : André da Silva Rondon - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Roger Moreira de Queiroz (2909/AM) e Rodrigo Miranda Leão Júnior (1643/MP) - Processo 0247965-14.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Estupro - Apelante : E. dos S. P. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Denise D Albuquerque Veiga Lima (4565N/AM) e Alessandro Samartin de Gouveia - Processo 0249503-98.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal - Homicídio Qualificado - Apelante : Maurício Gomes Pereira Filho - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Darlan Benevides de Queiroz - Processo 0602525-51.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Estupro - Apelante : Tiago Alexandrina Mascarenhas - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Karleno José Pereira (9059/AM) e Hilton Serra Viana - Processo 0607904-75.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Luzimilton da Silveira Marques - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1) Processo: 0254409-68.2011.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: Francisco Dione Ribeiro de Carvalho. Advogado: Dr. Lindomar Lima de Souza (OAB: 9739/AM). Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO SIMPLES. PEDIDO DE DESPRONÚNCIA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA QUE RECONHECE A MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. LEGÍTIMA DEFESA. FUNDADA DÚVIDA. PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. SENTENÇA DEVIDAMENTE MOTIVADA. DECISÃO RECORRIDA MANTIDA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. O Recorrente interpôs o presente recurso pretendendo a sua despronúncia ou a absolvição sumária, nos termos do art. 415, inciso IV, do Código de Processo Penal.2. Nada obstante, a sentença de pronúncia fundamenta-se na presença de provas da materialidade do crime e nos indícios de autoria, especialmente, Certidão de Óbito; Laudo Necroscópico; Declarações das Testemunhas de Acusação, tanto na fase inquisitorial, quanto em juízo, bem assim, a própria confissão do Réu.3. Nessa ordem de ideias, não há como prosperar o pedido de despronúncia, pois o conjunto probatório é suficiente para submeter o acusado a julgamento pelo Corpo de Jurados, por demonstrar a existência de provas da materialidade e de indícios da autoria. 4. Ademais, é cediço que a primeira fase do processamento de acusações da prática de crimes contra a vida é conhecida como Judicium Accusationis e nela vigora o princípio do "in dubio pro societate", de acordo com o qual, na dúvida, quanto à prova da materialidade do fato ou da autoria, o favorecimento é do Estado e a questão é levada à segunda fase do júri.5. De outra senda, o pedido de absolvição sumária, na forma do art. 415, inciso IV, do Código Penal, depende de prova, segura e contundente, da excludente de ilicitude de legítima defesa, a qual não foi produzida.6. Nesse soar, salienta-se que, no presente episódio, não se verifica, de forma inequívoca, que o Réu reagiu à injusta agressão da Vítima de forma moderada e, por outro lado, há dúvidas quanto ao meio utilizado para ceifar a vida do Ofendido, pois, em que pese o Recorrente e as Testemunhas afirmarem que a Vítima foi morta com uma faca, tanto o Laudo Necroscópico, quanto a Certidão de Óbito, apontam que a causa mortis decorreu de "ação pérfuro-contudente (ferimento por arma de fogo)", o que revela que a dinâmica dos fatos ainda precisa ser elucidada, devendo ser mantida a competência do tribunal do júri para analisar, de forma aprofundada, o meritum causae. Precedentes.7. Recurso em Sentido Estrito CONHECIDO e DESPROVIDO. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso em Sentido Estrito em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 3 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0200980-16.2016.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante Ministério Público do Estado do Amazonas, Agravado Jailson Cerdeira dos Santos, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Procuradora Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL – PROCESSO PENAL E PENAL - PROGRESSÃO DE REGIME – PERDA DO OBJETO PELO LAPSO TEMPORAL – APENADO REINCIDENTE.I - O apenado foi condenado a 10 (dez) anos e 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão com regime inicial fechado, pela prática do crime capitulado no artigo 33, caput, c/c o art. 42, I, ambos da Lei 11.343/2006. II - O Parquet requer a reforma da decisão, aduzindo que o Magistrado a quo concedeu a progressão do regime sem considerar a fração de 3/5, prevista no artigo 2°, §2° da Lei 8072/90 ao apenado Jailson Cerdeira dos Santos.III - Com efeito, efetuando os cálculos necessários, verifico que para a concessão do benefício requerido, seria necessário que o apenado cumprisse 6 (seis) anos, 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, com o que adquiriria o direito à progressão de regime somente em 12/09/2017.IV - Por óbvio, o lapso temporal decorrido entre a interposição do recurso e a remessa do mesmo a esta instância ensejou a própria progressão de regime em favor do apenado, que passou do fechado para o semiaberto, cumprindo desta maneira 3/5 da pena.V - Logo, de fato, não há qualquer utilidade em julgar se foi acertada ou não a decisão do Juízo da execução que entendeu que a aplicação do patamar de 3/5 é inconstitucional e beneficiou o apenado com a progressão de regime antes de completar 3/5 da pena, prevista no artigo 2°, §2° da Lei 8072/90.VI – RECURSO PREJUDICADO.ACÓRDÃO. DECISÃO: "SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL N° 0200980-16.2016.8.04.0001 AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS AGRAVADO: JAILSON CERDEIRA DOS SANTOS RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE MANOEL LOPES LINS EMENTA: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL - PROCESSO PENAL E PENAL - PROGRESSÃO DE REGIME - PERDA DO OBJETO PELO LAPSO TEMPORAL - APENADO REINCIDENTE. I - O apenado foi condenado a 10 (dez) anos e 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão com regime inicial fechado, pela prática do crime capitulado no artigo 33, caput, c/c o art. 42, I, ambos da Lei 11.343/2006. II - O Parquet requer a reforma da decisão, aduzindo que o Magistrado a quo concedeu a progressão do regime sem considerar a fração de 3/5, prevista no artigo 2°, §2° da Lei 8072/90 ao apenado Jailson Cerdeira dos Santos. III - Com efeito, efetuando os cálculos necessários, verifico que para a concessão do benefício requerido, seria necessário que o apenado cumprisse 6 (seis) anos, 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, com o que adquiriria o direito à progressão de regime somente em 12/09/2017. IV - Por óbvio, o lapso temporal decorrido entre a interposição do recurso e a remessa do mesmo a esta instância ensejou a própria progressão de regime em favor do apenado, que passou do fechado para o semiaberto, cumprindo desta maneira 3/5 da pena. V - Logo, de fato, não há qualquer utilidade em julgar se foi acertada ou não a decisão do Juízo da execução que entendeu que a aplicação do patamar de 3/5 é inconstitucional e beneficiou o apenado com a progressão de regime antes de completar 3/5 da pena, prevista no artigo 2°, §2° da Lei 8072/90. VI - RECURSO PREJUDICADO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo em Execução Penal n° 0200980-16.2016.8.04.0001, em que são partes acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância parcial com o parecer do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Sala de Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em Manaus/AM.".

2. Processo: 0637168-69.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante Ministério Público do Estado do Amazonas. Agravada Elaine Caroline Braga da Costa. Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador Flavio Ferreira Lopes. Relator Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO – PENAL E PROCESSO PENAL – ROUBO – CONCURSO DE PESSOAS - CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR – MONITORAMENTO ELETRÔNICO – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL – REFORMA – IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. I - O Juízo das Execuções Penais, em audiência de justificação da requerida, concedeu prisão domiciliar com monitoramento eletrônico à condenada, com base no citado Termo de Inspeção na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM, contrariando o dispositivo no §3°, do artigo 160, da Lei Complementar n°17/97.II - Com isso requer a procedência desde incidente processual, para que seja determinado o retorno da requerida ao regime semiaberto, na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM, devendo esta obedecer rigorosamente os horários de saída e retorno ao estabelecimento penal, sob pena de revogação ou regressão, em respeito ao dispositivo no §2°, do artigo 35, do Código Penal.III - De acordo com o Relatório de Inspeção Judicial realizado no dia 09/08/2018, em que participaram os juízes da execução penal, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, constatou-se que a Unidade Prisional Feminina Regime Semiaberto e Aberto encontra-se em situação precária, incapaz de alojar, com dignidade, todas as detentas.IV - In casu, Elaine Caroline Braga da Costa, possuidora de certidão compotamental favorável, formulou pedido de autorização de saída do estabelecimento prisional para fins de trabalho externo, no qual foi deferido pelo Juízo da Execução.V - Desta maneira, impossível vislumbrar qualquer violação ao dispositivo no artigo 160, §3° da Lei Complementar n°17/97, bem como qualquer prejuízo à ré ou à sociedade, com o deferimento da prisão domiciliar mediante o uso de tornozeleira eletrônica, decisão plenamente justificada diante da indissociável análise entre a debilidade do estabelecimento carcerário e as condições pessoais da apenada.VI - O Juízo da Vara de Execuções Penais está mais próximo do apenado e das situações fáticas de dentro dos presídios, motivo pelo qual detém melhores condições de avaliar cada caso concreto e tomar as decisões cabíveis.VII – CONHECER E NEGAR PROVIMENTO. ACÓRDÃO. DECISÃO: "SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL N°0637168-69.2018.8.04.0001 REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS REQUERIDO: ELAINE CAROLINE BRAGA DA COSTA RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE MANOEL LOPES LINS EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO - PENAL E PROCESSO PENAL - ROUBO - CONCURSO DE PESSOAS - CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR - MONITORAMENTO ELETRÔNICO - IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL - REFORMA - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. I - O Juízo das Execuções Penais, em audiência de justificação da requerida, concedeu prisão domiciliar com monitoramento eletrônico à condenada, com base no citado Termo de Inspeção na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM, contrariando o dispositivo no §3°, do artigo 160, da Lei Complementar n°17/97. II - Com isso requer a procedência desde incidente processual, para que seja determinado o retorno da requerida ao regime semiaberto, na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM, devendo esta obedecer rigorosamente os horários de saída e retorno ao estabelecimento penal, sob pena de revogação ou regressão, em respeito ao dispositivo no §2°, do artigo 35, do Código Penal. III - De acordo com o Relatório de Inspeção Judicial realizado no dia 09/08/2018, em que participaram os juízes da execução penal, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, constatou-se que a Unidade Prisional Feminina Regime Semiaberto e Aberto encontra-se em situação precária, incapaz de alojar, com dignidade, todas as detentas. IV - In casu, Elaine Caroline Braga da Costa, possuidora de certidão compotamental favorável, formulou pedido de autorização de saída do estabelecimento prisional para fins de trabalho externo, no qual foi deferido pelo Juízo da Execução. V - Desta maneira, impossível vislumbrar qualquer violação ao dispositivo no artigo 160, §3° da Lei Complementar n°17/97, bem como qualquer prejuízo à ré ou à

sociedade, com o deferimento da prisão domiciliar mediante o uso de tornozeleira eletrônica, decisão plenamente justificada diante da indissociável análise entre a debilidade do estabelecimento carcerário e as condições pessoais da apenada. VI - O Juízo da Vara de Execuções Penais está mais próximo do apenado e das situações fáticas de dentro dos presídios, motivo pelo qual detém melhores condições de avaliar cada caso concreto e tomar as decisões cabíveis. VII - CONHECER E NEGAR PROVIMENTO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo em Execução Penal n°0637168-69.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Sala de Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em Manaus/AM.".

3. Processo: 0649556-04.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante Ministério Público do Estado do Amazonas. Agravada Lilian Daiane Máximo Gemaque. Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – TRÁFICO DE DROGA - CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR – MONITORAMENTO ELETRÔNICO – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL - REFORMA - INOCORRÊNCIA - DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.I - O Juízo das Execuções Penais, em audiência de justificação da requerida, concedeu prisão domiciliar com monitoramento eletrônico à condenada, com base no citado Termo de Inspeção na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM, contrariando o disposto na Lei Complementar nº 17/97, artigo 160, VIII, §1º, inciso II, e §3º, 4º, 5º e 6º (alterado pela Lei Complementar nº 04/18), interditando, indiretamente, a referida Unidade Prisional.II - Com isso requer a procedência deste incidente processual, para que seja determinado o retorno da requerida ao regime semiaberto, na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM.III - Aos Juízes da Vara de Execução penal, compete: VIII - Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei.IV - De acordo com o Relatório de Inspeção Judicial realizado no dia 09/08/2018, em que participaram os juízes da execução penal, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, constatou-se que a Unidade Prisional Feminina Regime Semiaberto e Aberto encontra-se em situação precária, incapaz de alojar, com dignidade, todas as detentas.V - Cumpre salientar, ainda, que o Juízo da Vara de Execuções Penais está mais próximo do apenado e das situações fáticas de dentro dos presídios, motivo pelo qual detém melhores condições de avaliar cada caso concreto e tomar as decisões cabíveis.VI – CONHECER E NEGAR PROVIMENTO. DECISÃO: "SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL Nº. 0649556-04.2018.8.04.0001 REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS REQUERIDO: LILIAN DAIANE MÁXIMO GEMAQUE RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE MANOEL LOPES LINS EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - TRÁFICO DE DROGA - CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR - MONITORAMENTO ELETRÔNICO - IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL - REFORMA - INOCORRÊNCIA - DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. I - O Juízo das Execuções Penais, em audiência de justificação da requerida, concedeu prisão domiciliar com monitoramento eletrônico à condenada, com base no citado Termo de Inspeção na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM, contrariando o disposto na Lei Complementar nº 17/97, artigo 160, VIII, §1º, inciso II, e §3º, 4º, 5º e 6º (alterado pela Lei Complementar nº 04/18), interditando, indiretamente, a referida Unidade Prisional. II - Com isso requer a procedência deste incidente processual, para que seja determinado o retorno da requerida ao regime semiaberto, na Unidade Prisional Semiaberto Feminino de Manaus/AM. III - Aos Juízes da Vara de Execução penal, compete: VIII - Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei. IV - De acordo com o Relatório de Inspeção Judicial realizado no dia 09/08/2018, em que participaram os juízes da execução penal, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, constatou-se que a Unidade Prisional Feminina Regime Semiaberto e Aberto encontra-se em situação precária, incapaz de alojar, com dignidade, todas as detentas. V - Cumpre salientar, ainda, que o Juízo da Vara de Execuções Penais está mais próximo do apenado e das situações fáticas de dentro dos presídios, motivo pelo qual detém melhores condições de avaliar cada caso concreto e tomar as decisões cabíveis. VI - CONHECER E NEGAR PROVIMENTO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos do Agravo em Execução Penal nº 0649556-04.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Sala de Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em Manaus/AM.".

4. Processo: 4002440-49.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Paciente Jailson Guimarães dos Santos, Advogado Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB: 12051/AM). **Impetrado Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE)**. Procurador Flavio Ferreira Lopes. Relator Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – EXCESSO DE PRAZO NÃO EVIDENCIADO – MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – IMPOSSIBILIDADE. I - O impetrante sustenta ilegalidade na medida que decretou a segregação do acusado, uma vez ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, ademais, ressalta está sofrendo constrangimento ilegal, em face do excesso de prazo.II - Requer a concessão da liberdade provisória com ou sem medidas cautelares diversas da prisão como o monitoramento eletrônico, assim como o seu respectivo alvará de soltura.III - O prazo estabelecido para a instrução probatória não é inflexível, tratando-se, em verdade, apenas de um parâmetro geral, que não deve ser entendido com rigor, mas com observância do princípio da razoabilidade. IV - O Magistrado a quo tem sido diligente na conclusão do feito, relatando o andamento regular do processo, tendo a AIJ sido designada para 26/06/2019.V - Quanto as Medidas Cautelares Diversas da Prisão, verifico que em razão das circunstâncias fáticas acima demonstradas, conclui-se que a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão se revela inadequada e insuficiente para a efetiva garantia da ordem pública. VI – ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO. DECISÃO: "SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL HABEAS CORPUS N.º 4002440-49.2019.8.04.0000 IMPETRANTE: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS PACIENTE: JAILSON GUIMARÃES DOS SANTOS IMPETRADO: MM. JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES DE MANAUS. (4ª VECUTE) RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE MANOEL LOPES LINS EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - EXCESSO DE PRAZO NÃO EVIDENCIADO - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - IMPOSSIBILIDADE. I - O impetrante sustenta ilegalidade na medida que decretou a segregação do acusado, uma vez ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, ademais, ressalta está sofrendo constrangimento ilegal, em face do excesso de prazo. II - Requer a concessão da liberdade provisória com ou sem medidas cautelares diversas da prisão como o monitoramento eletrônico, assim como o seu respectivo alvará de soltura. III - O prazo estabelecido para a instrução probatória não é inflexível, tratando-se, em verdade, apenas de um parâmetro geral, que não deve ser entendido com rigor, mas com observância do princípio da razoabilidade. IV - O Magistrado a quo tem sido diligente na conclusão do feito, relatando o andamento regular do processo, tendo a AIJ sido designada para 26/06/2019. V - Quanto as Medidas Cautelares Diversas da Prisão, verifico que em razão das circunstâncias fáticas acima demonstradas, conclui-se que a aplicação de

medidas cautelares diversas da prisão se revela inadequada e insuficiente para a efetiva garantia da ordem pública. VI - ORDEM DENEGADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, em denegar a presente ordem de Habeas Corpus, nos termos do voto que acompanha a presente decisão. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal , em Manaus, 03 de setembro de 2019.

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0208018-55.2011.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Karder Junior Serrão dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Karder Junior Serrão dos Santos, na pessoa de seus advogados Carlos Augusto Silva (14377/AM) e Rebeca Beatriz Silva Sousa (12219/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Carlos Augusto Silva (OAB: 14377/AM) - Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB: 12219/AM) - Clarissa Moraes Brito - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0654306-49.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Airleson de Queiros Guedes - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Airleson de Queiros Guedes, na pessoa de sua advogada Paula Aline Assunção Cruz (12718/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relatora Dra. Onilza Abreu Gerth. - Advs: Paula Aline Assunção Cruz (OAB: 12718/AM) - Dayana Ross Vilar dos Santos (OAB: 12457/AM) - Hilton Serra Viana - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0637096-82.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Manaus - Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Agravada: Bruna Gabriela Faba de Oliveira - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, julgo prejudicado o pedido, pela perda superveniente do objeto jurídico, e ordeno o arquivamento dos autos, nos termos do art. 61, VI, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.". - Advs: Christianne Corrêa - Luciana da Silva Terças (OAB: 4121/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003489-28.2019.8.04.0000 - Agravo de Execução Penal - Manaus - Agravante: Jean CarloJean Moreira Pantoja - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do (a) Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto acima, não conheço do presente Agravo em Execução Penal, razão pela qual determino seu arquivamento, com fulcro no art. 61, VI, do RITJAM.". - Advs: Priscila Ferreira de Lima (OAB: 9477/RN) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003889-76.2018.8.04.0000 - Recurso de Medida Cautelar Criminal - Manaus - Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Requerido: Bruna Gabriela Faba de Oliveira - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, julgo prejudicado o pedido, pela perda superveniente do objeto jurídico, e ordeno o arquivamento dos autos, nos termos do art. 61, VI, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Operando-se o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição, sem necessidade de retorno à relatoria. Publique-se, intimem-se as partes". - Advs: Hilton Serra Viana - Christianne Corrêa - Yara Rebeca Albuquerque Marinho de Paula - Luciana da Silva Terças (OAB: 4121/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais **e prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Ulysses Silva Falcão (3924/AM) e Reinaldo Alberto Nery de Lima - Processo 0227966-41.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Rafael Jesus de Souza - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

02. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Larissa Vianez Sant Anna Figueira Macedo (9047/AM) e Dr. Álvaro Granja Pereira de Souza - Processo 0611936-55.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Ademir Junior Silva dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

03. ADV/REP.: Adriana Gomes de Oliveira (12202/AM), Cristiano Valente Maia (10138/AM), Luann Araujo de Paula Mendes (13592/AM), Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (10088/AM), Mariana Valente Maia (7749/AM) e João Ribeiro Guimarães Netto - Processo 0613459-39.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: S. da S. S. J. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

04. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Suyanne Soares Loiola (9050/AM) e Andre Alecrim Marinho (2870/AM) - Processo 0627588-15.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Wagner Lucas Lima Correia - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

05. ADV/REP.: Deldson Souza de Oliveira (8848/AM) e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0630140-16.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Gileno Oliveira do Carmo - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

06. ADV/REP.: Fábio Moraes Castello Branco (4603/AM) - Processo 4004053-07.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Fábio Moraes Castello Branco - Paciente: Juciney Rolim Lisboa - Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Itacoatiara/am - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

07. ADV/REP.: Antonio Ederval de Lima e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Armando Gurgel Maia - Processo 0220554-59.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: I. U. de S. - Apelante: E. V. C. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

08. ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e George Pestana Vieira - Processo 0201860-77.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: M. de A. S. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

09. ADV/REP.: Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM) e Tude Moutinho da Costa (564/AM) e Andre Epifanio Martins - Processo 0007305-40.2006.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito - Recorrente: Miracelia Paiva Mota - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

10. ADV/REP.: Alexandre Magno Aranha Rodrigues (6821/AM) e Raquel Fernanda Tenorio Seco (158644/MG) e Reny Tenorio de Albuquerque (44049/MG) - Processo 0003245-70.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: Marina Campos Maciel - Embargado: Ignacio Henriques Tenorio Seco - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

11. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Ulysses Silva Falcão (3924/AM) e Renata Cintrão Simões de Oliveira - Processo 0203570-34.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Claudionor de Lima Freitas - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

12. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas, e Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo e Laís Rejane de Carvalho Freitas - Processo 0613916-37.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal / Recurso em Sentido Estrito - Apelante: Heliton Ferreira de Castro - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Recorrente: Jhenifer da Silva Barbosa - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

13. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Ellen Cristine Alves de Melo e André Lavareda Fonseca - Processo 0000325-98.2012.8.04.4000 - Apelação Criminal - Apelante: Izequias Carneiro de Souza - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Decisões

Agravo de Instrumento N.º 4003975-13.2019.8.04.0000 .

Agravantes: Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estudal de Tempo Integral do Colégio Militar da Polícia Militar; Associação de Pais, Mestres e Comunitarios/ apmc da Escola Estadual Aurea Pinheiro Braga Associação de Pais, Mestres e Comunitarios do 6 Colegio Militar da Policia Militar; Associação de Pais, Mestres e Comunitários do Colegio Militar da Policia Militar Vii Escola Estadual Professora Eliana D; Associação de Pais, Mestres, e Comunitários da Escola Estadual Coronel Pedro Câmara – 8º Colégio Militar da Polícia Militar

Advogado: Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado: Joaab de Souza Pinto (8348/AM)

Agravado: Chefe do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Amazonas (Pmam) – Cel Qopm Sr. Ronaldo Negreiros da Silva

Agravado: O Estado do Amazonas

Decisão:

Ficam as partes, através de seus representantes legais, intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Nesse diapasão, indefiro a concessão de efeito suspensivo, mantendo in totum, o decisum fustigado. ". Manaus, 2 de setembro de 2019.

Secretaria do Conselho da Magistratura
Manaus/AM 2 de setembro de 2019

Juliana Andrade David
M58815
Secretária

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura, Exmo. Des Yedo Simões de Oliveira, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Mário Lima Wu Filho (2135A/DP) e Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM) - Processo 0233442-55.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : I. F. F. - Apelado : o E. do A. - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

ADV/REP.: Virginia Nunes Bessa (3591/AM) e Cláudio Facundo de Lima - Processo 4002860-54.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Multa Cominatória / Astreintes - Agravante : O Estado do Amazonas - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

ADV/REP.: Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM) e Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) - Processo 4004118-36.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Assistência À Saúde - Agravante : O Município de Manaus - Agravado : Renato Augusto Moreira Moura - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Secretaria do) Conselho da Magistratura, em Manaus, 3 de setembro de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM), ADV: JAIRO FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 10886/AM) - Processo 0243822-11.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Leandra Marta Marialva Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro

Social - INSS e outro - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0253553-41.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - EXECUTADO: J. Castro da Silva - ME - Jorge Castro da Silva - De ordem, defere-se o pedido suspensão pelo prazo requerido pela parte autora, devendo, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Manaus, 02 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607451-75.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Josenario Baracho de Figueiredo - Leticia Braule Pinto Baracho - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 02 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607981-79.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDA: Luciana Feliz Paes - Vistos, etc... Como é sabido, a homologação de acordo é uma das hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito, conforme o disposto no art. 487, III, “b”, do NCPC. Todavia, prevê o art. 313, II c/c art. 922, ambos do NCPC que o processo poderá ser suspenso quando as partes convencionarem. No caso dos autos, tendo as partes pleiteado somente a homologação do acordo e a suspensão do processo, nada obsta que o magistrado não julgue extinto o processo, mas suspenda-o até o total cumprimento do acordo. Se assim não fosse, tendo o processo sido julgado com julgamento do mérito e tendo uma das partes descumprido a avença, a opção para as partes seria a execução do acordo judicial, o que impossibilitaria a utilização do rito procedimental e, ainda, não seria possível a cobrança do valor das parcelas vencidas após a data do acordo, o que não pode prevalecer. A jurisprudência vem entendendo que pode ser deferida a homologação de acordo, sem que ocorra a extinção do processo com julgamento do mérito, quando for requerida pelas partes apenas a homologação e a suspensão. Ora, se a homologação do acordo não põe termo ao processo e a própria lei processual prevê a possibilidade de simples suspensão, descumprido o acordado, torna-se perfeitamente possível a continuidade da ação, da forma posta na inicial. Assim, tenho que o processo deve ser suspenso até o integral cumprimento do avençado, diante do requerimento formulado pelas partes. Se não cumprido o avençado, o requerente deve informar tal acontecimento nos autos, prosseguindo-se o processo na fase em que se encontrava quando do protocolo da petição de acordo. Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do NCPC, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a presente ação para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. P. R. I.

ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: MAURO SÉRGIO LYRA DA SILVA (OAB 6144/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0612697-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: CARLOS ERIVALDO NOGUEIRA DE CARVALHO - Vistos, etc... Tornados indisponíveis os ativos financeiros e, intimado o(a) Executado(a), caberá este informar ao Juiz, por petição simples nos autos, no prazo de cinco (05) dias, à alegação de excesso de penhora, impenhorabilidade das quantias tornadas indisponíveis (art. 854, § 3º, I, do NCPC), converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura do termo, DETERMINO que a Instituição Financeira depositária, no prazo de 24 horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada para este Juízo. (via Bacenjud). Após, havendo requerimento expresso do levantamento dos valores, expeça-se o competente Alvará de Levantamento. Em 10 (dez) dias postule a parte credora o que for de direito, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0612860-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Jose Claudio Lopes de Oliveir - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613006-78.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Stivison Mata da Silva Ferreira - Vistos, etc... A parte Exequente não localizado até a presente, bem como, inexistindo bens penhoráveis do Executado frustra o prosseguimento da Execução e/ou cumprimento de sentença. Para que a parte credora possa persistir realizando buscas de patrimônio (que venham a viabilizar a penhora e excussão), concedo alvará judicial, servindo a presente decisão, assinada digitalmente, cumprindo à parte interessada a sua impressão e apresentação aos destinatários. Por este alvará, fica BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A., autorizado a promover pesquisas junto às instituições financeiras, corretoras de valores mobiliários, tabelionatos de notas, ofícios de registro de imóveis, Receita Federal, Ciretrans e Capitania dos Portos, em relação à existência de bens e ativos em nome do(s) executado(s) STIVISON MATA DA SILVA FERREIRA, CPF/CNPJ 965.070.042-00. Quem receber deverá prestar todas as informações necessárias a respeito de bens e valores de titularidade do executado supramencionado. Este alvará judicial é válido por cinco anos a contar da data desta decisão. Aguarde-se em arquivo a eventual sobrevinda de notícia acerca da existência de patrimônio passível de penhora. Enquanto a parte exequente não indicar patrimônio passível de penhora o trâmite da execução não será retomado. Intime-se. Após, arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ARTUR MOREIRA MARTINS (OAB 41351/CE), ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0613363-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sinesio Pereira Froes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais movida por

Sinesio Pereira Fros contra Banco Bradesco S/A. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Comunique-se a Expert acerca do acordo formulado nos autos. Transitada em julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613771-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: C DO N Marques - Couto do Nascimento Marques - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0618297-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Valmir Gonçalves de Oliveira Filho - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 02 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0619662-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Janaina Menezes de Souza - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. INDEFIRO o pedido de desbloqueio junto ao RENAJUD, vez que, não há nenhum bloqueio determinado por este Juízo. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: NANCY NEVES REIS LOPES (OAB 5250/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0620641-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Francisca Pereira - REQUERIDO: Mithan Vasconcelos Corrêa - Analisando os autos, constato que às fls. 605 foi concedido às partes o prazo de cinco dias par arrolamento de testemunhas. O requerido manteve-se inerte, consumando-se, assim, a preclusão temporal. Agora comparece aos autos solicitando o adiamento da audiência argumentando que sua testemunha não estará na cidade. Ocorre que o rol deve ser ofertado com a devida antecedência. E tal providência atende aos proclamos do princípio do contraditório, para que a parte adversa saiba quem vai depor e, se for de seu interesse, prepare-se para a contradita, e ao princípio da não surpresa, de forma a evitar prática de atos processuais de forma improvisada, prejudicando a parte contrária. Assim, considerando tais assertivas, indefiro o adiamento da audiência Fica o ato mantido para a hora e data aprazados.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0625616-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Anderson Marques Martins - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Manaus, 02 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0628482-54.2019.8.04.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - REQUERIDO: Adson Pinho Pinto - Vistos, Compulsando os autos, verifico que o Sr. Adson Pinho Pinto, não foi pessoalmente citado para tomar conhecimento da presente demanda, isso porque o Aviso de Recebimento de fls. 64 foi recebido por terceiro, não possuindo relevância , estranhos à lide. Cumpre destacar o que disposto pelo Código de Processo Civil: Art. 242. A citação será pessoal, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado. Neste sentido, c Código de Processo Civil, por seu art. 280 do CPC, determina que as citações e intimações serão nulas se feitas sem a observâncias das prescrições legais. Portanto, verifico a nulidade da citação do Sr. Adson Pinho Pinto, nos presentes autos, porquanto não observou o disposto nos artigos citados, não ocorrendo de forma pessoal, tampouco na pessoa de seu representante legal ou procurador. Ressalto, que a validade da citação é pressuposto de existência da relação jurídica, caracterizando-se por ser norma de ordem pública e, em caso de inobservância das prescrições legais, como nulidade absoluta, podendo ser arguida a qualquer momento, e decretada até mesmo de ofício. Tal é o entendimento consubstanciado abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PUBLICA. PRELIMINAR. DE OFÍCIO. NULIDADE DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. NULIDADE DE SENTENÇA. DEVOLUÇÃO À ORIGEM PARA PROMOVER A CITAÇÃO. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. A nulidade da citação é matéria de ordem pública, pois que repercute em nulidade absoluta. Logo, pode ser reconhecida de ofício. Uma vez reconhecida a nulidade de citação, hão de ser nulos todos os atos processuais a partir desta, para que o juízo a quo promova a citação válida da parte ré, em obediência ao devido processo legal, garantido a ampla defesa. Fica prejudicado o recurso interposto contra a sentença anulada. (tj mt - apl: 00012833009201281100 82 105599/2014, Relator: DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA, Data de Julgamento: 03/11/2015, Quarta Câmara Cível, Data de publicação: 19/11/2015) Assim sendo, constatada a nulidade absoluta decorrente da ausência de citação válida do réu. Contudo, com fulcro no art. 10 do CPC, antes de tomar as providências cabíveis quanto ao andamento válido da marcha processual, determino que se intime o autor acerca das assertivas acima expostas, no prazo de 05 (cinco) dias, para que requeira o que de direito e, sobretudo, para que proceda a citação válida do requerido. Após, retornem os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629920-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Epitacio Vale de Q Junior - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630737-82.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Catia Raimunda S. Azevedo, - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: WALDENIR DE SOUZA VIEIRA (OAB 4479/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633600-45.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Waldenir de Souza Vieira - Vistos, etc... Como é sabido, a homologação de acordo é uma das hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito, conforme o disposto no art. 487, III, "b", do NCPC. Todavia, prevê o art. 313, II c/c art. 922, ambos do NCPC que o processo poderá ser suspenso quando as partes convencionarem. No caso dos autos, tendo as partes pleiteado somente a homologação do acordo e a suspensão do processo, nada obsta que o magistrado não julgue extinto o processo, mas suspenda-o até o total cumprimento do acordo. Se assim não fosse, tendo o processo sido julgado com julgamento do mérito e tendo uma das partes descumprido a avença, a opção para as partes seria a execução

do acordo judicial, o que impossibilitaria a utilização do rito procedimental e, ainda, não seria possível a cobrança do valor das parcelas vencidas após a data do acordo, o que não pode prevalecer. A jurisprudência vem entendendo que pode ser deferida a homologação de acordo, sem que ocorra a extinção do processo com julgamento do mérito, quando for requerida pelas partes apenas a homologação e a suspensão. Ora, se a homologação do acordo não põe termo ao processo e a própria lei processual prevê a possibilidade de simples suspensão, descumprido o acordado, torna-se perfeitamente possível a continuidade da ação, da forma posta na inicial. Assim, tenho que o processo deve ser suspenso até o integral cumprimento do avençado, diante do requerimento formulado pelas partes. Se não cumprido o avençado, o requerente deve informar tal acontecimento nos autos, prosseguindo-se o processo na fase em que se encontrava quando do protocolo da petição de acordo. Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do NCPC, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a presente ação para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. P. R. I.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0634477-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - REQUERIDO: Cabral Cabeleileiros Ltda Epp (Cabral Coiffeur) - José Cabral dos Santos - Maria do Perpétuo Socorro Neves Lôbo Cabral - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634553-43.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rosa Maria Pedroso Leitão dos Reis - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0635806-95.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Condomínio Amazonas (Amazonas Shopping Center) - REQUERIDO: Sd Rede Saudável Restaurantes Ltda Epp (bobs) - Vistos, etc.. HOMOLOGO o pedido de desistência formulado às fls. 55, nos termos do artigo 200, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil. Honorários advocatícios e custas já distribuídos pelas partes. Após o trânsito em julgado desta, arquivem-se os autos e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0636359-21.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - EXECUTADO: FRANCINEI SILVEIRA DE OLIVEIRA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0640833-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Orlando Trindade de Oliveira - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de dilação de prazo conforme requerido, devendo a parte autora após o transcurso do prazo, dar o devido andamento processual, independente de nova intimação.

ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0640877-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antônio Ripes de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Manaus, 02 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MÁRCIA BATISTA MARTINS CERONI (OAB 238160/SP) - Processo 0641149-72.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Tdm - Tecnologia de Materiais Brasil Ltda - REQUERIDO: Vila Engenharia Ltda. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0642296-41.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: M H Comercio de Confeccoes Ltda Epp - Edinaldo Soares de Souza - Luciane Silva de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM), ADV: NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES (OAB 37352/SC) - Processo 0644738-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Jonas Monteiro Reis Galvão - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo apresentado pelo INSS, motivo pelo que extingo o feito com fulcro no art. 487, III, b, do NCPC. À Secretaria para: Publicar esta decisão, intimando as partes; Após o trânsito em julgado, dar baixa no feito e arquivar os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0651148-83.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Erik Oliveira dos Santos - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Artur Moreira Martins (OAB 41351/CE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jairo Ferreira Sobral Astuto (OAB 10886/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Márcia Batista Martins Ceroni (OAB 238160/SP)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Mauro Sérgio Lyra da Silva (OAB 6144/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Nancy Neves Reis Lopes (OAB 5250/AM)
Neydianne Batista Gonçalves (OAB 37352/SC)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Waldenir de Souza Vieira (OAB 4479/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: RODRIGO FARIA DE SOUSA (OAB 112528/MG), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: RAINERI RAMOS RAMALHO DE CASTRO (OAB 7598/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 4550/PI), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: LINO JOSÉ DE SOUZA CHÍXARO (OAB 1567/AM) - Processo 0353324-94.2007.8.04.0001 (001.07.353324-7) - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Leonardo Machado de Azevedo Vilela - REQUERIDO: L.J. Guerra & Cia Ltda - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0602720-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Braga e outros - REQUERIDA: Elisangela Ribeiro de Lima e outros - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0621762-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nadime Rosa dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, remeto os autos ao E. Tribunal de Justiça para julgamento do Recurso de Apelação interposto.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM) - Processo 0634702-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Perilo da Silva Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, remeto os autos ao E. Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Lino José de Souza Chíxaro (OAB 1567/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Raineri Ramos Ramalho de Castro (OAB 7598/AM)
Rodrigo Faria de Sousa (OAB 112528/MG)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 4550/PI)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0283/2019

ADV: MARCOS DO NASCIMENTO PEREIRA (OAB 003.034/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: MONICA POSSEBON C. DE CASTRO (OAB 002.051/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: ANTONIO ROBERTO SALES BAPTISTA (OAB 002.684/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 003.808/AM) - Processo 0087783-06.2004.8.04.0001 (001.04.087783-4) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Luis Alberto Saldanha Nicolau - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 18696A/PA), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0226321-54.2010.8.04.0001 (001.10.226321-4) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: José Cavalcante da Silva - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: ANA VANDA UCHÔA IZEL PERES (OAB 2318/AM), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0243966-29.2009.8.04.0001 (001.09.243966-8) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gina Mara Gomes Pereira - ME - LITSATIVO: Edmilson de Medeiros Pereira - REQUERIDO: Fernando Miller Batista Simões - LITSPASSIV: R S Industria e Comercio de Plasticos Ltda - PORTO SEGURO - Art. 1º. Delegar

aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: RICARDO HOPPE (OAB 13801/SC), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0247885-55.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda - Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda - REQUERIDO: Teresa Solartes Comercio de Calçados Ltda - Compete a parte interessada a produção da prova que pretende produzir, sendo a intervenção do Judiciário a ultima ratio. Assim, indefiro o item c do pedido formulado às fls. 141. À autora para diligenciar e anexar aos autos o referido documento no prazo de 60 (sessenta) dias. Somente em caso de injustificada recusa ou retardo atuará este Juízo na colheita desta prova. Aguarde-se a realização da audiência

ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0600381-17.2013.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: AMAZON REFRIGERANTES LTDA. - REQUERIDO: Bruno Thiago Queiroz Figueiredo - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Na forma do artigo 513, incisos II, III e IV do § 2º, do NCPC, intime-se o(a) Executado(a), por meio de Carta, com Aviso de Recebimento - AR, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver, devendo a parte autora promover o recolhimento das custas de diligências do ato a ser praticado, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-CGJ. Após, a comprovação do pagamento da diligência, deverá ser expedida nova Carta, nos moldes institucional. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604874-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Erbene Rodrigues Martins da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0604927-08.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: J. Miranda Filho - REQUERIDO: S. R. C. de Araújo - Em atenção ao pedido de fls. 172/173, ressalte-se que a medida “penhora na boca da baixa” se justifica pelo esgotamento de outros meios de satisfação, não tendo a executada apresentada meios outros, talvez menos gravosos, para adimplemento da obrigação de pagar quantia certa. Todavia, reconhece-se que a penhora indiscriminada de todo e qualquer receita favorável à executada pode inviabilizar o próprio funcionamento da pessoa jurídica, podendo culminar inclusive na insolvência financeira desta. Feitas esta considerações, mantém-se a medida em curso, restringindo-se, contudo, a penhora à 30% (trinta por cento) dos valores diários percebidos pelo caixa da executada. Comunique-se o senhor Oficial de Justiça acerca da presente decisão, expedindo-se novo mandado, caso necessário, se requerido pelo exequente e paga as pertinentes custas.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0607667-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Edmar Melo de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: O Autor mostra o desinteresse em realizar audiência de conciliação, desta feita, percebe-se que não há o que se discutir nos autos, as partes são legítimas e estão devidamente representadas por seus procuradores. Ademais, entendo que não há necessidade de produção de novas provas. Destarte, anuncio o julgamento antecipado da lide, conforme prevê o art. 355, I do CPC/2015. Intimem-se as partes e voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0608395-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Paulo Fernando de Oliveira Alves - REQUERIDO: Paulo Farias Imóveis S/c Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 53, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0609718-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jackson Douglas Marques Gama - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: (em razão do não recolhimento das custas de diligências do Senhor Oficial de Justiça) Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR) - Processo 0609801-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: George da Silva Sousa - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0611570-55.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação

Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: JOSE HUILAS CIDADE DE SOUZA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0614654-25.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0643459-22.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rosilene Melo Pereira - REQUERIDO: Transamazonia Transporte da Amazonia Ltda. (Eucatur Encomendas) - Primeiramente, reconheço de ofício a incidência das normas consumeristas ao caso em comento, visto que a autora foi vítima de acidente de consumo, sendo, portanto, consumidora bystander, nos moldes do art. 17, do CDC, e as normas consumeristas são matéria de ordem pública, na forma do art. 1º, do CDC. Dessarte, inverto o ônus da prova ante a hipossuficiência no plano técnico e probatório da autora, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. No mais, quanto aos pedidos preliminares, passo a analisar somente aqueles que detém o condão de modificar o andamento da marcha processual, deixo os demais para análise em sentença. Quanto ao pedido de decretação de revelia, tenho por INDEFERI-LO, visto que o conteúdo da contestação diz respeito a este processo. Noutro giro, DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ainda, DEFIRO a produção de prova pericial requerida pela ré. Nomeio como perita a Sra. CLÍVIA BIANCA LIMA NORONHA, médica, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie a autora. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para examinar a requerente e/ou os documentos e exames constantes dos autos. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 93, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. No mais, no prazo de 05 dias, determino que o réu esclareça por qual meio de prova requer sejam feita a reconstituição dos fatos, sob pena de indeferimento do pedido.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: SCOTY DE SOUZA DINIZ (OAB 12424/AM) - Processo 0615236-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Sonja dos Santos Lopes e outro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351); Como também, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LEVI PALMA (OAB 29224/PR) - Processo 0615484-54.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Sonho Mágico Industria e Comércio de Roupas Ltda. - REQUERIDO: Ss Representante de Vestuário e Calçados Ltda - Me - Sanção Rodrigues Siqueira Júnior - Adriana Ramos de Oliveira - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: ESTEFANNY MARIA DE SOUZA SCHUCK (OAB 13386/AM), ADV: ANA LUIZA BORGES COELHO CARDOSO (OAB 13317/AM), ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM) - Processo 0616384-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Jihad Mohamed Raad - REQUERIDO: Espólio de Plínio Ramos Coelho - LISTPASSIV: Aliete Borges Coelho - Primeiramente, deixo para analisar as questões preliminares e a impugnação ao valor da causa na sentença. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0616442-11.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Claudete da Silva Cativo - REQUERIDO: Tim Celular - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Ante a inércia do devedor no que tange ao cumprimento voluntário da obrigação, aplico-lhe multa de 10% (dez por cento) do montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1º, do NCPC. Outrossim, dando início à fase expropriatória (cumprimento forçado), arbitro honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito (art. 523, §, 1º, do NCPC). Remetam-se os autos ao Contador Judicial para a atualização dos valores devidos e inclusão da multa e dos honorários advocatícios. Após, defiro o bloqueio de numerário em conta bancária pelo sistema BACENJUD, devendo antes a parte Exequente promover o recolhimento das custas relativas à consulta, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de quinze (15) dias. Efetivado o bloqueio, concretizada a penhora, dispensada a lavratura de termo, devendo o valor ser transferido para uma conta à disposição deste juízo. Em seguida, intime-se o(a) Executado(a) da penhora para, querendo, manifestar-se no prazo de cinco (05) dias, conforme disposto no art. 854, §§ 2º e 3º do NCPC. Outrossim, em caso de penhora valor ínfimo, intime-se o Exequente para que se manifeste e requeira o que de direito. À Secretaria para providências. Cumpra-se.

ADV: ERIK DINIZ FIGUEIRA (OAB 6425/AM), ADV: MARIANA GOUVÊA LESSA (OAB 11018/AM), ADV: CLEVER RODRIGUES MENEZES JUNIOR (OAB 14055/AM) - Processo 0617118-22.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Verde Comércio de Peças e Lubrificantes Ltda. - REQUERIDO: Maria das Neves dos Santos - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a

prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Determina: Que seja deferido o pedido de dilação do prazo, por quinze (15) dias, nos termos dos arts. 222 e 227, ambos do NCPC. Sem nova intimação. Prossiga.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: MARIA ISABEL ORLATO SELEM (OAB 115997/SP), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: LILIAN ALVES MARQUES (OAB 364762/SP), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0617758-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Anunciação Cantuária da Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - LISTPASSIV: Bevicred Assessoria e Consultoria Financeira Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Aos 02 (dois) dias do mês de setembro nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, às 08:00 horas, presente a MMª. Juíza de Direito doutora Sheilla Jordana de Sales, comigo, Escrivã Judicial, que esta subscreve, declara ABERTA a Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO pela MMª. Juíza de Direito determinou que se efetuasse o pregão das partes, onde responderam ao mesmo a Requerente MARIA ANUNCIAÇÃO CANTUÁRIA DA SILVA, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Carteira de identidade nº 0311181-4 - SSP/AM e do CPF/MF nº 405.767.872-72, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Nova Friburgo, nº 76, Monte Sião, devidamente acompanhada de sua advogada doutora Demétria Anunciação Marques, inscrita na OAB/AM sob o nº 1.493 bem como, o Requerido BANCO PAN S/ atual denominação do BANCO PANAMERICANO S/A, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1374, 12º Andar, por sua presposta senhora Giselle Magalhães Belém Barreto, portadora da Carteira de Identidade nº 1321323-7e do CPF nº 88.723.302-97, devidamente acompanhada de seu advogado doutor Yago Lira de Lima Mabelini, inscrito na OAB/AM nº 13.650 e na qualidade de Litisconsorte Passivo BEVICRED INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.452.085/0001-98, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Manoel Goulart, nº 300, Centro, Presidente Prudente/SP, por sua preposta Leiliany Barros Santa Rita, portadora da Carteira de Identidade nº 20372434 e do CPF/MF nº 893.186.352-00, devidamente acompanhada de sua advogada doutora Amanda Araújo dos Santos, inscrita na OAB/AM sob o nº 6.150. Iniciada a audiência a parte autora desistiu da oitiva das testemunhas, sem objeção das demais. A requerida BEViCRED insistiu no depoimento pessoal. Após a MM juíza tentou a conciliação entre as partes, sem sucesso. Em alegações orais a BEVICRED suscitou a ilegitimidade passiva a requereu sua exclusão da lide. O requerido BANCO PAN reiterou os termos da contestação. Após a publicação deste termo, movam-se os autos para a fila conclusos para sentença. Nada mais havendo a declarar e nem a acrescentar, determinou que se encerrasse a presente ata que vai por todos devidamente assinada. Eu, Renata Garcia Rezende, Auxiliar de Cartório, o digitei, e eu, Maria Francisca Garcia, Escrivã Judicial, o conferi.- Manaus(AM), 02 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: NANCY NEVES REIS LOPES (OAB 5250/AM) - Processo 0620641-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Francisca Pereira - REQUERIDO: Mithan Vasconcelos Corrêa - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Aos 02 (dois) dias do mês de setembro nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, às 09:02 horas, presente a MMª. Juíza de Direito doutora Sheilla Jordana de Sales, comigo, Escrivã Judicial, que esta subscreve, declara ABERTA a Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO pela MMª. Juíza de Direito determinou que se efetuasse o pregão das partes, onde responderam ao mesmo a Requerente MARIA FRANCISCA PEREIRA, brasileira, solteira, comerciária, portadora da Carteira de Identidade nº 1137638-4 - SSP/AM e do CPF/MF nº 614.274.622-91, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Marechal Deodoro, nº 226, Centro, devidamente acompanhada de sua advogada doutora Nancy Neves Reis Lopes, inscrita na OAB/AM sob o nº 5.250 bem como, o Requerido MITHAN VASCONCELOS CORREA, brasileiro, casado, advogado, em causa própria, portador do RG profissional nº 5.784, residente na Avenida Humberto Calderaro Filho, nº 642, Bloco 10, Apto. 102, Condomínio Parque São José do Rio Negro, Bairro Adrianópolis. Iniciada a audiência tentou-se a conciliação entre as partes, sem sucesso. A seguir, determinou-se: 1- certificar se houve resposta à reconvenção; 2- Certificar se o réu/reconvinte comprovou sua hipossuficiência. Após, publique-se este termo de audiência e movam-se os autos para a fila de conclusos para sentença. Nada mais havendo a declarar e nem a acrescentar, determinou que se encerrasse a presente ata que vai por todos devidamente assinada. Eu, Renata Garcia Rezende, Auxiliar de Cartório, o digitei, e eu, Maria Francisca Garcia, Escrivã Judicial, o conferi.-

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0624642-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antonio Evandro Ferreira Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM) - Processo 0626116-52.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARIA MIRTES FERREIRA GONÇALVES - REQUERIDO: BATISTA VEICULOS - Defiro pedido formulado pela parte interessada, determino seja audiência designada retirada da pauta deste Juízo. Em face do princípio da celeridade processual, fica desde já referida audiência redesignada para o dia 07/10/2019, às 08:00 horas. Intimações necessárias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626287-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: KARLA LILIANY BEZERRA TAVARES (OAB 7450/AM), ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0627278-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Dalva Paulo dos Santos - REQUERIDO: Nelson Kenzi Nagano - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte

adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM) - Processo 0627768-07.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Igreja de Deus Pentecostal do Brasil do Amazonas - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc... Tornados indisponíveis os ativos financeiros e, intimado o(a) Executado(a), caberá este informar ao Juiz, por petição simples nos autos, no prazo de cinco (05) dias, à alegação de excesso de penhora, impenhorabilidade das quantias tornadas indisponíveis (art. 854, § 3º, I, do NCPC), converto a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura do termo, DETERMINO que a Instituição Financeira depositária, no prazo de 24 horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada para este Juízo. (via Bacenjud). Após, havendo requerimento expresso do levantamento dos valores, expeça-se o competente Alvará de Levantamento. Em 10 (dez) dias postule a parte credora o que for de direito, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0628494-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Nadya Cristina Ferreira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELY MARIA ROSADO MENDES (OAB 38703/PE), ADV: MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA (OAB 44197/PE), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0629469-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Cabral da Rocha - REQUERIDO: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - Diretor de Ensino da Universidade Estácio de Sá - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. No mais, entendo que a petição inicial não carece de complementação, na forma do art. 303, §1º, I, do NCPC. Eis que, apesar do nome atribuído à exordial pela requerente, esta expôs toda a fundamentação de direito, bem como colacionou rol exaustivo de documentos, além de que ofereceu réplica e, ainda, peticionou requerendo o prosseguimento da marcha processual, de modo que se conclui que não há complementação de argumentação ou a necessidade da juntada de documentos complementares, porquanto a inicial tenha sido realizada de maneira completa, nos termos do art. 319, e s.s., do NCPC. Nesse diapasão, a lide será julgada segundo os limites e argumentos expostos da petição de fls. 1/9.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: MARCUS DA COSTA TRIBUZI (OAB 12408/AM), ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0629786-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Leandra Valadares Moureira - REQUERIDO: Check Up Clínica Hospital Ltda - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. No mais, quanto às questões preliminares levantadas, analiso apenas o chamamento ao processo, já que é a única questão processual que detém o condão de mudar o curso da marcha processual. As demais questões preliminares e processuais serão analisadas por ocasião da sentença. Pois bem, quanto ao chamamento ao processo do médico que teria atendido a autora nas dependências da ré, com fundamento no art. 130 do CPC, entendo que não é possível, explico. O art. 88, do CDC estabelece que "Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide."(grifos nossos) Nesse sentido, a jurisprudência mais atual do STJ tem compreendido, a partir de tal dispositivo, que não só a denunciação da lide é vedada em causas consumeristas, mas também o chamamento ao processo. Ademais, consigno que a inclusão do médico nesta lide levaria à ampliação da cognição do Juízo, vez que sua responsabilidade é de natureza subjetiva, o que levaria à necessidade perquirir culpa em sentido lato, o que não e necessário no estado atual dos autos, eis que a responsabilidade dos hospitais é averiguada a partir da teoria objetiva da responsabilidade civil. A corroborar as razões supra, colaciono julgado deste Colendo Tribunal de Justiça, senão vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1) CHAMAMENTO AO PROCESSO. DESCABIMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO ART. 88 DO cdc. 2) DENUNCIAÇÃO DA LIDE. INADMISSIBILIDADE. INTERVENÇÃO QUE IMPLICARIA, NO CASO CONCRETO, AMPLIAÇÃO OBJETIVA DA LIDE EM PROCESSO QUE JÁ SE ENCONTRA EM ESTADO AVANÇADO DE TRAMITAÇÃO. 3) INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CAPÍTULO DECISÓRIO CARECEDOR DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE QUALQUER INDICAÇÃO CONCRETA A RESPEITO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 6º, viii, DO CDC. 4) RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. O art. 88 do CDC, conforme doutrina amplamente majoritária e consoante a mais atual jurisprudência do STJ, veda, ao contrário do que sua literalidade indica, o chamamento ao processo - e não a denunciação da lide - em qualquer demanda relativa a acidentes de consumo - não incidindo, portanto, apenas naquelas em que se discuta fato do produto ou serviço - . A denunciação da lide, pela sua própria finalidade - promover o princípio da razoável duração do processo - , é inadmissível nas hipóteses em que amplia objetivamente os limites da lide. É, portanto, defeso a sujeito que responde objetivamente denunciar a lide terceiro que responderia subjetivamente, porquanto se inseriria na demanda discussão a respeito da existência de dolo ou culpa do denunciado. Carece de fundamentação a decisão que inverte o ônus da prova com base no art. 6º, VIII, do CDC, sem especificar por quais motivos concretos está preenchido um dos requisitos previstos no dispositivo - verossimilhança das alegações ou hipossuficiência probatória - . Recurso conhecido e parcialmente provido. (Relator (a): Paulo César Caminha e Lima; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 13/08/2018; Data de registro: 13/08/2018) Dessarte, INDEFIRO o chamamento ao processo do Dr. Arthur Guerra Garcia. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, DEFIRO o pedido de produção de prova pericial requerido pela ré. Nomeio como perita a LÚCIA MARIA VIANA DE VASCONCELOS, médica, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie os documentos médicos apresentados pela autora. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de

e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria dos documentos. Saliento que esta pode requerer sejam apresentados documentos completares para confecção do laudo pericial. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 114, vide art. 95, "caput", do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. Por derradeiro, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se existem outras provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias.

ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: KLEMILSON AZEVEDO MELO (OAB 2382/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0631332-18.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Alan de Andrade Sampaio - REQUERIDO: Marcos Tadeu Machado - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: O AR foi entregue a pessoa diversa da parte Requerida. Manifeste-se a autora. Prazo: 10 dias.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0633496-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: SONIA DE OLIVEIRA BARROS - José Cavalcante da Silva - REQUERIDO: Afranio de Melo Oliveira - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A citação/intimação por edital, por ser medida excepcional, exige a certeza de que não há outros meios de providenciar a citação. O requerimento desse tipo de citação corre à conta e risco da parte Requerente, posto que, se indevidamente requerida, poderá ser objeto de nulidade. Ademais, é a parte Requerente quem tem o dever de verificar em quais endereços encontrados a diligência de citação/intimação não foi ultimada e promover as medidas necessárias para o seu cumprimento. Assim, defiro a citação por edital da parte Requerida/Executado. Deverá a parte interessada proceder ao recolhimento das custas de diligência do ato, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de quinze (15) dias. Diligências necessárias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0634240-19.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - REQUERIDO: HF CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: KAMILA TORRES DOS SANTOS IGNACCHITI LOPES GOMES (OAB 8283/AM) - Processo 0634470-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Bianca Oliveira Botelho Barreto - EXECUTADO: Roney Cavalcante - Vistos, etc... Defiro, parcialmente, o pedido de fls. 71/72, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD e pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Outrossim, da análise dos autos, obervo que por meio do ato ordinatório de fls. 59, fora deferido a inclusão do nome do Executado nos cadastros de inadimplentes, entretanto, a parte autora até o momento não providenciou o recolhimento das custas do ato. INDEFIRO o pedido de consulta por meio do SIEL vez que, a esposa do Requerido não é parte passiva nos presentes autos. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM) - Processo 0635490-58.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Renato de Moraes Maquiné - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: XXVIII - Intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72 do CPC; À luz do artigo 72, inciso II, do NCPC., faz-se necessário a nomeação de Curador Especial ao Réu revel quando citado mediante a publicação de editais. No caso deste autos, observo que o(a) Requerido(a) foi citado(a) por edital. Assim, nomeio o Curador Especial, nos termos do art. 245, § 5º do N.C.P.C., para o encargo, devendo ser notificado da nomeação e para, no prazo legal, manifestar-se sobre os termos da petição inicial, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM) - Processo 0635928-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Edil Araújo de Oliveira - REQUERIDO: Vicente de Paulo Lima de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0637218-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Santana Oliveira de Souza - REQUERIDO: Helderlan dos Reias Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0637384-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Ana Claudia Neves dos Santos - EXECUTADO: Sindicargas - Intime-se o executado pessoalmente, para manifestação no prazo de 05 dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637948-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Antonio Ferreira da Fonseca Junior - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0638694-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: EDER DA SILVA BATISTA - REQUERIDO: SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - SPE AREIA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Construtora Capital S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: Aguarde-se por 30 (trinta) dias pela comunicação do Tribunal acerca de eventual concessão de efeito suspensivo ao agravo. Depois, se não for comunicada a concessão de tal efeito, cumpra-se a decisão agravada, que mantenho. Apenas para facilitar o controle dos prazos no SAJ, INTIME-SE para mera ciência, com anotação de prazo de trinta (30) dias, não havendo, contudo necessidade de o(s) Advogado(s) responderem à intimação nem de renunciarem ao prazo a ele referente.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0638707-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Carlos Antonio da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0638887-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marilene Vasconcelos da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: RENATO FERREIRA RIBEIRO MATTA (OAB 9235/AM) - Processo 0639003-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Cardoso de Queiroz - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Remessa à Contadoria quando necessário: Cálculo do parcelamento.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0641263-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adriana Carla Fernandes Trovão e outro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641504-24.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Frigorífico Vidal Ltda - Vistos, etc... INDEFIRO o pedido de fls. 88, vez que já decidido por meio do despacho de fls. 62/64 e ato ordinatório de fls. 86, ressalte-se que, em caso de mais uma reiteração da matéria já decidida, serão aplicadas as sanções previstas no art. 81, do NCPC. Prossiga. Prazo: 10 dias.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0645206-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adalgiza de Oliveira Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De atenta análise dos documentos supracitados, verifico que a autora não detém capacidade financeira para arcar com as custas sem prejudicar seu sustento. Em razão disso, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deu o contrato de compra e venda e seu cancelamento, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Diante da manifestação da parte autora de possuir interesse em conciliar determino a viabilização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do CPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, devendo os autos serem encaminhados ao referido setor. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). À secretaria para: Publicar a presente decisão para conhecimento das partes; Remeter os autos ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC CÍVEL), a fim de que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil. Int. Manaus, 02 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0645759-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jacileia Cristina Corrêa Pantoja - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito

ADV: FRANCISCO WALTER QUEIROZ CARVALHO JÚNIOR (OAB 38501CE) - Processo 0645923-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francisco Guinomácio da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0646096-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edna Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: BÁRBARA MENEZES DE LIMA (OAB 14516/AM) - Processo 0646332-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeane Nascimento Cavalcante de Sousa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 02 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0646629-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Robson Yoshio Mogi - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas,

sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 30 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647191-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adailton Soares de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Silvânia Corrêa Ferreira Juíza de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0647254-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Aragão Frota - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 02 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM) - Processo 0650707-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Manoel Maria R Fernandes - Vistos. Trata-se de ação de execução em que foram bloqueados valores através do sistema Bacenjud, nos moldes do art. 854, do NCPC. Referidos bloqueios ocorreram sobre valores depositados junto ao Itaú Unibanco S.A. (R$5.017,30 - cinco mil e dezessete reais e trinta centavos) e junto à Caixa Econômica Federal (R$ 2.264,01 - dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e um centavo), vide fls. 101/102. O executado compareceu aos autos e alegou que os valores bloqueados junto ao banco Itaú Unibanco são impenhoráveis, porque se referem aos seus proventos de aposentadoria. Assim, pugna pelo desbloqueio da respectiva quantia. De outro lado, entende o exequente, dentre outros argumentos, que parte dos valores bloqueados não são imprescindíveis para a subsistência do executado, de modo que requer a manutenção parcial do bloqueio de valores junto ao Itaú Unibanco S.A., na monta de R$ 2.523,24 (dois mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos). É o relato. Passo a decidir. Visto que o exequente elencou diversos argumentos para que sua tese de bloqueio parcial fosse sufragada pelo Juízo, passo a analisar cada um dos argumentos expostos no petitório de fls. 105/110. Primeiramente, quanto ao pedido de bloqueio e penhora de 30% das verbas de aposentadoria do executado através da aplicação em analogia da Lei 10.820/2003 - que se refere à consignação de crédito em folha de pagamento -, entendo o que segue. Com efeito, pontuo que analogia é instrumento de integração de lacuna legal, isto é, é recurso aplicável quando não há norma de regência no ordenamento jurídico que se subsuma no caso concreto. No caso sob exame, o art. 833, IV, do NCPC, rege expressamente a situação ocorrida nos autos, e estabelece a total impenhorabilidade de rendas de provento de aposentadoria. Em havendo perfeita subsunção no caso em comento, entendo que não há lacuna legal a ser integrada, motivo pelo que não é o caso do uso da analogia, sobretudo para relativizar proteção legal expressa. Em verdade, acolher o argumento do réu de aplicação analógica da referida lei implica em uma conjuntura em que juiz cria regra de maneira excepcional para o caso concreto, em verdadeira confecção de colcha de retalhos normativa, usurpando a função do poder legislativo. Vale dizer, se há lei expressa dizendo que as verbas de provento de aposentadoria são impenhoráveis, não pode o juiz no caso concreto excepcionar a legislação de regência para mesclar com outra, que diz respeito a situação de outra natureza, para compor de maneira inovadora, alheia às previsões legais vigentes, a resolução do caso concreto sobre o qual se debruça. Dessarte, INDEFIRO o pedido de aplicação analógica da lei 10.820/2003. Sobre outro viés, entende o executado que a conta bloqueada não é conta salário, no sentido de afastar a impenhorabilidade alegada pelo executado. Quanto a tal ponto, não é necessário aferir a espécie de conta bancária que detém o executado, mas sim a natureza dos valores que foram bloqueados pelo Juízo, visto que o executado defende que é a natureza da verba bloqueada que a torna impenhorável, ao sustentar o desbloqueio com fundamento no art. 833, IV, do NCPC. Desse modo que entendo que tal ressalva não implica em rejeição do pedido de desbloqueio. Ademais, requer o exequente que seja aplicado o princípio da proporcionalidade porque estaria ocorrendo conflito entre o direito à dignidade do devedor e à efetividade da tutela jurisdicional. Assim, entende que de tal ponderação deve ser relativizado o "absolutismo da impenhorabilidade". A partir de tal

premissa, sustenta mais uma vez o pedido de penhora parcial sobre os proventos de aposentadorias, porque entende que dessa forma não haveria comprometimento da subsistência do executado. Nesse sentido, alega que a existência de saldo remanescente na monta de R$ 1.453,33 (mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos) indica que o bloqueio na conta do Itaú Unibanco não chega a comprometer a receita mensal do Sr. Manoel Fernandes. A corroborar tal conclusão, relembra que o executado tem valores em outras contas, conforme se vê pelo bloqueio realizado através do BACENJUD junto à Caixa Econômica, no valor de R$ 2.264,01 (dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e um centavo), que sequer foi impugnado pelo executado. No entanto entendo que tal intelecção não merece acolhida. Isso porque, conforme se extrai do extrato de fls. 99/100, o valor percebido pelo executado a título de aposentadoria não é exorbitante a ponto de poder se afirmar que eventual saldo remanescente é dispensável para sua subsistência. Em verdade, trata-se de aposentadoria que gira em torno de três salários mínimos, valor este razoável, senão integralmente necessário, para cobrir as despesas de subsistência do homem médio. Nesse sentido, pontuo que a movimentação financeira exposta no extrato de fls. 99/100 demonstra gastos referentes a despesas de subsistência, tais como postos de gasolina (posto Japii, no valor de R$ 50,00) e supermercado (Rshop Makro Loja, no valor de R$ 48,50), além de saques de quantias módicas. Ademais, observo que valor do saldo residual em si, bem como ao valor bloqueado junto à Caixa Econômica, não são quantias vultuosas, motivo pelo que, ainda que somadas para aferir um quadro geral da situação financeira do executado, não demonstram a existência de recursos dispensáveis às suas necessidades básicas, dentro de um padrão digno de existência. Outrossim a representação por advogado particular, por si só, não é indício suficiente para modificar as pontuações acima alinhavadas. Ainda, saliento que o exequente não trouxe aos autos nenhum indício de que o bloqueio realizado de fato não comprometem a subsistência do executado, cingindo-se a meras alegações. Diante de tais ponderações, concluo que os valores movimentados na conta do Itaú Unibanco estão vinculadas às demandas existenciais do Sr. Manoel, motivo pelo que NÃO ACOLHO o pedido de penhora parcial sobre os valores bloqueados junto ao Itaú Unibanco S.A.. Afastadas todas as teses elencadas pelo executado, passo a analisar se as verbas cujo bloqueio foi impugnado são oriundas de provento de aposentadoria. Ao compulsar o extrato bancário colacionado às fls. 99/100, em que se pese se referir a período menor que 2 meses, entendo que o valor residual antes do depósito do INSS e o próprio valor depositado por tal instituição constituem indícios de que a conta é utilizada tão somente para depósito aposentadoria do Autor. Dessa forma, entendo que a integralidade do valor bloqueado pelo Juízo junto ao Itaú Unibanco se refere à aposentadoria do executado. Nesse diapasão, reconheço a impenhorabilidade absoluta de tais verbas, com fulcro no art. 833, IV, do NCPC. Nesse sentido, é a jurisprudência pátria, conforme acórdão TJDF 07195288020188070000 DF 0719528-80.2018.8.07.0000, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 03/04/2019, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicação ndo DJE: 09/04/2019. Nesse ínterim, determino o desbloqueio dos valores junto à conta do Itaú Unibanco S.A., com fundamento no art, 854, §4º, do NCPC. Por outro lado, tendo em vista a ausência de impugnação do executado, converto o valor bloqueado junto à Caixa Econômica Federal em penhora, na forma do art. 854, §5º, do NCPC. Por conseguinte, determino seja transferido o montante bloqueado para conta do Juízo vinculada a este processo judicial. Por fim, DEFIRO o pedido de pesquisa junto ao Renajud para localização e penhora de veículos em nome do executado. INDEFIRO os pedidos de envio de ofício ao DETRAN e RECEITA FEDERAL, visto que tais diligências para localizar bens incumbem ao exequente, não podendo tal ônus ser integralmente transferido ao Juízo. É decisão. À Secretaria para que: Publique esta decisão, intimando as partes. Mova cópia dos autos à fila de Bacenjud para que: a) seja LEVANTADO O BLOQUEIO dos valores junto à conta do Itaú Unibanco S.A. no valor de R$5.017,30 (cinco mil e dezessete reais e trinta centavos); b) seja PENHORADO E TRANSFERIDO para conta judicial vinculada a este processo, o bloqueio dos valores junto ao Banco Caixa Econômica Federal de R$ 2.264,01 (dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e um centavo); Mova o processo para fila de RENAJUD para pesquisa de bens em nome do executado, intimado o exequente após a juntada do resultado da pesquisa.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0656067-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Arcoma da Amazônia Industria e Comércio Ltda. - EXECUTADO: Tecmon Montagens Técnicas Industrais Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0701608-84.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - REQUERIDO: ACS Navegação de Material de Construção Ltda - Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda e outro - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Luiza Borges Coelho Cardoso (OAB 13317/AM)
Ana Vanda Uchôa Izel Peres (OAB 2318/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antonio Roberto Sales Baptista (OAB 002.684/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Bárbara Menezes de Lima (OAB 14516/AM)

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Clever Rodrigues Menezes Junior (OAB 14055/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Erik Diniz Figueira (OAB 6425/AM)
Estefanny Maria de Souza Schuck (OAB 13386/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Walter Queiroz Carvalho Júnior (OAB 38501CE)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 003.808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Kamila Torres dos Santos Ignacchiti Lopes Gomes (OAB 8283/AM)
Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB 7450/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
klemilson azevedo melo (OAB 2382/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Levi Palma (OAB 29224/PR)
Lilian Alves Marques (OAB 364762/SP)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 18696A/PA)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Manuelle Lins Cavalcanti Braga (OAB 44197/PE)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcely Maria Rosado Mendes (OAB 38703/PE)
Marcos do Nascimento Pereira (OAB 003.034/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Marcus da Costa Tribuzi (OAB 12408/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Isabel Orlato Selem (OAB 115997/SP)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mariana Gouvêa Lessa (OAB 11018/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Monica Possebon C. de Castro (OAB 002.051/AM)
Nancy Neves Reis Lopes (OAB 5250/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Renato Ferreira Ribeiro Matta (OAB 9235/AM)
Ricardo Hoppe (OAB 13801/SC)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Scoty de Souza Diniz (OAB 12424/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0342/2019

ADV: IVANA CARLA PARDINI (OAB 15891PR), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB A-29/AM), ADV: ALESSANDRA DOS SANTOS VIEIRA (OAB 5264/AM) - Processo 0000415-85.2006.8.04.0001 (001.06.000415-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Bradesco Seguros S/A. - EXEQUENTE: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A - REQUERIDA: Air Tiger Express Inc. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0211547-09.2016.8.04.0001 (processo principal 0621742-22.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 10667/AM), ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0600095-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lívia Renata Lima da Rocha - REQUERIDO: Lojas Americanas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM), ADV: BRUNO EDUARDO THOMÉ DE SOUZA (OAB 7446/AM), ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM) - Processo 0604185-51.2017.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Riken Yara Neto - REQUERIDO: José Maria da Silveira - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade, contudo, suspendo, em razão da assistência judiciária gratuita, que defiro ao embargante em razão do requerimento de fl. 09, alínea "d". Restitua-se ao executado o depósito que efetuou às fls. 94/95, autorizada a expedição de alvará em seu favor. Transitada em julgado, proceda-se à baixa.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0610197-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0610197-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0612845-34.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM), ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0616561-06.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marcos Antônio Ribeiro da Cruz (OAB CANCELADA) - REQUERIDA: Vanusa Pinto da Rocha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM) - Processo 0618717-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Heber dos Santos Nascimento - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0620556-56.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CESAR PIRES (OAB 10884/AM) - Processo 0620650-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Silva de Almeida - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta no Infojud, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0621585-10.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: S. Tomaz Avelino Filho-me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0623125-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carboxi Indústria e Comércio de Gases Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0627786-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Dirlei Carvalho Couto - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628067-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0628541-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Antônio de Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0631716-78.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0635056-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Tonny André de Souza Silva - EXECUTADO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ MOUCO FERNANDES (OAB 5017/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0635455-64.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Davi Ramos dos Santos e outros - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0635685-09.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0637160-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Rosa Auxiliadora Gonçalves Souto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBSON DA SILVA BRAGA (OAB 14332/AM) - Processo 0638046-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Domingos da Silva Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: NAIR VIDAL MAGALHÃES LIMA (OAB 98897/MG), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0638714-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Medic System Ltda. - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0638758-47.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Kenya Konasugawa - EPP - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0638913-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0639448-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dilcimara da Silva Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0643277-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Martins Chaves - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0646793-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra dos Santos Vieira (OAB 5264/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Luiz Mouco Fernandes (OAB 5017/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruno Eduardo Thomé de Souza (OAB 7446/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana Carla Pardini (OAB 15891PR)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB A-29/AM)
José Ferreira de Souza Filho (OAB 10667/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nair Vidal Magalhães Lima (OAB 98897/MG)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nayandra Priscila da Silva Cesar Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Robson da Silva Braga (OAB 14332/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0343/2019

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: ÁUREO GONÇALVES NEVES (OAB 1602/AM), ADV: DANIELLE RAMALHO RODRIGUES DE SOUSA GROSSO (OAB 3982/AM) - Processo 0003697-79.1998.8.04.0012 (012.98.003697-3) - Cumprimento de sentença - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Rosa do Carmo Ramalho - REQUERIDO: Geraldo Ordozgoith da Frota - Ricardo Emmanuel de Pontes e Souza - Em razão do exposto, defiro, parcial e excepcionalmente, o pedido de fls. 852/858, no sentido de impedir a saída do executado do território nacional até o satisfação integral do crédito, com fulcro no art. 139, IV, do CPC. Oficie-se à Polícia Federal para as providências pertinentes. Proceda-se à transferência dos valores bloqueados às fls. 859/867 e expeça(m)-se o(s) pertinente(s) Alvará(s) eletrônico(s) em favor da exequente. Proceda-se à nova consulta Bacenjud.

ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0056897-78.2010.8.04.0012 (012.10.056897-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Petrobras Distribuidora S/A - EXECUTADO:

Posto de Derivados de Petróleo Rodrigues Ltda. - Antônio Roque Rodrigues - Cleia Garcia Rodrigues - Marcelino Alves Rodrigues - Rosimar Martins Rodrigues - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de Itacoatiara/AM - Manifeste-se o exequente acerca da petição de fls. 505/506, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: GRACO DINIZ FREGAPANI (OAB 2357/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM) - Processo 0230074-77.2014.8.04.0001 (processo principal 0014907-59.2000.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Agro Pecuária Mendonça Ltda. - EXECUTADO: Banco do Brasil S/A - R. H. Face à decisão retro emanada pela Desembargadora Plantonista, a qual determinou a suspensão da eficácia do alvará expedido às f. 447, determino a manutenção do valor na conta judicial em consonância com a decisão de f. 448-455 (4004299-03.2019.8.04.0000). Acaso levantado, intime-se o causídico da parte exequente para que proceda a devida devolução no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. À secretaria para certificar os valores na conta judicial de n. 01714375-8. P.R.I.C.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB A-446/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0236984-57.2013.8.04.0001 (processo principal 0036555-89.2004.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Advan Santos Farias (vítima) - EXECUTADO: Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda. - Manifeste-se a executada acerca da petição de fls. 159/160, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0604783-34.2019.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: H. M. B. Indústria e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - ADMINISTRA: Paulo Duarte Alecrim - Perito Grafotécnico - Em razão do exposto, defiro o pedido de fls. 326/333, no sentido de: A) determinar que o CADIN expeça Certidão Positiva com Efeito de Negativa, de forma a garantir a inscrição da recuperanda na SUFRAMA; B) autorizar, excepcionalmente, a dispensa de apresentação de certidões negativas por parte da recuperanda para a atualização do incentivo fiscal junto à SEPLAN. Cumpra a recuperanda, por seu administrador judicial, o item "apresentação pelo devedor de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial" de fl. 132, no prazo de 10 (dez) dias. Apresente o administrador judicial a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito, procedendo-se, em seguida, conforme o art. 55, da Lei 11.101/05.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0607872-70.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Jeimisson Smith Bandeira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0614101-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Comercial Benayon Sociedade Ltda. - EPP - Em prestígio à busca da solução consensual do litígio, oportunizo ao requerente que se manifeste, excepcionalmente, acerca da petição de fls. 60/61, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo oportuno consignar que eventuais detalhes acerca do quanto e do modo de pagamento podem ser tratados direta e extrajudicialmente pelas partes. Discordando a requerente da nova proposta de pagamento apresentada pelo requerido, venham os autos conclusos para sentença.

ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0626855-49.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Amazon Etiquetas Indústria e Comércio Ltda. - Wandelson Freitas - Pelo exposto, REJEITO os embargos de declaração, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022, do Código de Processo Civil.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0643932-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sast Holdings e Participação Ltda. - EPP - Sandoval Bezerra da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0646174-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Américo Severino Pereira - REQUERIDO: E. M. Transporte Multimodal Ltda. - Defiro a gratuidade, observados nos autos indícios de que o requerente possui os requisitos necessários para concessão do benefício pleiteado. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, determino que seja designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0702653-26.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvana da Silva Lima - REQUERIDA: Senso Engenharia e Comércio Ltda. - Defiro o pedido de fl. 250. Providencie-se eletronicamente.

Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Áureo Gonçalves Neves (OAB 1602/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Danielle Ramalho Rodrigues de Sousa Grosso (OAB 3982/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB A-446/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Graco Diniz Fregapani (OAB 2357/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)

Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0305/2019

ADV: MANUEL MOREIRA DA SILVA FILHO (OAB 3459/AM), ADV: CLEDSON RIBEIRO FERREIRA (OAB 275853/SP), ADV: RENATO DE BRITTO GONÇALVES (OAB 144508/SP), ADV: ANA PAULA DE SOUSA FERREIRA (OAB 187303/SP) - Processo 0000404-56.2006.8.04.0001 (001.06.000404-6) - Monitória - REQUERENTE: Semp Toshiba Amazonas S/a - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento, para tornar nula a sentença às fls. 117-119. Noutro giro, intime-se o autor para se manifestar acerca da prescrição intercorrente, no prazo de 15 (quinze) dias. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: JADYLSON GUEISON OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 5567/AM), ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM) - Processo 0020823-34.2005.8.04.0001 (001.05.020823-4) - Embargos de Terceiro Cível - REQUERENTE: Íris Pereira da Silva - REQUERIDA: Massa Cooperativa Habitacional Duque de Caxias e outro - Vistos, Trata-se de embargos de terceiros propostos por Iris Pereira da Silva contra Massa Cooperativa Habitacional Duque de Caxias. No decorrer do feito, juntou-se a prova do depósito integral do débito. É o breve relatório. Decido. De acordo com os elementos constantes nos autos houve total pagamento de valor objeto de execução, o que gera a extinção da obrigação. ANTE O EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 487, III do Código de Processo Civil. Determino a intimação do administrador judicial para providenciar, imediatamente, a transferência do imóvel conforme acordo realizado nos autos e adimplido pela parte autora. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611461-75.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para: 1) Pronunciar a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de 03/2008 à 04/2009, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; 2) Em relação ao período imprescrito, condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855/2016 deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0615432-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc... O autor Amazonas Distribuidora de Energia S/A, nos autos da Ação de Monitória/PROC que move em face de Maria das G. E. Martins, apresentou petição de página 62, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0616894-26.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: SERVIS ELETRONICA (SERVIS SEGURANCA LTDA) - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que certifique a incidência ou não de custas. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do autor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P. R. I. C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0622882-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - ANTE AO EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0629447-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosendina de Jesus Barbosa - Vistos, etc... Trata-se de ação de Procedimento Comum Cível, proposta por Rosendina de Jesus Barbosa, em face de Manaus Ambiental S/A, todos devidamente qualificados nas peças em epígrafe. As custas processuais são pressuposto para desenvolvimento válido e regular do processo, de modo que a guia de recolhimento das custas é um dos documentos indispensáveis à propositura da ação, nos termos do art. 320 do Código de Processo Civil (CPC). A falta do recolhimento das custas, acarreta o indeferimento da petição inicial, na forma do art. 321, parágrafo único e art. 330, inc. IV, ambos do CPC. ANTE O EXPOSTO, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, I, do NCPC/2015. Determino à Secretaria a remessa dos autos para fila “Distribuição Cancelar”, para cancelamentos dos autos. P.R.I.C

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0631417-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Laercio Pereira - Vistos, etc... Trata-se de ação de Procedimento Comum Cível, proposta por Laercio Pereira, em face de Constroi Imobiliaria Ltda - Me, todos devidamente qualificados nas peças

em epígrafe. As custas processuais são pressuposto para desenvolvimento válido e regular do processo, de modo que a guia de recolhimento das custas é um dos documentos indispensáveis à propositura da ação, nos termos do art. 320 do Código de Processo Civil (CPC). A falta do recolhimento das custas, acarreta o indeferimento da petição inicial, na forma do art. 321, parágrafo único e art. 330, inc. IV, ambos do CPC. ANTE O EXPOSTO, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, I, do NCPC/2015. Determino à Secretaria a remessa dos autos para fila "Distribuição Cancelar", para cancelamentos dos autos. P.R.I.C

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0632338-60.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - ANTE AO EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0638757-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - ANTE AO EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0710047-84.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para: 1) Pronunciar a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de 10/2005 a 06/2009, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; 2) Em relação ao período imprescrito, condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855/2016 deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0712480-61.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: JOSIMAR DE ANDRADE PINTO - LITSPASSIV: EDITORA ANA CASSIA LTDA (JORNAL DEZ MINUTOS) - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Ana Paula de Sousa Ferreira (OAB 187303/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cledson Ribeiro Ferreira (OAB 275853/SP)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jadylson Gueison Oliveira Cavalcante (OAB 5567/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manuel Luis da Rocha Neto (OAB 7479/CE)
Manuel Moreira da Silva Filho (OAB 3459/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Renato de Britto Gonçalves (OAB 144508/SP)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Processo nº: 0042092-03.2003.8.04.0001
Ação: Produção Antecipada de Prova/PROC
Requerente: Flashmed Comércio de Produtos Médicos Ltda
Requerido: Kodak da Amazônia Indústria e Comércio Ltda

EDITAL DE INTIMAÇÃO - DESCARTE DE PEÇAS DIGITALIZADAS

O(A) Dr(a). Manuel Amaro de Lima, MM. Juiz(a) de Direito Titular da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constituicionais, FAZ SABER, a todos os patronos, partes processuais no processo nº 0042092-03.2003.8.04.0001 (FLASHMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA & KODAK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA) e demais interessados no presente EDITAL, QUE considerando os termos do art. 2º e Parágrafo Único da Resolução nº 15/2011 - TJAM, que autoriza a implantação do processo eletrônico/virtual no Poder Judiciário do Estado do Amazonas, que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Poder, serão remetidas ao Arquivo Geral do TJAM para posterior descarte, se não houver nenhuma manifestação, NOTAS FISCAIS de materiais, dirigidas a processos digitais que tramitam nesta Vara, já digitalizadas, relativas ao ano de 1992à 2001.

Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 04 de Junho de 2019.

Eu, Micaelle Tamara Sá Ribeiro Schwab, Assistente Judiciária o digitei, e Eu Edna Mouzinho Barreto, Escrivã, o conferi.

Manaus, 28 de agosto de 2019. (C02357).

Manuel Amaro de Lima
Juiz de Direito

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Processo nº: 0312863-80.2007.8.04.0001
Ação: Produção Antecipada de Prova/PROC
Requerente: L P Comercio e Industria de Alimentos Ltda.
Requerido: Ticket Accor Serviços

EDITAL DE INTIMAÇÃO - DESCARTE DE PEÇAS DIGITALIZADAS

O(A) Dr(a). Manuel Amaro de Lima, MM. Juiz(a) de Direito Titular da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constituicionais, FAZ SABER, a todos os patronos, partes processuais no processo nº 0312863-80.2007.8.04.0001, L P COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA & TICKET ACCOR SERVIÇOS e demais interessados no presente EDITAL, que considerando os termos do art. 2º e Parágrafo Único da Resolução nº 15/2011 - TJAM, que autoriza a implantação do processo eletrônico/virtual no Poder Juidiciário do Estado do Amazonas, que a partir do 31º (trigésimo primeiro dia) subsequentes à data de publicação deste Edital no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) deste Poder, serão remetidas ao Arquivo Geral do TJAM para posterior descarte.

Se não houver nenhuma manifestação, 2 caixas com VOUCHERS, cujos números de identificação já foram protocolados em meio físico, dirigidas a processos digitais que tramitam nesta Vara, já digitalizadas, relativas ao ano de 2006.

Dado e oassadi besta cidade de Manaus, capuital do Estado do Amazonas.

Eu, Micaelle Tamara Sá Ribeiro Schwab, Assistente Judiciária o digitei, e Eu Edna Mouzinho Barreto, Escrivã, o conferi.

Manaus, 28 de agosto de 2019. (C02357).

Manuel Amaro de Lima
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0306/2019

ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: ARNALDO DOS SANTOS TRIBUZY (OAB 1053/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM) - Processo 0008007-70.1994.8.04.0012 (012.94.008007-2) - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto - Fabrício Gondim de Freitas Pinto - Matheus Gondim de Freitas Pinto - André Gondim de Freitas Pinto - REQUERIDO: Orlando Marreiro Lucio - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 297, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM), ADV: MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: ALÍRIO VIEIRA MARQUES (OAB 3772/AM), ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM), ADV: JESSICA SOUZA CANDIDO E SILVA (OAB 4446/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM), ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM), ADV: SENDER JACAÚNA DE LIMA (OAB 6292/AM) - Processo 0008161-83.1997.8.04.0012 (012.97.008161-4) - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Construtora Brascon Ltda. - REQUERIDO: Massa Cooperativa Habitacional Duque de Caxias - SIMONE ROSSETTI SAMPAIO ALVES - Marco Roberto Pereira da Silva - Vânia do Socorro Penha da Silva - TERCEIRO I: 1 Oficio Cartorio de Protesto de Letras - Cartorio do 3 Oficio de Registro de Imoveis - Caixa Econômica Federal - INTSSADO: Delcinei de Oliveira Alves - Marlene Valente Marques da Silva - Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Títulos de Manaus/AM - Vania do Socorro Penha da Silva - Márcio Eleotério brasil - Francisco Lindenor Galdino de Lima - José Hudson Wadick Reis - Neuza Feitosa Procopio - ADRIANO JORGE DE ARAÚJO - Jose Afonso da Costa Arruda - ADMINISTRA: José Cláudio Alves Rodrigues Ramos - Maurício Barbosa Pignato Bonfim - INTSSADA: Valdisa Alves Brito - MARCOS ANTONIO PINHEIRO GÓES - Considerando-se que a Requerida, MASSA COOPERATIVA HABITACIONAL DUQUE DE CAXIAS cumpriu as determinações deste Juízo, DEFIRO na integralidade o pedido de f. 11.144 a 11.147, levando-se em consideração o visível e o comprovado (por fotos anexas), péssimo estado dos imóveis, bem como a irregularidade dos ocupantes junto à Requerida. Determino á Escrivania para o cumprimento dos Mandados de Imissão de Posse em número de 10 (dez), conforme o requerido, bem como a expedição de ofício ao Comando da PMAM, para o reforço policial se necessário for. Defiro a gratuidade da justiça.

ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM), ADV: JADYLSON GUEISON OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 5567/AM), ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM) - Processo 0020823-34.2005.8.04.0001 (001.05.020823-4) - Embargos de Terceiro Cível - REQUERENTE: Íris Pereira da Silva - REQUERIDO: Construtora Brascon Ltda. - Massa Cooperativa Habitacional Duque de Caxias - ADMINISTRA: Fernando Luís Simões da Silva - Vistos, Trata-se de embargos de terceiros propostos por Iris Pereira da Silva contra Massa Cooperativa Habitacional Duque de Caxias. No decorrer do feito, juntou-se a prova do depósito integral do débito. É o breve relatório. Decido. De acordo com os elementos constantes nos autos houve total pagamento de valor objeto de execução, o que gera a extinção da obrigação. ANTE O EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 487, III do Código de Processo Civil. Determino a intimação do administrador judicial para providenciar, imediatamente, a transferência do imóvel conforme acordo realizado nos autos e adimplido pela parte autora. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: LUIZ AUZIER DE ALMEIDA (OAB 3496/AM), ADV: JOSÉ ROOSEWELT ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA (OAB 6300/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM) - Processo 0035643-49.2010.8.04.0012 (012.10.035643-8) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marilza dos Santos Lima - REQUERIDO: Delima Com. e Navegacao Ltda. - Deusdedith Pinheiro da Costa - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: EVELINE LIMA DE CASTRO AGUIAR (OAB 17251/CE), ADV: LILIAN ALVES DE OLIVEIRA (OAB 219727/SP), ADV: JOSÉ AUGUSTO REZENDE JUNIOR (OAB 131443/SP) - Processo 0217388-77.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: B.F. - REQUERIDO: M.F.S.N. - Em razão do cumprimento da ordem exarada pelo juiz natural, restando infrutífera a tentativa de citação, consoante certidão de Oficial de Justiça à f. 49 dos autos, determino a devolução dos autos com nossos cumprimentos. Oportunamente, arquivem-se os autos e proceda a baixa na distribuição com as cautelas de praxe. À Secretaria, providências. P.R.I.C.

ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM), ADV: CAROLINA CALDAS FAÇANHA (OAB 6926/AM), ADV: RAFAEL DA SILVA MENEZES (OAB 6915/AM), ADV: EMERSON LUIZ TEIXEIRA SANTANA (OAB 15076/DF), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: WANDERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 6776/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0222263-42.2009.8.04.0001 (001.09.222263-4) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Vilton Bezerra Travessa - REQUERIDO: Sabre Construções e Comércio Ltda. - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Vilton Bezerra Travessa, em face de Sabre Construções e Comércio Ltda.. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Saliento que, após arquivado provisoriamente, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0231387-39.2015.8.04.0001 (processo principal 0629440-50.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Hamburg Süd Brasil Ltda. - EXECUTADO: Brazilpacking Embalagens Plásticas Ltda - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Hamburg Süd Brasil Ltda., em face de Brazilpacking Embalagens Plásticas Ltda. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Saliento que, após arquivado provisoriamente, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: MARINA DO ROSÁRIO GALDINO (OAB 10869/AM) - Processo 0234958-47.2017.8.04.0001 (processo principal 0620617-82.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Cheque - REQUERENTE: Eli Marques Cavalcante Júnior - REQUERIDA: Priscila Miranda Lustosa - BRÍGIDA MIRANDA LUSTOSA - Patricia Miranda Lustosa - Valdeniza Alvarez Clemente - Defiro pedido de desarquivamento da lide, bem como prioridade concedida pela parte ré. À Secretaria, providências no sistema SAJ. Quanto ao pleito da autora, acautelo-me quanto ao pedido,para manifestação após intimação do exequente. Informo que o exequente deverá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. P.R.I.C.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: MICHAEL TORRES DO NASCIMENTO (OAB 6637/AM), ADV: RENATA SANTOS BARROSO (OAB 6663/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM), ADV: CELSO RICARDO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 425A/AM), ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM) - Processo 0236042-64.2009.8.04.0001 (001.09.236042-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: José Augusto de Souza - REQUERIDO: Joaquim Roque de Oliveira - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema Bacenjud às fls.233/234, no prazo de 05 (cinco) dias. II - Informamos, também, que foi feita somente uma pesquisa via sistema Bacenjud, haja vista o requerente ter juntado aos autos o pagamento de apenas 1 (uma) pesquisa eletrônica e tal medida ser cobrado por cada ato. III - Caso, ainda, haja interesse em que seja realizada pesquisa via sistema Renajud, Infojud e Eridft, intime-se a parte interessada para que junte as devidas custas eletrônicas, no mesmo prazo supracitado.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: HEDIEKSON DOS SANTOS ARAUJO (OAB 8619/AL), ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM) - Processo 0245773-69.2018.8.04.0001 (processo principal 0618165-65.2017.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Cível - Classificação de créditos - REQUERENTE: Elizeu dos Santos Campos - REQUERIDO: Tetraplast da Amazonia Industrial Ltda. - ADMINISTRA: Jordan de Araujo Farias - De ordem, republique-se a Decisão Interlocutória de fl. 16 para as partes por meio de seus patronos e o administrador judicial.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0245857-70.2018.8.04.0001 (processo principal 0627006-20.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana de Borborema Correia - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD às fls. 55/58, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0245857-70.2018.8.04.0001 (processo principal 0627006-20.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana de Borborema Correia - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - RH. Diga a exequente sobre a manifestação da executada às f. 49/53. Após conclusos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0248437-20.2011.8.04.0001 - Cumprimento de

sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Elisandra de Souza Piza - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0261593-75.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Alves Benfica - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL DE QUEIROZ GERVAZONI (OAB 10331/AM), ADV: JULIANA LIMA BENOLIEL FERREIRA (OAB 11372/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: KENIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 89105 / MG), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0357375-51.2007.8.04.0001 (001.07.357375-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Waldecina Oliveira Barbosa - Vespasiano Pedro Barbosa - DEPRECANTE: Comarca de Itacoatiara - REQUERIDO: Braspor Madeiras Ltda. - DEPRECADO: FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITACOATIARA DR.JOSÉ REBELO DE MENDONÇA - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Comarca de Itacoatiara, Vespasiano Pedro Barbosa e Waldecina Oliveira Barbosa, em face de Braspor Madeiras Ltda. e FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITACOATIARA DR.JOSÉ REBELO DE MENDONÇA. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. P.R.I.C.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0601117-93.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Raimundo Nunes Martins - Concedo prazo improrrogável de 15 (quinze) a fim do autor promover o prosseguimento da lide, sob pena de extinção da lide. P.R.I.C.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0601450-79.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0635421-89.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Italia Breda Ltda - REQUERIDO: Empresa Industrial Ltda. - INTSSADO: Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço) - Simultaneamente, consoante o princípio do livre convencimento motivado do juiz, destinatário final das provas, decido pela desnecessidade de produção de provas e determino o julgamento antecipado da lide, por entender que os elementos contidos nos autos são suficientes para aferir qual o verdadeiro valor do imóvel objeto da lide e se, em relação a ele, houve arrematação por preço vil. Intimem-se as partes acerca desta decisão. Vencido prazo recursal, conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULA LOPES DE LIMA CAMPOS (OAB 8072/AM) - Processo 0601999-21.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: Jhonis de Castro Herrera - José Agostinho Froes da Costa - REQUERIDO: Victor Sergio Pereira do Nascimento - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - A teor do exposto, REJEITO a exceção de pré-executividade de fls. 62/68. Sem honorários, posto que a jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, na exceção de pré-executividade, pressupõe a extinção, total ou parcial, da execução, sendo descabida quando houver o prosseguimento da execução. (Ap 57238/2016, DES. MÁRCIO VIDAL, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 17/04/2017, Publicado no DJE 09/05/2017). P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604100-31.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rosineide Bentes da Silva - Defiro pedido à fl. 135. Determino à secretaria para que proceda a citação do réu, por oficial de justiça, ao endereço indicado à fl. 129. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0604393-35.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Pereira e Marinho Com de Eq Ind Ltda - Concedo prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos da Portaria n° 116/2017 PTJ-AM, para o autor juntar as autos comprovante de pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça, sob pena de extinção do feito na forma do art. 485, IV, do Código Processual Civil. P.R.I.C.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 4193/AC) - Processo 0608129-32.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: R M Correa do Nascimento - Determino a intimação da parte autora a fim de proceder ao pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça nos termos da Portaria n° 116/2017 PTJ-AM, no prazo improrrogável de de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento definitivo da demanda. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0609266-44.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria da Conceição Martins Santos - Defiro pedido à fl. 143. Determino à secretaria para que proceda a citação do réu, por oficial de justiça, ao endereço indicado à fl. 130 P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0610601-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Tennyson Souza da Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro

Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: KARLA DE SIQUEIRA CAVALCANTI AZEVEDO (OAB 7020/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM), ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM) - Processo 0611641-91.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eurídice Moura Saraiva - REQUERIDA: Paula Juca Ramos - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que certifique a incidência ou não de custas. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do autor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P. R. I. C.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: MISAEL DE MELO E SILVA (OAB 10934/AM), ADV: RENAN PENA MARTINS (OAB 10805/AM), ADV: DENISE ALBUQUERQUE CERVINHO MARTINS (OAB 10811/AM) - Processo 0611802-67.2014.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: MICHAEL PAESANI - REQUERIDO: Willian Goncalves Lunghinho - Evelin Farache Correa - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611982-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Alves Campos - Defiro o pedido para consulta de informações acerca do endereço do requerido através do sistema INFOJUD/RENAJUD. Porém, tendo em vista a Portaria nº 116/2017, intime-se a parte autora para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista do resultado ao requerente, no prazo de 05 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612045-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Osvaldo Teixeira da S. Filho - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca da pesquisa de endereço realizada via sistema BACENJUD às fls. 61/62, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM) - Processo 0613772-68.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Renova Cia Securitizadora de Créditos Financeiros S.a. - EXECUTADO: PEDRO PAULO SOUZA MIRANDA - Determino o cumprimento da certidão de crédito colacionada à folha 156 dos autos. À Contadoria proceda as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DIEGO LINHARES BARROS DE PAIVA (OAB 169276/RJ), ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM) - Processo 0614113-26.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Ivan Esteves Ribeiro - REQUERIDO: Internet Corp do Brasil Ltda - Me - Compulsando os autos, verifico o cumprimento de decisão de fl. (61), no que diz respeito aos documentos pertinentes a habilitação dos herdeiros para o polo ativo da demanda. Portanto, intime-se o espólio de Ivan Esteves Ribeiro para promover as diligências cabíveis para fins de citação da parte requerida ou junte aos autos comprovante de acordo realizado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0614748-70.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Maria da Glória Azevedo Santos - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Banco Bradesco Financiamentos S/A, em face de Maria da Glória Azevedo Santos. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o

mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0614815-40.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria dos Anjos Borges - Indefiro pedido à fl. 84, tendo em vista que compete à parte exequente diligenciar junto aos Cartórios Extrajudiciais, que não se enquadram da condição de sujeitos do processo para fins de aplicabilidade do princípio da cooperação oriundo do art. 6º do CPC, no intento de obter informações e/ou certidões relativas às próprias partes litigantes, mediante o respectivo pagamento dos emolumentos devidos, somente cabendo ao Poder Judiciário atuar de maneira excepcional, quando efetivamente comprovado que a parte buscou, extrajudicialmente, a obtenção da certidão almejada. Portanto, mantenha-se os autos suspensos, conforme decisão à fl. 77 e começa a correr o prazo de prescrição intercorrente, com base no transcurso do prazo do art. 921, §2° do CPC. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0615246-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Tereza Katiane de Oliveira Martins - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0615375-11.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda. - EXECUTADO: Associação Comunitária Santa Etelvina - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft, conforme às f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0615448-12.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Jose Carlos Silva de Melo - Certifico para os devidos fins, que foi efetivado o desbloqueio do veículo objeto da lide por este Juízo.

ADV: MARIA AUXILIADORA SOUZA E SILVA (OAB 6966/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0615448-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Camila Gomes Rabello - ME - REQUERIDO: Medical Norte - Clinica Medica Laboratorial LTDA - INTSSADO: Banco Bradesco S/A - Caixa Econômica Federal - CEF - Ante ao exposto, não existindo elementos que comprovem a existência do crédito, bem como planilha discriminada dos valores pendentes de remuneração, indefiro pedido de fls. 412/415, com consequente manutenção do arquivamento da demanda. P.R.I.C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615879-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Aline Soares Pereira - Defiro o pedido para consulta de informações acerca do endereço do requerido através do sistema BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD. Porém, tendo em vista a Portaria nº 116/2017, intime-se a parte autora para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista do resultado ao requerente, no prazo de 05 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0616339-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Iane de Souza Martins - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: CAMILO FRANCISCO DE PAES DE BARROS E PENATI (OAB 206403/SP), ADV: JOANNA PAES DE BARROS E OLIVEIRA KISS (OAB 131139/SP), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: MARCELO ZANETTI GODOI (OAB 139051/SP) - Processo 0617719-91.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Plastipak Packaging do Brasil Ltda. - REQUERIDO: Cv Industria e Comercio de Produtos de Limpeza e Cosm. Ltda - Epp - Ante manifestação da parte executada, no tocante a prorrogação do STAY PERIOD, da sentença que concedeu a recuperação judicial, e consequente ordem de suspensão das ações executivas em curso, consoante documentos colacionados às fls. 82/92 dos autos, determino a suspensão da presente lide, no prazo expresso na sentença de fls. 83/88. À Secretaria, providências. P.R.I.C.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT (OAB 68625/RS), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KAREM LÚCIA CORRÊA DA SILVA RATTMANN (OAB 704A/AM), ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 24143/BA), ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 808A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: IGOR ALVES DA COSTA (OAB 9621/AM), ADV: MAURO COUTO DA CUNHA (OAB 4200/AM), ADV: DANIELLE MENDONÇA DE CARVALHO (OAB 176724/RJ), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: RONALDO SANTOS MONTEIRO (OAB 7502/AM), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: LUCIANNA DE SOUZA SILVA (OAB 3624/AM), ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/RJ), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0617970-85.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JACQUELINE PEREIRA PINHEIRO - REQUERIDO: Global Consultoria Imobiliária S/A - Direcional Engenharia S/A - Intime-se as partes para se manifestarem acerca dos cálculos judiciais às fls. 297-298, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, retornem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/

SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: BRUNO DE OLIVEIRA POLONI (OAB 351064/SP), ADV: RODOLFO BARBOSA DA COSTA (OAB 244022/SP) - Processo 0620105-07.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: DALVA SILVA ALVES - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P.R.I.C.

ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0620940-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Elias Rogério Picanço Alves - Vistos, etc. Oficie-se à Central de Mandados para que o Oficial de Justiça esclareça a certidão de fl. 110 referente ao Mandado nº 001.2019/117302-0, no prazo de 10 (dez) dias. P.R.I.C.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0622494-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Carlos Alberto Almeida da Silva - Da análise da peça das páginas 120/121 e documentos anexos, verifica-se que o presente crédito, foi cedido por meio de contrato de cessão de créditos. Diante disso a cessionária OMNI S/A- CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO requer a substituição do atual exequente por ela mesma. Ante o exposto, defiro o pedido formulado. À secretaria para que altere o cadastro do processo, substituindo o polo ativo pelo sujeito supracitado, bem como cadastrando seus respectivos patronos, conforme requerido. Após, intime-se o exequente para que dê prosseguimento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0623443-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jefferson Willon de Queiroz Santos - Determino a intimação da parte autora a fim de proceder ao pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça, nos termos da Portaria n° 116/2017 PTJ-AM, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito na forma do art. 485, IV, do Código Processual Civil.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0625092-47.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Jandir Foss - Concedo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a fim do autor promover a citação do requerido, sob pena de extinção do feito, na forma do art. 485, IV do Código Processual Civil. P.R.I.C.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0625124-86.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Raimundo Ronie Peterson Cordeiro Marques - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Concedo prazo improrrogável de 5 (cinco) dias para o autor colacionar ao autos eventual minuta de acordo extrajudicial, ou promover a citação de réu, nos termos da decisão retro, sob pena de extinção da demanda. P.R.I.C.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0625240-24.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antonio Cavalcante da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Intime-se a parte autora para se manifestar acerca do cumprimento de sentença às fls. 115-117, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: VITOR RODRIGO SANS (OAB 160869/SP), ADV: RODRIGO MENDES LASMAR (OAB 12480/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM) - Processo 0625658-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva Maciel - REQUERIDO: Toya Indústria e Comércio Ltda. - A rigor do art. 298, Código Processual Civil há indeferimento do pedido de concessão da antecipação dos efeitos da tutela pleiteada, uma vez que não se fazem presentes os pressupostos necessários à sua outorga, vez que não verifico o fumus bonis iuris, consubstanciado pelos lucros cessantes experimentados pela autora, tendo em vista que a descrição de serviços colacionados às fls. 125/132, configura prova elaborada pela própria autora, sem ao menos conter nos autos notas ficais dos serviços efetuados, capaz de comprovar a renda mensal da autora. Pelos motivos previamente expostos, indefiro pedido de antecipação de tutela pleiteado pela autora. Ato contínuo, pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0626243-48.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Alex Almeida Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0626276-77.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Deusmir Marques de Oliveira - Indefiro pedido de fls. 219, haja vista até o presente momento não ter sido efetivado a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, conforme o NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA MARIA ROCHA SOUZA FERREIRA (OAB 252916/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0626402-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Edna Miyako Ninomiya - REQUERIDO: Pdg Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda - Gonder Incorporadora Ltda. - INTSSADA: Neuza Nobue Ninomiya Heldt - Tendo em vista que ambas as partes manifestaram desinteresse na composição consensual às fl. 16 e fl.134 dos autos, determino o cancelamento da audiência de conciliação do dia 03/09/2019 às 10:30 h (CEJUSC CÍVEL), com fulcro no art. 334, § 4º, I, do NCPC. P.R.I.C.

ADV: ERIKA DE OLIVEIRA COIMBRA (OAB 8714/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/

AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG), ADV: FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG), ADV: VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG), ADV: OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM) - Processo 0626502-82.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Laudson Lima Gonçalves - Tendo em vista sentença à fl. 89, determino à secretaria para que proceda o arquivamento dos presente autos, bem como a baixa definitiva na distribuição. P.R.I.C.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0626514-23.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Carlos Serudo Chagas - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG), ADV: GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG), ADV: OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG) - Processo 0626984-93.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO CARVALHO CHAPARRO - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe o endereço para ser realizada a diligencia do oficial de justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após, expeça-se o competente mandado.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0627135-59.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: ANTONIO GILSON PESSOA DE ALENCAR - Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Após escoar o prazo retro sem apresentação de defesado requerido/executado, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, "réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado ", determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). P.R.I.C.

ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC) - Processo 0627175-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marinete Garcia Naranjo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos, etc. Laudo pericial nos autos, fls. 94/104. Diante da comprovação do pagamento de honorários periciais na fl. 127, determino a expedição de alvará em nome do expert para levantamento de tais valores. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo

0627953-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Lobato Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0628084-78.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Heraclito Homobono Machado Neto - Determino a intimação da parte autora a fim de proceder a citação do requerido no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito na forma do art. 485, IV, do Código Processual Civil.

ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM) - Processo 0630943-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Rzd Distribuidora de Derivados de Petroleo Ltda - REQUERIDO: A D Comércio de Combustíveis Ltda - Alcione de Souza Peixoto - Danielle dos Santos Peixoto - Ante manifestação da autora quanto ao parcelamento pactuado pela ré, determino expedição de alvará no tocante ao montante incontroverso, em nome do patrono a autora com poderes para referido ato. Ato contínuo, nos termos da solicitação da exequente, abro vistas a parte ré, a fim de que apresente seu demonstrativo de cálculo, com os termos inicias e finais, e termos de atualização aplicados, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631552-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de F. Gomes Barbosa - Intime-se o requerente para se manifestar acerca do cumprimento negativo de AR e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, §1º, do NCPC/2015. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0632528-91.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Arce Comercio de Alimentos LTDA -ME - LUCIMAR FRANCELINA DE BRITO - WELLINGTON GUIMARAES ARCE - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT conforme às f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0638943-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luzinete Neves da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 §6 ° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em 6 (seis) prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: MARIANA VALENTE MAIA (OAB 7749/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0638956-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Tatiane Bezerra de Souza - REQUERIDA: Daniela Souza Melo - TERCEIRO I: Lindemberg Melo de Lima - Certifico para os devidos fins, que foi efetivado o desbloqueio do veículo objeto da lide por este Juízo.

ADV: NATHALIA MARIA PEREIRA PAIVA DE QUEIROZ (OAB 10598/AM), ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM) - Processo 0639894-50.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Caroline Maciel de Oliveira - REQUERIDO: Aprígio Lopes da Silva Neto - Intime-se o reconvinte para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de extinção do feito, conforme o art. 485, IV do CPC. Intime-se o requerente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da contestação e documentos anexos. P.R.I.C.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0640188-39.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Aderaldo Trindade Sabino - Da análise da peça de página 129/130 e documentos anexos, verifica-se que o presente crédito, foi cedido por meio de contrato de cessão de créditos. Diante disso a cessionária OMNI S/A- CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO requer a substituição do atual exequente por ela mesma. Ante o exposto, defiro o pedido formulado. À secretaria para que altere o cadastro do processo, substituindo o polo ativo pelo sujeito supracitado, bem como cadastrando seus respectivos patronos, conforme requerido. Defiro expedição de mandado no endereço informado à f. 137 dos autos. No entanto, termos da Portaria n° 116/2017 PTJ-AM, concedo o prazo de 10 (dez) dias, para o autor efetuar o das custas de diligências do Oficial de Justiça, sob pena de extinção do feito na forma do art. 485, IV, do Código Processual Civil. Ressalto que compete ao patrono acompanhar a lide e observar o Oficial sorteado para diligência, a fim de entrar e contato com o mesmo para acompanhá-lo P.R.I.C.

ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE) - Processo 0642853-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rafaela da Silva Lopes - REQUERIDO: Assupero Ensino Superior S/S LTDA - LITSPASSIV: Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S/A - Decido. Compulsando os autos, verifico que a autora não pleiteou na inicial a inversão do ônus probatório, sendo vedado ao juízo reconhecer pedidos não suscitados pelas partes, nos conformes do art. 141, do CPC, respeitando-se os limites propostos de forma a não incorrer em decisão extra petita. Portanto, indefiro pedido quanto a inversão do ônus da prova, e mantenho decisão à fl. 201. Intime-se a autora para que apresente os documentos solicitados à fl. 89, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pleito feito na exordial. Antes porém, intime-se a autora para que promova o recolhimento das custas das despesas postais no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC. Noutro giro, determino à secretaria para que comprove o cumprimento tempestivo da tutela deferida à fl. 53-55, tendo em vista que refere-se a matrícula institucional do período 2019/2 (fls. 214-237). P.R.I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0645335-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Indefiro pedido de fls. 90/92, posto que para tal pleito há recurso próprio descrito no Código Processual Civil. Mantenho na íntegra a decisão retro, e determino o cumprimento pela parte autora no prazo concedido, sob pena de extinção do feito. Decorrido o prazo da decisão de fls. 81, façam os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0646463-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Cacilda Satomi Yano Mallmann - Verifico que o autor manteve-se inerte quanto à opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa situação negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15). É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Com efeito, nos termos do art. 3°, §2°, do NCPC/2015, tem-se que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos. E ainda, conforme §3°, do mesmo artigo, a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do processo judicial. Assim, por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No entanto, intime-se a parte interessada para que em 5 (cinco) dias úteis recolha as custas referentes à emissão de carta/AR, uma vez que o valor monetário para emissão e protocolo de cada comunicação é ínfimo (R$ 20,00) e, por isso, perfeitamente alcançável pela parte, nos termos do que determina o Provimento 273/CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0646555-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Jean Carlos Uchoa Sena - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0646609-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: O.A.C.K.S. - REQUERIDO: C.S. - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 §6 ° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em quatro prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646695-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Leandro K S do Nascimento 89682270200 - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus,

ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado. P.R.I.C.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0646857-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michelle Ramos Pacheco Lira da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - INTSSADO: Samesp-sociedade de Assistência Médica Especializada Ltda (Hospital Rio Negro) - Concedo os benefícios da justiça gratuita a autora ante a afirmação de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 4º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Expeça-se competente carta de citação. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0646893-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Brenda Grazielly Lopes dos Santos - Determino nova intimação do Banco autor, a fim de promover a citação da parte requerida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito, na forma do art. 485, IV do Código Processual Civil. P.R.I.C.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0647166-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Irani Marli Muller - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice, principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0648698-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Prince Bike Norte Ltda - Indefiro pedido de fls. 92/95 no tocante a publicação do teor da presente lide ao suposto patrono da parte requerida, ante evidente divergência do dispositivo do art. 701 do Código Processual Civil, que consta a determinação da intimação pessoal do autor para cumprimento da demanda. Ato contínuo, determino que o autor proceda a citação do requerido, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito, na forma do art. 485, IV do CPC. À Secretaria, proceda ao cadastro dos novos patronos da parte ativa, consoante procuração colacionado às fls. 96/108 dos autos. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC) - Processo 0649839-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Elias Pessoa da Silva - Determino a intimação do banco autor para promover a citação do requerido, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito na forma do art. 485, IV do Código Processual Civil. P.R.I.C.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM) - Processo 0659623-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Andréa Santos da Silva - REQUERIDO: Globalservice Transporte de Valores Ltda - Assim, julgo desnecessária a oitiva de testemunhas, bem como a prova pericial de reconstituição dos fatos, e dou-me em condições de conhecer do pedido para proferir sentença, nos termos do Art. 355, I do Código Processual Civil. Decorrido o prazo recursal, façam os autos conclusos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS (OAB 114760/RJ), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM), ADV: LEILA MARIA SANTANA HILARIÃO (OAB 852A/AM) - Processo 0705238-51.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Glauce Lenira Sila Belem - REQUERIDO: Grupo Votorantim - B V Financeira - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Glauce Lenira Sila Belem, em face de Grupo Votorantim - B V Financeira. Pela análise dos autos, verifico que assiste razão a parte exequente, tendo em vista ausência da multa aplicada na decisão de fls. 358/359 dos autos. Desse modo, homologo os cálculos por ela apresentados às fls. 369/371. Ato contínuo, determino bloqueio dos valores descritos via sistema BACENJUD. No entanto,, determino a intimação da parte autora para que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de arquivamento do feito. P.R.I.C.

ADV: LEILA MARIA SANTANA HILARIÃO (OAB 852A/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO MARTINS (OAB 114760/RJ), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP) - Processo 0705238-51.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Glauce Lenira Sila Belem - REQUERIDO: Grupo Votorantim - B V Financeira - O requerente alega que houve o equívoco nos cálculos juridicais ao realizarem a

atualização de despesas de custas quando deveriam ter aplicado a multa do art. 523, §1° e os honorários do cumprimento de sentença, conforme decisão Pas fls. 358-359. No entanto, verifico que às fls. 361-362 a contadoria realizou os cálculos de forma correta, conforme o estabelecido pela Portaria n.º 1855/2016-PTJ, de 26/09/2016. Às fls. 321-322 houve o bloqueio judicial no valor de R$ 22.739,73. Posto isto, homologo os cálculos de fls. 361-362 apresentado pela Contadoria desta serventia. In casu, determino as expedições dos Alvarás Judiciais: 1) No valor de R$ 22.357,51 (vinte e dois mil, trezentos e cinqueta e sete reais, e cinquenta e um centavos), atualizado, em favor da autora, na pessoa do patrono; 2) A devolução de R$ 382,22 (trezentos e oitenta e dois reais, e vinte e dois centavos), atualizado, referente ao saldo remanescente, em favor do réu, na pessoa do patrono. Após o devido cumprimento, determino a BAIXA DEFINITIVA com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM), ADV: JOSÉ DA ROCHA FREIRE (OAB 3768/AM) - Processo 0713612-56.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Nice Ferreira Bezerra-MEN - EXECUTADO: Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente do Coroado - Associação do Grupo Especial das Escolas de Samba de Manaus - AGEESMA - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Ato contínuo, vistas a autora a fim de se manifestar acerca de eventual exclusão da lide, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alírio Vieira Marques (OAB 3772/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Rodrigues Parente (OAB 15785/CE)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Any Caroliny da Silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Arnaldo dos Santos Tribuzy (OAB 1053/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG)
Bruno de Oliveira Poloni (OAB 351064/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Camilo Francisco de Paes de Barros e Penati (OAB 206403/SP)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Carolina Caldas Façanha (OAB 6926/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Celso Ricardo Pereira dos Santos (OAB 425A/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
DANIELLE MENDONÇA DE CARVALHO (OAB 176724/RJ)
DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
DENISE ALBUQUERQUE CERVINHO MARTINS (OAB 10811/AM)
Diego Linhares Barros de Paiva (OAB 169276/RJ)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emerson Luiz Teixeira Santana (OAB 15076/DF)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erika de Oliveira Coimbra (OAB 8714/AM)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
EVELINE LIMA DE CASTRO AGUIAR (OAB 17251/CE)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG)
FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 4193/AC)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Hediekson dos Santos Araujo (OAB 8619/AL)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor Alves da Costa (OAB 9621/AM)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB 68625/RS)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)

Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jadylson Gueison Oliveira Cavalcante (OAB 5567/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
Jessica Souza Candido e Silva (OAB 4446/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joanna Paes de Barros e Oliveira Kiss (OAB 131139/SP)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Antônio Martins (OAB 114760/RJ)
José Augusto Rezende Junior (OAB 131443/SP)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José da Rocha Freire (OAB 3768/AM)
José Roosewelt Albuquerque de Oliveira (OAB 6300/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Juliana Lima Benoliel Ferreira (OAB 11372/AM)
Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann (OAB 704A/AM)
Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo (OAB 7020/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kenio Marcos Santos e Silva (OAB 89105 / MG)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
lais mota de souza costa (OAB 8503/AM)
LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG)
Leila Maria Santana Hilarião (OAB 852A/AM)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lilian Alves de Oliveira (OAB 219727/SP)
LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Maria Rocha Souza Ferreira (OAB 252916/SP)
Lucianna de Souza Silva (OAB 3624/AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Auzier de Almeida (OAB 3496/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG)
Marcelo Zanetti Godoi (OAB 139051/SP)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Maria Auxiliadora Souza e Silva (OAB 6966/AM)
Mariana Valente Maia (OAB 7749/AM)
MARINA DO ROSÁRIO GALDINO (OAB 10869/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Couto da Cunha (OAB 4200/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michael Torres do Nascimento (OAB 6637/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM)
Misael de Melo e Silva (OAB 10934/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nathalia Maria Pereira Paiva de Queiroz (OAB 10598/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paula Lopes de Lima Campos (OAB 8072/AM)
PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael da Silva Menezes (OAB 6915/AM)
Rafael de Queiroz Gervazoni (OAB 10331/AM)
RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/RJ)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Renan Pena Martins (OAB 10805/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renata Santos Barroso (OAB 6663/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Barbosa da Costa (OAB 244022/SP)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Mendes Lasmar (OAB 12480/AM)
Ronaldo Santos Monteiro (OAB 7502/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sender Jacaúna de Lima (OAB 6292/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 24143/BA)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 808A/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG)
Vitor Rodrigo Sans (OAB 160869/SP)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wanderson Fernandes dos Santos (OAB 6776/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0286/2019

ADV: RUBEM DARIO BARBOSA FILHO (OAB 9075/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0046393-85.2006.8.04.0001 (001.06.046393-8) - Cumprimento de sentença - REQUERIDA: Deise Jussara Alves - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente;para: (X) Proceder ao recolhimento das despesas processuais deferidas às fls. 211 referente as consultas Bacenjud, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 002.847/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0369258-92.2007.8.04.0001 (001.07.369258-2) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Safra Leasing S/a - Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Sonic Comercio Rep e Transportes Ltda - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 142/144, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, bem como efetuar o pagamento das custas remanescentes para a realização das consultas via RENAJUD e INFOJUD, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0605571-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - REQUERIDA: Durcineia Aparecida de Almeida - CONCLUSÃO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por BRADESCO CARTÕES S/A contra DURCINEIA APARECIDA DE ALMEIDA com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 157.378,31 (cento e cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos), a serem atualizados pelos índices da Portaria n. 1855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 29120/SP), ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: FABÍOLA MEIRA DE ALMEIDA SANTOS (OAB 184674/SP) - Processo 0610432-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ARMANDO ENNES DO VALLE JUNIOR - REQUERIDO: BRAGA MOTOS LTDA - BMW DO BRASIL LTDA - PERITO: Antonio Etelvino Pereira Soares - Designada perícia conforme decisão de fls. 311, o perito indicou o valor dos honorários, bem como a data para a realização da prova técnica (fls. 323/324). Assim, intimem-se as partes Requeridas para, no prazo de 05 (cinco) dias, procederem o depósito judicial do valor total dos honorários periciais indicado às fls. 323, no montante de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), na razão de 50% (cinquenta por cento) para cada Ré. Intimem-se as partes acerca da data da perícia designada pelo perito às fls. 324, qual seja, 21/09/20109, às 09:00h, na dependência da Ré Braga Motors LTDA, sito à Avenida Djalma Batista, Nº 3.500, Bairro Parque Dez de Novembro, CEP: 69050-010, Manaus/AM, devendo as partes comparecerem e levarem seus assistentes técnicos, caso indicado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0616411-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Laodiceia Sampaio Girao - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários LTDA (CAPITAL ROSSI) - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Maria Laodiceia Sampaio Girao contra Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários LTDA (CAPITAL ROSSI), com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Julgo prescrito o pedido de devolução dos valores pagos a título de comissão de corretagem; Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Julgo nula a rescisão contratual celebrado entre as partes; Julgo procedente o pedido de rescisão do contrato, devendo a Ré restituir 100% (cem por cento) dos valores pagos pela Autora a título de sinal e parcelas, o qual deve ser corrigido e atualizado a partir do evento danoso e com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, nos termos da Portaria 1855/2017 deste Tribunal de Justiça, devendo ser abatidos os valores por ventura já devolvidos pela Requerida, o que será objeto de liquidação de sentença; Julgo procedente o pedido de dano material e condeno a Requerida ao pagamento de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) referente aos aluguéis desembolsados pela Autora no período de 28/12/2012 (prazo para entrega do imóvel considerando a cláusula de tolerância de 180 dias) até 23/08/2013, data da expedição do HABITE-SE; Condeno a Requerida ao pagamento, a título de dano moral R$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0617597-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Roberval Souza da Silva - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por Roberval Souza da Silva contra Instituto Nacional de Seguro Social- INSS, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, o que fica suspenso em razão da parte ser beneficiaria da justiça gratuita. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0624551-43.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: R. O. dos Santos - REQUERIDO: Sérgio Rogerio Bomfim D Oliveira - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: ( ) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se sobre os embargos apresentados.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0625420-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Fonseca de Andrade - REQUERIDO: JR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Daniel Fonseca de Andrade contra JR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Julgo improcedente o pedido de congelamento do saldo devedor, relacionado a correção monetária, entretanto, determino a substituição do indexador, do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após o dia 27/09/2013, data prevista para entrega do imóvel contada a clausula de tolerância; Julgo procedente o pedido de exclusão de juros sobre o valor a ser atualizado a partir de 27/09/2013, data prevista para entrega do imóvel contada a clausula de tolerância; Condeno a Requerida a pagar multa contratual consistente em 2% (dois por cento) do valor corrigido do contrato; Julgo improcedente o pedido de lucros cessantes; Condeno a Requerida ao pagamento, a título de dano moral R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: RICARDO DA SILVA CALHEIROS (OAB 12716/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0630697-37.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tome Caetano de Oliveira Filho - REQUERIDO: Transmanaus - Transportes Urbanos Manaus Spe Ltda - ASSLITISC: Integração Transportes Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JOAQUIM VITAL PINHEIRO E SILVA (OAB 10206/AM), ADV: ANDERSON AIRES DA SILVA (OAB 10043/AM) - Processo 0636555-15.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Kathia Yara Alves Ferreira - REQUERIDA: Ana Michele da Silva Nogueira - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PEDIDO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 319 a 321 c/c 485, I, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, desde que os autos estejam devidamente instruídos. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, ao que não estará obrigada no caso de ser beneficiária de justiça gratuita. Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Transitada em julgado esta decisão, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: JAYME ARANHA CHACON JÚNIOR (OAB 8497/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0638387-59.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: WILLAME LAMEGO CARIOCA - REQUERIDO: São Constantino Empredimentos Imobiliários LTDA - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por WILLAME LAMEGO CARIOCA contra São Constantino Empredimentos Imobiliários LTDA, com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Julgo prescrito o pedido de devolução relativo aos valores pagos a título de comissão de corretagem; Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Declaro rescindido o contrato celebrado entre o Autor e a Ré Julgo procedente o pedido de lucro cessante e condeno a Requerida ao pagamento de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do contrato pelo período compreendido entre 26/01/2014 (data prevista para entrega incluindo o prazo de tolerância de 180 dias) até 16/12/2014, data do ajuizamento desta demanda. Condeno a Requerida ao pagamento, a título de dano moral R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0640620-24.2017.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S.a - REQUERIDO: S. C. Feio Folheados Me (Rocha Folheados e Transporte) - Defiro o pedido formulado às fls. 74 para expedição de Mandado.Caso a parte não seja beneficiária da Justiça Gratuita, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 15 dias. Após, comprovado o pagamento, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641679-47.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cerâmica Manauara Ltda - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos

e juntados aos autos, às fls. 74/76, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0644286-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pool Engenharia, Serviços, Industria e Comércio de Construções Ltda. - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GRAZIELA COELHO SILVA (OAB 357616/SP), ADV: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA (OAB 19640/DF), ADV: TIAGO LUIS ZAN PEIXE (OAB 278243/SP), ADV: MARCO VANIN GASPARETTI (OAB 207221/SP), ADV: LÍVIA IKEDA (OAB 163415/RJ), ADV: GUSTAVO CORTINES (OAB 103502/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES PESSOA (OAB 80572/RJ), ADV: ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO (OAB 74802/RJ), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 131436/RJ) - Processo 0646649-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Hoje Sistemas de Informatica Ltda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - Claro S/A - Oi Móvel S.a - Desta forma, defiro o pedido da Autora (fls. 2986/2987), para produção de prova pericial em economia. Nomeio como perito o Dr. GILBERTO BRAGA, brasileiro, economista CRC-RJ 092681/O-5, com ramos de atividades em finanças, mercado de capitais, governança corporativa, e telecomunicações, identidade nº 04722037-1, CPF nº 5985.468.247-04, telefone (21) 3417-0118 e (21) 98722-8788, devidamente cadastrado no banco de perítos do TJ/AM (https://sistemas.tjam.jus.br/peritos/painel/), o qual deverá ser intimado para manifestar se aceita o encargo, bem como seus honorários. Salientando que a perícia possuirá caráter econômico-financeiro, a fim de que sejam apuradas as perdas suportadas pela Autora, em face das práticas continuadas e imputadas às Requeridas, devendo apontar a ocorrência ou não de impedimento do crescimento da atividade empresarial desenvolvida pela Autora, a partir de estudos técnicos e mercadológicos da entidade reguladora - Anatel -, devendo a perícia ser norteada pela tese de "perda de uma chance", de forma a se aferir o grau de probabilidade de perda da chance, tendo por base os dados de utilização da rede de telecomunicações e a identificação dos aspectos impeditivos do crescimento da Autora, observado o critério metodológico já nomeado jurisprudencialmente (probabilidade do sucesso econômico perdido caso não ocorrido o reprovável impedimento). Apresentada a proposta de honorários, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo legal(art. 465, §3º, CPC). Deverá o Senhor Perito informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Fixo como prazo máximo para a apresentação laudo pericial em 60 (sessenta) dias úteis, tendo como termo inicial a data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, CPC). Cumpra-se.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM), ADV: IVES ALENCAR ALBUQUERQUE (OAB 5621/AM), ADV: IGOR HANAN SIMÕES (OAB 6069/AM), ADV: DANYEL ALENCAR GARAVITO (OAB 5576/AM) - Processo 0649135-14.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pomar Albuquerque Barbearia e Comércio de Armarinho Ltda - EXECUTADO: Herbeth de Oliveira Sena - Ana Neire Trindade de Oliveira - CONCLUSÃO. Pelo exposto, REJEITO a presente exceção de pré-executividade, entretanto, por ser matéria de ordem pública, a legitimidade das partes, reconheço a ilegitimidade da excipiente para figurar no pólo passivo da presente demanda, razão pela qual julgo extinto o feito contra ANA NEIRE TRINDADE DE OLIVEIRA, pelo que determino sua exclusão do pólo passivo, em conformidade com os artigos 819 do Código Civil e 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Condeno ainda a parte exequente/excepta ao pagamento dos honorários advocatícios da parte executada, ANA NEIRE TRINDADE DE OLIVEIRA, que fixo no importe de 10% sobre o valor da causa. Tendo em vista a ausência de citação do executado, HERBETH DE OLIVEIRA SENA, determino expedição de mandado de citação. Expeça-se o respectivo mandado, custas recolhidas às fls. 79/82. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 131436/RJ)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Tereza Palhares Basílio (OAB 74802/RJ)
Anderson Aires da Silva (OAB 10043/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 002.847/AM)
Carlos Alexandre Guimarães Pessoa (OAB 80572/RJ)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Cintia Marfiza de Lima Monteiro (OAB 8836/AM)
Danyel Alencar Garavito (OAB 5576/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Fabíola Meira de Almeida Santos (OAB 184674/SP)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Graziela Coelho Silva (OAB 357616/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Cortines (OAB 103502/RJ)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Igor Hanan Simões (OAB 6069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ives Alencar Albuquerque (OAB 5621/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jayme Aranha Chacon Júnior (OAB 8497/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joaquim Vital Pinheiro e Silva (OAB 10206/AM)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 29120/SP)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lívia Ikeda (OAB 163415/RJ)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marco Vanin Gasparetti (OAB 207221/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo da Silva Calheiros (OAB 12716/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rubem Dario Barbosa Filho (OAB 9075/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago Luis Zan Peixe (OAB 278243/SP)
Vera Carla Nelson Cruz Silveira (OAB 19640/DF)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0285/2019

ADV: AMÓS RAFAEL HSU DE SOUZA (OAB 14817/AM), ADV: MÁRCIA DE OLIVEIRA FRÓES (OAB 5295/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 003.808/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RUBEM DARIO BARBOSA FILHO (OAB 9075/AM), ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0046393-85.2006.8.04.0001 (001.06.046393-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDA: Deise Jussara Alves - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 227/229, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: KAMILA DA SILVA FREITAS (OAB 8458/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0201016-97.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Clemente da Silva - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: No prazo de 5 (cinco) dias, informar a data de nascimento e nome da genitora do executado, para a realização da consulta via SIEL, sob pena de extinção.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: LUDMILLA DA CRUZ PORTELA DOURADO (OAB 161775/RJ), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: FRANCISCO LINDOLFO PORTELA BEZERRA (OAB 80289/RJ) - Processo 0212274-31.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - REQUERIDO: Arthur Hungria Mota - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por INSTITUTO INFRAERO DE SEGURIDADE SOCIAL - INFRAPREV contra ARTHUR HUNGRIA MOTA com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 32.940,04 (trinta e dois mil, novecentos e quarenta reais e quatro centavos), a serem atualizados pelos índices da Portaria n. 1855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0368700-23.2007.8.04.0001 (001.07.368700-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Itautinga Agro-industrial S/a. - EXECUTADO: João Ricardo Pessoa Pegado - Isto posto, determino a suspensão do processo, provisoriamente, ressalvando que uma vez o exequente localizando bens passíveis de constrição, deverá requerer a movimentação do feito.

ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM), ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM), ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0600515-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Contratual - AGRAVANTE: Maxwell Alexander Marques do Nascimento - AGRAVADO: Banco Pan S/A - Expeça-se nova carta de citação. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM) - Processo 0600876-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Medeiros Roberto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCELO BRASIL SALIBA (OAB 11546A/MT), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM) - Processo 0603200-53.2015.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - REQUERIDA: FERNANDA LUIZA LIMA DA SILVA - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 106, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0606729-41.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deborah Renata Pacheco dos Santos - REQUERIDO: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0610721-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - EXECUTADO: Leoni Oliveira Silva - ME - Leoni Oliveira Silva - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao INFOJUD e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 81/83, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM), ADV: RODOLFO BARBOSA DA COSTA (OAB 244022/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: ALINE ALVES BEZERRA DA SILVA (OAB 364411/SP), ADV: BRUNO

DE OLIVEIRA POLONI (OAB 351064/SP), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: HUMBERTO DE OLIVEIRA PADULA (OAB 348600/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP), ADV: ALLAN KARDEC PAULINO DOS SANTOS (OAB 339585/SP) - Processo 0611432-25.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - AUTOR: OMNI S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDA: Dalva Jorge da Silva Gomes - INTIMEM-SE as partes, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda têm interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613158-34.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: S.A.Gama de Lima Comercial e Serviços de Transportes - Defiro o pedido de fls. 69/70 para a realização de consulta de endereço do requerido por meio do sistema SIEL. Assim, considerando que para a pesquisa o sistema solicita a data de nascimento e o nome da mãe do requerido, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, forneça as informações necessárias. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, intime-a para comprovar, no mesmo prazo, o recolhimento das custas por atos processuais, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB) - Processo 0613446-45.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADA: Jarina Gomes da Silva - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 158, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0614268-29.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eliane Valerio Neves - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 68, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0616970-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Condominio Residencial Islamorada - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0617316-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Danilo G. Canto Santana - ME - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por BRADESCO CARTÕES S/A contra DANILO G. CANTO SANTANA - ME com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ R$ 112.293,68 (cento e doze mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos), transitada em julgado esta decisão, os valores serão atualizados pelos índices da Portaria n. 1855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0617899-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: D.v de Carvalho Me (polymper) - EXECUTADO: Lfa Agencia de Viagens e Turismo Ltda - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621086-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Nunes Maia - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PATRICIA GISELE MARINCOLO (OAB 155520/SP), ADV: CARMEN SILVIA TORRANO DA LOZZO (OAB 116584/SP) - Processo 0621803-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Vanguard Logistics Services do Brasil Ltda. - REQUERIDO: Alspac Transportes Internacionais e Agenciamento Ltda. - Devolvam-se os autos ao juiz deprecante com as formalidades de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627849-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Frank da Silva Reis - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628060-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Barros dos Santos - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho

da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0629366-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ruth Costa de Sousa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0629774-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Mary Raimunda Moraes de Araujo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: NELSON MOLINA PORTO JUNIOR (OAB 1009A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM) - Processo 0630205-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Elisângela Tavares de Albuquerque - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Tendo em vista o lapso temporal desde a última movimentação, INTIME-SE a parte autora, por patrono habilitado nos autos, para no prazo de cinco dias, informar se ainda têm interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0631238-70.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Marcelo Flávio Ferreira - REQUERIDO: Manuel Rodrigues de Oliveira Filho - Maria Solange Matos Nunes - Defiro o pedido de fls. 43/44. Expeça-se o competente Mandado de Citação dos requeridos MANUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO e MARIA SOLANGE MATOS NUNES, para apresentar defesa no prazo legal, observadas as formalidades legais. Cumpra-se.. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: ABRAHIM CALIL NADAF NETO (OAB 2256/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: SCOTY DE SOUZA DINIZ (OAB 12424/AM) - Processo 0634376-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Kelp Servicos Medicos Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0634810-05.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eliane Valerio Neves - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Proceder ao recolhimento das custas referente a consulta deferida às fls.75, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0635087-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Juan Lazaro Magalhães Barbosa - REQUERIDO: Amasep - Associação Mutua de Assistencia Aos Servidores Publicos - Banco Bradesco S/A - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP), ADV: SÍLVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA MOTA SANTOS (OAB 157721/SP) - Processo 0635181-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Porto Seguro - Portoeg S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Tauara-assessoria e Corret de Seguros Ltda - Defiro parcialmente o pedido de fls. 57. Suspendam-se os autos por 15 dias, ultrapassado tal prazo deve a parte carrear o respectivo acordo firmado ou comprovar o pagamento das despesas relacionadas as pesquisas deferidas às fls. 54. Havendo inércia da parte, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: ISABELLA LEAL REIS (OAB 8101/AM), ADV: CARLA CAROLINE FÉLIX SILVA (OAB 47775/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0635212-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Guadalajara Morena Lima dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM)

- Processo 0637221-84.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADA: Marly Holanda Mateus Bezerra - Aecio da Silva Bezerra - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/ Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls. 118/119, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0640382-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Oséias Alves Braga - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0643054-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Paulo Sérgio da Costa Bezerra - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 07 de outubro de 2019, às 11 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643748-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Leuriz Miranda dos Santos - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: BRUNO CÉSAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA), ADV: CAIO ROGÉRIO DA COSTA BRANDÃO (OAB 13221A/PA) - Processo 0643753-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Reisdimarães Comercio Varejista de Artigos do Vestuário de Acessórios Ltda - Rafaela de Souza Reis - Carla Cristina de Souza Dimarães - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls 46-60, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0644286-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pool Engenharia, Serviços, Industria e Comércio de Construções Ltda. - REQUERIDO: Projeto Engenharia Ltda - Epp - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls 18-48, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0646411-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Andressa Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/AM) - Processo 0650529-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Raimundo Ednilson Lino dos Santos - REQUERIDO: I.n.s.s. - Instituto Nacional de Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0656765-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: C. Borges do Nascimento - REQUERIDO: Cielo S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM) - Processo 0659064-71.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iolanda Moçambique de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A (vivo) - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0661166-66.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Renato Jorge do Nascimento Ferreira - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls. 70, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

Abrahim Calil Nadaf Neto (OAB 2256/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Aline Alves Bezerra da Silva (OAB 364411/SP)
Allan Kardec Paulino dos Santos (OAB 339585/SP)
Amós Rafael Hsu de Souza (OAB 14817/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Bruno César Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Bruno de Oliveira Poloni (OAB 351064/SP)
Caio Rogério da Costa Brandão (OAB 13221A/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Caroline Félix Silva (OAB 47775/PE)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CARMEN SILVIA TORRANO DA LOZZO (OAB 116584/SP)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cintia Marfiza de Lima Monteiro (OAB 8836/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Oliveira Dutra (OAB 292207/SP)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 147020/SP)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Lindolfo Portela Bezerra (OAB 80289/RJ)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto de Oliveira Padula (OAB 348600/SP)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Leal Reis (OAB 8101/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 003.808/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Kamila da Silva Freitas (OAB 8458/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Ludmilla da Cruz Portela Dourado (OAB 161775/RJ)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Brasil Saliba (OAB 11546A/MT)
Márcia de Oliveira Fróes (OAB 5295/AM)

Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Molina Porto Junior (OAB 1009A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patricia Gisele Marincolo (OAB 155520/SP)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Barbosa da Costa (OAB 244022/SP)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rubem Dario Barbosa Filho (OAB 9075/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Scoty de Souza Diniz (OAB 12424/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sílvia Aparecida Verreschi Costa Mota Santos (OAB 157721/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS

A doutora NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE, MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República federativa do Brasil, etc.....

FAZ SABER a quantos este virem ou dele conhecimento tiverem, que através do presente edital, **INTIMAÇÃO** com prazo de vinte (20) dias, a contar de sua primeira publicação do requerido **FRANCISCO RODRIGUES BALIEIRO,** que atualmente se encontra em local incerto ou não sabido, **para no prazo de quinze (15) dias, pagar o montante reclamado, em fase de Execução de Sentença, no valor de R$103,403,60 (CENTO E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS), acrescidos das demais cominações legais, descriminados na petição e planilha de fls.286/303, em cumprimento da decisão de fls.304, proferida nos autos da Ação de DESPEJO "INFRAÇÃO LEGAL E CONTRATUAL" C/C AÇÃO DE COBRANÇA E DANOS MORAES - processo nº0615314-53.201.8.04.0001,** movido por **TABIRA RODRIGUES FORTES NETO,** em face de **FRANCISCO RODRIGUES BALIEIRO,** ficando o requerido advertido que os fatos articulados pelo(s) requerente(s), e, não contestados, se presumir-se-ão aceitos pelo requerido como verdadeiros **(art. 285, CPC). E,** para que possíveis interessados não possam no futuro alegar quaisquer ignorância é passado o presente edital que será publicado e afixado na forma do **Art. 257, II do NCPC.** Dado e passado nesta cidade Manaus, aos quinze (15) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove (2019).

NAI NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
Juíza de Direito

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: DOUGLLAS D'OURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0003343-72.2007.8.04.0001 (001.07.003343-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A - REQUERIDO: José Vieira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: LINO JOSÉ DE SOUZA CHÍXARO (OAB 1567/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 002.847/AM) - Processo 0014271-44.2010.8.04.0012 (012.10.014271-3) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Mil Madeireira Itacoatiara Ltda - REQUERIDO: L. B. Lacerda & Cia Ltda - Vistos etc. Após o pagamento do processamento eletrônico, procedam-se ao BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD visando constrição de bens em nome do devedor. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0031128-48.2003.8.04.0001 (001.03.031128-5) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: José Augusto Silva Medeiros - Vistos etc. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida para o prosseguimento da execução, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: SONIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: AROLDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB 3904/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 001.431/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0036008-20.2002.8.04.0001 (001.02.036008-9) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wilter Brust - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - Vistos etc. Expeça-se alvará para levantamento de valor remanescente, se houver, em favor da requerida. Após, dê-se baixa definitiva Cumpra-se.

ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: DR. FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0039880-43.2002.8.04.0001 (001.02.039880-9) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: IIN Tecnologias Ltda - REQUERIDO: Franz Marinho de Alcântara - Vistos etc. Da análise dos documentos apresentados pelo executado às fls. 1.682/1.705, nota-se um desarranjo financeiro na vida do executado. Todavia, sendo ele possuidor de patente de alto escalão (coronel), ostentando salário acima da média nacional, e relativamente pequeno valor da dívida, frente ao seu porte econômico, poderia ser paga em parcelas diferidas. A despeito de a execução tramitar de modo menos gravoso para o devedor, não se pode deixar de lado a vedação ao abuso de direito, valendo-se o devedor do processo como meio de burlar obrigação. Quando instado a apresentar sua situação econômica, restringiu-se a comprovar as razões da impenhorabilidade de seu

salário, sem, contudo, apresentar alternativas para a satisfação de sua obrigação, conduta, ao meu viso, refratária à cooperação. Assim, dado o binômio interesse do credor e menor gravosidade ao devedor, concedo ao executado o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente proposta de pagamento parcelado ou ofereça bens à penhora. Após, diga a exequente, no prazo de 5 (cinco) dias sobre a proposta. Acautelo-me, por ora, quanto ao levantamento da quantia bloqueada para momento posterior. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0048512-58.2002.8.04.0001 (001.02.048512-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0049409-18.2004.8.04.0001 (001.04.049409-9) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Vithor Leandro Alves Ferreira - REQUERIDO: Colégio Dom Bosco - Vistos etc. A despeito o recurso de Agravo de instrumento não seja dotado, por si só, de efeito suspensivo, tenho que o resultado do seu julgamento poderá influir no andamento da presente lide. Ademais, tendo o exequente satisfeito no seu crédito em parte, entendo de suma importância a definição da correção monetária, posto que omisso nesse ponto a sentença (fls. 146/149). Determino o aguardo da decisão a ser proferida na encimada medida recursal. Após, façam-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: SYLLA CHERFAN CRISTO DA COSTA E SILVA (OAB 172605/RJ), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO (OAB 67677/RJ), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0049420-81.2003.8.04.0001 (001.03.049420-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Navegacao Vale do Rio Doce Docenave - Vistos etc. Após o pagamento das custas, expeça-se mandado de penhora, avaliação e intimação para endereço apontado em fl. 228. Devolvido o mandado, aguarde-se o decurso do interregno de 15 (quinze) dias para o executado, querendo, manifestar-se da penhora. De antemão, autorizo o permissivo do art. 846, CPC (arrombamento), hipótese em que deverá ser observado o disposto no § 1º do art. 846 do CPC. Autorizo, outrossim, caso necessário, o auxílio policial nos termos dos § 1º, § 2º e § 3º do art. 846 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUZA (OAB A-401/AM), ADV: CID DA VEIGA SOARES JÚNIOR (OAB 2374/AM), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM) - Processo 0050161-24.2003.8.04.0001 (apensado ao processo 0044319-63.2003.8.04.0001) (001.03.050161-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Roberto dos Santos Esteves - REQUERIDA: Raja - Comércio, Representações e Serviços Ltda e outros - Vistos etc. Não há falar em desconsideração da personalidade jurídica da requerida, posto cuidar de litisconsórcio passivo entre a empresa e seus sócios. Assim, os efeitos da sentença exarada (fls. 499/507) e a decisão de liquidação (fls. 726/727), transitados em julgado, possuem força executiva contra todos. Ademais, o bacenjud de fls. 850/852 retornou negativo, motivo este que determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento no feito, sob pena de arquivamento definitivo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0207294-22.2009.8.04.0001 (001.09.207294-2) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da certidão de fls. 218, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: SIMONE PATRÍCIA WANDERLEY DA SILVA (OAB 5353/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0212008-78.2016.8.04.0001 (processo principal 0614168-79.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Sustação de Protesto - EXEQUENTE: Estação Y Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda - EXECUTADO: Ravines e Lima Comércio de Eletrônicos e outro - Vistos etc. Determino a inclusão dos devedores no cadastro de inadimplentes da Serasa Experian, via sistema SERASAJUD, nos termos do §3º, do art. 782 do CPC. Indefiro bloqueio de cartão de crédito, medida que considero desproporcional e invasiva ao extremo. Quanto ao bloqueio de CNH e passaporte, da mesma maneira considero demasiado e inócuo para a satisfação do crédito, motivo que indefiro. Cumpra-se.

ADV: ELIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493A/AM), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM), ADV: PAULO JOSÉ DOS SANTOS (OAB 175319/SP) - Processo 0216977-15.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Joice Ferreira de Souza - REQUERIDA: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISNARD BATISTA MACHADO FILHO (OAB 26037/DF), ADV: MARIA FERNANDA PULCHERIO DE MEDEIROS CAMPOS (OAB 30340/DF), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM) - Processo 0217925-59.2008.8.04.0001 (001.08.217925-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do CREA - Caixa de Assistê. - REQUERIDA: Natassia Melo de Azevedo Cruz e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, que recolha as custas postais para citação e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: KAROL WOJTYA LIMA CARNEIRO (OAB 17364/PA), ADV: DANIELA CAMPOS DE SOUZA (OAB 10708/PA), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: THEREZA CHRISTINA CAXEIXA DE OLIVEIRA (OAB 6097/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM) - Processo 0227837-46.2009.8.04.0001 (001.09.227837-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Assef Transportes Ltda. - REQUERIDO: White Martins Gases Industria do Norte S/A - Vistos etc. Satisfeito o crédito, expeça-se alvará ou transferência eletrônica para conta designada à fl. 1.313, do excesso apurado, conforme decidido em superior instância, autos 4000765-27.2014.8.04.0000, em favor da requerida WHITE MARTINS GASES INDÚSTRIA DO NORTE S/A. Em seguida, expeça-se alvará do numerário depositado à fl. 1.311/1.312 correspondente aos honorários do patrono da parte requerida. Após, baixe-se e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0236897-09.2010.8.04.0001 (001.10.236897-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Winston Alberto Ribera Mendoza - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0241114-66.2008.8.04.0001 (001.08.241114-0) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ARON PEREIRA WHIBBE (OAB 2202/AM), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM) - Processo 0247286-53.2010.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Raimundo Nonato Pereira de Almeida - REQUERIDO: São Jorge Tranportes Especiais - Vistos etc. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0251582-89.2008.8.04.0001 (001.08.251582-5) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Após o pagamento do processamento eletrônico, procedam-se ao BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD visando constrição de bens em nome do devedor. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0254604-87.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0264125-22.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VALDECIR FRAGATA MEIRELES DA SILVA (OAB 002.461/AM), ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM) - Processo 0315905-74.2006.8.04.0001 (001.06.315905-9) - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria da Conceição Fernandes de Souza - REQUERIDA: Empresa Unidos Transporte e outro - Vistos etc. Diga a executada sobre a penhora de fls. 288/289, no prazo de 15 (quinze) dias. No silêncio, requeira a exequente o quê de direito. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0600207-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - EXECUTADO: Patricia da Silva Campos - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 11h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0600238-91.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA GABRIELLA FERREIRA E SILVA (OAB 9442/AM) - Processo 0601247-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 10:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0601280-39.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ronil Panificadora Ltda e outro - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 09:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0601350-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Gorete Vieira Alfaia - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de prova pericial. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, especialista em perícia técnica, que deverá ser intimada(o) por e-mail, peritomagalhaes@hotmail.com, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Em virtude da Justiça Gratuita deferida à parte e de acordo com a Portaria nº 1.233/2012-TJAM, determino que haja o pagamento dos honorários, limitados a R$ 1.000,00 (mil reais), a serem pagos pelo Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º e parágrafo único da Portaria. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como concordarem com a nomeação do perito, além do depósito, ao final, dos honorários periciais, por parte do Tribunal, do valor estabelecido. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Apresentado ou não os quesitos, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Expeça-se ofício à Presidência, para cumprimento desta. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0601544-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Diante das informações trazidas à fl. 156, determino a realização de pesquisas via Infojud e SIEL, aproveitando as custas já recolhidas. Após, cumpra-se integralmente despacho de fl. 143.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0601670-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Bosco de Lima - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc. Diante da inércia do perito anteriormente nomeado, chamo o processo a ordem para revogar a nomeação, e nomeio como perito deste Juízo o sr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, especialista em perícia grafotécnica, que deverá ser intimada(o) por e-mail, peritomagalhães@hotmail.com, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como para recolhimento dos honorários, ficando, neste caso, o requerido responsável por 100% do valor, vez que este juiz entendeu pela necessidade desta perícia, bem como verificada a hipossuficiência da autora em relação ao banco requerido. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Havendo impugnação aos honorários, determino seja intimado o perito para manifestação em 5 (cinco) dias, após, conclusos. Com o devido recolhimento, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0601783-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Total Ville Harmonia - Ainda pendente de citação, apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP) - Processo 0602109-83.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Crbs S/A - Cdd Manaus - Vistos etc. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602299-80.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Ainda pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por longos anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE) - Processo 0602534-81.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Náutica Marina Tauá Ltda - REQUERIDO: ALESSANDRO VIRIATO PACHECO e outro - Vistos etc. Após o pagamento das custas, procedam-se ao BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD. Cumpra-se.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0602975-28.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Rc Recebiveis Ltda - EXECUTADO: Igleicineia Pereira Sales Baars e outros - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 16:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603344-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB 12420/AM), ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM) - Processo 0603988-33.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Claudiomar Barroso da Silva - REQUERIDA: Raimunda da Silva Santos e outro - Em virtude de fortes chuvas que caíram na região do Fórum

Henoch Reis por volta das 9h:00 da manhã que desestabilizaram os sistemas de energia elétrica e internet do Fórum, redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para 14/11/2019 às 09:30h a ser realizada na sala de audiência da 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0604211-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 09:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0604303-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Verifico não ter sido citado o Sr. Genival Rosa da Silva Júnior. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por longos anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604861-96.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Intimado a manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, o exequente quedou-se silente. Assim, o processo foi extinto sem resolução do mérito, conforme sentença de fls. 67. Apresentou, então, embargo de declaração alegando não ter sido devidamente intimado dos atos processuais, pois sua intimação sempre foi feita por Portal Eletrônico e nunca por Diário Oficial. Decido. Verificando que, de fato, todas as intimações foram procedidas por Portal Eletrônico, acolho os embargos declaratórios, tornando sem efeito a sentença de fls. 67. Diga o exequente sobre a certidão negativa juntada aos autos em fls. 60, prazo de 15 dias. Procedam-se as intimações por diário oficial. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605277-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Ainda pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0605433-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Elayne Nascimento Silveira - REQUERIDO: Banco Bmc - Vistos etc. Por primeiro, determino ao requerido que, em 15 (quinze) dias, junte o contrato original que se encontra em sua posse. Defiro o pedido de prova pericial. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Paulo Duarte Alecrim, especialista em perícia grafotécnica, que deverá ser intimada(o) por e-mail, perito.pauloalecrim@hotmail.Com, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como para recolhimento dos honorários, ficando, neste caso, o réu responsável por 100% do valor, dada a hipossuficiência da autora em relação aquele, vez que também foi invertido o ônus da prova. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Havendo impugnação aos honorários, determino seja intimado o perito para manifestação em 5 (cinco) dias, após, conclusos. Com o devido recolhimento, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0605821-91.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: DANIELLE PEREIRA SILVA (OAB 11102/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0605965-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elayne Nascimento Silveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Determino ao requerido que, em 15 (quinze) dias, junte o contrato original que se encontra em sua posse. Defiro o pedido de prova pericial. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Paulo Duarte Alecrim, especialista em perícia grafotécnica, que deverá ser intimada(o) por e-mail, perito.pauloalecrim@hotmail.com, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-

se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como para recolhimento dos honorários, ficando, neste caso, o réu responsável por 100% do valor, dada a hipossuficiência da autora em relação aquele, vez que também foi invertido o ônus da prova. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Havendo impugnação aos honorários, determino seja intimado o perito para manifestação em 5 (cinco) dias, após, conclusos. Com o devido recolhimento, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Cumpra-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0606073-21.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Ainda pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606075-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 09:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0606193-06.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0606223-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 14:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM) - Processo 0606266-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: LBC Conservadora e Serviço Ltda. - REQUERIDO: Condomínio Mundi Resort Residencial - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 14:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 922A/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0606356-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria de Fátima Chaves Coimbra-epp - EXECUTADO: F.g. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - Vistos etc. F G Industria e Comércio de Refeições Ltda intentou exceção de pré-executividade em face de Maria de Fátima Chaves Coimbra EPP, alegando tão somente a necessidade de respeito à ordem de penhora prescrita no CPC 835, para que, antes da penhora de faturamento da empresa, seja realizada busca de bens via Bacenjud e Renajud, por exemplo. Requer seja recebida a exceção e cumprida a ordem de penhora nos termos do CPC 835 e 805. A exequente se manifestou às fls. 242-250 alegando que a exceção deve amparar questões de ordem pública que fulminem a execução, independente de dilação probatória. Alega também que a ordem de penhora dos bens é preferencial e que solicitou primeiro o Bacenjud para constrição de dinheiro e, após, a penhora dos créditos da executada junto a seus clientes. Pede seja inadimitida a exceção de pré-executividade e seja dado andamento à execução. Decido. Segundo Nelson Nery Júnior, a exceção de pré-executividade deve veicular matérias que só possam ser conhecidas pelo juízo se alegadas pelas partes. Já a objeção de executividade trata de pontos passíveis de conhecimento de ofício pelo juízo. Em ambas as hipóteses, a defesa deve resultar, em tese, na extinção ou nulidade do processo ou da pretensão do exequente, a exemplo da ilegitimidade das partes, ausência de citação, reconhecimento de prescrição ou decadência, dentre outros temas. Além disso, é vedada a dilação probatória, de modo que os fatos narrados devem ser demonstrados por provas pré-constituídas. No caso dos autos, a executada limita-se a exigir o atendimento à ordem preferencial do 835 e ao princípio da menor onerosidade ao devedor. Tais matérias não fulminam a execução, afetando minimamente o procedimento do feito, inclusive porque a ordem de penhora do CPC 835 não é taxativa e obrigatória, mas preferencial, e restou atendido o disposto no CPC 835, §1º quanto à prioridade da penhora em dinheiro, pois esta é a ordem dos pedidos da exequente em sua inicial. A penhora de créditos da devedora junto a seus clientes não ofende à ordem do CPC 835, sendo mero indicativo de bens da devedora com o intuito de otimizar o processo. D'outra banda, quisesse a devedora ver atendido o disposto no CPC 805, deveria ter apresentado outros meios mais eficazes e menos onerosos para satisfação do débito, indicando outros bens livres e desembaraçados à penhora, conforme o CPC 805, parágrafo único. Assim, a questão veiculada pela devedora não cumpre os requisitos para conhecimento da exceção por não bastar, em tese, para fulminar o processo ou a pretensão da exequente, e no mérito, também não merece acolhida por não haver qualquer afronta ao CPC 835 e 805. Portanto, deixo de admitir a exceção de pré-executividade interposta e condeno a executada em honorários de 10% sobre o valor atualizado da

execução. Intime-se a requerente para apresentar valor atualizado do débito, no prazo de 15 dias. Defiro a busca de bens via Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft, desde que recolhidas as custas para cada consulta. Havendo êxito na medida, proceda-se a penhora e leilão judicial. Não havendo sucesso, intime-se a exequente para manifestação, inclusive com indicativo de novos créditos da executada passíveis de penhora. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 922A/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0606356-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria de Fátima Chaves Coimbra-epp - EXECUTADO: F.g. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 14:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606857-32.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 14:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0606926-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 10:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607255-42.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Vistos etc. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA) - Processo 0607542-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Vistos etc. Uma vez que o exequente visa apenas a citação e não a penhora de bens dos executados nesse momento, expeça-se mandado de citação conforme solicitado em fls. 54/55. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0607826-13.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: R S Indústria e Comércio de Embalagens Eireli - Ainda pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0608337-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Domingos Pascoal Correa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos etc. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Paulo Duarte Alecrim, para a realização de perícia grafotécnica e perícia na mídia de áudio juntada nesta 4ªUPJ, que deverá ser intimada(o) por e-mail, perito.pauloalecrim@hotmail.com a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Em virtude da Justiça Gratuita deferida à parte e de acordo com a Portaria nº 1.233/2012-TJAM, determino que haja o pagamento dos honorários, limitados a R$ 1.000,00 (mil reais), a serem pagos pelo Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º e parágrafo único da Portaria. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como concordarem com a nomeação do perito, além do depósito, ao final, dos honorários periciais, por parte do Tribunal, do valor estabelecido. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Apresentado ou não os quesitos, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Expeça-se ofício à Presidência, para cumprimento desta. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0608698-62.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Expeça-se mandado, conforme despacho de fl. 128. Cumpra-se.

ADV: ALLAN MARCELO SERRÃO BRAULE PINTO (OAB 9133/AM), ADV: DJALMA ALBUQUERQUE BRAULE PINTO (OAB 5281/AM) - Processo 0608859-04.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Joerly Paes de Oliveira - Vistos etc. Determino nova expedição de mandado, sem custas e observando a zona correta, em virtude do oficial de justiça não ter cumprido a diligência por estar fora de sua zona. O patrono do autor deixou seu número de telefone para o oficial entrar em contato, às fls. 49-50, objetivando a eficácia da medida. Redesigno a audiência de Justificação para o dia 04/02/2020, às 9h30, sala padrão da 4ªUPJ, para produção de provas orais, na qual decidirei sobre a medida liminar. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0609252-60.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609258-67.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0609369-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0609748-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Ushuaia Participacoes Eireli - REQUERIDO: N Alves de Freitas Eireli - Pink Elephant - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 10:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0610328-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Ainda pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA (OAB 61698/RJ), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0610528-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Edimir Lima da Silva - REQUERIDO: Brasil Brokers Participações S.a. (Global Imóveis) - Vistos etc. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0610769-71.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 11:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP) - Processo 0610978-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Palhano Fomento Mercantil Ltda - Vistos etc. Intimado a pagar os emolumentos do oficial de justiça em despacho de fls. 34/35, o autor não se manifestou. Este fato gerou a sentença extintiva de fls. 40, embargada de declaração em fls. 42/49. Alega o autor nos embargos que procedeu o pagamento das referidas custas, apenas não procedeu a juntada do comprovante nos autos. Porém, corrigindo seu equivoco, comprovou o pagamento em fls. 52. Decido. Tendo a determinação geradora da sentença extintiva sido devidamente cumprida e em vista da boa-fé da parte autora, acolho os embargos declaratórios, tornando sem efeito a sentença de fls. 40. Assim, proceda-se a citação nos termos do despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (OAB A1188/AM), ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM) - Processo 0611090-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a - Basa - EXECUTADO: Alberto Carlos da Silva - Me e outros - Vistos etc. Verifico não ter sido deferido o pedido de fls. 121, portanto, defiro-o. Proceda-se a consulta via BANCEJUD, RENAJUD e INFOJUD. Ao exequente para o pagamento das custas necessárias à realização da pesquisa, prazo de 15 (quinze) dias. Após, intime-se quanto ao resultado das pesquisas. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO (OAB 258A/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0611217-78.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: PAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. ME. - REQUERIDO: Construtora Guarany LTDA - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 09:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0612482-81.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Veículos Administradora de Consórcios Ltda. - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 15:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0612620-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Nazare Costa Ribeiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. O requerido pede, em sede preliminar, a regularização do polo passivo, vez que a autora firmou contrato com o Banco Bradesco Financiamentos S/A. A requerente foi intimada para apresentar réplica à contestação, mas nada disse sobre a preliminar. Decido. Verifico no contrato juntado às fls. 43-46 que de fato foi firmado com o Banco Bradesco Financiamentos S.A, motivo pelo qual, determino sua inclusão no polo passivo da demanda, bem como sua citação. Com a contestação no prazo legal, intimem-se o requerido para se manifestar e autora para, querendo, apresentar réplica à contestação, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Após isso, façam-me conclusos para nomeação de perito, por entender ser diligência necessária, bem como decidir sobre manutenção do primeiro requerido na relação processual destes autos. À secretaria, providências. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0612644-81.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: GILMAR RAPOSO DA CÂMARA (OAB 5501/AM), ADV: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO (OAB 138958/MG), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0612877-78.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Marcus Vinicius Bergo Coelho - REQUERIDA: Luana de Assis Pires - LITSPASSIV: Condomínio Residencial Jardim Bouganville - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo o Litisconsorte passivo, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612942-39.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612976-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 10:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613010-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 09:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELLLEN PEREIRA DA SILVA (OAB 10319/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613061-29.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: MONICA CRISTINA BARBOSA PEREIRA - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 16:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0613452-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Ainda pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por anos sem que a executada seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o exequente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o exequente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o exequente apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO JÓZIMO SANTIAGO TELES CUNHA (OAB 29795/DF), ADV: MARCUS PAULO SANTIAGO TELES CUNHA (OAB 34184/DF), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0614481-06.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Dinamica Facility Administracao Predial Ltda. - EXECUTADO: CONDOMINIO BEM VIVER TOTAL VILLE-HARMONIA - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 11:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM) - Processo 0614736-61.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: TANIA MARIA DA SILVA ARAUJO - Vistos etc. Execução de multa cominatória estipulada em sentença para que a instituição financeira apresente as contas sobre o saldo remanescente após a alienação do bem, que hoje alcança a quantia de R$-46.500,00. A função das astreintes, em nosso sistema jurídico, não é, é bem verdade, o de substituir às perdas e danos, ou punir a parte (tal como a multa prevista no artigo 81 do CPC), mas, sim, coagir ao cumprimento da decisão judicial. Neste caso, a multa não cumpriu a sua função coercitiva. Mas é aceitável a existência de multa para coagir que não coage? Se assim é, melhor pedir por favor e aguardar a boa vontade da parte, aliás mais poderosa na relação. Por outro lado, verifico que seu valor, verdadeiramente, guarda uma desproporção em relação ao valor da lide principal, ensejando seu redimensionamento. Entretanto, não há falar em fase de cumprimento de sentença ante a inexistência de título que consubstancie obrigação líquida e exigível atribuída à parte. O que se consignou em sentença foi a determinação de a requerente (instituição financeira) apresentar as contas referentes a contrato de arrendamento mercantil pós alienação extrajudicial do bem, nos termos do art. 2º do DL 911/69, o que não foi cumprido até o momento. A multa não pode ser fonte de enriquecimento, e nem ser superior à própria medida que se visa assegurar, deve guardar estrita proporcionalidade com o bem principal. Portanto, considerando o valor do débito do devedor fiduciário em R$-11.690,15, resolvo fixar o limite da multa em R$-15.000,00, porquanto condizente com o conteúdo econômico da ação, não produz enriquecimento sem causa, bem como não traduz redução significativa no patrimônio da parte recalcitrante. Noutro viés, uma vez verificado que a multa não cumpriu a sua função coercitiva, de rigor a necessidade de busca por medida mais adequada à obtenção do resultado prático. No caso, seguindo orientação do STJ sobre a necessidade de se apurar valor remanescente após alienação do bem em contratos de alienação fiduciária regidos pelo DL 911/69, necessária a prestação de contas por meio de ação própria, pois considerado o meio hábil e mais eficaz do que a via estreita da ação de reintegração de posse/busca e apreensão. O STJ firmou entendimento acerca da necessidade de se adotar a ação de prestação de contas para se apurar eventual saldo remanescente, após a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, conforme decidido no REsp n. 1678/525/SP, julgado em 05/10/2017. Isto porque vislumbrou-se a necessidade de ampliação cognitiva sobre o assunto e maior dilação probatória na apuração de eventual existência de saldo remanescente, com vistas a se atribuir liquidez e certeza resultante da venda extrajudicial do bem e sua repercussão no débito e demais encargos, tais como previsto no § 1º do art. 2º do Decreto Lei n. 911/69. Assim, a comprovação de todos os elementos que compõe o saldo devedor remanescente deverá ser realizada em ação própria, tornando a via específica do procedimento da busca e apreensão/reintegração de posse inviável para esse propósito. Proceda-se ao BACENJUD na quantia da multa fixada em R$-15.000,00 e, após levantamento, baixem-se e extinguem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0614808-48.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Após o pagamento do processamento eletrônico, procedam-se ao BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD visando constrição de bens em nome do devedor. Cumpra-se.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0615269-15.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0615448-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Gran Vista Ponta Negra - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 16:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0616845-43.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 14:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0617837-38.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Adriana Oliveira Guimarães Cardoso - REQUERIDO: Colmeia Laranjeira Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 15:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM) - Processo 0617868-24.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Fundação de Apoio Institucional Muraki - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 15:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0617989-52.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0618243-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de prova pericial. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, especialista em perícia grafotécnica, que deverá ser intimada(o) por e-mail, peritomagalhaes@hotmail.com, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como para recolhimento dos honorários, ficando, neste caso, o réu responsável por 100% do valor. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Havendo impugnação aos honorários, determino seja intimado o perito para manifestação em 5 (cinco) dias, após, conclusos. Com o devido recolhimento, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Cumpra-se.

ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM) - Processo 0618362-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: PORTELA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: KENNEDY MONTEIRO DE OLIVEIRA (OAB 7389/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0618518-76.2015.8.04.0001 - Imissão na Posse - Aquisição - REQUERENTE: Ana Livia Barreto e Silva - REQUERIDO: Paula Francinete Lima Monari - Vistos etc. Intimem-se as partes para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre a decisão de fls. 168, indicando a medida pretendida, com o devido prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0619035-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0619186-76.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Privilege Club Residence - Vistos etc. Defiro o bloqueio via BACENJUD e RENAJUD. Intime-se a requerente a pagar as despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/2017-PTJ. Após a realização da pesquisa, intime-se a autora para se manifestar quanto ao resultado. Encontrado endereço diferente daqueles já informados, intime-se a autora para realizar os pagamentos necessários a expedição de mandado. Caso contrário, requeira o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0619687-64.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0619692-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 15:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NATAN DE SOUSA LIMA JUNIOR (OAB 277311/SP), ADV: CLÁUDIA YU WATANABE (OAB 152046/SP) - Processo 0619837-11.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Motocargo Indústria e Comercio Triciclo Ltda - Vistos etc. Expeça-se carta de citação nos endereços de fl. 57. Intimem-se para recolhimento de custas. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0619950-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Joao Marcus Oliveira Guerra - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 15:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0620121-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antônio Lima de Deus - Vistos etc. Expeça-se RPV. Cumpra-se.

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0620378-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: A.R.S.A. - REQUERIDA: V.M.S. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0620600-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0620721-40.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Decore Com. e Serv. de Paisagismo Me - REQUERIDO: Ecivaldo Dias de Souza - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 11:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0620843-24.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: EMAM - Emulsões e Transportes Ltda - REQUERIDO: Real Asfalto Transporte e Comércio de Petróleo Ltda - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 10:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0621219-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Norte Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda - Vistos etc. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0621401-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 09:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0621697-18.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 10:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0621710-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Indefiro o pedido de fls. 190/191 pois não restam esgotados os meios de buscas de endereço do executado. Cumpra-se a decisão de fls. 178.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0621856-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 09:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0622066-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Rural S/A - Em Liquidação Extrajudicial - Vistos etc. Diga o exequente sobre a petição de fls. 64/93, prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0622160-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Vistos etc. Após o pagamento do processamento eletrônico, procedam-se ao BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD visando constrição de bens em nome do devedor. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622174-36.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a complementar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622379-36.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RODRIGO DE MESQUITA MORAIS (OAB 18973/MT), ADV: ROLF TALYS OSORSKI SANTIAGO (OAB 11406/MT) - Processo 0622524-97.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Marcos Cézar Pelluzi e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0622740-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0623201-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623578-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Vistos etc. Intime-se o autor a recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623659-13.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0623674-06.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Marca - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Intime-se o autor a recolher as custas postais. Devidamente pagas, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ROMARIO MARCOS NUNES TRINDADE (OAB 13525/AM) - Processo 0623977-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Cristiana Moreira Botelho - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Vistos etc. Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 203. Uma vez que a requerida, em contestação alegou preliminar de ilegitimidade, apontando como obrigada a Unimed Fama, determino a citação da Unimed Fama para, em 15 (quinze) dias, apresentar contestação. Após, intime-se a autora para apresentar réplica, em 15 (quinze) dias, e o primeiro requerido para, no mesmo prazo, manifestar-se sobre a questão alegada. Com ou sem manifestações, façam-me conclusos para saneamento. À secretaria para pesquisa de endereço via Infojud e/ou Siel, sem custas, bem como a inclusão no polo passivo do novo requerido. Cumpra-se.

ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO (OAB 23973/PE), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM), ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 672/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 266894A/SP), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM) - Processo 0624805-26.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0631652-44.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Ana Paula de Lima Carneiro - REQUERIDO: Rivoli Veículos Ltda - LITSPASSIV: Peugeot Citroën do Brasil Automóveis LTDA. - Banco PSA Finance Brasil S/A. - Dito desta forma, acolho parcialmente os embargos de declaração para integrar a sentença de fls. 393-402, apreciando o argumento ventilado pela embargante, nos termos da fundamentação esposada acima, porém mantendo na íntegra a conclusão adotada anteriormente. Intimem-se as partes quanto ao prazo recursal em aberto, inclusive a apelante para manifestar interesse em modificar o recurso já interposto diante desta decisão. Após, intimem-se para contrarrazões no prazo legal. Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos para o Egrégio Tribunal de Justiça. Por fim, analiso o pedido de fl. 448 para reconhecer que, novamente,

o Banco PSA está descumprindo a tutela de urgência deferida pelo juízo com a inscrição do nome da requerente em órgãos de restrição de crédito, fl. 449, e aplicar-lhe multa prevista na decisão de fl. 283 no valor de R$ 1.500,00 por dia de descumprimento até o limite de 30 dias, o que totaliza R$ 45.000,00. Determino o imediato bloqueio e transferência deste valor, via Bacenjud, que só poderá ser levantado após o trânsito em julgado da medida pelo vencedor da questão abrangida pela tutela de urgência, nos termos do CPC 537, §3º. Expeça-se ofício ao SPC e SERASA para retirada de inscrições do nome da requerente dos respectivos bancos de dados quanto aos contratos discutidos nestes autos. Dado o reiterado comportamento do Banco PSA que contínua e injustificadamente viola as decisões do juízo, observo que a multa anteriormente cominada foi insuficiente para garantir a eficácia da tutela deferida e passo a cominar multa única no valor de R$ 50.000,00 a ser aplicada em caso de novo descumprimento da tutela de urgência, nos termos do CPC 537, §1º, I. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0625128-60.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0625270-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Norbom Comércio Ltda -epp - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 16:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CORSO HENRIQUE DE OLIVEIRA (OAB 782/RO), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: PAULO CESAR DE OLIVEIRA (OAB 685/RO) - Processo 0625852-93.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: Flavio Batista Fuzari - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 14:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO DE LUNA (OAB 10880/AM), ADV: CASSIANO CASTRO RIBEIRO (OAB 10586/AM) - Processo 0626321-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Equirio Comercio Varejista de Equipamentos Maritimos Ltda - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 15:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0626371-68.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercados DB Ltda. - Vistos etc. Recolhidas as custas, conforme comprovante juntado em fls. 170/172, expeça-se mandado para o endereço indicado em fls. 169. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626554-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Oderlan Santos Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0626730-81.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Big Trading Empreendimentos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0626969-27.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0627758-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazonia S/A - EXECUTADO: Br Eletron Amazonia Comercio de Eletroeletronicos Ltda e outros - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 15:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: ÉRICO DE VERÇOSA ROESSING (OAB 7041/AM) - Processo 0627790-31.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: ANA LÚCIA RODRIGUES DE ARAÚJO - REQUERIDA: LUCILENE CRUZ DE ANDRADE MACEDO - Vistos etc. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, especialista em perícia grafotécnica, que deverá ser intimada(o) por e-mail, peritomagalhaes@hotmail.com, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Em virtude da Justiça Gratuita deferida à parte e de acordo com a Portaria nº 1.233/2012-TJAM, determino que haja o pagamento dos honorários, limitados a R$ 1.000,00 (mil reais), a serem pagos pelo Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º e parágrafo único da Portaria. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como concordarem com a nomeação do perito, além do depósito, ao final, dos honorários periciais, por parte do Tribunal, do valor estabelecido. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Apresentado ou não os quesitos, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o

valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Expeça-se ofício à Presidência, para cumprimento desta. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0628111-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Vistos etc. Intime-se o autor a recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0628606-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rondobras da Amazonia Distribuidora de Auto Pecas Ltda - Vistos etc. Intime-se o autor a complementar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0628986-36.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: SANÃ ALMENDROS NOGUEIRA DE OLIVEIRA - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 11:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0629615-39.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: PETROFISA DO BRASIL LTDA - REQUERIDO: Construtora Triunfo da Amazonia Ltda - Compulsando os autos, verifiquei que a sentença de fls. 110/114 não foi publicada. Dessa forma, intimo os patronos das partes para que tomem ciência da determinação acima , cujo teor segue abaixo: " Ex positis, e por tudo mais que consta dos autos, com fundamento no art.702, CPC, ACOLHO os Embargos à Monitória de fls. 54/62, e, consequentemente,JULGO IMPROCEDENTE a ação monitória proposta por PETROFISA DO BRASIL LTDA em face de CONSTRUTORA TRIUNFO DA AMAZÔNIA LTDA,ante a ausência de comprovação de prova escrita sem eficácia de título executivo. Condeno a Autora, ao pagamento das custas processuais custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios ao patrono da Requerida/Embargante, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, na forma do art.85, §2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se."

ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM) - Processo 0630667-36.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pemaza Amazonia S.a - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 15:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631102-39.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0631135-68.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0631350-44.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Propriedade - REQUERENTE: Agroflora Importacao Exportacao Rep com LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631427-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDRE BONÁCUL RODRIGUES (OAB 13474/MS) - Processo 0632112-31.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Tork Sul Comercio de Peças e Maquinas Ltda - Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pela autora, das quais está isenta diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente.

ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0632212-10.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 14:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0632270-52.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: ANA CAROLINA SOARES SOUZA (OAB 12300/AM), ADV: HELYAMARA SILVA DE MEDEIROS (OAB 6318/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO (OAB 13030/AM) - Processo 0633393-51.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 09:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO LADEIRA OLIVEIRA (OAB 202502/RJ) - Processo 0633626-09.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Pelissari & Galdino Serviços Médicos Ltda - Vistos etc. Com base no art. 382, §1º, determino a citação do requerido para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se. Cumpra-se.

ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0634078-92.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0634528-69.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Encarnação das Graças S. Salgado - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Dito dessa maneira, JULGO IMPROCEDENTES os embargos à execução, e como consequência extingo o processo com resolução do mérito na forma do CPC, art. 487, I. Custas e honorários de advogado pela parte embargante. Prossiga a execução nos seus ulteriores termos. Reproduza-se esta sentença nos autos de execução. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0634256-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimunda Pereira dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de prova pericial. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, especialista em perícia grafotécnica, que deverá ser intimada(o) por e-mail, peritomagalhaes@hotmail.com, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Em virtude da Justiça Gratuita deferida à parte e de acordo com a Portaria nº 1.233/2012-TJAM, determino que haja o pagamento dos honorários, limitados a R$ 1.000,00 (mil reais), a serem pagos pelo Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º e parágrafo único da Portaria. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência, bem como concordarem com a nomeação do perito, além do depósito, ao final, dos honorários periciais, por parte do Tribunal, do valor estabelecido. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Apresentado ou não os quesitos, intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Expeça-se ofício à Presidência, para cumprimento desta. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM), ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP) - Processo 0634521-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Rosilene Pereira de Souza - REQUERIDO: Consórcio Realiza - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 08/11/2019 às 15:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 298933/SP), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0634961-73.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0624805-26.2013.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PSA FINANCE BRASIL - REQUERIDA: Ana Paula de Lima Carneiro - Dito desta forma, revogo a liminar anteriormente concedida, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos de Banco PSA Finance Brasil S/A em face de Ana Paula de Lima Carneiro, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do CPC 487, I, e condeno o autor ao pagamento de multa em favor da ré, equivalente a cinquenta por cento do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, na forma do CDC 6º, VI e 18, do CCB 396, 422 e 476, e do art. 3º, §6º, do Decreto-Lei 911/1969. Condeno, ainda, o autor a suportar as custas processuais e os honorários de sucumbência, estes fixados em 20% do valor atualizado da causa, na forma do CPC 85, § 2º. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM) - Processo 0635042-17.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0612740-57.2017.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: K.C.C.G. - EXECUTADO: A.C. - G.C.Q.R.E.M. e outros - Vistos etc. Defiro o pedido de fl. 249 para determinar a exclusão do feito dos requeridos Mônica Queiroz dos Reis e Eliziomar Colares de Alencar. Determino também sejam retirados os cadastros da partes Marinalva Ramos da Silva dos autos caso superado o empecilho certificado à fl. 320. Dado o pedido de adjudicação dos imóveis penhorados, determino a intimação dos requeridos para manifestação em 05 dias, na forma do CPC 876, §1º e 877. Não havendo impugnação, determino expedição de ofício ao Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis para que remeta a este juízo Certidão Narrativa atualizada das matrículas dos imóveis, considerando o teor da certidão de fl. 484. Após, intimem-se os requerentes para que juntem aos autos demais documentos necessários para lavratura de auto de adjudicação. Dada a prisão temporária decretada em face da fiel depositária dos imóveis penhorados, Sra. Gleice Cristina Queiroz Reis, conforme amplamente divulgado na impressa, fls. 452-479 e certidão de fls. 431-444, defiro o pedido dos autores para destituir a atual depositária e nomear em seu lugar a exequente Sra. Ketlen Cristine Costa Gonçalves, concedendo-lhe poderes para proteção e conservação da coisa, inclusive a livre entrada e saída dos imóveis, realização de vistorias e avaliações, entre outros, até que se aperfeiçoe a adjudicação dos bens. Indefiro pedido de acréscimo de 10% de honorários e condenação em multa de 10% sobre o saldo devedor, tendo em vista que os autos tratam de execução de título extrajudicial não havendo incidência do CPC 523, §1º que prevê sanções próprias ao não cumprimento voluntário de título judicial. Intimem-se os autores para juntada do valor atualizado do débito para prosseguimento da ação, no prazo de 15 dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0635339-24.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0635726-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 09:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0636998-63.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM), ADV: LEONARDO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 2997/AM) - Processo 0637598-89.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Fiança - EXEQUENTE: Ailton Figueira de Queiroz - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 14:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0637861-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 14:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638126-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638177-03.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 09:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA GUERREIRO MENDES (OAB 13362/AM) - Processo 0638539-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condomínio Edifício Antônio Simões - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 14:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0639327-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consórcio Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM) - Processo 0640643-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0640944-48.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0641184-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Zoom Projetos e Consultoria Ltda. EPP e outros - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 07/11/2019 às 16:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: GUILHERME RÉGIO PEGORARO (OAB 34897/PR), ADV: LÉA RODRIGUES DIAS SILVA (OAB 340746/SP), ADV: LEONARDO RODRIGUES DIAS SILVA (OAB 318687/SP), ADV: EDEMILSON BRAULIO DE MELO JUNIOR (OAB 268036/SP), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0641814-25.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lívia Simões - REQUERIDO: Paulo Horto Leilões Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ofícios fls. 1015 e 1020 juntados aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: MÔNICA CÂMARA DE ALENCAR BRASIL (OAB 13494/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM) - Processo 0642123-17.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Jhsf Manaus Empreendimentos e Incorporações S.a. - EXECUTADO: Monica Camara de Alencar Brasil - Me e outro - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 06/11/2019 às 15:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0642139-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 10:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0642459-84.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Leonora Comercio Internacional Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0644229-44.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Citem-se os requeridos para, no prazo de 3 dias, efetuarem o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrados os executados, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca dos executados 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando os executados, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão os executados opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Emolumentos do oficial de justiça recolhidos às fls. 43-45. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: BRENO EDUARDO MONTI (OAB 99308/SP), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0645639-11.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Associação dos Produtores Rurais do Feirão Vida Verde (asprofe), - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 05/11/2019 às 10:30h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0645678-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carlos Roberto Freitas Barbosa Junior - Vistos etc. Trata-se de ação de rescisão contratual com pedido de tutela antecipada de reintegração de posse proposta por Carlos Roberto Freitas Barbosa Júnior em face de Rig Transporte Locadora de Veículo. O autor alega que vendeu um veículo para o requerido por meio de contrato particular de compra e venda. No entanto, o requerido não vem cumprindo com suas obrigações de pagar as parcelas acordadas, motivo pelo qual, pleiteia, em sede de tutela, pela reintegração da posse do objeto em questão. É o relatório. Decido. Verifico na cláusula oitava do contrato firmado entre as partes que o requerido entra em mora após 90 dias de atraso de pagamento das parcelas, segundo documento de fls. 12-13. Pelo extrato juntado, às fls. 21, o prazo começou a correr da 8ª parcela, na data 15/06/2019, que, até a presente decisão, conta-se 75 dias. Assim, não vejo preenchidos os requisitos para concessão da medida liminar, termos do CPC 300. Dito desta maneira, por agora, indefiro o pedido de tutela de urgência. Defiro a justiça gratuita. Cite-se para, querendo, contestar no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: MARCELA FERREIRA LUZ (OAB 14592/AM) - Processo 0645793-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Odete Fernandes de Oliveira - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0645903-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Azamor de Souza Costa - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do art. 6º, VIII, do CDC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM), ADV: LUCYLEA THOME DE PAIVA (OAB 13320/AM) - Processo 0645955-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos Roberto Santiago Meneses e outro - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do art. 6º, VIII, do CDC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: PATRICIA DE OLIVEIRA MARTIN (OAB 348112/SP) - Processo 0646061-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Hy-line do Brasil Ltda - Encontrando-se a petição inicial devidamente instruída, defiro o pedido para pagamento do valor alegado, acrescido de honorários advocatícios de 5%, no prazo de 15 (quinze) dias, com observância do disposto nos arts. 700, 701 e 702 do CPC. No caso de pronto pagamento, fica o réu isento das custas. Em caso de não cumprimento no prazo, o mandado será convertido em título executivo. Não havendo pedido de meio específico de citação, faça-se por AR, como autorizado pelo §7º do CPC 700. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0646107-04.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM) - Processo 0646992-18.2019.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Giliarde Pinheiro Cardoso - Vistos etc. Nos termos da Lei Complementar 172/2016, que altera a LC 17/97, remetam-se os autos, via distribuição, à Vara de Registros Públicos e Usucapião. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0651436-31.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - EXECUTADO: Wilson Luiz Buzato Perico - Em razão da Semana Nacional de Conciliação, a ser realizada entre os dias 04/11/2019 e 08/11/2019, designo Audiência de Conciliação nestes autos para o dia 04/11/2019 às 10:00h, na sala padrão de audiências desta 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP), ADV: MONIQUE ROSSI ARTOLA (OAB 412094/SP) - Processo 0652171-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Primo Rossi Administradora de Consórcio Ltda - Vistos etc. Intime-se o autor a complementar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0656226-58.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Vistos etc. Intime-se o autor a recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0700914-18.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: FÁBIO FERNANDO SILVA AZEVEDO (OAB 9144/AM) - Processo 0702924-35.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: RAIMUNDA GOMES DA SILVA - EMBARGANTE: Elza Verissimo Santarem - INTSSADA: Silmara Nunes Félix - Joelma Pereira de Souza - Vistos etc. Trata-se de ação de reintegração de posse proposta por Raimunda Gomes da Silva, a qual foi embargada por terceiro, Silmara Nunes Félix. O autor/embargado informa que as partes transigiram, conforme documentos de fls. 243-247, requerendo, assim, a homologação do acordo e a consequente extinção do processo para a embargante, sra. Silmara. Decido. Estando as partes de comum acordo com os termos da transação apresentada, não havendo prejuízo para qualquer delas, nada há que obste o arquivamento do feito, que deve ser precedido pela homologação da transação efetuada e consequente extinção do processo encerrando o presente litígio entre as duas partes. Isto posto, homologo por decisão a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito para a embargante, Silmara Nunes Félix, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Mantenha-se o processo em relação ao requerido e os demais embargantes. Aguarde-se audiência. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0706994-95.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0707934-60.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para manifestar-se acerca do Ofício juntado aos autos as fls. 198/199, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM) - Processo 0708815-37.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: ELIZANGELA ALVES TAVARES - Vistos etc. Rejeito os cálculos apresentados pela exequente porquanto em descompasso com os termos do acordo de fls. 107/108, homologado por este juízo. Acolho os cálculos apresentados pela autarquia previdenciária, integralmente. Assim, considerando que o valor da obrigação não excede ao limite para requisição de pequeno valor, determino a expedição de RPV a ser pago pelo INSS, no valor de R$ 26.893,36, em nome da exequente. Ainda, comprove a executada, no prazo de 15 (quinze) dias, o implemento do benefício previdenciário, nos termos do acordo (fls. 107/108). Sem honorários, conforme pactuado em acordo. Efetuado o pagamento do RPV, expeça-se o alvará para levantamento em nome da exequente e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0718758-78.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0719913-19.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alexandre Bonácul Rodrigues (OAB 13474/MS)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Allan Marcelo serrão Braule Pinto (OAB 9133/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)

Ana Carolina Soares Souza (OAB 12300/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 002.847/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anthony Ferreira Almeida (OAB 8016/SE)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cândido Barra Monteiro de Britto (OAB 258A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Ferreira do Norte Filho (OAB 13030/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Aroldo Pereira Cavalcante (OAB 3904/AM)
Aron Pereira Whibbe (OAB 2202/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334AM)
Breno Eduardo Monti (OAB 99308/SP)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB 67677/RJ)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cassiano Castro Ribeiro (OAB 10586/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cid da Veiga Soares Júnior (OAB 2374/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudia Yu Watanabe (OAB 152046/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniela Campos de Souza (OAB 10708/PA)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Danielle Pereira Silva (OAB 11102/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djalma Albuquerque Braule Pinto (OAB 5281/AM)
Dougllas D'Ouro Carvalho (OAB 2953/TO)
Dr. Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Edemilson Braulio de Melo Junior (OAB 268036/SP)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 001.431/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elio Francisco de Carvalho (OAB 493A/AM)
Ellen Corso Henrique de Oliveira (OAB 782/RO)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érico de Verçosa Roessing (OAB 7041/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Ernesto Alves de Souza (OAB A-401/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB 9144/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (OAB 9442/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Filipe de Souza Leão Araújo (OAB 23973/PE)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisca Helena de Souza da Silva (OAB 12420/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Gilberto Guimarães Vieira (OAB 8506/AM)
Gilmar Raposo da Câmara (OAB 5501/AM)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Régio Pegoraro (OAB 34897/PR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 266894A/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (OAB 61698/RJ)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Helyamara Silva de Medeiros (OAB 6318/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isnard Batista Machado Filho (OAB 26037/DF)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)

Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Karol Wojtya Lima Carneiro (OAB 17364/PA)
Kelllen Pereira da Silva (OAB 10319/AM)
Kennedy Monteiro de Oliveira (OAB 7389/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Guerreiro Mendes (OAB 13362/AM)
Léa Rodrigues Dias Silva (OAB 340746/SP)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo de Borborema Blasch (OAB 2997/AM)
Leonardo Rodrigues Dias Silva (OAB 318687/SP)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lino José de Souza Chíxaro (OAB 1567/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Lucylea Thome de Paiva (OAB 13320/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luis Eduardo Pessoa Pinto (OAB 922A/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Ronaldo Alves Cunha (OAB A1188/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela Ferreira Luz (OAB 14592/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Ladeira Oliveira (OAB 202502/RJ)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio de Luna (OAB 10880/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Marcus Paulo Santiago Teles Cunha (OAB 34184/DF)
Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB 138958/MG)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos (OAB 30340/DF)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Mônica Câmara de Alencar Brasil (OAB 13494/AM)
Monique Rossi Artola (OAB 412094/SP)
Natan de Sousa Lima Junior (OAB 277311/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Onilda Abreu da Silva (OAB 2288/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
PATRICIA DE OLIVEIRA MARTIN (OAB 348112/SP)
Paulo Cesar de Oliveira (OAB 685/RO)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo José dos Santos (OAB 175319/SP)
Paulo Józimo Santiago Teles Cunha (OAB 29795/DF)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo de Mesquita Morais (OAB 18973/MT)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Rolf Talys Osorski Santiago (OAB 11406/MT)
Romario Marcos Nunes Trindade (OAB 13525/AM)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Serafim Pereira D'alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérgio Schulze (OAB 298933/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Simone Patrícia Wanderley da Silva (OAB 5353/AM)

Siqueira Castro Advogados (OAB 672/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sonia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431)
Sylla Cherfan Cristo da Costa e Silva (OAB 172605/RJ)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thereza Christina Caxeixa de Oliveira (OAB 6097/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Valdecir Fragata Meireles da Silva (OAB 002.461/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0337/2019

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ALEX COSME PINTO (OAB 12301/AM) - Processo 0202419-91.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0621639-15.2015.8.04.0001) - Petição Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0218687-75.2008.8.04.0001 (001.08.218687-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Friller Brasil Alimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600662-02.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Daniela Luiza Lahan Evangelista da Rocha - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: SANDRA ALVAREZ DA SILVA SANTOS (OAB 190046/RJ), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GILSON DA COSTA PAIVA (OAB 13341/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600872-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Associação Comunitária Agroextrativista de Canumã - (ASCOMAC) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da contraproposta de acordo de fls. 159, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM) - Processo 0600918-13.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cristiane de Sousa Silva e outro - REQUERIDO: Construtora Capital Rossi S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0601391-91.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Celso Mota da Silva - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601903-74.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edinaldo Nascimento Gomes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0603163-84.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606195-10.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Joana Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606983-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Noeli Fernandes dos Santos - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Mapfre Vida S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem

as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609171-14.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jordana Vita Ferreira Mancilha - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609654-83.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609852-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609956-44.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcos Antônio Hilário Lima - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610114-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sílvia Maria dos Santos Veras - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0614130-96.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0615259-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Pereira dos Santos - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616346-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: AIMAI - Associação Independente dos Moradores do Conjunto Arco Iris III - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0617657-61.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0619354-20.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Glauciane A. de Souza - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620578-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lícia Regina Nunes Barbosa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623577-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud e ERIDFT), levando-

se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0625138-70.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Salomão Paulo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625235-07.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0627261-46.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627556-15.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627806-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Cleijanio do Nascimento Mota - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628043-43.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Catarina da Silva Oliveira - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0629498-43.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0630021-89.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0630786-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zenivaldo da Silva Cintra - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632137-10.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ana Paula da Silva Melgueiro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632225-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633067-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Gilcivandro Monteiro Barata - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento

válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633547-40.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0633912-89.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Servsys Credit e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0634701-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635067-64.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Joséias de Oliveira Farias - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0637003-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Fergel Indústria de Ferro e Aço Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0639316-53.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paul Cezanne - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0642265-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Manuel Campos de Castro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644591-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Maureen Georgia R. Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0714578-19.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alex Cosme Pinto (OAB 12301/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gilson da Costa Paiva (OAB 13341/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)

Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Sandra Alvarez da Silva Santos (OAB 190046/RJ)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0338/2019

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 002.968/AM) - Processo 0041030-20.2006.8.04.0001 (001.06.041030-3) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Ambrósio Borges Dias - REQUERIDA: Joelma de Jesus Picanço - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista o AR negativo de fl. 184, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0043218-20.2005.8.04.0001 (001.05.043218-5) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rogério Ferreira da Silva - REQUERIDO: Angélica Maria Monteiro Duarte - Defiro o pedido de suspensão do feito, consoante solicitado à fl. 177.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0200322-31.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Polinário Moraes dos Santos - I- Defiro o pedido de fls. 89 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas, BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: VICENTE DE PAULO ARMOND DE MELO (OAB 1828/AM) - Processo 0209065-64.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Liliane Mendes Duarte - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda. - DENUNCIADO: Urzifarma Produtos Hospitalares Ltda. - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de Santo André/SP - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: TEREZINHA MAIA DA GAMA SILVA (OAB 14036/AM), ADV: MAYARA CRISTINI TEIXEIRA LIMA (OAB 13409/AM) - Processo 0228101-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Tony Santos de Freitas - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ELMA FARIAS BORGES (OAB 7285/AM), ADV: LUCIANA CAXEIXA ALFAIA (OAB 7226/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0237784-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lindomar Figueiredo Moda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I- Intime-se a Autora para no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se acerca da petição de fl. 174 dos autos. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LEONARD LOPES DE ASSIS (OAB 6895/AM) - Processo 0248828-72.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. N. Centro Automotivo Ltda. - AVALISTA: Jorge Freire dos Santos - Nilce Oliveira de Farias - Defiro o pedido de suspensão do feito, consoante solicitado às fls. 145/146.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0253567-59.2009.8.04.0001 (001.09.253567-5) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Felipe Magalhães de Moura - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Intime-se a Requerida para manifestar-se acerca dos cálculos de liquidação de sentença relativos aos danos materiais, tendo para tanto o prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 511, CPC. À Secretaria para proceder com a remessa dos autos à Contadoria para atualização do valor dos danos morais, conforme determinado às fls. 504/505. Após, cumpridas todas as determinações acima, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602697-32.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ketlen Amorim de Sena - I- Defiro o pedido de fls. 104/105 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0602698-51.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: S. M. Rocha Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - ME - Sebastião Monteiro Rocha - Manifeste-se o autor acerca do detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 94/96 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0603201-33.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco

Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Carlos Rogério de Oliveira - ME - Carlos Rogério de Oliveira - I. Tendo em vista a certidão de fl. 82, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0604643-68.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Lucas Sobreira Maia dos Santos - ME - Lucas Sobreira Maia dos Santos - Thaís Helena Madureira Teobaldo - Cátia de Matos Madureira - Defiro o pedido de fl. 104, determino a suspensão do feito, até o cumprimento da avença, consoante solicitado.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM) - Processo 0605501-36.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Handrey da Silva Pedroso - Tendo em vista a certidão de fl. 154, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0606464-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: Flex Empreendimentos e Negócios Ltda. - REQUERIDO: Trairi Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (T. C. D. Navegação e Transporte) - Tendo em vista o AR negativo de fl. 64, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: CRISTIAN MINTZ (OAB 136652/SP) - Processo 0607628-10.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Xeryus Importadora e Distribuidora de Artigos para Vestuário Ltda. - EXECUTADO: Wilmar Fonteles de Oliveira - Visual do Pé - F. D. Bentes da Silva - ME - Maria Auxiliadora Marques de Assis - ME - Visual do Pé - Ana Maria Barroso de Freitas - Donivaldo Bentes da Silva (Visual do Pé) - Maria Rosemery Bentes da Silva - ME - Visual do Pé - I- Defiro o pedido de fls. 219 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas, INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0608938-51.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Simitrans Ltda. - ME - Posto isso, e tendo em vista que a Requerida não apresentou os embargos, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, SIMITRANS LTDA-ME , ao pagamento do valor reclamado, R$ 20.666,14 (Vinte mil seiscentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno a Requerida, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610032-68.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Valdenir de Sales Dominício - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - I- Defiro o pedido de fls. 98 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0610095-59.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Makro Atacadista S/A - REQUERIDA: Gisely Roberta Alves Dutra - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Posto isso, e tendo em vista que a Requerida não apresentou os embargos, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, MAKRO ATACADISTA S/A, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, GISELY ROBERTA ALVES DUTRA, ao pagamento do valor reclamado, R$ 144.784,19 (Cento e quarenta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno a Requerida, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0611626-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDA: Francisca Ricarte de Oliveira Barros - I. Tendo em vista a certidão de fl. 75, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0613281-32.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Paulo César Silva Santana - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - LITSPASSIV: Banco Matone S/A - Banco Intermedium S/A - Banco Pan S/A - Tendo em vista o AR negativo de fl. 538, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0613818-18.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Daisy Luana Ribeiro de Araújo - REQUERIDO: Mauro Henrique Albuquerque Marques - Recebi hoje no estado. Da análise dos autos, verifico que lancei decisão no item processual n. 144 dos autos. Assim, determino que a Secretaria providencie o cumprimento correto da ordem judicial emanada por este Juízo, direcionando a carta de citação ao endereço informado (fls. 151/153). Após o prazo, analisarei o pedido de tutela provisória. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0614104-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Direcional Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Arleson Leão Cintrão - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0615009-40.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Willian Silva de Souza - I- Defiro o pedido de fls. 89 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0615299-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária -

REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Saron Serafim Claudiano - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para tornar definitiva a liminar deferida e consolidar no autor a posse plena e exclusiva do bem, objeto da presente ação. Condeno o Requerido ao pagamento de custas processuais e honorários de advogado, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, sem incidência de juros e correção monetária, com fundamento no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Oficie-se ao DETRAM-AM, informando que o Autor está autorizado a proceder a transferência do bem a terceiros. Após o trânsito em julgado, caso não haja manifestação da parte interessada, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0615810-19.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria da Conceição Gomes Pinheiro - REQUERIDA: Sandra Maria Gomes Pinheiro - Tendo em vista a petição de fls. 215/217, defiro o pedido de dilação de prazo de 30 (trinta) dias, para a Requerida desocupar o imóvel, conforme solicitado. Intime-se, com urgência o Sr. Oficial de Justiça, Raul da Rocha Cortez, portador do mandado nº 001.2019/113681-7, para tomar conhecimento desta decisão.

ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: MIKAEL MOISÉS PIRES LINDOSO, ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0617216-41.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0709800-06.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Bradesco Vida e Previdência S/A - EMBARGADO: Sebastião Brito Ramos - Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por Bradesco Vida e Previdência S/A, contra a sentença proferida às fls. 233/234, mantendo-se, destarte, hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0617907-84.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: ADCAM - Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - REQUERIDA: Inês Ferreira de Souza - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0618024-85.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: V. A. H. das Neves Cia. Ltda. - ME - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, para efetuar o pagamento do numerário descrito no pedido de fl. 68, no prazo de 15 (quinze) dias, sob de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, ex vi do art. 523, e §1º, do Novo Código de Processo Civil. II. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. III. Fixo os honorários do patrono do credor no quantum de 10% (dez por cento) do total da dívida, ut art. 85, §1º e §2º, e 523, §1º, ambos do NCPC e Súmula 517, do STJ. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0618644-92.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antônio P. Soares - ME - I- Defiro o pedido de fls. 152/153 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0621260-35.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Rebeca Carvalho Ribeiro - I- Defiro o pedido de fls. 53 dos autos. II- Proceda-se o bloqueio do veículo objeto da lide, via sistema Renajud, consoante solicitado.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM) - Processo 0621603-36.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - REQUERIDO: Luiz Carlos Nobre Júnior - Defiro o pedido de fl. 176, concedo o prazo de 30 (trinta) dias, consoante solicitado.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622371-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Gerson Pereira dos Santos - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - I- Defiro o pedido de fls. 120 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0622464-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Direcional Engenharia S/A - REQUERIDO: Manuclean Serviços de Conservação e Pintura Ltda. - ME - Tendo em vista o pedido de fl. 1192, determino a expedição da competente carta de citação, no endereço indicado.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623767-42.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ariadne Vasconcelos de Souza - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 118/123 e fls. 161, defiro o pedido de fls. 179/180 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0625836-47.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elmo Pereira Whibbe - REQUERIDO: Luiz Cláudio Silva do Nascimento - Diana Oliveira Boechat Lopes - Tendo em vista o AR negativo de fl. 118, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0626102-29.2017.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: Rosângela Figueiredo Bezerra - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0626119-02.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco

S/A - REQUERIDO: Raimundo de Jesus Torres - DEPOSFIEL: Maurício Martins de Lima - I- Defiro o pedido de fls. 226 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP), ADV: RICARDO DE PÁDUA SALLES (OAB 352306/SP) - Processo 0626670-50.2014.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Camil Alimentos S/A - REQUERIDO: Açúcar Solimões Comércio e Indústria de Alimentos do Brasil Ltda. - Posto isso, e tendo em vista que a Requerida não apresentou os embargos, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, CAMIL ALIMENTOS S/A, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, AÇÚCAR SOLIMÕES COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DO BRASIL LTDA, ao pagamento do valor reclamado, R$ 202.641,85 (Duzentos e dois mil seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno a Requerida, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628459-45.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - REQUERIDO: José Augusto Silva Medeiros - Sandra Emília de Araújo Fogos - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 266/268 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Determino o cancelamento da audiência marcada à fl. 259. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0628624-97.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Aguinaldo Rodrigues dos Santos - Trata-se de Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária ajuizada por Banco Honda S/A, devidamente qualificada contra Aguinaldo Rodrigues dos Santos, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: "Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado". (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017). Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias, e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: DOUGLAS ALEIXO SANTOS DA CRUZ (OAB 9426/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM) - Processo 0629444-19.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Isabelle Sousa Falcão - REQUERIDO: Obelisco Construção Civil Ltda. - Intime-se o Autor, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0629686-75.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Jailson Silva Lima - I. Tendo em vista a certidão de fl. 113, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0629995-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: M. E. Nunes - ME - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0630480-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Cristóvão dos Santos Varela - REQUERIDA: Leiane Mendonça de Souza - Márcia Araújo da Silva - Tendo em vista o AR negativo de fl. 338, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0631914-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cleyton da Silva Medeiros - I- Defiro o pedido de fls. 61 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: KAWARY CAMPOS SILVA (OAB 13646/AM) - Processo 0633946-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joaquim Borges da Silva Filho - REQUERIDO: Amazonas Comércio e Prestadora de Serviços Pedagógicos Ltda. - Leonardo Morais Oliveira - Homologo por sentença a desistência manifestada pela parte autora, à fl. 64, para que produza os efeitos legais. Em conseqüência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634788-44.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Saionara Oliveira de Almeida - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM) - Processo 0635400-79.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Antônia Mariana Marques Herculano - Trata-se de Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária ajuizada por Banco Itaucard S/A, devidamente qualificada contra Antônia Mariana Marques Herculano, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: "Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado". (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017) Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias, e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM), ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636882-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra Francinete Antas Vieira - Jéssica Vanessa Vieira Aosta - REQUERIDO: São Fiacre Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Tendo em vista o pedido de fl. 338, determino a suspensão da execução, pelo prazo de 30 (trinta) dias, consoante solicitado.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636936-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Nelson Ramos da Motta - I- Defiro o pedido de fls. 62 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema, BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0637822-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: P. H. D. Comércio de Alimentos e Cosméticos Ltda. - ME (Mercadinho Big Boi) - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim, apesar de frustrada a tentativa de cumprimento do disposto no art. 485, §1º, do Código de Processo Civil, resta patente o desinteresse da parte Autora, tendo em vista que sua última manifestação no processo tem a data de 21/03/2019. Posto isto, não resta outra solução senão a extinção e arquivamento destes autos, nos termos do art. 485, III, CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0638909-52.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Gledson Chaves Vieira - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Tauara - Assessoria e Corretora de Seguros) - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Tendo em vista o AR negativo de fl. 124, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM), ADV: CAIO LEON NORATO DE LIMA (OAB 80875/PR) - Processo 0639029-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Antônio Carlos de Almeida Ferreira - Jacqueline Rodrigues Ferreira - REQUERIDO: Torquato Empreendimento Imobiliário S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM) - Processo 0639866-19.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Living Confort - EXECUTADO: Alber Santana Viana - Naiara Garcia Moreira Santana - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 185/188 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0642402-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Unicred Manaus - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Saúde de Nível Superior - REQUERIDA: Karen Aline Brandão Campos Abtibol - Tendo em vista o acordo de fls. 81/84 entabulado entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após, decorrido o prazo e devidamente cumprido o acordo, voltem-me os autos conclusos para homologação.

ADV: MEIREJANE RODRIGUES RIBEIRO (OAB 14091/AM) - Processo 0644878-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Imagemcef - Centro de Radiologia e Imaginologia Odontológica Ltda. - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Condeno o Requerente no pagamento das custas processuais.

ADV: REBECA VEIGA DE CARVALHO PAIXÃO (OAB 11958/AM) - Processo 0645409-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Zélia Moura de Oliveira - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Intime-se a Autora para comprovar sua hipossuficiência, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0645979-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Entec Guindastes e Conteineres Ltda. - REQUERIDO: Smart Imobiliária Eireli - ME - Analisando os presentes autos, verifico que o Autor requereu a distribuição para 17ª Vara Cível da Capital, dependente ao processo nº 0631179-19.2017.8.04.0001, portanto, remetam-se os autos à distribuição para redistribuí-lo a 17ª Vara Cível da Capital. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0646665-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Henrique de Assis Sousa - Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646903-92.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE:

Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Onésimo de Carvalho Jean Neto - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. II - Tendo em vista o Provimento nº 273/2016 - CGJ, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de Guia de Recolhimento propria a ser disponibilizada no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (http:/www.Tjam.jus.br). III. Após o pagamento, Cite-se a Requerida, via Correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0647009-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Alice Queiroz de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0647013-91.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Alex Campelo do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado e Cultura - A teor do art. 152, I,"a", da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas, declino a competência deste Juízo para processar e julgar o presente feito. Distribuam-se os autos a uma das Varas de Fazenda Publica Estadual desta Comarca. Cumpra-se.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0647079-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Brisas do Parque Residencial Clube - EXECUTADA: Maria Escolástica Miranda Ferreira - O benefício da assistência judiciária gratuita somente pode ser concedido à pessoa jurídica, independentemente de ser ou não de fins lucrativos, se esta comprovar que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem o comprometimento da manutenção de suas atividades, o que não ocorreu in casu. (Agravo de Instrumento 4000404-05.2017.8.04.0000. Relator Desembargador Yedo Simões de Oliveira. Órgão julgador: Terceira Câmara Cível. Data do julgamento: 14/05/2017. Data de registro: 15/05/2017). No caso dos autos, a Requerente diz que que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem sequer menciona seu valor. Assim, intime-se o Requerente para informar o valor das custas e despesas processuais, juntando aos autos o Relatório emitido pelo sistema SAJ e documentos idôneos que comprovem sua impossibilidade de pagamentos das custas, a fim de analisar o pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça. Defiro desde já o parcelamento de custas consoante portaria 490/2017 - PTJ em 06 (seis) parcelas.

ADV: THEMÍSTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM) - Processo 0647163-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão - REQUERIDO: Luís Ricardo - Intime-se o Requerente para juntar aos autos documentos que comprovem sua hipossuficiência, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647212-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Daniel Pereira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Remetam-se os autos ao CEJUSC Cível, para que proceda a perícia no Autor. Cumpra-se.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0651767-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cíntia Nunes da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Remetam-se os autos ao Cejusc Cível para realização de perícia na Autora. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0714742-81.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ivanilce R. Tavares - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Posto isso, e tendo em vista que a Requerida não apresentou os embargos, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, IVANILCE R. TAVARES, ao pagamento do valor reclamado, R$ 6.135,07 (Seis mil cento e trinta e cinco reais e sete centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno a Requerida, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM), ADV: ROSANA LÉA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM) - Processo 0717988-85.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Joris Barbosa da Silva - Luciene Miranda Gomes - Lucas Miranda Gomes - REQUERIDA: Vitalli Distribuidora de Embalagens Ltda. - ME - À Secretaria para modificar, nos sistema SAJ, os nomes dos Patronos da Requerida, constante no Substabelecimento de fl. 178, consoante requerido à fl. 177. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Leon Norato de Lima (OAB 80875/PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 002.968/AM)
Cristian Mintz (OAB 136652/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB 9426/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elma Farias Borges (OAB 7285/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)

José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Kawary Campos Silva (OAB 13646/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonard Lopes de Assis (OAB 6895/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Caxeixa Alfaia (OAB 7226/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayara Cristini Teixeira Lima (OAB 13409/AM)
Meirejane Rodrigues Ribeiro (OAB 14091/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Mikael Moisés Pires Lindoso
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Rebeca Veiga de Carvalho Paixão (OAB 11958/AM)
Ricardo de Pádua Salles (OAB 352306/SP)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rosana Léa Antony Feitoza (OAB 7867/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Terezinha Maia da Gama Silva (OAB 14036/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Vicente de Paulo Armond de Melo (OAB 1828/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0191/2019

ADV: CARLOS A. SOARES DA SILVA (OAB 1372/AM), ADV: NATÉRCIA CRISTINA DA SILVA (OAB 001.741/AM) - Processo 0004240-87.1995.8.04.0012 (012.95.004240-9) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Frahm Componentes da Amazonia S/a. - Vistos, Intime-se a síndica para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sobre o ofício de fls. 2256, especialmente sobre os valores objeto da penhora no rosto dos autos. Após volte-me os autos conclusos para responder o referido ofício.

ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM) - Processo 0062395-38.2003.8.04.0001 (001.03.062395-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Yasuda Seguros S/a - R. H. Indefiro pedido de reaproveitamento de custas, considerando que o oficial de justiça se dirigiu ao endereço constante no mandado e não localizou a referida empresa. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente a diligência do Oficial de Justiça, no valor de R$ 66,50, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se novo Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424A/AM) - Processo 0202106-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francisco Canindé de Lima - Vistos, Intime-se o autor sobre impugnação ao cumprimento de sentença em fls. 818/835, dos autos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0209134-62.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: E. M. Ribeiro Produçoes - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0212724-03.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: ALONCIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 8617/AM) - Processo 0219363-37.2019.8.04.0001 (processo principal 0000229-15.1995.8.04.0012) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - REQUERENTE: O Espolio de Dagoberto Bastos da Silva e outros - De acordo com o provimento de nº 63/02-CGJ do art. 1º inciso XXVI Intimo o autor para informar o endereço atualizado dos sócios para expedição de carta, bem como o pagamento referente ao ato.

ADV: GEISON JOSÉ SIMÕES SANTOS (OAB 37770/PR) - Processo 0229913-91.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: M.T.Kobe Confecções - R. H. Considerando petição de fls. 60/63, nota-se que o autor efetuou o recolhimento de custas iniciais. Sendo assim, intime-se novamente o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/), com a denominação de “custas do oficial de justiça”, no valor de R$ 66,50. Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0231077-33.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Raimudna Moreira e outro - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0232053-35.2018.8.04.0001 (processo principal 0614376-29.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Condomínio - REQUERENTE: MARIA MARGARIDA ROMERO ARAUJO - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM), ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM), ADV: LIA CAROLINA SANTOS DA SILVA (OAB 6874/AM) - Processo 0247019-42.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: JEFERSON RODRIGUES FAÇANHA

- REQUERIDO: NALE ENGENHARIA LTDA - Vistos, Trata-se de pedido de leilão dos veículos encontrados em pesquisa renajud. Considerando haver outras restrições nos referidos veículos, indefiro o pedido, pois impossibilitará a realização do referido leilão. Indefiro ainda o pedido de pesquisa no sistema Bacenjud, considerando o curto prazo da pesquisa anterior. Defiro somente o pedido de inserção de restrição pelo sistema Renajud mediante o recolhimento de custas.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600194-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0601898-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Vistos, Trata-se de pedido de bloqueio de cartões de credito, como meio coercitivo para satisfação de dívida. Refere-se a dívida de natureza patrimonial privado e não questões de interesse público, que justifique medidas restritivas tão severas. Até porque, a luz do art. 805 do CPC, a execução deve guardar um equilíbrio entre a satisfação do crédito e os direitos do devedor. Ademais, não há efetividade na medida, pois não irá satisfazer a execução, sendo desnecessária a intervenção judicial nesse sentido. Logo, INDEFIRO o pedido. Intime-se o autor para promover a citação do executado no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM) - Processo 0602459-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Afranio Freitas Leonel Junior e outro - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD (endereço) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0602983-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - REQUERIDO: C.A.N.V. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Deixo de expedir ofício ao Detran-AM, uma vez que não houve bloqueio do veículo objeto da lide. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0604013-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Intime-se a parte Autora para apresentar o demonstrativo de débito atualizado. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0604136-10.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0610876-18.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Francisco Reginaldo Costa Melo - EMBARGADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.223/237. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0604431-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Mccr - Atividades Médica Ambulatorial Ltda - Me - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS EDUARDO GOMES PONTES (OAB 6777/AM), ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM) - Processo 0605158-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Representação comercial - REQUERENTE: M de F B Benevides-me - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: THAÍS LINA MONTEIRO DO NASCIMENTO (OAB 12156/AM), ADV: THIAGO TABAL MALHEIROS (OAB 9193/AM) - Processo 0605996-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Eduardo Santos Arruda e outros - De acordo com o art. 1º, inciso XII do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos do art.261 do CPC, Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução da Carta Precatória.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606165-72.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD (localização do endereço) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606492-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM) - Processo 0607106-46.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: H.m. Comércio de Alimentos Ltda - Epp - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0608198-25.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Nicole Soares de Lima - Vistos, Considerando a inércia dos patronos da requerida, defiro expedição de carta de intimação pessoal para a mesma efetuar o levantamento dos valores depositados em juízo mediante o recolhimento de custas.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0608380-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0608508-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré

Crédito, Financiamento e Investimento S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611017-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva Dias - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0611472-02.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A. - REQUERIDO: CRUZ E CRUZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME - Joao Bosco Barbosa da Cruz - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Após o pagamento das custas, se existirem, proceda-se à baixa.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0611481-66.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0611571-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Waldemir P. do Vale - Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado nas fls. 69. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611990-84.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM) - Processo 0612416-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Alenar Serviços Combinados de Escritório Eireli - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0612479-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ronaldo Jose Macedo Pereira - REQUERIDO: Centrape - Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RAFAEL CININI DIAS COSTA (OAB 152278/MG), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0613162-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Rosário da Costa Teles - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0613891-29.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0637210-94.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JANISON RIBEIRO DA COSTA - REQUERIDO: J. G. CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA - LITSPASSIV: JOSÉ AMARAL PEDRO DOS SANTOS e outros - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.560/566. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: OYAMA CEZAR ROCHA MAGALHÃES (OAB 1970/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99/AM) - Processo 0614154-95.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0610189-12.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Sonia Maria Magalhães Carvalho - REQUERIDO: SP CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: DETERMINAR que a Requerida proceda com a transferência do imóvel nos termos do Contrato Particular com Promessa de venda e Compra de Imóvel, localizado em Fortaleza, na Av. César Cals, 2666, Praia do Futuro, no segundo pavimento de um prédio residencial denominado Edifício Astorga, registro de imóveis 1509/2001, livro 1, fls. 150 - Cartório Filgueira Mendes - 2º Ofício, para o nome da Empresa SP CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, e após a transferência, CONDENAR a Requerida ao pagamento dos valores gastos com imóvel desde a data do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Imóvel (27 de abril de 2006), até a data da efetiva transferência de propriedade para a Requerida, a ser apurado em liquidação de sentença, com juros moratórios a partir do evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ), correção monetária a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43 STJ). CONDENAR a Requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) com correção monetária e juros legais, a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ). CONDENO a requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Intime-se.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0614465-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Alcindo de Lima Pereira - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0614826-35.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: IVONEI ANGELO DA SILVA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se o exequente sobre impugnação ao cumprimento de sentença em fls. 286/298, dos autos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615407-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0615469-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - REQUERIDO: M.L.A. - Vistos, Defiro, o pedido de fls. 139. Oficie-se ao DETRAN-AM, informando que o veículo objeto da lide, se encontra na posse do depositário fiel Sr. José Eduardo Freire da Silva, CPF 445.444.132-49, desde o dia 15/05/2019 às 12h10min, em razão do cumprimento de liminar (fls. 62/63) de busca e apreensão. Encaminhe-se juntamente como ofício, cópia da liminar, do Auto de Busca e Apreensão e da presente decisão. Intime-se o Requerido para efetivar o pagamento da taxa referente a expedição do ofício. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP) - Processo 0616205-45.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: ATRASORB INDÚSTRIA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP - Vistos, Considerando pedido retro, indefiro por ora. Proceda-se pesquisa no sistema renajud para coletar informações sobre as restrições existentes nos veículos mencionados. Após, volte-me os autos conclusos para apreciação do pedido de expedição de mandado.

ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0617690-12.2017.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Espólio de José Joaquim de Souza Contente e Maria da Conceição Moretzsohn Alves Contente - EMBARGADO: Condomínio do Edifício Las Palmas - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Condomínio do Edifício Las Palmas, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0618204-28.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de mandado para o endereço indicado de fl. 135. Custas já recolhidas. Expeça-se o mandado.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0618249-32.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro pedido de expedição de edital que ficará condicionado ao pagamento no valor de R$17,14(dezessete reais e quatorze centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0619252-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: JBV LAVANDERIA HOSPITALAR - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Amazonas Distribuidora de Energia S/A, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM) - Processo 0619679-82.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Luis Eduardo Langaro Pareja - REQUERIDO: Musa Abdelqader Musa Imwas e outros - R.H. DEFIRO o pedido de expedição de Alvará, solicitado pelo autor, do caução depositado nas fls.25, que ficará condicionado ao pagamento das custas no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. Manaus, 02/09/2019

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620318-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rosânela Fernandes Tavares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vista ao autor sobre impugnação ao cumprimento de sentença e documentos de fls. 499/544, dos autos.

ADV: REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 11706/MA), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621180-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wesllem de Araújo Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0622861-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Trebor Construcoes e Comercio Ltda. e outros - Trata-se de pedido de desbloqueio do valor de R$ 3.647,77, sob alegação de impenhorabilidade de salário (art. 833, IV do CPC). Contudo, entendo que a hipótese legal não restou configurada. Isso porque, não se trata de salário de uma pessoa física, mas sim, de bloqueio efetivado na conta da empresa executada. Enquanto os valores não forem transferidos para o empregado, não há que se falar em salário, consequentemente, não é impenhorável. Por isso, indefiro o pedido, para manter o bloqueio. Intime-se o Executado. Após o decurso do prazo sem manifestação recursal. Intime-se o exequente para se manifestar sobre a quantia bloqueada.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623176-75.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0624090-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercados DB Ltda. - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0624181-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS KIMAK SEGUNDO (OAB 5002/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0624552-96.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Aquatec Impermeabilizações Ltda - REQUERIDO: Eram Estaleiros Rio Amazonas Ltda - Focus Empreendimentos Ltda - Isto posto, REJEITO os Embargos Monitórios opostos por Eram Estaleiros Rio Amazonas Ltda, para CONVERTER O MANDADO INICIAL EM MANDADO EXECUTIVO, afim de constituir de pleno direito o título executivo judicial em favor de Aquatec Impermeabilizações Ltda, no valor de R$ 135.327,77, referente ao saldo remanescente das NFs de n° 09 e 10 (fls. 37/38), e a quantia de R$ 268.860,24, referente a NFs de nº 11, 12 e 13 (fls. 45/47), acrescidos de juros e correção monetária, nos termos dos arts. art. 702, § 8º c/c art. 487, I, ambos do CPC. Os valores devem ser corrigidos pelo INPC-IBGE, desde o dia seguinte a emissão de cada título. Ou seja, as NFs nº 09 e 10, emitidas no dia 14/08/2012 e as NFs nº 11, 12 e 13, emitidas no dia 28/11/2012, devem ser corrigidas nos dias 15/08/2012 e 29/11/2012, respectivamente. Os juros serão aplicados pela taxa SELIC, a partir da Notificação Extrajudicial (26/06/2017). Eventuais controvérsias devem dirimidas pela Portaria n. 1855/2016-PTJ. Condeno o 1º Requerido (ERAM) ao pagamento das custas e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2.º do CPC. Em ato contínuo, ACOLHO à preliminar de ilegitimidade passiva, para excluir da lide a 2ª Requerida (FOCUS), nos termos da fundamentação. Consequentemente, em razão do princípio da causalidade, CONDENO a Autora ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono da parte excluída no percentual de 10% (dez por cento) sob o valor da causa, nos termo do art. 85, §2º do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, aguarde-se o Exequente promover o cumprimento desta sentença, atentando-se para o disposto nos arts. 523 do CPC. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0626628-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro SIEL como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0626672-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria das Graças Gondim Doce - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Intime-se o autor sobre pagamento voluntário da condenação em fls. 481/511, dos autos. Remeta-se os autos à contadoria para cálculo de custas finais.

ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM) - Processo 0626716-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Darlindo Lourenco de Sousa - Vistos, Intime-se o Autor para informar o motivo pelo qual não compareceu a perícia designada.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626862-07.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Indefiro o pedido de BACENJUD, tendo em vista que o requerido deve ser intimado para cumprir voluntariamente o valor da execução. Intime-se o Devedor Luzia Monteiro de Souza, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Intime-se o autor para pagar as despesas postais.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0627070-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alecksandrea Tavares de Oliveira Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0627125-10.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Milton Fernandes dos Reis Neto - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Expeça-se ofício ao Detran-AM para desbloqueio do veículo. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0627178-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: NEI DE PAULA MARTINS FALCÃO (OAB 11167/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0627570-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato - REQUERIDO: Maria do Céu Lopes Pessoa-me - Jander Cardoso dos Santos e outro - Vistos, Intime-se o requerido para efetuar o recolhimento de custas, com cálculo atualizado em fls. 486, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de bacenjud.

ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM), ADV: CRISTIANE AP. VACCARI DA SILVA FREITAS (OAB 229036/SP) - Processo 0627742-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Iasmin Vasconcelos da Silva - REQUERIDO: ORTHO CARD -

R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor ORTHO CARD, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0628243-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Etiquetas Indústria e Comércio Ltda e outros - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0628530-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Everton Oliveira dos Santos - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0628995-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: João Arruda da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls. 280/286. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0629014-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Navegacao Cidade Ltda - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629973-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.702, §5º do NCPC, Abro vista ao Autor sobre os embargos à monitória e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: ANDERSON RAPHAEL PEREIRA DE ARAUJO (OAB 7359/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0630000-21.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Tawrus Conservação, Serviços e Equipamentos Eletrônicos Ltda - REQUERIDA: Agroindústria e Comércio de Derivados do Leite Ltda - Vistos, Mantenho a decisão agravada.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630356-74.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0630383-62.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - REQUERIDO: Odair Salum Marciano e outro - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0630882-46.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas (Amazonas Shopping Center) - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0632583-08.2017.8.04.0001 - Monitória - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Ivestimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos, Analisando os autos verifico que o Autor não emitiu a guia de recolhimento para pagamento das despesas postais. Dessa forma, não há o que falar em atualização do vencimento das custas. Intime-se o Autor para pagar as custas da expedição de carta por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0632663-98.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: e F Vitalli Epp - Vistos, etc Trata-se de pedido de reconsideração à decisão de fls. 72 que indeferiu o pedido de purgação de mora. Acolho o pedido de reconsideração de fls. 79/80 para deferir a purgação da mora, haja vista a informação às fls. 44/50 de que o Requerido vem negociando além do presente contrato o outro financiamento que possui com o banco, bem como o comprovado pagamento das parcelas vencidas, conforme fls. 51/53. Via de consequência, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 72 e os atos dela decorrentes, ficando revogada a medida liminarmente deferida. Defiro, provisoriamente, a gratuidade de justiça, tendo em vista os documentos juntados às fls. 54/61, que aproveitará apenas em relação às custas iniciais e honorários, nos termos do art. 98, § 5º do CPC. Expeça-se mandado de restituição do veículo, com urgência, que ficará condicionado ao pagamento das custas do Oficial de Justiça, mediante boleto a ser obtido diretamente no site do TJAM. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0633078-86.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Ivestimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 15(quinze) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633220-56.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0633357-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0633648-72.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Adminiatradora de Consórcios Ltda - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela

04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD (endereço) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOSE SCALFONE NETO (OAB 73153RJ) - Processo 0633821-28.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Optotal Hoya Ltda - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0634640-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Nonato Neto Carneiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Conforme decisão de fls. 242/245, o pedido de bloqueio no sistema Bacenjud já foi deferido, no entanto, o exequente deve juntar recolhimento de custas.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0635431-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: S.S.M. - Vistos, Defiro pedido de expedição de mandado por hora certa para a busca e apreensão dos documentos, no entanto, informo que é dever do autor acompanhar os autos e se certificar sobre o cumprimento da medida, devendo se dirigir ao oficial de justiça indicado no mandado e providenciar todo suporte logístico necessário para o cumprimento do mesmo.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG) - Processo 0636288-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos Fernando Rezende Soares - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro pedido de expedição de alvará mediante recolhimento de custas. Intime-se ainda o requerido para efetuar o recolhimento das custas finais, com cálculo atualizado em fl. 127, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de bacenjud. Após o recolhimento das custas finais, proceda-se a baixa e arquive-se.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0636807-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Martins Neves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636849-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro pedido de pesquisa via INFOJUD e RENAJUD (localização dos endereços), requerido às fls. 62/64. Custas já recolhidas. Cumpra-se

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0636927-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637127-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0637353-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Joana D'arc Cruz da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.322/326. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0637564-12.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Natalia Santos Pesqueira - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0640495-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Comparece o autor em fls. 142/143, requerendo a citação do requerido por edital para manifestação nos autos. Indefiro o pedido, isso porque a citação por edital não é medida automática. Devem ser empreendidas diligencias mínimas na busca do devedor e seu paradeiro, sendo a citação por edital deferido aos casos em que esgotados as possibilidades de localização. Inteligência na sumula 414 STJ. Seguindo orientação do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e tomando por base determinações aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes de determinar a citação por edital, deve-se buscar o endereço ou verificar o paradeiro do requerido por meio de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, como RENAJUD e SIEL Assim, intime-se o Autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0643062-60.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: MARIA FERNANDA MORETTO (OAB 288353/SP), ADV: RAQUELINE TALITA ALBERTO PEREIRA LOZANO (OAB 317223SP), ADV: CAROLINA RIGOLI ROSSI (OAB 250378/SP) - Processo 0644585-10.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Supley Laboratório de Alimentos e Suplementos Nutricionais Ltda - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0646156-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão

Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Joyce Ieda Batista Galvao - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - Vistos, Intime-se o requerido para efetuar o recolhimento de custas finais, com cálculo atualizado em fl. 198, no prazo de 15 dias, sob pena de bacenjud. Após o recolhimento das custas, proceda-se a baixa e arquive-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0646608-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Portela, Lima & Colen Sociedade de Advogados - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0646754-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Everaldo Sena Pimentel - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça em razão do autor se encontrar desempregado. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE por meio eletrônico, se possuir cadastro, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0646858-88.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: FELICIANO ALMEIDA PINHEIRO (OAB 14093/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0646914-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Arrendamento Rural - REQUERENTE: Marcos Paulo de Araujo - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA (OAB 12836/AM) - Processo 0646955-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edna da Silva Lobato - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça em razão da profissão da autora, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE a autora para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada em momento oportuno. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0647830-92.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro da Glória Pereira - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ALEXANDRE CASTANHA (OAB 134501/SP), ADV: HAIDE MARIA PRESTES BARBOSA (OAB 13081/AM) - Processo 0648503-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Wilvale de Rigo S.a. - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Antonio Marcos Gomes Mesquita, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0650415-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Meiry Jane Martins Pena - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Considerando a retificação do valor acordado, nos termos da decisão de fls. 166. Defiro, o pedido de expedição de Alvará em nome do patrono da parte autora, no valor de R$ 16.391,65. Determino ainda, expedição de Alvará para o perito no valor de R$ 350,00 e a devolução do saldo remanescente para o INSS.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0652834-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Nizael Padilha Cadena - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0654380-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rubens Paiva Assayag - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.232/240. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0655745-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: F.F.S. - Vistos, Considerando manifestação da autora, intime-se o perito para apresentar laudo pericial correto, tendo em vista que o mesmo juntou equivocadamente o laudo pericial de pessoa estranha à lide. Após juntada do laudo, expeça-se alvará em favor do perito.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0658339-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/INFOJUD/SIEL como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor e a apresentação das seguintes informações: -Nome da genitora; -Data de nascimento. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Castanha (OAB 134501/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
ALONCIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 8617/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Raphael Pereira de Araujo (OAB 7359/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Carlos Kimak Segundo (OAB 5002/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos A. Soares da Silva (OAB 1372/AM)
Carlos Eduardo Gomes Pontes (OAB 6777/AM)
Carolina Rigoli Rossi (OAB 250378/SP)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Ap. Vaccari da Silva Freitas (OAB 229036/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
FELICIANO ALMEIDA PINHEIRO (OAB 14093/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Geison José Simões Santos (OAB 37770/PR)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haide Maria Prestes Barbosa (OAB 13081/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Jose Scalfone Neto (OAB 73153RJ)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Lia Carolina Santos da Silva (OAB 6874/AM)

Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Aurélio Bacelar de Souza (OAB 12836/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Fernanda Moretto (OAB 288353/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Natércia Cristina da Silva (OAB 001.741/AM)
Nei de Paula Martins Falcão (OAB 11167/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
Oyama Cezar Rocha Magalhães (OAB 1970/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael cinini dias costa (OAB 152278/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
RAQUELINE TALITA ALBERTO PEREIRA LOZANO (OAB 317223SP)
Reinaldo Luis Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 11706/MA)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Thaís Lina Monteiro do Nascimento (OAB 12156/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Tabal Malheiros (OAB 9193/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424A/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0616919-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: SILVANO ALVES DE LIMA - REQUERIDO: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliarios Ltda - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: ROBERTO RIBEIRO SOLANO (OAB 9315/RO) - Processo 0630890-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Carlos Girão Rego - REQUERIDO: Norberto Borges da Silva - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLA CAROLINE FÉLIX SILVA (OAB 47775/PE) - Processo 0645384-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Hozano Guimaraes Correa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Caroline Félix Silva (OAB 47775/PE)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Roberto Ribeiro Solano (OAB 9315/RO)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0278/2019

ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 001.889/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM) - Processo 0105976-69.2004.8.04.0001 (001.04.105976-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S.A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: GRACIETE DE ABREU CORRÊA (OAB 3412/AM) - Processo 0235870-73.2019.8.04.0001 (processo principal 0638159-79.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: Global Comercio de Eletrodomesticos Ltda - Tratam-se os autos de petição interposta equivocadamente como se ação fosse, não

preenchendo, portanto, os requisitos constantes no art. 319 do CPC, bem como os pressupostos de existência e validade processual. Portanto, não há razão para o andamento destes autos, impondo-se ao caso a aplicação do art. 485, I e IV do CPC, devendo, a parte interessada, peticionar corretamente nos autos principais (n.º 0638159-79.2017.8.04.0001), observando o prazo lá assinalado. Determino o arquivamento definitivo destes autos, com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0235900-11.2019.8.04.0001 (processo principal 0621244-91.2013.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: prudencio andion filho - Recebi hoje no estado. Presentes os requisitos legais e na forma do artigo 133 do Código de Processo Civil, instauro o incidente de desconsideração da personalidade jurídica; Nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil, determino a citação do(s) sócio(s) e da(s) pessoa(s) jurídica(s) elencada(s) no pedido de fls. antecedentes. Cite(m)-se para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar manifestação e requerer as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0600045-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio The Place Business Center - REQUERIDO: Patri Doze Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Construtora Aliança Ltda. - Recebi hoje. Intimem-se as partes sobre as informações prestadas pelo Sr. Perito, laudo pericial complementar de fls. 790/800. Prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0602345-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Vistos e examinados. DEFIRO a expedição de alvará em favor do Exequente para levantamento dos valores pagos pelo Executado em fls. 130/132. Ressalto que a confecção do alvará está sujeita a pagamento, nos termos da Lei n. 4.408/2016 regulamentadora das custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a Tabela 02 - Atos Processuais , item K, onde consta “Expedição de Alvará (POR ATO)”, no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Em razão disso, INTIME-SE o Exequente para providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, com identificação do processo, no prazo de cinco dias. Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para os devidos fins. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0602430-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: C C M- Industria e Comercio de Impermeabilizante e Produtos de Limpeza Eireli - Me e outro - Reportando-me ao pedido de bloqueio da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apreensão do passaporte e cancelamento de cartões de crédito, entendo que os mesmos vão de encontro com o princípio da responsabilidade patrimonial, o qual dispõe que as dívidas devem ser adimplidas com o patrimônio do devedor e não com sua liberdade ou restrição de direitos (art. 789 do CPC). Constato, ainda, que tais diligências não se mostram efetivas para a satisfação da presente execução. À vista disso, indefiro o pedido de fl. 113. Por consequência, conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, determino a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: MAYUMI THERESA BRAGA NISHI (OAB 12665/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0604454-56.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0235969-77.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: Sast Comércio de Equipamentos e Serviços de Telefonia e Informática Eireli-me (Loja Oi) - Luiz Amadeu Teixeira - Rejane de Almeida Souto Teixeira e outro - Nos termos do artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil, autorizo o desbloqueio de valores, tendo em vista a impenhorabilidade do salário da executada, Rejane Almeida. No tocante ao executado, Sr. Luiz Amadeu Teixeira, verifico que na condição de fiador tem direito que a execução seja direcionada ao devedor originário (SAST COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇO DE TELEFONIA E INFORMÁTICA EIRELI-ME (LOJA OI), antes da constrição determinada, nos termos do artigo 827 do Código Civil. Forte nas razões que precedem, defiro a autorização de desbloqueio de valores pertencentes ao fiador, Sr. Luiz Amadeu Teixeira, observada a menor gravosidade ao executado. Intimem-se as partes/interessados, intimando o credor para requerer, caso seja de seu interesse, outras medidas necessárias à satisfação de seu crédito. Cumpra-se.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0606539-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda - DEFIRO o pedido de fl. 64. Expeça-se ofício. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL PAIVA MARTINS OLIVEIRA (OAB 7033/AM), ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM), ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM) - Processo 0607802-53.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0719498-36.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERIDO: Francisco das Chagas Menezes Silvano - Recebi hoje. Designo 24 de setembro de 2019, às 10h, para realização da diligência referida na petição de fl. 345. Verifico que já houve o recolhimento das despesas com diligências. Publique-se na imprensa oficial. Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0609306-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Israel Vieira Barros - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0609774-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ocrim S.A Produtos Alimenticios - Reporto-me ao de fls. 123/125, no qual o Exequente solicita a suspensão dos presentes autos para aguardar o desfecho do processo no qual fora deferida penhora no rosto dos autos. Pois bem. Observo que a referida penhora fora realizada no processo sob o n.º 0243966-29.2009.8.04.0001, em trâmite na 1ª Vara Cível

e de Acidentes de Trabalho, e o mesmo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, razão pela qual, defiro o pedido de fls. 123/125, para determinar a suspensão dos presentes autos até ulterior decisão daquele juízo. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613650-84.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Verifica-se que a intimação para pagamento voluntário do débito deu-se no mesmo endereço onde o parte Executada fora citado na fase de conhecimento, todavia, a diligência restou infrutífera, pois fora constatado no Aviso de Recebimento de fl. 151 como motivo de devolução "mudou-se". Cediço que, nos termos do parágrafo único, do art. 274, do CPC, presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega de correspondência no primitivo endereço. Dessa forma, é perfeitamente aplicável o dispositivo em comento neste processo, tendo em vista que a parte Executada não informou qualquer tipo de mudança temporária ou definitiva, sendo está comunicação, de sua responsabilidade. Ademais, o § 3.º, do art. 513 do CPC prevê que a intimação do devedor para pagamento voluntário do débito também deve observar o referido dispositivo. Diante do exposto, INDEFIRO os pedidos de fls. 152/162, considerando válida a intimação da Executada, sendo, portanto, desnecessária a intimação do sócio Kauê Sanches Pinheiro para o pagamento da dívida, bem como a citação do Sr. Edney da Costa Moçambite na condição de avalista. Oportunamente, aguarde-se o decurso do prazo para pagamento voluntário do débito e/ou apresentação de impugnação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0614263-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nelson Vaz Magalhães Filho - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0614939-91.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: João Batista Arruda - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a Executada para pagar voluntariamente o montante da condenação nos termos do art. 523 do CPC, acrescidas das custas, se for o caso, no prazo de quinze dias. Na hipótese de não haver pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que a Executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. (art. 525 do CPC). Por conseguinte, expeça-se mandado de despejo à Executada, para proceder com a desocupação voluntária do imóvel, no prazo de quinze dias, sob pena de despejo coercitivo. Ressalta-se que o Exequente é beneficiário da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0615488-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Joana Lima de Carvalho - Vistos e examinados. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. REMETAM-SE os Autos ao CEJUSC, considerando sua competência para realização da audiência de conciliação/mediação, devendo expedir as intimações necessárias. CITE-SE a Requerida para apresentar Contestação, no prazo de quinze dias, nos termos do art. 335, do CPC, sob pena de revelia e confissão, conforme art. 344, do CPC. DEFIRO, ainda, a inversão do ônus da prova na forma do CDC. MANIFESTAR-ME-EI acerca do pedido liminar após a Contestação da Requerida. INTIME-SE a Requerida eletronicamente, tendo em vista estar cadastrado no sistema de intimações eletrônicas, nos moldes do §1.º do art. 246 do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0615770-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriel Elias Silva dos Santos - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de cinco dias.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0616108-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda (Manaus Plaza Shopping) - EXECUTADO: Msm Comercio de Roupas e Acessórios Ltda (Nome Fantasia: Blessy) e outros - Ante o exposto, Diante do exposto, CONHEÇO a presente Exceção de Pré-Executividade para no mérito ACOLHÊ-LA, declarando as citações nulas dos Executados, concedendo-lhes prazo de quinze dias, a contar da publicação desta decisão, para, querendo, opor embargos à execução. À Secretaria para tornar sem efeito a certidão de fl. 141. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0617711-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marta Fabia Gusmão - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EVERSON DE LIMA CONCEIÇÃO (OAB 7002/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM) - Processo 0620332-55.2017.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERIDO: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - Idesam - Considerando o disposto na petição de fl. 862, determino que os valores sejam pagos da seguinte forma: a 1.ª parcela, no valor de R$ 1.491,67 (mil quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos) deve ser paga no prazo de cinco dias, o restante será divido em cinco parcelas de R$ 1.491,67 (mil quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos), as quais devem ser depositadas na conta indicada pelo Sr. Perito à fl. 865 até o dia dez de cada mês, bem como devidamente comprovadas nestes autos, sob pena de penhora online. Intime-se o Requerido para que proceda o depósito da primeira parcela, ressaltando que o não pagamento dentro do prazo estipulado, implicará na preclusão da prova pericial. Intimem-se as partes para a formulação de quesitos e apresentação de assistentes técnicos, no prazo de quinze dias. Após a comprovação do pagamento e a apresentação dos quesitos e assistentes técnicos, intime-se o Sr. Perito para que apresente data e hora para a realização da perícia. Autorizo o Sr. Perito a não apresentar o laudo até que seja integralizado o valor do débito, ou seja, até que ocorra a comprovação do depósito total dos seus honorários. Cumpra-se.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0621155-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

- REQUERENTE: Telmo Costa Barros - De ordem, fica intimada a parte Autora para recolher as despesas dos correios ou das diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se o necessário.

ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0621202-03.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra e outro - De ordem, proceda-se a consulta de endereços ao Sistema de Informações Eleitorais - SIEL. Custas pagas às fls. 207/209.

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM) - Processo 0627518-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Leidimar dos Santos Cota - Considerando a competência atribuída às Varas da Fazenda Pública para processar e julgar as ações em que forem demandados Municípios do Estado do Amazonas ou Municípios de outros Estados-membros da Federação, conforme disposto no art. 152, VI, da L.C 17/97, com alteração dada pela L.C. n.º 190/2018, declino da competência, ex vi do art. 64, §1.º, do CPC, e determino, por conseguinte, a remessa dos presentes autos a uma das Varas da Fazenda Pública, com a devida baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: TATIANA CORREA DE QUEIROZ (OAB 7215/AM), ADV: PALOMA DE SOUZA SICSÚ (OAB 7186/AM), ADV: EDÍLSON BATISTA DE MENEZES JÚNIOR (OAB 1279A/AM) - Processo 0627672-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Talita Tufi Amim Litaiff - REQUERIDO: Artsy Superficies Solidas - Primma Comércio de Móveis Ltda (ornare) - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações e documentos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0636102-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mylene Maria Bonates da Silva - Da análise da exordial, verifico que a parte Autora requereu, liminarmente, o cancelamento do protesto e a não suspensão do fornecimento de energia elétrica na sua unidade consumidora. Entretanto, não houve fundamentação para o pedido. Assim, assino o prazo de quinze dias para que a Autora fundamente o pedido, para fins de melhor apreciação da liminar. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: ROSELY DA COSTA TRIBUZY (OAB 3440/AM) - Processo 0637036-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gerfran Carneiro Moreira - O Magistrado concedeu tolerância de quinze minutos para que a parte requerida se fizesse presente, restando frustrada a tentativa. Fica prejudicada qualquer proposta de conciliação, em razão da ausência injustificada da parte requerida, no qual o Magistrado concedeu prazo de cinco dias para que a instituição financeira apresente justificativa da ausência dos seus representantes legais, sob pena de aplicação de multa, sem prejuízo do prazo para defesa (contestação) em curso nos termos da decisão interlocutória de fls. 144/145 dos autos.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0637845-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda - Recebi hoje. Intime-se a parte autora sobre o documento de fl. 68. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0638105-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o requerimento de fl. 62, HOMOLOGO a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. INDEFIRO o pedido de expedição de ofício ao DETRAN, tendo em vista que não houve bloqueio judicial. Custas pagas às fls. 50/51. Proceda-se a baixa.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM), ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM) - Processo 0645795-96.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: José Maria Santiago Leite - Tendo em vista que o pedido de desconsideração da personalidade jurídica deve ser instaurado através de incidente processual, apartado dos autos principais, nos termos do art. 133 e seguintes do CPC, intime-se o Requerente para proceder à correta distribuição do feito, no prazo de quinze dias. Encaminhem-se os autos à Secretaria para que proceda com o desentranhamento da petição de fls. 79/83. No que tange a consulta de endereços realizada, informo que tal consulta somente refere-se ao Requerido A M Comercio de Vidros Ltda, portanto, intime-se o Autor para, no prazo de dez dias, manifestar-se acerca da respostas dos sistemas às fls. 84/87 ou promover outras diligências que entender cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM) - Processo 0646365-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Benedicto Cruz Lyra - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR que o Requerido, no prazo de 24h, custeie de imediato o procedimento completo solicitado e descrito pela Médica no Laudo anexo (Home Care/Atendimento domiciliar) que inclui: a) acompanhamento nutricional (visita do nutricionista semanal); b)acompanhamento de enfermagem (visita do enfermeiro semanal); c) acompanhamento de fisioterapia motora e respiratória 2x ao dia e Técnico de Enfermagem para manipulação de medicações, acompanhamento das dietas/refeições e cuidados diários em tempo integral nas 24 horas do dia; d) oxigênio domiciliar e ventilação não invasiva, quando necessário; e) dieta enteral por sonda nasoentérica, quando necessário; f) exames, inclusive laboratoriais, procedimentos e aplicação de medicações injetáveis, em ambiente domiciliar, quando necessário; g) remoção do paciente para consultas, exames e procedimentos em ambientes hospitalar ou emergência; h) fornecimento de equipamentos e mobiliários hospitalares, medicamentos, materiais e insumos necessários essenciais ao tratamento do paciente. FIXO a multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a 20 (vinte) vezes. DEFIRO a inversão do ônus da prova na forma do CDC e da Súmula 469 do STJ. CITE-SE/INTIME-SE o Requerido para oferecer contestação no prazo de quinze dias, bem como para cumprimento da liminar. Expeça-se mandado para os devidos fins. Custas da diligência pagas (fls. 60/63). Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se, COM URGÊNCIA.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646822-46.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Izalene Alves Ferreira - Vistos e examinados. Considerando a competência atribuída às Varas da Fazenda Pública para processar e julgar as ações em que forem demandados Estados-membros da Federação, conforme disposto no art. 152, V, da L.C 17/97, com alteração dada pela L.C. n.º 190/2018, declino da competência, ex vi do art. 64, §1.º, do CPC, e determino, por conseguinte, a remessa dos presentes autos a uma das Varas da Fazenda Pública, com a devida baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647255-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Helen Braz da Silva - Vistos e examinados. Em consulta ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que esse Processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da Ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do Processo n.º 0656561-77.2018.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, já que, na exordial de cada Processo estão mencionados partes, causas de pedir e pedidos diferentes. Deste modo, não há que se falar em distribuição por vinculação nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes Autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente/automática, em atenção ao princípio do juiz natural. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edílson Batista de Menezes Júnior (OAB 1279A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
Everson de Lima Conceição (OAB 7002/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Graciete de Abreu Corrêa (OAB 3412/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Israel Paiva Martins Oliveira (OAB 7033/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mayumi Theresa Braga Nishi (OAB 12665/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 001.889/AM)
Paloma de Souza Sicsú (OAB 7186/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rosely da Costa Tribuzy (OAB 3440/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tatiana Correa de Queiroz (OAB 7215/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0291/2019

ADV: JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS (OAB 9872/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0600107-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rozivane Fonseca da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.122/125 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600318-89.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM), ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM), ADV: CLEUZA ANNA COBEIN (OAB 30650/SP), ADV: DARCI NADAL (OAB 30731/SP), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: CLARA DE MARIA SOUZA DO VALE (OAB 14493/AM) - Processo 0603350-29.2018.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: NV Indústria Comércio e Construção Ltda. e outros - INTSSADA: Município de Manaus - Andressa de Castro Pampolha - Jorge Rafael Cabrera Rojo - Anderson Guerreiro Tavares - IVALNEI DA CRUZ GOMES - Banco Caterpillar S/A - Domingos Sávio Pinto Dias - Manuel de Jesus Rodrigues e outros - Por todo o exposto, concluo que merece ser confirmada a decisão que tornou sem efeito o deferimento do processamento da recuperação judicial, às fls. 714/716. Em ato contínuo, acolho o parecer do Ministério Público Estadual, contido às fls. 766/774 e 1953/1957, e decido por convolar a presente recuperação judicial em falência das sociedades empresárias NV Indústria Comércio e Construção Ltda e Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda, com supedâneo no art. 73, parágrafo único, parte final, da Lei n.º 101.105/2005. Adiante: a) determino o imediato afastamento das sociedades empresárias de suas atividades, nos termos do art. 75 da Lei n.º 101.105/2005; b) decido por manter o administrador judicial, Dr. Walter Lara Souto, devendo ser intimado pessoalmente, para que

em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena de substituição (arts. 33 e 34). c) aceitando o encargo, deverá apresentar nova proposta de honorários, no prazo de 5 (cinco) dias, observando o que prescreve o art. 24, §§ 2º e 3º, da Lei de Regência, em especial no que pertine à reserva de 40% para pagamento após a prestação e julgamento de suas contas. d) fixo como termo inicial da falência a data de 26/01/2017, porquanto correspondente ao 90 (noventa) dias anteriores ao requerimento de recuperação judicial, ex vi art. 99, inc. II, da Lei de Regência; e) determino a publicação pela Secretaria da 1ª Unidade de Processamento Judicial - UPJ, no Diário de Justiça Eletrônico - DJe, de edital contendo a íntegra da presente decisão e a relação de credores indicada pelas Falidas às fls. 1612/1631, excluídos os credores da sociedade Auto Posto Nogueira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda; f) determino que eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados no edital acima mencionado sejam dirigidas, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Administrador Judicial, exclusivamente, na forma do §1º, do art. 7º da Lei de Regência; g) transcorrido o prazo de habilitação ou divergência, determino que o Administrador Judicial faça publicar novo edital contendo a relação de credores no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º da Lei de Regência terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração da relação; h) determino a suspensão de todas as ações ou execuções em face das falidas, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§1º e 2º do art. 6º, da Lei de Regência; i) proíbo a prática de qualquer de disposição ou oneração de bens das falidas, submetendo-os, preliminarmente, à autorização judicial; j) determino ao Registro Público de Empresas que proceda à anotação da falência no registro das devedoras, para que conste a expressão “Falido”, a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei de Regência; k) determino a expedição de ofícios aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem a existência de bens e direitos da falidas; e l) determino a intimação do Ministério Público e a expedição de cartas às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que os devedores tiverem estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608455-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: RAIMUNDA TEIXEIRA CORTEZ e outro - REQUERIDO: ENIPEU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CAPITAL ROSSI) - INPAR PROJETO 50 SPE LTDA - EXPEÇA-SEmandado de penhora e avaliação,indicado às fls. 681/682, no limite e suficiente pra garantir o pagamento no do valor da execução devendoo Sr. Meirinho observar os termos do artigo 840do CPC, , fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, lavrando-se o respectivoauto outermo. Demonstrado o interesse na adjudicação,intime-se a parte executada, na forma do art. 876, §1º do CPC, para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo manifestação no prazo retro,ficaa adjudicaçãodesde já deferidaem favor da parte exequente.Lavre-se, em seguida, o auto de adjudicação, intimando-se o(a) adjudicante para assiná-lo.Caso o bem possua valor superior ao do crédito exequendo,atualize-se o débito, intimandoa parte requerente da adjudicaçãopara promover o depósito da diferença, nos termos do art.876, §4º do CPC.Somente após o depósito,EXPEÇA-SE carta de adjudicação e mandado de imissão na posse do bem imóvel,cientificandoocredorque, de posse do bem adjudicado, deverá informar nos autos se a obrigação está satisfeita, sob pena de, no seu silêncio, assim ser considerado.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611259-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Banco Bradesco S/A em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613035-31.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0613594-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Consórcio - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0619378-77.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0627055-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Stefferson Carneiro de Medeiros - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 12002/MS), ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 5630-A/TO) - Processo 0628359-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas (recolhendo, também, as de penhora e avaliação - item III da tabela) da(s) diligência(s) do oficial de justiça, necessárias à prática do ato processual, e junte comprovante de recolhimento, ou informe se há interesse somente na citação do executado.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP), ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 1223A/AM) - Processo 0629446-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Geraldo Jose Fragoso - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 4562A/TO), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0633528-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Roselene Silva de Lima - REQUERIDO: Banco Crefisa S.a. (Nova Denominação do Banco Bpn Brasil S/a) - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0635931-34.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0622069-93.2017.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0636833-84.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA (OAB 5174RO) - Processo 0643783-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Central Pec Comercio e Representacoes de Produtos Agropecuários Ltda - O Requerente Central Pec Comercio e Representacoes de Produtos Agropecuários Ltda, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Monitória/PROC em face de Mauro Leda de Araujo e Mauro Leda de Araújo, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de DESISTÊNCIA DA AÇÃO, conforme o petitório de fls. 32. Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Custas pagas pelo autor. Havendo pendência em relação ao pagamento das custas judiciais, intime-se a parte desistente para, no prazo de 10 (dez) dias, fazer juntada do comprovante de pagamento. Não realizado pagamento, expeça-se certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017 c/c Provimento nº 228/2014. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Observadas as cautelas devidas, dê-se baixa, independente do trânsito em julgado. P. R. I. C.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0645357-36.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0661212-55.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0715513-59.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gabriel Alberto Marquez Franco e outro - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - De ordem, intimo a parte interessada (Exequente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás).

Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Clara de Maria Souza do Vale (OAB 14493/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleuza Anna Cobein (OAB 30650/SP)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 12002/MS)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 5630-A/TO)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Darci Nadal (OAB 30731/SP)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando Moreira Drumond Teixeira (OAB 108112/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Carlos padilha dos santos (OAB 9872/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
João Francisco Alves Rosa (OAB 1223A/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 4562A/TO)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mirelly Vieira Macedo de Almeida (OAB 5174RO)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0292/2019

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: CLARA DE MARIA SOUZA DO VALE (OAB 14493/AM), ADV: CLEUZA ANNA COBEIN (OAB 30650/SP), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: DARCI NADAL (OAB 30731/SP), ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM) - Processo 0603350-29.2018.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: NV Indústria Comércio e Construção Ltda. - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Auto Posto Nogueira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. - TERCEIRO I: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região - INTSSADO: Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Amazonas - PFN/AM - Município de Manaus - SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda - Estado do Amazonas - Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus/AM - Andressa de Castro Pampolha - Exmª Drª LIA MARIA GUEDES DE FREITAS(MAGISTRADA) - ADMINISTRA: Walter Lara Souto - INTSSADO: Jorge Rafael Cabrera Rojo - Anderson Guerreiro Tavares - IVALNEI DA CRUZ GOMES - Alessandra da Silva Guerrero - Banco Caterpillar S/A - Domingos Sávio Pinto Dias - Manuel de Jesus Rodrigues - Por todo o exposto, concluo que merece ser confirmada a decisão que tornou sem efeito o deferimento do processamento da recuperação judicial, às fls. 714/716. Em ato contínuo, acolho o parecer do Ministério Público Estadual, contido às fls. 766/774 e 1953/1957, e decido por convolar a presente recuperação judicial em falência das sociedades empresárias NV Indústria Comércio e Construção Ltda e Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda, com supedâneo no art. 73, parágrafo único, parte final, da Lei n.º 101.105/2005. Adiante: a) determino o imediato afastamento das sociedades empresárias de suas atividades, nos termos do art. 75 da Lei n.º 101.105/2005; b) decido por manter o administrador judicial, Dr. Walter Lara Souto, devendo ser intimado pessoalmente, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena de substituição (arts. 33 e 34). c) aceitando o encargo, deverá apresentar nova proposta de honorários, no prazo de 5 (cinco) dias, observando o que prescreve o art. 24, §§ 2º e 3º, da Lei de Regência, em especial no que pertine à reserva de 40% para pagamento após a prestação e julgamento de suas contas. d) fixo como termo inicial da falência a data de 26/01/2017, porquanto correspondente ao 90 (noventa) dias anteriores ao requerimento de recuperação judicial, ex vi art. 99, inc. II, da Lei de Regência; e) determino a publicação pela Secretaria da 1ª Unidade de Processamento Judicial - UPJ, no Diário de Justiça Eletrônico - DJe, de edital contendo a íntegra da presente decisão e a relação de credores indicada pelas Falidas às fls. 1612/1631, excluídos os credores da sociedade Auto Posto Nogueira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda; f) determino que eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados no edital acima mencionado sejam dirigidas, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Administrador Judicial, exclusivamente, na forma do §1º, do art. 7º da Lei de Regência; g) transcorrido o prazo de habilitação ou divergência, determino que o Administrador Judicial faça publicar novo edital contendo a relação de credores no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º da Lei de Regência terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração da relação; h) determino a suspensão de todas as ações ou execuções em face das falidas, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§1º e 2º do art. 6º, da Lei de Regência; i) proíbo a prática de qualquer de disposição ou oneração de bens das falidas, submetendo-os, preliminarmente, à autorização judicial; j) determino ao Registro Público de Empresas que proceda à anotação da falência no registro das devedoras, para que conste a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei de Regência; k) determino a expedição de ofícios aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem a existência de bens e direitos da falidas; e l) determino a intimação do Ministério Público e a expedição de cartas às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que os devedores tiverem estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência. P.R.I.Cumpra-se.

Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Clara de Maria Souza do Vale (OAB 14493/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleuza Anna Cobein (OAB 30650/SP)
Darci Nadal (OAB 30731/SP)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0289/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0004770-41.2006.8.04.0001 (001.06.004770-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0251710-31.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Manoel Odivaldo Ferreira Almeida - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, na fase de cumprimento de sentença, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0349095-91.2007.8.04.0001 (001.07.349095-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ayub Mussa Neto - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca da certidão de fls.352, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0603940-06.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Gilmar Gomes da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0606823-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro Acidentes do Trabalho - REQUERENTE: Jose de Sá Carneiro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68,, CRM 2346AM - 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 10:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0607179-23.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: RENE ANDRADE DOS SANTOS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c o art. 1º, § 2º, da Portaria nº 2072/2016-PTJ, intimo a parte interessada para que: 1) proceda à gravação dos respectivos autos em mídia (cd-rom), acompanhado do ofício requisitório expedido e documentos constantes do art. 18, §1º da Resolução n 003/2014 desta Egrégia Corte e; 2) compareça neste Juízo para entrega da referida mídia para fins de remessa para o Setor de Precatório do Tribunal de Justiça.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0612936-56.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: MARCO AURELIO MARCHIORI (OAB 199440/SP) - Processo 0614096-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Fernandes Comercio e Representacoes Ltda - REQUERIDO: A. P. Factoring Fomento Mercantil Eireli - Epp e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADELCI MARIA IANNUZZI MENDONÇA (OAB 1214/AM), ADV: ADRIANNE ANTONY GONÇALVES (OAB 3399/AM), ADV: RAQUELINE FARIAS DA SILVA MOREIRA (OAB 9489/AM), ADV: ELIZANDRA LITAIFF LEONARDO (OAB 4669/AM), ADV: ALCIAN PEREIRA DE SOUZA (OAB 5266/AM), ADV: WALESKA DE SOUSA PINHEIRO COÊLHO GARCÊS (OAB 11357/AM), ADV: FRANCINETE MATOS DE MELO (OAB 4809/AM) - Processo 0621088-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seção Cível - REQUERENTE: SEBRAE/AM - REQUERIDA: Associação Natucuidar e outro - Tendo em vista a manifestação do perito de fls. 469, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente(s) para que cumpram, no prazo de 05 (cinco) dias, a decisão interlocutória de fls. 462, na parte cujo teor segue abaixo: “Após a juntada da atualização, intime-se a parte autora para recolher o respectivo valor.”

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627187-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sidney Morais Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 18/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0630856-82.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (FL. 214) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas

judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0633019-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Thiago da Costa Lemos - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vida, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 11:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0633935-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jaqueline Rodrigues de Arruda - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 14:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM) - Processo 0634568-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Felipe Cardoso - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0636883-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wagner da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 15:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0638828-98.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: Rosineide do Nascimento Chaves - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro

- Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que tome ciência da petição de fls. 202/210, e se manifeste, caso queira.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644220-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que o comprovante de recolhimento de custas iniciais às fls.51/54 não se refere a estes autos. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha corretamente as custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Adelci Maria Iannuzzi Mendonça (OAB 1214/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adrianne Antony Gonçalves (OAB 3399/AM)
Alcian Pereira de Souza (OAB 5266/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Elizandra Litaiff Leonardo (OAB 4669/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
FRANCINETE MATOS DE MELO (OAB 4809/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marco Aurelio Marchiori (OAB 199440/SP)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raqueline Farias da Silva Moreira (OAB 9489/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
WALESKA DE SOUSA PINHEIRO COÊLHO GARCÊS (OAB 11357/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0290/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0601348-28.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilton Pereira da Silva - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI - INCORPORADORA SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDAc - SPE AREIA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda indenizatória ajuizada por Nilton Pereira da Silva, em face de CAPITAL ROSSI - INCORPORADORA SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a fim de condenar as rés solidariamente ao pagamento de indenização por lucros cessantes cujo valor arbitro, para o período de mora (novembro de 2012 [fls. 43] até outubro de 2014 [fls. 38]), em 0,5% sobre o montante atualizado do contrato, com juros legais desde a citação inicial. Improcedentes os demais pleitos, nos termos da fundamentação. Havendo sucumbência recíproca, as custas deverão ser rateadas entre as partes. Fixo a verba de patrocínio em 10% sobre o valor da condenação, devendo cada uma das partes pagar o referido montante aos causídicos da parte adversa. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereçoeletrônico:(http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0615247-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Telma Nunes da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616283-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Michel Anderson Menezes Leite - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - R.H. Defiro o pedido de fls. 350, publique-se a presente decisão, e após o decurso in albis do prazo recursal, ou ainda na hipótese de agravo, não tendo sido atribuído efeito suspensivo, autorizo, desde já a expedição do alvará em nome do Patrono habilitado nos autos com poderes para tal. Cumpra-se.

ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM) - Processo 0618629-60.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: PAULO JORGE BOTELHO DOS SANTOS - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados no bojo da demanda monitória intentada pela MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A, em face de Adriano José leitão Tavares, nos termos da fundamentação supra, para condenar a parte ré/embargante ao pagamento do quantum equivalente às parcelas mensais inadimplidas por força do contrato de empréstimo consignado celebrado com a parte autora, com incidência de juros e correção monetária desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Custas e honorários advocatícios pela ré/embargante, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM) - Processo 0619490-46.2015.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: T.A. - REQUERIDO: O.I.E. - Indefiro o pedido de fls. 199/201, uma vez que a fase instrutória se encontra encerrada. Permaneçam os autos na fila de sentença.

ADV: HUGO FERNANDES MARQUES (OAB 106674/SP), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0623945-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - REQUERIDO: J.W.P.A. - determino o desbloqueio do veículo objeto da lide, com base no art. 3º, § 9º do Decreto-Lei 911/69, uma vez que foi cumprida a liminar de busca e apreensão.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626637-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Roseilton de Souza Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R.H. Tratam, os presentes autos de restabelecimento de benefício previdenciário e posterior conversão em aposentadoria por invalidez. Foi realizada perícia médica por ser indispensável para o deslinde do caso, laudo às fls. 72/80, que apontou não ser caso de invalidez oriunda de acidente de trabalho. b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID). Omalgia m75. c) Causa provável da(s) doença / moléstia(s) /incapacidade. Doença adquirida. d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Não, há presunção de NTEP entre o CID e o CNAE da empresa, conforme a lista C do anexo II do decreto 3048/99. e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou Não há nos autos provas de acidente do trabalho. f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão. Não, a anamnese e exame físico não mostram incapacidade para o último trabalho Exercido. Ressalto que não consta dos autos CAT . Quanto à divergência entre laudo particular e laudo oficial: Na hipótese de divergência entre o laudo trazido pelas partes e aquele realizado pelo Perito do Juízo, a jurisprudência orienta no sentido de dar prevalência ao laudo elaborado pelo perito judicial, em razão da presumida imparcialidade, por estar distante do interesse das partes. Nesse sentido a Jurisprudência dos Tribunais: AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. COBERTURA PARA O CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL). LAUDO PERICIAL JUNTADO PELO AUTOR DANDO CONTA DA OCORRÊNCIA DE INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE. PERÍCIA JUDICIAL CONCLUSIVA NO SENTIDO DE QUE NÃO RESULTOU INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DO SINISTRO. DIVERGÊNCIA ENTRE O LAUDO MÉDICO APRESENTADO PELO AUTO E A PERÍCIA JUDICIAL. PREVALÊNCIA DO LAUDO OFICIAL. AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA ACERCA DA INVALIDEZ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Ocorrendo divergência entre o laudo médico juntado pelo autor e a perícia realizada por perito nomeado pelo juízo, que concluiu não haver resultado nenhuma invalidez decorrente do acidente, deve prevalecer o Laudo Oficial, por estar este profissional distante do interesse das partes. (TJ-SC - AC: 373598 SC 2011.037359-8, Relator: Saul Steil, Data de Julgamento: 16/08/2011, Terceira Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Blumenau) PREVIDENCIÁRIO ? RESTABELECIMENTO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ? QUADRO PATOLÓGICO INCAPACITANTE RECONHECIDO PARA FUNÇÕES QUE EXIJAM ESFORÇO FÍSICO - AUTOR ATUANDO COMO ADVOGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - LAUDOS MÉDICOS APRESENTADOS PELO AUTOR ATESTANDO SUA INCAPACIDADE TOTAL - DIVERGÊNCIA DE LAUDOS - PREVALÊNCIA DO LAUDO OFICIAL. 1. Estando comprovada por laudo médico oficial a incapacidade do autor somente para o exercício de trabalhos que exijam esforço físico e comprovado seu retorno ao trabalho em outra atividade, com trabalhos exclusivamente jurídicos, uma vez que se encontra regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, deve ser mantida a sentença que julgou improcedente pedido de restabelecimento da aposentadoria por invalidez. 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, havendo divergência entre o laudo oficial com o laudo do assistente técnico, prevalece a conclusão do laudo oficial, se não há elementos de convicção a infirmá-lo. 3. Apelação a que se nega provimento. (TRF-1 - AC: 43407 MG 2001.38.00.043407-2, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO, Data de Julgamento: 19/08/2009, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 01/09/2009 e-DJF1 p.17) Pelas regras de competência, casos de auxílio doença e sua conversão em aposentadoria são decididos pela Justiça Federal. Consoante dispõem os arts.108,IIe 109, I, ambos da Constituição Federal, é da competência da Justiça Federal julgar por seus tribunais os recursos das causas que tratem de matéria federal. Também nesse sentido a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CAUSA DE PEDIR QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DA POSTULAÇÃO, E NÃO ACIDENTÁRIA. VARA DISTRITAL. COMARCA SEDE DE VARA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. Na forma dos precedentes desta Col. Terceira Seção, "É da competência da Justiça Federal o julgamento de ações objetivando a percepção de benefícios de índole previdenciária, decorrentes de acidentes de outra natureza, que não do trabalho. In casu, não restou comprovada a natureza laboral do acidente sofrido pelo autor." (CC 93.303/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/10/2008, DJe 28/10/2008). Ainda no mesmo sentido: CC 62.111/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/3/2007, DJ 26/3/2007, p. 200. 2. Ainda em acordo com a posição sedimentada pelo referido Órgão, "Inexiste a delegação de competência federal prevista no 109, § 3º, da CF/88, quando a comarca a que se vincula a vara distrital sediar juízo federal. Inaplicabilidade, na espécie, da Súmula nº 3/STJ (Precedentes da 1ª e 3ª Seções desta e. Corte Superior)." (CC 95.220/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/9/2008, DJe 1º/10/2008). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 118.348/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 29/02/2012, DJe 22/03/2012) Desta forma, com arrimo no artigo 64, § 1º do Código de Processo Civil c/c artigo 109, I da Constituição Federal, reconheço a incompetência absoluta deste Juízo para o julgamento da causa e DETERMINO, via de consequência, a remessa dos presentes autos a uma das Varas da Justiça Federal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627187-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sidney Morais Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Trata-se de ação para o restabelecimento de benefício previdenciário. A parte Requerente peticionou às fls. 72/75, requerendo o aproveitamento de prova pericial médica realizada os autos 0628469-55.2019, que foi extinto sem julgamento de mérito. Tendo em vista que já foi determinada a produção de prova pericial, e estando os autos com o CEJUSC para fins de agendamento da perícia, determino a Secretaria entre em contato com o CEJUSC que informe se a nova perícia já foi realizada, caso contrário, admito a prova produzida perante a nos autos do processo 0628469-55.2019, na modalidade emprestada, segundo dicção do artigo 372, da Lei do Rito Civil. A denominada prova emprestada passa a integrar este feito na forma documental, em prestígio aos princípios da celeridade, da economia processual e aproveitamento de provas. Cite-se para a requerida para que apresente contestação no prazo de 15 dias. Tendo em vista que a prova pericial foi produzida nos autos 0628469-55.2019 e não havendo comprovação de depósito dos valores dos honorários periciais naqueles autos, determino ao INSS que proceda ao recolhimento dos honorários do perito neste processo. Após a comprovação do pagamento dos honorários do perito, expeça-se alvará em nome do perito nomeado naqueles autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0627548-09.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: BENEDITO SENA E SILVA - REQUERIDO: LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - R.H. Compulsando os autos verifico que o endereço informado pela parte Autora na inicial não existe, impossibilitando a intimação pessoal para fins de manifestação de interesse no prosseguimento do feito. Verifico, ainda, que foi intimado o Patrono da parte Requerente para que informasse o endereço correto e completo do seu constituinte, e que este deixou transcorrer in albis o prazo para manifestação. Por fim, verifico que, não há manifestação do autor nos autos desde 10/04/2019. Intime-se o réu para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do abandono da causa pela parte autora, tudo com base no §6º do art. 485 do CPC, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: NANCY CASTRO SEGADILHA (OAB 8575/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0629104-12.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: JONATHAN ALVES GALDINO - JACKELINE ALVES GALDINO - REQUERIDO: CONSTRUTORA CAPITAL S/A - CITERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ARETUSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos no ventre da demanda de rescisão contratual ajuizada por JONATHAN ALVES GALDINO e JACKELINE ALVES GALDINO, em face de CONSTRUTORA CAPITAL S/A, CITERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e ARETUSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com vistas a decretar a rescisão da promessa de compra e venda entabulada entre as partes, bem assim condenar as rés a restituirem aos autores, de forma una e imediata, a integralidade do montante por estes despendido durante o desenlace contratual, acrescido de juros, desde a citação inicial, de correção monetária, a partir de cada desembolso efetuado. Condeno as requeridas, ainda, ao pagamento de R$ 15.000,00 a titulo de dano moral, com juros de moral a partir da citação inicial e correção monetária a partir da presente deliberação. Havendo a requerente decaído de um terço dos pedidos, condeno as rés ao pagamento de dois terços das custas processuais. Quanto aos honorários advocatícios, fixo a verba de patrocínio em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, com suporte no art. 85, §2º, do CPC, sendo que os requerentes deverão providenciar o pagamento de um terço de tal quantia aos patronos dos réus, enquanto que os demandados ficarão incumbidos do adimplemento de dois terços de tal montante à causídica dos autores. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereçoeletrônico:(http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.Intimem-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: SIMONE DOS SANTOS SANTANA (OAB 12082/AM), ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM) - Processo 0629873-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: João Batista da Silva Fereira - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados no bojo da demanda monitória intentada pela MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A, em face de João Batista da Silva Ferreira, a fim de reconhecer a prescrição da pretensão de cobrança das obrigações de trato sucessivo vencidas antes de 13/06/2014 (parcelas 01/15 do negócio pactuado, conforme memória de fls. 37/39). No mais, condeno a parte ré/embargante ao pagamento do quantum equivalente às parcelas mensais inadimplidas nos contratos de empréstimo consignado celebrados com a parte autora, com incidência de juros e correção monetária desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Custas e honorários advocatícios pela ré/embargante, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, posto que a parte autora decaiu de parte mínima do pedido. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: ALEX DE SOUZA ABREU (OAB 27439/CE), ADV: MÁRCIO VALFREDO BESSA (OAB 237864/SP), ADV: GRAZZIANO MANOEL FIGUEIREDO CEARÁ (OAB 241338/SP) - Processo 0631527-71.2016.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: BR Towers SPE 1 S/A - REQUERIDA: Paróquia Nossa Senhora dos Remédios - R.H. Em razão da petição de fls.103, determino a suspensão do processo, pelo prazo solicitado. Decorrido o prazo de suspensão, sem manifestação, intime-se a parte interessada, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0635186-25.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: ELCINEI LIMA DA SILVA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Tendo em vista a reiteração do pedido de resposta aos quesitos 6,7,8 e 9, e a resposta do perito às fls. 142, intime-se a Requerente para que junte aos autos exames atuais. Após a juntada dos referidos exames e a resposta do perito será feita análise do pedido de tutela de urgência, vez que a perícia fls. 117/121, não apurou a existência de incapacidade laboral.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0639277-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - REQUERIDO: F.C.V.A.V. - D.F.M. - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0641239-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gabriel Ítalo Araujo Figueiredo - REQUERIDO: Mongeral Aegon Seguros e Previdência - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM) - Processo 0641831-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jorge William Rodrigues de Almeida - REQUERIDO: Hospital Antônio Prudente de Manaus - Hra (Hospital Rio Amazonas) - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelo autor. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0643460-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - REQUERIDO: Deivison Goes Aguiar - Indefiro o pedido de fls. 28, cabe ao Oficial de Justiça encarregado do mandado solicitar o reforço caso entenda necessário.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0644009-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.R.C. - REQUERIDO: C.B.F.C. - C.S.F.C. - Vistos, Defiro a emenda de fls. 112 e seguintes. Aguarde-se o cumprimento do despacho de fls. 109/110.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0644460-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Glaucia de Fatima de Souza e Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise dos presentes autos, observo que o Autor atribuiu à causa o valor correspondente a somente R$20.000,00 (vinte mil reais). Entretanto, na espécie, o Código de Processo Civil, em seu artigo 292, que trata do valor da causa, preceitua em seus incisos que o valor da causa constará da petição inicial e será na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, conforme é o presente caso, o valor pretendido, a ser cumulado com o valor controvertido a ser discutido. Assim, na ação em que se pleiteia alguma indenização por danos morais, deve o postulante estipular o valor da indenização que entende fazer jus, somando ao montante dessa pretensão no valor a ser dado à causa. Para corroborar tal entendimento, transcrevo jurisprudência acerca da questão: O valor da causa, na ação de indenização, corresponde, evidentemente, ao valor da pretendida indenização. Realmente, nas ações de indenização, "o valor da causa deve corresponder ao benefício econômico almejado pela autora e descrito na petição inicial da ação indenizatória" (STJ, AgRg no AREsp 819.016/SP, 4ª Turma, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 1.3.2016). Justo por isso, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, alterar o valor da causa, adequando-a ao proveito econômico almejado. Após, retornem-me os autos conclusos visando despacho inerente ao tipo de ação. Cumpra-se.

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0644513-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nazaré Kátia Ramos Gonçalves - REQUERIDA: Deize Souza da Silva - Josimar de Tal - Nildo de Tal - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644629-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jonaia Batista de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Primeiramente, defiro o pedido de justiça gratuita total, uma vez que a documentação apresentada pela parte autora satisfaz os requisitos estabelecidos na Lei 1060/50 e no CPC. Na sequência, em se tratando de ação, cuja prova depende, essencialmente, de perícia médica e tendo em vista os Termos da Portaria 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, paute a perícia e expeça as comunicações necessárias de citação e intimação. No laudo o perito deverá responder aos quesitos do Juízo: 1º) Que região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? 2º) As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (Considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma). 3º) Há indicação de algum tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever. 4º) Há perda anatômica ou funcional de natureza permanente? 5º) Se há, perda, esta é: Total? Parcial completa? Parcial incompleta? 6º) Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: Intensa (75%)? Média (50%)? Leve (25%)? Ou Residual (10%)? Faculto às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, do Digesto Processual Civil. Após a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes, na forma do art. 477, §1º do CPC. Sendo o laudo favorável ao Autor, paute-se audiência de conciliação prevista no artigo 334, CPC, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, devendo a citação, ora ordenada, ocorrer por meio eletrônico, e em harmonia com a informação obtida, atentando-se para o teor dos arts. 247 e 248, com pelo menos 40 (quarenta) dias de antecedência (caput do art. 334 c/c artigo 183, CPC). Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência. Neste caso, contar-se-á o prazo para contestação na forma do artigo 335, CPC, a partir da data da audiência. Sendo o laudo contrário às pretensões do Autor, dispensa-se a audiência de conciliação, tendo em vista que a Requerida não apresenta, em tais casos, proposta de acordo, mostrando-se necessária a racionalização do processo de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Neste caso, contar-se-á o prazo para contestação de 15 dias, a partir da intimação da juntada do laudo pericial. A intimação do Autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344. Cite-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0645427-19.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: B. S. A. Comercio de Materiais de Telecomu - REQUERIDO: Vitor Magnon Sa da Costa - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0645520-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ediclei de Jesus Pinto - Prima facie, no que concerne à antecipação dos efeitos da tutela, tenho que a medida não pode ser concedida, porquanto ausente o requisito da verossimilhança das alegações. Isso porque os documentos atestados à inicial não são suficientes para ilidir a presunção de veracidade de que é revestida a avaliação médica realizada pelo corpo de profissionais à disposição do INSS. Assim, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Defiro o pedido de justiça gratuita para a parte Autora. Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, determino: 1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060), devendo CEJUSC, agendar a referida perícia com um dos médicos especialistas em medicina do trabalho conveniados; 2 - A nomeação de perito médico, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil. 4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais). 5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência. 6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. 7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). 8- A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344;

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0645822-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Geiciane de Souza Paula - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0645916-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Lei de Imprensa - REQUERENTE: Dicleia Regina de Liz - Me - REQUERIDO: Radio e Televisao Rio Negro Ltda - Editora Ana Cassia Ltda (Jornal Dez Minutos) - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ALAN DIEGO COELHO DOS REIS (OAB 14490/AM) - Processo 0646033-47.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Jose Maria Jacob dos Reis - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646052-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa, intime-se o autor para que se manifeste cerca da possível litispendência entre a presente demanda e a de n. 0646048-16.2019.8.04.0001.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0646130-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Nonato Teixeira da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM) - Processo 0646227-47.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Sandra Socorro da Silva Porto - Filipe da Silva Porto - Flavia da Silva Porto - Henrique da Silva Porto - REQUERIDO: Cloter Monteiro Porto - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/

AM) - Processo 0653308-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Afonso Senhoraes da Costa - REQUERIDA: Leila Castro da Silva - Luiz Lazaro Gomes da Costa - Em análise aos documentos juntados que comprovam a hipossuficiência do autor, defiro o benefício requerido. Cumpra-se o disposto no Despacho de fls. 91, atentando-se não ser caso de recolhimento de custas.

Alan Diego Coelho dos Reis (OAB 14490/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alex de Souza Abreu (OAB 27439/CE)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Grazziano Manoel Figueiredo Ceará (OAB 241338/SP)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hugo Fernandes Marques (OAB 106674/SP)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Márcio Valfredo Bessa (OAB 237864/SP)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nancy Castro Segadilha (OAB 8575/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Simone dos Santos Santana (OAB 12082/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM) - Processo 0213566-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Jose Adevalto Gomes Dantas - Vistos, etc Ab initio, mercê da validade da citação da autarquia Requerida (fls. 407/408), verifico que não apresentou defesa nos autos - fls.409, motivo pelo qual reconheço quanto a sua revelia, deixando todavia de aplicar-lhe os efeitos desta, em observância aos termos do art. 345, IV do CPC. Sobre o tema, preleciona a jurisprudência pátria: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. FATOS E PROVAS. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. EXAME. REVELIA. ENTE FAZENDÁRIO.EFEITOS. INAPLICABILIDADE.... 3. Consolidou-se nesta Corte o entendimento segundo o qual não se aplica à Fazenda Pública o efeito material da revelia, nem é admissível, quanto aos fatos que lhe dizem respeito, a confissão, em face da indisponibilidade dos bens e direitos sob sua responsabilidade....5. Agravo interno não provido.(AgInt no AREsp 1171685/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 21/08/2018) APELAÇÃO. DECRETAÇÃO DA REVELIA E SEUS EFEITOS. FAZENDA PÚBLICA COMO RÉ. ERROR IN PROCEDENDO. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É cediço que o efeito material da revelia não é produzido quando a Fazenda Pública é a ré, de maneira que não há presunção de veracidade quanto aos fatos alegados pelo autor na inicial; 2. Sendo constatado o error in procedendo com a decretação do efeito material da revelia ante um direito indisponível, há de ser decretada a nulidade da sentença; 3. Recurso conhecido e provido.(Relator (a): Airton Luís Corrêa Gentil; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível TJ/AM; Data do julgamento: 17/12/2018; Data de registro: 18/12/2018) Adiante, considerando a não aplicação dos efeitos da revelia ao instituto Réu revel, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Portanto, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC.Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0600586-70.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0602074-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Équipe Container Services Inc - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: GERSON FERNANDES DO VALE (OAB 4551/AM) - Processo 0605070-36.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Stela Neuzilene dos Santos Tavares - REQUERIDO: Antônio Pinto Pacheco - Vistos, Inicialmente, concedo ao Requerido o beneplácito da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98,§1°, do CPC. Considerando que o Requerido regularizou sua representação processual, conforme se observa em fls. 127/128, em atenção a decisão saneadora de fls. 115/116, pauto audiência de instrução e julgamento para o dia 10/10/2019, às 09:30 horas, a fim de que sejam oitivadas as testemunhas arroladas pelo Requerido em Contestação de fls. 78/90. Desse modo, considerando que o Requerido está sendo representado pela Defensoria Pública, determino que se expeçam mandados de intimação às testemunhas arroladas em fls. 90, nos termos do art. 455, §4°, inc. IV, CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0606755-44.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: CLIVANIR PINHEIRO DE CASTRO - REQUERIDO: Centro de Assist. ao Desenv. de Form. Profissional - Literatus - Vistos, A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maio maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: RENAN DE SOUZA SALGADO (OAB 9691/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 1863/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0606946-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Renata Kelly Salgado da Costa - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Conforme se observa em decisão saneadora de fls. 229/232, o juízo ao fixar os pontos controvertidos houve por especificar os meios de prova admitidos, quais sejam, prova pericial, documental, testemunhal e depoimento das partes, tempo em que determinou o início da instrução probatória com a realização da prova pericial. A prova pericial já foi realizada consoante laudo pericial acostado às fls. 306/514, bem como as partes já se manifestaram sobre o teor do laudo. Desse modo, dou continuidade a instrução probatória nos termos da decisão saneadora de fls. 229/232 e pauto audiência de instrução e julgamento para o vindouro dia 15/10/2019, às 09:30 horas. Determino que se intimem as partes para apresentarem rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 357, §4° e 450, ambos do CPC. Oportunamente, esclareço que nos termos do art. 455, CPC, cabe aos advogados das partes informarem ou intimarem as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. Int. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG) - Processo 0607632-13.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0611335-54.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século LTDA - EPP - REQUERIDO: Andreia Souza de Araujo - Ante o exposto, decido por: a) desbloquear o valor R$: 7.619,83 (sete mil, seiscentos e dezenove reais e oitenta e três centavos realizado na conta referente ao Banco Sicoob, conforme fls. 196/197; b) manter o bloqueio do valor 2.004,03 (dois mil, quatro reais e três centavos) realizado na conta referente ao Banco Sicoob, conforme fls. 196/197; c) condicionar o levantamento do alvará do valor bloqueado somente na hipótese de preclusão da presente decisão. d) intimar a Executada para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o pedido de designação de audiência de conciliação formulado pela Exequente em fl. 222. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0611757-29.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ISRAEL DE SOUZA NASCIMENTO - Vistos. Em análise dos documentos juntados pelo Executado a fim de comprovar a natureza salarial e de poupança dos valores bloqueados através do sistema Bacenjud às fls. 61/62, não vislumbro tenha ele se desincumbido do ônus de comprovar que os valores que mantêm em poupança junto à Caixa Econômica são inferiores a 40 salários mínimos, limite este estabelecido pelo art. 833, V, do CPC. Ademais, através do documento juntado à fl. 110 há informação de que recebeu o Executado o valor de R$: 3.704,21 (três mil, setecentos e quatro reais e vinte e um centavos) a título de salário. Contudo, o referido valor não coincide com o valor do bilhete de pagamento de fls. 109. Em assim sendo, pela derradeira vez, intimo o Executado para que junte aos autos documentos com o fito de comprovar que os valores que mantêm junto à Caixa Econômica são inferiores a 40 salários mínimos, bem assim que recebe seus proventos referentes ao posto que exerce na Marinha do Brasil através da conta do Banco do Brasil, tudo no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0611794-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos

que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA, ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0614086-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - REQUERIDO: TECNOPISO - NADAF PISOS E REVESTIMENTOS LTDA - EPP - Vistos, Encerrada a fase postulatória e sendo improvável a conciliação das partes neste momento processual, passo a sanear o presente feito, nos termos do art. 357, do CPC. Fixo na espécie, os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato e de direito sobre as quais deve recair a atividade probatória de natureza exclusivamente documental: a) sobre em que termos as partes acordaram a forma em que ocorreria o pagamento da nota fiscal 9102; e, b) sobre a situação da conta em que a Requerente efetuou o pagamento da nota fiscal 9102, conforme fl. 35. Adiante, no que pertine ao ônus da prova, decido por defini-lo nos termos do art. 373, I e II, do CPC. Por derradeiro, concedo às partes prazo de 15 (quinze) dias para que apresentem as provas documentais atinentes as questões de fato e de direito aqui expostas, reconhecendo como despicienda ocorra a produção probatória de outra natureza. Findo o prazo, com ou sem manifestação, determino sejam os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM) - Processo 0614172-48.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0615800-04.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0616281-30.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617108-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Em detida análise dos autos, verifico que o Réu foi citado por edital e não respondeu no prazo legal, conforme certificado às fls. 205. Considerando que a revelia do demandado citado, fictamente, por edital ainda lhe confere a defesa por curadoria especial que é realizada pela Defensoria Pública do Estado, decreto-lhe a revelia e lhe nomeio curadoria especial, na forma do art. 72, II e parágrafo único do CPC c/c o art. 3.º, XIV, da Lei Complementar Amazonense nº 01/90 alterada pela Lei Complementar n° 154/2015. Ante o exposto, remetam-se os autos à DPE a fim de que se manifeste, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o disposto no art. 341, parágrafo único, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617402-35.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do MandadoR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0618401-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Wilsa Estella Reis dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ROOSEVELT CORREIA MONTE (OAB 11299/AM), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM), ADV: RICHARD LEIGNEL CARNEIRO (OAB 9555/RN) - Processo 0618594-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ROSÂNGELA PORFÍRIO BASTOS - REQUERIDO: LOJAS AMERICANAS S/A e outros - Em detida análise dos autos, verifico que a empresa Ré Star Lex Organização e Cobrança Ltda - EPP foi citada por edital e não respondeu no prazo legal, conforme certificado às fls. 231. Considerando que a revelia do demandado citado, fictamente, por edital ainda lhe confere a defesa por curadoria especial que é realizada pela Defensoria Pública do Estado, decreto-lhe a revelia e lhe nomeio curadoria especial, na forma do art. 72, II e parágrafo único do CPC c/c o art. 3.º, XIV, da Lei Complementar Amazonense nº 01/90 alterada pela Lei Complementar n° 154/2015. Ante o exposto, remetam-se os autos à DPE a fim de que se manifeste, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o disposto no art. 341, parágrafo único, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0620454-34.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621881-71.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - Vistos, Em detida análise dos autos, verifico que a empresa Ré Feira da Construção Ltda foi citada por edital e não respondeu no prazo legal, conforme certificado às fls. 197. Considerando que a revelia do demandado citado, fictamente, por edital ainda lhe confere a defesa por curadoria especial que é realizada pela Defensoria Pública do Estado, decreto-lhe a revelia e lhe nomeio curadoria especial, na forma do art. 72, II e parágrafo único do CPC c/c o art. 3.º, XIV, da Lei Complementar Amazonense nº 01/90 alterada pela Lei Complementar n° 154/2015. Ante o exposto, remetam-se os autos à DPE a fim de que se manifeste, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o disposto no art. 341, parágrafo único, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0625037-96.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ana Maria Batista Leite - REQUERIDO: Bruno da Costa Coimbra - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM), ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 3465/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM) - Processo 0627039-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thályson Pereira Nascimento - REQUERIDO: Centro Univerisitário Nilton Lins - Vistos, Conforme se depreende da sentença em fls.484/485, o encargo do Executado se consubstancia em pagar as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa. O Exequente acosta aos autos cálculo que não perfaz com os termos da condenação. Isso porque incide juros a partir de 30/07/2018 e não a partir do trânsito em julgado da decisão exequenda. Nesse contexto, colaciono a lição da jurisprudência pátria sobre o tema: "EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS DE MORA. TERMO 'A QUO'. 1. 'Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omisso o pedido inicial ou a condenação' (Súmula nº 254 do STF). 2. A incidência dos juros moratórios sobre os honorários advocatícios se dá a partir do trânsito em julgado da decisão exequenda." (STJ-REsp: 1394035 SC 2013/0227308-0, Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Data de Publicação: DJ 23/08/2017) Em assim sendo, determino que se intime o Exequente para que ultime referida diligência, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0627108-71.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627445-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627787-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628100-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AFONSO NEGREIROS DA SILVA (OAB 2035/AM), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: REGIANE BARROS HISAYASU (OAB 324465/SP) - Processo 0628710-34.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE FLORES - REQUERIDA: Eliete Navarro Oliveira - Por todo o exposto, mantenho, por ora, a decisão interlocutória de fls. 197. Derradeiramente, em observância aos princípios da cooperação processual e solução consensual dos conflitos, designo audiência de conciliação e mediação, dia 16/10/2019, às 9 horas, oportunidade em que serão fixados novos prazos para cumprimento do acordo homologado, seguindo as conclusões acima indicadas. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0629180-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Edimarcos Freitas de Castro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0634592-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade, de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0635122-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria do Socorro Vieira Gomes - Vistos, Determino que se intime o Exequente a fim de que se manifeste sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls. 145/146, requerendo aquilo que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0635807-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0636930-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO SAMPAIO VEIGA (OAB 11411/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM) - Processo 0640898-93.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: GEDEÃO CAMARÃO LOPES e outro - REQUERIDO: GERALDO FELIZARDO DE SOUZA e outro - Vistos, Determino que se intimem os Requeridos a fim de que se manifestem sobre o pedido de chamamento ao processo da Caixa Econômica Federal formulado pelos Requerentes em fls. 136, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0641228-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Administradora de Bens Menezes e Cia. Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc Diga a empresa Requerida em 15 (quinze) dias sobre o teor dos petitórios em fls.328/336 e 345/348. Após, voltem-me conclusos. Int. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0643673-81.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Paulo Cesar Cruz Assunção - Vistos, A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0644174-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Glaucia Trindade Pantoja - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) determinar ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ para que ultime a retificação do valor da causa junto ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ; c) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; d) definir a distribuição do ônus da prova por ocasião da decisão de saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; e) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e f) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.C.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM) - Processo 0644304-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jailson Pereira Abreu - Da análise da exordial, verifico que o Autor pleiteia seja a Seguradora Ré condenada em danos morais sem, contudo, indicar o montante almejado. Nesse contexto, determino seja intimado o Requerente a fim de que quantifique o valor pretendido a título de danos morais, corrigindo o valor da causa, ex vi do art. 292, V, do CPC, em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos moldes do art. 330, §1.º, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0645514-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Vistos, Analiso o petitório em fls. 160/161. A Constituição Federal no art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Pois bem. Apesar de o Novo Código de Processo Civil haver revogado boa parte da Lei 1.060/50 e estabelecido um novo regramento para o pedido de gratuidade de justiça e de modulação de seus efeitos (redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento art.98, §5º do NCPC), a legislação processual acentua que o Juiz pode indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, conforme assim estatuí o art.99, §2º, da Lei 13.105/15. À vista disso, esclareço que a pessoa jurídica deve comprovar sua alegada insuficiência de recursos para fazer jus à gratuidade da justiça ou para a modulação de seus efeitos. Nesse contexto, registro ao Requerente que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, determino que se intime o condomínio Autor, por sua advogada, para que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça, ou acaso acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: AMANDA PRADO LOBATO (OAB 14443/AM) - Processo 0646379-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Aldair Lobato Gomes - Vistos, A petição inicial da demanda monitória, conforme disposição do artigo 700, §2º do CPC, deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Não observo nos autos demonstrativo do débito em memória de cálculo detalhada e atualizada que contenha as parcelas (vencidas e vincendas, se houver) e encargos. Sendo assim, determino que se intime a empresa Requente para que ultime referida diligência, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Ademais, diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se ainda para diligenciar quanto a providência legal, em igual prazo, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0646456-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Dispõe o art. 798, inciso I, alínea a e b, do CPC, que quando se tratar de execução por quantia certa, a petição inicial deve ser instruída com o título executivo extrajudicial e demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura

da ação, respectivamente; prevendo ainda o paragráfo único do referido artigo quanto aos requisitos necessários ao cálculo exequendo. In casu, constato que o Banco Autor não juntou aos autos a Cédula de Crédito sob nº 348/8876486, bem como o demonstrativo de débito atualizado, limitando-se, portanto, a mera indicação do valor inicial do contrato (fl. 4, f.). Ademais, não vislumbro também a Cédula de Crédito sob nº 348/4035197, senão que tão somente o demonstrativo de débito (fls. 10/14). Em assim sendo, determino que se intime o Banco Autor para que ultime referidas diligências, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646499-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, Diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se o Banco Autor para diligenciar quanto a providência legal no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. No que tange ao valor da causa, preceito para admissibilidade da exordial, resta expresso no art. 292, I, CPC que para ações de cobrança de dívida, o valor da causa deve importar na soma monetariamente corrigida da pretensão econômica, dos juros de mora vencidos e de outras penalidade, se houver, até a data da propositura da ação. Logo, a pretensão econômica desta ação de busca e apreensão é o saldo devedor em aberto, ora composto por prestações vencidas e vincendas, mais encargos moratórios. No vertente episódio, o Banco Requerente soma ao inadimplemento de prestações vencidas e a antecipação do vencimento das parcelas vincendas, honorários advocatícios, a totalizar a dívida pendente no montante de R$ 20.806,33 (vinte mil, oitocentos e seis reais e trinta e três centavos). No entanto, para efeito de purgação da mora, não compõem o débito pendente as custas processuais e os honorários advocatícios. Ante o exposto, retifico de ofício o valor da causa para R$: 17.338,76 (dezessete mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos), o que faço com fulcro no art. 292, §3.°, CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0646672-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Em sendo assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do art. 334 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646944-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, Diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se o Banco Autor para diligenciar quanto a providência legal no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0652700-83.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 10 (dez) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM) - Processo 0715600-15.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Tatiana da Silva Frota e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Afonso Negreiros da Silva (OAB 2035/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Amanda Prado Lobato (OAB 14443/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Frederico Augusto Sampaio Veiga (OAB 11411/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 927A/AM)
Gerson Fernandes do Vale (OAB 4551/AM)
Gilmar de Oliveira Nascimento (OAB 3465/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 1863/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira

Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Regiane Barros Hisayasu (OAB 324465/SP)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renan de Souza Salgado (OAB 9691/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Richard Leignel Carneiro (OAB 9555/RN)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roosevelt Correia Monte (OAB 11299/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2019

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603806-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Matheus Almeida Pessoa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0604284-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604884-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605888-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0607168-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0609246-53.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0612967-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0614677-73.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0615279-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Luísa Gondim Machado - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0615472-40.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo

manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0616337-63.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Lace Barbosa de Araujo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0617407-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627698-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0632164-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0633269-63.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM) - Processo 0634040-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Parque São José do Rio Negro - REQUERIDO: Coencil - Comércio, Importação e Exportação Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca dos embargos à execução nas fls. 1326-1359, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638119-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0642740-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Carlos Antonio Juvencio - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643145-47.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0656432-72.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0704512-77.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: FRANCISCA MOREIRA DA SILVA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0718737-05.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)

Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0014164-43.2004.8.04.0001 (001.04.014164-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - REQUERIDO: Gilberto Marques Valente - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema ERIDFT, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: VALDENYRA F. THOME (OAB 762/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0036209-95.2010.8.04.0012 (012.10.036209-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Industria e Comercio de Moveis So Casa Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0205770-82.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Infojud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SANDRA HENRIQUE CALHEIROS, ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM) - Processo 0205775-46.2008.8.04.0001 (001.08.205775-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: GEOVANE ARAÚJO GALVÃO (OAB 636A/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA) - Processo 0212354-68.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Triângulo S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada no sistema Renajud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSIAS DA SILVA MAURÍCIO (OAB 3859/AM), ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0214686-42.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rita de Cássia da Silva Costa - REQUERIDO: J R Pontes & Cia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0222670-48.2009.8.04.0001 (001.09.222670-2) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Navegaçao Cunha LTDA. - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0228126-08.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema SREI, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM) - Processo 0234078-02.2010.8.04.0001 (001.10.234078-2) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: PEDROSA IND E COM LTDA e outros - Em

conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0247910-68.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema ERIDFT, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0249715-56.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Santander S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504/SP) - Processo 0257873-71.2009.8.04.0001 (001.09.257873-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 18335A/PA), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: REBECA CALDAS FERREIRA (OAB 6586/AM) - Processo 0263721-05.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ORLANDO BRASIL DE MORAES (OAB 5636/AM) - Processo 0600055-57.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Criativa Serviços de Locação de Mão de Obra Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600660-61.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que não foi feita a consulta dos dados cadastrais do Executado, via RENAJUD, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido de fls. 164/165 dos autos. Diante disso, PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a citação dos requeridos. Intime-se.

ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM), ADV: RUY MORATO JUNIOR (OAB 5534/AM), ADV: LAUANA BARROS DE ALMEIDA BIANCONCINI (OAB 238483/SP), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0601898-57.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Valcilene Cortez de Araújo - REQUERIDO: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S/A - INDEFIRO pedido de fls. 201/202 dos autos, visto inexistência de ordem de bloqueio, deste Juízo, acerca dos valores mencionados às fls. 105,108/109 dos autos. Desta feita, em razão do teor da decisão que determinou o retorno destes autos da Instância Superior, ARQUIVEM-SE com as cautelas de praxe. Dê-se baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM) - Processo 0602355-84.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Joao Bosco Sarraf de Resende - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602586-48.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602635-89.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (OAB A1188/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 1189A/AM) - Processo 0603009-37.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazonia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Renajud, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0603143-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: E.P.V. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALESSANDRA DE ALENCAR RÊGO (OAB 5728/AM) - Processo 0603586-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Conselho Nacional das Populacões Extrativistas -CNS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0604026-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico

conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604971-37.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: B. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0605778-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Rio Solimoes Distribuidora de Bebidas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0605790-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: JANUÁRIO BARBOSA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 89148/MG), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0606036-96.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Peter Mateus de Farias Ribeiro - REQUERIDO: Lourimar Jose de Morais - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Renajud, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607578-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607687-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0607761-86.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, por edital (NCPC, art. 513, §2º, IV), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 100.778,40 (cem mil setecentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 183 dos autos. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das custas para expedição de edital, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de edital fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. Intime-se a Defensoria via Portal Eletrônico, para que tome ciência da presente decisão. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607761-86.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a expedição de edital, para a adoção das providência(s) necessária(s) à prática do ato processual previsto na Decisão de fl. 184, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: IVO PEREIRA (OAB 143801/SP) - Processo 0608707-53.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/Avaliação - REQUERENTE: Fundo de Recuperação de Ativos - Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0608724-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM) - Processo 0609369-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Polonorte Serviços Empresariais Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609808-67.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV:

GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609952-07.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito. Intime-se.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0609958-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Depósito - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610073-35.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0610813-27.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: B. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0610855-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josenias Araújo do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0611289-94.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: R L Comercio de Medicamentos Ltda Epp - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0611690-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0612831-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612883-51.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0613157-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: B. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Infojud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0614142-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM) - Processo 0615343-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Mina de Ouro Comércio de Artigos de Vestuário Ltda. e outros - Intime-se o EMBARGANTE, na pessoa de seu patrono, a fim de carrear aos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias, certidão de registro de imóveis, cópia das ultimas três declarações à Receita Federal (IRPJ) e extrato dos últimos três meses das contas bancárias, a fim de comprovar que não pode arcar com as custas processuais. Nesse sentido, súmula 481 STJ: ¨Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.¨ Em atenção ao pedido de fl. 218, DEFIRO prazo de 10 (dez) dias para que a parte autora apresente quesitos e assistente técnico. À Secretaria para providenciara citação do perito nomeado, conforme o que consta na fl. 215 dos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0615511-42.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0615935-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do

resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0616415-96.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Renajud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0617469-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Diego Nunes da Silva - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0617469-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Diego Nunes da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. .

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0617712-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Erivelton da Silva Almeida - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: CARMONA MAYA, MARTINS E MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 11785/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0618441-33.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0619084-25.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: BRUNO RAMPIM CASSIMIRO (OAB 218164/SP), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0619434-71.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Facchini S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0620196-92.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0623338-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ARIANI DA SILVA SATURNINO (OAB 48257/SC) - Processo 0624483-64.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Inplac Indústria de Plásticos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0626190-09.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0626218-06.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0626222-04.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: VERA LÚCIA DE MAGALHÃES BRASIL (OAB 12033/AM), ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM) - Processo 0626421-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Natalia Auanario Moura - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626796-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rocivaldo Gomes de Araujo - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626800-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Romulo Lira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0626881-86.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito, para proceder à citação da parte requerida. Intime-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0627537-67.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0627859-58.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627866-50.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria do Rosário Barbosa da Costa - Intime-se o executado, por carta (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 28.372,44 (vinte oito mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 112 dos autos. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0628140-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cimara Rabelo do Nascimento - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0628385-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Robson Jorge Mota Goes - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA) - Processo 0628393-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.A. (BASA) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: INALDO XAVIER DE SIQUEIRA (OAB 9270/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628431-53.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0628842-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisco dos Santos Ferreira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ÉDER ANTÔNIO BELLO COSTA (OAB 6921/AM), ADV: EDUARDO SILVA GATTI (OAB 234531/SP) - Processo 0629330-75.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Ultramontani Comércio de Joias Ltda - REQUERIDO: Christiano Duarte da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0631211-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Renajud, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632225-48.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, JOANA MATOS, sob o CPF de Nº 613.466.082-53. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0632513-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Martini Transportes Ltda-epp - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0633018-50.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Vi - Não Padronizado - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0633349-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0633499-13.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633811-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0634145-23.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634434-19.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0634996-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Rio Solimoes Distribuidora - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0635870-08.2019.8.04.0001 - Demarcação / Divisão - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Darcyr Silva Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: DARLEN SANTIAGO (OAB 31724/CE), ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FORTUNATO (OAB 25586/CE), ADV: ROBERTA ARAÚJO DE CARVALHO (OAB 18116/CE), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0638307-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Infojud, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIANA GOUVÊA LESSA (OAB 11018/AM), ADV: CASSIUS FERNANDO DE OLIVEIRA (OAB 18978GO), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: MARIANA LÔBO DE OLIVEIRA (OAB 26907/GO), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0639174-54.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Verde Comércio de Peças ee Lubrificantes Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema Renajud, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639616-20.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO TEIXEIRA (OAB 138374/SP) - Processo 0640438-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Edimagic Editora Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0641554-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para

manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS (OAB 56526/MG) - Processo 0642436-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIO COELHO REDIG (OAB 14400/AM) - Processo 0642701-72.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Cidade Comércio de Derivados de Petróleo e Serviços Ltda. - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ADRIANA ARAÚJO FURTADO (OAB 59400/DF) - Processo 0643650-33.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Maria Elizabeth Vieira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643758-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: A.D.E. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644237-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0645169-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Edmilson Sampaio dos Santos - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0645733-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Martinho Luis Gonçalves Azevedo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0648711-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0655044-37.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0659618-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wellington da Silva Lima - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM) - Processo 0662411-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Italo Costa Serique - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0714917-75.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito. Intime-se.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adriana Araújo Furtado (OAB 59400/DF)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Alessandra Araújo Azevedo Fortunato (OAB 25586/CE)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandra de Alencar Rêgo (OAB 5728/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)

ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariani da Silva Saturnino (OAB 48257/SC)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 1189A/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Rampim Cassimiro (OAB 218164/SP)
Caio Coelho Redig (OAB 14400/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carmona Maya, Martins e Medeiros Sociedade de Advogados (OAB 11785/SP)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
CASSIUS FERNANDO DE OLIVEIRA (OAB 18978GO)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 18335A/PA)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Darlen Santiago (OAB 31724/CE)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Éder Antônio Bello Costa (OAB 6921/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Geovane Araújo Galvão (OAB 636A/AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Inaldo Xavier de Siqueira (OAB 9270/MT)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Ivo Pereira (OAB 143801/SP)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Januário Barbosa dos Santos Júnior (OAB 89148/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB 126504/SP)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Josias da Silva Maurício (OAB 3859/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lauana Barros de Almeida Bianconcini (OAB 238483/SP)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
LUIZ ALBERTO TEIXEIRA (OAB 138374/SP)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Ronaldo Alves Cunha (OAB A1188/AM)
MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 56526/MG)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Mariana Gouvêa Lessa (OAB 11018/AM)
Mariana Lôbo de Oliveira (OAB 26907/GO)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Orlando Brasil de Moraes (OAB 5636/AM)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rebeca Caldas Ferreira (OAB 6586/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
ROBERTA ARAÚJO DE CARVALHO (OAB 18116/CE)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
RUY MORATO JUNIOR (OAB 5534/AM)
Sandra Henrique Calheiros

Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Valdenyra F. Thome (OAB 762/AM)
Vera Lúcia de Magalhães Brasil (OAB 12033/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO ANTÔNIO PINTO DAMASCENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0200639-34.2009.8.04.0001 (001.09.200639-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Francisca Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Bradesco seguros S/A - Dessa forma, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item d, recolha as custas referentes ao desarquivamento dos autos e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALESSANDRA COSTA PACHECO (OAB 4876/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB A-313/AM) - Processo 0368091-40.2007.8.04.0001 (001.07.368091-6) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Bradesco Administradora Consorcios Ltda - Dessa forma, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item d, recolha as custas referentes ao desarquivamento dos autos e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alessandra Costa Pacheco (OAB 4876/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB A-313/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM) - Processo 0217745-33.2014.8.04.0001 (processo principal 0231748-03.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Ruy Carlos Barbosa Bastos - EXECUTADO: GENECILDO PEREIRA FERREIRA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca da consulta realizada ao sítio da Caixa Econômica Federal, bem como acerca dos respectivos Comprovantes de Depósito Judiciais, juntados às fls. 218/223, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: HELENA LÚCIA OHANA DA SILVA (OAB 12423/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0221115-78.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0640918-50.2016.8.04.0001) (processo principal 0640918-50.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rachel Ohana da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante da notícia de atraso no cumprimento da tutela antecipada, proceda-se a intimação do requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, depositar em Juízo a quantia total indicada na memória discriminada e atualizada dos cálculos apresentada pela credora relativa às astrientes (fl. 04), consoante determina o art. 537, caput, do CPC. Registre-se que o levantamento do valor que venha a ser depositado somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da sentença, conforme o art. 537, §3°, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILLA S KARPINKSKI (OAB 37477/PR) - Processo 0223427-90.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Leonilda Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0239145-79.2009.8.04.0001 (001.09.239145-2) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - defiro o pedido de consulta pelo sistema RENAJUD. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, proceda-se à consulta via ERIDFT para localização de bens imóveis em nome da parte passiva, desde que juntados pela exequente as despesas de processamento eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, juntando-se aos autos os respectivos recibos, podendo a exequente pleitear o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Quanto ao pleito de consulta ao sistema INFOJUD, sua análise dependerá do resultado das consultas acima aludidas e respectivos trâmites legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: FILIPE BONATES LIMA (OAB 4199/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ELY RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7236/AM) - Processo 0242643-52.2010.8.04.0001 (001.10.242643-1) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria Dirce Tavares de Freitas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: MARIA ISABEL GURGEL DO AMARAL PINTO (OAB 14119/AM), ADV: PORFÍRIO ALMEIDA LEMOS NETO (OAB 6117/AM), ADV: GEBES DE MELLO MEDEIROS NETO (OAB 8282/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0601398-88.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônio Fernandes Barros Júnior E.P.P - REQUERIDO: Friller Brasil Alimentos LTDA - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 15 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0601874-19.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Safra Leasing Arrendamento Mercantil S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu obscuridade nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da decisão proferida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0602238-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ROGERIO ANANIAS DOS SANTOS - REQUERIDO: Transportes Modelo Ltda. - Tendo em vista que a intimação via DJE é anterior ao cálculo processual, não tendo sido posteriormente oportunizado o prazo para manifestação quanto ao aludido cálculo, defiro o pedido do requerido de devolução de prazo para manifestação (fls. 188/189), que deverá realizar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao requerente para manifestação. Por conseguinte, determino à Secretaria para tornar sem efeito a certidão de decurso de prazo (fl. 187). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602407-17.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0603138-81.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0604188-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Armando do Nascimento Ramos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604873-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM) - Processo 0605723-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Amaztop Equipamentos Topográficos - De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0606633-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: MARLY SANTOS CAMPOS - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 21/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM) - Processo 0607192-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ralysson dos Santos Ferreira e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0607829-36.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária -

REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0608338-93.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - REQUERIDA: Andréa Conceição Corrêa de Melo - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608610-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: RAFAEL IANSEN CEZAR (OAB 11910/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0609473-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Grafica Zilo Ltda - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Tendo em vista a expertise e o pedido às fls. 406/410, determino a expedição do alvará judicial em nome do perito Sr. Manoel Paes Marialva para levantamento de 50% (cinquenta por cento) dos honorários periciais para dar início às diligências necessárias. Ainda, após a entrega do laudo e esclarecimentos necessários, levante-se o valor remanescente, conforme art. 465, § 4º do CPC. Por oportuno, determino à Secretaria consultar o saldo dos valores depositados em juízo para pagamento do Sr. Perito; em caso positivo, expeça-se o respectivo alvará judicial, conforme exposto acima. De fecho, determino a intimação do mencionado profissional para informar a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a data de instalação da diligência pericial contábil. Em seguida, intimem-se as partes da data a ser designada senhor pelo perito. Apresentado o laudo, dê-se vista aos litigantes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como expeça-se o alvará para levantamento do equivalente a 50% (cinquenta porcento) restante referentes aos honorários periciais, acrescidos de eventuais atualizações. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0609528-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Ediney Lima Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0609762-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Clube - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0610220-27.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Esther Silvia Abensur Santos e outros - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0610735-67.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - defiro, em parte, o pedido de penhora, a ser realizada na "boca do caixa" da executada, no percentual de 5% (cinco por cento) da renda mensal, até que se alcance o valor do crédito total perseguido. Nomeio o diretor financeiro ou, na sua falta, o sócio-administrador ou, ainda, o representante legal da empresa-executada como depositário com a única incumbência de promover o depósito judicial da quantia penhorada em conta judicial, apresentando mensalmente a prestação de contas. Expeça-se o respectivo mandado de penhora e intimação, observando-se as formalidades legais. Antes do seu cumprimento, intime-se a exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a planilha de cálculos do crédito atualizado, bem como efetue o recolhimento das custas do oficial de justiça, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0611383-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas da carta precatória e junte comprovante de recolhimento no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0612226-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Henrique Sevalho Schroder - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de julho de 2019

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0612423-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Domingos de Jesus Santos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 09/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de julho de 2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0612900-87.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ISAEL DE

JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0613409-13.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Wallison Cunha Magalhães - Ante o exposto, considerando a incompetência desse Juízo, declino da competência em favor de uma das varas da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Amazonas e, como corolário desta decisão, determino a baixa do feito e a remessa dos autos à mencionada seção judiciária para os devidos fins. À Secretaria para as diligência cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0614346-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0618490-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM) - Processo 0619187-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jaíne Santos de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0619720-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ronilson Mendonça e Silva - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu contradição na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM) - Processo 0620185-58.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Moden Modelo de Engenharia Ltda - Assim, considerando que a qualificação da parte na petição inicial e os documentos colacionados aos autos não evidenciam a hipossuficiência econômica, não foram atendidos os requisitos legais, razão pela qual indefiro o benefício da gratuidade da justiça. Por conseguinte, determino a intimação do embargante para que efetue o recolhimento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme o art. 290 do CPC. Determino, ainda, à Secretaria que adote as diligências necessárias para a retirada da tarja de justiça gratuita do cadastro da ação no SAJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0620678-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilcea Gomes Carneiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 16/09/2019, no endereço Travessa Rio Pauini, n. 42, casa 02, bairro N. Sra. Das Graças, CEP 69053-570, conforme informação do perito de fls. 177. Dou ciência à autora, ainda, acerca das solicitações realizadas pelo perito na aludida Petição.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0620785-21.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO J. SAFRA S/A - REQUERIDO: FERNANDO MOREIRA DE SOUZA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL (OAB 7400/AM) - Processo 0620933-32.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: ROSINETE LEITE BRASIL - Tendo em vista a petição encartada às fls. 135/136, determino à Secretaria oficiar ao Juízo Deprecado par informar sobre o cumprimento da carta precatória. Cumpra-se.

ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: KARINA ARAÚJO BLASCH (OAB 4362/AM) - Processo 0620947-16.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Menta e Araujo Comercio de Alimentos LTDA - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621924-08.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 10:15 horas, na sede deste Juízo. Proceda-se a intimação pessoal do requerido, vez que está assistido pela Defensoria Pública. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622930-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ELIANE DE AGUIAR OLIVEIRA (OAB 4651/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM) - Processo 0622932-83.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Violeta da Conceição Ferreira Paes - REQUERIDA: Mário André Moraes Nogueira - ME - Diante disso, deixo de apreciar o pedido de reconsideração (fls. 217/226). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0623326-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP) - Processo 0623353-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Lei de Imprensa - REQUERENTE: Zetrasoft Ltda. - REQUERIDO: Norte Editora Ltda. (Jornal em Tempo), - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/01/2020 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM) - Processo 0623564-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Lei de Imprensa - REQUERENTE: Zetrasoft Ltda - REQUERIDO: Norte Editora Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/01/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RODRIGO DURÃES FUGII (OAB 8763/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR), ADV: LUÍS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES (OAB 790A/AM) - Processo 0625667-89.2016.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: HENRIQUE MARTINS DE AGUIAR SILVEIRA - REQUERIDO: CONDOMÍNIO AMAZONAS - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 10:45 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0627869-10.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: RICADINA PAIVA FERREIRA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANDARA GEBER LOPES (OAB 12425/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0628088-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Fundação de Crédito Educativo - FUNDACRED - EXECUTADO: Luiz Cláudio Batista Melo e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0628420-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: W. F. Cardoso Filho - Me e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Serviço de Proteção ao Crédito - SPC/SERASA (SERASA EXPERIAN) - Trata-se de Pedido de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente deferido pelo Juízo Plantonista, o qual determinou que o requerido se abstenha/cancele a ordem de inscrição do nome dos requerentes no cadastro de restrição a crédito (fls. 30/32). O Serasa S/A apresentou manifestação nos autos (fls. 42/47) e o requerido, por sua vez, contestou o feito informando o cumprimento da liminar (fls. 388/411). Dito isso e, por necessário ao bom andamento processual, nos termos do art. 308, do CPC, determino a intimação dos requerentes para, no prazo de 30 (trinta) dias, aditarem a inicial, sob as penas da lei. Verificado o aditamento, paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários e, após remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: JAYME ARANHA CHACON JÚNIOR (OAB 8497/AM), ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP) - Processo 0628462-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Luiz Damasceno de Araújo e

outro - REQUERIDO: RIO MADEIRA INCORPORADORA LTDA. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0630188-09.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630663-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0630802-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Amadeu Felix Pinto - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a parte autora para que se manifeste acerca do resultado de pesquisa realizada via sistema BACENJUD, para informar em qual dos endereços fornecidos pretende realizar o ato citatório, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0630847-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Leve-castanheiras Residencial Park - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0631195-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: JOSÉ DE PAULA MONTEIRO NETO (OAB 29443/SP), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0632329-64.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616021-50.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - EMBARGADO: Hosp-log Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e outros - Recebo os Embargos à Execução sem efeito suspensivo, na medida em que a execução não está garantida, pelo que não foram atendidos os requisitos do art. 919, §1°, do CPC. Cite-se o embargado para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa aos termos da presente demanda. À Secretaria para que proceda ao apensamento dos presentes autos aos da Ação de Execução, processo n° 0616021-50.2019.8.04.0001. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO RAIMUNDO BARROS DE CARVALHO (OAB 2267/AM), ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM), ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM) - Processo 0632446-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LUZENILDO RUBIM DE CARVALHO - REQUERIDO: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS e outro - Dê-se vistas da proposta de acordo apresentada pelos requeridos no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0632961-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Roberto de Souza Barreto e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: EDINHO GOMES DA CRUZ (OAB 11273/AM) - Processo 0633428-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Norbom Comércio Ltda -epp - EXECUTADO: D. K. Comércio e Serviços de Manutenção de Maquinas Ltda. e outros - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 08/11/2019, às 15:00 horas, na sede deste Juízo. Em relação às demandas executivas nas quais a parte passiva não possua advogado constituído nos autos, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas postais, com base na Lei Estadual n°4.408/2016 e na Portaria n° 116/2017 - PTJ. Com a comprovação do aludido recolhimento, expeçam-se as respectivas cartas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 978A/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0633628-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Eliel Pinto Barroso - REQUERIDO: Itau Seguros S/A - intime-se a Srª. Perita Judicial designada (Lívia Pereira Pasqua Melo) para prestar os esclarecimentos necessários e elucidar as dúvidas pertinentes ao caso (fls. 245/247 e 248/273), no prazo de 15 (quinze) dias. Após elucidação dos questionamentos, dê-se vista às partes para nova manifestação, no prazo de comum de 15 (quinze) dias, voltando-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0634124-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA CAROLINA VIVANCO (OAB 256806/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0634554-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM) - Processo 0634783-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Falcão Comércio de Frios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM) - Processo 0635089-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Imobiliaria e Construtora Tarso Ltda - Diante disso, determino que a parte autora comprove o pagamento da primeira fração no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição; e as subsequentes até o 5º dia útil de cada mês, com correção monetária, em atenção ao disposto na Portaria nº 490/2017 - PTJ, devendo a requerente comprovar nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0635243-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wanderley Viana Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0635693-49.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0637009-97.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0637157-40.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637367-62.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Decido. Considerando que as tentativas de citação foram frustradas e que a pesquisa de endereço, via BACENJUD, retornou endereços nos quais os executados não foram encontrados, conforme demonstrado pelo exequente, foram atendidos os requisitos do art. 256, II e §3°, e do art. 257, I, ambos do CPC. Diante disso, defiro o pedido de citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0637456-80.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Perdas e Danos - REQUERENTE: Julio Cesar dos Santos Peres - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0637607-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Salvador Matias Belas Soares - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM) - Processo 0638015-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compromisso - REQUERENTE: Imobiliaria e Construtora Tarso Ltda - Compulsando os autos, resta-se prejudicado o pleito de justiça gratuita da parte requerente, devido a ausência de comprovação da hipossuficiência econômica. Noutrogiro, diante do pedido de parcelamento das custas processuais de fls. 27-28, defiro o fracionamento da supramencionada despesa judicial em 2 (duas) parcelas iguais e sucessivas, com fulcro no art. 98, § 6º, do CPC e Portaria 116/2017-PTJ. Diante disso, determino que a parte autora comprove o pagamento da primeira fração no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição; e as subsequentes até o 5º dia útil de cada mês, com correção monetária, em atenção ao disposto na Portaria nº 490/2017 - PTJ, devendo a requerente comprovar nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM) - Processo 0638290-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Moacir Rolins Machado Junior - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/01/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0638430-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0638714-96.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0638868-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Vieira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0639262-58.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando que, pelo princípio da cooperação, previsto no art. 6º, do CPC, tanto as partes quanto o Juiz que preside o feito devem atuar em conjunto para alcançar uma decisão justa; bem como que a eficiência da prestação jurisdicional está atrelada à duração razoável do processo, cujo objetivo principal é a estabilização das relações jurídicas, consoante o art. 4º, do CPC, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço do requerido, para fins de citação e cumprimento da medida liminar, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILLA AKEMI OSHIRO (OAB 304931/SP), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0639684-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Adriana Montenegro Alfaia - REQUERIDO: Brasilprev Seguros e Previdência S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 15 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0640364-81.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Badesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0640594-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Willys Napoleão Eufrazio - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0640760-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas da carta precatória e junte comprovante de recolhimento no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JULIANA WITT (OAB 75144RS) - Processo 0640802-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Winners Brasil Produtos Esportivos Ltda. - Expeça-se o respectivo ofício ao Juízo da 1 ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus para, nos autos do processo n.º 0610659-67.2019.8.04.0001, proceder à reserva de valores (R$ 19.061,62 - dezenove mil, sessenta e um reais e sessenta e dois centavos), mediante averbação no rosto daqueles autos, a fim de que eventual produto favorável ao executado José Isvaldo Felipe Carlos (C.P.F. nº 476.320.972-87), credor de terceiro na demanda acima aludida, seja revertido em prol da presente execução (Processo n.º 0640802-44.2016.8.04.0001), para quitação e/ou abatimento do débito pleiteado neste feito (art. 860 do CPC). À Secretaria para os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0641032-86.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0641144-21.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0641615-08.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição, nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOÃO HENRIQUE SIMONETTI (OAB 157577RJ), ADV: SAMUEL AVERBACH JUNIOR (OAB 69986/RJ) - Processo 0642094-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Alubar Metais e Cabos S/A - REQUERIDO: Eletro Instalações Ltda. - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração opostos pelas partes, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu erro material, obscuridade nem omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.

ADV: JANDERCLEIDE ROCHA DE SOUZA FIACADORI (OAB 11064/AM) - Processo 0642337-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori - Diante disso, determino a intimação da requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0643079-96.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643354-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Fabricia da Silva Coimbra - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM), ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0643645-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Alvaro Luiz Salgado Pinto - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 10:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643757-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luzia Peres de Souza - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins.. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0643787-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Trata-se de Ação de Execução. Da análise dos autos vislumbro que o exequente propôs a presente ação fundada em cédula de crédito bancário firmada com a executado, (fls. 32/73) que, apesar de ser um instrumento particular assinado pelo demandado, não possui a assinatura de testemunhas, não sendo, assim, considerado um título executivo extrajudicial nos termos do art. 784, III do CPC. Desta feita, em observância ao disposto no art. 801 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos o devido título extrajudicial, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644739-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De arremate, na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0644766-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Emerson da Silva - Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM) - Processo 0644785-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Ribeiro Participações Ltda - Cite-se para, no prazo de 03 (três) dias, seja efetuado o pagamento da dívida, devidamente corrigida, cujo valor encontra-se indicado na inicial, sob pena de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia do principal atualizado, dos juros, das custas processuais antecipadas e dos honorários advocatícios. Fixo, de plano, os honorários do(a) patrono(a) do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez porcento) do valor da execução (art. 827, caput, CPC). No caso de integral pagamento no prazo acima indicado, a referida verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1°, CPC). Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do senhor oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Com a comprovação de recolhimento, expeça-se o respectivo mandado, consignando o prazo de 15 (quinze) dias para o executado, querendo, opor-se à execução por meio de embargos. De arremate, na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço via sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644793-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De arremate, na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0644920-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos documento apto a comprovar a obrigação (contratos nº 474979644 e 477315429), posto que o juntado aos autos está ilegível, bem como para juntar extratos bancários que comprovem a disponibilização do valor alegado e evolução do débito, além da respectiva memória de cálculo, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAXON DO NASCIMENTO SOUZA (OAB 12615/AM) - Processo 0644983-83.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Lopes e Lopes Construções Ltda - Diante disso, determino que a parte comprove o pagamento da primeira prestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição; e as subsequentes até o 5° dia útil de cada mês, com correção monetária, em atenção ao disposto na Portaria n° 490/2017-PTJ, devendo o requerente proceder à comprovação nos autos. Após o recolhimento da primeira parcela, retornem os autos conclusos para deliberação. Noutro giro, considerando a data de interposição dos presentes embargos, determino à Secretaria que certifique quanto à tempestividade do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645018-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Iraleia Medeiros de Souza - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0645089-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Leonel Rodrigues do Couto Filho - Em observância ao disposto no art. 10 e no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação quanto a ilegitimidade ativa e, caso entenda necessário, promover a alteração do respectivo polo da demanda, considerando que as faturas colacionadas aos autos indicam o endereço e o CNPJ da Pessoa Jurídica constituída pelo autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO RÉGIS DE MENEZES JÚNIOR (OAB 8899/AM) - Processo 0645352-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Reginaldo Jose Tavares - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO TERÇO FALCÃO (OAB 3232/AM) - Processo 0645361-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ouro Branco Distribuidora de Alimentos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0646670-32.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Eliza Miranda Mall - De arremate, na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0646736-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Caio Matheus Santos da Silva - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos (fls. 10) demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0646795-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Comprovada a mora do requerido, defiro liminarmente a medida pretendida de busca e apreensão do bem reclamado, o qual será depositado em mãos da pessoa indicada pelo requerente, que deverá assinar o termo respectivo (art. 3º, caput, do Decreto-lei nº 911, de 01.10.69). Cumprida a liminar, cite-se o requerido para pagar a integralidade da dívida, no prazo de 05 (cinco) dias, segundo os valores apresentados na inicial, e, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da execução da liminar, mesmo que tenha purgado a mora, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição (art. 3º, §§ 2º, 3º e 4º, Decreto-lei n. 911/69). Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0651986-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Carlos Lins Calderaro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de julho de 2019

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0655890-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cecília de Oliveira Pinheiro - REQUERIDO: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda - LITSPASSIV: Banco Bradesco S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO FERREIRA ZIDAN (OAB 155563/SP) - Processo 0658027-09.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Tendo em vista o noticiado pela parte acerca do acordo firmado, determino o cancelamento do mandado anteriormente expedido (fl. 24) e a devolução da presente carta precatória ao Juízo de origem. Assim, cumpridas as diligências, devolva-se ao Juízo Deprecante com minhas homenagens (art. 268 do CPC). Remeta-se o presente feito à Contadoria para que seja realizada a baixa na distribuição. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0658228-98.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Fundação de Crédito Educativo - Fundacred - cumpridas as diligências, devolva-se ao Juízo Deprecante com minhas homenagens (art. 268 do CPC). Remeta-se o presente feito à Contadoria para que seja realizada a baixa na distribuição. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: PRISCILLA AKEMI OSHIRO (OAB 304931/SP) - Processo 0662407-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana Montenegro Alfaia - REQUERIDO: Brasilprev Seguros e Previdência S/A - Banco do Brasil S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 07/11/2019, às 15 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: CLÓVIS CAVALCANTI ALBUQUERQUE RAMOS NETO (OAB 28219/PE), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 367876/SP) - Processo 0710567-44.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: CH CAPITAL EIRELLI - EPP - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0713466-15.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cosme Leonardo Simplicio da Silva - REQUERIDA: Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca de seu comparecimento ou não na perícia designada no dia 31/07/19, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0714663-05.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Iolando de Oliveira Pereira - REQUERIDO: Edvar Antonio Pereira Souza - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerente para que forneça o CPF/CNPJ do requerido, a fim de viabilizar a consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ARMANDO JIMENES DA SILVA (OAB 3080/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: VANESSA GUEDES DE AGUIAR (OAB 7493/AM), ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM) - Processo 0714993-02.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Tetraplast da Amazônia Industrial Ltda - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Tendo em vista que o advogado que subscreve a impugnação ao cumprimento de sentença não possui poderes nos autos, determino a intimação do requerido para, no prazo de 05 (cinco) dias, sanar o defeito de representação, sob pena de não conhecimento. Intimem-se. Cumpra-se.

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alexandre Fidalgo (OAB 172650/SP)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 3592/AC)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Álvaro Régis de Menezes Júnior (OAB 8899/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Vivanco (OAB 256806/SP)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 367876/SP)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Raimundo Barros de Carvalho (OAB 2267/AM)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Armando Jimenes da Silva (OAB 3080/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudia Teixeira Brasil (OAB 7400/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Clóvis Cavalcanti Albuquerque Ramos Neto (OAB 28219/PE)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Dandara Geber Lopes (OAB 12425/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edinho Gomes da Cruz (OAB 11273/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Terço Falcão (OAB 3232/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eliane de Aguiar Oliveira (OAB 4651/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Ely Rodrigues de Souza Júnior (OAB 7236/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)

Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Filipe Bonates Lima (OAB 4199/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Gebes de Mello Medeiros Neto (OAB 8282/AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helena Lúcia Ohana da Silva (OAB 12423/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori (OAB 11064/AM)
Jayme Aranha Chacon Júnior (OAB 8497/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
JOÃO HENRIQUE SIMONETTI (OAB 157577RJ)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Juliana Witt (OAB 75144RS)
Karina Araújo Blasch (OAB 4362/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Francisco Meneghetti Antunes (OAB 790A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Isabel Gurgel do Amaral Pinto (OAB 14119/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maxon do Nascimento Souza (OAB 12615/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Porfírio Almeida Lemos Neto (OAB 6117/AM)
Priscilla Akemi Oshiro (OAB 304931/SP)
Priscilla S Karpinkski (OAB 37477/PR)
Rafael Iansen Cezar (OAB 11910/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Durães Fugii (OAB 8763/AM)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Samuel Averbach Junior (OAB 69986/RJ)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vanessa Guedes de Aguiar (OAB 7493/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 978A/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)]]

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0352/2019
]
ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (OAB 4079AM) - Processo 0036917-23.2006.8.04.0001 (001.06.036917-6) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Espólio de Vanda Firmino de Lima - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KLYSSIA ALVES DA SILVA (OAB 12364/AM) - Processo 0612001-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edison Ferreira Pinto - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM) - Processo 0612724-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Miraselma de Souza e outros - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em cumprimento a determinação da Sentença de fls. 200/201, intimo o Ministério Público para que emita um parecer acerca do acordo firmado entre as partes, nas fls. 183/185, no prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0623890-98.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Maria Luana Almeida Mascarenhas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM) - Processo 0629971-39.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0634630-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Lopes do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: ISAAC DE MOURA FLORENCIO (OAB 205370/SP), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM) - Processo 0636586-45.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: RN Incorporações Ltda - REQUERIDO: Mundo das Semi Joias Com Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem sobre os documentos juntados, especificamente acerca do mandado de penhora no rosto dos autos de fl. 346, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0645451-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve tentativa de enviou notificação extrajudicial dirigida ao Réu, contudo não se obteve êxito (fls. 22 a 24). Por isso, o Autor protestou a dívida em questão no 5º Ofício de Protesto de Letras da Comarca da Capital (fls. 25 a 27). Dá-se à causa o valor de R$ 5.971,75 (cinco mil, novecentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 29 a 31). Acostou aos autos procuração (fls. 6 a 12), demonstrativo de débito (fls. 20 e 21) e cédula de crédito bancário (fls. 18 e 19). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). “PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido.” (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: “Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado.” Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito

ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES (OAB 37352/SC) - Processo 0645636-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimunda Souza dos Santos - Vistos em correição permanente. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0646817-58.2018 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta Julgadora, constatou não haver igualdade de partes no polo ativo da demanda, o que exige da Secretaria que labore certidão a respeito de tal ocorrência, frisando sobre se existe identidade de partes, pedido e causa de pedir. A presente manifestação está sustentada no princípio do juiz natural estatuído no artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição Federal por meio do qual se garante a imprescindível segurança jurídica para a consecução da meta do Judiciário justo que se integra por órgão julgador legítimo que goze das garantias outorgadas pelo Texto Magno em nome do Estado Democrático de Direito. “O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal. Assim, afirma José Celso de Mello Filho que somente os juizes, tribunais e órgãos jurisdicionais previstos na Constituição se identificam ao juiz natural, princípio que se estende ao poder de julgar também previsto em outros órgãos, como o Senado, nos casos de impedimento de agentes do Poder Executivo.” (4. MELLO FILHO, José Celso. A tutela judicial da liberdade. RT 526/291). Ordeno, pois seja o feito encaminhado ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime a livre distribuição deste feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0645809-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Atila Batista Gomes - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de nulidade de ato jurídico, cumulado com indenização a título de dano moral, aviada por Átila Batista Gomes em face de Jandira Barbosa da Silva, Márcio Lopes Rodrigues e Tabelionato do 2º Ofício de Notas de Manaus. De acordo com a exordial, a ação foi ajuizada visando a declaração de nulidade de contrato de compra e venda de imóvel, fundamentada no fato de que o pai do Autor, dono do imóvel, teria supostamente outorgado procuração para a Sra. Jandira Barbosa. Acostou-se nos autos procuração (fls. 9 e 10) e contratos (fls. 11 a 33). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 369.365,44 (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), sob os quais pugna a benesse da justiça gratuita. É o relato. Decido. Inicialmente, em exercício ao juízo de admissibilidade da inicial, verifico que o Autor não apresenta documentos que comprovem sua legitimidade para propor a presente demanda e a existência de demais herdeiros. Ademais, não há notícia de inventário, positivo ou negativo, que o coloque em posição de inventariante ou único herdeiro do de cujus. Ademais, nota-se que o valor atribuído a causa carece de esclarecimentos quanto a sua composição, sendo necessário portanto que o Autor reapresente seus pedidos, de maneira coesa, visando o melhor andamento da demanda. Igualmente, vislumbro que os documentos acostados nas folhas 11 a 33, encontram-se tumultuados nos autos em uma única categoria, tornando dificultoso sua análise, cabendo sua redigitalização. Noutro giro, o Autor pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: “AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça e, extinção da demanda sem análise do mérito. Intime-se e cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0645904-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Socorro Brasil da Costa - Vistos. Trata-se de demanda declaratória cumulada com indenizatória por danos morais aviada por MARIA DO SOCORRO BRASIL DA COSTA em face de BANCO BMG S/A em virtude de novos descontos indevidos em folha de pagamento de dois empréstimos consignados não reconhecidos pela Autora, a titulo de “BMG EMP02 - COD. 5898” e “BMG/EMPRÉSTIMO 03 - COD. 5925”. Pugna tutela de urgência para suspensão de desconto em folha de pagamento; inexigibilidade do débito; repetição de indébito no montante de R$ 12.400,14 (doze mil, quatrocentos reais e quatorze centavos) e indenização por danos morais em R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Atribuiu à causa o valor de R$ 32.400,14

(trinta e dois mil, quatrocentos reais e quatorze centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. No que pertine à hipossuficiência é convencimento deste Juízo que a gratuidade da justiça há ser concedida em casos como o presente, e além, disso, a Autora logrou êxito ao comprovar sua hipossuficiência em documentação (contracheque) de fls. 19 a 65. Passo a apreciação do pedido tutelar provisório de urgência pelo estatuído no artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pela Autora relativo este a não contratação dos referidos empréstimos a titulo de "BMG EMP02 - COD. 5898" e "BMG/EMPRÉSTIMO 03 - COD. 5925", porquanto haja o banco Réu se negado a enviar a cópia relativos à contratação dos empréstimos pela Autora. O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional causaria prejuízo que pode ser potencializado por descontos realizados por tempo indeterminado em contracheque da Autora. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que suspenda os descontos consignados a título de "BMG EMP02 - COD. 5898" e "BMG/EMPRÉSTIMO 03 - COD. 5925" em folha de pagamento diante do órgão público em que a Autora exerce atividade. Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica da Autora, na qualidade de consumidora. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. "Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto." (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) Tema: 411. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 10h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0646147-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 35). Dá-se à causa o valor de R$ 36.433,91 (trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e noventa e um centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 35 e 36). Acostou aos autos procuração (fls. 8 a 14), demonstrativo de débito (fls. 5 e 6) e cédula de crédito bancário (fl. 31 e 32). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e,

para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0646301-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Suzy Elen Queiroz da Silva Garcia e outro - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de rescisão contratual, cumulada com indenização por danos materiais e morais, aviada por Suzy Elen Queiroz da Silva Garcia e Everaldo Garcia Damasceno em face de Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda. e N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. A ação foi ajuizada tendo em vista inadimplemento por parte dos Réus quanto a entrega do apartamento nº 301 - Bloco L, do Condomínio Residencial Bela Vista - Azaléia. Acostou-se nos autos procuração (fls. 13), planilha de débitos (fl. 18), parcelas pagas (fls. 85 a 112) e contrato de promessa de compra e venda (fls. 19 a 84). Atribuiu-se à causa o valor de R$ 120.872,48 (cento e vinte mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), sob os quais requereu-se a justiça gratuita. É o relato. Decido. Preliminarmente, os Autores pugnam a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino aos Autores que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Noutro giro, observa-se que há dois autores na presente demanda, contudo somente Suzy Elen Queiroz da Silva Garcia junta documentos autos e outorga procuração em fls.13. Dessarte, impõe-se ao prosseguimento da demanda que Everaldo Garcia Damasceno apresente seus documentos de identificação, assim como igualmente outorge procuração ao patrono nos autos. Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça e, extinção da demanda sem resolução do mérito. Intime-se e cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646352-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Nazare Picanço Barbosa - Vistos. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0651424-17.2018 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver as mesmas partes no polo ativo da demanda, o que exige da Secretaria que labore certidão a respeito de tal ocorrência, frisando sobre se existe identidade de partes, pedido e causa de pedir. A presente manifestação está sustentada no princípio do juiz natural estatuído no artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição Federal por meio do qual se garante a imprescindível segurança jurídica para a consecução da meta do Judiciário justo que se integra por órgão julgador legítimo que goze das garantias outorgadas pelo Texto Magno em nome do Estado Democrático de Direito. "O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal. Assim, afirma José Celso de Mello Filho que somente os juizes, tribunais e órgãos jurisdicionais previstos na Constituição se identificam ao juiz natural, princípio que se estende ao poder de julgar também previsto em outros órgãos, como o Senado, nos casos de impedimento de agentes do Poder Executivo." (4. MELLO FILHO, José Celso. A tutela judicial da liberdade. RT 526/291). Ordeno, pois seja o feito encaminhado ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime a livre distribuição deste feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0646481-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco

Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fl. 55). Dá-se à causa o valor de R$ 39.118,18 (trinta e nove mil, cento e dezoito reais e dezoito centavos), sob os quais recolheu as custas iniciais da demanda (fls. 58 a 60). Acostou aos autos procuração (fls. 20 a 28), demonstrativo de débito (fls. 56 e 57) e cédula de crédito bancário (fls. 29 a 36). É o relato. Decido. O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0646640-60.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Vitor Palmeira Tavares - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda de despejo por falta de pagamento, cumulado com cobrança de aluguéis e acessórios da locação, assim como pedido de tutela de urgência. A ação foi aviada por Vítor Palmeira Tavares em face de Ezimar Soffim de Moraes. O Autor acostou nos autos procuração (fl. 10) e contrato de locação residencial firmado entre as partes (fls. 11 a 15). Atribuiu a causa a quantia de R$ 9.690,87 (nove mil, seiscentos e noventa reais e oitenta e sete centavos), sob os quais requereu a benesse da justiça gratuita. É o relato. Decido. O litigante do polo ativo pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento deste Juízo goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina

(Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Doutro giro, certo é que dispõe o art. 58, inc. III, da Lei de Locações (Lei n.º 8245/1991) que nas ações de despejo o valor da causa corresponderá a doze meses de aluguel. In casu, constato que o Autor consignou o valor da causa em R$ 9.690,87, em desatenção ao previsto na norma de regência, razão pela qual altero de ofício o valor da causa para o montante de R$24.000,00, ex vi do art.292, §3º do CPC. Sobre o tema assim preleciona a jurisprudência pátria: RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS VENCIDOS. VALOR DA CAUSA. APLICABILIDADE.ARTIGO 58, INCISO III, DA LEI Nº 8.245/91. 1. Admitida a cumulação da ação de despejo por falta de pagamento com a de cobrança de alugueres, há de se declarar a incidência da norma especial, qual seja, a do artigo 58, inciso III, da Lei nº 8.245/91, por função de necessária interpretação extensiva, eis que o inadimplemento da obrigação contratual de pagamento do preço do aluguel do imóvel é comum a ambas as demandas, admitindo a ação de despejo, ela mesma, a emenda da mora, desconstitutiva, em ocorrendo, do objeto da ação de cobrança. 2. Recurso improvido.(REsp 673.231/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 30/06/2005, DJ 29/08/2005, p. 459) Assim sendo, assinalo ao Requerente o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça e extinção da demanda sem análise do mérito. Intime-se e cumpra-se.

ADV: RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ALMEIDA (OAB 42604/PE) - Processo 0647152-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eny de Oliveira Dácio - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda anulatória de negócio jurídico, cumulada com ação de reparação de danos, aviada por Eny de Oliveira Dácio em face de Paulo Fábio Dácio de Oliveira, em virtude de alegada nulidade ocorrida em acordo realizado no processo nº 062695-94.2018.8.04.001, o qual tinha por objetivo o divórcio das partes (fls. 1 a 17). Acostou-se nos autos procuração (fls. 18 e 19) e o acordo realizado (fl. 21). Atribuiu-se a causa o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo R$ 10.000,00 (dez mil) a título de indenização por danos morais. Requereu-se a benesse da justiça gratuita. É o relato. Decido. Preliminarmente, a Autora pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino à Autora que comprove sua alegada condição de beneficiária da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja a Autora intimada a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Noutro giro, faz-se necessário juntar aos autos a sentença referente ao processo nº 062695-94.2018.8.04.001, de forma digitalizada e de maneira coerente nos autos, a facilitar sua leitura e avaliação. Ademais, observo que cabem esclarecimentos quanto ao valor atribuído a causa, eis que se deixou claro quanto ao valor dos danos morais, qual seja, R$ 10.000,00 (dez mil reais). Não sendo possível depreender dos autos a proveniência dos demais R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Assim sendo, assinalo à Requerente o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça e, extinção da demanda sem análise do feito. Intime-se e cumpra-se.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0647155-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jander Souza de Castro - Vistos em correição permanente. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0654347-16.2018 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou que se trata do mesmo litígio, todavia a ação anterior foi arquivada e extinta sem a análise do mérito. Pois bem. Trata-se de demanda de rescisão contratual, cumulada com pedido de reparação por perdas e danos, aviada por Jander Souza de Castro em face de Lucicleide Maria Andrade Cruz. Conforme o alegado pelo Autor (fls. 1 a 9), a ação foi ajuizada pelo fato da Ré ter levado o veículo em litígio de forma arbitrária, embora estivesse em dia com as obrigações contratuais assumidas. O litigante do polo ativo acostou nos autos o contratos firmado entre as partes (fls. 13 a 16), assim como, as parcelas pagas (fls. 18 a 50), boletim de ocorrência (fls. 51), petição inicial e termo de audiência em trâmite na 18ª Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus/Am (fls. 52 a 56). Atribuiu a causa o valor de R$ 76.524,00 (setenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais), sob os quais pugna a benesse da justiça gratuita, através do parcelamento das custas em 6 (seis) vezes. É o relato. Decido. Preliminarmente, o Autor pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO

DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Noutro giro, observa-se que o Autor arrolou nos autos os comprovantes de pagamento das prestações (fls. 18 a 50), os quais são essenciais para a concessão da tutela. Todavia, para garantir a celeridade processual, vislumbra-se a necessidade de ser apresentado uma planilha de débitos, para que se tenha um saber em referência ao valor pleiteado pelo Autor em consonância com o devido valor da causa. Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça e, extinção da demanda sem análise do mérito. Intime-se e cumpra-se.

Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (OAB 4079am)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isaac de Moura Florencio (OAB 205370/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Klyssia Alves da Silva (OAB 12364/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Neydianne Batista Gonçalves (OAB 37352/SC)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Cavalcanti de Albuquerque Almeida (OAB 42604/PE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0353/2019

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ), ADV: ÁTILA ROGÉRIO GONÇALVES (OAB 118906/SP), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0225538-28.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0213906-05.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Brasil & Movimento S/A - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM) - Processo 0236491-51.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sindicato dos Servidores da Justiça Eleitoral do Estado do Amazonas - SINJEAM - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0606466-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Antonioni Pereira Lopes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0611134-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Dory Selma Jezine - REQUERIDO: Paulo Farias Imóveis S/C Ltda. - Vistos, Averbo minha suspeição para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do §1º, do art. 145, do CPC, in verbis: "Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". Ao meu substituto legal.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0628488-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edivânia Fleury Pinheiro - REQUERIDO: Centro Universitário Nilton Lins - Vistos. Custas recolhidas. Pugna-se tutela de urgência para concessão à Autora dos descontos praticados dentro da instituição Centro Universitário Nilton Lins aos discentes portadores de diploma de curso superior, no percentual de 20% ao mês. É o breve relato. Decido. Passo a apreciação do pedido tutelar provisório de urgência pelo estatuído no artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas dos elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pela Autora em preencher o requisito necessário à concessão do referido desconto, formação em curso superior, conforme demonstra

em documentação de fls. 14 a 16 e ao requerimento indeferido (fls. 82). O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, visto que a Autora, aluna da instituição, não está sendo beneficiada pelo desconto que tem direito; e além disso, eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional dificultaria o pagamento das parcelas, porquanto substancial o valor do desconto (20%). Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que conceda à Autora o desconto de 20% nas mensalidades vincendas. Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova em prol da Requerente e determino à Ré que colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de prestação de serviços sobre que tratam os autos, diante da hipossuficiência informacional e técnica da Autora, segundo as regras ordinárias de experiência, na forma do disposto no artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 09h30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado da Autora e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se a Autora através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0629443-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Simão da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve este Juízo por determinar sua emenda para que o Autor comprovasse sua hipossuficiência econômica para concessão da gratuidade da Justiça. É o breve relatório. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, porquanto haja logrado êxito o Autor em comprovar sua situação de hipossuficiência econômica, visto que não declara imposto de renda de pessoa física (IRPF). Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor quanto à suspensão do serviço essencial (fornecimento de água), pela empresa Ré referente à matrícula 2040549. O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie, relativa à resolução da controvérsia firmada pode conduzir à negativação dos dados autorais em cadastros restritivos de crédito e na suspensão do serviço essencial de água em prejuízo ao princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu ÁGUAS DE MANAUS S/A que se abstenha de suspender o serviço essencial de água e de realizar a negativação dos dados autorais pela fatura que ostenta o lançamento de R$ 318,19 (trezentos e dezoito reais e dezenove centavos), referente à fatura 02/2019, até que se resolva definitivamente a questão posta, tudo sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Em caso de já se ter ultimado a restrição creditícia, impõe-se ao Réu que a retire e demonstre em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Impõe-se-lhe o restabelecimento do serviço de água, acaso o haja interrompido, em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de imposição da mesma multa pelo mesmo período mencionado. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08/11/2019 às 10:30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0636904-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valentino Machado Xavier - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Vistos, Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 55 a 57), houve este Juízo por determinar ao Autor que comprovasse sua hipossuficiência para concessão da gratuidade da justiça e, bem assim para prestar esclarecimentos acerca do valor da causa. Dá-se à causa o valor de R$ 65.034,00 (sessenta e cinco mil e trinta e quatro reais). É o breve relato. Decido. Pois bem, em um primeiro momento é certo dizer que a percepção remuneratória em valor superior a 3 salários mínimos não impede o Autor do recolhimento das custas de processamento da demanda, porém em análise à documentação (declaração de imposto de renda, contracheque e extrato de conta-corrente), passo a entender que as movimentações lhe vulneram a mantença, motivo pelo qual defiro a gratuidade da justiça. O Autor requer a tutela de urgência para a suspensão de toda a cobrança de valores junto a seu contracheque, bem como que se abstenha o Réu de inscrever seu nome no SPC/Serasa e de protestá-lo em cartórios. Sucede que, em cognição sumária, não é possível a este órgão julgador se convencer da probabilidade do direito autoral à suspensão, pois não há como saber se a ele foi devidamente informado a respeito da proposta recebida, visto que alega que a maior parte da conversa fôra por meio de ligação através do número “051-9221-5918”. Ora, se assim o é fica desde já afastado o fumus boni iuris para a concessão, o qual é exigido pela disposição legal que repousa no artigo 300, da Lei do Rito Civil. INDEFIRO a tutela de urgência. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte

demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação, no dia 08 de novembro de 2019 às 09h00, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0639220-72.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Miguel Ramos Rolim Neto - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0646018-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Patrícia Moreira Ferreira - REQUERIDO: Ympactus Comercial Ltda. - Carlos Nataniel Wanzeller - Carlos Roberto Costa - James Matthew Merril - Lyvia Mara Campista Wanzer - Trata-se de cumprimento definitivo de sentença, aviada por Patrícia Moreira Ferreira em face de Ympactus Comercial Ltda., Carlos Nataniel Wanzeller, Carlos Roberto Costa, James Matthew Merril e Lyvia Mara Campista Wanzer. Nesse contexto, impende tramite o presente pedido junto aos da Ação Cível Pública nº 0227581-88.2018.8.04.0001. Dessarte, determino à Secretaria que promova o translado deste pedido aos autos acima referidos, ultimando-se a baixa e o consequente arquivamento destes. Após, voltem-me conclusos.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0646788-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Alcilene Marques Rodrigues - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Trata-se de demanda Acidentária aviada por ALCILENE MARQUES RODRIGUES contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna tutela antecipatória de urgência para conversão do auxílio-doença comum (espécie 31) para auxílio-doença de natureza acidentária (espécie 91). Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência da Autora emerja dos autos em virtude da condição de segurada por ela ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido à Autora que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM) - Processo 0648285-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Valdecir Alves Gondin Júnior - EPP - EXECUTADO: Seabra Navegação - ME - Fúlvio Pacífico Seabra - Vistos, Averbo minha suspeição para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do §1º, do art. 145, do CPC, in verbis: "Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". Ao meu substituto legal.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0660189-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: R. B. Valeta - ME - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Átila Rogério Gonçalves (OAB 118906/SP)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0337/2019

ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 003.821/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB A-538/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0350293-66.2007.8.04.0001 (001.07.350293-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Stélio Raimundo Bivar Neves - REQUERIDA: Marmoreal da Amazônia Indústria e Comércio de Mármores e Granitos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da petição de fls. 119, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600642-11.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 1299A/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0602367-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Wilkens Freire Cardoso - Francisco Carlos Barbosa Cardoso - REQUERIDO: Colégio Dom Bosco Leste (Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia) - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0608964-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Matheus Vicente de Andrade - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0609264-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eudgracilene Aline Leite França - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Motorola do Brasil Ltda. (Incorporada Pela Lenovo) - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 152305/SP), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0609460-10.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0603112-73.2019.8.04.0001) - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Euro Jader Sampaio - REQUERIDO: Banco Gmac S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609877-65.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610004-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA CAROLINA VIVANCO (OAB 256806/SP) - Processo 0613043-03.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Djard José Ribeiro de Oliveira - DEPOSFIEL: José Eduardo F. da Silva (Fiel Depositário) - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0615041-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - REQUERENTE: A. S. Queiroz Farias & Cia. Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0616116-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Kaio da Costa Pinto - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0621063-80.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 11/02/2020 às 11:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0621063-80.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623985-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Doranice da Silva Coelho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0626077-16.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Formapack Embalagens Plásticas Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627260-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629692-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0629948-88.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adriano Melro Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632863-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Domingos Sávio Silva Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0634421-83.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0634910-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0635340-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Edmilson Costa Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0636609-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Esdras Júnior Martins Araújo - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0636846-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente

as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: RODRIGO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 8943/AM), ADV: JÚLIA MARINHO NUNES (OAB 8399/AM), ADV: ALDINE ANDRADE DE MACEDO (OAB 8204AM) - Processo 0637137-25.2013.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Simone da Silva Batista - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0637302-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Bezerra e Castro Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. - ME - Iuri Bezerra de Castro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TARCÍSIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES), ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM) - Processo 0638043-73.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Manuela da Silva Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HEYLLER DIEGO PINTO DE MELO (OAB 14751/AM) - Processo 0643236-98.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Mael Barbosa da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 11/02/2020 às 10:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646489-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gleusa Rodrigues dos Reis - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 11/02/2020 às 11:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0648792-18.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco Barbosa Leal Júnior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0652283-33.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Abc Fomento Mercantil Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0655145-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ivânia Regina de Souza Rebouças - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0703009-21.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adahilton de Oliveira Pinho (OAB 152305/SP)
Aldine Andrade de Macedo (OAB 8204AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB A-538/AM)
Ana Carolina Vivanco (OAB 256806/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Gomes Alves (OAB 10718/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 1299A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heyller Diego Pinto de Melo (OAB 14751/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Júlia Marinho Nunes (OAB 8399/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Costa dos Santos (OAB 003.821/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)

Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Cavalcante dos Santos (OAB 8943/AM)
Tarcísio Almeida Corrêa (OAB 19377/ES)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0338/2019

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0207789-61.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Cintra e Maia Empreendimentos Ltda. - ME - Sílvio José Cintra Maia - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0225130-71.2010.8.04.0001 (001.10.225130-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: A. B. dos Santos Comercial - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ KLEBER ARRAES BANDEIRA (OAB 223A/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0238282-55.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0217355-68.2011.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: Silvana Pucú Teixeira - Espólio de Egeomar Marques Teixeira - REQUERIDO: Distribuidora Santos de Produtos Alimentícios Ltda. - Mais Comércio e Representação Ltda. - José Zico Vieira - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º, do artigo 437, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602700-50.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Pormazônia Portas de Madeiras da Amazônia Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0614337-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Liliane Auziel Pereira - Kaio Pereira da Silva - REQUERIDO: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda. - PERITA: Letícia Rocha Franklin - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora e a perita nomeada para que se manifestem sobre impugnação dos honorários periciais, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0623435-12.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Casa do Controle - Evandro Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0623540-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Valfilm da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. - REQUERIDO: FCA - Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. - Via Marconi Veículos Ltda. - PERITO: Sérgio Alexandre Pereira Citti - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida e o perito para que se manifestem sobre a impugnação de honorários periciais, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0626760-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: João Fernandes de Lima - ME - João Fernandes de Lima - Maria das Dores Costa de Lima - Janderson Costa de Lima do Vale - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: BRUNO SALVATORI PALETTA (OAB 252515/SP), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: BASTOS E BRASIL ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 565/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM) - Processo 0633239-28.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0631110-55.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Edmar Paz do Nascimento - Nadir Costa de Araújo - EMBARGADO: Moreno Indústria e Comércio de Equipamentos Rodoviários Ltda. - ME - Mecnil da Amazônia Indústria e Comércio de Componentes Metálicos Ltda. - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida MECNIL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES METÁLICOS LTDA, sob pena de extinção para esta, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0634703-29.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Casa Nova Materiais de Construção Ltda. - Dante Ricardo Mayer - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0641699-09.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Eldon Moreira de Sena Júnior - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Arquive-se e dê-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0641709-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda. - SAMEC - EXECUTADO: Rosinaldo Vieira Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO (OAB 23973/PE) - Processo 0643412-19.2015.8.04.0001 - Nunciação de Obra Nova - Limitação Administrativa - REQUERENTE: Plus Imóveis Ltda. - Mardisa Automóveis Ltda. - REQUERIDO: Moto Participações e Negócios Ltda. - Nasser Yacub - Construtora Rio Negro Ltda. - PERITO: Levi D'Araújo Nogueira - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida e o perito para que se manifestem sobre a impugnação de honorários periciais, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0644523-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manuel Roberto Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 18/02/2020, às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar/Setor 01, do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0718712-89.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Sílvio José Cintra Maia - Janete Cintra Maia - Cintra e Maia Empreendimentos Ltda. - ME - NÃO INFORM: Imóvel para Avaliação 01 - Imóvel para Avaliação 02 - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da certidão da Sra. Oficiala de Justiça em fls. 211, apresentando as informações necessárias para o cumprimento da diligência, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Bastos e Brasil Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 565/AM)
Bruno Salvatori Paletta (OAB 252515/SP)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Filipe de Souza Leão Araújo (OAB 23973/PE)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Kleber Arraes Bandeira (OAB 223A/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0212/2019

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0225129-71.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0233658-94.2010.8.04.0001 (001.10.233658-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) e-RIDFT às fls. 320, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0600170-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Almeida Martins - REQUERIDO: Auto Car Mult Marcas e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0600730-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0601156-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0601160-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601661-81.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603927-07.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME GIERON FONSECA E SILVA (OAB 357620/SP), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0604106-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho e outro - REQUERIDO: Audi do Brasil Industria e Comercio de Veiculos - Pole Comercio de Veiculos Ltda - Vistos, Considerando o exposto na petição de fls. 227/228, com a anuência do Sr. Perito, defiro o pedido de redesignação da perícia e fixo o dia 17 de setembro de 2019, às 14 horas, na sede da Empresa Requerida, para a realização do ato. Intimem-se as partes. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0606943-71.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608055-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0612857-53.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) e-RIDFT às fls. 180, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0614698-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0615273-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0615314-24.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: CARLOS ALBERTO SILVA MAIA - REQUERIDO: INSS-INTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante juntado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0615491-51.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0618681-85.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Katiane Castelo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621637-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Dennys Dimys Ferro Barreto - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622055-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Josiane Gomes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0623023-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624031-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626257-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joab Nascimento de Castro - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626342-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rondiedson Silva Lima - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626584-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rander Claudio Souza da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA LEITE DUARTE (OAB 11727/AM) - Processo 0626951-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria de Nazareth do Nascimento Marques - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627692-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Afonso Oliveira dos Passos - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628040-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628449-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Reinaldo Silva de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628681-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0628924-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0629482-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Rosineide Barbosa Gonçalves - REQUERIDO: Banco Daycoval S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0630211-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Raimundo Jose Carneiro - De ordem, nesta data, procedo a intimação do requerido Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, para que tome ciência do Requisitório de Pequeno Valor (RPV) de fls. 192-193 e 194-195, conforme a decisão interlocutória de fl. 188.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0633654-79.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A -

Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0636083-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638358-38.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0638523-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO DE PAULA ANDRADE MIRANDA (OAB 7850/AM), ADV: SARAH NADJAH RACHEL WELDJA AMORIM DE ANDRADE FERREIRA E MIRANDA (OAB 13169/AM) - Processo 0639361-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Raimundo Eloy de Souza Júnior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 11862/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0641191-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Teovaldo Guimarães - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0641431-13.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSA MARIA CHAVES DA SILVA (OAB 8436/AM), ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB 1075A/AM) - Processo 0642108-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: S.P.S.A. - REQUERIDO: A.S.A.F. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do oficio recebido de fl. 332/333, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: LUCAS DE SOUZA VALENTE (OAB 13191/AM), ADV: RODRIGO DURÃES FUGII (OAB 8763/AM), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP) - Processo 0643649-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nelson Shigefumi Hashioka e outro - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP), ADV: DIEGO BERNARDO (OAB 306430/SP), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0645208-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Fiotrans Comércio e Transportes de Cargas Ltda - REQUERIDO: Crédito Forte Fomento Comercial Ltda - Br Multimodal Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0646890-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do

art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO MOURA DA COSTA (OAB 166735/RJ) - Processo 0646917-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - Vistos, Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, observando-se a gratuidade de justiça deferida. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0647000-92.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Adelane do Socorro Matos Martins - Vistos, Trata-se de Ação de Reparação por Danos Morais, proposta por ADELANE DO SOCORRO MATOS MARTINS em face do Governo do Estado do Amazonas, conforme os fatos e fundamentos descritos na Inicial. O presente feito fora distribuído originalmente a este Juízo que, todavia, não tem competência para processá-lo e julgá-lo, em conformidade com a Lei Complementar nº 178/2017, em seu artigo 14. Ante o exposto, em homenagem à primazia do Princípio do Juiz Natural previsto no artigo 5º, inciso LIII da Constituição Federal, e frente à inequívoca incompetência deste Juízo, DECLINO A COMPETÊNCIA para presidir o presente feito, em favor do Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública Estadual. Remetam-se os autos ao Setor de Distribuição, para que seja distribuído ao Juízo competente. Cumpra-se com urgência. Intime-se.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0647037-22.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - Vistos, Intime-se o Autor para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação contábil que comprove a condição de hipossuficiência e escassez de recursos, podendo também juntar outros documentos que entender pertinentes para este fim, ou então recolher o valor das custas iniciais, que podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), tendo em vista que a Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor do jurisdicionado. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0647060-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo Nonato do Amaral - Vistos, Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte Autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Dispenso, por ora, a realização da audiência inaugural de conciliação, bem como postergo a análise do pedido liminar, para a fase posterior à contestação. Cite-se o Requerido via Portal Eletrônico de Citações e Intimações do TJAM para, querendo, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão ficta. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649096-17.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0653020-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Delcir Caarvalho do Nascimento (pai) e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - .

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0653038-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M Sales Gomes Transporte e Comério - Me - REQUERIDO: Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0660260-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB 1075A/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Leite Duarte (OAB 11727/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Bernardo (OAB 306430/SP)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Gieron Fonseca e Silva (OAB 357620/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Félix de Oliveira Brandão (OAB 11862/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Leonardo Moura da Costa (OAB 166735/RJ)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas de Souza Valente (OAB 13191/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Durães Fugii (OAB 8763/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosa Maria Chaves da Silva (OAB 8436/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sarah Nadjah Rachel Weldja Amorim de Andrade Ferreira e Miranda (OAB 13169/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago de Paula Andrade Miranda (OAB 7850/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0210/2019

ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: ANTONIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 003.110/AM), ADV: LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 6272ATO) - Processo 0019464-49.2005.8.04.0001 (001.05.019464-0) - Processo de Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Katia Rodrigues de Souza - EXECUTADA: Real Previdencia e Seguros S/A - Sucursal Manaus - Vistos. Compulsando os autos, verifico que assiste razão ao executado quando de sua manifestação de fls.386/390, visto que o cálculo processual acostado às fls. 381 levou em consideração como valor original a quantia de R$25.000,00, sendo que deveria considerar o valor ajustado do veículo à época do sinistro, conforme Apólice n. 00313469, que in casu, é o valor de R$17.937,70, conforme consta às fls.20. Ante o exposto, remetam-se os autos à Contadoria para a revisão dos valores controversos, nos termos da Sentença transitada em julgado, decisão de fls.283/284 e Acórdão de fls.322/331. Com a juntada do cálculo processual, intimem-se as partes para manifestação e voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846 AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0031534-64.2006.8.04.0001 (001.06.031534-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Raimundo Almeida do Nascimento e outros - REQUERIDO: TCA - Transportes Coletivos do Amazonas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifeste acerca da petição do perito de fl. 239, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0210757-69.2009.8.04.0001 (001.09.210757-6) - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: HSBS BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais referentes à expedição de carta de ciência da citação por hora certa e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: ANDRÉ DE ALMEIDA (OAB 151551/RJ), ADV: LÍVIA TINOCO PINHEIRO DE ANDRADE (OAB 175890/RJ), ADV: RICARDO

BAZZANEZE (OAB 57033/PR), ADV: ANDRÉ DE ALMEIDA (OAB 164322A/SP) - Processo 0222709-79.2008.8.04.0001 (001.08.222709-9) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Tyco Eletronics da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas da carta precatória e junte comprovante de recolhimento no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0262502-20.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Maria de Nazaré Marreira Ferreira - Chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito a decisão de fl. 68. Intime-se a parte Requerente para emendar a inicial, apresentando o comprovante de pagamento integral do preço do imóvel, consoante estabelecido no contrato de fls. 08-09, bem como de quitação dos impostos e taxas, conforme determina o art. 15 do Decreto Lei nº 58/1937, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321 do CPC.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: MICHELLE CRISTINE LIMA DE CASTRO (OAB 3997AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 002.138/AM) - Processo 0314467-13.2006.8.04.0001 (apensado ao processo 0204773-36.2011.8.04.0001) (001.06.314467-1) - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Anibal Lourenço Maruxo - Considerando a situação do AR de fl. 133, expeça-se Mandado de Intimação, para cumprimento do ato ordinatório de fl. 129.

ADV: CESAR RAFAEL DE MAGALHÃES OBERLAENDER (OAB 607A/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0322551-66.2007.8.04.0001 (001.07.322551-8) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: C. A. H. H. M. de Oliveira - REQUERIDO: Eucatur Pneus Ltda. - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, III do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, observando-se as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600436-94.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0600528-72.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602466-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Ivanete Barbosa da Silva - REQUERIDO: Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Ivanete Barbosa da Silva, por meio de seu patrono(a), em face de Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1148/1162, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM) - Processo 0602482-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Maria Queiroz Xavier - REQUERIDO: Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Maria Queiroz Xavier, por meio de seu patrono(a), em face de Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1172/1186, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou

oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB A671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602593-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Amaury Tadeu da Silva Cruz - REQUERIDO: Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Amaury Tadeu da Silva Cruz, por meio de seu patrono(a), em face de Fundacao Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1203/1217, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ADRIANA FREITAS DE MATTOS (OAB 11236/AM) - Processo 0603081-53.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: José Eduardo Gomes de Mattos - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por José Eduardo Gomes de Mattos, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 930/944, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0604234-58.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonorte Cargas Express Ltda - Me - Vistos. Trata-se de Execução de Título Extrajudial, proposta por Amazonorte Cargas Express Ltda - Me, por meio de seu patrono(a), em face de Companhia Energética de Roraima - Cerr, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que o Exequente não apresentou a planilha atualizada do débito, que fundamenta a monta apresentada às fls. 81/82 e que não houve Embargos à Execução. Pelo exposto, intime-se a parte Autora para no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos planilha atualizada de débitos da Executada, sob pena de extinção do feito nos moldes do artigo 485, III do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM) - Processo 0604529-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Eliseu Gomes Bandeira - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 884/886. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 873. Cumpra-se.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: PEDRO TENAÇOL ANDES (OAB 2217/AM) - Processo 0604899-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: NARZEU TAVARES COUTINHO NETO - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, III do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, observando-se as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605686-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Do compulsar dos autos, verifico que o Despacho de fls. 105/107 fora liberado nos autos com erro material em sua integralidade. Desta feita, hei por bem CHAMAR O PROCESSO À ORDEM, para tornar sem efeito o susomencionado Despacho, bem como sua certidão de encaminhamento para publicação de fls. 108/109. Diante disso, defiro o pedido de citação, por Oficial de Justiça, no endereço informado, devendo, para tanto, o Sr. Meirinho utilizar-se das prerrogativas que lhe são inerentes, em especial, a citação por hora certa, de acordo com as normas do Art. 252 do NCPC. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, Tabela VII, Item I. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0609728-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: WILLIANS LIMA DE MORAES - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609981-91.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0610572-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: R.D. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Carlos Alberto Dias Carvalho contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610759-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.C.P.R. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Carlos Alberto Dias Carvalho contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA MELO (OAB 113500/RS), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0610812-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Clinica de Ultra Som de Olhos Ltda. (Clinica de Olhos Dr. David Tayah) - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/04/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610829-39.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: C.R.N.R. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Carlos Alberto Dias Carvalho contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB A671/AM) - Processo 0610853-67.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: A.O.S. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Antonio Oliveira Silva, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo

tema. Todavia, às fls. 903/921, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0610917-77.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: J.H.F.M. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Carlos Alberto Dias Carvalho contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0610918-62.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: H.M.B. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Hudson Moraes Braga, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 830/844, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611180-51.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611969-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 1135A/AM), ADV: ADEMIR JOSÉ MARTINS DE LIMA FILHO (OAB 9199/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 128998/SP) - Processo 0612763-37.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lar Batista Janell Doyle - REQUERIDO: Universo Online S/A e outro - Vistos. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito cumulada com Indenização por Danos Morais, proposta por Lar Batista Janell Doyle, por meio de seu patrono(a), em face de Universo Online S/A e Banco Bradesco S/A., todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 184, o Réu Banco Bradesco S/A suscita em preliminar, a sua ilegitimidade passiva. Conquanto, a preliminar arguida se confunde com o mérito, devendo ser julgada em momento posterior. Ademais, percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 12/05/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes,

independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0613800-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Triangulo S/A - Vistos. Identifico que a petição inicial não se encontra acompanhada do respectivo comprovante de pagamento das custas e despesas, motivo pelo qual, nos termos do art. 290 do CPC, determino a intimação da parte Requerente, na pessoa de seu(sua) advogado(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o adequado preparo do feito, sob pena de cancelamento da distribuição e em igual prazo intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a sua representação processual, tendo em vista que o instrumento de fls. 13/14 não consta poderes ao advogado que assinou a exordial, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Cumpra-se.

ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: RENATO ALVES PEREIRA (OAB 11313/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM) - Processo 0614690-67.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Eduardo Cavalcante de Assis - REQUERIDO: Mhc Feijó de Oliveira - Me (Centro Educacional Agnus Dei) e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais referentes à expedição da carta de ciência da citação por hora certa e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0616656-65.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ozônio Telecomunicações Ltda - EXECUTADO: Francisco Alercio Marinho Aipuchima e outro - Vistos. Trata-se de pedido de reconsideração da Decisão de fls.58 do Exequente, de fls. 62/64, no qual aduz que a cláusula sexta do termo de acordo extrajudicial acostado aos autos (fls.23/26) estabelece que o executado Francisco Alércio Marinho Aipuchima assumiu a posição de fiador solidário de todas as obrigações ao referido, com expressa renúncia ao benefício de ordem, previsto no art. 827, do Código Civil. Ao final, requer o prosseguimento da execução em face do Executado Francisco Aipuchima. Com o petitório foram colacionados os documentos de fls.65/70. Às fls. 72/75, o Executado apresentou manifestação requerendo a retificação da certidão de fls. 71, a manutenção da Decisão de fls.58 e a expedição de mandado de citação do co-executado Souza e Dabila Serviços. Vieram-me os autos conclusos. De proêmio, colaciono o inteiro teor do art. 915, do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 915. Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado, conforme o caso, na forma do art. 231 . § 1º Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo comprovante da citação, salvo no caso de cônjuges ou de companheiros, quando será contado a partir da juntada do último. § 2º Nas execuções por carta, o prazo para embargos será contado: I - da juntada, na carta, da certificação da citação, quando versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens; II - da juntada, nos autos de origem, do comunicado de que trata o § 4º deste artigo ou, não havendo este, da juntada da carta devidamente cumprida, quando versarem sobre questões diversas da prevista no inciso I deste parágrafo. § 3º Em relação ao prazo para oferecimento dos embargos à execução, não se aplica o disposto no art. 229 . § 4º Nos atos de comunicação por carta precatória, rogatória ou de ordem, a realização da citação será imediatamente informada, por meio eletrônico, pelo juiz deprecado ao juiz deprecante. O executado Alércio Francisco Marinho Ipuchima compareceu espontaneamente aos autos para oferecer embargos dentro do bojo da presente execução, em total desacordo com o que preconiza o art. 917, do CPC, motivo pelo qual o petitório foi indeferido. Destarte, verifica-se que assiste razão ao exequente quanto ao pedido de reconsideração da Decisão de fls. 58, visto que o prazo para oposição de embargos conta-se independente da citação dos demais codevedores, não se aplicando o disposto no art. 229, do CPC. Outrossim,conforme cláusula segunda do contrato (fls. 23/26), o executado renunciou expressamente ao beneficio de ordem, não havendo óbices para o prosseguimento da execução em face deste devedor. Neste sentido, colaciono a seguinte jurisprudência: Ementa:APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO DEVEDOR PRINCIPAL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O FIADOR REGULARMENTE CITADO. POSSIBILIDADE. Possível o prosseguimento da execução em relação ao devedor/executado já citado, sendo desnecessário aguardar a citação do co-executado, mesmo que se trate do devedor principal. O fiador se comprometeu solidariamente ao pagamento como principal pagador, nos termos do contrato, renunciando, inclusive, ao benefício de ordem. APELAÇÃO DESPROVIDA.(Apelação Cível, Nº 70071025027, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em: 28-09-2016) Ementa: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LOCAÇÃO COMERCIAL. FIADOR. SOLIDARIEDADE COM O DEVEDOR PRINCIPAL. EXECUÇÃO DOS BENS DO DEVEDOR PRINCIPAL EM PRIMEIRO LUGAR. DESCABIMENTO. FIADOR QUE ASSUME A CONDIÇÃO DE DEVEDOR SOLIDÁRIO. - Havendo cláusula contratual em que a fiadora renuncia expressamente ao benefício de ordem, não há como acolher a alegação de que primeiro devem ser executados os bens do devedor principal para, somente então, sejam excutidos os bens do fiador. - Conforme precedentes emanados do Colendo STJ, é válida a cláusula contratual em que o fiador renuncia ao benefício de origem (STJ. REsp 851.507/RS). - Não tendo a Apelante comprovado que os valores objeto da execução não se confundem com os valores cujos comprovantes foram juntados aos autos, não há que se falar em direito ao abatimento no valor da execução. - Apelo conhecido, mas desprovido. (TJAM, Apelação Cíveln. 0231235-59.2013.8.04.0001, Relator (a): Wellington José de Araújo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 16/03/2016; Data de registro: 18/03/2016) Ante o exposto, considerando que o executado Francisco Alércio Marinho Aipuchima se apresentou espontaneamente aos autos, deve a presente execução prosseguir em face deste. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito, indicando especificamente os meios pelos quais deseja obter a satisfação de seu crédito. Ato contínuo, cite-se a empresa executada Souza e Davila Serviços em Tecnologia da Informação Ltda, por carta com aviso de recebimento. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO HAROLDO GUERRA LÔBO (SUSPENSO ATÉ 26/04/2018) (OAB 15166/CE) - Processo 0616955-81.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0613090-50.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Alden Fabian Soares Serrao - Isto posto, com fulcro no art. 485, VI do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, pela falta de interesse processual. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0618846-69.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROZIANE LOPES BRAGA (OAB 6590/AM) - Processo 0620513-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria do Socorro

Farias de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0620846-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio Pernambuco - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0622097-66.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ABIMAEL DO NASCIMENTO LOPES - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0622124-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Manoel Andrade dos Santos - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0624171-93.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ELMA SARA DA SILVA PEREIRA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Flaviano Bivaqua de Araújo Júnior CPF 613.382.572-34 CRM 4335 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 8:03 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0624496-34.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: SILVA E RODRIGUES FRIGORIFICO LTDA - ME - Vistos. Compulsando os autos, verifico que embora devidamente intimada, por meio de seu patrono (fls. 54), a Exequente deixou de acostar aos autos comprovante de pagamento relativo à diligências via BACENJUD, conforme certificado às folhas 55. Desta feita, intime-se a Empresa Requerente, pessoalmente, bem como seu Patrono, para que se manifestem acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem a resolução do mérito, nos termos do art. 485, § 1º, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: JÚLIO FEITOZA PEREIRA (OAB 6745/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM) - Processo 0624556-41.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: GLEYBSON PANTOJA DOURADO e outro - REQUERIDO: HOSPITAL SANTA JÚLIA LTDA - LEILA CASANI - Bradesco Saúde S/A - Vistos. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais, proposta por GLEYBSON PANTOJA DOURADO e FABIANA LIMA SANTOS, por meio de seu patrono(a), em face de LEILA CASANI, Bradesco Saúde S/A e HOSPITAL SANTA JÚLIA LTDA, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 13/05/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0625480-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0625889-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR) - Processo 0627996-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MAIKO LIMA GIL e outros - REQUERIDO: Aruanã Transportes Ltda - Companhia Mutual de Seguros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do ofício recebido e juntado aos autos nas fls. 691 a 696, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0629423-04.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Neidiran Oliveira de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de julho de 2019

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0629852-73.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0630594-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: B A Elétrica Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: YACY SOUZA DERZI (OAB 4734/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM) - Processo 0630792-38.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - EXEQUENTE: Erico Maurício Libório Badessa - EXECUTADO: Niário Derzi Júnior - Condomínio Residencial Parque dos Rios II - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada na Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial, proposta por Erico Maurício Libório Badessa, em face de Niário Derzi Júnior, ambos devidamente qualificados nos moldes da Exordial. Ao compulsar os autos, não verifico exibidos junto ao pedido de Execução da Sentença documentos mínimos a fim de embasar o valor atribuído ao pedido. Pelo exposto, intime-se a parte Autora para no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos planilha atualizada de débitos do Executado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0631118-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: J.H.S. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 748/750. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 743. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633008-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM) - Processo 0636032-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Verina Alves de Sousa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0636602-91.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jose Alberto da Silva Costa - Vistos. Verifica-se dos autos a desnecessidade de produção de novas provas, uma vez que o processo está devidamente instruído. Desta feita, anuncio o julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, I, CPC. Após a fluência in albis do prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para Sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636611-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM ou o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Cumprida a diligência, expeça-se carta de citação ou mandado de pagamento da quantia devida, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 do CPC/15 até o julgamento

em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa ou frustrada a citação por oficial de justiça, se requerido, autorizo a consulta ao(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte Requerida, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0637318-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0638642-75.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Murilo de Araujo Vieira Junior - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Murilo de Araujo Vieira Junior, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 987/1001, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0638890-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: AMERICAN EXPRESS - REQUERIDO: AGENOR DA COSTA BRAGA - Nada a questionar, homologo, por sentença, o acordo celebrado para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. As partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, conforme art. 90, § 3º, CPC. Pelo princípio da causalidade, condeno a parte Requerida honorários de advogado pro rata, tal como definido pelos litigantes no acordo avençado. Diante da inexistência de interesse recursal, declaro o trânsito em julgado nesta data, ficando dispensada sua certificação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0639481-03.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Joaquim Mendes Souza Filho - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Joaquim Mendes Souza Filho, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1035/1049, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência

Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 99999/AM) - Processo 0639522-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LEONILIA DE SOUZA RAMOS - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0640812-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jorge Luis Ramos do Nascimento - REQUERIDO: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jorge Luis Ramos do Nascimento, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 680/694, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641561-03.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC, pois não vislumbro nos autos a constituição em mora do devedor mediante Notificação Extrajudicial, conforme art. 3º do Decreto Lei n° 911/1969. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da vestibular, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0641664-49.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Vistos. Compulsando os autos, verifico a inércia da parte Requerente quanto ao cumprimento do ato diligenciado em ato ordinatório de fls. 149, apesar de devidamente intimada, por intermédio de seu(ua) Patrono(a), conforme certificado em certidão de fls. 153. Ante o exposto, intime-se a parte Requerente pessoalmente, por carta com aviso de recebimento, ou por Portal Eletrônico, caso possua cadastro, bem como seu(ua) Patrono(a) por publicação, para que se manifestem acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, qual seja, recolhimento das custas de Oficial(a) de Justiça, conforme Provimento 116/2017 - PTJ, Tabela VII, Itens I e V, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito, nos termos do §1º do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0641751-97.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 81, o Banco Autor pugna pela expedição de novo mandado de Citação. Imprescindível se faz o recolhimento de custas relativas à diligência pugnada. Pelo exposto, intime-se a parte Requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, acoste aos autos comprovante de pagamento dos emolumentos do Oficial de Justiça conforme a Portaria nº 116/2017 - PTJ, sob pena de extinção nos moldes do artigo 485, III do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0642892-54.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Valdete Marques Palheta - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada na Ação de Despejo cumulada com Cobrança de Alugueis Vencidos e Vincendos, partes devidamente qualificadas nos moldes da Exordial. Intime-se o Exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, pague as custas complementares da diligência pugnada, sob pena de extinção do feito, nos moldes do artigo 485, III, do CPC. Após o cumprimento da determinação retro, expeça-se o competente mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM) - Processo 0643009-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Carlos Hildomar de Oliveira Pontes - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643150-69.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0643900-66.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644825-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320 do Código de Processo Civil, vez que é perfeitamente possível instruir a ação monitória ajuizada por concessionária de energia com cópias de faturas para cobrança por serviços prestados, porém a autora deixou de apresentar tais documentos, limitando-se a apresentar apenas uma fatura com o valor total do débito, conforme folhas 33. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0645086-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Kleuzilene de Souza Cordeiro - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0645114-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Ademais, verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC, pois deixou de informar a situação do veículo. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0645337-11.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Daniela Rodrigues Batista - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Audiência Conciliação Cível [art. 448 CPC], designada para o dia 21/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0647444-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Nilda Bastos do Nascimento - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica e Odontológica - Vistos Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07/05/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0648171-21.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Maria da Glória Lima de Queiroz - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Maria da Glória Lima de Queiroz, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1093/1107, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0648671-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Marcos Ubiratam da Costa Sial - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Marcos Ubiratam da Costa Sial, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança

referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 936/945, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0650978-14.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: C.A.D.C. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Carlos Alberto Dias Carvalho contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0651892-78.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Alfredo de Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 674/676. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 662. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0652798-68.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Rosa Suely Goes do Nascimento - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 653/655. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 641. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0654077-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Yeda Maria Araújo da Rocha - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Tendo em vista a juntada do pagamento das custas relativas à expedição de ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, pela parte Requerida fls. 653/655. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 640. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0654087-36.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Raimunda do Socorro Izel Pedrosa - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer proposta por Raimunda do Socorro Izel Pedrosa contra Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques da Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Tendo em vista que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, vem manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu, expeça-se ofício à autarquia federal, para manifestar interesse de ingresso no processo como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. À Secretaria para providências que o caso requer. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0657025-04.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Jose Maria Roland Soares Filho - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jose Maria Roland Soares Filho, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1065/1079, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte,

como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0657088-29.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Carlos de Araújo Raposo Filho - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Carlos de Araújo Raposo Filho, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 822/836, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM) - Processo 0657173-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Jorge Erick Paz Colares - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jorge Erick Paz Colares, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1067/1076, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0657295-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Jose Carlos Martins Saraiva - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jose Carlos Martins Saraiva, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1078/1087, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência

Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Ademais, expeça-se novo ofício à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, para manifestar interesse de ingresso nos demais processos como assistente litisconsorcial da Requerida, com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0657399-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM) - Processo 0659697-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marinete Souza Pereira - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0660884-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da Carta/AR juntada aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 393A/RR), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0718410-60.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Roberto Gomes da Costa - REQUERIDO: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais - Vistos. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório, proposta por José Roberto Gomes da Costa, por meio de seu patrono(a), em face de Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que a Requerida pugna pela realização de perícia complementar, sem contudo, indicar a especialidade médica imprescindível ao apreciamento do pedido de fls. 234/235. Pelo exposto, intime-se a Ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique a especialidade médica para a execução do mister, em atendimento ao Acórdão de fls. 224/226, sob pena de extinção nos moldes do artigo 485, III, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

Ademir José Martins de Lima Filho (OAB 9199/AM)
Adriana Freitas de Mattos (OAB 11236/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 393A/RR)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
André de Almeida (OAB 151551/RJ)
André de Almeida (OAB 164322A/SP)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Haroldo Guerra Lôbo (SUSPENSO ATÉ 26/04/2018) (OAB 15166/CE)
Antonio Ivan Olímpio da Silva (OAB 003.110/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB A671/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846 AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
CESAR RAFAEL DE MAGALHÃES OBERLAENDER (OAB 607A/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Melo (OAB 113500/RS)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
Júlio Feitoza Pereira (OAB 6745/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lívia Tinoco Pinheiro de Andrade (OAB 175890/RJ)
Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB 6272ATO)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo de Oliveira Ramos (OAB 128998/SP)

Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 99999/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 002.138/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Michelle Cristine Lima de Castro (OAB 3997AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Onilda Abreu da Silva (OAB 2288/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Pedro Tenaçol Andes (OAB 2217/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato Alves Pereira (OAB 11313/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Bazzaneze (OAB 57033/PR)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 1135A/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Roziane Lopes Braga (OAB 6590/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Yacy Souza Derzi (OAB 4734/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO KATHLEEN DOS SANTOS GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO ANTÔNIO PINTO DAMASCENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0206399-95.2008.8.04.0001 (001.08.206399-1) - Monitória - Compra e Venda - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A - Dessa forma, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item d, recolha as custas referentes ao desarquivamento dos autos e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0261/2019

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: NATASHA CRISTINA PEREIRA DE JESUS (OAB 8437/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0019863-44.2006.8.04.0001 (001.06.019863-0) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Unipar Construtora Ltda - EXECUTADO: João Paulino Machado da Costa (J. P. M. da Costa) ‘ Strutura ‘ - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de petição em fls.432/436, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0242287-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Francisca Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que tome ciência da petição de fls. 311/313, e se manifeste, caso queira.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: ORLANDO MOREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 2594/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0606259-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Brena Oliveira da Costa - REQUERIDO: Condomínio Amazonas Flat e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do valor apontado como honorários em fls.90/91, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0611053-50.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: CLEICINEIDE LIRA DOS SANTOS - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM 2346AM - 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 9:00 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP) - Processo 0618267-29.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Raízen Combustiveis S/A (Shell Brasil S/A) - EXECUTADO: RN Incorporações Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (FL. 420) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0619766-48.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 4193/AC), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0621524-62.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624707-02.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referente ao Bacenjud, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ, para providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0628383-89.2016.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Inscrição na Matrícula de Registro Torrens - REQUERENTE: Cleider Baima Petillo - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0628610-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0628752-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos de fls.111 sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0630732-60.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça, necessárias à prática do ato processual, e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (penhora e avaliação - item III da tabela) ou informe se há interesse somente na citação do executado.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: TARCÍSIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES) - Processo 0634431-30.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerido para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0636597-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLEUTON PEREIRA TAVARES (OAB 13814/AM) - Processo 0638520-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francilane Michiles Miranda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, à fl. 112, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0638683-13.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0641817-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sergio Correa Brito - Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do CPC, a fim de que se proceda com a SUSPENSÃO dos descontos a título "CESTA FÁCIL ECONÔMICA" e "CESTA EXCLUSIVE 1" na conta bancária da parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. O descumprimento dessa medida acarretará multa de R$ 500,00 (quinhentos) reais a cada desconto, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Concedo ao requerente os benefícios da gratuidade judiciária, nos termos do art.98º do CPC. Em relação a inversão do ônus da prova, a regra processual é de que o autor produzir a prova dos elementos constitutivos de seu direito, havendo, a princípio a alegada verossimilhança de suas alegações, apesar de que as partes são capazes e os contratos hígidos após sua celebração, deve a requerida demonstrar o contrato pelo qual resgata seu crédito. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar para o dia 16/12/2019, às 09:30, nos termos do Art. 334 do CPC, o qual se realizará no CEJUSC-CÍVEL sala 13 Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0642848-40.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonorte Cargas Express LTDA - ME - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.493/495 e 496/505, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0644242-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Nicolay Alves Bernardo - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelo autor. Diante disso, remetam-se os autos ao contador para fins de cálculo das custas e intime-se para fins de recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0645868-97.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda na hipótese de pagamento integral da dívida, caso entenda ter havido adimplemento a maior e deseje restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0646862-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após

o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda na hipótese de pagamento integral da dívida, caso entenda ter havido adimplemento a maior e deseje restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0646998-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Edmundo Barreto Correa - Contudo, confrontando as causas de pedir, verifico que os contratos são totalmente distintos, e com isso incabível a conexão de ações, nos termos do Art. 55 do Código de Processo Civil. De igual forma, considerando que não existe o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, não se aplica o artigo 55, § 3° do CPC. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0647005-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Edmundo Barreto Correa - Contudo, confrontando as causas de pedir, verifico que os contratos são totalmente distintos, e com isso incabível a conexão de ações, nos termos do Art. 55 do Código de Processo Civil. De igual forma, considerando que não existe o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, não se aplica o artigo 55, § 3° do CPC. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0647014-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Edmundo Barreto Correa - Contudo, confrontando as causas de pedir, verifico que os contratos são totalmente distintos, e com isso incabível a conexão de ações, nos termos do Art. 55 do Código de Processo Civil. De igual forma, considerando que não existe o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, não se aplica o artigo 55, § 3° do CPC. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647485-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se. M

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0660603-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0718546-57.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS - EXECUTADA: Prisma Fomento Mercantil Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cleuton Pereira Tavares (OAB 13814/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 4193/AC)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Glair Maria Alves dos Santos Vital (OAB 2515/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)

Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Maria do Carmo Alves (OAB 296853/SP)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasha Cristina Pereira de Jesus (OAB 8437/AM)
Orlando Moreira de Souza Filho (OAB 2594/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tarcísio Almeida Corrêa (OAB 19377/ES)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0262/2019

ADV: RÊMULO JOSÉ NASCIMENTO (OAB 118A/AM) - Processo 0644655-56.2019.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Pagamento - REQUERENTE: Marajo Diesel Ltda - REQUERIDO: Engetecman - Empreendimento e Tecnologia de Manutenção Ltda - 3g Sistemas - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, em se tratando que o contrato de arrendamento celebrado entre as partes possui razoável valor econômico com ganho de renda mensal, assim como possui capital social de R$1.2000,000,00, razão pela qual concedo o prazo de quinze dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

Rêmulo José Nascimento (OAB 118A/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0270/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0202803-98.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 120. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos: I- Apresente memória discriminada e atualizada do débito; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome da executada. Após, remetam-se os autos à fila de consultas eletrônicas. A outro turno, mantenham-se os autos arquivados, uma vez que o deferimento destas diligências não interrompem o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: LAISA MAIA DE OLIVEIRA (OAB 14144/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LAYANA CABRAL MARQUES MOREIRA (OAB 7838/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0215125-19.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: Tupã Importação Ltda. - EXECUTADO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.304 determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará dos valores depositados. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM), ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM) - Processo 0230562-56.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Alcione Souza da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas (recolhendo apenas as custas de Citação - R$ 65,00 reais - item I da tabela) da(s) diligência(s) do oficial de justiça, necessárias à prática do ato processual, e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600499-17.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 101. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0600645-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADA: Ozilda Chaves e outros - Indefiro o pleito de fls. 85, visto que verifico a existência de dois endereços, encontrados às fls.224 e 227, que ainda não foram diligenciados. "Requisito básico. Deve ser tentada a localização pessoal do réu por todas as formas. Somente depois de resultar infrutífera é que estará aberta a oportunidade para a citação por edital. (...) Localização pessoal do réu. Diligências. Antes de proceder-se à citação por edital, deve-se tentar a localização pessoal do réu, com expedição de ofícios ao TRE, DRF e outros órgãos públicos, indagando sobre seu paradeiro (RJTJSP 124/46)." NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria de. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 418. Nesse diapasão, colijo não estarmos, por ora, diante de situação que possa ensejar a citação editalícia, posto que, o pedido não se amolda ao art. 256 Código Processual Civil vigente. Dessa forma, a fim de evitar vícios, o que acarretaria a nulidade da citação e dos atos posteriores praticados por este juízo, determino a intimação do autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR's, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado ao requerente optar por realizar a citação dos requeridos por meio de mandados, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, à Secretaria que expeça AR's/Mandados, que deverão ser destinados aos requeridos I S Dias e Cia Ltda e Ícaro Sério Dias, para os seguintes endereços: I- Rua 09, Quadra B, Nº 18, Conjunto Colina do Aleixo, São José Operário, Manaus-AM; II- Rua 04, Nº 141, Conjunto Castelo Branco, Parque 10, CEP 69055-220, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0602873-74.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Rquerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0603176-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Solution Consultoria Em Tecnologia da Informação Ltda-me - Intime-se o Requerente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015. Havendo pedido para expedir nova carta ou mandado, deverá o interessado pagar imediatamente as custas pertinentes e indicar o endereço no mesmo prazo assinalado acima. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP) - Processo 0603399-36.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0600641-84.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Abc Fomento Mercantil Ltda - REQUERIDO: Moto Honda da Amazônia Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 129/178, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0603474-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604498-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604887-94.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0608943-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Eduardo Damasceno Freitas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 177/180, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0609172-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0610016-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - EXEQUENTE: Makro Atacadista S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$214.860,23, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-

se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0616714-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria de Fátima Auziel Pereira - REQUERIDO: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial psicológico, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0616898-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Fernanda Vieira de Macedo - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 221/225, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: LÚCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (OAB 5446/AM) - Processo 0616956-32.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: ANTONIO CARLOS BELEM TAVEIRA - Vistos, etc. Indefiro os pedidos formulados pelo executado, uma vez que o percentual de desconto fixado sobre a remuneração mostra-se consentâneo com os rendimentos e despesas pessoais do devedor e com o que vinha sendo descontado por ocasião do empréstimo. Ademais, não há pertinência na pretensão do executado de que o exequente apresente os índices de correção do débito, uma vez que as teses defensivas já foram enfrentadas por ocasião do julgamento dos embargos monitórios. O mesmo se diga sobre o pleito de designação de audiência de conciliação, providência desnecessária que não impede a eventual formulação de proposta de acordo a ser submetida ao exequente. Assim, prossiga-se a execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÍVIA OLIVEIRA E SILVA (OAB 12851/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LÍVIA ROCHA BRITO (OAB 6474/AM) - Processo 0617240-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas - Secção Amazonas - REQUERIDO: Evandro da Silva Bronzi - INTSSADO: Wanderson Miguel Maia Chiesa - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 644/672, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: IVANILDO XAVIER SOARES (OAB 199A/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: JANDERLI CAVALCANTE COSTA (OAB 12550/AM) - Processo 0618672-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claus Heinz Pfeiffer - REQUERIDO: Portela Industria e Comercio de Madeiros Ltda. - Portela Woods - Designo o dia 10/10/2019 às 09:30h para realização da audiência de instrução e julgamento, na forma do artigo 357, V, do Digesto Processual Civil. Intimem-se o perito nomeado (por e-mail) e as partes para comparecerem a fim de que se esclareçam as divergências apontadas por estas, bem como as testemunhas que deverão ser informadas ou intimadas da audiência pelos respectivos patronos da partes, dispensando-se intimação do juízo, conforme art.455, Caput, do CPC. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0618904-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0619386-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edson Maia Borges e outro - REQUERIDO: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Apesar de a parte requerida solicitar prazo para as litigantes apresentarem assistentes técnicos e quesitos para a perícia, verifico que este ato já fora oportunizado às partes no momento da nomeação do perito. Assim, intime-se o perito para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar a este juízo se a perícia agendada para o dia 05 de agosto foi realizada. Em caso de resposta positiva, este deverá juntar o laudo pericial aos autos. No caso de resposta negativa, intime-se novamente as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informem os quesitos da perícia a ser realizada, bem como indiquem, assistentes técnicos se julgarem necessário. Após, ao expert para que agende nova data para realização da peritagem. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: IURE PAULO COELHO SILVA (OAB 34535/GO), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: VICTOR EDUARDO LOPES BARRETO (OAB 13515/AM) - Processo 0622660-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Moden Modelo de Engenharia Ltda e outro - TERCEIRO I: Ello Corporações Ltda - Nos termos do art.676, Caput, do CPC, os embargos de terceiro serão distribuídos por dependência ao juízo que ordenou a constrição e autuados em apartado. Entretanto, no caso vertente, os embargos foram peticionados nos mesmos autos. Assim, concedo o prazo de 15(quinze) dias para que o embargante regularize a distribuição, sob pena de não conhecimento da ação. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: LAUREANA MARTINS DOS SANTOS (OAB 211303/SP), ADV: HERLANE MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 4229/RO), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: DIEGO RIOS DE ARAÚJO (OAB 293907/SP), ADV: ANDRÉA GONÇALVES OLIVA ITACARAMBI (OAB 25246/GO), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM) - Processo 0622696-34.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Moden Modelo de Engenharia Ltda e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual indicado as fls. 448, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622966-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio Residencial Opera de Paris - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DANIEL DIRANI (OAB 219267/SP), ADV: THIAGO GALVAO SEVERI (OAB 207754/SP) - Processo 0625023-15.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Trend Fairs & Congress Oper. Viag. Prof. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada no sistema conveniado Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0625822-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: BRENDA DE JESUS MONTENEGRO (OAB 12868/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 4550/PI), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM) - Processo 0628690-77.2015.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: LEDA BARROCO DE LACERDA ME - SANAR CIDADANIA AMBIENTAL - Compulsando os autos, verifico que a parte interessada deixou transcorrer in albis o prazo para o cumprimento do comando de fls. 119. Nessa esteira, intime-se novamente a requerente para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos. Cumpra-se.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0628801-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Defiro parcialmente o pedido de fls. 154/155. Dê-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o autor cumpra o ato de fls.151. Advirto que a não observância do prazo estipulado acima, ensejará na extinção do processo sem resolução do mérito, conforme preceitua o art. 485, IV do CPC. Decorrido o prazo sem a manifestação da parte autora, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SARAH ARINANA DOS SANTOS (OAB 12488/AM) - Processo 0630021-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Lindemberg Aguiar Rocha - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM) - Processo 0632554-55.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - EXECUTADO: Roberto Trindade Levinthal - Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as consultas realizadas às fls. retro, bem como para requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635756-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Giza Waleria Rosas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que atualize o endereço para possível intimação pessoal futura, uma vez que o município indicado na contestação difere daquele no qual foi citada por carta, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0636509-94.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0638093-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca da proposta de acordo formulada pela requerida às fls.66, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0639560-79.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KAIRA BANAR PLEUTIN (OAB 18762/MS) - Processo 0639641-62.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se

expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM), ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM) - Processo 0639838-51.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wanderson Miguel Maia Chiesa e outro - REQUERIDO: Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas - Secção Amazonas - Evandro da Silva Bronzi - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 638/661. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0645809-80.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0646878-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Portela, Lima & Colen Sociedade de Advogados - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646994-85.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Glace Martins Pinheiro - Vistos, etc. O art. 288 do CPC/2015, dispõe: “O juiz, de ofício ou a requerimento do interessado, corrigirá o ero ou compensará a falta de distribuição”. No caso, verifica-se erro na distribuição, na medida em que não foi observada a distribuição a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Desse modo, determino a redistribuição dos presentes em favor de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CINTHYA ELIZA MAGALHAES DE SOUZA (OAB 12635/AM) - Processo 0647058-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Beatriz Moreira Fernandes - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais e morais intentada por Beatriz Moreira Fernandes em face de Claro S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão de cobranças de linha telefônica não contratada, bem como de linha telefônica cancelada. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá “quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. No caso concreto, entendo estarem presentes os pressupostos necessários ao deferimento da medida de urgência. Isto porque, conforme se extrai da inicial, a parte autora está sendo cobrada por serviços não solicitados, e conforme afirmado não teve êxito no cancelamento dos serviços. Ora, a verossimilhança das alegações autorais decorre da ausência de demonstração, de plano, da existência e da exigibilidade das dívidas questionadas na ação, sendo impossível que a autora demonstre fato negativo, isto é, a contratação do serviço questionado. Ademais, o fundado receio de dano irreparável, ou de difícil reparação, decorre dos notórios efeitos negativos que uma cobrança indevida pode trazer, com o comprometimento da renda da autora com serviços não contratados. Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico ser possível a reversibilidade da medida, sendo pleito que se refere somente à suspensão das cobranças e abstenção de negativação. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de que a requerida abstenha-se de emitir novas faturas mensais da linhas associados ao CPF da autora, bem como que se abstenha de incluir o nome da parte autora no rol de inadimplentes, sob pena de incorrer em multa diária de R$200,00 até o limite de R$10.000,00. Quanto a inversão do ônus da prova, destaca-se que a situação dos autos retrata evidente a relação de consumo, sendo autorizada a inversão do ônus probatório, nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC e artigo 373 do CPC/2015. No mais, por conta do Princípio de promoção pelo Estado da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 07 de outubro de 2019, às 9 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 3º andar /Setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça

e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647203-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Andreza da Silva Brito - Vistos, etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio doença com pedido de conversão em aposentadoria por invalidez proposta por Andreza da Silva Brito contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647269-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Iones Veiga de Queiroz - Vistos, etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio doença com pedido de conversão em aposentadoria por invalidezproposta por Iones Veiga de Queiroz contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0649770-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco das Chagas Oliveira da Silva Borracharia - Me (Borracharias Manaus) - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 240/245, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM) - Processo 0650909-79.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Afranio Frazão Campos - Vistos, etc. É cediço que a petição inicial deve preencher todos os requisitos elencados no art. 319 do CPC. Do compulsar dos autos, verifico ser incabível a pretensão de recebimento de quantia despedida com aquisição de veículo, um vez que a obrigação refere-se a entrega deste. Por isso, malgrado a existência de previsão contratual, entendo que há necessidade de pleitear-se antes a rescisão contratual cumulada como pedido de perdas e danos. Assim, assinalo o prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo a parte autora emende a inicial, adequado os pedidos ao procedimento comum, ficando ciente a parte que a inércia ensejará o indeferimento da petição inicial, consoante art. 321, § único do Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0655675-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Joel Oliveira de Menezes - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 134/137, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ELIAKIM BRITO FURTADO (OAB 8326/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0704673-87.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula Hipotecária - EXEQUENTE: AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A - EXECUTADO: Cleudo de Oliveira Tavares e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 58/60, no prazo de 05 (cinco) dias.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andréa Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB 25246/GO)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Brenda de Jesus Montenegro (OAB 12868/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cinthya Eliza Magalhaes de Souza (OAB 12635/AM)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Daniel Dirani (OAB 219267/SP)
Diego Rios de Araújo (OAB 293907/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliakim Brito Furtado (OAB 8326/AM)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Herlane Moreira de Oliveira (OAB 4229/RO)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Iure Paulo Coelho Silva (OAB 34535/GO)
Ivanildo Xavier Soares (OAB 199A/AM)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
Janderli Cavalcante Costa (OAB 12550/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)

José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Kaira Banar Pleutin (OAB 18762/MS)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laisa Maia de Oliveira (OAB 14144/AM)
Laureana Martins dos Santos (OAB 211303/SP)
Layana Cabral Marques Moreira (OAB 7838/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lívia Oliveira e Silva (OAB 12851/AM)
Lívia Rocha Brito (OAB 6474/AM)
Lúcio Antônio Simões Monteiro (OAB 5446/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Sarah Arinana dos Santos (OAB 12488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 4550/PI)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
THIAGO GALVAO SEVERI (OAB 207754/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Victor Eduardo Lopes Barreto (OAB 13515/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0166/2019

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 003.455/AM) - Processo 0011554-05.2004.8.04.0001 (001.04.011554-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Laudeny Costa e Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 732, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: JEAN CARLOS PAULA RODRIGUES (OAB 4748/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM) - Processo 0044648-41.2004.8.04.0001 (001.04.044648-5) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Uruguacirene da Silva Rebello e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 786/789, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA OLMEDIJA (OAB 3191/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0059406-59.2003.8.04.0001 (apensado ao processo 0101601-25.2004.8.04.0001) (001.03.059406-6) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Renato de Souza Rebello - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 613/617, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0074355-54.2004.8.04.0001 (001.04.074355-2) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - REQUERENTE: Enir Silva de Oliveira e outro - Diante da inércia das partes acerca do ato ordinatório de fl. 1025, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0202774-19.2009.8.04.0001 (001.09.202774-2) - Cumprimento de sentença - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Paulo de Araújo Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0212703-08.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0338296-86.2007.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Imissão - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda - Defiro o pedido de fl. 829, concedendo à Requerente mais 15 (quinze) dias para que apresente o comprovante de depósito de 50% dos honorários periciais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0223530-44.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0087879-21.2004.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADA: Angela Cavazzana Gonçalves Targino - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0229433-16.2019.8.04.0001 (processo principal 0616951-73.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Alfredo Alberto Vieira de Paula - Diante do teor da r. Certidão, determino a baixa e o arquivamento do presente cadastro processual, aberto por equívoco no peticionamento eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS (OAB 9872/AM) - Processo 0231723-04.2019.8.04.0001 (processo principal 0637437-45.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Maria Gorete Paiva de Souza - Diante do teor da r. Certidão, determino a baixa e o arquivamento do presente cadastro processual, aberto por equívoco no peticionamento eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0231852-09.2019.8.04.0001 (processo principal 0232066-15.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Ronaldo Cley Prestes Lemos - Diante do teor da r. Certidão, determino a baixa e o arquivamento do presente cadastro processual, aberto por equívoco no peticionamento eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CLÁUDIA CASTRO DE HOLANDA (OAB 4405/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO MOTA (OAB 2155/AM) - Processo 0232039-17.2019.8.04.0001 (processo principal 0015505-18.1997.8.04.0012) - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Eliezer Nunes da Luz - Bernaldo Braga dos Santos e outro - Diante do teor da r. Certidão, determino a baixa e o arquivamento do presente cadastro processual, aberto por equívoco no peticionamento eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0233388-55.2019.8.04.0001 (processo principal 0203260-96.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão - REQUERENTE: Luis Augusto Marques dos Santos - Diante do teor da r. Certidão, determino a baixa e o arquivamento do presente cadastro processual, aberto por equívoco no peticionamento eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0234482-38.2019.8.04.0001 (processo principal 0717020-55.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Cesar Lobato Brito - Diante do teor da r. Certidão, determino a baixa e o arquivamento do presente cadastro processual, aberto por equívoco no peticionamento eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM) - Processo 0235249-76.2019.8.04.0001 (processo principal 0619015-61.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Maria Izailda Correa Barros - Diante do teor da r. Certidão, determino a baixa e o arquivamento do presente cadastro processual, aberto por equívoco no peticionamento eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0248433-17.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0629358-48.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Renato Reis de Seixas - Diga o Exequente sobre o teor da petição/documentos de fls. 768/810, no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) - Processo 0250634-45.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Gerson Silva de Oliveira Júnior - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se o(a) exequente para manifestar-se sobre os termos da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 513, caput, c/c art. 920, I, e 219, caput, CPC/2015), informando expressamente se concorda com os cálculos apresentados pelo(a) Impugnante, para fins de celeridade no julgamento da Impugnação. Após, os autos deverão ser encaminhados conclusos ao MM. Juiz. Intime-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0251839-46.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: Luiz Walter Moura Carneiro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 761/768, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: CAROLINA CÂNCIO COUTO DE SOUZA (OAB 7517/AM) - Processo 0256934-23.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Erro Médico - REQUERENTE: Edrica Nunes Pereira e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO Do(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impugnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0600154-27.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Recondução - IMPETRANTE: Rosimeire Araújo Gonzalez - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 228, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM) - Processo 0600388-38.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: OVERLAN SILVA DE SOUZA - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0603143-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Selene Braga Leite - Expeça-se alvará eletrônico em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento do valor depositado às fls. 358, atentando para o domicílio bancário informado à fl. 359. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM) - Processo 0604121-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: José Maria da Silveira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte embargada para que diga, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos, tendo em vista os efeitos infringentes perseguidos (Art. 1023, §2° c/c Art. 183, caput, do CPC). Intime-se.

ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM) - Processo 0605033-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: OSÓRIO FONSECA NETO - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0612820-21.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Raquel da Silva Pereira - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM) - Processo 0612878-58.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - EXEQUENTE: Janaina de Lourdes Oliveira Cardoso - De ordem do MM. Juiz de Direito,

intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM), ADV: ANA CRISTINA LEMOS FROTA (OAB 2416/AM), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0613336-80.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Sandra Erly Farias T. Medina - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 191, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0613587-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: EF Comércio de Veículos Ltda - Em virtude do comprovante do pagamento apresentado, como se vê às fls. 127/128, ao Detran/Am para que providencie a baixa definitiva, dando cumprimento ao julgado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HILGNER AUGUSTO DOS SANTOS SOUZA MONTEIRO (OAB 12848/AM) - Processo 0614647-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Vanderleia da Costa Azevedo - Ao Estado do Amazonas para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, atender integralmente ao Despacho de fl. 128, juntando aos autos também os prontuários do atendimento da sra. Vanderleia da Costa Azevedo, desde a admissão na unidade hospitalar. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB A1089AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0615920-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Wilson Castro Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(a) Advogado(a) da parte interessada para apresentar mídia digital (CD ou DVD) contendo todos os documentos e informações (no formato PDF) elencados e exigidos pelo Art. 18 da Resolução nº 003/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, para fins de instruir o Precatório a ser encaminhado à Central de Precatórios do TJ/AM, a seguir transcritos: 1 - cópia dos CPFs dos credores (no caso de advogado apresentar CPF e NIT); 2 - cópia do espelho do processo que conste a data da distribuição da processo de conhecimento; 3 - cópia da petição inicial do processo de conhecimento; 4 - cópia do título extrajudicial ou da Sentença e de todos os Acórdãos proferidos no processo de conhecimento, se houverem; 5 - cópia da certidão de trânsito em julgado da condenação; 6 - cópia do despacho ou ato ordinatório que determinou a intimação da Fazenda para impungnar a execução, com as respectivas certidões de publicação via portal; 7 - se houver impugnação à execução, juntar cópia da Decisão, Sentença e ou Acórdãos nela proferidos e a certidão de trânsito em julgado da impugnação. 8 - se não houve impugnação à execução juntar apenas a certidão de decurso do prazo informando que não houve impugnação à execução. 9 - no caso de haver custas acrescidas, juntar a cópia da intimação da Fazenda sobre essas custas acrescidas. 10 - cópia do ato ordinatório ou do despacho que intimou as partes sobre a atualização dos cálculos pela Contadoria, bem como as certidões das respectivas intimações via Diário e via Portal; 11 - cópia da procuração outorgada ao advogado; 12 - cópia do despacho ou decisão que determinou a expedição da requisição de pagamento. Intime-se.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB A1089AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0615920-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Wilson Castro Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte interessada para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, as informações e documentos abaixo relacionados, com vistas a viabilizar a expedição da Requisição de Pequeno Valor (RPV), os quais são requisitos necessários no termos da Resolução 003/2014 do TJ/AM: 2 - a cópia do CPF do Advogado do Requerente; não é suficiente a informação do número do documento, mas é necessária a cópia. 3 - o número do NIT do Advogado do Requerente; Intime-se.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0615927-44.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Maria Aurea Damasceno do Nascimento - Expeça-se alvará eletrônico em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento do valor depositado às fls. 234/239. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM) - Processo 0616350-33.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Maria Izanete Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM) - Processo 0617923-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Digiorgio dos Santos Novaes - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: JOÃO DA SILVA PESSÔA JÚNIOR (OAB 13074/AM) - Processo 0618019-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Francisco Dutra Chaves - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEWTON GALILEU DE OLIVEIRA REIS (OAB 8420/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: AGHATTA RAYANDRA CAVALCANTE BARBOSA (OAB 10101/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM), ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0618324-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hildervandro Gomes da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - Intime-se a empresa Fênixsoft Gestão de Softwares e Consignados LTDA, por mandado judicial, a fim de que preste esclarecimentos, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o repasse dos valores descontados do Requerente ao Banco Santander e/ou Banco Bradesco, referentes ao contrato de empréstimo consignado n.º 144379953-00, acostando aos autos os respectivos documentos comprobatórios, conforme consta na planilha de fls. 378/379. Após, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0623250-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: Railane Ramos dos Santos e outro - Diante do pedido de fls. 132/134, determino ao Estado do Amazonas que dê cumprimento à obrigação de fazer fixada na Sentença de fls. 49/52, devendo comprovar a efetivação da medida no prazo de 30 (trinta) dias úteis, sob pena da adoção de medidas coercitivas por este Juízo, com vistas a assegurar a efetividade do julgado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0624613-20.2018.8.04.0001 - Liquidação por Arbitramento - Pagamento - REQUERENTE: Washington Luiz da Costa Silva - Diante do teor da r. Certidão, remeta-se os autos novamente à Contadoria Judicial para incluir no cálculo de fl. 53 os honorários sucumbenciais da fase de conhecimento arbitrados em 10% sobre o montante da condenação. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0625084-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Alcineia Alves Freire e outro - Trata-se de cumprimento de títutlo judicial no qual o Estado do Amazonas foi condenado a assegurar a realização de tratamento vascular de embolização em favor da Requerente. No entanto, sobreveio o óbito da Requerente, como se vê à fl. 154. Assim, considerando que a morte põe fim à capacidade processual

da parte e sendo que, no caso concreto, o direito assegurado na sentença transitada em julgado é intransmissível, impõe-se a extinção do feito. Mediante o exposto, determino a baixa e o arquivamento dos autos, com suporte no art. 485, IX, c/c art. 771, Parágrafo Único, ambos do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP) - Processo 0628787-09.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outros - Decisão. Diante do exposto, REJEITO a petição inicial em relação ao Requerido Wilson Ribeiro, excluindo-o da presente lide em virtude de seu falecimento (Certidão de Óbito às fls. 675), antes de regularizada a relação processual, ex vi do art. 485, IV, CPC. RECEBO A PETIÇÃO INICIAL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA em relação aos demais Requeridos, nos termos do art. 17, § 9º da Lei n.º 8429/92, determinando a citação para apresentar contestação, com as cautelas de estilo. No mais, defiro o ingresso do Estado do Amazonas no polo ativo da lide. À Secretaria para as providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS HENRIQUE CASTRO CAVALCANTI (OAB 9271/AM) - Processo 0629533-42.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: MARIA LUISA BEZERRA CAVALCANTI - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 10252/AM) - Processo 0630576-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Arleane Oliveira Barbosa - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA VIEIRA DE ABREU (OAB 10061/AM), ADV: ADRIANA CARVALHO MOREIRA (OAB 10047/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ MOUCO FERNANDES (OAB 5017/AM), ADV: ADAM HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA (OAB 11082/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0631656-13.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0632725-46.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - EXEQUENTE: Diva de Matos Bernal - Encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para incluir no cálculo de fl. 193 os honorários sucumbenciais da fase de conhecimento arbitrados em 10% sobre o montante da condenação. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAIARA BRITO DE ARAUJO (OAB 14491/AM) - Processo 0632877-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extajudicial contra a Fazenda Pública - Quitação - REQUERENTE: José Nilson de Lima Pereira - Consoante o Ofício n.º 3.239/2019 encaminhado pela Procuradoria Geral do Estado, o Governo do Estado editou o Decreto n.º 40.878, publicado em 27 de junho de 2019, criando um Grupo de Trabalho com a finalidade de quantificar o valor devido aos Policiais Militares e Bombeiros Militares em função das respectivas promoções retroativas concedidas, fixando o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de proposta de pagamento administrativo. Desta feita, considerando a possibilidade de transação extrajudicial, DEFIRO o pedido de suspensão do processo pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias. Decorrido o prazo consignado, retornem os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO EDUARDO VENTURA FREITAS (OAB 101484/RJ) - Processo 0633841-87.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ensino Superior - REQUERIDO: Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0634577-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: João Martins Lopes e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0637502-45.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Adi Martins de Oliveira e outro - Expeça-se alvará eletrônico em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento do valor depositado às fls. 319. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM) - Processo 0638620-22.2015.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Anulação - REQUERENTE: SINPOL/AM Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Amazonas - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LORENA BEATRIZ ANDRADE DE ARAÚJO (OAB 9424/AM), ADV: THAIS CRISTINY SANTOS DE ARAUJO (OAB 9449/AM), ADV: JONATHAN DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR (OAB 9428/AM) - Processo 0639164-44.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Emir Fadoul Sobreira - Diante da comprovação de pagamento do crédito executado, às fls. 130, chamo o feito à ordem para revogar a ordem de bloqueio judicial de fl. 126. Expeça-se alvará eletrônico em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento dos valores depositados às fls. 130, atentando para o domicílio bancário informado à fl. 133. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0639831-54.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Monique Freire Santana - Decisão. Diante do exposto, DENEGO o pedido liminar, nos termos da fundamentação. Encaminha-se os autos ao Ministério Público. Após, retornem conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEONE MARIA SANTOS CARVALHO GRANA (OAB 3507/AM) - Processo 0641174-90.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Lucileide Feitosa Xaud - A Lei n.º 2.748/2002 e a Resolução n.º 03/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, em conformidade com o art. 100, §3º, CF, estabelecem que o prazo para pagamento das obrigações de pequeno valor da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, lato sensu, é de 60 (sessenta) dias. Escoado o prazo legal sem que o ente devedor deposite o montante requisitado, impõe-se a intervenção deste Juízo para que o crédito do Exequente seja satisfeito. Pelo exposto, determino o bloqueio, via Bacenjud, de ativos financeiros em nome da Fundação Amazonprev, até o limite do crédito exequendo, especificado à fl. 362, com imediata transferência para conta judicial. Após, expeça-se alvará eletrônico para levantamento em nome do(s) titular(es) do crédito, atentando, se for o caso, para o domicílio bancário informado pelo(s) respectivo(s) credor(es). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0642556-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Edson Barbosa Maciel - O pedido de gratuidade judicial deve ser apreciado com critério. No caso concreto, e diante dos documentos e informações existentes aos autos, especialmente o contracheque do Requerente apontando a remuneração líquida mensal de R$ 12.045,01 (fls. 17/19), concluo que a parte Requerente pode suportar algumas despesas processuais, motivo pelo qual, nos termos do art. 98, §5°, do CPC DEFIRO parcialmente o pedido para que a parte Requerente não se submeta ao ônus de sucumbência, pelo prazo legal, caso não vença a demanda. No entanto, deverá arcar com as demais despesas necessárias para tramitação processual, tais como diligências, perícias e despesas postais, etc. Ademais, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas e taxas judiciárias iniciais, calculadas sobre o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com as Tabelas anexas à Portaria

116/2017 PTJ, inclusive parceladamente. Recolhidas as custas processuais e a taxa judiciária ou decorrido o prazo estabelecido sem o cumprimento desta decisão, retornem os autos do processo conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0642681-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção - REQUERENTE: Laercio Menezes Lopes - Ao Requerente para promover a juntada de contracheque atual para a análise do pedido de gratuidade, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0643267-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Raimundo Itamar Lima Gadelha - O pedido de gratuidade judicial deve ser apreciado com critério. No caso concreto, e diante dos documentos e informações existentes aos autos, especialmente o documento de fls. 25, que aponta uma remuneração líquida do Requerente de R$ 16.038,59, concluo que a parte Requerente pode suportar algumas despesas processuais, motivo pelo qual, nos termos do art. 98, §5°, do CPC DEFIRO parcialmente o pedido para que a parte Requerente não se submeta ao ônus de sucumbência, pelo prazo legal, caso não vença a demanda. No entanto, deverá arcar com as demais despesas necessárias para tramitação processual, tais como diligências, perícias e despesas postais, etc. Ademais, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas e taxas judiciárias iniciais, calculadas sobre o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), de acordo com as Tabelas anexas à Portaria 116/17 PTJ, que poderão ser pagas parceladamente. Recolhidas as custas processuais e a taxa judiciária ou decorrido o prazo estabelecido sem o cumprimento desta decisão, retornem os autos do processo conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0647900-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jaques Ferreira de Souza Junior - Diga o Estado do Amazonas sobre o teor da petição de fls. 406/418, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0658395-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Lara Fabrícia Pimentel D Anzicourt - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0660351-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: C.D.C. - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0661947-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Mônica Mabel Soares do Nascimento - Diga o Estado do Amazonas sobre o teor da petição de fls. 150/162, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0662423-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Patrícia Paula Quindere Vieira - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM), ADV: BRUNA SOUZA DE FIGUEIREDO (OAB 7742/AM), ADV: ROBERTO PONTES DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 9142/AM) - Processo 0702418-59.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Estaduais Específicas - EXEQUENTE: Emanuel Rezende Rodrigues - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se o(a) exequente para manifestar-se sobre os termos da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 513, caput, c/c art. 920, I, e 219, caput, CPC/2015), informando expressamente se concorda com os cálculos apresentados pelo(a) Impugnante, para fins de celeridade no julgamento da Impugnação. Após, os autos deverão ser encaminhados conclusos ao MM. Juiz. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM) - Processo 0704547-37.2012.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Dulcimar Batista Cavalcante - Expeça-se mandado judicial para citação do sr. José Idelziete Dias, no endereço constante à fl. 237, devendo o Oficial de Justiça proceder à citação com hora certa, na forma dos arts. 252 e 253 do CPC, se as circunstâncias autorizadoras se fizerem presentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0717020-55.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - EXEQUENTE: Cesar Lobato Brito - Encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização do cálculo de fls. 336/337. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, devem ser adotadas as seguintes providências: (1) requisite-se o pagamento do crédito do Exequente, na forma da lei e com as cautelas de estilo; e (2) proceda-se ao bloqueio, via Bacenjud, do valor concernente aos honorários sucumbenciais da fase de conhecimento, nos moldes da Decisão de fl. 379. Finalmente, à Universidade do Estado do Amazonas para, querendo, no prazo de 30 dias e nos próprios autos, impugnar a execução relativa aos honorários arbitrados na Decisão de fls. 401/403 (Art. 535, caput, CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MELVILLY AMARO PICANÇO (OAB 10299/AM), ADV: JOSÉ MARCONI MOREIRA FILHO (OAB 9552/AM) - Processo 4000794-04.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Andrea Lima da Silva - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB 11082/AM)
Adriana Carvalho Moreira (OAB 10047/AM)
Adriana dos Santos Guimarães (OAB 10252/AM)
Aghatta Rayandra Cavalcante Barbosa (OAB 10101/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Alessandra Vieira de Abreu (OAB 10061/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Cláudia Castro de Holanda (OAB 4405/AM)
Ana Cristina Lemos Frota (OAB 2416/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André Luiz Mouco Fernandes (OAB 5017/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
Bruna Souza de Figueiredo (OAB 7742/AM)
Carlos Antônio de Carvalho Mota (OAB 2155/AM)
Carlos Henrique Castro Cavalcanti (OAB 9271/AM)
Carolina Câncio Couto de Souza (OAB 7517/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleone Maria Santos Carvalho Grana (OAB 3507/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)

Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Hilgner Augusto dos Santos Souza Monteiro (OAB 12848/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jean Carlos padilha dos santos (OAB 9872/AM)
Jean Carlos Paula Rodrigues (OAB 4748/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João da Silva Pessôa Júnior (OAB 13074/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonathan de Oliveira Lima Junior (OAB 9428/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
José Marconi Moreira Filho (OAB 9552/AM)
JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA OLMEDIJA (OAB 3191/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Lorena Beatriz Andrade de Araújo (OAB 9424/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Maiara Brito de Araujo (OAB 14491/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Fernandes de Almeida (OAB 7783/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melvilly Amaro Picanço (OAB 10299/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Newton Galileu de Oliveira Reis (OAB 8420/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB A1089AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renato Eduardo Ventura Freitas (OAB 101484/RJ)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Roberto Pontes do Nascimento Júnior (OAB 9142/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 003.455/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Thais Cristiny Santos de Araujo (OAB 9449/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0149/2019

ADV: ERIVERTON RESENDE MONTE (OAB 7648/AM), ADV: WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES (OAB 6367/AM), ADV: SÍLVIO DA COSTA BATISTA (OAB 3262/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: ETÃ PEREIRA CASTELO BRANCO (OAB 6550/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0047477-92.2004.8.04.0001 (001.04.047477-2) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Syrte da Costa Batista - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Defiro a petição de fls. 519-520. De fato, necessário o chamamento do feito à ordem, visto que a certidão de fl. 479 encontra-se equivocada. Analisando detidamente o processo, verifico que a petição de fls. 480-498, de acordo com o SAJ, fora protocolada em 04/07/2018, atendendo, de forma tempestiva, ao que fora determinado na decisão de fl. 475. Ademais, conquanto a ação possua valor da causa que se enquadre nas ação de competência do Juízo da Fazenda Pública Estadual e Municipal, tal juízado somente fora instalado em 21/07/2017, data posterior à distribuição do presente feito, repelindo, assim, a remessa do processo para mencionada especializada. Desse modo, torno sem efeito, outrossim, a decisão de fl. 515 e determino a citação da requerida, Universidade do Estado do Amazonas - UEA, para, querendo, apresentar contestação.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM), ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0213276-46.2011.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: 63.ª Promotoria de Justiça - Urbanismo - REQUERIDO: Iranildo da Silva Leite - Município de Manaus - Na esteira da cooperação processual, expeça-se mandado de intimação destinado a Iranildo da Silva Leite, na pessoa de sua esposa, a fim de que apresente a este juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, documento comprobatório da atual situação de saúde do requerido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: MARA INEZ RIBEIRO DE LIMA (OAB 6449/AM), ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0214817-80.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Mauro da Costa Vieira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - À vista do exposto, JULGO A AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas e a Fundação Amazonprev a proceder a revisão da remuneração percebida, tomando como base o soldo de graduação do posto de Terceiro-Sargento PM, e a pagar as diferenças salariais desde a data em que foi reformado, com as devidas correções monetárias, a serem apurada em fase de liquidação da sentença. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de acréscimo de 5% (cinco por cento) quanto ao auxilio invalidez.

ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0217492-79.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Raimundo Coelho Neto - Emanuel Patrucínio Vieira Coelho na pessoa de sua genitora Sra. Marcicleia Vieira Pereira - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - EXECUTADO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos

termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a parte embargada intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 02 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: ELIANA LEITE GUEDES (OAB 4313/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM) - Processo 0221367-33.2008.8.04.0001 (001.08.221367-5) - Cumprimento de sentença - Atos Administrativos - IMPETRANTE: Raimundo Nonato Santos de Almeida - IMPETRADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Manifeste-se o Estado do Amazonas sobre a petição de fl. 717 e seus documentos anexos, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARINA DE ARAÚJO PEREIRA LINDOSO (OAB 5616/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: EDINALDO CARVALHO DE AGUIAR (OAB 5982/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0245878-27.2010.8.04.0001 - Desapropriação - Intervenção do Estado na Propriedade - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: Juliano dos Santos Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos cálculos de fls. 286.

ADV: TATYANE DE ARAÚJO CAMPOS (OAB 10201/AM), ADV: GEOVANE ARAÚJO GALVÃO (OAB 636A/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0252657-95.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Suspensão - REQUERENTE: Terezinha Moura de Azevedo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0259824-32.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Silva Dias - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Reanalisando os presentes autos, verifico que o deslinde da causa está adstrito à produção de prova pericial, motivo pelo qual, na esteira da celeridade processual, nomeio perito judicial médico Diego Cabrejos Marques, que deverá ser intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias apresentar contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Caso a realização da perícia dependa da presença das partes, deverá o Senhor Perito informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Arbitro os honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais), cujo pagamento deve ser suportado pelo Tribunal de Justiça, dentro dos limites e termos fixados pela Resolução 232/2016-CNJ e Portaria nº. 1.233/2012-DVEXPED/TJ-AM, por se tratar de prova cuja realização foi requerida pela Autora, beneficiária da gratuidade judicial. Fixo em 30 (trinta) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC). Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM) - Processo 0600515-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Ana Cristina Pantoja Carneiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0605105-93.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: MIRTES BATISTA RIBEIRO - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: ANA PAULA ROCHA ASFOR (OAB 26894/CE) - Processo 0605173-77.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA CILENE RODRIGUES VIEIRA - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Aos 02 de setembro de 2019 faço vista destes autos ao Dr. Elvys de Paula Freitas, Promotor de Justiça da 43ª Promotoria de Justiça Especializada junto às Varas de Fazenda Pública, do que para constar lavro este termo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0606308-56.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Antonio Placido Pinheiro Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - À vista do exposto, CONFIRMO a antecipação dos efeitos da tutela, e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas na obrigação de fazer consistente na realização do exame PET-CT CO COLON COM SUPRITO OSSIO.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0607494-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Diego Fraiji Cortes de Araujo - REQUERIDO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Celso Valério Vieira - Adriano Carlos Rolim Campos - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil, sem prejuízo do reconhecimento da incompetência deste juízo para decidir acerca das matrículas dos imóveis aos quais o 3º Ofício nega cancelar.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0608833-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Ribeiro de Souza - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando que as circunstâncias da causa evidenciam pouca probabilidade de transação, indiquem as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir em audiência de instrução e julgamento a ser designada oportunamente (Art.357 do CPC), declinando sua finalidade. Satisfeitas as partes só com a prova documental já carreadas no processo, vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Em seguida, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: BÁRBARA BRASIL DA COSTA (OAB 11725AM) - Processo 0609639-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Valdenira Martins Brasil - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - À vista do exposto, CONFIRMO a tutela antecipada deferida (fl. 95) e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas na obrigação de fazer consistente no fornecimento do fármaco RITUXIMABE, 1g, de 15 em 15 dias, durante o período de 6 meses, com renovação, caso comprovada a necessidade, nos termos da prescrição médica de fl. 82.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE

VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0611540-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: JUCELIA DA SILVA TRINDADE - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a embargada intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 02 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: ALI ASSAAD HAMADE DE OLIVEIRA (OAB 253180/SP) - Processo 0615906-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HIGINO OLIVEIRA FILHO - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - À vista do exposto, CONFIRMO a tutela antecipada requerida e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas na obrigação de fazer consistente na realização do exame ELETRONEUROMIOGRAFIA junto ao autor HIGINO OLIVEIRA FILHO.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM) - Processo 0615909-57.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: HELIELSON FERREIRA MOTA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas para comprovar o cumprimento do Acórdão de fls. 325/332, no prazo de 05 (cinco) dias. Não sendo cumprida a obrigação, fixo o prazo de 10 (dez) dias para sua efetivação, sob pena de multa diária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), até o valor de 30 (trinta) dias multa, nos termos do art. 536, § 1.º, CPC.

ADV: FERNANDO FERREIRA GONCALVES DE SOUZA (OAB 151919/MG) - Processo 0616416-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - EXEQUENTE: CSI Service Ltda. - EXECUTADO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, c/c art. 924, I, ambos do Código de Processo Civil, por inadequação da via executiva devido à ausência de título hábil.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0616959-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/ Equivalência Salarial - REQUERENTE: JADER MOREIRA MAIA NETO e outros - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ao exposto, DECLARO A PRESCRIÇÃO e, por via de consequência, resolvo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. No mérito, em consonância com o entedimento dominante desta e das demais Varas da Fazenda Pública, JULGO IMPROCEDENTE o pedido constante na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0617876-98.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: John Guimarães Bicharra - REQUERIDO: Amazonprev - Presidente Marcio Rys Meirelle de Miranda - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Isto posto, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0618628-12.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: IZAIAS FERREIRA DOS SANTOS e outros - Jacy Souza Barbosa - Jefferson da Rocha Mota - Jorge Willes Lira Cardoso - JOSÉ INÁCIO DE FREITAS FILHO - JOSIVAL FERNANDES DA LUZ - Manuel de Souza Limeira - MARCIO MENEZES NUNES - Mario Jaime Rodrigues Melo - Paulo Marques Queiroz - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ao exposto, DECLARO A PRESCRIÇÃO e, por via de consequência, resolvo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil. No mérito, em consonância com o entedimento dominante desta e das demais Varas da Fazenda Pública, JULGO IMPROCEDENTE o pedido constante na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: HONORIO VIEIRA DA COSTA JUNIOR (OAB 9720/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0619836-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: TAMARA EVELYN MACIEL DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0621191-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucinete da Silva Gonzaga - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, consoante dicção do inciso II, do art. 345, do CPC. Ademais, tendo em vista que para o deslinde da causa se mostra imprescindível a produção de prova pericial, conforme requerida na exordial, defiro-a de pronto. Nomeio perito judicial o médico, Luís Alberto Farias Rossell, CRM 2880, o qual deverá ser intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Advirto desde logo o experto que, tendo sido a produção de prova pericial requerida pela autora, parte beneficiária da justiça gratuita, os honorários periciais serem arcados pelo Tribunal de Justiça do Estado, ficando limitados a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos fixados pela Resolução 232/2016 e Portaria nº. 1.233/2012-DVEXPED/TJ-AM, do CNJ, dado ser ela beneficiária da justiça gratuita. Fixo em 30 (trinta) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC).

ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM) - Processo 0621568-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Tatiana Castro Cruz - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos moldes da fundamentação acima exposta. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC/2015.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM) - Processo 0623454-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Beatriz de Menezes Leite - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Saúde do Amazonas - Estado do Amazonas - Diante do silêncio da autora, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM) - Processo 0624523-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marlene Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Sendo assim, pelos fatos e fundamentos expostos, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença interposta pelo Estado do Amazonas, devendo ser utilizado para efeito de cálculo a planilha de fls. 100-102, adotando, no entanto, os parâmetros ora estabelecidos. Condeno o Impugnado ao pagamento de honorários de advogado no percentual de 10% sobre a diferença entre a valor apresentado

no Cumprimento de Sentença e aquele que vier a ser obtido pela Contadoria Judicial, ficando, no entanto, com exigibilidade suspensa, a teor do § 3º, do art. 98, do Código de Processo Civil. Encaminhe-se o processo à contadoria para a elaboração dos cálculos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2018 Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0625636-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: José Montouri de Sousa - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 02 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0626192-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Vera Lúcia Izel de Almeida - Cristian Denner de Almeida Barbosa - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - A fim de evitar futura alegação de nulidade, nos termos do § 1º, do art. 485, do Código de Processo Civil, intime-se pessoalmente os autores para suprir a diligência determinada na decisão de fls. 181-182, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: DAFHINE DE ALMEIDA CARNEIRO (OAB 9934/AM) - Processo 0629259-78.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: GILMARA DOS SANTOS CARDOSO - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 03 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 99999/AM) - Processo 0631508-02.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Aos 02 de setembro de 2019 faço vista destes autos ao Dr. Elvys de Paula Freitas, Promotor de Justiça da 43ª Promotoria de Justiça Especializada junto às Varas de Fazenda Pública, do que para constar lavro este termo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: PAULO JOSÉ GOMES DE CARVALHO (OAB 1124/AM), ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM), ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0631571-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nitron da Amazonia Industria e Comercio LTDA - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Na forma do §1º, do art. 485, do cód. de processo civil, intime-se pessoalmente o autor para, querendo, recolher as custas complementares no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0631782-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Pedro da Cunha Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a embargada intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 02 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0633774-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Manaus Vistoria Ltda - REQUERIDO: Departamento Estadual de Transito do Amazonas - Detran - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Assim, diante do perigo de se regularizar veículos que estão irregulares, e em possível e consequente prática de captação de clientes, o que atingiria diretamente o Princípio da Livre Concorrência e em demais supedâneos da Ordem Econômica, ainda sem o intuito de se adentrar no mérito da demanda, entendo por bem, até que toda a questão aqui posta seja dirimida nos autos, REVOGAR A TUTELA DE URGÊNCIA concedida nas fls. 581, a fim de que se mantenha a suspensão cautelar da Empresa Autora das atividades de vistoria de identificação veicular e demais serviços credenciados pelo DETRAN/AM.

ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM) - Processo 0639145-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo David Lindoso da Silva - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Chamo o processo à ordem. Primeiramente, verifico que apesar de devidamente citado, o Estado do Amazonas não apresentou contestação, entretanto, em razão da indisponibilidade do direito pugnado (art. 345, II, CPC), afasto os efeitos da revelia. Ademais, para que se evite qualquer alegação de violação ao contraditório e ampla defesa, determino que as partes sejam intimadas para, querendo, apresentar as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Após o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos para o Ministério Público, na condição de custus legis, para, querendo, proferir parecer final. Na sequência, retornem- me os autos conclusos para nova deliberação, caso haja necessidade de novas provas, ou sentença, caso restem silentes as partes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THAÍS LINA MONTEIRO DO NASCIMENTO (OAB 12156/AM) - Processo 0645740-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Manoela Valente Cunha Poggio - REQUERIDO: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). - A Secretaria de Estado de Saúde - SUSAM é órgão sem personalidade jurídica e, portanto, sem capacidade para estar em juízo. Concedo à Autora, na forma do art. 321 do CPC, o prazo de 15 (quinze) dias para adequar a petição inicial, corrigindo o polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0646388-57.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Frank Palheta Gomes - REQUERIDO: Comandante da Polícia Militar do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - À vista do exposto, em razão da restrição imposta pela Lei nº 8.437/92, INDEFIRO a LIMINAR.

ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM) - Processo 0646573-95.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Promoção - REQUERENTE: Luiz Carlos Saunier Barbosa - REQUERIDO: Ayrton Ferreira do Norte - Estado do Amazonas - Ante o exposto, diante de não vislumbrar o direito líquido e certo lesado, em harmonia com o Parecer do Ministério Público, JULGO EXTINTO o processo SEM RESOLUÇÃO de mérito com base no art. 485, IV, do CPC c/c art. 1º, da Lei 12.016/2009.

ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: INÁCIO DE J.B CASTRO (OAB 3377/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0702565-85.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0028273-28.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Estado do Amazonas - EMBARGADA: Luíza Sena Matos - Intime-se o Estado do Amazonas para, no prazo legal, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença. Outrossim, tendo em vista que não fora realizada a regular habilitação dos sucessores da exequente falecida Maria do Perpetuo Socorro Castelo, com relação a ela, suspendo a presente execução.

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB 253180/SP)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Ana Paula Rocha Asfor (OAB 26894/CE)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Bárbara Brasil da Costa (OAB 11725AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
DAFHINE DE ALMEIDA CARNEIRO (OAB 9934/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Edinaldo Carvalho de Aguiar (OAB 5982/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Eliana Leite Guedes (OAB 4313/AM)
Eriverton Resende Monte (OAB 7648/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Etã Pereira Castelo Branco (OAB 6550/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
Fernando Ferreira Goncalves de Souza (OAB 151919/MG)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Geovane Araújo Galvão (OAB 636A/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Honorio Vieira da Costa Junior (OAB 9720/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Inácio de J.B Castro (OAB 3377/AM)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 99999/AM)
Mara Inez Ribeiro de Lima (OAB 6449/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Marina de Araújo Pereira Lindoso (OAB 5616/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo José Gomes de Carvalho (OAB 1124/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB 2334/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sílvio da Costa Batista (OAB 3262/AM)
Tatyane de Araújo Campos (OAB 10201/AM)
Thaís Lina Monteiro do Nascimento (OAB 12156/AM)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB 6367/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0211914-43.2010.8.04.0001 (001.10.211914-8) - Outros Procedimentos - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Josue da Costa Souza e outro - R. Hoje. Remetam-se os autos à Contadoria para a atualização do débito. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0211914-43.2010.8.04.0001 (001.10.211914-8) - Outros Procedimentos - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Josue da Costa Souza e outro - Aos 07 de dezembro de 2018, faço remessa destes autos, virtualmente, para a 3ª Contadoria do Fórum, para os fins de direito. Do que para constar, lavro este termo.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0211914-43.2010.8.04.0001 (001.10.211914-8) - Outros Procedimentos - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Josue da Costa Souza - Josue da Costa Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Cuida-se de cumprimento de sentença movido por JOSUE DA COSTA SOUZA, em face do Estado do Amazonas. Este juízo, a fls. 384/385, homologou o valor da execução. Contudo, conforme certidão a fl. 389 fora verificado que não constam cópias dos documentos pessoais da parte autora (RG, CPF), indispensáveis para a formalização das requisições de pagamento, nos ditames do art. 18, alínea c, da Resolução n. 003/2014-TJAM. Assim, a parte autora foi intimada para juntar os referidos documentos, contudo, não foi possível entrar em contato ele, nem mesmo o seu advogado conseguiu, conforme se denota da leitura da petição a fl. 392. Ante o exposto,

cumpra-se a decisão a fls. 384/385, somente quanto à requisição de pagamento do valor dos honorários de sucumbência, via RPV, em favor do patrono da parte autora, intimando o Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Após, arquive-se os autos. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0245987-75.2009.8.04.0001 (001.09.245987-1) - Procedimento Comum Cível - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: GERALDO BRÍGIDO DE ALMEIDA - REQUERIDO: AMAZONPREV - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Guilhermina Lima de Souza - Guilhermina Lima de Souza - Estado do Amazonas - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos do requerente, extinguindo o processo com resolução de mérito, conforme art. 487, I do CPC. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados, por equidade, em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme art. 85, §8º, CPC/2015, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014), tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º CPC/2015. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: IVSON COÊLHO DA SILVA (OAB 550A/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM) - Processo 0257896-17.2009.8.04.0001 (001.09.257896-0) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Improbidade Administrativa - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - REQUERIDO: Antonio do Nascimento Cordeiro - Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro - José Farias Freire - Odinete de Souza Mendonça Freire - Isaltino Jose Barbosa Filho - Stael Ferreira Braga Barbosa - Lucio Flávio Morais de Oliveira - Sônia Maria Costa Morais de Oliveira - INTSSADO: 77.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0257896-17.2009.8.04.0001 ClasseAção Civil de Improbidade Administrativa Assunto: Autor(a): Réu(s): Improbidade Administrativa Ministério Público do Estado do Amazonas Antonio do Nascimento Cordeiro, Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro, José Farias Freire, Odinete de Souza Mendonça Freire, Isaltino Jose Barbosa Filho, Stael Ferreira Braga Barbosa, Lucio Flávio Morais de Oliveira e Sônia Maria Costa Morais de Oliveira Vistos etc. Recebidos os autos nesta data em virtude de decisão de suspeição, constante às fls. 397. Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Antonio do Nascimento Cordeiro, Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro, José Farias Freire, Odinete de Souza Mendonça Freire, Isaltino Jose Barbosa Filho, Stael Ferreira Braga Barbosa, Lucio Flávio Morais de Oliveira e Sônia Maria Costa Morais de Oliveira. Às fls. 142, foi determinada a notificação dos réus para a apresentação de defesa prévia. Às fls. 349, fora certificado quais réus foram devidamente notificados e quais apresentaram defesa prévia, bem como aqueles que não foram notificados. Instado a se manifestar acerca do certificado pela Secretaria, o autor pugnou, às fls. 393/394, pela notificação da esposa do réu Antonio do Nascimento Cordeiro, uma vez que este veio a falecer. Ademais, requereu a notificação dos réus Lucio Flávio Morais de Oliveira e Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro, nos endereços fornecidos na citada peça. Os autos então vieram conclusos. Ao analisar os autos, constata-se que já houve a apresentação de defesa prévia pelos réus José Farias Freire (fls. 316/334), Odinete de Souza Mendonça Freire (fls. 259/278), Isaltino Jose Barbosa Filho (fls. 299/314) e Stael Ferreira Braga Barbosa (fls. 299/314), embora esta última não tenha sido certificada nos autos. Tem-se, ainda, que a ré Sônia Maria Costa Morais de Oliveira compareceu espontaneamente nos autos, às fls. 282/282, apresentando apenas petição simples informando o seu endereço. O falecimento do réu Antonio do Nascimento Cordeiro foi informado nos autos pelo próprio magistrado que atuava no processo, às fls. 351. E quanto aos réus Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro e Lúcio Flávio Morais de Oliveira, de fato não houve a notificação dos mesmos. Diante do constatado e do requerimento de fls. 393/394, defere-se o pedido autoral e determina-se a notificação dos réus Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro e Lúcio Flávio Morais de Oliveira, por mandado, através do endereço informado nos autos. Ademais, diante da notícia do falecimento do requerido Antonio do Nascimento Cordeiro, intime-se o Ministério Público para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o óbito do réu, por meio da devida certidão. Notifique-se com urgência. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES (OAB 4273/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: IVSON COÊLHO DA SILVA (OAB 550A/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM) - Processo 0257896-17.2009.8.04.0001 (001.09.257896-0) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Improbidade Administrativa - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - REQUERIDO: Antonio do Nascimento Cordeiro - Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro - José Farias Freire - Odinete de Souza Mendonça Freire - Isaltino Jose Barbosa Filho - Stael Ferreira Braga Barbosa - Lucio Flávio Morais de Oliveira - Sônia Maria Costa Morais de Oliveira - INTSSADO: 77.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, art. 1º, inciso III, para fins de abertura de vista dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0601422-77.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Dogival Nunes Rodrigues - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, HOMOLOGO os cálculos efetuados pela 3ª Contadoria, a fl. 259, fixando-se o valor da presente execução em R$ 7.676,73 (sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos), sendo que deste valor o montante de R$ 6.978,85 (seis mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) corresponde ao valor da demanda principal e a quantia de R$ 697,88 (seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos) é inerente à honorários de sucumbência devidos ao patrono da parte autora. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento, via RPV, do valor da parte principal da demanda, em favor do autor; b) requisição de pagamento, via RPV, do valor dos honorários, em favor do patrono da parte autora, intimando o Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO PEREIRA DA COSTA (OAB 10682/AM) - Processo 0604164-07.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Raimunda Costa Pereira - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Ante ao exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso I, c/c 321, parágrafo único, ambos do NCPC. Custas devidas pela parte autora, sendo suspensa sua cobrança na forma do art. 98, §3º do CPC. Sem honorários de sucumbência, conforme súmula 512 do STF. Arquive-se os autos, após o trânsito em julgado. P.R.I.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0607756-93.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Remuneração - REQUERENTE: Joyce Pacheco Santana - REQUERIDO: Mariolino Brito dos Santos - Estado do Amazonas - R. Hoje. Intime-se a parte autora para tomar ciência das informações trazidas pelo requerido a fls. 171/173 e, no prazo de 15 dias, requerer o que for de direito. Caso não haja manifestação da parte autora, arquive-se os autos. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM) - Processo 0610393-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: MARIA DE NAZARÉ LIMA DA SILVA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DO AMAZONAS DE SAÚDE (SUSSAM) - Salvare Serviços Médicos Ltda - Estado do Amazonas - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar os requeridos, de forma solidária, ao pagamento de indenização no montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à título de danos morais, corrigidos monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por força da ADI 4.357 ou outro índice que o substitua contado a partir da data desta sentença (Súmula n. 362-STJ) e juros moratórios, contados da data do evento danoso (30/09/2015) (Súmula 54-STJ - 07.04.2010), utilizando os juros aplicados à caderneta de poupança. Condeno os requeridos, de forma solidária, ao pagamento de pensão alimentícia em favor da parte autora, no montante de 2/3 do salário do de cujus, até a data em que ele completaria 72 anos ou até o falecimento da ora equerente, o que vier primeiro. Condeno os réus, de forma solidária, nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - CPC/2015, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença sujeita ao reexame necessário, art. 496, §3º, II, CPC/2015. P.R.I.

ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM) - Processo 0611376-21.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: ODACI DE LIMA OKADA - REQUERIDO: FUNDAÇÃO PREVIDENCIÁRIA AMAZONPREV - ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - R. Hoje. Defiro o pedido a fl. 196. Após o pagamento, arquivem-se os autos.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0612679-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: VITOR SILVA BRUNO - VALDIR FARIA BRUNO - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM) - Processo 0614306-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Robercio Barros Alencar - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Pelo exposto, uníssono ao parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, o pedido formulado na exordial para determinar ao Estado do Amazonas providencias urgentes para a nomeação do ora requerente, no cargo em que foi aprovado no Concurso da Secretaria de Estado de Saúde/SUSAM-2005, ENFERMEIRO, com lotação em Manaus/AM. Condeno a parte ré nas custas processuais e honorários advocatícios em R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) tendo em conta a natureza da causa que foi de menor complexidade (sem instrução, incidentes processuais etc.) e o tempo da demanda, com juros de mora contados do prazo expedição da RPV (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice os oficiais aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença sujeita ao reexame necessário.

ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM) - Processo 0619051-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Lucineide Soares de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Em atenção ao disposto no art. 10 do CPC, intime-se o Estado do Amazonas para, no prazo de cinco dias, manifestar-se quanto ao pleito a fls. 191/193. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0619928-33.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Macdowell Gromwell dos Reis Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - R. Hoje. Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõe o art. 355, I, do NCPC. Abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: ROBERTO CARLOS CLEBIS (OAB 5509/AM) - Processo 0624226-68.2019.8.04.0001 - Ação Popular - Violação aos Princípios Administrativos - RECLAMANTE: Roberto Carlos Clebis - RECLAMADO: Carlos Alberto Souza de Almeida Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Decreto a revelia do requerido, a teor do artigo 344 do NCPC, uma vez que foi citado validamente da presente ação e não apresentou qualquer manifestação; Deixo de aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 345, inciso II, do NCPC; Verifico nos autos que não há necessidade de produção de outras provas, tendo em vista considerar suficientes aquelas até aqui juntadas pelas partes. Dessa forma, entendo pelo julgamento antecipado do mérito, conforme art. 355, I, CPC. Dê-se vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Após, retornem os autos conclusos para Sentença. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA MARIA FRANÇA DA SILVA CABRAL (OAB 9728/AM) - Processo 0632918-56.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Manaus Aerotáxi Participações Ltda - REQUERIDO: Walter Siqueira Brito - Estado do Amazonas - Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, nos termos do art. 330, I e III do CPC/2015 c/c art. 10 da Lei 12.016/2009, e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, conforme art. 485, I, do Código de Processo Civil, e nos termos do art. 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009, DENEGO A SEGURANÇA, sem prejuízo da ressalva do art. 19, da mesma lei. Sem custas e honorários advocatícios (Súmulas n. 512 do STF, 105 do STJ e art. 25 da Lei n. 12.016/09). Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0636123-69.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: RAIMUNDO DIAS DA SILVA - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório para intimar o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 193/194, conforme Resolução n. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0636123-69.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: RAIMUNDO DIAS DA SILVA - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - R. Hoje. Constato nos autos que o valor executado não está sujeito ao regime de precatórios (art. 100 da CF/88), mas ao da Requisição de Pequeno Valor-RPV, nos limites e moldes do art. 1º, inciso I da Lei Estadual n. 2.748/2002 e Resolução nº 003/2014-TJAM, consoante fora expedida e o ente público, DETRAN, devidamente intimado para efetuar o pagamento às fls. . Porém, o prazo para pagamento há muito já exauriu (em 05.08), não havendo, nos autos, justificativa para a inadimplência do Executado. Por esse motivo, determino a intimação do requerido para comprovar o pagamento do valor devido, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de sequestro, nos termos do art. 17, §2º da Lei nº 10.259/2001, via BACENJUD. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RPV. NÃO PAGAMENTO NO PRAZO LEGAL. SEQUESTRO DE NUMERÁRIO. (AI 70047595988. TJ-RS Rel. Desdora. Angela Maria Silveira. 25ª Câmara Cível. Publicação: 15/06/2012). Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0643231-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Enok Silva Moura - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Pelo exposto determina-se o retorno dos autos à distribuição para que proceda ao sorteio entre uma das varas da Fazenda Publica Estadual. Cumpra-se.

ADV: JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM) - Processo 0643856-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Remoção - REQUERENTE: Henrique Quilherme Souza de Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto, e frente a manifesta incompetência deste Juízo, declina-se da competência ao Juízo da Vara da Infância e Juventude, para onde deverão ser remetidos estes autos. Providencie-se o que for necessário, notadamente quanto à intimação das partes e devida baixa na Distribuição. P.R.I.

ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM) - Processo 0644200-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estaduais - REQUERENTE: Ivaneide Maia de Freitas Botelho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC; Defiro o pedido de justiça gratuita. Assim, cite-se o Estado do Amazonas, para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do CPC/2015). Na oportunidade, o Estado, poderá apresentar proposta de acordo, nos termos da Lei n. 4.738 de 27 de dezembro de 2018. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644321-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Paulo Sergio Queiroz Gomes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Considerando que a assistência judiciária gratuita visa assegurar o acesso à justiça às pessoas, físicas ou jurídicas, que comprovarem real estado de miserabilidade econômica, e não mera dificuldade financeira, deve restar comprovado com prova cabal a miserabilidade econômica. Assim, conforme disposto no art. 99, §2º do CPC, intime-se o autor para que junte, no prazo de 05 dias, documentos, tais como imposto de renda, contracheques, etc, que comprovem efetivamente a necessidade da justiça gratuita, sob pena de indeferimento do referido benefício. Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0645255-77.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Ronaldo Jorge Alves de Freitas - Diante do exposto, indefiro o pedido liminar de antecipação de tutela, dada a satisfatividade do pedido. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita, pelos motivos acima expostos, e determino à autora que proceda o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, com direito ao parcelamento do valor devido em seis parcelas (§6º do art. 98 do CPC/2015) . Determino as providências legais para o devido recolhimento das custas judiciais. Após o pagamento das custas, cite-se o Estado do Amazonas, para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do CPC/2015). Na oportunidade, o Estado, poderá apresentar proposta de acordo, nos termos da Lei n. 4.738 de 27 de dezembro de 2018. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0645334-56.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Adenys Manuel Vieira Rocha - Regina Medeiros de Albuquerque - REQUERIDO: Cel Qopm Ayrton Ferreira do Norte - Pmam - Em face do exposto indefiro a liminar pleiteada. Notifique-se o impetrado para, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 7º, I da Lei de Mandado de Segurança, fornecer a este Juízo as informações que julgar necessárias. Intime-se o Estado do Amazonas para, querendo, ingresse no feito, conforme art. 7º, II da Lei do Mandado de Segurança. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0645548-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Robson Higino dos Santos - REQUERIDA: Município de Manaus - Em face do exposto indefiro a antecipação de tutela de urgência. Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC. Defiro o pedido de justiça gratuita. Assim, cite-se o Município de Manaus para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do CPC/2015). Na oportunidade, querendo, poderá apresentar proposta de acordo. P.R.I.

ADV: ANA CLÁUDIA OLIVEIRA DA SILVA (OAB 11181/AM) - Processo 0648696-03.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: Sebastião Ferreira de Souza - Regina Fernandes do Nascimento - Maria Aparecida Pinheiro Feitosa - Associação de Saúde São Sebastião - Clínica e Hospital São Sebastião Ltda - Me - R. Hoje. Compulsando os autos, verifico que o parquet informou que o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (Receita Federal) da Clínica e Hospital São Sebastião, encontra-se em situação cadastral INAPTA, por omissão de declarações. Assim, requereu a citação da Clínica e Hospital São Sebastião na pessoa da sócia, Sra. Terezinha de Jesus de Melo, o que foi deferido por este juízo a fl. 2143. Ante o exposto, faz-se mister chamar o feito à ordem para determinar que se proceda a notificação de Terezinha de Jesus de Melo, no endereço a fl. 2141 para, querendo, apresentar defesa prévia. Publique-se. Cumpra-se.

Adriana Barbosa Sodré Flores (OAB 4273/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Cláudia Oliveira da Silva (OAB 11181/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
César Augusto Pereira da Costa (OAB 10682/AM)
Cíntia Maria França da Silva Cabral (OAB 9728/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Ivson Coêlho da Silva (OAB 550A/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Roberto Carlos Clebis (OAB 5509/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0162/2019

ADV: ANDERSON RAPHAEL PEREIRA DE ARAUJO (OAB 7359/AM) - Processo 0015003-45.1998.8.04.0012 (012.98.015003-2) - Monitória - Obrigações - REQUERENTE: IMPLURB - INSTITUTO MUNICIPAL DE ORDEM SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO e outro - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Comarca de Manaus Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Processo Nº: 0015003-45.1998.8.04.0012 Classe: Monitória Requerido: Construtora Rayol Ltda ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº63/02-CGJ, art. 1º, fica a parte autora intimada para manifestação acerca do Ar negativo de fls. 200, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 02 de setembro de 2019 Lúcia Campos Assistente Administrativa

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0027337-66.2006.8.04.0001 (001.06.027337-3) - Cumprimento de sentença - Interdição - EXEQUENTE: Município de Manaus e outros - EXECUTADO: Josias Bento de Araújo - DESPACHO Autos nº:0027337-66.2006.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Autor:Ministério Público do Estado do Amazonas, Município de Manaus Réu:Josias Bento de Araújo Vistos etc. Intimem-se as partes para se manifestar acerca do cumprimento da obrigação, bem como requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Manaus, 13 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0204895-15.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Ene P. Amorim Bessa - ME - EXECUTADA: Município de Manaus - DECISÃO Autos nº:0204895-15.2012.8.04.0001 ClasseCumprimento de Sentença AssuntoIndenização por Dano Material Exequente:Ene P. Amorim Bessa - ME Executado: Município de Manaus Vistos etc. I.- Relata-se Trata-se de impugnação ao cumprimento se sentença interposto por Município de Manaus em face do pedido de execução apresentado por Ene P. Amorim Bessa - ME. Às fls. 200/205, o exequente, ora impugnado, apresentou pedido de cumprimento de sentença, requerendo o pagamento de R$ 93.123,52 (noventa e três mil, cento e vinte três reais e cinquenta e dois centavos). O executado, então, apresentou impugnação, às fls. 211/220, alegando que excesso na execução, e indicando o montante de R$ 45.499,53 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos), como correto, sendo R$ 39.564,81 (trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos) em relação ao principal, que seriam os danos morais e materiais; R$ 5.934,72 (cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos) relativos aos honorários advocatícios de 15% (quinze por cento). O exequente se manifestou às fls. 225/226, requerendo a remessa dos autos à contadoria, para atualização de cálculo, ao qual apurou o montante de R$ 44.115,86 (quarenta e quatro mil, cento e quinze reais e oitenta e seis centavos), bem como R$ 6.617,38 (seis mil, seiscentos e dezessete reis e trinta e oito centavos) à título de honorários, totalizando R$ 50.733,24 (cinquenta mil, setecentos e trinta e três reais e vinte quatro centavos). Intimados à se manifestarem, houve a parte exequente concordar com os cálculos da contadoria. O executado não se manifestou. É o relatório. II.- Fundamenta-se para ulterior decisão O Supremo Tribunal Federal afastou o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório, tendo sido adotado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) como índice de correção monetária, uma vez que considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra. Quanto aos juros de mora incidentes sobre esses débitos, a Corte Maior manteve o uso do índice de remuneração da poupança, previsto na legislação questionada, apenas para débitos de natureza não tributária. Diante das teses acima explicitadas, e após analisadas as argumentações de ambas as partes, entende-se que a impugnação apresentada pela municipalidade é parcialmente procedente, uma vez que, de fato, há um equívoco no cálculo da parte autora quanto ao índice de juros utilizados, o qual é de 0,5% ao mês, e não de 1%. Quanto à taxa de correção monetária, deve ser aplicado a taxa de IPCA-e a partir de 30/06/2009 e no período anterior, a taxa INPC, conforme decidido pela Suprema Corte. Quanto à alegação de equivoco no termo inicial, deve ser considerado o que segue, nos termos da sentença prolatada às fls. 119/127: Danos Materiais: juros moratórios a contar do evento danoso (29/12/2008), e correção a partir da data do efetivo prejuízo, Súmula 43, do STJ. Danos Morais: juros moratórios a contar do evento danoso (29/12/2008), e correção monetária correndo da data deste arbitramento (30/05/2014). Assim, entende-se que o executado cometeu equívocos na aplicação do termo inicial, uma vez que este indicou o termo inicial do dano moral, como sendo dia 15/07/2014 e não 30/05/2014, dia que efetivamente fora arbitrado, devendo a impugnação, por este motivo, ser julgada parcialmente procedente. II.- Decide-se Diante do exposto, ACOLHE-SE PARCIALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo Município de Manaus, tendo em vista o excesso na execução apresentada pelo exequente às fls. 200/205, HOMOLOGANDO-SE os cálculos da contadoria às fls. 230, para que produzam seus efeitos. Diante da sucumbência recíproca, condena-se o exequente e o executado ao pagamento de honorários advocatícios, aos patronos da parte contrária, fixados em 5% (cinco por cento) do valor devido ao exequente, atualizado. Em sendo o exequente beneficiário da justiça gratuita, ficará o valor sucumbencial sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, §3°, do CPC. Ademais, determina-se que os autos sejam encaminhados à Contadoria para o fim de atualizar o valor da condenação, utilizando-se dos índices previstos no art. 1°-F, da Lei 9.494/97 e das portarias n° 1855/2016 - PTJ e 899/2017 - PTJ, devendo, ainda, haver a inclusão dos honorários advocatícios fixados nesta decisão. Com o retorno dos autos, intime-se as partes do cálculo apresentado para fins de futura homologação. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CLEOMAR DE SOUZA RODRIGUES (OAB 10745/AM), ADV: ILDENICE RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 7856/AM) - Processo 0241295-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Eunice Carvalho de Oliveira - REQUERIDO: Município de Coari - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Comarca de Manaus Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública PROCESSO nº: 0241295-86.2016.8.04.0001 Requerente: Eunice Carvalho de Oliveira Requerido: Município de Coari ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, XXIV e XXXV, ficam as partes intimadas para requerer o quê de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Manaus, 30 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0616183-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lenice Lopes da Silva - REQUERIDA: Município de Manaus - Manaus Previdência - MANAUSPREV - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Processo n. 0616183-50.2016.8.04.0001 Procedimento Comum Cível Requerente: Lenice Lopes da Silva Requerido: Município de Manaus e Manaus Previdência - MANAUSPREV ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM. Juiz, ficam as partes intimadas para tomar conhecimento da data da perícia a ser realizada no dia 01/10/2019 às 14 horas, na Diretoria de Assistência Médica da Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado, localizada nesta cidade à Avenida Pedro Teixeira, n° 25, Bairro Planalto. Manaus, 02 de setembro de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR (OAB 9725/AM) - Processo 0707068-52.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0608486-46.2014.8.04.0001) - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: CRISTAL ENGENHARIA LTDA - REQUERIDA: Rita de Cassia de Araujo Calderaro e outros - Autos nº:0707068-52.2012.8.04.0001 Classe:Usucapião Autora:CRISTAL ENGENHARIA LTDA Réus:Rita de Cassia de Araujo Calderaro,

Vandico Pereira Cardoso e Município de Manaus DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 05 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Anderson Raphael Pereira de Araujo (OAB 7359/AM)
Cassius Clei Farias de Aguiar (OAB 9725/AM)
Cleomar de Souza Rodrigues (OAB 10745/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Ildenice Ramos de Oliveira (OAB 7856/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0157/2019

ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: FÁBIO TEIXEIRA OZI (OAB 172.594/SP), ADV: OPHIR CAVALCANTE JUNIOR (OAB 003.259/PA), ADV: BRUNA MENEZES VILAS BOAS LIMA (OAB 390504/SP) - Processo 0010707-66.2005.8.04.0001 (001.05.010707-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Fiat Automóveis S/A - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 420 expedi alvará de levantamento judicial para Mattos Filho, Veiga Filho Marrey Jr. e Quiroga Advogados, CNPJ nº 67.003.673/0001-76. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0215390-89.2010.8.04.0001 (001.10.215390-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Jucelia Pires Batista - R.Hoje. Intime-se o Executado - Estado do Amazonas para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA ELEONORA DA SILVA ANUNCIAÇÃO (OAB 3791/AM), ADV: RAPHAEL SILVA ANUNCIAÇÃO (OAB 6373/AM), ADV: CASSIANO CIRILO ANUNCIAÇÃO NETTO (OAB 4420/AM) - Processo 0267220-60.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Maria ILzamir Lopes Albuquerque - REDISTRIBUIÇÃO. PREVIDÊNCIA. DÍVIDA ATIVA

ADV: JOSÉ CARLOS DE MORAES BEZERRA (OAB 16566/SP) - Processo 0345265-20.2007.8.04.0001 (001.07.345265-4) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Maria Roza de Araújo - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 573 expedi alvará de levantamento judicial para Dr. José Carlos de Moraes Bezerra OAB/AM A151. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM) - Processo 0608872-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERIDO: Gilmar de Oliveira Nascimento - Decisão. Desse modo, nos termos da fundamentação, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos do Autor. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0616802-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Silvana Gonçalves da Silva - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 350 expedi alvará de levantamento judicial para Dr. César Augusto Gomes Monteiro OAB/AM 9.696. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: FRANCISCO DE ASSIS VERAS FORTES NETO (OAB 14640/PI), ADV: HEYLANE CRISTINA DOS SANTOS BRASIL (OAB 10360/PI) - Processo 0617331-04.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Servi San Vigilância e Transportes Ltda - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: OCIMAR LOPES DE SOUZA (OAB 1717/AM) - Processo 0617856-49.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ocimar Lopes de Souza - Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação, JULGO PROCEDENTES os pedidos autorais: CONDENO os Requeridos a procederem ao pagamento da gratificação de especialização, tendo como base de cálculo 25% dos seus vencimentos, de acordo com o art. 201, V, da Lei 3.271/2012, a ser implementado em até 10 (dez) dias, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R$1.000,00, até o limite de 60 dias-multa. CONDENO os Requeridos no pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados em R$3.000,00 (três mil reais), com fulcro no art. 85, §8º do CPC. Custas na forma da lei. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça nos termos do art. 496/CPC. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM) - Processo 0619016-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Waldemar Coelho Maciel Filho - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 236 expedi alvará de levantamento judicial de nº 152 para Waldemar Coelho Maciel Filho RG nº 7606583 SSP/AM e para Dr. Francisco Batista dos Santos OAB/AM 9.550. Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM) - Processo 0621714-54.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ALCINEIA CARNEIRO MENDONÇA - REQUERIDO: MILLENNIUM LOCADORA LTDA e outro - CERTIFICO a tempestividade do recurso de Apelação interposto pelo Requerido, Millennium Locadora Ltda, às fls. 457/466. Intimo o Requerente, ALCINEIA CARNEIRO MENDONÇA MILLENNIUM LOCADORA LTDA, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM), ADV: GISELLE FIGUEIREDO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 4221/AM) - Processo 0636546-29.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - RECLAMANTE: MARIELE FERREIRA GOMES - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM), ADV: GISELLE FIGUEIREDO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 4221/AM) - Processo 0636546-29.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - RECLAMANTE: MARIELE

FERREIRA GOMES - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fls. 207 expedi alvarás de levantamento judicial de nº 154 e nº 155 respectivamente para Marielle Ferreira Gomes Rg nº 0776669-6 e para Dra. Giselle Figueiredo Rodrigues.Certifico ainda que o referido alvará foi disponibilizado nos autos, conforme portaria nº 2072/2016-PTJ. Manaus, 02 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0640205-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Ac Gestão Empresárial Eireli - Me - Decisão. Pelo exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO da presente ação, com base no artigo 290 do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0642629-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Raimundo Santos de Andrade - CERTIFICO a Tempestividade do Recurso de Apelação interposto pelo Apelante, Estado do Amazonas, às fls.71/84. Intimo o Apelado,

ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM) - Processo 0642795-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Ricardo Alves de Carvalho - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor - Município de Manaus acerca da decisão de fls.76. Manaus, 17 de julho de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0646338-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: IMPORTADORA TV LAR LTDA - Diante do exposto, CONCEDO o pedido de tutela de urgência, determinando que o Requerido RETIRE a inscrição em dívida ativa da multa referente ao auto de infração nº 374/2017, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de multa de R$1.000,00 (mil reais) por dia de descumprimento, até o limite de 60 dias-multa, tudo nos termos da fundamentação. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM) - Processo 0646469-06.2019.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Liminar - REQUERENTE: Amazoncreto Construções, Comércio de Materiais de Construção e Instalação Elétrica Eireli - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido, nos termos da fundamentação. Ao Autor para, no prazo legal, emendar a inicial, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 303, §6º do CPC), sob pena de indeferimento. À Secretaria para corrigir a classe da ação no cadastro processual. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANA CRISTINA SERIQUE DOS SANTOS (OAB 11008/AM) - Processo 0646840-67.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Mário Jorge Barroso França - Me - RECONHEÇO, portanto, a incompetência material deste Juízo para processar e julgar a presente ação, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal, conforme o disposto no art. 64, § 3º, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Ana Cristina Serique dos Santos (OAB 11008/AM)
Ana Maria Holanda Farias Sales (OAB 4502/AM)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
Bruna Menezes Vilas Boas Lima (OAB 390504/SP)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
CASSIANO CIRILO ANUNCIAÇÃO NETTO (OAB 4420/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB 10517/AM)
Fábio Teixeira Ozi (OAB 172.594/SP)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Francisco de Assis Veras Fortes Neto (OAB 14640/PI)
Giselle Figueiredo Rodrigues dos Santos (OAB 4221/AM)
Heylane Cristina dos Santos Brasil (OAB 10360/PI)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
José Carlos de Moraes Bezerra (OAB 16566/SP)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Maria Eleonora da Silva Anunciação (OAB 3791/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Ocimar Lopes de Souza (OAB 1717/AM)
Ophir Cavalcante Junior (OAB 003.259/PA)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Raphael Silva Anunciação (OAB 6373/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0372/2019

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0203239-86.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: José de Freitas Santos e outro - Trata-se de Recurso de Apelação interposto contra a Sentença proferida às fls. 248/258 por este juízo. Quanto aos requisitos de admissibilidade, primeiramente verifico estarem devidamente demonstrada a legitimidade da parte e seu interesse de agir. Por outro lado, o recurso apresentado se amolda a hipótese prevista no art. 593, I do CPP. Entretanto, quanto a tempestividade, verifico que o apelante foi intimado da sentença na data de 30 de julho de 2019 e apresentou o recurso na data de 19 de agosto de 2019, não respeitando, desta forma, o prazo de 05 (cinco) dias previsto no art. 593 do CPP. Pelo exposto , não recebo o presente recurso de apelação. Cumpra-se.

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0622812-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Mayko dos Santos Farias - Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Mayko dos Santos Farias pela prática do crime tipificado no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03. Narra a denúncia que: no dia 12/05/2019, por volta de 2h, por intermédio de denúncia anônima, policiais militares receberam informações de que uma pessoa trajando camisa cor clara portava arma de fogo no Beco Ursa Menor, n. 07, Bairro Santo Agostinho. No local, a guarnição visualizou um indivíduo em atitude suspeita, mostrando-se bastante nervoso, e durante revista pessoal, encontrou em poder de Mayko dos Santos Farias um revólver calibre 38, Taurus, com numeração raspada, acompanhado de duas munições do mesmo calibre, conforme Auto de Exibição e Apreensão de fls. 05. A denúncia foi recebida em 15 de maio de 2019. Regularmente citado, o acusado apresentou Resposta Escrita à Acusação, entretanto, inexistindo causas de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Finalizada audiência de instrução e julgamento, onde foi colhido o depoimento da testemunha Rosemberg Martins Bezerra e Felipe Augusto de Souza, bem como realizado o interrogatório do acusado, foi aberto prazo para apresentação de Alegações Finais. Em alegações finais o órgão ministerial requereu a condenação do acusado nos termos narrados na inicial. A defesa, por sua vez, requereu a absolvição sumária e, alternativamente, a fixação da pena-base no mínimo legal, uma vez que amplamente favoráveis ao acusado as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP. É o relatório. Decido. Quanto ao crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tipificado no art. 16, parágrafo único, inciso IV da Lei 10.826/03, imputado ao acusado, compulsando os

autos, verifico que as provas apresentadas são suficientes para a formação de um juízo condenatório, tendo em vista que a materialidade e autoria restaram comprovadas. Em depoimento prestado em juízo o policial militar Rosemberg Martins Bezerra narrou de forma concisa os fatos delituosos imputados ao acusado. Informando, em síntese, que, se recordava de ter atuado nessa ocorrência policial e que receberam uma informação via whats app Rocam de que um indivíduo estaria armado no Prosamim, no Bairro Santo Agostinho. Que chegaram ao local indicado e se tratava de um bar. Que revistaram todas as pessoas presentes e encontraram a arma - um revólver calibre 38 - com o acusado. No mesmo sentido foi o depoimento em juízo do policial militar Felipe Augusto de Souza Destaco que o depoimento da autoridade policial foi ainda corroborado pelo Auto de Exibição e Apreensão (fls. 05). Durante audiência de instrução e julgamento, o acusado negou a autoria, informando que de fato foi apreendida uma arma durante a revista, entretanto esta arma pertencia a um indivíduo de nome Bruno que era filho de um policial militar e por isso foi liberado. Entretanto, verifico que a defesa não se desincumbiu de comprovar o alegado, não informando sequer o endereço de Bruno que, conforme depoimento do réu, à época dos fatos, morava próximo. Por último, verifico que foi acostado Laudo Pericial (fls. 152/156) que comprova que o revólver apreendido em posse do acusado possuía numeração de série suprimida e que se encontrava em regular estado de conservação, apresentando eficiência para a produção de tiros. Acrescento que o dolo previsto no tipo é genérico, bastando a conduta de portar a arma não identificada para caracterizar o crime. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CRIME FORMAL OU DE PERIGO ABSTRATO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SÚMULA N. 83/STJ. INCIDÊNCIA. 1. O Tribunal de origem, ao entender que o delito pelo qual o recorrente restou condenado é de perigo abstrato e de mera conduta, cuja "consumação se dá com o simples fato de estar na posse ou porte de arma de fogo, munição ou acessório, não se exigindo qualquer finalidade específica, isto é, dolo específico", decidiu em conformidade com a hodierna e pacífica jurisprudência deste Sodalício. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 610.230/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 22/04/2015) No mesmo sentido: PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DO ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N. 10.826/03. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS PELO CONJUNTO PROBATÓRIO ENCARTADO NOS AUTOS. DESCONHECIMENTO DO AGENTE SOBRE A SUPRESSÃO DO NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DA ARMA DE FOGO. INCONSTITUCIONALIDADE. ANALOGIA IN MALAM PARTEM. INVIABILIDADE DA TESE DESCLASSIFICATÓRIA. DESNECESSIDADE DE DOLO ESPECÍFICO. TIPO AUTÔNOMO. 1. O art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/03 pune o porte de arma com numeração suprimida, bastando a conduta de portar a arma não identificada para caracterizar o crime. 2. O dolo necessário para caracterizar o tipo penal é genérico, relativo apenas ao porte ilegal de arma de fogo, não se exigindo a comprovação do dolo específico de portar arma com numeração raspada, suprimida ou adulterada, razão pela qual se afigura irrelevante averiguar a ciência do agente sobre a supressão do número de identificação da arma de fogo nos crimes do Estatuto do Desarmamento. 3. O STF já manifestou que os crimes do parágrafo único do art. 16 da Lei n. 10.826/03 constituem delitos autônomos, que não exigem como elementar do tipo que a arma seja de uso permitido ou restrito, mas devem alcançar qualquer classificação de arma de fogo, indistintamente, por razões de política criminal. 4. Recurso de apelação a que se nega provimento. (TJ-DF 20141210062845 0006184-76.2014.8.07.0012, Relator: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 28/07/2016, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 08/08/2016 . Pág.: 95/110) Desta forma, irrelevante o dolo específico do acusado de portar arma de fogo com numeração suprimida. Pelo exposto, entendo que as provas apresentadas são suficientes para comprovação da materialidade e autoria do crime tipificado no art. 16, parágrafo único, inciso IV da Lei 10.826/03, e a consequente formação de um Juízo condenatório. Decisão. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e CONDENO Mayko dos Santos Farias pela prática do crime tipificado no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03. Passo à dosimetria individualizada da pena, observando o disposto no art. 68 do CPB. Primeira Fase - Fixação da Pena - Base Quanto aos parâmetros estabelecidos no art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que, apesar de o acusado responder a diversos processos e possuir diversas condenações, em consulta ao sistema saj, verifiquei que todos são relativos a fatos posteriores ao analisado nestes autos, desta forma, reconheço a primariedade do réu. Por outro lado, quanto culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo, as circunstâncias e as consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Por último, não verifico ter o comportamento da vítima contribuído de qualquer forma para o resultado. Desta forma, diante da inexistência de circunstância que justifique sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 16, parágrafo único, IV da Lei 10.826/03 em 03 (três) anos de reclusão. Segunda Fase - Da Fixação da Pena Provisória (atenuantes e agravantes) Passo a fixação da pena provisória, observando o disposto nos artigos 61, 62 e 65 do CPB. Reconheço a agravante da reincidência, tendo em vista que o acusado possui condenação transitada em julgado nos autos 0245562-09.2013.8.04.0001. Desta forma, fixo a pena-provisória do crime tipificado no art. 16, parágrafo único, IV da Lei 10.826/03 em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Terceira Fase - Causas de aumento e diminuição Não verifico quaisquer causas de aumento ou de diminuição. Por este motivo, fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. 16, parágrafo único, IV da Lei 10.826/03 em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o SEMI-ABERTO, tendo em vista a reincidência e a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, letra "c" do CPB. Da Detração: Constata-se que o réu encontra-se custodiado desde o dias 12 de maio de 2019 fazendo jus a 03 (três) meses e 18 (dezoito) dias de detração. Do direito de Recorrer em Liberdade: Tendo em vista que o acusado foi condenado a pena inferior a 04 (quatro) anos, e a natureza do regime ao qual foi condenado concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade. Expeça-se Alvará de Soltura. Da pena de multa: Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração as condições financeiras do acusado, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Da substituição da pena de reclusão pela restritiva de direitos: Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por duas restritiva de direito, tendo em vista a reincidência, nos termos do art. 44 do CPP. Da suspensão condicional da pena: Deixo de aplicar a suspensão condicional da pena, em observância ao art. 77, do CP. Do pagamento das custas processuais: Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Após o trânsito em julgado, expeça-se guia de recolhimento, lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que o réu permaneceram presos provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: IRAN

VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0630174-88.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Patricia Silva de Souza - Trata-se de Pedido de Revogação da Prisão Preventiva, formulado por Patrícia Silva de Souza, acusada pelo cometimento do crime tipificado nos arts. 157, § 2º, II e §2º - A, I do Código Penal Brasileiro. A acusada foi presa em flagrante na data de 13 de junho de 2019 e teve sua prisão convertida em preventiva na data de 14 de junho de 2019, com fundamento nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal. Em seu pedido de revogação da prisão cautelar a defesa alega em tese que inexistem os pressupostos autorizadores da prisão preventiva elencados nos retro artigos, bem como a desnecessidade da segregação que poderia ser substituída por uma das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP. Intimado a se manifestar, o órgão ministerial pugnou pela manutenção da prisão preventiva tendo em vista a indicar conduta voltada para prática de crimes e permitir a segregação cautelar para garantia da ordem pública. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. A Carta Magna de 1988 ao elencar o rol de direitos fundamentais, consagrou o direito a liberdade pessoal em seu art. 5º, caput e inciso LIV. Nesses termos, dispõe: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; No mesmo sentido, estabelece o art. 7º da Convenção Interamericana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica -, da qual o Brasil é signatário. Artigo 7º - Direito à liberdade pessoal 1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. 2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas Constituições políticas dos Estados-partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas. 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários. Desta forma, as hipóteses legais em que o indivíduo pode ter sua liberdade individual restringida são limitadas, devendo estar expressamente previstas na Constituição ou em Lei. Ademais, tratando-se de direito humano fundamental necessário a concretização do princípio maior da Dignidade da Pessoa Humana, deve ser utilizado somente quando imprescindível. Nesse sentido, o Código de Processo Penal Brasileiro regula em seu art. 312 e 313 os requisitos para a decretação da prisão preventiva. Preceitua o art. 312 do Código de Processo Penal que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4o) (parágrafo único), quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarece-la. Ressalto que, em respeito aos direitos humanos fundamentais analisados acima, é necessário não somente “indícios razoáveis de autoria e materialidade” mas “indícios suficientes”, ou seja, necessita de um conjunto probatório mais robusto. Nesse sentido: Ementa:HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES.INDÍCIOSDEAUTORIA INSUFICIENTESPARA A MANUTENÇAO DA SEGREGAÇAO PREVENTIVA DO PACIENTE. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇAO DA INOCÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA. 1. Osindícios apontados, embora possam autorizar a deflagração da ação penal, não são suficientes a autorizar a prisão preventiva, como exigido pelo art. 312 , do CPP . 2. Para a decretação da prisão preventiva se exige prova da materialidade eindíciossuficientes deautoria.É imprescindível maior robustez dosindíciosdeautoriapor se tratar de medida cautelar de restrição ao direito fundamental à liberdade, prestigiando, assim, o princípio da presunção da inocência, previsto no art. 5º , LVII , da CF . Dessa forma, não vislumbrando nos autos prova segura daautoriado crime imputado ao paciente, entendo não existirem motivos a justificar a manutenção da sua constrição preventiva. 3. Ordem concedida, sem prejuízo para eventual ação pena.(TJ-PI - Habeas Corpus HC 201200010000142 PI, 14/02/2012) HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO. INSUFICIÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. CONCESSÃO DA ORDEM. Caso em que, da análise dos elementos informativos presente neste Habeas corpus, há dúvida quanto à classificação da conduta do paciente. Não se extrai dos documentos trazidos ao presente expediente indícios suficientes a demonstrar a grave ameaça que o paciente teria exercido contra a vítima. Além disso, neste momento, não se verificam elementos suficientes a indicar que o paciente subtraiu ou pretendia subtrair algum bem da residência do ofendido. Neste contexto, vê-se que, ao menos neste momento, não é possível identificar indícios suficientes de materialidade e autoria do crime narrado no auto de prisão em flagrante, não sendo possível a manutenção da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente. ORDEM CONCEDIDA. (Habeas Corpus Nº 70077825222, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Conrado Kurtz de Souza, Julgado em 28/06/2018). (TJ-RS - HC: 70077825222 RS, Relator: José Conrado Kurtz de Souza, Data de Julgamento: 28/06/2018, Sétima Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/07/2018) Assim, há que se diferenciar os requisitos para o recebimento da exordial acusatória, delineados no art. 41 do CódigodeProcesso Penal, com os requisitos para a decretação da prisão preventiva. In casu, constato que se fazem presentes os pressupostos subjetivos do art. 312 do Código de Processo Penal. Primeiramente, consta nos autos prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria (fumus comissi delicti), conforme os Termos de Declarações dos Polícias, Auto de Exibição e Apreensão, Termo de Reconhecimento da Pessoa, bem como a declaração da vitima. Quanto aos pressupostos subjetivos do art. 312 do Código de Processo Penal, dispõe o Superior Tribunal de Justiça que a gravidade do delito por si só não constitui causa de manutenção da prisão, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS. COMANDO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA INSTRUÇÃO E FOI CONDENADO À PENA DE 9 ANOS E 26 DIAS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. RÉU QUE POSSUI OUTROS REGISTROS CRIMINAIS. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DE DESARTICULAR A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do

artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime. Entretanto, no caso sob análise, verifico o periculum in libertatis, tendo em vista o modus operandi - concurso de pessoas e emprego e arma - e a habitualidade criminosa, conforme consulta ao sistema SAJ. Quanto aos requisitos objetivos elencados no art. 313 do Código de Processo Penal, verifico que o presente caso se amolda ao inciso I, tendo em vista que a pena máxima para os crimes analisados nos presentes autos é superior a 4 (quatro) anos. Desta forma, pelos motivos expostos acima, INDEFIRO, por hora, o pedido de Revogação da Prisão Preventiva, e por conseguinte acolho o parecer de lavra ministerial, para manter a prisão preventiva de Patrícia Silva de Souza. A Secretaria para providencias necessárias.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0630755-40.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Mauricio Alves Lima - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0630755-40.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 4507/AM - Cristiane Gama Guimarães, 12394/AM - João Evangelista Generoso de Araújo, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 01/10/2019 às 11:30h, concernente ao Processo nº 0630755-40.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Mauricio Alves Lima, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: JAIRO BEZERRA LIMA (OAB 1507/AM) - Processo 0636414-98.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Honra - DENUNCIADO: Jairo Bezerra Lima - JULGO EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485,III,do NCPC. À Secretaria para providências.

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0644463-26.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Anderson Costa de Menezes - Trata-se de Pedido de Revogação da Prisão Preventiva, formulado por Anderson Costa de Menezes, acusado pelo cometimento do crime tipificado nos arts. 12 da Lei 10.826/03. O acusado foi preso em flagrante na data de 21 de agosto de 2019 e teve sua prisão convertida em preventiva no mesmo dia, com fundamento nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal. Em seu pedido de revogação da prisão cautelar a defesa alega em tese que inexistem os pressupostos autorizadores da prisão preventiva elencados nos retro artigos, bem como a desnecessidade da segregação que poderia ser substituída por uma das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP. Intimado a se manifestar, o órgão ministerial pugnou pela concessão da liberdade provisória. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. A Carta Magna de 1988 ao elencar o rol de direitos fundamentais, consagrou o direito a liberdade pessoal em seu art. 5º, caput e inciso LIV. Nesses termos, dispõe: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; No mesmo sentido, estabelece o art. 7º da Convenção Interamericana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica -, da qual o Brasil é signatário. Artigo 7º - Direito à liberdade pessoal 1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. 2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas Constituições políticas dos Estados-partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas. 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários. Desta forma, as hipóteses legais em que o indivíduo pode ter sua liberdade individual restringida são limitadas, devendo estar expressamente previstas na Constituição ou em Lei. Ademais, tratando-se de direito humano fundamental necessário a concretização do princípio maior da Dignidade da Pessoa Humana, deve ser utilizado somente quando imprescindível. Nesse sentido, o Código de Processo Penal Brasileiro regula em seu art. 312 e 313 os requisitos para a decretação da prisão preventiva. No caso em concreto, não verifico estarem presentes os requisitos objetivos elencados no art. 313 do Código de Processo Penal tendo em vista que a pena máxima do delito em epígrafe é de 03 (três) anos. Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA decretada às fls. 39/40 contra Anderson Costa de Menezes, determinando a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do acusado, salvo se por outro motivo deva permanecer preso, impondo-se, desde já, o cumprimento das seguintes medidas cautelares: I - não se ausentar da Comarca sem autorização deste Juízo ou por mais de 15 (quinze) dias de sua residência, sem comunicar à autoridade judiciária o lugar onde será encontrado (a); II - comparecimento bimestral para assinatura em juízo, a fim de informar e justificar suas atividades. As medidas cautelares enumeradas acima, devidamente previstas no artigo 319 do CPP, deverão constar do Termo de Compromisso a ser firmado pelo investigado NESTE JUÍZO NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS APÓS A SOLTURA. Intimem-se, ainda, para participar do PROJETO REEDUCAR no dia a ser designado pela secretaria. A Secretaria para providencias necessárias.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jairo Bezerra Lima (OAB 1507/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0201175-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Joiara Gomes de Souza - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista à defesa, a fim de apresentar os memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0202465-28.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Jonas Souza de Lima - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência ABSOLVO o réu JONAS SOUZA DE LIMA, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0212648-57.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - ACUSADO: CICERO SILVA DOS SANTOS - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência ABSOLVO o réu CÍCERO SILVA DOS SANTOS, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0215027-63.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Cristiano da Silva Viana - Wesley Willan Araujo Serra - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: A MMa Juíza concedeu à defesa dos réus o prazo de cinco(05) dias, para apresentação de Memoriais.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0225696-10.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Luis Henrique Balieiro do Amaral e outros - Instrução e Julgamento Data: 18/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0236429-69.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Paulo Felipe Batista Vieira - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno PAULO FELIPE BATISTA VIEIRA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelos artigos no artigo 157, § 2.º, II, do CP, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do CP. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o Réu agiu com culpabilidade reprovável normal a espécie, nada tendo a se valorar; O réu era primário à época dos fatos (fls. 28); Poucos elementos foram coletados a respeito de suas condutas sociais e personalidades, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão relacionadas nos autos; As consequências do crime são normais a espécie. As vítimas em nada influenciaram à prática do delito. Não há informações sobre a situação econômica do Réu. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo a pena base em 4 (quatro) anos de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes nem causas de diminuição a serem observadas. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, “d”, do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, relativo ao crime de roubo, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 26.09.2015 e 26.08.2016 (fls. 112), dosando definitivamente a pena em 04 (quatro) anos e 05 (cinco) meses. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 04 (quatro) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, “b” do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime SEMIABERTO. Por conseguinte, em face de não vislumbrar os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0247461-08.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Eriva Santos Rouzo e outros - Instrução e Julgamento Data: 18/05/2020 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0603287-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Guilherme Pascoal Costa do Nascimento e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia para condenar ANTUNES SORIANO DA SILVA e GUILHERME PASCOAL COSTA DO NASCIMENTO, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, II, do CP; art. 244-B do ECA; c/c art. 70, do CP, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhes aplicada, individualmente, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do CP. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os

crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. Os Réus respondem a outros feitos criminais; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime demonstram extrema ousadia dos réus, porquanto realizado à luz do dia, em embarcação coletiva repleta de passageiros; As consequências dos crimes são próprias do tipo. Não existem elementos para se aferir situação econômica dos Réus. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as respectivas penas bases: A) Crime previsto no art. 157, do Código Penal, em 4 (quatro) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, em 1 (um) ano de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de diminuição a serem observadas. Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, relativa ao crime de roubo, a ser adimplida individualmente, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no artigo 70, do Código Penal (concurso formal), à vista da existência concreta da prática de crimes de roubo e corrupção de menor através de uma única ação delitiva, aplico-a à pena mais grave, de roubo, aumentada do critério mínimo de 1/6 (um sexto), conforme restou consignado na motivação desta decisão, ficando os Réus condenados à pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória: GUILHERME DO NASCIMENTO, compreendida entre 24.01.2019 e 25.07.2019 (fls. 235), dosando definitivamente a pena em 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias; ANTUNES DA SILVA, compreendida entre 24.01.2019 e 30.07.2019 (fls. 237), dosando definitivamente a pena em 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 14 (quatorze) dias. Assim, fica o réu ANTUNES SORIANO DA SILVA condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias de reclusão, e o réu GUILHERME PASCOAL COSTA DO NASCIMENTO condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos, 07 (sete) meses e 14 (quatorze) dias e, ainda, ao pagamento, individual, de 10 (dez) dias-multa, cada um, no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, "b", do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime SEMIABERTO. Por sua vez, por vislumbrar ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, se por outro motivo não estiverem presos. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0624797-10.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Gabriel Willians Carvalho da Costa e outro - Instrução e Julgamento Data: 16/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ISABELA DA SILVA SANTOS (OAB 9869/AM) - Processo 0640596-30.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Matheus da Silva Santos - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno MATHEUS DA SILVA SANTOS, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelos artigos no artigo 157, § 2.º, II, do CP; e art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, c/c art. 70, do CP, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas ao réu incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que o Réu agiu com culpabilidade reprovável normal a espécie, nada tendo a se valorar; O réu é primário; Poucos elementos foram coletados a respeito de suas condutas sociais e personalidades, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão relacionadas nos autos; As consequências do crime são normais a espécie. As vítimas em nada influenciaram à prática do delito. Não há informações sobre a situação econômica do Réu. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 157, do Código Penal, em 4 (quatro) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, em 1 (um) ano de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes nem causas de diminuição a serem observadas. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Presente no crime de roubo uma causa de aumento de pena prevista no inciso II, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, ficando o Réu condenado pelo crime de roubo à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, relativo ao crime de roubo, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no artigo 70, do Código Penal (concurso formal), à vista da existência concreta da prática de 2 (dois) crimes, de roubo e corrupção de menor através de uma única ação delitiva, aplico a pena mais branda, aumentada do critério ideal de 1/6 (um sexto), conforme restou consignado na motivação desta decisão, ficando o réu condenado a 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 11.12.2016 e 16.12.2016 (fls. 68), dosando definitivamente a pena em 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, "b" do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime SEMIABERTO. Por

conseguinte, em face de não vislumbrar os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoagen Juíza de Direito

Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Isabela da Silva Santos (OAB 9869/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: CAMILA CUNHA DE SOUZA (OAB 12450/AM), ADV: ONOFRE SANTOS DE MEDEIROS (OAB 12028/AM), ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB 9643/AM), ADV: WALDISNEY COELHO GIRÃO (OAB 12569/AM) - Processo 0201035-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Julian de Melo Araújo - De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 26/09/2019, às 10:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da, testemunha, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0202403-11.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INVESTIGAD: Andreza Brito Feitoza - Inquirição - Audiência Data: 25/09/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0206114-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - REPTADO: Carlos Jhonnatthan Lima Bastos e outro - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular da vítima, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 10/03/2020, às 09:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: JAQUELINE PONCE DE LEÃO LIMA ALMEIDA (OAB 5200/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: LUIZ CARLOS QUEIROZ DE OLIVEIRA (OAB 7773/AM), ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA (OAB 7106/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0212411-47.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - VÍTIMAFATO: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda - De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 11/09/2019, às 11:00h. Pela Secretaria, proceda a expedição dos devidos atos intimatórios. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: NELSON MATHEUS ROSSETTI (OAB 4063/AM), ADV: SANDRO SANTOS SILVA (OAB 3550/AM), ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0217791-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉ: Mayara Silva Barbosa e outros - Inquirição - Audiência Data: 03/12/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0225521-79.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Ronaldo da Silva Leão - Vista à defesa, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: PAULO VICTOR SOLART COELHO (OAB 14212/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0232016-76.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - VÍTIMAFATO: Cileode da Costa Moura de Lima - RÉ: Joquebeide Paulino Cezar - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude a ausência da MMª. Juíza de Direito titular deste Juízo que, por motivo de saúde, não pôde comparecer para presidir a audiência, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 29/10/2019, às 11:30h. Pela Secretaria, proceda a expedição dos devidos atos intimatórios. Cumpra-se.

ADV: AUGUSTO BACELAR DE FARIA (OAB 160639/MG), ADV: PATRICIA FERREIRA (OAB 149974/MG), ADV: WAGNER JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR (OAB 165584/MG), ADV: ALICIENE ONETY DA SILVA (OAB 11884/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0234511-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADA: Nara Simone Menezes Dias - Inquirição - Audiência Data: 07/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0234763-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Erikson Pereira de Araújo - Inquirição - Audiência Data: 04/03/2020 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOÃO FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 6953/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM) - Processo 0247297-72.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: André Sandro Amanajás Jardim e outros - De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 25/09/2019, às 11:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: MARCOS CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB 5309/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: ARI AMARANTO MOURA DA SILVA (OAB 2988/AM) - Processo 0260701-64.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - INDICIADO: Marlene Fontunato Cohen - Vista à defesa, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM) - Processo 0631821-21.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - VÍTIMAFATO: Luiz Carlos da Silva Costa - INDICIADO: Josué Ferreira Soares - Marcley Moraes de Souza - Charles Sanches Morais e outro - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 25/09/2019 às 09:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM) - Processo 0636788-80.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - INDICIADO: Carlos Emilio Lopes de Brito - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular do acusado, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 17/03/2020, às 10:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0637623-68.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Railson Paiva Moraes - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular do acusado, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 25/09/2019, às 09:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0639798-35.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: Dao Ferreira da Silva - INDICIADO: Luciano Rodrigues Marical e outro - De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 26/09/2019, às 09:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0640476-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - REPTANTE: O Estado - INVESTIGAD: Geandro de Souza Quiroz - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular do acusado, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 17/03/2020, às 09:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0641135-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Argemiro Guimarães de Souza - De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 25/09/2019, às 10:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da testemunha, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0642653-50.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Taylon Pens da Silva - Presentes os pressupostos processuais e válidas as condições da ação, porquanto, atendidas as formalidades legais do art. 41 e ausentes quaisquer das hipóteses do art. 395, ambos do Código de Processo Penal RECEBO a denúncia apresentada pelo Ministério Público em desfavor de Taylon Pens da Silva, dando-o(s) como incurso(s) no tipo penal previsto no art. 155, caput do Código Penal. Cite-se o(s) denunciado(s) para apresentação de resposta escrita à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o(s) ainda de que, na sua falta, ser-lhe(s)-á nomeado Defensor Público. Devidamente citado(s) e transcorrido in albis o referido prazo legal, havendo advogado constituído nos autos determino a intimação deste, via DJE, para apresentar resposta escrita no prazo legal. Quedando-se inerte a defesa constituída, intime-se o réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo advogado. Constituído novo advogado, intime-o via DJE para apresentar resposta escrita nos moldes acima. Não sendo constituído novo advogado pelo réu, ou não sendo possível a sua intimação, ou ainda em caso de réu citado sem defesa constituída nos autos, promovo desde já a nomeação do Dr. Miguel Henrique Tinoco de Alencar, ilustre Defensor Público do Estado, para defendê-lo(s) no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, §2º do Código de Processo Penal c/c o art. 34, inciso I da Lei Complementar Estadual 01/90. Atente-se o Cartório para o processamento em apartado de eventuais incidentes e exceções apresentadas no curso da ação, bem como para proceder a evolução de classe de inquérito policial para ação penal. Fica(m) desde já advertido(s) ainda o(s) denunciado(s) de que quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo. Solicite-se os laudos relativos às perícias requisitadas no curso do inquérito policial, notadamente aqueles de fls. 54 dos autos. Se, por ventura, restar frustrada a citação do(s) denunciado(s), fica autorizada a Secretaria a proceder a busca do atual endereço deste(s) junto aos sistemas eletrônicos SIEL (Tribunal Regional Eleitoral), INFOJUD (Receita Federal), SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos. Caso logre êxito as diligências empreendidas, sendo então fornecido endereço diverso daquele já constante nos autos, expeça-se novo mandado de citação ou carta precatória, se necessário; caso contrário, cite-se o denunciado via edital pelo prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do Código de Processo Penal. Considerada a existência de outros processos criminais em nome do denunciado, conforme folha de antecedentes juntada, verifica-se que aquele não faz jus ao benefício da suspensão condicional do processo por não preencher os requisitos do art. 89 da Lei 9.099/95. À Secretaria para as demais providências.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0653658-69.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - AUTORFATO: Kirpatrik de Araujo Bittencourt - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0653658-69.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é KIRPATRIK DE ARAUJO BITTENCOURT, Brasileiro(a), Solteiro, Mecânico, RG 1660049-5, com endereço à Rua São Bento, 92, Próx. a autopeças Nilton Lins, Cidade de Deus, Manaus - AM por prática de Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotordistribuído a esta Vara em 14/11/2018. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aliciene Onety da Silva (OAB 11884/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Ari Amaranto Moura da Silva (OAB 2988/AM)
Augusto Bacelar de Faria (OAB 160639/MG)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila Cunha de Souza (OAB 12450/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jaqueline Ponce de Leão Lima Almeida (OAB 5200/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Fernandes de Azevedo (OAB 6953/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luiz Carlos Queiroz de Oliveira (OAB 7773/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Marcos Cardoso de Oliveira (OAB 5309/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)

Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelson Matheus Rossetti (OAB 4063/AM)
Onofre Santos de Medeiros (OAB 12028/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Patricia Ferreira (OAB 149974/MG)
Paulo Victor Solart Coelho (OAB 14212/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa (OAB 7106/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sandro Santos Silva (OAB 3550/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Thiago Nascimento de Brito e Silva (OAB 9643/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Wagner José dos Santos Junior (OAB 165584/MG)
Waldisney Coelho Girão (OAB 12569/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0224819-51.2008.8.04.0001 (001.08.224819-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Adriano Rodrigues Brito - Alex da Silva Viana - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Em vista do Ministério Público insistir na oitiva de suas testemunhas, suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 09/09/2019 às 09:30h. Partes intimadas em audiência. O acusado Adriano Rodrigues Brito sai devidamente ciente das cominações previstas no art. 367, do CPP. Intime-se o réu Alex da Silva Viana nos endereços obtidos via SAJ/SIEL e no constante nos autos. Intime-se a patrono do réu Alex da Silva Viana via DJE. Intimações de estilo. Cumpra-se.

ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: EDSON DE MOURA PINTO FILHO (OAB 5609/AM) - Processo 0237030-46.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Gelcy Gonçalves Ferreira - Joab Oliveira Azevedo - Marcelo Freire da Silva - Yander Ferreira Garone - Instrução e Julgamento Data: 10/09/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COUTO (OAB 8351/AM) - Processo 0241111-38.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Seguida de Morte - ACUSADO: Juarez Varisto da Silva - Instrução e Julgamento Data: 09/09/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0255002-92.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - ACUSADO: José Adelbal Tavares Freitas Junior - Helton Luiz da Silva - Instrução e Julgamento Data: 10/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Edson de Moura Pinto Filho (OAB 5609/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Rodrigo da Silva Couto (OAB 8351/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM), ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0045221-88.2000.8.04.0011 (011.00.045221-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - ACUSADO: Joel Barbosa do Nascimento e outros - Ex positis, por restar configurado uma das causas saneamento do processo sem julgamento do mérito, em consonância com a promoção ministerial e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Joel Barbosa do Nascimento, nos termos do artigo 107, I do Código Penal. Após o trânsito em julgado, arquive- se e dê-se baixa do seu nome nos autos. Dê-se prosseguimento ao feito em relação ao réu Rosinaldo Pinheiro Ribeiro.

ADV: ROBSON DOS SANTOS PAIVA (OAB 13916/AM), ADV: JOSÉ CARLOS HERCULINO DOS SANTOS (OAB 9945/AM), ADV: ADRIANA SANTOS MONTEIRO (OAB 13849/AM) - Processo 0210224-95.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Abuso de Autoridade - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - RÉU: Michael do Nascimento Melo - Evandro Saraiva Machado Neto - Clayton Diego Mendes Almeida - Adonias da Silva Fernandes - Intime-se o patrono do réu CLAYTON para que compareça ao cartório deste douto juízo, afim de que seja disponibilizado ao mesmo cópia de mídia certificado à fl. 77, conforme Despacho de fl. 189. Audiência designada para o dia 26/09/2019, às 09:00h.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0218748-81.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Inquérito / Processo / Recurso Administrativo - RÉ: Carla Cristiane de Lima Bezerra - Audiência designada para o dia 23/09/2019, às 10:15h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0226654-64.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Márcio James da Silva Gil e outros - Ex positis, DECLARO EXTINTA a punibilidade do réu Márcio James da Silva Gil, dando-se a devida baixa na distribuição desta Ação, vez que a acusado cumpriu as condições impostas na proposta de suspensão. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Publique-se, Registre-se e Intime-se.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0243071-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime / Contravenção contra Idoso - RÉ: Francileide Falcão Alves - Ivone Moreira Assunção - Audiência designada para o dia 26/09/2019, às 10:00h.

ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM) - Processo 0260801-58.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Maus Tratos - RÉU: Jakson Dias Guedes - Audiência designada para o dia 26/09/2019, às 08:30h.

ADV: MARCOS DANRLEY DA SILVA LIMA (OAB 13512/AM) - Processo 0603747-77.2017.8.04.0016 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉ: Charlinton Fernandes Dias - Audiência designada para o dia 26/09/2019, às 08:45h.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0604866-21.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Felipe da Silva Teles de Jesus e outro - Trata-se de ação criminal proposta contra Felipe da Silva Teles de Jesus denunciado pela prática do crime de receptação, previsto no artigo 180, caput, do Código Penal. In casu, houve a suspensão condicional do processo para fins previstos no artigo 89, §1º da Lei nº 9.099/95. À fl. 212, Decisão interlocutória expedida pelo Juízo da VEMEPA, informando que o autor do fato deu total cumprimento ao período de prova da sursis processual. À fl. 214, Promoção Ministerial pugnado pela extinção da punibilidade do autor do

fato em epífrafe , nos termos do art. 89, § 5.º, da Lei 9.099/95. Ex positis, DECLARO EXTINTA a punibilidade de Felipe da Silva Teles de Jesus, dando-se a devida baixa na distribuição desta ação, vez que o acusado cumpriu as condições impostas no Termo de Audiência de fls. 122-124. Transcorrido o prazo para o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Publique-se, Registre-se e Intime-se.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0622703-21.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Calúnia - REPTANTE: Marliane Lima de Carvalho - REPTADA: Maria de Fatima Alves da Silva - Audiência de Conciliação designada para o dia 26/09/2019, às 09:30h.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0626742-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Kaio Rodrigo Fernandes Noronha e outro - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0632276-20.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Alexandre Gomes Firmino e outro - Audiência designada para o dia 24.09.2019, às 08h30min.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0639229-63.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Tarssizo Leitão Cavalcante - Audiência designada para o dia 26/09/2019, às 09:15h.

Adriana Santos Monteiro (OAB 13849/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
José Carlos Herculino dos Santos (OAB 9945/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Marcos Danrley da Silva Lima (OAB 13512/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Robson dos Santos Paiva (OAB 13916/AM)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0870/2019

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM) - Processo 0201844-64.2010.8.04.0001 (001.10.201844-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - RÉU: Rosivaldo Ferreira Neri - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 09/06/2020, às 10:15h, na Sala padrão.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0202512-59.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Emerson Costa da Rocha - Nagibi da Silva Bezerra - Designo o dia 19/11/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: NAYARA DE LIMA MOREIRA (OAB 9058/AM) - Processo 0205671-44.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto (art. 155) - RÉU: Alan Alves da Silva - Dane Renato Bastos Rodrigues - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 22/10/2019, às 11:45h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:15h na Sala padrão.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0227866-23.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Eliton alves Nogueira - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 23/10/2019, às 11:30h, será realizada na mesma data, porém no horário das 09:45h na Sala padrão.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM), ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM), ADV: JOÃO MARIA DE MOURA (OAB 3389/AM), ADV: ALEXANDRE PEREIRA PINTO (OAB 8997/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0236340-12.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Joelson de Barros Pereira - Glemeson Souza Cardoso - Gustavo dos Santos Maciel Mesquita - Designo o dia 10/03/2020, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0609730-34.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: P.K.A.C. - Nos termos do art. 268 do Código de Processo Penal, considerando a ausência de oposição do Ministério Público (fl. 303), ADMITO o pedido de habilitação de Assistente da Acusação (fls. 233/235), ocasião em que DETERMINO que seja cadastrado o patrono junto ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, a fim de que se produza seus devidos efeitos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0623524-59.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Ranon Cardoso do Nascimento e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 09/06/2020, às 10:45h, na Sala padrão.

ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM) - Processo 0631772-48.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Felipe Leocadio Cardeal - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 10/06/2020, às 10:00h, na Sala padrão.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0640822-30.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: I.S.V. - J.M.A. e outro - Ante o exposto, presentes na peça acusatória os requisitos do art. 41 e ausentes quaisquer das circunstâncias do art. 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO AS DENÚNCIAS (fls. 212/215 e 286/288) contra IVANILSON DA SILVA VIVEIROS, JUCIANE MEDINO ARTIAGO e YAGO XAVIER VALENÇA, de acordo com a definição jurídica acima definida.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0644305-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: GUILHERME FLORENÇO DE SOUZA - Ante o exposto, presentes na peça acusatória os requisitos do art. 41 e ausentes quaisquer das circunstâncias do art. 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA (fls. 70/72) contra GUILHERME FLORENÇO DE SOUZA.

Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Alexandre Pereira Pinto (OAB 8997/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
João Maria de Moura (OAB 3389/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Nayara de Lima Moreira (OAB 9058/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB 9240/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0864/2019

ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: FÁBIO FERNANDO SILVA AZEVEDO (OAB 9144/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM), ADV: KARLA DE SIQUEIRA CAVALCANTI AZEVEDO (OAB 7020/AM), ADV: LEONARDO DA SILVA GONÇALVES (OAB 854A/AM), ADV: RODRIGO ALEXANDRE DE SOUSA (OAB 9176/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM) - Processo 0250400-58.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: F.C.L. - Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Francisco das Chagas Loiola, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, VI, do Código Penal Brasileiro.

Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB 9144/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo (OAB 7020/AM)
Leonardo da Silva Gonçalves (OAB 854A/AM)
Rodrigo Alexandre de Sousa (OAB 9176/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0865/2019

ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0622738-78.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Anderson de Lima Guimarães e outro - Ante o exposto, persistindo os motivos ensejadores da prisão preventiva e em consonância com Ministério Público, INDEFIRO O PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA PRISÃO DOMICILIAR (fls. 159/160 e 192), para manter o Réu ANDERSON DE LIMA GUIMARÃES preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 282, II, 312 e 313, I, todos do Código de Processo Penal.

Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0866/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0603481-04.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Arleson Pereira da Silva - Ante o exposto, nos termos do artigo 107, I, do Código Penal c/c artigo 62 do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído ao réu Arleson Pereira da Silva

EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0867/2019

ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0208735-86.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Nilton Silva Penhalosa - Vê-se, dos autos, que o acusado Nilton Silva Penhalosa, filho de Sebastião Magalhães Penhalosa e Maria de Nazaré da Silva Penhalosa, faleceu no dia 26/12/2013, conforme Certidão de Óbito acostada à fl. 447, impondo-se, portanto, a extinção da pretensão punitiva em relação a este. Ante o exposto, nos termos do artigo 107, I, do Código Penal c/c artigo 62 do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído ao réu Nilton Silva Penhalosa.

Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0869/2019

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM) - Processo 0214754-84.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Gilberto Sávio Souza Fernandes - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final se sabe que será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Gilberto Sávio Souza Fernandes, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, do Código Penal Brasileiro.

Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0645/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0203691-28.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Jairo Lopes da Silva - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER JAIRO LOPES DA SILVA do delito que lhe foi imputado.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM) - Processo 0204590-31.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Railson Teles Guimarães - Sendo a prescrição matéria de ordem pública, devendo o Juiz decretá-la de ofício, quando constatada sua ocorrência, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÉU RAILSON TELES GUIMARÃES, nos termos do artigo 107, IV, c/c artigo 109, III c/c artigos 115 e 110, todos do CPB.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0204727-08.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Rosivaldo do Carmo do Nascimento - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso III, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER ROSIVALDO DO CARMO DO NASCIMENTO, do delito que lhe foi imputado.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0208099-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Glemerson Melgueiro de Lima - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado GLEMERSON MELGUEIRO DE LIMA, VULGO NEGUINHO, qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

ADV: MESSI ELMER VASCONCELOS CASTRO (OAB 9910/AM) - Processo 0209993-73.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Cleomar Marques Batista - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu CLEOMAR MARQUES BATISTA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 155, caput, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, conforme fls. 54/57.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0225231-40.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: A.O.S. - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER ADMILSON OLIVEIRA DOS SANTOS do delito que lhe foi imputado.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0228901-81.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: THALIS LUAN SALES MIRANDA - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno THALIS LUAN SALES MIRANDA às sanções penais do artigo art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0235985-70.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Alexandre Costa de Souza - Igor Serudo da Silva - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Alexandre Costa de Souza e Igor Serudo da Silva, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, c/c art. 115, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0247644-47.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Ykaro Luiz Costa Coelho - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Ykaro Luiz Costa Coelho, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, c/c art. 115, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANNE EWERTON (OAB 494/AM) - Processo 0254876-52.2008.8.04.0001 (001.08.254876-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Sandro de Souza Nogueira e outros - Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fl. 290 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de Sandro de Souza Nogueira, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino a baixo de seu nome nos presentes autos, com as cautelas de praxe. Outrossim, determino a expedição de carta precatória ao endereço de fls. 287/289, para que seja realizado o interrogatório do acusado Warleson Soares de Souza. Por fim, determino seja designada data para audiência de instrução e julgamento em continuação para realização do interrogatório do acusado Jurandir dos Santos Medeiros, devendo ser expedido mandado de intimação ao endereço de fl. 268. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0635585-15.2019.8.04.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal - Furto - AUTORAFATO: D.C.B. - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0640917-60.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Crimes contra a Ordem Tributária - REPTADA: E.R.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento instaurado para apurar possível violação aos dispositivos da Lei n.º 8.137/90, no âmbito da empresa ELIZANGELA R DA SILVA - EPP. Do que consta nos autos, foi comprovado o parcelamento do débito tributário pelo contribuinte, conforme documentos acostados às fls. 23/33. É o breve relatório. Acolho a Promoção Ministerial de fls. 1/2, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. Consoante preceitua a Lei n.º 10.684/03, o parcelamento do débito tributário suspende a pretensão punitiva do Estado: Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1o e 2o da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e 337A do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento. § 1o A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva. O susomencionado dispositivo legal dispõe, ainda, que a punibilidade dos crimes previstos no artigo em epígrafe é extinta quando a pessoa jurídica relacionado com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundo e contribuições sociais, inclusive acessórios. Isto posto, determino a SUSPENSÃO da pretensão punitiva estatal e do respectivo prazo prescricional, bem como o ARQUIVAMENTO do feito, nos termos do art. 28, do Código de Processo Penal, c/c art. 9º, da Lei n.º 10.684/03. Determino, ainda, a expedição de ofícios à PGE e à SEFAZ/AM, comunicando-se esta decisão, e determinando que o eventual descumprimento do parcelamento seja comunicado a este Juízo e ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0643343-45.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Crimes contra a Ordem Tributária - REPTADO: L.R.M.S. - Acolho a Promoção Ministerial de fls. 1, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. Consoante preceitua a Lei n.º 10.684/03, o parcelamento do débito tributário suspende a pretensão punitiva do Estado: Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1o e 2o da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e 337A do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de

parcelamento. § 1o A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva. O susomencionado dispositivo legal dispõe, ainda, que a punibilidade dos crimes previstos no artigo em epígrafe é extinta quando a pessoa jurídica relacionado com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundo e contribuições sociais, inclusive acessórios. Isto posto, determino a SUSPENSÃO da pretensão punitiva estatal e do respectivo prazo prescricional, bem como o ARQUIVAMENTO do feito, nos termos do art. 28, do Código de Processo Penal, c/c art. 9º, da Lei n.º 10.684/03. Determino, ainda, a expedição de ofícios à PGE e à SEFAZ/AM, comunicando-se esta decisão, e determinando que o eventual descumprimento do parcelamento seja comunicado a este Juízo e ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se.

Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Lucianne Ewerton (OAB 494/AM)
Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB 9910/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0647/2019

ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM), ADV: MARIANA SOARES DE LIMA FARIA (OAB 3528/AM), ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0200009-07.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Marlon de Oliveira Simas - Bartolomeu Barbosa da Silva - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu MARLON DE OLIVEIRA SIMAS , anteriormente qualificado, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal Brasileiro, absolvendo-o das sanções previstas no art. 155, §4º, IV, do CPB, com fulcro no art. 386, inciso V, do CPP.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM) - Processo 0201348-30.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Luiz Antônio de Lima Mendes Filho - Jose Leandro Pereira Felix - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, condeno JOSÉ LEANDRO PEREIRA FELIX às sanções penais do artigo art. 157, § 2º, II, do Código Penal; e LUIZ ANTONIO DE LIMA MENDES FILHO às sanções do artigo 157, caput, do CP (contra a vítima ROMULO LISBOA DO NASCIMENTO), e art. 157, § 2º, II, do CP (contra a vítima KLICYA GLEICY FRANÇA DA SILVA), na forma do art. 71, do CP.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0217659-62.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Tarlison da Costa Martins - Autos nº:0217659-62.2014.8.04.0001 ClasseAção Penal - Procedimento Ordinário AssuntoRoubo SENTENÇA (proferida em audiência) Vistos etc. O Ministério Público do Estado do Amazonas, por seu agente, na qualidade de titular da ação penal, ofereceu denúncia em face de TARLISON DA COSTA MARTINS, nos autos qualificado, como incurso nas penas do art. 157, § 2°, incisos I e II do Código Penal. Aduz que a autoria e a materialidade do delito estão comprovadas pelo auto de exibição e apreensão, auto de prisão em flagrante delito, o termo de entrega do bem e reconhecimento pela vítima, bem como a totalidade dos depoimentos colhidos, inclusive a confissão do acusado. A denúncia fora recebida 28 de maio de 2014. O denunciado fora citado da denúncia às fls. X, e apresentou sua defesa prévia. Designada audiência de Instrução e Julgamento, fizeram-se presentes a vítima Lindon Jhonson da Silva Caldas, dispensada a testemunha arrolada pelo MP, interrogado o acusado. Ao final, o Ministério Público desistiu da oitiva da vítima Clissia, o que foi deferido pela Mma. Juíza. Superada a instrução, passou-se à fase do art. 403 do Código de Processo Penal, tendo o Ministério Público apresentado Alegações Finais Orais, na qual ratificou os termos da denúncia, afirmando haver restado fartamente comprovada a autoria e materialidade do delito, motivo pelo qual pugna seja o réu condenado pelo crime tipificado no art. 157,§ 2°, incisos I e II do Código Penal. A defesa por sua vez, como o réu ratificou sua confissão, requer seja lhe aplicada a pena mínima legal prevista, uma vez que o acusado nada mais fez do que participar do tipo penal, apesar do dolo; não possuía arma de fogo, como relatado pelas testemunhas; e não anunciou o assaltado, sendo motivado pela necessidade de dinheiro; ao final pugnou pela incidência das atenuantes de confissão e de menor idade (fls. X). Vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Tudo bem visto e devidamente examinado. O processo está em ordem e foram observados todos os pressupostos de existência e validade da relação jurídica. À míngua de preliminares ou questões prejudiciais de mérito, passo a indicar os motivos de fato e de direito que fundamentam esta decisão, analisados, pormenorizadamente, os elementos de convicção que foram carreados aos autos. Da análise do conjunto probante, vê-se que as provas colhidas são suficientes para a formação de um juízo abalizado. A materialidade e a autoria revelam-se incontestes ante a confissão do réu, o flagrante contra si lavrado, sendo abordado pelos policiais militares em plena fuga com a res furtiva, o depoimento da vítima e o reconhecimento do réu por esta. O auto de apreensão comprova a materialidade do crime de roubo, a autoria restou inconteste pela confissão do acusado e pelo depoimento seguro e coerente da vítima. Por outro lado, restou demonstrado que o roubo ocorreu em sua modalidade simples, pois utilizado somente um simulacro de arma, uma arma de brinquedo, plenamente identificada como tal pela vítima e assim admitida pelo réu, não incidindo a qualificadora do crime de roubo, consoante entendimento majoritário da doutrina e a partir da lei 13. 654/2018. Assim como também ficou demonstrado que o réu agiu sozinho, e não em concurso de pessoas. Inviável o reconhecimento do privilégio ou insignificância, pois o objeto roubado não é de pequeno valor (um aparelho celular), inclusive para a vítima é de utilização essencial, segundo seu depoimento prestado. Reconheço a atenuante da confissão e da menoridade na época do fato (art. 65, I e III, d, Código Penal). Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno TARLISON DA COSTA MARTINS às sanções penais do artigo art. 157, caput, do Código Penal. Passo a dosar-lhe a pena, atendendo as diretrizes nos artigos 59 e 68 ambos do Código Penal Brasileiro em vigor. PRIMEIRA FASE: Na análise da culpabilidade, vê-se que a conduta do réu se exteriorizou pela simples consciência de infringência da normal penal, nada tendo a se valorar. Quanto aos antecedentes, verifica-se que não há registro de sentença condenatória transitada em julgado, sendo, portanto, a análise desta circunstância favorável. São insuficientes os elementos existentes nos autos para se analisar concretamente aspectos familiares ou sociais que venham a depreciar a conduta social do agente. De igual forma poucos elementos foram coletados a respeito de sua personalidade, razão pela qual também deixo de valorá-la. Os motivos que moveram o réu ao cometimento do delito não constituem em análise desfavorável por não extrapolarem aqueles próprios do tipo penal em questão. Não existem informações sobre outras circunstâncias a serem analisadas, a não ser as próprias do delito, não podendo, então, esta análise beneficiar ou prejudicar o réu. Quanto as consequências, não houve, no caso, consequências outras que não aquelas previstas no resultado da ação. Por fim, quanto ao comportamento da vítima, em nada contribuiu para a conduta do réu. Assim, entendo necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime estabelecer a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. SEGUNDA FASE: Em favor do réu militam 02 (duas) circunstâncias atenuantes previstas no art. 65, incisos I e III, alínea “d” do Código Penal, todavia em razão de a pena-base ter sido fixada no mínimo legal, deixo de considerar em favor do réu as atenuantes da menoridade penal e da confissão espontânea, aplicando ao caso a Súmula 231 do STJ. Em desfavor do réu não concorre nenhuma circunstância agravante. TERCEIRA FASE: Não incide nenhuma causa de diminuição da pena, razão pela qual fixo a pena definitiva em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA:

O réu deverá a iniciar o cumprimento da pena no aberto, a teor do art. 33, §2º, "b" do Código Penal Brasileiro em vigor. Observado o disposto nos artigos 48, 59 e 60 do Código Penal Brasileiro, cada dia de multa corresponde ao valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo nacional vigente à época do fato criminoso, devendo ser corrigida monetariamente da data da infração penal (xx/xx/xxxx) até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do Código Penal Brasileiro). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do Código Penal Brasileiro, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal Brasileiro. Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista o óbice previsto no art. 44, I, do Código Penal Brasileiro, uma vez que o crime de roubo traz na sua essência a violência contra a vítima. Incabível a suspensão da pena, prevista no art. 77, em razão da quantidade da pena. Deixo de arbitrar indenização ante a ausência de elementos nos autos que possibilitem precisar o valor dos bens subtraídos da vítima e não recuperados, a teor do art. 387, inciso IV do Código de Processo Penal. DA PRESCRIÇÃO Com aplicação da pena concreta no mínimo em quatro anos, o art. 109, IV, também do CPB, prevê que o delito em tela prescreve em oito anos. Como o autor do delito era menor de 21 anos à época do fato, o prazo prescricional reduz da metade, portanto, prescreve em quatro anos. Como já se passaram mais de 05 (cinco) anos da data do recebimento da denúncia até hoje (marco interruptivo da prescrição), a prescrição fulminou o presente feito. Ante o exposto, reconheço a ocorrência da prescrição, com base na fundamentação aduzida. Em consequência, decreto a extinção da punibilidade da agente TARLISON DA COSTA MARTINS, conforme o disposto no art. 107 da Lei Substantiva Penal. Determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. 29 de julho de 2019 Larissa Padilha Roriz Penna Juíza respondendo cumulativamente

ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM) - Processo 0227996-81.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Thiago Feitosa da Cruz - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado THIAGO FEITOSA DA CRUZ, qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0228901-81.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: THALIS LUAN SALES MIRANDA - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte condeno THALIS LUAN SALES MIRANDA às sanções penais do artigo art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0238237-46.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Adams Rocha Cabrinha - Alexandre Maciel da Silveira - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ADAMS ROCHA CABRINHA E ALEXANDRE MACIEL DA SILVEIRA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, IV, c/c art. 115, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0241412-14.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Daniel Pereira de Carvalho - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Daniel Pereira de CARVALHO, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, e art. 109, IV, c/c art. 115, ambos do Código Penal.

ADV: ÉRICO MARCUS VIEIRA RODRIGUES (OAB 12573/AM) - Processo 0636019-72.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Paulo Rodrigo Gomes da Silva e outro - Argumenta Paulo Rogerio Gomes da Silva, que seu irmão Paulo Rodrigo Gomes da Silva, ao ser autuado em flagrante assumiu sua identidade. Para tanto juntou farta documentação aos presentes autos. Desse modo, verifico a necessidade de retificação de erro material identificado na sentença de mérito, o que passo a fazer de ofício, nos termos, por analogia, do art. 494, inciso I, do NCPC. Assim, onde se lê: (fls. 176, 9º parágrafo) "Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu PAULO ROGERIO GOMES DA SILVA, anteriormente qualificado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal Brasileiro e para ABSOLVER o réu RENEE ORLANDO TEJEDA CORREA, também já qualificado, das sanções que lhes estavam sendo impostas, tudo com fulcro no art. 386, inciso IV, do CPP." LEIA-SE: "Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu PAULO RODRIGO GOMES DA SILVA, anteriormente qualificado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal Brasileiro e para ABSOLVER o réu RENEE ORLANDO TEJEDA CORREA, também já qualificado, das sanções que lhes estavam sendo impostas, tudo com fulcro no art. 386, inciso IV, do CPP." Assevera-se que o erro material ora objeto da correção, não obsta o exercício da ampla defesa, uma vez que não influi na dosimetria, tratando-se de mera inexatidão material de caráter ordinatório. Outrossim, determino a retificação do polo passivo no cadastro de partes e representantes. Intime-se as partes da presente decisão, devendo o prazo recursal ser devolvido integralmente. Oficie-se a Delegacia Geral a fim de que instaure Inquérito Policial em desfavor de Paulo Rodrigo Gomes da Silva, para apurar a prática do crime de falsa identidade nos presentes autos. Transitada em julgado, após o cumprimento dos atos ordinatórios, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0643324-39.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a Ordem Tributária - AUTORFATO: Jeanny Silva de Souza - Adriana Silva de Souza - Acolho a Promoção Ministerial de fls. 61/62, em todos os seus termos, os quais adoto como razão de decidir. Consoante preceitua a Lei n.º 10.684/03, o parcelamento do débito tributário suspende a pretensão punitiva do Estado: Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1o e 2o da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e 337A do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento. § 1o A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva. O susomencionado dispositivo legal dispõe, ainda, que a punibilidade dos crimes previstos no artigo em epígrafe é extinta quando a pessoa jurídica relacionado com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundo e contribuições sociais, inclusive acessórios. Isto posto, determino a SUSPENSÃO da pretensão punitiva estatal e do respectivo prazo prescricional, bem como o ARQUIVAMENTO do feito, nos termos do art. 28, do Código de Processo Penal, c/c art. 9º, da Lei n.º 10.684/03. Determino, ainda, a expedição de ofícios à PGE e à SEFAZ/AM, comunicando-se esta decisão, e determinando que o eventual descumprimento do parcelamento seja comunicado a este Juízo e ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se.

Érico Marcus Vieira Rodrigues (OAB 12573/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Mariana Soares de Lima Faria (OAB 3528/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0649/2019

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0263670-57.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Danilo Braga Vieira e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 9376/AM - Sandra Régia Duda Clemente, devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0402/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0042269-64.2003.8.04.0001 (001.03.042269-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Thyule de França Carvalho - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Verifico que a presente audiência fora designada tão somente para a produção antecipada de provas, conforme consta em decisão às fls. 138/142, razão pela qual determino a RENOVAÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO AO ACUSADO, para a aplicação da Lei Penal e à conveniência da Instrução Criminal, visto que o mesmo encontra-se em local incerto e não sabido. Ademais, determino a expedição de CONDUÇÃO COERCITIVA às testemunhas THIECO DE FRANÇA CARVALHO E NEILA DE FRANÇA CARVALHO, a fim de que compareçam em audiência designada para o DIA 06/11/2019 ÀS 11H15M. Quanto as testemunhas não localizadas, determino VISTA AO MINISTÉRIO PUBLICO, para que se manifeste acerca. CUMPRA-SE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: GERALDO ALBUQUERQUE DA MATA (OAB 1394/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0094513-33.2004.8.04.0001 (001.04.094513-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Wenderson Mendes de Brito - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Wenderson Mendes de Brito, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0202420-52.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: André Sandro Amanajás Jardim - Autos nº:0202420-52.2013.8.04.0001 Acusado: André Sandro Amanajás Jardim DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 152/155, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não

influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. “O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição” (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE

APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0204018-41.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: P.M.S.X. - Thiago Fernandes Soriano - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados PAULO MAURÍCIO DE SOUZA XAVIER e THIAGO FERNANDES SORIANO, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções constantes do Art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido), do Código Penal - o primeiro acusado - e Art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido), c/c Art. 62, inciso I, ambos do Código Penal - o segundo acusado. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0205154-15.2009.8.04.0001 (001.09.205154-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Carlos Andrade Lopes da Silva - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Carlos Andrade Lopes da Silva, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0206207-61.2015.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: M.M.S. - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante da ausência de endereços atualizados, consultados no INFOSEG (às fls. 91/93), determino VISTA AO MINISTÉRIO PUBLICO, para manifestar-se acerca das testemunhas não localizadas. Ademais, redesigno a presente audiência para o DIA 04/11/2019 ÀS 10H45M, saindo desde já CIENTE o réu presente. CUMPRA-SE.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0211370-50.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Carlos Alexandre Ferreira da Silva - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Carlos Alexandre Ferreira da Silva, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0211498-12.2009.8.04.0001 (001.09.211498-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: João Alves Lima - Mauro Cesar Machado Albano e outro - Autos nº:0211498-12.2009.8.04.0001. Acusado: Mauro Cesar Machado Albano. DESPACHO Recebi hoje, no estado. Registro, de logo, ser pacífico, no âmbito do c. STJ, que a apresentação de alegaçõesfinais não é essencial nos feitos que tramitam sob o rito do escalonado do Tribunal do Júri, des que a sentença de pronúncia apenas autoriza submissão do feito a julgamento perante o Tribunal Popular, não firmando convicção definitiva a respeito da autoria e da materialidade, masmero juízo provisório de admissibilidade. Nesse sentido, confira-se: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.NÃO CONHECIMENTO. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREJUÍZO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÕES FINAIS.PRESCINDIBILIDADE. INÉRCIA DA DEFESA, DEVIDAMENTE INTIMADA PARA REALIZAÇÃO DO ATO. ARTIGO 565 DO CPP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. 2. No processo penal é imprescindível, quando se trata de nulidade de ato processual, a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, consagrado pelo legislador no artigo 563 do CPP, verbis: “Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa”. 3.As alegações finais são prescindíveis no procedimento bifásico do Tribunal do Júri, por encerrar mero juízo provisório acerca da materialidade e autoria delitivas, demonstrando, assim ausência de prejuízo por sua inexistência quando a defesa, devidamente intimada, deixa transcorrer in albis o prazo para a realização do ato processual, como no caso dos autos.Precedentes 4. A inércia da defesa na apresentação das alegações finais do procedimento do Tribunal do Júri, quando devidamente intimada para tanto, não implica nulidade pela disposição do artigo 565 do CPP, no sentido de que “nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido”. 4. Habeas corpus não conhecido.(HC 366.706/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 16/11/2016) Assim, considerando o teor da Certidão de fl. 598, reconheço a ocorrência da Preclusão Temporal e determino nova conclusão para prolação de Decisão de Pronúncia. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0213955-41.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: S.M.S. - J.A.L.F. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Stephen Miranda de Sena e Júlio de Almeida Lima Filho, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV, c/c art. 29 caput, ambos do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0214982-59.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - INDICIADO: Inara Cruz da Silva - Autos nº:0214982-59.2014.8.04.0001 Ação:Inquérito Policial Vítima do Fato:Filho de Inara Cruz da Silva Indiciado:Inara Cruz da Silva P U B L I C A Ç Ã O PROCESSO 0214982-59.2014.8.04.0001 Aos 02 de setembro de 2019, nesta Secretaria, tornou-se pública a decisão proferida pelo(a) Juiz(a) Dirigente da 1ª Vara do Tribunal do Júri desta Comarca, resumido em transcrição com o seguinte teor: Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se"; do que, para constar, faço este termo. Eu Cintya Luana Araujo Gandra, Secretário(a), escrevi-o. VMP Cintya Luana Araujo Gandra Secretária

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0216576-84.2009.8.04.0001 (001.09.216576-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jonilson Alves Gonçalves - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante da ausência de endereços atualizados, consultados no INFOSEG, INFOJUD E SIEL, determino VISTA AO MINISTÉRIO PUBLICO, para manifestar-se acerca da VÍTIMA não localizada. CUMPRA-SE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0229348-11.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Ronald da Silva Menezes - Autos nº:0229348-11.2011.8.04.0001 Acusado: Ronald da Silva Menezes DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 206/208, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar.

COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes

para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0230406-39.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Wagner Santos da Silva - Daniel Marques da Silva - Autos de nº0230406-39.2017.8.04.0001. Acusado: Wagner Santos da Silva e Daniel Marques da Silva. DECISÃO: Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Wagner Santos da Silva e Daniel Marques da Silva, vulgo “Danielzinho”, dando-o por incurso nas sanções do Art. Art. 121, § 2º, incisos I (motivo torpe) e IV (meio

que impossibilitou a defesa da Vítima) do CPB , porque, conforme consta da Exordial de fls. 63-64: "No dia 18 de setembro de 2016, por volta de 19h30, na Rua Santa Terezinha, Beco Santo André - Dom Pedro I, nesta cidade, o Primeiro Denunciado, portando uma arma de fogo e a mando do Segundo Denunciado, efetuou 05 (cinco) disparos em direção à Vítima William da Silva Monteiro, a qual foi atingida por 03 (três) projéteis, os quais foram causa eficiente de sua morte, conforme Laudo de Exame Necroscópico de fls. 45/46. Na ocasião, a Vítima caminhava em via pública com um amigo quando visualizou o Primeiro Denunciado vindo em sua direção com a arma em punho, a Vítima ainda tentou correr, porém foi atingida pelos disparos de arma de fogo." Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vitima. A Denúncia foi recebida em 20 de outubro de 2017. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 104-105 e 126-127. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 192. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 214-215. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, fls. 221-225. Por Decisão proferida em 18 de junho de 2019, os réus foram Pronunciados, nos moldes da Denúncia, fls. 237-240. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 267), a Defesa do réu Wagner Santos da Silva (fls.273) e do réu Daniel Marques da Silva (fls. 279) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0232661-82.2008.8.04.0001 (001.08.232661-5) - Ação Penal de Competência do Júri - DENUNCIADO: João Ferreira de Lima - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado JOÃO FERREIRA DE LIMA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, "Caput", c/c Art. 23, parágrafo único, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0234294-21.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: ADRIANO LOPES DA SILVA - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do que segue, determino a expedição de CONDUÇÃO COERCITIVA à testemunha, Michele Maciel da Silva, a fim de que compareça em audiência designada para o DIA 21/10/2019 ÀS 12H00M. Intime-se, ainda, a vitima no endereço apresentado pela Defensoria e Ministério Publico, às fls. 61/62, para que compareça em audiência designada. Intime-se o acusado. CUMPRA-SE.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0241979-84.2011.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes contra a vida - INDICIADO: Jones Mendonça Lopes - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o acusado, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 98/100. Resposta Escrita, fl. 129. Laudo de Exame de Corpo de Delito da vítima, fl. 89. Termo de Interrogatório do acusado, fls. 222/223. Alegações Finais do Ministério Público, fls. 222/223. Alegações Finais da Defesa, fls. 222/223. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do delito sob análise. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se

limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame de Corpo de Delito da vítima, fl. 89. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Não houve inquirição de qualquer testemunha em Juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional, o acusado preferiu ficar em silêncio. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017) Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado JONES MENDONÇA LOPES, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Considerando a presente Decisão, REVOGO, ex officio, a Prisão Preventiva do acusado, com fulcro no Art. 316 do CPP. Expeça-se o competente Alvará de Soltura. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 02 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0252679-90.2009.8.04.0001 (001.09.252679-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Evandro dos Anjos Alves - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0252679-90.2009.8.04.0001 Réu: Evandro dos Anjos Alves Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 07/10/2019 às 12:45h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 02 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM) - Processo 0256889-14.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: J.L.P.A. - E.C.A. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado José Luiz Pessoa de Araujo e Edenilza de Carvalho Aboim, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil), c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0257403-64.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - RÉU: Adriano Jorge de Lima Medeiros - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0257403-64.2014.8.04.0001 Réu: Adriano Jorge de Lima Medeiros Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 06/11/2019 às 11:45h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 02 de setembro de 2019 .

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0260062-46.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU PRESO: Francisco Moura Monteiro - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Francisco Moura Monteiro, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0606506-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marcelo Marques Sales - É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. Considero o feito preparado para a realização do julgamento. Prossiga-se o feito até a realização da sessão plenária. Intimem-se as testemunhas localizadas. Requisite-se o réu preso e intimem-se os réus soltos, inclusive por edital. Promovam-se as demais diligências necessárias, em tempo hábil. Junte-se folha atualizada de antecedentes. P.I.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0647806-64.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francis Hime de Jesus da Silva - Julio Cesar Matos de Lima - Tiago Augustinho de Souza - Fora informado, através de contato telefônico, pela gerente do COMPAJ, que o mesmo não encontra-se recolhido nesta unidade prisional, não sabendo precisar em qual unidade esta. O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do apresentado, determino à secretaria que expeça-se OFICIO À SEAP, a fim de informar acerca da localização do reu, e caso o mesmo não encontra-se recolhido em qualquer unidade prisional do estado, para que apresente endereço onde o mesmo esteja residindo. Cumpra-se ainda, as determinações prolatadas às fls. 292.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Geraldo Albuquerque da Mata (OAB 1394/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0401/2019

ADV: ROBERTO ALEXANDRE ALVES BARBOSA (OAB 627/AM) - Processo 0000436-12.1998.8.04.0011 (011.98.000436-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Antonio Carlos Andrade Ferreira - Ex positis, ex officio, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ANTÔNIO CARLOS ANDRADE FERREIRA, pela PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, IV (primeira figura), c/c Art. 109, inciso I, ambos do Código Penal Brasileiro. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença de Extinção da Punibilidade pela Prescrição, anexando cópia ao respectivo mandado. Em caso de retorno do Mandado com certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa do réu, na forma do art. 370, §1º, do Código Processo Penal, no caso de Defensor Público, intime-se pessoalmente desta Decisão. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Após o trânsito em julgado, proceda-se à devida baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0000896-33.1997.8.04.0011 (011.97.000896-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Joao Gomes da Silva - DESPACHO Recebi hoje. Cumpra-se, na íntegra, a Decisão de Pronúncia de fls. 156/159. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0002914-61.1996.8.04.0011 (011.96.002914-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Valdecir Neri Belarmino - Autos de nº0002914-61.1996.8.04.0011 Acusado: Valdecir Neri Belarmino DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Valdecir Neri Belarmino, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, § 2º, I e III do CPB, porque, conforme consta da Exordial de fls.39-41. “Em 26 de Setembro de 1996, por volta das 8h, na Rua da Igreja Católica, Cidade de Deus, o acusado, juntamente com mais três pessoas não identificadas abordaram Edmilson da Silva Freire, puseram-no violentamente num veiculo cor amarela, afirmando que tinham “contas a ajustar”, e, apos, ele asfixiou-o ocasionando-lhe a morte, conforme Laudo de Exame Necroscópico.” Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo torpe e da asfixia. A Denúncia foi recebida em 29 de abril de 2010. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 60. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 96. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 97-98. A Defesa do réu não apresentou as Alegações Finais. Por Decisão proferida em 21 de fevereiro de 2019, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls. 118-119. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 130) e a Defesa (fls. 131) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Presidente

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0002914-61.1996.8.04.0011 (011.96.002914-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Valdecir Neri Belarmino - CERTIDÃO - Julgamento Pautado CERTIFICO que, em atendimento à determinação do MM. Juiz, nesta data, fica designado o dia 15/10/2019 às 08:00h, para a realização da Sessão Plenária de Julgamento. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 29 de agosto de 2019. Cintya Luana Araujo Gandra Diretora de Secretaria

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0002914-61.1996.8.04.0011 (011.96.002914-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Valdecir Neri Belarmino - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 15/10/2019, às 08h30.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM) - Processo 0004143-65.2010.8.04.0011 (011.10.004143-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Waldenilson Palheta da Costa - Recebi hoje. Determino a expedição de mandado de prisão em desfavor do réu. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019 Mateus Guedes Rios Juiz de Direito

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0004166-17.2005.8.04.0001 (001.05.004166-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Renato Felix de medeiros e outros - I - Recebi

hoje; II - Recebo as contrarrazões e o recurso de apelação apresentados pelo Ministério Público no efeito devolutivo (artigo 597 CPP), determinando a intimação da defesa do réu Wagner da Costa Araújo para apresentação de contrarrazões no prazo legal; III - Após, voltem-me conclusos. IV - Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019 Mateus Guedes Rios Juiz de Direito

ADV: JÚLIO CÉSAR ADAMI BERNEIRA (OAB 6302/AM), ADV: PAULO MARCOS BASTOS SAMPAIO (OAB 8878/AM), ADV: NAYARA BASTOS SAMPAIO (OAB 9307/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0004700-24.2006.8.04.0001 (001.06.004700-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Valdimarino Viana Moreira - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante da ausência de endereços atualizados da testemunha ausente, consultados no INFOSEG E SIEL, e ainda, posto que os autos encontram-se com VISTA AO MINISTÉRIO PUBLICO, para manifestação, aguarde-se a promoção ministerial deste parquet. Ademais, após manifestação, PAUTE-SE audiência. CUMPRA-SE.

ADV: HALLEY REIS MAIA (OAB 1764/AM) - Processo 0006396-26.2010.8.04.0011 (011.10.006396-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Eudemberg da Silva Costa - DESPACHO Recebi hoje. Abro prazo para as alegações finais por memoriais escritos Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0017830-52.2004.8.04.0001 (001.04.017830-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Alex de Souza Lima - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ALEX DE SOUZA LIMA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, §2º, inciso IV (dissimulação), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO O DECRETO PREVENTIVO do acusado, fls. 136, ora Pronunciado, a fim de assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o comportamento furtivo do réu, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0017830-52.2004.8.04.0001 (001.04.017830-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Alex de Souza Lima - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ALEX DE SOUZA LIMA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, §2º, inciso IV (dissimulação), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO O DECRETO PREVENTIVO do acusado, fls. 136, ora Pronunciado, a fim de assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o comportamento furtivo do réu, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0020238-84.2002.8.04.0001 (001.02.020238-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Francisco Leudo da Silva - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado FRANCISCO LEUDO DA SILVA, pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do Art. 107, IV, primeira figura, c/c Art. 109, inciso III, ambos do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0022066-13.2005.8.04.0001 (001.05.022066-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Jairo Martins da Costa - Autos de nº0022066-13.2005.8.04.0001 Acusado: Jairo Martins da Costa DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Cumpra-se o teor conclusivo da Decisão de fls. 429/432. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 22 de maio de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0022066-13.2005.8.04.0001 (001.05.022066-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Jairo Martins da Costa - Autos de nº0022066-13.2005.8.04.0001 Acusado: Jairo Martins da Costa DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Jairo Martins da Costa, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, §2º, I do CPB, porque, conforme consta da Exordial de fls.01-03. “Consta nos inclusos autos de inquérito policial que no dia 05 de maio de 2005, por volta das 21h, na Rua Santa Maria, bairro Zumbi dos Palmares II, o acusado, armando com instrumento perfuro-contundente (revolver), efetuou um disparo contra a vitima Luiz Fernando Liborio da Silva, causando-lhe seu falecimento, conforme se constata na Certidão de Óbito de fls. 13.” Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo torpe. A Denúncia foi recebida em 08 de setembro de 2008. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 99-100. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 423. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 384-385. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, fls. 425-428. Por Decisão proferida em 15 de agosto de 2018, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls. 429-432. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls.

443) e a Defesa (fls. 442) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0022145-60.2003.8.04.0001 (001.03.022145-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Manuel Lima Pereira - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos às partes, a fim de que apresentem os Memoriais Escritos, primeiro o MP e em seguida a Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Após, remetam-me os autos conclusos para Sentença Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0026342-87.2005.8.04.0001 (001.05.026342-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Ricardo Mendes Rufino - DESPACHO Recebi hoje. Determino vista dos autos às partes, a fim de que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto à necessidade ou não de reinquirição das testemunhas arroladas. Em seguida, paute-se data para a realização da Audiência de Instrução. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0026774-14.2002.8.04.0001 (001.02.026774-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Leonildo Souza Barbosa - DESPACHO Recebi hoje. Antes de decidir, determino vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que se manifeste quanto à possibilidade da ocorrência da Prescrição da Pretensão Punitiva em perspectiva do Estado. Após a manifestação, remetam-me os autos conclusos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM) - Processo 0029481-52.2002.8.04.0001 (001.02.029481-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Jose Cavalcante Filho e outro - Autos nº:0029481-52.2002.8.04.0001 Acusado: Luis Torres Baima e Del. Jose Cavalcante Filho DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 458/460, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º,

incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se

tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0029481-52.2002.8.04.0001 (001.02.029481-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Jose Cavalcante Filho e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0030713-65.2003.8.04.0001 (001.03.030713-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Arivaldo Andrade de Almeida - Autos de nº0030713-65.2003.8.04.0001 Acusado: Arivaldo Andrade de Almeida DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Trata-se de pedido de restituição de fiança arbitrada nos autos deste processo em que já houve sentença de extinção de punibilidade as fls. 313-314. Visto haver sentença favorável ao réu 313-314, parecer ministerial favorável ao pleito as fls. 319, valor devidamente atualizado as fls. 77-79, e transito em julgado da sentença, não há razão pela qual negar tal pedido, em razão disto, DETERMINO a restituição da fiança paga. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0030976-97.2003.8.04.0001 (001.03.030976-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Marcio Cruz de Oliveira - DESPACHO Recebi hoje. Cumpra-se a Deliberação constante do Termo de fls. 247. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019.

ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM), ADV: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 638/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0035389-22.2004.8.04.0001 (001.04.035389-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Domingos de Almeida Rodrigues Vulgo 'Negão' - DESPACHO Recebi hoje. Em atenção à Certidão de fl. 178, a fim de se evitar o cerceamento de defesa, notifique-se todos os Causídicos constituídos nos autos, a fim de que apresentem, no prazo de 05 (cinco) dias, os Memoriais Escritos. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM), ADV: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 638/AM) - Processo 0035389-22.2004.8.04.0001 (001.04.035389-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Domingos de Almeida Rodrigues Vulgo 'Negão' - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo -

ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0041138-29.2000.8.04.0011 (011.00.041138-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Marcos Sales Oliveira - Recebi hoje. Reitere-se mandado de prisão em desfavor do réu, inserindo-o no Banco Nacional de Mandado de Prisão. Em seguida, permaneçam os autos sobrestados. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DALVA BARBOSA DE QUEIROZ (OAB 3692/AM), ADV: ITACENI ÍNDIO DO BRASIL D'URSO JACOB (OAB 1816/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0042267-94.2003.8.04.0001 (001.03.042267-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Jackson Ferreira de Lima e outros - Ex positis, em consonância com o Parquet, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados HEBERTE DE FARIAS FRANCO e JACKSON FERREIRA DE LIMA, já qualificado nos autos, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, IV, primeira figura, c/c Art. 109, I, e Art. 115, todos do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa no sistema em relação aos acima aludidos acusados, observadas as cautelas de praxe. Dê-se ciência às partes e aos denunciados desta Decisão. De outro giro, quanto ao corréu MARCOS ARAÚJO PINTO, verifica-se que a presente Ação Penal encontra-se regular. Assim sendo, DEFIRO a Promoção constante do último parágrafo das fls. 334/335 e converto esta fase em diligência, determinando que se oficie o IML, a fim de que seja encaminhado a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, o respectivo Laudo Necroscópico da vítima. Após a juntada, dê-se nova vista dos autos ao MP, a fim de que apresente os Memoriais Escritos, no prazo de 05 (cinco) dias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM) - Processo -

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo -

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0045038-74.2005.8.04.0001 (001.05.045038-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Isaac de Souza Martins e outros - Acolho promoção ministerial e determino expedição de ofício ao 12º Oficio de Registro Civil de Pessoas Naturais de Manaus para o encaminhamento da certidão de óbito da testemunha Robson Serrão Pinheiro. Assim como a renovação de diligencias por parte do oficial de justiça, para que intime as testemunhas faltantes nos endereços abaixo alencados: (i) Antônio Dilton Carvalho de Azevedo: Rua Jose Rafael Valente, nº 1087, Alenquer/PA (endereço obtido via banco de dados Sinesp/Infoseg); (ii) Antônio Jorge de Oliveira Costa: Rua 185, nº 9, quadra 341, bairro Nova Cidade, Manaus/AM (endereço obtido via banco de dados Siel) e/ou Rua São Pedro, nº 335, bairro Petrópolis, Manaus/AM (fls. 304), haja vista a justificativa do oficial de justiça, às fls. 312. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019 Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANTONIO DILTON CARVALHO DE AZEVEDO (OAB A417/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0045287-59.2004.8.04.0001 (001.04.045287-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Isaque Pereira da Silva e outros - PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA Processo nº 0045287-59.2004.8.04.0001. De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0045287-59.2004.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado VALDENOR SANTOS DE ALBUQUERQUE, Brasileiro, Concubino, Pintor, pai Raimundo Barbosa de Albuquerque, mãe Maria Raimunda Santos de Albuquerque, Nascido/Nascida 16/01/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Guanabara, 15, Armando Mendes, Manaus - AM; FERNANDO GONÇALVES LEAL, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, RG 4638591, mãe Maria Rozilene Gonçalves Leal, Nascido/Nascida 22/08/1985, natural de Oriximina - PA, com endereço à Rua Antenor Cavalcante, 49, prox.à Pousada Xamego, Zumbi II, Manaus - AM, a fim de tornar pública a Sentença de fls, 334 e 335, a seguir resumida em transcrição "JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados VALDENOR SANTOS DE ALBUQUERQUE e FERNANDO GONÇALVES LEAL, já qualificados nos autos, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, IV, primeira figura, c/c Art. 109, I, e Art. 115, todos do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, proceda-se à devida baixa perante o SAJ. Dê-se ciência às partes e aos acima referidos acusados desta Decisão. De outro giro, quanto ao corréu ISAQUE PEREIRA DA SILVA, determino vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto à possibilidade da ocorrência da Prescrição em perspectiva. ", e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,07 de agosto de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

ADV: PEDRO TENAÇOL ANDES (OAB 2217/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0046898-18.2002.8.04.0001 (001.02.046898-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Dorynaldo de Souza e Souza - Autos de nº0046898-18.2002.8.04.0001 Acusado: Dorynaldo de Souza e Souza DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Dorynaldo de Souza e Souza, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, § 2º, inciso III (perigo comum) e V (para assegurar a execução, ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime) do CPB, porque, conforme consta da Exordial de fls. 70-72: "Consta nos autos de Inquérito Policial que, no dia 20 de Outubro de 2002, por volta das 6h, em um bar localizado na Rua Maria Mota, Colonia Jose Bonifácio, o acusado mediante o emprego de arma de fogo, efetuou três disparos, dos quais um atingiu o rosto da vitima OSÉIAS VIEIRA DA SILVA, provocando-lhe os ferimentos descritos no Laudo de Exame cadavérico de fls., causa eficiente de sua morte." Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do perigo comum e para assegurar a execução, ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime. A Denúncia foi recebida em 18 de novembro de 2002. Devidamente Citado, o réu apresentou Resposta Escrita as fls. 113-115. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 321-324. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 323. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, requerendo a impronuncia do réu, fls. 327-332. Por Decisão

proferida em 19 de junho de 2019, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls. 333-336. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público e a Defesa não apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário, deixando precluir seu prazo legal. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, . Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: PEDRO TENAÇOL ANDES (OAB 2217/AM) - Processo 0046898-18.2002.8.04.0001 (001.02.046898-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Dorynaldo de Souza e Souza - DECISÃO Recebi hoje. Em vista aos autos, devo CHAMAR O FEITO À ORDEM para tornar sem efeito adecisão de fls. 344/345,em virtude de erro material. Desta feita, determino que a Secretaria da Vara torne sem efeito a fl. 344/345 dos autos digitais. Aproveito esta decisão para, determinar a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal. Faça-se esta Deliberação parte da acima aludida Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: CARLOS HENRIQUE COSTA DE SOUZA (OAB 5712/AM) - Processo 0050708-93.2005.8.04.0001 (001.05.050708-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Walderlan Arcênio de Melo - ATA DA 109ª SESSÃO DE JULGAMENTO DA 1ª REUNIÃO ANUAL DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI POPULAR DA COMARCA DE MANAUS, CAPITAL DO ESTADO DO AMAZONAS, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Em 29 de Agosto de 2019, nesta cidade e comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, às 09:00 horas, onde se encontravam presentes o MM. Juiz de Direito do 1º Tribunal do Júri, Mateus Guedes Rios, compareceram o Sr. Armando Gurgel Maia, Promotor de Justiça, e o Sr. Carlos Henrique Costa de Souza OAB/AM 5.712, Advogado do Acusado. Estavam presentes os Oficiais de Justiça José Rogério de Lira e Carlos Augusto da Silva Bindá, servindo de Porteiro do Auditório o último. Abrindo a Sessão, o MM. Juiz Presidente procedeu a abertura da urna que continha as cédulas com os nomes dos vinte e oito jurados sorteados e verificando que nela se achavam todas, recolheu-as novamente, ordenando que se procedesse a chamada dos Jurados. Assim procedendo, verificou-se a presenças dos jurados: Alex Almeida dos Reis, Altemir dos Santos Oliveira, Brisa Muryel dos Santos, Cleosibia Bia Cunha, Diego Queiroz de Oliveira, Edervando Cardoso de Souza, Eliza Catarina de Melo Bernardo, Hugo Paiva Tavares de Souza, Janilson da Silva Cirne, Jose Bustamente Rodrigues Neto, José Carlos Ferreira da Silva, Jucilene Vieira Mar, Lindomar de Maria da Silva Oliveira, Jucerama Lima de Medeiros, Maria Socorro de Souza, Nissim Figueira Benoliel, Nubiane dos Santos Pinon, Raquel Tavares de Freitas, Raimunda Ferreira Pontes, Rosa Alice Nobre de Camargo, Roberto Santos de Almeida, Rita de Cassia Oliveira Gonçalves, Rebeca Ramos Mesquita, Tatiane da Costa Alves, Vania Alencar Faria, Walquiria Sadanha da Silva, Maria Selma da Silva. Havendo número suficiente de Jurados, o MM. Juiz Presidente declarou instalada a sessão em que seria levado a julgamento o processo crime 0050708-93.2005.8.04.0001, movido pela Justiça Pública contra o acusado Walderlan Arcênio de Melo. Em seguida, o MM. Juiz ordenou ao Porteiro do Auditório que apregoasse as partes e as testemunhas, o que foi feito, tendo comparecido o acusado As testemunhas de Acusação não foram localizadas, por tal motivo não compareceram a presente Sessão. Diante do não comparecimento das testemunhas acima indicadas as partes desistiram de suas oitivas. A seguir, foi determinado pelo MM. Juiz que fosse o réu conduzido até sua presença, perguntado seu nome, sua idade e se o mesmo tinha advogado, tendo o acusado declarado chamar-se Wanderlan Arcênio de Melo, com XX anos de idade, e que tinha advogado na pessoa do Sr. Carlos Henrique Costa de Souza OAB/AM 5.712 o qual se encontrava em plenário. A seguir, foi realizado o sorteio dos sete jurados que comporiam o Conselho de Sentença, advertindo o MM. Juiz dos impedimentos constantes dos artigos. 458 e 462 do Código de Processo Penal, bem como das incompatibilidades legais por suspeição, em razão de parentesco com o Juiz, Promotor e Advogado, com o réu ou com a vítima e, uma vez sorteados, não poderiam comunicar-se com outrem, nem manifestar suas opiniões sobre o processo, sob pena de exclusão do Conselho, ficando o Egrégio Conselho de Sentença assim formado: 01. Maria Selma da Silva; 02. Brisa Muryel dos Santos; 03. Iornise correa dias; 04. Marcela Jordana Bahia da Costa Ralph; 05. Walkiria Saldanha da Silva; 06. Jonas Pereira da Silva; e 07. Janilson da Silva Cirne. Houve dispensa dos jurados Nubiane dos Santos Pinon, Ana Lídia Ferreira e Jucilene Vieira Mar pelo representante ministerial. Por sua vez, a Defesa dispensou os jurados Francisco Viana Do Nascimento, Veraldison Rodrigues Pinto e Vivian Sales Costa. Logo após o sorteio dos sete jurados, que ficaram desde logo incomunicáveis, pelo MM. Juiz foi solicitado que ficassem todos de pé e tomou o compromisso legal do Conselho de Sentença e, a medida em que seus nomes iam sendo chamados, através das respectivas cédulas respondiam ASSIM O PROMETO, conforme se verifica do respectivo termo nos autos. Realizada a instrução em Plenário sendo realizado o interrogatório do Acusado. A seguir o MM. Juiz Presidente deu início aos debates, ocasião em que concedeu a palavra, pelo prazo de uma hora e trinta minutos, ao Sr. Armando Gurgel Maia, Promotor de Justiça, o qual realizou a exposição dos fatos e dos artigos em que se acha incurso o acusado, fazendo uso das provas colhidas aos autos e, ao final, encerrou por pedir a condenação do acusado, nos termos da Pronúncia. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Advogado, Carlos Henrique Costa de Souza OAB/AM 5.712, por igual prazo, ocasião em que rebateu as palavras do nobre Promotor de Justiça, indicou as provas produzidas em Juízo e em Plenário, oportunidade em que sustentou a tese de Legitima Defesa, Homicídio Privilegiado, e a Retirada da Qualificadora, pedindo aos senhores jurados que reconhecessem a tese exposta e absolvessem o mesmo das imputações que lhe foram feitas por ocasião da denúncia. Não houve réplica nem tréplica pelas partes. Em seguida, pelo MM. Juiz foi perguntado aos senhores Jurados se desejavam fazer perguntas ou precisavam de mais explicações, tendo estes ditos que não tinham perguntas, bem como não precisavam de explicações. Diante das respostas dadas pelos senhores jurados, o MM. Juiz declarou que ia elaborar os quesitos a serem votados em Sala Secreta, o que assim foi feito. Após a elaboração dos quesitos, o MM. Juiz leu os mesmos em voz alta e perguntou às partes se as mesmas estavam de acordo ou se queriam alguma modificação, tendo as partes concordado com a elaboração. Em seguida, perguntou aos senhores membros do Conselho de Sentença se precisavam de alguma explicação, bem como se estavam preparados para votar, tendo os mesmos declarados que não precisavam de explicação e que já estavam aptos para votarem. Diante da resposta positiva, o MM. Juiz determinou que os senhores Oficiais de Justiça acompanhassem os senhores jurados até a Sala Secreta para votação dos quesitos. Estando todos na Sala Secreta, sob a Presidência do MM. Juiz de Direito, com o Promotor de Justiça, Advogado, bem como os senhores Meirinhos responsáveis pela incomunicabilidade dos Jurados, foi realizada a votação dos quesitos. Terminada a votação, retornando todos ao plenário, foi determinado pelo MM. Juiz que ficassem todos de pé, determinando que fosse o acusado conduzido até sua presença e prolatou a sentença CONDENANDO o acusado Walderlan Arcênio de Melo à pena de 6 (seis) anos de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, no regime Semi-Aberto. Após a publicação da sentença o nobre representante do Ministério Público se manifestou renunciando ao prazo recursal e o Sr. Advogado se manifestou que vai aguardar o prazo recursal na Secretaria. Desta forma. Às 15h30min horas encerrou-se a sessão tendo o MM. Juiz dissolvido o Conselho de Sentença, ocasião em que agradeceu a presença destes e os convocou para a se fazerem presentes na próxima sessão plenária. Auxiliaram na presente Sessão de Julgamento os servidores Ramon Figueiredo César, Marilene Ribeiro Alves, Sigrid Soares Almeida e Sidneia de Oliveira Freitas Fortes. E, para constar, lavrei a presente ata

que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____Cintya Luana Araújo Gandra, Diretora de Secretaria, a digitei e subscrevo. Mateus Guedes Rios Armando Gurgel Maia Juiz Presidente Promotor de Justiça

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0052481-76.2005.8.04.0001 (001.05.052481-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Zezildo Lopes Pereira - DESPACHO Recebi hoje. Considerando o teor da Promoção de fl. 100, cumpra-se a Deliberação constante do termo de fl. 95. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: WILKEENS DA COSTA LIMA (OAB 9697/AM) - Processo 0060182-93.2002.8.04.0001 (001.02.060182-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Adriano Moraes Garcia - DESPACHO Recebi hoje. Considerando o teor da Petição de fls. 140, determino que a Secretaria da Vara entre em contato com a respectiva Unidade Prisional, a fim de que seja informado a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao cumprimento do Mandado de Prisão expedido. Após a resposta, remetam-me os autos conclusos para Deliberações necessárias. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0067080-54.2004.8.04.0001 (001.04.067080-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Jorzino Silva de Castro - DECISÃO Vistos etc. Corroborado pelo entendimento jurisprudencial, doutrinário e embasado na norma cogente do parágrafo único do artigo 312, do CPP, os quais consignam que o descumprimento das condições da liberdade provisória, embora não explícitas no Termo de Compromisso, enseja a revogação do benefício e o consequente restabelecimento da Prisão Preventiva, é imperiosa a decretação constritiva em face do acusado. Em consonância, eis o posicionamento do Supremo Tribunal Federal: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. QUEBRA DE COMPROMISSOS FIXADOS PARA GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INDICAÇÃO DE ENDEREÇO FALSO NO TERMO DE COMPROMISSO. DECISÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. 1. A quebra dos compromissos assumidos quando da concessão da liberdade provisória, a fuga do distrito da culpa e a indicação de endereço falso no termo de compromisso são fundamentos mais do que suficientes para a decretação da prisão preventiva, máxime quando o paciente permanece foragido, já que evidenciam o risco à aplicação da lei penal. 2. Habeas corpus denegado. (HC 106000, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 28/02/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-061 DIVULG 23-03-2012 PUBLIC 26-03-2012). Deste modo, por tudo que dos autos consta, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado já qualificado nos autos, com fulcro no Art. 312, parágrafo único, c/c Art. 282, §4°, e Art. 316, todos do CPP, como garantia da Ordem Pública e Garantia da aplicação da lei penal, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Expeça-se o competente Mandado de Prisão Preventiva. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019.

ADV: MARÍLIA FREIRE DA SILVA CARVALHO (OAB 5858/AM) - Processo 0093353-70.2004.8.04.0001 (001.04.093353-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Milton Bernardino da Silva Filho - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Milton Bernardino da Silva Filho, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso III (asfixia) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c art. 14,II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0200328-96.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: N.C.S.S. e outro - Autos nº:0200328-96.2016.8.04.0001 Acusados: Nasson Clesio Silva dos Santos e Reinaldo Costa da Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro, na íntegra, a Promoção de fl. 177. Com relação às fls. 170/175, determino que a Secretaria da Vara reitere a diligência, considerando que a informação prestada pela respectiva Unidade Prisional não é satisfatória, não é clara e não é completa. Assim sendo, determino que a Unidade Prisional preste a informação requerida pelo Ministério Público de forma pormenorizada e clara, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade Criminal e Administrativa. Ademais, quanto às fls. 168/169, determino que sejam juntados aos autos os antecedentes da vítima quando menor de idade, no prazo de 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Após o devido cumprimento, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0201678-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Lorivaldo Ferreira da Silva - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Ao compulsar os autos, verifico que a testemunha de DEFESA Antonio Augusto de Souza Filho, é policial militar, razão pela qual determino a intimação do mesmo, por OFICIO AO COMANDO GERAL, a fim de requisita-lo para participar de audiência designada para o dia 11/09/2019 às 11h00min, saindo desde já CIENTE o réu presente. Ademais, de outro giro, determino a renovação do MANDADO DE CONDUÇÃO, à testemunha do Juízo, no endereço oferecido as fls. 77, autorizando o oficial de justiça a força policial da mesma, devendo conduzi-la, inclusive no seu trabalho, para participar da audiência designada. CUMPRA-SE.

ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM) - Processo 0202044-37.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Raimundo Martins de Medeiros - I - Recebo o recurso de apelação, devidamente arrazoado, interposto pela defesa, nos efeitos devolutivo e suspensivo (artigo 597 CPP), vez que satisfeitos os pressupostos de admissibilidade; II - Intime-se a parte contrária para contrarrazoar o recurso interposto; III - Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019 Mateus Guedes Rios Juiz de Direito

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0202478-21.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: F.A.T. - RÉU: J.P.F. - Autos nº:0202478-21.2014.8.04.0001 Acusados: Fábio de Amorim Teixeira e Janderson Pereira de França DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. A DPE, na Petição de fls. 318/319, requereu diligências. O Ministério Público, instado a se manifestar, não se opôs ao deferimento da Petição acima mencionada. É o relatório. Segue a Decisão. Analisando os presentes autos, constata-se que o denunciado Janderson Pereira de França possui Advogado particular com Instrumento de Procuração nos autos, como pode se ver à fl. 296. Desta feita, determino que o referido denunciado seja intimado, a fim de informar a este Juízo, no prazo de 03 (três) dias, quem de fato atua em sua defesa, sob pena de não ser apreciada a Petição interposta pela DPE às fls. 318/319. Após a

solução da irregularidade, intime-se a Defesa para a apresentação da Resposta Escrita, nos moldes do Art. 406 do CPP. Por fim, considerando que há uma testemunha confidencial a ser inquirida neste Juízo, determino a sua oitiva de forma separada, na ausência dos réus, os quais deverão tomar apenas ciência da data pautada e, assim como os seus familiares, não deverão comparecer a este Fórum de Justiça (Ministro Henoch Reis), devendo ser mantida a distância de 500 (quinhentos) metros, sob pena de incorrerem no crime de desobediência, tipificado no Art. 330 do Código Penal, a fim de que seja preservada a sua integridade da testemunha confidencial bem como a verdade de seu depoimento, com fulcro no Art. 217 do CPP e Art. 1º, inciso III, da CF/88, em observância do Princípio da dignidade da pessoa humana, esse sendo o máximo do Estado Democrático de Direito, devendo ser intimados e estarem presentes o Ministério Público e a Defesa dos acusados, em homenagem aos Princípios Constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, evitando-se prejuízo às partes e nulidades, observando a regra contida do Art. 563 do CPP. Segue jurisprudência neste sentido: (HC 111728, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 16-08-2013 PUBLIC 19-08-2013)Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. QUADRILHA OU BANDO (ART. 288 DO CP). AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS REALIZADA NO JUÍZO DEPRECADO. PACIENTE SOB CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A declaração de nulidade no direito penal não prescinde da demonstração do efetivo prejuízo para a defesa, consoante dispõe o artigo 563 do Código de Processo Penal, o que importa dizer que a desobediência às formalidades estabelecidas na legislação processual somente poderá implicar o reconhecimento da invalidade do ato quando a sua finalidade estiver comprometida em virtude do vício verificado. Precedentes: HC 68.436, Primeira Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 27.03.92; HC 95.654, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 15.10.10; HC 84.442, Primeira Turma, Relator o Ministro Carlos Britto, DJe de 25.02.05; HC 75.225, Primeira Turma, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 19.12.97; RHC 110.056, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJ de 09.05.12. 2. A ausência do acusado na audiência de instrução não constitui vício insanável apto a ensejar a nulidade absoluta do processo, posto tratar-se de nulidade relativa, exigindo-se, para o seu reconhecimento, a demonstração de prejuízo à defesa. 3. In casu, o paciente encontra-se sob custódia e o Juízo deprecante deixou de requisitá-lo para participar de audiência de oitiva de testemunhas no Juízo deprecado, em razão de dificuldades enfrentadas pelo Estado de São Paulo em "promover o transporte e a devida escolta de presos", assegurando, todavia, a presença de seu defensor no ato. 4. O defensor do paciente compareceu ao ato processual, tendo, inclusive, formulado reperguntas, comprovando a inexistência de prejuízo para a defesa ("pas de nullités sans grief"). 5. A possibilidade de o réu não comparecer à audiência é uma expressão do direito constitucional ao silêncio (art. 5º, LXIII, da CF/88), pois "nemo tenetur se deterege". 6. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. Expeça-se o necessário à realização da Audiência de Instrução já pautada. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0202478-21.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: F.A.T. - RÉU: J.P.F. - O MMº JUIZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Ao verificar os autos consta-se que o patrono do acusado, Janderson Pereira de França, fora constituído em cartório, sendo requisitado pelo mesmo, a assistência da Defensoria Publica. O douto Defensor Publico aduziu a necessidade de prazo para a apresentação de Defesa previa, ratificando todos os atos praticados até então neste processo, o que foi prontamente DEFIRO, com determinação de imediata abertura dos autos à defensoria publica. Ademais, as partes em consenso convergem na realização de audiência instrutória em continuação no DIA 11/09/2019 ÀS 09H00MIN, saindo CIENTES desde já. Desta feita, determino a IMEDIATA requisição do réu Fábio Amorim Ribeiro, bem como a URGENTE INTIMAÇÃO de Janderson Pereira de França. CUMPRA-SE

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: SEILANI ALMENDROS (OAB 3630/AM) - Processo 0202578-55.2010.8.04.0020 (020.10.202578-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Lesão Corporal - INDICIADO: E.N.O. - Isto posto, não havendo alternativa, sem mais delongas, declaro extinta a punibilidade do acusado ELIGELSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA, com base no que preceitua o art. 107, inciso IV, do Código Penal. Dê-se baixa dos registros do nome do acusado no sistema SAJ. Publique-se. Registre-se. Arquive-se.

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: GEORGE OLIVEIRA REIS (OAB 9566/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0202704-55.2016.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Jones da Silva dos Santos - DESPACHO Recebi hoje. Defiro a Promoção de fl. 253. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019

ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0203680-62.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Saymon Abraão Melo Nogueira e outro - Autos nº:0203680-62.2016.8.04.0001 Acusados: Adriano Lucas Monteiro dos Santos, David Saul Melo Nogueira e Saymon Abraão Melo Nogueira DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 453, determino que os acusados sejam intimados, a fim de que se manifestem, no prazo de 03 (três) dias, quanto aos Advogados constituídos, tendo em vista que não houve a apresentação dos Memoriais Escritos, no prazo legal. Caso não sejam localizados ou não se manifestem, nomeio a DPE para a apresentação da acima aludida Peça Processual, a fim de se evitarem nulidades/irregularidades processuais, em homenagem aos Princípios Constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0204224-94.2009.8.04.0001 (001.09.204224-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Humberto Cortezia - "FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 09/10/2019 às 09:30h:."

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0204224-94.2009.8.04.0001 (001.09.204224-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Humberto Cortezia - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 09/10/2019, às 9H30.

ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM) - Processo 0205052-56.2010.8.04.0001 (001.10.205052-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Edinaldo Pimentel Martins - Autos nº:0205052-56.2010.8.04.0001 Acusado: Edinaldo Pimentel Martins DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 178/180, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não

gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS

NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM

CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM) - Processo 0205296-48.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Mário Jorge Amande Nogueira Júnior - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Declaro encerrada a instrução, razão pela qual, abro prazo ao Ministério Publico, para que apresente suas alegações finais, por memoriais escritos. Após, intime-se a Defesa. Demais diligências pela Secretaria.Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 90343/MG), ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 945A/AM) - Processo 0206428-14.2009.8.04.0001 (001.09.206428-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: EDERSON ERNY ARAÚJO MELO DA SILVA - Autos nº:0206428-14.2009.8.04.0001 Acusado: EDERSON ERNY ARAÚJO MELO DA SILVA DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 194/196, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a

Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE

RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0206431-66.2009.8.04.0001 (001.09.206431-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Wadson Júnio Ferreira da Silva - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante da ausência da localização da testemunha, tendo esta ser a segunda audiência para localiza-la, dispenso a INQUIRIÇÃO da mesma em fase de instrução, sem prejuízo do Ministério Publico arrola-la em fase de plenário, caso seja pronunciado. De outro giro, visto que o INTERROGATÓRIO do acusado fora realizado as fls. 101, e o seu patrono constituído manifestou-se em não interroga-lo novamente, DECLARO ENCERRADA A INSTRUÇÃO, razão pela qual, ABRO PRAZO ao Ministério Publico, para apresentar suas ALEGAÇÕES FINAIS, por memoriais escritos. APÓS manifestação e/ou decorrido o prazo, INTIME-SE A DEFESA. CUMPRA-SE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM) - Processo 0206838-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: K.S.O. - DENUNCIADO: K.M.P. e outro - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Ademais, aguarde-se a apresentação dos Memoriais Escritos pela Defesa. Após, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM), ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM) - Processo 0206838-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: K.S.O. - DENUNCIADO: K.M.P. e outro - Preclusa a decisão de Pronúncia, determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal. Manaus, 20 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM) - Processo 0206838-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: K.S.O. - DENUNCIADO: K.M.P. e outro - Preclusa a decisão de Pronúncia, determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal. Manaus, 20 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0207917-86.2009.8.04.0001 (001.09.207917-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Evandro Penafort Diogo - Autos nº:0207917-86.2009.8.04.0001 Acusado: Evandro Penafort Diogo DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 167/168, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE

JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para

manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0207917-86.2009.8.04.0001 (001.09.207917-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Evandro Penafort Diogo - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0208572-58.2009.8.04.0001 (001.09.208572-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Rariton

da Silva Vieira e outro - Autos nº:0208572-58.2009.8.04.0001 Acusados: Rilton da Silva Vieira e Rariton da Silva Vieira DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando que o MP forneceu endereço novo, DEFIRO, na íntegra, a Promoção de fl. 263. Após, paute-se data para a realização da Audiência de continuação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0209528-06.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Lesão Corporal - INDICIADO: Joel Craveiro Valente - DESPACHO Recebi hoje. Defiro a Promoção de fl. 89. Cumpra-se a Deliberação constante do Termo de fl. 88. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM), ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM), ADV: EDUARDO DA SILVA QUEIROZ (OAB 13301/AM) - Processo 0211194-42.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Ronaldo Vieira Aranha - Autos nº:0211194-42.2011.8.04.0001 Acusado: Ronaldo Vieira Aranha DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 153/156, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora

revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. “O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição” (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE

OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM), ADV: DIANA CAROLINA GALLEGOS ARMAS (OAB 13874/AM) - Processo 0212987-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: W.T.P. - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM. Juiz, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias. (vmp)

ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0213248-05.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: W.L.S.F. e outro - DENUNCIADO: I.F.A. - RÉU: V.S.S. e outro - DECISÃO Recebi hoje. Em vista aos autos, devo CHAMAR O FEITO À ORDEM para RETIFICAR, em virtude de erro material, decisão que pronunciou o réu Ingleson Ferreira de Almeida e Walzenir Lima da Silva Filho. Em detida analise aos autos, percebe-se dissonância entre Denuncia oferecida pelo Ministério Publico e Decisão de pronuncia elaborada por este juízo, em razão deste fato, onde se le ma Decisão de pronuncia: “Isto posto, diante da materialidade e dos indícios suficientes de autoria, tenho por PRONUNCIAR o acusado Walzenir Lima da Silva Filho e Ingleson Ferreira de Almeida, como incurso na pena dos artigos 121, §2º, inc. II, c/c art. 14, II, todos do Código Penal, na forma do art. 413 do Código de Processo Penal.”. Na verdade, le-se: “ tenho por PRONUNCIAR o acusado Walzenir Lima da Silva Filho e Ingleson Ferreira de Almeida, como incurso na pena dos artigos 121, §2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), do Código Penal, art. 244-B do ECA e art. 35 da Lei nº 11.343/2006 em concurso material, c/c art. 29, caput, do Código Penal, para que sejam submetidos a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri.” Desta feita, determino que a Secretaria da Vara intime as partes para que tomem ciência desta decisão, dando-lhe o devido cumprimento, a fim de se evitarem nulidades processuais. Faça-se esta Deliberação parte da acima aludida Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0213283-96.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: F.L.S. e outros - Aguarde-se o decurso do prazo recursal em relação ao Decisum de fls. 763/770. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM) - Processo 0213918-87.2009.8.04.0001 (001.09.213918-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: Mario Helio Delmino do Vale - Autos nº:0213918-87.2009.8.04.0001 Acusado: Mario Helio Delmino do Vale DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando que não houve interposição de recurso da Decisão de fl. 168, proceda-se ao arquivamento dos presentes autos, observadas as cautelas de praxe. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo -

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo -

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0215146-97.2009.8.04.0001 (001.09.215146-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Fábio Henrique dos Santos Oliveira - Autos nº:0215146-97.2009.8.04.0001 Acusado: Fábio Henrique dos Santos Oliveira DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 141, determino que a Secretaria da Vara expeça Carta Precatória de Interrogatório do acusado, a ser cumprida pelo Juízo Deprecado, no prazo de 30 (trinta) dias. Após, dê-se vista dos autos às partes, a fim de que apresentem os Memoriais Escritos, primeiro o MP e em seguida a Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Em seguida, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 13833/AM) - Processo 0215438-72.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: E.M.M. - DESPACHO Recebi hoje. Visto pedido de remissão do réu, as fls. 439-448, e havendo as fls. 455-456 guia de recolhimento definitiva, vislumbro o encerramento da jurisdição deste juízo para proferir tal decisão, em razão deste, encaminhem-se os autos a Vara de Execuções Penais. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: ALCIDES MARTINS DE OLIVEIRA NETO (OAB 7306/AM), ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM) - Processo 0215805-72.2010.8.04.0001 (001.10.215805-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Aborto - INDICIADO: Raimundo Osni Souza de Oliveira e outros - Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado DURVAL HERCULANO CARRIÇO DE ALMEIDA, já qualificado nos autos, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Intimem-se as partes desta Decisão. Após, proceda-se à devida baixa na distribuição e no SAJ em relação ao acima mencionado acusado, observadas as cautelas de praxe. Quanto aos demais réus, cumpra-se a Decisão de fl. 140. Expeça-se o necessário. Diligências necessárias via Secretaria da Vara. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: ALCIDES MARTINS DE OLIVEIRA NETO (OAB 7306/AM), ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM) - Processo 0215805-72.2010.8.04.0001 (001.10.215805-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Aborto - INDICIADO: Raimundo Osni Souza de Oliveira e outros - Vistas ao MP para manifestar-se sobre a petição de 168/170

ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: VALDEIR DA ROCHA FALCÃO (OAB 5429/AM) - Processo 0216119-81.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: André Luiz Alves Ferreira - DESPACHO A defesa do sentenciado André Luiz Alves Ferreira, irresignada, ingressou com RECURSO DE APELAÇÃO (fls. 227/237) de forma tempestiva. Preenchidos os fundamentos e requisitos recursais, dê-se vista dos presentes autos ao representante do Ministério Público, ora apelado, para apresentar suas CONTRARRAZÕES. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019

ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0217682-71.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: LUCIANA PEREIRA DA SILVA- LOURA e outros - Recebi hoje. Expeçam-se guias de execução definitivas, nos moldes da Resolução CNJ n° 113/2010. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0218227-78.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Edson Lima Freitas - Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, aliado ao fato de estarem presentes os indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade delitiva, em consonância com o Parquet, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado EDSON LIMA FREITAS, já qualificado nos autos, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. IMPORTANTE SALIENTAR QUE, CONSIDERANDO OS FUNDAMENTOS ACIMA EXPOSTOS, ESTA DECISÃO NÃO SE SUJEITA À RECONSIDERAÇÃO DESTE JUÍZO, DEVENDO SER IMPETRADO O COMPETENTE HABEAS CORPUS, EM CASO DE INCONFORMISMO DA DEFESA. De outro giro, cumpra-se, na íntegra, a Decisão de fl. 116. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados do acusado. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 12 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0219250-98.2010.8.04.0001 (001.10.219250-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Ellen Cristina Souza de Castro - Autos de nº0219250-98.2010.8.04.0001 Acusado: Ellen Cristina Souza de Castro DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Ellen Cristina Souza de Castro, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, caput, c/c art. 14, inc. II, ambos do Código Penal, porque, conforme consta da Exordial de fls.79-80. “Consta no incluso caderno inquisitório, que, por volta das 14h20 do dia 24 de abril de 2010, na Rua Gama Farias mº 112, bairro Nova Esperança, nesta cidade, a denunciada, de posse de uma faca, investiu contra a vítima Márcio Viana da Cruz, somente não o matando em razão de circunstâncias alheias à vontade do agente, consistentes no atendimento médico eficaz.” “Segundo o apurado, a denunciada e vítima eram companheiros. Em razão de um desentendimento, a denunciada pegou uma faca que estava sobre a pia,e, no momento em que a vítima tentou desarmá-la, à denunciada atingiu a vítima com um golpe na altura do umbigo” (fls.79-80) A Denúncia foi recebida em 20/05/2013, fls. 81. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls.94. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 104-106 e 113-114. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls.121-122. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, requerendo a impronúncia, fls.126-137. Por Decisão proferida em 11/08/2018, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls.138-141. Houve recurso da Decisão, contrarrazões ao recurso em sentido estrito, fls.157-159. Acórdão mantendo a setença de pronúncia, fls.193-216. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls.258) e a Defesa (fls.260) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0219250-98.2010.8.04.0001 (001.10.219250-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Ellen Cristina Souza de Castro - C E R T I D Ã O CERTIFICO que, em atendimento à determinação do MM. Juiz, nesta data, fica designado o dia 14/10/2019 às 13:00h, para a realização da Sessão Plenária de Julgamento. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0219520-20.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.L.S. - R.L.S. - DESPACHO Recebi hoje. Certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquive-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 Mateus Guedes Rios Juiz de Direito

ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0219520-20.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.L.S. - R.L.S. - DESPACHO Recebi hoje. Certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquive-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM), ADV: VALDEIR DA ROCHA FALCÃO (OAB 5429/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0219957-37.2008.8.04.0001 (001.08.219957-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Eduardo Pessoa Pinheiro - Julio Cesar Muller - Recebi hoje. Reexaminando os autos, concluo que não deve ser modificada a decisão recorrida cujus fundamentos bem resistem às razões do recurso interposto pela Defesa, razão pela qual entendo em manter in totum a decisão de pronúncia exarada. Entendo que o recurso deve ser remetido juntamente com os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com, vista a possibilitar à Instância Superior a exauriente análise e compreensão da lide, observadas as formalidades legais. Cumpra-se a decisão de fls. 554. P. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0220861-13.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes de Trânsito - RÉU: Robert de Oliveira Mota - DESPACHO Recebi hoje, no estado. Registro, de logo, ser pacífico, no âmbito do c. STJ, que a apresentação de alegaçõesfinais não é essencial nos feitos que tramitam sob o rito do escalonado do Tribunal do Júri, des que a sentença de pronúncia apenas autoriza submissão do feito a julgamento perante o Tribunal Popular, não firmando convicção definitiva a respeito da autoria e da materialidade, masmero juízo provisório de admissibilidade. Nesse sentido, confira-se: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.NÃO CONHECIMENTO. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREJUÍZO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÕES FINAIS.PRESCINDIBILIDADE. INÉRCIA DA DEFESA, DEVIDAMENTE INTIMADA PARA REALIZAÇÃO DO ATO. ARTIGO 565 DO CPP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. 2. No processo penal é imprescindível, quando se trata de nulidade de ato processual, a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, consagrado pelo legislador no artigo 563 do CPP, verbis: “Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa”. 3.As alegações finais são prescindíveis no procedimento bifásico do Tribunal do Júri, por encerrar mero juízo provisório acerca da materialidade e autoria delitivas, demonstrando, assim ausência de prejuízo por sua inexistência quando a defesa, devidamente intimada, deixa transcorrer in albis o prazo para a realização do ato processual, como no caso dos autos.Precedentes 4. A inércia da defesa na apresentação das alegações finais do procedimento do Tribunal do Júri, quando devidamente intimada para tanto, não implica nulidade pela disposição do artigo 565 do CPP, no sentido de que “nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido”. 4. Habeas corpus não conhecido.(HC 366.706/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 16/11/2016). Assim, reconheço a ocorrência da Preclusão Temporal e determino nova conclusão para prolação de Decisão de Pronúncia. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: ELIJANE NOGUEIRA DE VASCONCELOS (OAB 7807/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: FELIPE PEREIRA JUCÁ (OAB 7532/AM) - Processo 0223003-58.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Mazinho Batista Marinho - Autos de nº0223003-58.2013.8.04.0001 Acusado: Mazinho Batista Marinho DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Mazinho Batista Marinho, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I, III e IV do Código Penal, porque, conforme consta da Exordial de fls. 52-55: Conforme consta do inquérito policial que embasa a presente acusação, no dia 15/04/2013, por volta de 01h30, na Rua 13 de Outubro, Jorge Teixeira IV, em frente ao Açougue Oliveira II, Bairro Jorge Teixeira, nesta capital, o denunciado, munido de uma arma branca (faca), desferiu vários golpes (cerca de dezessete) contra a vítima Glícia Marília Sousa Lobo, causando-lhe os ferimentos descritos na Certidão de Óbito (fls. 11) e fotos de fls. 08/09, que por sua natureza e sede foram a causa suficiente de sua morte. Conforme o apurado, a vítima (ex-companheira do denunciado) estava em um quarto de uma estância, na companhia de Moisés da Silva Tavares com quem estava mantendo relações íntimas, quando o denunciado adentrou no local à força e disse: “Ah, é aqui que tu tá, né? É aqui que tu me trai, sua vagabunda”. Ato contínuo, passou a desferir inúmeras facadas contra a vítima, ceifando-lhe a vida e evadindo-se do local. Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo torpe, meio cruel e recurso que torne impossível a defesa do ofendido. A Denúncia foi recebida em 03 de setembro de 2013. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 56-62. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 158-159. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 183-185. A Defesa do réu não apresentou as Alegações Finais, conforme certidão de fls. 189. Por Decisão proferida em 07 de fevereiro de 2019, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls. 191-194. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 203) e a Defesa ate a presente data não apresentou rol de testemunhas a depor em plenário, deixando precluir seu prazo. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0223487-05.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Kedson Barbosa da Silva - RÉ: Kimberlin Keyce de Jesus da Silva - Recebi hoje. Trata-se de pedido de adiamento de Sessão de

Julgamento pautada para 08/08/2019. Em síntese, alega a defesa erro por parte da secretaria do cartório em razão da mesma não ter sido intimada sobre a abertura de prazo para apresentação de rol de testemunhas, assim como o advogado estará em curso da Escola Nacional de Administração Publica. Aberto vista ao Mp, o mesmo ate a presente data não exarou parecer. É o suscito relatório. Passo a Decidir. Em virtude dos argumentos levantados pela defesa para que o juri do dia 08.08.2019 seja adiado, vejamos: "Na decisão às fls. 389 Vossa Excelência determinou a intimação da defesa para apresentação do rol de testemunhas, mas a Secretaria somente intimou em relação à primeira parte da decisão que disse respeito ao pedido de liberdade (fls. 389). Necessária a reabertura de prazo para apresentação do rol de testemunhas." No entanto, tal argumento cai por terra logo que abrimos tal certidão, as fls 390, uma vez que em tal certidão, podemos notar as palavras : "FICA INTIMADO, através do presente o (a) patrono(a) do acusado(a) do DESPACHO, resumido em transcrição com o seguinte teor". Logo podemos notar, que era apenas um resumo, fazendo menção ao inteiro teor da decisão, ou seja, que precisava ser lida na integra. Em segundo plano, o mesmo usou como segundo argumento o fato de estar em curso na Escola Nacional de Administração que ocerrera do dia 05.08.2019 a 12.08.2019. No entanto, não juntou comprovante de inscrição para demonstrar que fora matriculado no mesmo antes de pautada a data do juri, pelo contrario, mostra que o e-mail recebido para confirmação tem data de 26 .07.2019, sendo que o mesmo tem informação da data do julgamento desde 11.07.2019, conforme certidão de Ciência de Decisão, onde assinado pela mesmo, traz as informações de dia, hora e data do Julgamento. Em virtude de todo o exposto acima, INDEFIRO o pleiteado pela Defesa, mantendo inalterada a data da Sessão de Julgamento pautada para 08.08.2019 as 08:00h. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019 Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo -

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo -

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM), ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0223487-05.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: Kimberlin Keyce de Jesus da Silva - irresignados, ingressaram com recurso de APELAÇÃO, tempestivamente. Preenchidos os fundamentos e requisitos recursais, assim como já recebida as CONTRARRAZÕES. DETERMINO a REMESSA dos autos ao E. Tribunal do Justiça do Amazonas - TJAM, com nossas homenagens e cautelas de estilo.

ADV: EDSON JOAQUIM DUARTE (OAB 13236/AM), ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0223568-17.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: F.N.S. - A.S.C. - INDICIADO: A.B.S. - A.B.S. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, ADEILSO BERNARDO DA SILVA, ANDRÉ DE SOUSA CASTRO e AILSO BERNARDO DA SILVA, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, II (motivo fútil), III (meio cruel) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), e Art. 211 do Código Penal, c/c Art. 69, "Caput", c/c Art. 29, "Caput", todos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ADEILSO BERNARDO DA SILVA, ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública e de assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0224712-21.2019.8.04.0001 (processo principal 0609753-14.2018.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Simples - DENUNCIADO: B.M.G. - DESPACHO Recebi hoje. Considerando a juntada do Laudo Pericial de fls. 41/46, dê-se vista dos autos ao MP para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019.

ADV: WILLIAM LINS DE ALBUQUERQUE (OAB 13440/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0225385-19.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: W.C.S. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado WILSON CONCEIÇÃO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil), III (Meio cruel), IV (dissimulação) e VI (feminicídio), c/c Parágrafo 2o-A, I (art. 5o, II da Lei Maria da Penha) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0227198-18.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: DIEGO MARINHO DE SOUZA- VULGO DIEGO MILEIRO - INDICIADO: MOHAMED BASHIR JUNIOR-VULGO, - BASILIO - DESPACHO Recebi hoje. Cumpra-se a promoção ministerial de fls. 243 Condição coercitiva, seja em casa ou trabalho. Paute-se audiência Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0227198-18.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: DIEGO MARINHO DE SOUZA- VULGO DIEGO MILEIRO - DENUNCIADO: ADRIANO ROLIM DA SILVA-VULGO - DRI- - INDICIADO: MOHAMED BASHIR JUNIOR-VULGO, - BASILIO - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 09/10/2019, às 8H30.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0227365-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Cosmo de Souza Lima - DENUNCIADO: Danilo Fernandes da Luz - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados DANILO FERNANDES DA LUZ e NILEIDE MACHADO DOS ANJOS, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, I (motivo torpe) e IV (emboscada), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA decretada nestes autos, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se a Defesa dos réu,s na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0228942-92.2008.8.04.0001 (001.08.228942-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Aborto - RÉU: Durval Herculano Carrico de Almeida - INDICIADA: Josemeire dos Santos e outros - Autos de nº0228942-92.2008.8.04.0001 Acusado: Josemeire dos Santos DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro a Promoção de fls. 1355/1356. Paute-se data para tanto. Intime-se a Defesa e o MP. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0229228-65.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Elizeu da Costa Silva - Autos nº:0229228-65.2011.8.04.0001 Acusado: Elizeu da Costa Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, DEFIRO parcialmente a Promoção de fl. 197, senão vejamos: Quanto à testemunha Robson Coelho Gomes, determino a sua Condução Coercitiva a Juízo; Em relação à vítima Nilton Medeiros Magalhães, por se tratar de Policial Militar, determino que seu ato intimatório seja novamente realizado por meio do Comando Geral da Polícia Militar. Paute-se data para a realização da Audiência de continuação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: NARA NÁDIA SILVEIRA DO VALE (OAB 9478/AM), ADV: JOÃO BATISTA PINTO (OAB 6930/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0229441-66.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Miquéias dos Santos Araújo - Autos de nº0229441-66.2014.8.04.0001 Acusado: Miquéias dos Santos Araújo e Justiça Pública DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de MIQUEIAS DOS SANTOS ARAUJO, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, § 2º, II do CPB, porque, conforme consta da Exordial de fls.83-85: Na data 12.06.2014, pelo período da tarde, na Rua Ibipetuba, Mutirão - Novo Aleixo, desferiu facadas contra a vítima Fabian Silva Lima, que veio a falecer por choque hemorrágico (hemotórax). Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo fútil. A Denúncia foi recebida em 15 de maio de 2015. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 89-90 e 91-93. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 108-109. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls.113-115. A Defesa do réu apresentou as Alegações Finais, requerendo Absolvição Sumaria, fls. 116-118. Por Decisão proferida em 02 de agosto de 2016, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls. 119-120. Houve recurso da Decisão, as fls. 124-126. Com acórdão as fls. 152-159, as quais confirmou a decisão proferida em Primeiro Grau. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 171) e a Defesa (fls. 191) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: GIOVANNI TAVARES RODRIGUES (OAB 9473/AM) - Processo 0230229-46.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Cesar Augusto Belchior da Silva e outros - Autos de nº0230229-46.2015.8.04.0001 Acusado: Thiago Pinheiro Dias DECISÃO Vistos etc. Passo ao relatório do processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia em desfavor de Thiago Pinheiro Dias, dando-os por incurso nas sanções do art.121, §2º, I e IV, c/c art. 29, todos do CPB, assim narrando a dinâmica dos fatos: "Na data 22/06/2015, por volta de 2h30min, à Rua Josué Cláudio de Souza - Japiim, por volta das 2h30min, nesta cidade, a vítima Kennedy Gomes de Melo foi alvejada na cabeça por disparo de arma de fogo, causa suficiente da sua morte, conforme consta da Certidão de Óbito de fls. 12. A vítima retornava de uma festa com a sua namorada e amigos, quando o nacional César Augusto Belchior da Silva, vulgo "CESINHA", aproximou-se e saltou da garupa de uma motocicleta, conduzida pelo nacional Thiago Pinheiro Dias, e efetuou o disparo contra a vítima, após esta ficar com o pé preso, enquanto tentava fugir da empreitada criminosa, sem lhe dar nenhuma chance de defesa. "O nacional Djefferson Crystian Pereira de Pinho, por sua vez, em unidade de desígnios com os demais, estava a bordo de uma segunda moto, logo atrás dos denunciados, fazendo escolta e dando suporte para garantir a execução do crime. "Segundo consta dos autos, o móvel do crime decorreu de uma desavença, na casa de show "Pagode do Netinho", entre a namorada do denunciado César Augusto Belchior da Silva e uma moça conhecida por Marcela (ainda não identificada), sendo esta possivelmente confundida com a namorada da vítima, que, por não conseguir fugir, acabou sendo executado, no real intuito de vingar-se." (fls.60-64). A denúncia foi recebida em 18.09.2015(fl.68). Devidamente citado, o réu apresentou resposta escrita (fl.79). Foi realizada a regular instrução do feito (fls.110-112, 252-255 e 281-285). Em alegações finais, o Ministério Público pleiteou a pronúncia do réu nos moldes da denúncia (fls.289-291). A defesa do réu pugnou pela impronúncia (fls.315-317) Por decisão proferida em 10.04.2017, o réu foi pronunciado como incurso na pena dos artigos , do Código Penal (fls.321-323). Não houve recurso da decisão. Na fase do art. 422 do CPP, o Ministério Público (fl.407). É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. Considero o feito preparado para a realização do julgamento.

Prossiga-se o feito até a realização da sessão plenária. Intimem-se as testemunhas localizadas. Requisite-se o réu preso e intimem-se os réus soltos, inclusive por edital. Promovam-se as demais diligências necessárias, em tempo hábil. P.I. Manaus, 23 de julho de 2019. Mateus Guedes Rios Juiz de Direito Presidente

ADV: HALLEY REIS MAIA (OAB 1764/AM) - Processo 0231638-33.2010.8.04.0001 (001.10.231638-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: Rosangela dos Santos Farias - De ordem, do M.M. Juiz da 1ª vara do Tribunal do Juri, dê-se Vista ao Ministério Público, no prazo de 05 (cinco) dias, a fim que se manifeste acerca de novo(s) endereço(s) das testemunhas/vítima, visto que em diligência anterior as mesmas não foram localizadas pelo Oficial de Justiça, conforme fls. 212/218.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0231801-37.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Ivo da Silva Coelho e outro - Recebi hoje. Abra-se vista ao Ministério Público para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 28, em seguida, à Defesa, pelo mesmo prazo, retornando-me conclusos para decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM) - Processo 0232252-38.2010.8.04.0001 (001.10.232252-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Lorena dos Santos Baptista - RÉU: Milton César Freire da Silva - De ordem do MM Juiz da 1ª Vara do Tribunal do Juri, intime-se às partes do conteúdo dos pareceres técnicos, podendo manifestar-se por escrito ou verbalmente. Certifico, ainda, a suspensão da data do julgamento designado para o dia 12 de agosto de 2019.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0232305-09.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Maik Johnes Gomes de Lima (falecido) - INDICIADO: Isaac de Melo Almeida - Autos nº:0232305-09.2016.8.04.0001 Acusado: Isaac de Melo Almeida DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando a juntada da Certidão do Oficial de Justiça de fls. 231/232, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, considerando o teor da Promoção de fl. 233 e a Certidão de fl. 230. Esvaído o prazo, remetam-me os autos novamente conclusos. De outro giro, analisando detidamente o presente feito, não se vislumbra nenhuma Petição dos Advogados, Drs. Tarcísio Ramos do Vale, OAB/AM 8.534, Alassandra de Alencar Rêgo, OAB/AM 13.500, Valdir Alves de Vasconcelos Júnior, OAB/AM 13.500 e Adriane Cristine Cabral Magalhães, OAB/AM 5.373, requerendo a habilitação nos autos como Assistente de Acusação. Além disso, não consta nenhuma Decisão Judicial ou Parecer Ministerial nesse sentido. Desta feita, considerando que os acima Advogados não ingressaram de forma devida no Processo, determino o desentranhamento das Peças de fls. 226/227, 236 e 238/239. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0232367-93.2009.8.04.0001 (001.09.232367-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: James de Oliveira Monteiro e outro - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados JÚLIO NOGUEIRA MONTEIRO e JAMES DE OLIVEIRA MONTEIRO, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-OS EM LIBERDADE, ate Decisão contrária deste Juízo. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0232799-78.2010.8.04.0001 (001.10.232799-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Ailan Borges Oliveira e outro - RÉU: Alinson Jean Borges da Silva - Autos nº:0232799-78.2010.8.04.0001 Acusado: Alan Borges da Silva, Alinson Jean Borges da Silva e Ailan Borges Oliveira DECISÃO Antes de decidir, determino que a Secretaria da Vara certifique nos autos se houve a notificação da Defesa do acusado Alinson Jean Borges da Silva para a apresentação dos Memoriais Escritos. Em caso negativo, proceda-se a tal ato. Em caso positivo, notifique-se o acusado, a fim de que informe, no prazo de 03 (três) dias, se pretende manter o Advogado constituído nos autos ou se requer a nomeação da DPE para atuar no feito. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM), ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM) - Processo 0233416-62.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: DANIEL DE SOUZA SILVA - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado DANIEL DE SOUZA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, II (motivo fútil), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0233650-15.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Gravíssima - DENUNCIADO: Richarlen Rodrigues Moreira - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), c/c 13 (causa dependente, proveniente do desdobramento causal da conduta) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo

o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0234130-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.L. - CONDENADO

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0234130-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.L. - fls. 227/229.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0234923-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Adenilson Teles Cunha - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ADENILSON TELES CUNHA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil), c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM), ADV: VALERIA BRITEZ ANDRADE (OAB 552/RR), ADV: ALCI DA ROCHA (OAB 005-B/RR) - Processo 0235461-83.2008.8.04.0001 (001.08.235461-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Aborto - INDICIADO: Durval Herculano Carrico de Almeida e outro - PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA Processo nº 0235461-83.2008.8.04.0001. De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0235461-83.2008.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado DURVAL HERCULANO CARRICO DE ALMEIDA, Brasileiro(a), Médico, RG 115583/AM, CPF 027.624.632-20, pai Ivo Pinto de Almeida, mãe Maria Arlete Carrico de Almeida, Nascido/Nascida 03/01/1949, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 3654-6189, com endereço à Av. Boulevard Sen Álvaro Maia, 1421, Apt. 501 - Ed. Boulevard Amazonas, Adrianópolis, CEP 69057-035, Manaus - AM, a fim de tornar pública a Sentença de (fl 811), a seguir resumida em transcrição "DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado DURVAL HERCULANO CARRIÇO DE ALMEIDA, já qualificado nos autos, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Após, proceda-se à devida baixa na distribuição em relação ao acima aludido acusado, observadas as cautelas de praxe. Diligências necessárias via Secretaria da Vara. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se ",e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,09 de agosto de 2019. Eu,Magno Solart Da Silva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0235552-66.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Janderson da Silva Lobato - Autos nº:0235552-66.2014.8.04.0001 Acusado: Janderson da Silva Lobato DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 255/258, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art.

12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. “O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição” (STF, HC 104.045RJ). 4.

Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator:

Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0235552-66.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Janderson da Silva Lobato - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0235906-91.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Helder Botelho dos Santos - DESPACHO Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 236, determino o cumprimento da Deliberação constante do Termo de fl. 230. Desta feita, dê-se vista dos autos às partes, a fim de que apresentem os Memoriais Finais, primeiro o MP e em seguida a Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Após, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0235989-44.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Rodrigo Ribeiro Cabral - DESPACHO Recebi hoje. Oficie-e ao IML para que envie o Laudo Necroscópico (URGENTE) Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019

ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM) - Processo 0236618-13.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: A.J.R.M. e outros - DESPACHO Recebi hoje. Cumpra-se a promoção ministerial a fls. 1679 Paute-se audiência para aconclusão da instrução Intimem-se os acusados e respectivos patronos Notifique-se o MP Urgência Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0236724-72.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - DIREITO PENAL - ACUSADO: A.L.C.S. - Autos nº:0236724-72.2016.8.04.0001 Acusado: ANDRE LUIZ CARDOSO DA SILVA DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Promoção de fl. 236, aliado ao fato de o acusado já ter sido devidamente interrogado neste Juízo, declaro encerrada a Instrução Processual, determinando vista dos autos às partes, a fim de que apresentem os Memoriais Escritos, primeiro o MP e em seguida a Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Após, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0236812-81.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: MARCELIUDO OLIVEIRA DA SILVA - Dione Costa dos Santos - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: ANTONIO NILSON CARDOSO VIANA (OAB 5469/AM) - Processo 0237286-81.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: A.C.G. - fls.

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0238400-31.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Romário da Costa Bandeira e outro - RÉU: Aldery Cruz Marques e outros - Autos de nº0238400-31.2011.8.04.0001 Acusado: Romário da Costa Bandeira DECISÃO Vistos etc. Passo ao relatório do processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia em desfavor de Romário da Costa Bandeira, dando-os por incurso nas sanções do art.121, §2º, IV, em concurso material com art. 121, §2º, IV c/c art. 14, todos do CPB, assim narrando a dinâmica dos fatos: “Consta dos inclusos autos de inquérito policial que no dia 28 de maio de 2011, por volta das 23h30, na rua Santa Clara, Redenção, nesta cidade, os denunciados armaram uma emboscada contra os jovens AUGUSTO KAIQUE MORAES HOLANDA e LUAN DOS SANTOS LIMA, tendo os três últimos dado cobertura ao primeiro denunciado para que este, de posse de uma arma de fogo, efetuasse disparos contra as vítimas.” “Os disparos provocaram ferimentos em AUGUSTO KAIQUE MORAES HOLANDA, suficientes para a morte desta vítima, de acordo com o laudo de fls. 147, não tendo causado a morte de Luan DOS SANTOS LIMA por circunstâncias alheias a vontade dos agentes. A denúncia foi recebida em 17.01.2012(fls.248-249). Devidamente citado, o réu apresentou resposta escrita (fls.378-379). Foi realizada a regular instrução do feito (fls.508-509 e 540-542). Em alegações finais, o Ministério Público pleiteou a pronúncia do réu nos moldes da denúncia (fls.560-563). A defesa do réu pugnou pela impronúncia (fls. 603). Por decisão proferida em 07.02.2019, o réu foi pronunciado como incurso na pena dos artigos , do Código Penal, houve também a impronúncia de Dário Gonçalves de Lima e Aldery Cruz Marques (fls. 574-577). Não houve recurso da decisão. Na fase do art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls.604) apresentou rol de testemunhas. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. Considero o feito preparado para a realização do julgamento. Prossiga-se o feito até a realização da sessão plenária. Intimem-se as testemunhas localizadas. Requisite-se o réu preso e intimem-se os réus soltos, inclusive por edital. Promovam-se as demais diligências necessárias, em tempo hábil. P.I. Manaus,05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Presidente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0238400-31.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Romário da Costa Bandeira e outro - RÉU: Aldery Cruz Marques e outros - fls. 635/636.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM) - Processo 0238945-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Matheus Facundes Correia - Autos nº:0238945-96.2014.8.04.0001 Acusado: Matheus Facundes Correia DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro, na íntegra, a Promoção de fl. 179. Determino que se oficie o Hospital João Lúcio, a fim de que remeta a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, cópia do Prontuário Médico da vítima

LAÉRCIO GUEDES BACELAR bem como laudos e exames realizados. Importante enfatizar que o cumprimento de Decisão Judicial é obrigatório a todos, inclusive aos Profissionais de Unidades Hospitalares. O novo Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018), em seu Art. 89 aduz que: "É vedado ao médico liberar cópias do prontuário sob sua guarda, exceto para atender à ordem Judicial ou para sua própria defesa, assim como quando autorizado por escrito pelo paciente." Desta feita, a Decisão Judicial que requisita o Prontuário Médico é de cumprimento obrigatório. Nesse sentido: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA TRATAMENTO MÉDICO. ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR. SIGILO MÉDICO. PRONTUÁRIO PACIENTE. DEMONSTRAÇÃO EFETIVA DOS GASTOS. ÔNUS DO AUTOR. AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO. REFORMA DECISÃO AGRAVADA. - A despeito de não consistir em prova nova, posto que detida pela parte desde o instaurar da ação, não ocorre preclusão referente à juntada de prontuário médico quando pendente análise de requerimento para obtenção de autorização judicial com o fulcro de quebrar sigilo medico-paciente - O sigilo médico-profissional não é um direito absoluto, circunstância que reconhecida no Código de Ética Médica (Resolução 1.931/09), que o excepciona nas hipóteses legais - Incumbe ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito creditício, sendo o prontuário médico necessário para comprovar a indicação e efetivo uso dos serviços hospitalares alegados. (TJ-MG - AI: 10382170004982001 MG, Relator: Rogério Medeiros, Data de Julgamento: 28/05/0019, Data de Publicação: 31/05/2019). Advirta-se ao Diretor da referida Unidade Hospitalar que o descumprimento de ordem Judicial ou a demora injustificada acarretará a sua responsabilidade criminal e administrativa, podendo responder pelo delito de desobediência, tipificado no Art. 330 do Código Penal, mais aplicação de multa e demais medidas coercitivas, nos moldes do Art. 139, inciso IV, do CPC, c/c Art. 3º, do CPP. Segue Decisão nesse sentido: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO EVIDENCIADO. NÃO DEMOSTRAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. VIOLAÇÃO DA PARIDADE DE ARMAS. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência dos tribunais superiores admite o trancamento do inquérito policial ou de ação penal, excepcionalmente, nas hipóteses em que se constata, sem o revolvimento de matéria fático-probatória, a ausência de indícios de autoria e de prova da materialidade, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade, o que não se observa neste caso. Precedentes. 2. O crime de desobediência é comum e formal, cujo núcleo típico é desobedecer, no sentido de desatender ou recusar. O verbo do tipo recai sobre o elemento normativo, consistente na legalidade da ordem do funcionário público, seja sob o aspecto formal da competência daquele que emite ou executa a ordem, seja sob o aspecto substancial. Para a configuração do tipo, sob o aspecto subjetivo, necessário o conhecimento da ordem não manifestamente ilegal, independentemente de qualquer finalidade específica. Ressalte-se, por óbice do princípio do nemo tenetur se detegere, inexistir o dolo de desobediência da ordem se esta implicar autoincriminação ou situação jurídica desfavorável. 3. No caso, não se vislumbra conclusão diversa senão a existência, ao menos, de indícios de que o recorrente teria efetivamente descumprido as requisições judiciais exaradas no âmbito dos autos do processo penal nº 2010.33.04.000926-8. O Parquet apontou, consoante informa a denúncia, termo de intimação nos autos como prova da ciência efetiva da ordem não manifestamente ilegal de funcionário público, destinada ao recorrente, sem que seu cumprimento implicasse qualquer mácula ao seu direito de não autoincriminação. Há, pois, ao menos a materialidade do crime e indícios de autoria capazes de lastrear minimamente o processo penal. Ressalte-se, que tal conclusão não implica condenação antecipada, o que indicaria inarredável ilegalidade. Muito pelo contrário, o órgão ministerial, diante da materialidade do crime e dos indícios de autoria, ao promover a denúncia, mostrou-se cumpridor do desiderato da obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada. 4. As apontadas decisões judiciais que, nos termos das alegações do recorrente, teriam concluído pela ausência de prova da intimação da ordem descumprida, não foram colacionadas aos autos. De qualquer maneira, ainda que haja decisão definitiva no processo civil com conclusão pela inexistência de prova da ciência da ordem, o que não se demostrou existir, tal entendimento não vincularia o juízo penal pelo efeito positivo da coisa julgada. Primeiramente, tendo em vista os limites subjetivos inter partes dos processos individuais, inviável a identidade de partes entre as demandas, pois o polo ativo do processo penal é ocupado pelo Ministério Público, como dominus litis, ao contrário do que ocorre, em regra, no processo civil. Por fim, a alegada fundamentação na citada decisão no processo civil seria a ausência de provas da intimação. Se tal hipótese não permite a extensão da coisa julgada do processo penal para o processo civil pela absolvição por falta de provas, conforme art. 66 do Código de Processo Penal, a fortiori, nesses casos, é inviável o caminho inverso. 5. Não há falar em quebra da paridade de armas, ante a existência de recurso sem sentido estrito para impugnar a rejeição da denúncia e somente o habeas corpus para trancar o processo penal, via em que não é possível o revolvimento fático probatório. Tendo em vista a não apresentação das alegadas decisões que atestam a ausência de prova da ciência pelo recorrente da ordem a ele dirigida, apontando elementos concretos que levem a essa conclusão, sequer seria possível determinar ao Tribunal a reapreciação do habeas corpus que analisou o recebimento da denúncia. Ademais, não se trata de mera reapreciação do arcabouço fático consolidado, pois eventuais provas emprestadas seriam verdadeiro revolvimento fático-probatório, inviáveis na estreita via do habeas corpus impetrado no Tribunal a quo. A construção da verdade processual sobre a efetiva ciência da ordem dirigida réu, ora recorrente, será oportunizada ao dominus litis no desenvolver do processo penal, para se desincumbir de seu ônus subjetivo, com efetivo contraditório na formação da prova, e não pela solução de continuidade do processo pretendida neste presente recurso, haja vista não se vislumbrar as ilegalidades apontadas. 6. Recurso desprovido. (STJ - RHC: 85496 BA 2017/0136240-9, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 23/04/2019, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/04/2019). Após, oficie-se ao Instituto Médico Legal, para que seja indicado Perito Médico e o mesmo elabore, no prazo de 10 (dez) dias, o Exame de Corpo de Delito INDIRETO da referida vítima, com base no Prontuário Médico, laudos e exames realizados na referida Unidade Hospitalar. Advirta-o do cumprimento desta determinação, sob pena de incidir no crime de desobediência e prevaricação. Cumpridas as diligências, dê-se vista dos autos às partes, a fim de que apresentem os Memoriais Escritos, primeiro o MP e em seguida a Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0239523-64.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Relson Farias da Cruz - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: DECLARO ENCERRADA A INSTRUÇÃO, razão pela qual, ABRO PRAZO AO MINISTÉRIO PUBLICO, para que apresente suas ALEGAÇÕES FINAIS, por memoriais escritos.Após, INTIME-SE A DEFESA. Demais diligências pela secretaria. Cumpra-se.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0241211-61.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Geremias Ribeiro da Silva e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM), ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM), ADV: MARY CASTRO DA SILVA (OAB 13120/AM) - Processo 0241538-93.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Privilegiado - RÉU: Daniel da Silva Galdez - INDICIADO: Denilson da Silva Galdez - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) do Código Penal.

Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM) - Processo 0241654-65.2018.8.04.0001 (processo principal 0203408-73.2013.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Maria Gracilene Roberto Belota - Deste modo, em consonância com o Parquet, DEFIRO o pedido de restituição do veículo modelo Ford Fiesta, placa JWZ-9247, ano 2004/2004, cor predominante vermelha, chassi 9BFZF10B948208422, em favor de Benjamim Roberto Filho. Expeça-se o competente Mandado Judicial. Dê-se ciências às partes desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 06 de Agosto de 2019.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA) - Processo 0242160-56.2009.8.04.0001 (001.09.242160-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Melquíades Fonseca dos Santos - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do que segue, determino a renovação da CONDUÇÃO COERCITIVA, da testemunha ausente, no endereço apresentado pelo Ministério Publico, a fim de que compareça em audiência designada para o dia 05/11/2019 às 11h00min, saindo desde já CIENTE o patrono do mesmo. INTIME-SE o réu por OFICIO AO COMANDO GERAL. CUMPRA-SE.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0242369-83.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Patricio Paes de Vasconcelos - "FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado, para que compareça na 1ª Vara do Tribunal do Júri para audiência de instrução e julgamento pautada para dia 16/10/2019 às 09:00h"

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0242551-69.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Hermes Carlos - Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais, aliado ao fato de o acusado ter quebrado a confiança deste Juízo quando descumpriu as medidas cautelares impostas, em consonância com o Parquet e embasado nos fundamentos da Decisão de fls. 200/201 dos autos, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado FRANCISCO HERMES CARLOS, já qualificado nos autos, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Importante salientar que, considerando os fundamentos acima expostos, esta Decisão não se sujeita à reconsideração deste Juízo, devendo ser impetrado o competente Habeas Corpus, em caso de inconformismo da Defesa. De outro giro, considerando que as testemunhas arroladas já foram devidamente inquiridas, conforme fls. 196/197, aliado ao fato de a vítima ter supostamente falecido, consoante Certidão do Oficial de Justiça de fl. 459, determino que se expeça Carta Precatória de Interrogatório do acusado, a ser cumprida pelo Juízo Deprecado, no prazo de 30 (trinta) dias. Dê-se ciência ao MP do teor da Certidão do Oficial de Justiça de fl. 459, referente à vítima. Expeça-se o necessário. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados do acusado. Expeça-se o necessário. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0243298-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Antônio Erivaldo Tavares da Silva - I - Recebo o recurso de apelação interposto pela defesa, nos efeitos devolutivo e suspensivo (artigo 597 CPP), vez que satisfeitos os pressupostos de admissibilidade; II - Intime-se a parte contrária para contrarrazoar o recurso interposto; III - Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0244740-15.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Kleyton Rodrigues Lima - DESPACHO Recebi hoje. Abro prazo para as alegações finais por memoriais escritos. Intimem-se e notifique-se Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0245593-68.2009.8.04.0001 (001.09.245593-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Edmundo Brito da Costa - Autos nº:0245593-68.2009.8.04.0001 Acusado: Edmundo Brito da Costa DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fl. 182, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a

convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. “O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio

heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis,

Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM) - Processo 0245593-68.2009.8.04.0001 (001.09.245593-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Edmundo Brito da Costa - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: MAURO VERÇOZA FERREIRA (OAB 9079/AM) - Processo 0246008-07.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: André da Silva Costa - fls. 158/160

ADV: RENAN RODRIGUES LIMONGI (OAB 12413/AM) - Processo 0246222-08.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Ramon Santana Palheta - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado RAMON SANTANA PALHETA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso III (perigo comum), c/c Art. 14, inciso II (por duas vezes), ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se o acusado, ora Pronunciado, desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0247086-36.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: G.F.S.S. e outro - DESPACHO Recebi hoje. Considerando o teor da Petição de fls. 307/308 bem como da Certidão de fl. 305, determino que o referido acusado seja intimado, a fim de que se manifeste, no prazo de 03 (três) dias, se ainda tem interesse em manter o Advogado constituído nos autos ou se requer a nomeação da DPE para atuar no feito. Esvaído o prazo, remetam-me os autos novamente conclusos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0247086-36.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: G.F.S.S. e outro - Autos nº:0247086-36.2016.8.04.0001 Acusados: Allan Fernando de Lima Leal e Gustavo Franco da Silva Souza DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Compulsando os presentes autos, constata-se que o Ministério Público apresentou os Memoriais Escritos às fls. 293/294. Ato contínuo, a Defesa do acusado Allan Fernando de Lima Leal também apresentou a acima aludida Peça Processual, conforme fls. 297/302. Contudo, como pode se ver na Certidão de fl. 315, a Defesa do acusado Gustavo Franco da Silva Souza, embora devidamente intimada para tanto, não procedeu à juntada de suas alegações finais, no prazo legal. Desta feita, considerando o acima exposto, aliado ao fato de não ser razoável os autos ficarem sem movimentação por causa da Defesa, o que vem causando prejuízo à tramitação processual, devo reconhecer a ocorrência da preclusão temporal e determinar o devido prosseguimento do feito, haja vista não haver se falar em nulidade processual. Segue Decisão do STJ nesse sentido: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA). AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS ANTES DA PRONÚNCIA. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE JÁ APRECIADA POR ESTA EG. TURMA. AUSÊNCIA DE FATOS OU ARGUMENTOS NOVOS. “REABERTURA DA INSTRUÇÃO APÓS A PRONÚNCIA”. MATÉRIA NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento da Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício. II - Consolidou-se no âmbito dos Tribunais Superiores o entendimento de que apenas a falta de defesa constitui nulidade absoluta da ação penal. A insuficiência da defesa, de outra sorte, para que seja apta a macular a prestação jurisdicional, deve ser acompanhada da demonstração de efetivo prejuízo, nos termos da Súmula 523/STF. III - Esta eg. Corte de Justiça assentou o entendimento de que a ausência de alegações finais nos processos de competência do Tribunal do Júri não acarreta nulidade, tendo em vista que a pronúncia constitui mero juízo provisório sobre a materialidade e indícios de autoria. IV - A não interposição de recurso em sentido estrito contra a pronúncia não configura nulidade, considerando o princípio da voluntariedade recursal, previsto no art. 574, caput, do CPP. V - Desnecessária nova apreciação acerca da legalidade da prisão preventiva decretada na pronúncia, quando esta eg. Corte já concluiu pela adequação, nos termos do art. 312 do CPP e a Defesa não apresenta qualquer fato ou argumento novo, tratando-se de mera reiteração de pedido. VI - Inviável manifestação acerca de eventual “reabertura da instrução criminal após a pronúncia”, por esta eg. Corte, quando a matéria não foi apresentada ou apreciada pelo eg. Tribunal a quo, sob pena de supressão de instância. Habeas corpus não conhecido. (STJ - HC: 361017 PR 2016/0170442-7, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 08/08/2017, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/08/2017). Assim sendo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0247086-36.2016.8.04.0001 - Ação Penal

de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: G.F.S.S. e outro - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados ALLAN FERNANDO DE LIMA LEAL e GUSTAVO FRANCO DA SILVA SOUZA, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA de ambos os acusados, ora Pronunciados, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0247821-74.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Luciano de Almeida Barros - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do informado pelo oficial de justiça, determino VISTA AO MINISTÉRIO PUBLICO, para manifestar-se acerca das CONDUÇÕES não realizadas. Ademais, à secretaria para que cumpra DECISÃO às fls. 173, no sentido de INTIMAR O ACUSADO, para constituir novo Advogado, no prazo de 05 (cinco) dias, caso não atenda à intimação ou não seja encontrado, desde já nomeio a DPE para atuar no feito, CUMPRA-SE.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0251844-63.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.V.G.B. - Autos de nº0251844-63.2013.8.04.0001 Acusado: Max Vitor Granjeiro Bentes e Ruan Uchoa Bandeira DECISÃO DECISÃO Vistos etc. Passo ao relatório do processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia em desfavor de Max Vitor Granjeiro Bentes e Ruan Uchoa Bandeira, dando-os por incurso nas sanções do art. , do CPB, assim narrando a dinâmica dos fatos: "No dia 02.11.2013, por volta de 07h, na Rua 15 de Novembro, bairro Alvorada 1, nesta capital, estava Diego Rafael de Andrade Coutinho conversando com alguns amigos quando foi atingido por disparos de arma de Polo de cor prata, conduzido pelo segundo denunciado. Os disparos provocaram ferimentos que foram causa suficiente da sua morte (conferir certidão de óbito de fls. 47). "De acordo com o apurado, na madrugada do dia 01.11.13 para o dia 02.11.13, no Sambódromo, o primeiro acusado utilizava substância entorpecente quando "deu uma baforada" no rosto de Angela Maria Negreiros Barbosa. Consequentemente, Hermano Eugênio de Andrade de Coutinho, companheiro dela, desferiu-lhe um soco no rosto. O primeiro denunciado, então, prometeu vingança, dizendo que aquilo não ficaria daquele jeito, no que foi corroborado pelo segundo." "Com isso, já na manhã do dia 02.11.2013, estavam Hermano Eugênio de Andrade de Coutinho, alguns amigos e a vítima, irmão de Hermano, conversando em via pública, quando os denunciados surgiram efetuando disparos contra a vítima (cuja aparência era muito semelhante a de seu irmão), provocando-lhe o falecimento."(fls.80-82) A denúncia foi recebida em 23.01.2015 (fls.97). Devidamente citado, o réu apresentou resposta escrita (fls.119 e 121). Foi realizada a regular instrução do feito (fls.151-154, 174 e 235-237). Em alegações finais, o Ministério Público pleiteou a pronúncia do réu nos moldes da denúncia (fls.269-270). A defesa do réu pugnou pela impronúncia(fls.288). Por decisão proferida em 19.06.2019, o réu foi pronunciado como incurso na pena dos artigos 121, §2º, incisos I e III, c/c 29, caput, e Art. 20, §3º, todos do Código Penal (fls.289-292). Não houve recurso da decisão. Na fase do art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls.) e a defesa (fls.295) apresentaram rol de testemunhas. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. Considero o feito preparado para a realização do julgamento. Prossiga-se o feito até a realização da sessão plenária. Intimem-se as testemunhas localizadas. Requisite-se o réu preso e intimem-se os réus soltos, inclusive por edital. Promovam-se as demais diligências necessárias, em tempo hábil. P.I. Manaus,05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Presidente

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0255040-75.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Sérgio Rodrigues de Moraes Filho - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil), c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: SURAIDE AUXILIADORA NUNES PINTO (OAB 2506/AM), ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0255241-72.2009.8.04.0001 (001.09.255241-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Paulo da Cruz Brito Lima e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: SURAIDE AUXILIADORA NUNES PINTO (OAB 2506/AM), ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0255241-72.2009.8.04.0001 (001.09.255241-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Paulo da Cruz Brito Lima e outro - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, c/c arts. 73 e art. 14, II, do CP do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que

possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0257213-43.2010.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Antonio Sediano Firmino da Silva - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ANTÔNIO SEDIANO FIRMINO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2º, inciso II (motivo fútil), c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0257655-72.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Sebastião Pereira dos Santos - rocesso nº 0257655-72.2011.8.04.0001 De ordem do Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. INTIMO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) Sebastião Pereira dos Santos,

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0257655-72.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Sebastião Pereira dos Santos - Autos nº:0257655-72.2011.8.04.0001 Acusado: Sebastião Pereira dos Santos DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 115, devo reconhecer a ocorrência da Preclusão temporal em relação às testemunhas faltantes. Desta forma, determino que a Secretaria da Vara paute data para a realização do Interrogatório Judicial do acusado, devendo ser intimado no endereço declinado às fls. 112/113. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0257915-47.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: DIEGO ANJOS DUARTE e outro - Autos de nº0257915-47.2014.8.04.0001 Acusado: DIEGO ANJOS DUARTE e Luciana Pereira da Silva DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Diego Anjos Duarte e Luciana Pereira da Silva, dando-o por incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II e IV do Código Penal, porque, conforme consta da Exordial de fls. 55-58: Consta do incluso Inquérito Policial que, no dia 25.07.2011, por volta das 23h40, na Rua e Beco Boa Sorte, localizada no bairro São José II, nesta cidade, os acusados ceifaram a vida da vítima Anderson Roberto Lima de Vasconcelos, a qual foi atingida por disparos de arma de fogo efetuados pelo primeiro indiciado, a mando da segunda denunciada, a qual mantivera um relacionamento amoroso com a vítima. No dia do crime, previamente informado a respeito da localização da vítima pela denunciada Luciana Pereira da Silva, que atraiu a vítima para ser executada, o denunciado Diego Anjos Duarte chegou desferindo diversos tiros de arma de fogo contra a vítima, provocando-lhes lesões que foram causa suficiente de sua morte. O móvel do crime se deu em razão de uma rixa entre facções rivais, FDN (Família do Norte) e PCC (Primeiro Comando da Capital), que os ora denunciados e a vítima participavam, ocasionada por sede de vingança pela morte de um dos membros da facção dos denunciados (FDN), pelo que acusavam a vítima de conspiração e traição. Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo torpe e do recurso que dificultou a defesa da vitima. A Denúncia foi recebida em 06 de novembro de 2014. Devidamente Citados, os réus apresentaram Resposta Escrita, fls. 63-64 (Diego) e fls. 88 (Luciana). Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 101-102. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia dos acusados, fls. 119-121. A Defesa dos réus apresentou as Alegações Finais, requerendo a impronuncia dos mesmos, fls. 122-127. Por Decisão proferida em 06 de fevereiro de 2019, os réus foram Pronunciados, nos moldes da Denúncia, fls. 132-134. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 138) e a Defesa (fls. 150) apresentaram o rol de testemunhas a depor em Plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0258980-14.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Gilvan da Silva Soares - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado GILVAN DA SILVA SOARES, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, §2º, inciso II (motivo fútil), c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JOSÉ DANIEL SANTANA GUSMÃO (OAB 12035/AM) - Processo 0260033-35.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Leandro da Silva Francas - Autos nº:0260033-35.2010.8.04.0001 Acusado: Leandro da Silva Francas DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 226, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não

houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO

JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI

10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0261555-63.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Marcos Antônio Oliveira Rodrigues - Alessandro de Souza Carvalho - Autos nº:0261555-63.2011.8.04.0001 Acusados: Marcos Antônio Oliveira Rodrigues, Alessandro de Souza Carvalho e Alex dos Santos DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando os presentes autos, constata-se que todos os acusados apresentaram a Resposta Escrita, conforme fls. 136/152 e 275. Ato contínuo, após a fase instrutória, os acusados foram Pronunciados, consoante Decisão de fls. 310/313. Consta à fl. 334 que a Secretaria da Vara pautou data para a realização da Sessão de Julgamento no Plenário do Tribunal do Júri, no dia 12/08/2019, às 08:00. Assim sendo, determino o desentranhamento das fls. 342/343 bem como a devolução à origem, considerando a inadequação da Peça Processual, tendo em vista que, após a Decisão de Pronúncia, não há mais falar em apresentação de Resposta à Acusação. De outro giro, quanto ao acusado Alessandro de Souza Carvalho, tendo em vista a renúncia de patrocínio à fl. 340, determino que seja intimado, a fim de constituir novo Advogado, no prazo de 03 (três) dias. Caso não se manifeste ou não seja encontrado, ser-lhe-á nomeada a DPE, devendo tomar ciência desta Decisão. Por fim, expeçam-se todos os atos necessários à realização da Sessão de Julgamento perante o Tribunal do Júri. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0263328-41.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Helione Fernandes Costa - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Determino a renovação das CONDUÇÕES COERCITIVAS das testemunhas ausentes, a fim de que compareçam em audiência designada para o DIA 27/09/2019 ÀS 11H00MIN. No mesmo sentido, INTIME-SE o réu por OFICIO À CASA DO ALBERGADO, em que na presente data este se encontra, bem como expeça-se MANDADO DE INTIMAÇÃO ao mesmo, para comparecer em audiência designada. Ademais de outro giro, INTIME-SE O PATRONO CONSTITUÍDO do acusado por DJ-E, para que informe, no prazo de 48 (quarenta e oitro) horas, se ainda possui interesse em atuar na DEFESA do acusado. Em caso NEGATIVO, que seja juntado aos autos a RENUNCIA devidamente assinada pelo acusado. Caso, AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO ADVOGADO ser-lhe-á aplicado a multa de 10 (dez) salários mínimos, considerando que não mais se fez presente nos autos processuais embora devidamente intimado para tanto.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0263328-41.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Helione Fernandes Costa - EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0263328-41.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra HELIONE FERNANDES COSTA, (Alcunha: Léo), Brasileiro(a), RG 2003046-0, pai Elizeu da Silva Costa, mãe Maria de Nazaré Almeida Fernandes, Nascido/Nascida 18/04/1988, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99352-1586 (MÃE) / 99396-6456 (PAI), com endereço à RUA LAURO CAVALCANTE, 04, PROX. A SORVETERIA GLACIAL (ATRAS DESTA), CENTRO, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 5º Andar, setor 6 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro - Adrianópolis, Manaus-AM, no dia 05/08/2019 às 12:00h, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29 de julho de 2019. Eu, Luane Antella Moreira, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) - Processo 0338784-41.2007.8.04.0001 (001.07.338784-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: Iramar da Mata Mendonça da Silva - De ordem, do M.M. Juiz da 1ª vara do Tribunal do Juri, dê-se Vista ao Ministério Público, no prazo de 05 (cinco) dias, a fim que se manifeste acerca da testemunha MARIA LICILEIDE CONCEIÇÃO MACAMBIRA, conforme fl. 172.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0342002-77.2007.8.04.0001 (001.07.342002-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Bruno Machado Araújo e outro - Recebi hoje. Certifique-se a tempestividade do recurso de apelação interposto bem assim se os autos foram remetidos à Superior Instância. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0601708-55.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.A. - Isto posto, não havendo alternativa, declaro a extinção da punibilidade do acusado Adriano da Silva Araújo, com base no que preceitua o art. 107, inciso I, do Código Penal. Dê-se baixa dos registros do nome do acusado no sistema SAJ. Publique-se. Registre-se. Arquive-se. Manaus, 02 de agosto de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juíza de Direito

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0601708-55.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.A. - DESPACHO Recebi hoje. MP não se manifestou previamente em face do Óbito do acusado. Vistas ao MP para ciência da Sentença de fls. 211 Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0601708-55.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.A. - DESPACHO Recebi hoje. Considerando a juntada da correta Certidão de Óbito, fl. 213, determino o cumprimento das Decisões de fls. 211 e 212. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019

ADV: RAFAEL SANTOS DA SILVA (OAB 9955/AM), ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0602097-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: A.C.R. - RÉU: R.S.T. - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Tendo em vista a ausência da acusada Joyce Mara Batista da Silva e do acusado Janderson da Silva Patrício (mandado de prisão em aberto) dê-se vista ao Ministério Público para requerer o que entender direito.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0604070-30.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: C.E.N.M. - RÉU: E.A.M. e outros - DESPACHO Recebi hoje. Considerando o teor da decisão de fls. 552/553, intimem-se as partes para os fins do art. 422 do CPP. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0607160-75.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - ASSISTENTE: N.S.S. - RÉU: S.A.C.T. - DESPACHO Recebi hoje. Considerando o teor da Petição de fls. 396/398, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para manifestação. De outro giro, expeçam-se todos os atos necessários à realização da Audiência de Instrução pautada à fl. 384. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0607160-75.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - ASSISTENTE: N.S.S. - RÉU: S.A.C.T. - Autos de nº0607160-75.2019.8.04.0001 Acusado: Stanrley Augusto Correia Trajano e Samyr Homero Benchaya Yamane DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Em virtude do equivoco acorrido na secretaria do cartório, visto a apresentação espontânea conforme decidido em fls. 325-326, defiro o pedido de reconsideração de fls. 396-397, e determino o recolhimento do Mandado de Prisão em desfavor do réu Stanley Augusto Correia Trajano, visto que o mesmo não descumpriu as medidas impostas, não tendo o que se falar em quebra de decisão, muito menos revogação de beneficio. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0608154-74.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Juliano Cesar Tanabe Azevedo - Autos nº:0608154-74.2017.8.04.0001 Acusado: Juliano César Tanabe Azevedo DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando os presentes autos, em busca da verdade real dos fatos, DEFIRO, na íntegra, a Promoção de fls. 432/433. Proceda-se à baixa dos autos à Delegacia de origem, a fim de que a Autoridade Policial proceda ao cumprimento das diligências, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Após a resposta, dê-se nova vista dos autos ao MP para manifestação. Concomitantemente a isso, determino que se paute data para a inquirição em Juízo da testemunha Gelderson Gabriel Farias de Castro Souza, expedindo-se Mandado de condução coercitiva, a ser cumprida no endereço declinado pelo Parquet, constante do último parágrafo da fl. 433. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 09 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0611654-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Edimilson Santos Silva - Recebi hoje. Certifique-se quanto a pendência de recurso em instância superior bem como acerca da expedição de guia de recolhimento provisória. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0612227-89.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: D.S.S. e outro - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados DANILO SANTOS DE SALES e FABRÍCIO DANIEL DE OLIVEIRA, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe), c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado DANILO SANTOS DE SALES, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa e o risco de reiteração delitiva, tendo em vista que, em análise aos seus apontamentos criminais, constata-se que ele tem personalidade voltada ao cometimento de delitos desde a sua menoridade, possuindo, inclusive, duas condenações, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Insta salientar que, tendo em vista o encerramento da Instrução Processual bem como a presente Decisão de Pronúncia, não há falar em excesso de prazo, conforme Súmulas 21 e 52, ambas do STJ. Intimem-se os acusados, ora Pronunciados, desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que

não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Considerando a presente Decisão, julgo prejudicado o Pedido de fls. 385/394. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: RODRIGO DE SOUZA ALBUQUERQUE (OAB 14792/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0613049-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Bruno Gomes da Silva - Autos nº:0613049-78.2017.8.04.0001 Acusado: Bruno Gomes da Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 298/300, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve manifestação Ministerial, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea ‘a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por

excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em

que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença, oportunidade em que este Juízo decidirá quanto à manutenção ou não da Prisão Preventiva. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. De outro giro, em relação à Petição de Restituição de bem apreendido de fls. 306/308, considerando não se tratar de urgência, aguarde-se a manifestação Ministerial. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: RODRIGO DE SOUZA ALBUQUERQUE (OAB 14792/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0613049-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Jander Mendes Franco (falecido) - RÉU: Bruno Gomes da Silva - O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0613049-78.2017.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado BRUNO GOMES DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Desempregado, RG 28981740, pai Júlio César Cardenes da Silva, mãe Cristiane Luisa de Castro Gomes, Nascido 02/02/1998, natural de Manaus - AM. Local de prisão: Centro de Dentenção Provisória de Manaus - CDPM, Manaus - AM. Endereço: Rua Mandi, 24, Jorge Teixeira, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, II do CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos “JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 § 2º, II do CP. Por fim, considerando que se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho-o em preso aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.”. E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 23 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0613718-34.2017.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: B.A.C. - DESPACHO Recebi hoje. Defiro a Promoção de fl. 186. Expeça-se Carta Precatória de inquirição da mencionada testemunha, a ser cumprida pelo Juízo Deprecado, no prazo de 30 (trinta) dias. Ademais, determino que seja renovado o ato intimatório da testemunha faltante, devendo o Oficial de Justiça empreender todos os esforços necessários ao êxito da diligência, tendo em vista que, na Certidão de fl. 157, informa que o imóvel encontrava-se fechado, não especificando se a testemunha ainda mora lá, mudou-se, se havia saído etc. Por fim, cumpra-se, na íntegra, a Decisão de fls. 160/161. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0614154-22.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - RÉU: R.R.P. - Autos nº:0614154-22.2019.8.04.0001 Denunciado: RAYLANDER ROSSETTI PEREIRA DECISÃO Examinando cuidadosamente os autos, verifico que a Denúncia apresentada, fls. 139-141, preenche os requisitos previstos no Art. 41 do CPP, e não se avistando, nesse momento processual, a presença manifesta e quaisquer das hipóteses do Art. 395 do mencionado Codex, pelo que RECEBO A

PRESENTE DENÚNCIA, dada a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, que apontam para o denunciado como possível autor da infração penal, todavia com a cautela de não adentrar no mérito da matéria, não havendo causa para rejeitá-la liminarmente. Desde já determino a Citação pessoal do denunciado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a Resposta Escrita, na forma do art. 406 do CPP. Paute-se, de imediato, data para realização de Audiência de Instrução, intimando-se, de logo, o réu e as testemunhas arroladas, registrando-se que, caso este Juízo entenda ser caso de rejeição da Denúncia após a apresentação da Resposta à Acusação, ficará cancelada a Audiência de Instrução em tela sem qualquer prejuízo para a Defesa. Caso haja testemunha confidencial arrolada, determino a sua oitiva de forma separada, na ausência do(s) réu(s), os quais deverão tomar apenas ciência da data pautada e, assim como os seus familiares, não deverão comparecer a este Fórum de Justiça (Ministro Henoch Reis), devendo ser mantida a distância de 500 (quinhentos) metros, sob pena de incorrer(em) no crime de desobediência, tipificado no Art. 330 do Código Penal, a fim de que seja preservada a sua integridade da testemunha confidencial bem como a verdade de seu depoimento, com fulcro no Art. 217 do CPP e Art. 1º, inciso III, da CF/88, em observância do Princípio da dignidade da pessoa humana, esse sendo o máximo do Estado Democrático de Direito, devendo ser intimados e estarem presentes o Ministério Público e a Defesa do(s) acusado(s), em homenagem aos Princípios Constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, evitando-se prejuízo às partes e nulidades, observando a regra contida do Art. 563 do CPP. Segue jurisprudência neste sentido: (HC 111728, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 16-08-2013 PUBLIC 19-08-2013)Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. QUADRILHA OU BANDO (ART. 288 DO CP). AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS REALIZADA NO JUÍZO DEPRECADO. PACIENTE SOB CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A declaração de nulidade no direito penal não prescinde da demonstração do efetivo prejuízo para a defesa, consoante dispõe o artigo 563 do Código de Processo Penal, o que importa dizer que a desobediência às formalidades estabelecidas na legislação processual somente poderá implicar o reconhecimento da invalidade do ato quando a sua finalidade estiver comprometida em virtude do vício verificado. Precedentes: HC 68.436, Primeira Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 27.03.92; HC 95.654, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 15.10.10; HC 84.442, Primeira Turma, Relator o Ministro Carlos Britto, DJe de 25.02.05; HC 75.225, Primeira Turma, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 19.12.97; RHC 110.056, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJ de 09.05.12. 2. A ausência do acusado na audiência de instrução não constitui vício insanável apto a ensejar a nulidade absoluta do processo, posto tratar-se de nulidade relativa, exigindo-se, para o seu reconhecimento, a demonstração de prejuízo à defesa. 3. In casu, o paciente encontra-se sob custódia e o Juízo deprecante deixou de requisitá-lo para participar de audiência de oitiva de testemunhas no Juízo deprecado, em razão de dificuldades enfrentadas pelo Estado de São Paulo em "promover o transporte e a devida escolta de presos", assegurando, todavia, a presença de seu defensor no ato. 4. O defensor do paciente compareceu ao ato processual, tendo, inclusive, formulado reperguntas, comprovando a inexistência de prejuízo para a defesa ("pas de nullités sans grief"). 5. A possibilidade de o réu não comparecer à audiência é uma expressão do direito constitucional ao silêncio (art. 5º, LXIII, da CF/88), pois "nemo tenetur se deterege". 6. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. Determino ainda a juntada de certidão de antecedentes criminais do denunciado. Cumpra-se a diligência requerida pelo MP, se houver. Decorrido o prazo, sem a resposta Preliminar, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar na causa, nos moldes do art. 408 do CPP. Caso o denunciado não seja encontrado para a Citação pessoal, determino sua Citação Editalícia, na forma prescrita no art. 361 do CPP. Em análise percuciente aos autos, verifico que subsistem os requisitos e pressupostos para se manter a Medida Forte, constantes dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, com o intuito de garantir a ordem pública e de assegurar a aplicação da Lei Penal, considerando o modus operandi empregado na conduta delitiva bem como o comportamento furtivo do acusado. Nessa esteira, ressalta-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que: "o modus operandi, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar , dada a afronta a regras elementares de bom convívio social." (RHC 15.016/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.). Por derradeiro, quanto ao alegado excesso de prazo, compreendo que este Juízo processante vem realizando todos os esforços necessários para o desenvolvimento regular da persecução penal, não havendo que se falar em desídia processual. O andamento do feito se encontra razoável se comparado com a complexidade da demanda, não podendo tal análise ser feita de forma meramente aritmética, devendo, sim, observar os princípios Constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. Em casos semelhantes coleciono decisão do Superior Tribunal de Justiça: PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NÃO VERIFICADO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE DO RÉU. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. 1. O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo entendimento jurisprudencial deste Tribunal, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais. 2. Não se vislumbra constrangimento ilegal por excesso de prazo quando o retardo no processamento do feito criminal advém da complexidade da causa. 3. Hipótese em que o feito tramita normalmente, tendo sido retardado apenas em parte, devido à necessidade de suspensão da audiência de inquirição das testemunhas, que não compareceram ao ato. 4. Exige-se concreta motivação do decreto de prisão preventiva, com base em fatos que efetivamente justifiquem a excepcionalidade da medida. 5. Circunstâncias descritas nos autos que corroboram a necessidade de manutenção da segregação acautelatória do paciente para a garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do delito, considerando o modus operandi empregado golpes de ferro e de faca, além do uso de pedras e tijolos quando a vítima já estava no chão, bem como a recidiva criminosa, uma vez constatado que ele responde a várias outras ações penais, o que demonstra a sua periculosidade. 6. Recurso ordinário desprovido. (RHC 52456 / PI, 2014/0258452-1. Rel. Min. GURGEL DE FARIA, T5 - QUINTA TURMA,DJe 16/04/2015). *** Sendo assim, denota-se que a persecução penal, regularmente instaurada, vem se desenvolvendo em ritmo compatível com a sua natureza, de maneira que não se pode atestar qualquer desídia por parte deste Juízo processante. Assim, desconheço a eventual ilegalidade da prisão evocada pela Defesa. Quanto às alegadas características pessoais favoráveis, essas não têm o condão de, por si sós, ensejarem a revogação da Medida Forte, devendo ser sopesadas e analisadas frente aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Segue Decisão neste sentido: TJ-MG - Habeas Corpus HC 10000130411234000 MG (TJ-MG) JurisprudênciaData de publicação: 30/08/2013 Ementa: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - NÃO VIOLADO O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO - ORDEM DENEGADA. - Presentes os pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar mantém-se esta em benefício da garantia da ordem pública. - Havendo indícios de autoria e materialidade, apreendendo-se droga com paciente, presente está o pressuposto da ordem pública, sendo a prisão medida que se impõe. - As condições de primariedade, bons antecedentes, trabalho lícito e residência fixa por si só não viabiliza a liberdade provisória. Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer

modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, em consonância com o Parquet, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados do acusado. Expeça-se o necessário. Publique-se esta Decisão. Intime-se. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM) - Processo 0615476-77.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Homicídio Simples - INVESTIGAD: A.C.L. e outro - Autos nº:0615476-77.2019.8.04.0001 Indiciados: Maristela Melo da Silva e Antônio Cabede Lopes DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. A Defesa da indiciada MARISTELA MELO DA SILVA peticiou às fls. 466/467, requerendo a suspensão da Medida Cautelar de monitoramento eletrônico, juntando os documentos de fls. 468/479. Instado a se manifestar, o Ministério Público emitiu Parecer contrário ao requerido, conforme fls. 481. É o relatório. Segue a Decisão. Analisando detidamente a referida Petição, constata-se que a Defesa não fez a juntada de qualquer Laudo Médico que ateste cientificamente que a manutenção do equipamento de tornozeleira eletrônica pudesse de fato prejudicar a saúde da investigada. Assiste razão ao Ministério Público quando aduz que a alegação da Defesa não possui respaldo Médico, sendo manifestamente vazia. Desta feita, considerando restar presente a necessidade da manutenção da Medida Cautelar, não tendo ocorrido nenhuma mudança processual a ensejar nova posição deste Juízo, em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO a Petição de fls. 466/467. Providências via Secretaria da Vara. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0617208-30.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes de Tortura - INDICIADO: Cidi Marcos Valente Ferreira - Luiz David Castilho da Silva - Patrick Cordovil Brandão - Douglas Pereira Prisco e outro - ind revogação

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0617344-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Geiber Caldeira da Silva e outros - DENUNCIADO: Diego Amaral da Silva - Recebi hoje. Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 202/204, vez que incorretamente inserida nestes autos. Prossiga-se o feito em seus ulteriores tramites. Providências via Secretaria da Vara.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0618550-76.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.R.S. - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação, considerando a Petição de fls. 980/981. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0618912-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.M.K. - O MMº Juiz de direito, no que segue delibera: Tendo em vista ao interrogatório do acusado Wanderley Ribeiro da Cunha na presente audiência e oitiva do acusado Andrey de Melo Kerscher e demais testemunhas nas audiências anteriores. Declaro encerrada a instrução, razão pela qual, abro prazo ao ministério publico, para que apresente suas alegações finais, por memoriais escritos. Após, intime-se a defesa.

ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM) - Processo 0620969-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Mauro Fonseca da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 09/08/2019, às 12H.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0621547-95.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - RÉU: A.G.S.V. - Desta feita, considerando a presença dos indícios de autoria, da prova da materialidade e dos requisitos e pressupostos necessários à manutenção da medida forte, em dissonância com o Parquet, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado ALISON GABRIEL DA SILVA VIEIRA, já qualificado nos autos, a fim de garantir a ordem pública, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. IMPORTANTE SALIENTAR QUE, CONSIDERANDO OS FUNDAMENTOS ACIMA EXPOSTOS, ESTA DECISÃO NÃO SE SUJEITA À RECONSIDERAÇÃO DESTE JUÍZO, DEVENDO SER IMPETRADO O COMPETENTE HABEAS CORPUS, EM CASO DE INCONFORMISMO DA DEFESA. De outro giro, examinando cuidadosamente os autos, verifico que a Denúncia apresentada, fls. 298/301, preenche os requisitos previstos no Art. 41 do CPP, e não se avistando, nesse momento processual, a presença manifesta e quaisquer das hipóteses do Art. 395 do mencionado Codex, pelo que RECEBO A PRESENTE DENÚNCIA, dada a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, que apontam para o denunciado como possível autor da infração penal, todavia com a cautela de não adentrar no mérito da matéria, não havendo causa para rejeitá-la liminarmente. Desde já determino a Citação pessoal do denunciado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a Resposta Escrita, na forma do art. 406 do CPP. Paute-se, de imediato, data para realização de Audiência de Instrução, intimando-se, de logo, o réu e as testemunhas arroladas, registrando-se que, caso este Juízo entenda ser caso de rejeição da Denúncia após a apresentação da Resposta à Acusação, ficará cancelada a Audiência de Instrução em tela, sem qualquer prejuízo para a Defesa. Determino ainda a juntada de certidão de antecedentes criminais do denunciado. Cumpra-se a diligência requerida pelo MP, se houver. Decorrido o prazo, sem a resposta Preliminar, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar na causa, nos moldes do art. 408 do CPP. Caso o denunciado não seja encontrado para a Citação pessoal, determino sua Citação Editalícia, na forma prescrita no art. 361 do CPP. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados do acusado. Expeça-se o necessário. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0621718-23.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: P.L.S.P. - De ordem, do M.M. Juiz da 1ª vara do Tribunal do Juri, dê-se Vista ao Ministério Público, afim que se manifeste acerca da impossibilidade de intimação nos endereços às fls. 134. Certifico que consultei a possibilidade de haver novos endereços da testemunha e da vítima, visto que em diligência anterior as mesmas não foram localizadas pelo Oficial de Justiça, conforme fls. 153, porém nos sistemas INFOJUD, INFOSEG e SIEL constavam os mesmos endereços.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0625358-63.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - RÉ: F.L.C. e outros - Autos nº:0625358-63.2019.8.04.0001 Denunciados: Sebastian Rodas Soto, Josivaldo Souza dos Santos, Genilson Silva de Castro e Fabiana Lopes Carvalho DECISÃO Examinando cuidadosamente os autos, verifico que a Denúncia apresentada, fls. 331/334, preenche os requisitos previstos no Art. 41 do CPP, e não se avistando, nesse momento processual, a presença manifesta e quaisquer das hipóteses do Art. 395 do mencionado Codex, pelo que RECEBO A PRESENTE DENÚNCIA, dada a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, que apontam para o denunciado como possível autor da infração penal, todavia com a cautela de não adentrar no mérito da matéria, não havendo causa para rejeitá-la liminarmente. Desde já determino a Citação pessoal dos denunciados para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem a Resposta Escrita, na forma do art. 406 do CPP. Após, paute-se data para realização de Audiência de Instrução, expedindo-se todos os atos necessários. Considerando haver testemunhas confidenciais arroladas, determino a oitiva de forma separada, na ausência dos

réus, os quais deverão tomar apenas ciência da data pautada e, assim como os seus familiares, não deverão comparecer a este Fórum de Justiça (Ministro Henoch Reis), devendo ser mantida a distância de 500 (quinhentos) metros, sob pena de incorrer(em) no crime de desobediência, tipificado no Art. 330 do Código Penal, a fim de que seja preservada a sua integridade das testemunhas confidenciais bem como a verdade do depoimento, com fulcro no Art. 217 do CPP e Art. 1º, inciso III, da CF/88, em observância do Princípio da dignidade da pessoa humana, esse sendo o máximo do Estado Democrático de Direito, devendo ser intimados e estarem presentes o Ministério Público e a Defesa dos acusados, em homenagem aos Princípios Constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, evitando-se prejuízo às partes e nulidades, observando a regra contida do Art. 563 do CPP. Segue jurisprudência neste sentido: (HC 111728, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 16-08-2013 PUBLIC 19-08-2013)Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. QUADRILHA OU BANDO (ART. 288 DO CP). AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS REALIZADA NO JUÍZO DEPRECADO. PACIENTE SOB CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A declaração de nulidade no direito penal não prescinde da demonstração do efetivo prejuízo para a defesa, consoante dispõe o artigo 563 do Código de Processo Penal, o que importa dizer que a desobediência às formalidades estabelecidas na legislação processual somente poderá implicar o reconhecimento da invalidade do ato quando a sua finalidade estiver comprometida em virtude do vício verificado. Precedentes: HC 68.436, Primeira Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 27.03.92; HC 95.654, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 15.10.10; HC 84.442, Primeira Turma, Relator o Ministro Carlos Britto, DJe de 25.02.05; HC 75.225, Primeira Turma, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 19.12.97; RHC 110.056, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJ de 09.05.12. 2. A ausência do acusado na audiência de instrução não constitui vício insanável apto a ensejar a nulidade absoluta do processo, posto tratar-se de nulidade relativa, exigindo-se, para o seu reconhecimento, a demonstração de prejuízo à defesa. 3. In casu, o paciente encontra-se sob custódia e o Juízo deprecante deixou de requisitá-lo para participar de audiência de oitiva de testemunhas no Juízo deprecado, em razão de dificuldades enfrentadas pelo Estado de São Paulo em “promover o transporte e a devida escolta de presos”, assegurando, todavia, a presença de seu defensor no ato. 4. O defensor do paciente compareceu ao ato processual, tendo, inclusive, formulado reperguntas, comprovando a inexistência de prejuízo para a defesa (“pas de nullités sans grief”). 5. A possibilidade de o réu não comparecer à audiência é uma expressão do direito constitucional ao silêncio (art. 5º, LXIII, da CF/88), pois “nemo tenetur se deterege”. 6. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. Determino ainda a juntada de certidão de antecedentes criminais dos denunciados. Cumpra-se a diligência requerida pelo MP, se houver. Decorrido o prazo, sem a resposta Preliminar, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar na causa, nos moldes do art. 408 do CPP. Caso os denunciados não sejam encontrados para a Citação pessoal, determino a Citação Editalícia, na forma prescrita no art. 361 do CPP. De outro giro, considerando a presente Decisão, a presença dos indícios suficientes de autoria e da prova da materialidade delitiva, aliado ao fato de restarem evidentes os requisitos e pressupostos necessários à manutenção da medida forte, em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO o Pedido da Defesa do denunciado GENILSON SILVA DE CASTRO, já qualificado nos autos, de fls. 335/340. Importante salientar que, considerando os fundamentos acima expostos, esta Decisão não se sujeita à reconsideração deste Juízo, devendo ser impetrado o competente Habeas Corpus, em caso de inconformismo da Defesa. Expeça-se o necessário. Publique-se esta Decisão. Intime-se. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0627069-74.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: R.N.S. - Autos nº:0627069-74.2017.8.04.0001 Denunciado: JONAS DOS SANTOS SARMENTO e Reginaldo Nogueira dos Santos DECISÃO Examinando cuidadosamente os autos, verifico que a Denúncia apresentada, fls.391/393 preenche os requisitos previstos no Art. 41 do CPP, e não se avistando, nesse momento processual, a presença manifesta e quaisquer das hipóteses do Art. 395 do mencionado Codex, pelo que RECEBO A PRESENTE DENÚNCIA, dada a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, que apontam para o denunciado como possível autor da infração penal, todavia com a cautela de não adentrar no mérito da matéria, não havendo causa para rejeitá-la liminarmente. Desde já determino a Citação pessoal do denunciado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a Resposta Escrita, na forma do art. 406 do CPP. Paute-se, de imediato, data para realização de Audiência de Instrução, intimando-se, de logo, o réu e as testemunhas arroladas, registrando-se que, caso este Juízo entenda ser caso de rejeição da Denúncia após a apresentação da Resposta à Acusação, ficará cancelada a Audiência de Instrução em tela sem qualquer prejuízo para a Defesa. Caso haja testemunha confidencial arrolada, determino a sua oitiva de forma separada, na ausência do(s) réu(s), os quais deverão tomar apenas ciência da data pautada e, assim como os seus familiares, não deverão comparecer a este Fórum de Justiça (Ministro Henoch Reis), devendo ser mantida a distância de 500 (quinhentos) metros, sob pena de incorrer(em) no crime de desobediência, tipificado no Art. 330 do Código Penal, a fim de que seja preservada a sua integridade da testemunha confidencial bem como a verdade de seu depoimento, com fulcro no Art. 217 do CPP e Art. 1º, inciso III, da CF/88, em observância do Princípio da dignidade da pessoa humana, esse sendo o máximo do Estado Democrático de Direito, devendo ser intimados e estarem presentes o Ministério Público e a Defesa do(s) acusado(s), em homenagem aos Princípios Constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, evitando-se prejuízo às partes e nulidades, observando a regra contida do Art. 563 do CPP. Segue jurisprudência neste sentido: (HC 111728, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/02/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-161 DIVULG 16-08-2013 PUBLIC 19-08-2013)Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. QUADRILHA OU BANDO (ART. 288 DO CP). AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS REALIZADA NO JUÍZO DEPRECADO. PACIENTE SOB CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A declaração de nulidade no direito penal não prescinde da demonstração do efetivo prejuízo para a defesa, consoante dispõe o artigo 563 do Código de Processo Penal, o que importa dizer que a desobediência às formalidades estabelecidas na legislação processual somente poderá implicar o reconhecimento da invalidade do ato quando a sua finalidade estiver comprometida em virtude do vício verificado. Precedentes: HC 68.436, Primeira Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 27.03.92; HC 95.654, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 15.10.10; HC 84.442, Primeira Turma, Relator o Ministro Carlos Britto, DJe de 25.02.05; HC 75.225, Primeira Turma, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 19.12.97; RHC 110.056, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJ de 09.05.12. 2. A ausência do acusado na audiência de instrução não constitui vício insanável apto a ensejar a nulidade absoluta do processo, posto tratar-se de nulidade relativa, exigindo-se, para o seu reconhecimento, a demonstração de prejuízo à defesa. 3. In casu, o paciente encontra-se sob custódia e o Juízo deprecante deixou de requisitá-lo para participar de audiência de oitiva de testemunhas no Juízo deprecado, em razão de dificuldades enfrentadas pelo Estado de São Paulo em “promover o transporte e a devida escolta de presos”, assegurando, todavia, a presença de seu defensor no ato. 4. O defensor do paciente compareceu ao ato processual, tendo, inclusive, formulado reperguntas, comprovando a inexistência de prejuízo para a defesa (“pas de nullités sans

grief"). 5. A possibilidade de o réu não comparecer à audiência é uma expressão do direito constitucional ao silêncio (art. 5º, LXIII, da CF/88), pois "nemo tenetur se deterege". 6. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. Determino ainda a juntada de certidão de antecedentes criminais do denunciado. Cumpra-se a diligência requerida pelo MP, se houver. Decorrido o prazo, sem a resposta Preliminar, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar na causa, nos moldes do art. 408 do CPP. Caso o denunciado não seja encontrado para a Citação pessoal, determino sua Citação Editalícia, na forma prescrita no art. 361 do CPP. Expeça-se o necessário. Publique-se esta Decisão. Intime-se. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0627612-48.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Paulo César Martins Dias - Autos nº:0627612-48.2015.8.04.0001 Acusado: Paulo César Martins Dias DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 308, determino que o acusado seja intimado, a fim de que se manifeste, no prazo de 03 (três) dias, quanto ao Advogado constituído nos autos, tendo em vista que não houve a apresentação dos Memoriais Escritos, no prazo legal. Caso não seja localizado ou não se manifeste, nomeio a DPE para a apresentação da acima aludida Peça Processual, a fim de se evitarem nulidades/irregularidades processuais, em homenagem aos Princípios Constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0629500-81.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: M.A.B.A. - Autos nº:0629500-81.2017.8.04.0001 Acusado: Marco Antonio Barros Andrade DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 215, determino que o acusado seja intimado, a fim de que se manifeste, no prazo de 03 (três) dias, quanto ao seu Patrono, considerando que não houve a apresentação dos Memoriais Escritos no prazo legal. Caso o acusado não seja localizado ou não se manifeste, nomeio a DPE para apresentar a acima referida Peça Processual, a fim de se evitarem nulidades/irregularidades processuais, em homenagem aos princípios Constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0631648-65.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADA: Alexandra Bezerra Duarte - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I, III e IV, c/c art. 14,IIe 61, II "e" do CPB (Duas vezes) em relação as vitimas M.M.D e S.V.M.D Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0637340-11.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a vida - RÉU: Jonathas Ramon Coelho Batista - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Jonathas Ramon Coelho Batista, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II, V c/c art, 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0637473-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Aroldo da Silva Campos Junior - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação, considerando o teor das fls. 267/272. De outro giro, dê-se o devido prosseguimento ao feito. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: ALDREA KIDIA PEREIRA LIMA (OAB 9784/AM) - Processo 0640254-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTORFATO: Elciney Andrade da Silva - Gustavo Pavão de Souza - DESPACHO Recebi hoje. Cumpra-se a promoção ministerial de fls. 142 com urgência Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0640688-37.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADA: Simone Teixeira Lins - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Visto que o mandado de condução não fora devidamente cumprido, determino a renovação do MANDADO DE CONDUÇÃO às testemunhas e vitima ausentes, a fim de que compareçam em audiência designada para o DIA 03/10/2019 ÀS 11H15MIN. INTIME-SE a ré da audiência por EDITAL, visto que a mesma está em local incerto e não sabido. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ADV: DINELSON AZEVEDO MARIALVA (OAB 6094/AM) - Processo 0641944-78.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉ: S.M.A. e outros - Por todas as razões expostas, em consonância com o Parquet, REVOGO a Prisão Preventiva dos indiciados SUZIANE MARQUES ANDRADE e MANOEL QUEIROZ DA SILVA FILHO, já qualificados nos autos, com fundamento no art. 316 do Código de Processo Penal Brasileiro, determinando a imediata liberdade dos requerentes, se por outro motivo não estiverem presos, mediante a expedição do competente Alvará de Soltura ou do recolhimento do Mandado de Prisão expedido, substituindo a custódia cautelar pelas seguintes condições previstas no Art. 319 do CPP: 1- proibição de acesso ou frequência a bocas de fumo e locais relacionados ao consumo de entorpecentes e afins, para evitar o risco de novas infrações; 2- proibição de ausentar-se da Comarca sem a devida autorização deste Juízo; 3- recolhimento domiciliar no período noturno compreendido entre as 23:00 e 05:00 horas, resguardado o período laboral; 4- proibição da prática de qualquer tipo de infração penal; 5- não manter contato com as testemunhas destes fatos bem como os familiares da vítima, resguardando a distância de 300 (trezentos) metros. Ademais, sob pena de cassação da presente benesse, os acusados deverão cumprir, também, por analogia, as obrigações constantes dos Arts. 327 e 328, ambos do CPP, apresentar neste

Juízo o comprovante de endereço atualizado, o quanto antes, e participar do Projeto Reeducar. Advirta-se, por oportuno, que o descumprimento das obrigações acima relacionadas acarretará a revogação da medida e, por consequência, o acusado voltará a ser preso por força de nova decretação de Prisão Preventiva, nos moldes do Art. 312 c/c Art. 316, ambos do CPP. Expeça-se o competente Alvará de Soltura ou proceda-se ao recolhimento do Mandado de Prisão expedido. Após expedição do Alvará e a assinatura do compromisso legal, sejam postos em liberdade, se por outro motivo não estiverem presos. De outro giro, DEFIRO, na íntegra, as diligências requeridas pelo Ministério Público constantes do último parágrafo da fl. 108, e determino o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que a Autoridade Policial proceda ao devido cumprimento. Após, dê-se nova vista dos autos ao MP. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DANIELLA LOPES CAVALCANTE (OAB 4164/AM), ADV: CAIO FORTES DE MATHEUS (OAB 36002/PR), ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: EDUARDO RIBEIRO CALDAS (OAB 32153/PR), ADV: CLAUDIO DALLEDONE JÚNIOR (OAB 27347/PR), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM) - Processo 0641996-45.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Wilson de Lima Justo Filho - Mauricio Carvalho Rocha - Iuri José Paiva Dácio de Souza e outro - ASSISTENTE: Fabíola Rodrigues Pinto de Oliveira - DENUNCIADO: Gustavo de Castro Sotero - INTSSADO: Willian Lauschner Dono da Casa Noturna Porão do Alemão - deferimento

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0643335-39.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Ana Karoline de Lima Pinheiro - Autos nº:0643335-39.2017.8.04.0001 Acusado: Ana Karoline de Lima Pinheiro DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 269/271, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face

ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. “O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição” (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do “habeas corpus”. 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO

PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0643335-39.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Ana Karoline de Lima Pinheiro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM) - Processo 0643609-03.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: D.C.S. - fls.349

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0644483-51.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Denisson Correa dos Santos - Desta feita, restando presentes os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade, e os requisitos e pressupostos necessários à manutenção da medida forte, em consonância com o Parquet, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado DENISSON CORREA DOS SANTOS, já qualificado nos autos. Importante salientar que, considerando os fundamentos acima expostos, esta Decisão não se sujeita à reconsideração deste Juízo, devendo ser impetrado o competente Habeas Corpus, em caso de inconformismo da Defesa. De outro giro, cumpra-se, na íntegra, a Decisão de fls. 109/110. Expeça-se o necessário. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados dos denunciados. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0645176-69.2017.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: José Assis Miranda de Lima - baixa a delegacia

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0645555-73.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Juliano Faria de Sousa - Autos de nº0645555-73.2018.8.04.0001 Acusado: Juliano Faria de Sousa DECISÃO Vistos etc. Passa-se ao relatório do Processo, nos termos do art. 423, inciso II, do

Código de Processo Penal. O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu Denúncia em desfavor de Juliano Faria de Sousa, dando-o por incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I, c/c art. 14, II, ambos do CPB, porque, conforme consta da Exordial de fls. 74-76: "No dia 28/09/2018, por volta das 19:30, a vítima estava na Rua Isaura Esperança, Zumbi dos Palmares, quando o denunciado aproximou-se, sacou uma arma de fogo e atirou em sua direção, acertando o seu braço direito. Em seguida, o acusado fugiu." Indicou o órgão do Ministério Publico a presença das qualificadoras do motivo torpe e o emprego de asfixia. A Denúncia foi recebida em 22 de outubro de 2018. Devidamente Citado, o réu apresentou a Resposta Escrita, fls. 93. Foi realizada a regular Instrução Processual, fls. 96. Em Alegações Finais, o Ministério Público pleiteou a Pronúncia do acusado, fls. 115-116. A Defesa do réu apresentou Memoriais as fls. 130-133. Por Decisão proferida em 20 de fevereiro de 2019, o réu foi Pronunciado, nos moldes da Denúncia, fls. 74-76. Não houve recurso da Decisão. Na fase do Art. 422 do CPP, o Ministério Público (fls. 157) apresentou rol de testemunhas a depor em Plenário. A defesa, apesar de notifica, não apresentou rol de testemunhas para depor em plenário. É o breve RELATÓRIO. DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Celso Souza de Paula Juiz de Direito Presidente

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM) - Processo 0647505-20.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - RÉU: M.P.S. - Autos nº:0647505-20.2018.8.04.0001 Acusado: Maxwell Paulo da Silva DECISÃO Vistos, etc. Trata-se de pedido de revogação de Prisão Temporária protocolado pela Defesa do indiciado Maxwell Paulo da Silva, fls. 55/57. Em Parecer às fls. 64/65, o Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido. Relatado, DECIDO. Em análise percuciente aos autos, verifica-se que subsistem os motivos ensejadores da Prisão Temporária, a qual foi decretada pelo fato de ser imprescindível para as investigações do Inquérito Policial, conforme se vê na Decisão de fls. 43/44. Ademais, considerando que o suposto crime praticado é Hediondo, os Arts. 1º e 2º da Lei 7.960/89 c/c Art. 2º, §4º, da Lei 8.072/90, estipulam o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, em consonância com o Parquet e embasado nos fundamentos da Decisão de fls. 43/44 dos autos, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado MAXWELL PAULO DA SILVA, já qualificado nos autos. De outro giro, determino que se oficie a Delegacia de origem, a fim de que informe a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto à conclusão do respectivo IP. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0652451-35.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: W.V.C. - I - Recebi hoje; II - Recebo o recurso em sentido estrito devidamente "arrazoado" interposto pela Defesa, por preencher os requisitos legais, dentre eles a tempestividade; III - Traslade-se o peça recursal para os autos principais, arquivando-se o apenso; IV - Em seguida, abra-se vista ao Ministério Público para apresentar contrarrazões, nos termos do art. 588 do CPP; V - Após, venham-me os autos conclusos para Juízo de retratação, conforme disposto no art. 589 do CPP; VI - Determino, ainda, que seja certificada a remessa da mídia mencionada no ofício de fls. 391 e sua respectiva guarda em cartório.

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0657050-17.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - RÉU: Adriano de Souza - Arley de Oliveira Silva e outro - Autos nº:0657050-17.2018.8.04.0001 Investigados: Bruno Coelho Costa, Arley de Oliveira Silva e Adriano de Souza DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. A Defesa do investigado Adriano de Souza peticionou às fls. 135/136, requerendo a transferência do custodiado para a Unidade Prisional do Puraquequara. A Defesa do investigado Arley de Oliveira Silva, por sua vez, requereu o envio, por parte da Unidade Prisional, das gravações de imagens do sistema de monitoramento interno no dia dos fatos, conforme fl. 229. Instado a se manifestar, o Ministério Público não se opôs aos pedidos, requerendo, inclusive, mais diligências, conforme Parecer/Promoção de fls. 228 e 231. É o relatório. Segue a Decisão. Analisando os autos, constata-se que não há óbice à transferência do investigado de Unidade Prisional, considerando ser dever do Estado preservar a integridade física e mental dos internos em geral. Desta feita, em consonância com o Ministério Público, DEFIRO a transferência do investigado ADRIANO DE SOUZA do CDPM 1 para a Unidade Prisional do Puraquequara, devendo ser observadas todas as cautelas de praxe. Expeça-se o necessário. De outro giro, quanto às imagens de circuito interno do estabelecimento penitenciário, DEFIRO, em consonância com as partes, a juntada das imagens gravadas da cena do crime, determinando que a Autoridade Policial, por meio do Instituto de Criminalística, proceda à realização da devida perícia. Ademais, conforme requer o Ministério Público, determino a Condução Coercitiva para a oitiva perante a Autoridade Policial dos agentes penitenciários Charles e Marcos Alberto Oliveira da Silva, a fim de que sejam devidamente inquiridos sobre os fatos. Além disso, tendo em vista ser essencial às investigações policiais, principalmente levando-se em consideração a possível existência de imagens de circuito interno no local e dia dos fatos, determino a identificação criminal dos investigados, em especial registros fotográficos de rosto, corpo e tatuagens, com fulcro no Art. 3º, inciso IV, da Lei 12.037/2009. Determino o prazo de 30 (trinta) dias para que a Autoridade Policial proceda ao cumprimento das diligências. Por fim, determino que a Autoridade Policial informe a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao cumprimento das diligências requisitadas às fls. 122/123 e deferidas à fl. 125. Providências via Secretaria da Vara. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 06 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alci da Rocha (OAB 005-B/RR)
Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB 7306/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aldrea Kidia Pereira Lima (OAB 9784/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antonio Dilton Carvalho de Azevedo (OAB A417/AM)
Antônio Ederval de Lima (OAB 001.780/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)

Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Antonio Nilson Cardoso Viana (OAB 5469/AM)
Armando de Oliveira Freitas (OAB 638/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Caio Fortes de Matheus (OAB 36002/PR)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB 14327/AM)
Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Claudio Dalledone Júnior (OAB 27347/PR)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Dalva Barbosa de Queiroz (OAB 3692/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Daniella Lopes Cavalcante (OAB 4164/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diana Carolina Gallegos Armas (OAB 13874/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dinelson Azevedo Marialva (OAB 6094/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Edson Joaquim Duarte (OAB 13236/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eduardo da Silva Queiroz (OAB 13301/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eduardo Ribeiro Caldas (OAB 32153/PR)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Elijane Nogueira de Vasconcelos (OAB 7807/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Felipe Pereira Jucá (OAB 7532/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
George Oliveira Reis (OAB 9566/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giovanni Tavares Rodrigues (OAB 9473/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
HALLEY REIS MAIA (OAB 1764/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Itaceni índio do Brasil D'urso Jacob (OAB 1816/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Batista Pinto (OAB 6930/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Daniel Santana Gusmão (OAB 12035/AM)
José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Júlio César Adami Berneira (OAB 6302/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 1079A/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
MARÍLIA FREIRE DA SILVA CARVALHO (OAB 5858/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Mary Castro da Silva (OAB 13120/AM)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Verçoza Ferreira (OAB 9079/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nara Nádia Silveira do Vale (OAB 9478/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nayara Bastos Sampaio (OAB 9307/AM)

Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Nivaldo Luiz Pereira da Silva Júnior (OAB 13833/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Paulo Marcos Bastos Sampaio (OAB 8878/AM)
Pedro Tenaçol Andes (OAB 2217/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Rafael Santos da Silva (OAB 9955/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Douglas Vieira (OAB 90343/MG)
Raphael Douglas Vieira (OAB 945A/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renan Rodrigues Limongi (OAB 12413/AM)
Roberto Alexandre Alves Barbosa (OAB 627/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo de Souza Albuquerque (OAB 14792/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Seilani Almendros (OAB 3630/AM)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Suraide Auxiliadora Nunes Pinto (OAB 2506/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Valdeir da Rocha Falcão (OAB 5429/AM)
Valeria Britez Andrade (OAB 552/RR)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)
Wilkeens da Costa Lima (OAB 9697/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
William Lins de Albuquerque (OAB 13440/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Yanne Pinheiro Teixeira (OAB 14312/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0400/2019

ADV: HONORIO VIEIRA DA COSTA JUNIOR (OAB 9720/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM), ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM) - Processo 0236618-13.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: F.R.C.S. - R.M.F. - R.T.B. - F.L.L. e outros - FICAM INTIMADOS ATRAVÉS DESTE os patronos dos acusados para que compareçam a Audiência de Instrução e Julgamento no dia 18/11/19 às 08h.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM) - Processo 0605957-78.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: C.A.G.N. e outro - Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, aliado ao fato de estarem presentes os indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade delitiva, em consonância com o Parquet, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado CARLOS ALBERTO GARCIA NETO, já qualificado nos autos, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. IMPORTANTE SALIENTAR QUE, CONSIDERANDO OS FUNDAMENTOS ACIMA EXPOSTOS, ESTA DECISÃO NÃO SE SUJEITA À RECONSIDERAÇÃO DESTE JUÍZO, DEVENDO SER IMPETRADO O COMPETENTE HABEAS CORPUS, EM CASO DE INCONFORMISMO DA DEFESA. De outro giro, examinando cuidadosamente os autos, verifico que a Denúncia apresentada, fls. 156/160, preenche os requisitos previstos no Art. 41 do CPP, e não se avistando, nesse momento processual, a presença manifesta e quaisquer das hipóteses do Art. 395 do mencionado Codex, pelo que RECEBO A PRESENTE DENÚNCIA, dada a presença de indícios suficientes de autoria e prova de materialidade, que apontam para os denunciados como possíveis autores da infração penal, todavia com a cautela de não adentrar no mérito da matéria, não havendo causa para rejeitá-la liminarmente. Desde já determino a Citação pessoal dos denunciados para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem a Resposta Escrita, na forma do art. 406 do CPP. Em seguida, paute-se data para realização de Audiência de Instrução, nos moldes do Art. 411 e §§, do CPP. Determino ainda a juntada de certidão de antecedentes criminais dos denunciados. Decorrido o prazo, sem a resposta Preliminar, desde já nomeio a Defensoria Pública para atuar na causa, nos moldes do art. 408 do CPP. Caso os denunciados não sejam encontrados para a Citação pessoal, determino a Citação Editalícia, na forma prescrita no art. 361 do CPP. Cumpra-se a diligência requerida pelo MP, constante da fl. 159, expedindo-se Ofício ao Instituto de Criminalística, a fim de que remetam a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, os referidos Laudo Periciais. Expeça-se o necessário. Ademais, considerando a presença dos indícios suficientes de autoria, da prova da materialidade delitiva, dos requisitos e pressupostos constantes dos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, em consonância com o Ministério Público, fls. 159/160, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado JOSÉ JEFERSON CAVALCANTE DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de garantir a ordem pública, considerando o modus operandi empregado na conduta criminosa bem como o risco de reiteração delitiva. Expeça-se o competente Mandado de Prisão Preventiva. Publique-se esta Decisão. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM) - Processo 0605957-78.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: C.A.G.N. e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) constituído pelo acusado: carlos alberto garcia neto, para que APRESENTE, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua intimação, a devida RESPOSTA ESCRITA, nos termos do art. 406 do CPP.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Honorio Vieira da Costa Junior (OAB 9720/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 1079A/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0403/2019

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0201457-10.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.S.A. - R.N.S. - L.O.C. e outros - O MMº JUIZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: DECLARO ENCERRADA A INSTRUÇÃO, razão pela qual, ABRO PRAZO ao Ministério Publico, para que apresente suas ALEGAÇÕES FINAIS, por memoriais escritos. Após apresentação e/ou decorrido o prazo, INTIME-SE A DEFESA por DJ-E. CUMPRA-SE.

Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0244/2019

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: ALDENORA DE ARRUDA PINHEIRO (OAB 4766/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0046161-10.2005.8.04.0001 (001.05.046161-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: A Justica Publica - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - DENUNCIADO: Zonivaldo Brito Vieira - Emerson Guimarães Telles Rocha - DEFENSORA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0046161-10.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Emerson Guimarães Telles Rocha, por infração Art. 121 “caput” do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Amanda Karla Paiva da Silva, Adriano Alves de Lima, Cyro Roberto Pereira da Costa, Andréa Marques Telles de Souza, Antônio Augusto Brito Feijó Júnior, Antônio Frazão Amaral, Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, Camila Bertolini de Paiva, Joelma Takeda de Moraes, CHARLENE DUARTE MAIA, Cíntia Albuquerque Brito, Allan Carlos de Azevedo Viana Lima, Fábio Assunção Pavesi, Geysa Caroline de Souza Machado, Henrique da Silva Braga, Iran Vieira de Sousa, Thays Stefany Souza da Silva, Jerônimo Pereira da Silva Neto, João Bosco Lopes Maia Júnior, Kal-El Bessa Nascimento Salem, Érica Cândida Costa, Luciano Menezes Gadelha, Marcos Dino da Rocha Marinho, Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó FlorêncioMichel Alex da Cunha Alves Maia, Nathália Pimentel Bione de Souza, Raphael Coelho da Silva, Priscila Rubim Nepomuceno da Silva, Andréia Costa Fernandes, Aldenora de Arruda Pinheiro, Karen Regina Nogueira Ramalhosa, OAB 12229/AM, 7398/AM, 9836/AM, 3283/AM, 8408/AM, 3042/AM, 7258/AM, 8223/AM, 8432/AM, 8504/AM, 5596/AM, 8850/AM, 8754/AM, 6149/AM, 9379/AM, 5706/AM, 12289/AM, 9509/AM, 8107/AM, 6389/AM, 12473/AM, 8648/AM, 9346/AM, 6541/AM, 9543/AM, 8027/AM, 7998/AM, 13493/AM, 11155/AM, 4766/AM e 9101/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 10/09/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DA ANTIGA ESMAM, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB

12556/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM), ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: AGRÍCIO ROCHA DA SILVA NETO (OAB 13822/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0211441-76.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: L.S.N. - L.T.N. - L.S.L. - L.S.L. - L.V.M. - L.C.O. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211441-76.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Leandro Gomes da Silva, Leandro Torres do Nascimento, Leon Lopes Salgado, Leonam da Silva Lima, Leonardo Souza Lamazon, Leonardo Vale Martins, Lucas da Silva Farias, Lucas do Carmo Oliveira, Lucas Marcelo Escamilla de Souza e Laerce da Silva Noberto, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, II (Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 29 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Raiany Priscila de Souza Feijó, Marcio Thiago dos Santos Souza, Adriano Alves de Lima, ADRIEL LOPES MOTA, Andréa Marques Telles de Souza, Antônio Augusto Brito Feijó Júnior, Antônio Frazão Amaral, Aniely Valena de Oliveira, Mariano Formiga, Amanda Karla Paiva da Silva, Camila Bertolini de Paiva, Joelma Takeda de Moraes, CHARLENE DUARTE MAIA, Cíntia Albuquerque Brito, Davi Rodrigues de Oliveira, Henrique da Silva BragaIran Vieira de Sousa, Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira, Jerônimo Pereira da Silva Neto, João Bosco Lopes Maia Júnior, Kal-El Bessa Nascimento Salem, Kathleen Souza de Oliveira Belota, Luciano Menezes Gadelha, Marcos Dino da RochaMarinho, Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, Michel Alex da Cunha Alves Maia, Nathália Pimentel Bione de Souza, Raphael Coelho da Silva, Richardson Martins Praia Braga, Veraci Torres da Silva, Fabrício Arteiro de Paiva, Dora Mestanza Barcio de Paiva, Rodrigo Rodrigues Campos, João Fernandes Carneiro Júnior, Agrício Rocha da Silva Neto, Wictor Flávio de São Paulo Aguiar, Ketlem Lopes de Jesus, OAB 7398/AM, 9320/AM, 3283/AM, 8408/AM, 3042/AM, 7258/AM, 12229/AM, 8223/AM, 8432/AM, 8504/AM, 5596/AM, 8550/AM, 9379/AM, 5706/AM, 8383/AM, 9509/AM, 8107/AM, 6389/AM, 9093/AM, 8648/AM, 9346/AM, 6541/AM, 9543/AM, 8027/AM, 7998/AM, 4786/AM, 3162/AM, 11185/AM, 12764/AM, 12150/AM, 14022/AM, 13822/AM, 8907/AM, 10651/AM, 12556/AM e 8808/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO dos acusados acima mencionados, designada para o dia 15/10/2019 às 08:30 hrs, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM), ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM) - Processo 0211443-46.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: M.A.R. e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificados, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211443-46.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Michel Aragão Rocha, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Gabriel Yunes da Rocha, Allan Yunes da Rocha, OAB 9623/AM e 12748/AM, a fim de tomarem ciência do Despacho de fls. 735, no sentido de intimarem o acusado acima mencionado para comparecer em juízo, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de assinar termo de compromisso. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0252176-30.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - VÍTIMAFATO: Jonnes Christian Moreira Monteiro - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: David Lopes de Oliveira - DEFENSORA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO NOMEADO PARA O ATO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0252176-30.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra David Lopes de Oliveira, por infração Art. 121 § 2º, I, III c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA, OAB 3761/AM, a fim de se MANIFESTAR ACERCA DOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pela Procuradoria Geral Do Amazonas, NO PRAZO DE 10 (DEZ) dias, conforme Despacho transcrito a seguir, “Recebi hoje. Intime-se o advogado nomeado para a sessão de julgamento para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos embargos de declaração opostos pela Procuradoria Geral do Estado do Amazonas. À Secretaria para certificar nos autos se houve intimação da Defensoria Publica para atuar no feito em Plenário do Júri. Cumpridas tais diligências, voltem-me os autos conclusos para decisão. Manaus, 23 de agosto de 2019” , neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Agrício Rocha da Silva Neto (OAB 13822/AM)
Aldenora de Arruda Pinheiro (OAB 4766/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0213020-64.2015.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu ROMÁRIO CORRÊA VALE, Brasileiro(a), RG 23876433, pai José de Souza Vale, mãe Izabel Santos Corrêa, BR 174, Km 67, ZF 4, Ramal do Branquinho, Km 39, Zona Rural, CEP 69735-000, Presidente Figueiredo - AM, por infração no Art. 121 “caput” do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico – Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a) o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA.

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, adiante identificadas, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0201205-80.2015.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra ANTONIO CARLOS AGUILA PEREIRA, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 420, Parágrafo único, do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL A FIM DE DE TORNAR PÚBLICO SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado ANTONIO CARLOS ÁGUILA PEREIRA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, incisos I (Motivo torpe) c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que, o ora pronunciado, permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal,

MANTENHO-O em liberdade, até ulterior deliberação. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por Edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Transitada em julgado a indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de novembro de 2018. “, e para que, no futuro, os mesmos não aleguem desconhecimento da mesma, bem como não aleguem a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0200248-79.2015.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra ANTONIO PEREIRA DA SILVA, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Márcio Lobão Silva, OAB 8661, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado ANTONIO PEREIRA DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe) c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro.”, no prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 27 de agosto de 2019 Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora De Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime Nº 0200248-79.2015.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra ANTONIO PEREIRA DA SILVA, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado ANTONIO PEREIRA DA SILVA, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado ANTONIO PEREIRA DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe) c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro.”, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL – INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0201205-80.2015.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra ANTONIO CARLOS AGUILA PEREIRA, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 420, Parágrafo único, do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR O ACUSADO, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado ANTONIO CARLOS ÁGUILA PEREIRA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, incisos I (Motivo torpe) c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que, o ora pronunciado, permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior deliberação. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-

lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por Edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Transitada em julgado a indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de novembro de 2018. “, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 28 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0602841-98.2018.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu FRANCIVALDO DE MACEDO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, RG 1918302-0, pai RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SANTOS, mãe MARIA CENIRES LEAL DE MACEDO, Nascido 07/02/1986, Rua B, 18, Campos Sales, Manaus – AM, por infração no Art. 121 § 2º, I c/c Art. 61 “caput”, II, “e” ambos do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM – E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico # Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiária o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0621673-48.2019.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu HIGOR SILVA DOS SANTOS, RG 28514246, pai Ivan Silva dos Santos, mãe Maria Marta Duarte da Silva, Nascido/Nascida 05/12/1995, natural de Manaus - AM. Local de prisão: CRT - Centro de Recebimento e Triagem, Manaus - AM. Endereço: Morador de Rua, 00, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração no Art. 121 “caput” c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 10 (dez) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico – Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 26 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a) o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0247771-14.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo “Badal”, por infração Art. 121 “caput” do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Pedro Guimarães Cabral Filho OAB 9111/AM e Dr. José Dilson Carvalho Filho OAB 13383/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 24/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0247771-14.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo "Badal", por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Mauro Lucio Gonçalves Santos, vulgo "Badal", a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 24/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 27 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0216251-41.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jefferson Oliveira Rocha, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Lourenço Filho, OAB 6916/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 25/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - Email: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime Nº 0233151-60.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Nilson Souza da Costa, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Nilson Souza da Costa, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 25/09/2019 às 10:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM – E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de setembro de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211385-43.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jean Paulo Santos Furtado (cumpre pena no semi aberto), por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Jean Paulo Santos Furtado (cumpre pena no semi aberto), a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 10/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0246/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0010248-64.2005.8.04.0001 (001.05.010248-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Marcondes da Silva Queiroz - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de

Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0010248-64.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcondes da Silva Queiroz, por infração Art. 121 "caput" (duas vezes) c/c Art. 14 "caput", II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014,ao MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Marcondes da Silva Queiroz, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO EM PLENÁRIO DO JÚRI, designada para o dia 10/09/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0247/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0200475-69.2009.8.04.0001 (001.09.200475-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Ademilson Colares Franco - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0200475-69.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ademilson Colares Franco, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Ademilson Colares Franco, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 17/09/2019 às 08:00h, ao Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211208-60.2010.8.04.0001 (001.10.211208-9) - Ação Penal de Competência do Júri - AUTOR: A Justica Publica - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Marcelo Gomes de Oliveira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211208-60.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcelo Gomes de Oliveira, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 61 "caput", I ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Marcelo Gomes de Oliveira, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 24/09/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0215302-80.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADA: Sheila Maria Chaves da Silva - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Adonaid Abrantes de Souza Tavares, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR a acusada SHEILA MARIA CHAVES DA SILVA, Brasileira, Convivente, Empregado Doméstico, CPF 581.942.312-72, pai João Batista Maués Chaves, mãe Alzira Batista Alencar, Nascida 23/07/1971, natural de Manaus - AM, com endereço à BECO OUVIDOR, C-3, 40, LIRIO DO VALE I, CEP 69037-750, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento

designada para 14/10/2019 às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0215302-80.2012.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 02 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves,Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0216158-73.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Antonio Carlos Silva de Oliveira e outros - Considerando a certidão de fls. retro, esta secretaria, com base no item VI do recebimento da denúncia, abre vista à Defensoria Pública para REPRESENTAR o(a) acusado(a) Josimar Lins Fernandes e apresentar sua RESPOSTA ESCRITA. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6443/AM), ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0219707-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ASSISTENTE: F.B.P. - RÉU: E.S.S. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 12030/AM - Israel Gomes da Silva 4003/AM - Luís Augusto Pestana Vieira 12357/AM - Nayara dos Santos Xavier , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0222166-95.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - DENUNCIADO: Wendell Mota da Silva e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Wendell Mota da Silva, pai Hildelbrando Nery da Silva, mãe Maria Jose Mota da Silva, nascido(a) em 16/01/1984, Rua Travessa Santa Marta, 76, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 18/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0222166-95.2016.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 02 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0222166-95.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - DENUNCIADO: Wendell Mota da Silva e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Elielton Ferreira da Silva, mãe Ana Maria Ferreira da Silva, nascido(a) em 06/12/1996, Rua 10 ,casa, 35, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 18/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0222166-95.2016.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 02 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0222975-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Fernando Azevedo dos Reis - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização da testemunha LUIZA VIDAL DE BRITO arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do DEFENSORIA PÚBLICA para indicar endereço(s) DIVERSO do(s) outrora utilizado(s) (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da(s) testemunha(s), outrora não localizada(s), a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0228217-30.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Joel Maia da Silva - Pelo exposto, torno definitiva a pena de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão que deverá ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, de conformidade com o art. 33, parágrafo 2º , “b” e parágrafo 3º, do CPB, bem como as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP. Nos termos do art. 387, parágrafo 2º do CPP c/c art.42 do CP, deve ser computado para os fins de progressão de regime o tempo que o acusado ficou preso preventivamente, devendo o prazo ser detraído pela Vara de Execuções penais (VEP). Fixo como valor de reparação do dano à vítima nos termos do art. 387, IV do CPP o valor de RS 2.000,00 (dois)mil reais. Inclua-se o nome do réu no rol dos culpados. Comunique-se a condenação ao Tribunal Regional Eleitoral. Após o trânsito em julgado da presente Decisão, expeça-se as competentes guias de recolhimento à Vara de Execuções Penais, arquivando-se em seguida os presentes autos. Ressalte-se que a retromencionada Vara deverá providenciar a coleta do material genético dos acusados conforme preceitua a Lei 12.654/2012, em seu art. 9º, “a”, a ser encaminhado e incluído no banco de perfis genéticos nacional do qual o Estado do Amazonas se encontra inscrito.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230593-18.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Rafael Pereira dos Reis - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 24/09/2019 às 10:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230593-18.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Rafael Pereira dos Reis - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado MÁRCIO PINHEIRO LIMA, Brasileiro, , RG 1799606-6/AM, CPF 940.308.472-34, pai José Raimundo Nascimento Lima, mãe Maria de Nazaré Pinheiro Lima, Nascido 06/09/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua da

Prata, Nº 357, Nova Vitória, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 24/09/2019 às 10:00h, nos autos do processo-crime nº. 0230593-18.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 02 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: NATASHA YUKIE HARA DE OLIVEIRA (OAB 7302/AM) - Processo 0233101-34.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: ANDERSON CORDEIRO DA SILVA - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ANDERSON CORDEIRO DA SILVA, pai ALCIDES PEREIRA DA SILVA, mãe SILVANA DA SILVA CORDEIRO, nascido em 10/08/1995, RUA PAULO PINTO NERY, 27, COMUNIDADE DA FÉ I, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 14/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0233101-34.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 02 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário , o digitei.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM) - Processo 0246674-42.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: R.D.D. e outro - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando a NÃO localização das testemunhas Ismael Correa de Moraes e Gelsimara Borges Procópio arrolada na fase do art. 422, do CPP, providencia a intimação do MINISTÉRIO PÚBLICO para indicar endereço DIVERSO do outrora utilizado (rua, nº.; bairro) - com a indicação da respectiva fonte do endereço -, a ser apontado nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sem prejudicar a data já agendada. Faculta-se ainda providenciar, por sua iniciativa - caso assim queira -, a apresentação da testemunha, outrora não localizada, a que insiste, na sessão de julgamento designada, sob pena de preclusão.

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: ROBINSON EUTEMIO SELESKI FILHO (OAB 9973/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM) - Processo 0500030-31.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Dorval Junio Carneiro de Mattos e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 8958/AM - Daniel Ferreira Magalhães, 9692/AM - Renan Rufino Rocha da Silva, 9463/AM - Vito Eduardo de Amorim Andrelino, 9967/AM - Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho, 9011/AM - Júlio Alberto Neves de Carvalho, 9435/AM - Emerson Paxá Pinto Oliveira, 9973/AM - Robinson Eutemio Seleski Filho, 9664/AM - Sidney Coelho, 12717/AM - Hector Daniel Lobo Ferreira e 9664/AM - Sidney Coelho, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0604011-71.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: P.C.E.A. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 11/10/2019 às 09:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0606511-13.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Roberto Felipe Rodrigues de Melo - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ROBERTO FELIPE RODRIGUES DE MELO, Brasileiro, RG 32991592, CPF 703.616.822-63, pai JOSE ROBERTO NOGUEIRA, mãe GRACINETE MAURICIO RODIGUES, Nascido 13/07/1999, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Celerino Santos, 49, CASA COR VERDE, SÃO RAIMUNDO, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 27/09/2019 às 09:00h, nos autos do processo-crime nº. 0606511-13.2019.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 02 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0611357-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: L.B.S. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 27/09/2019 às 09:15h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0623699-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: E. - PROCESSO Nº: 0623699-87.2017.8.04.0001 AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri AUTOR: O MINISTÉRIO PÚBLICO ACUSADO(A)(S):Rayjan de Oliveira Chaves VÍTIMA: O Estado sentença O acusado Rayjan de Oliveira Chaves foi denunciado pelos fatos narrados na Denúncia de fls. 84/87. No dia 22/02/2019, o Juízo Sumariante deste 3º Tribunal do Júri, ao analisar as provas colhidas no curso da instrução processual PRONUNCIOU o réu Rayjan de Oliveira Chaves como, em tese, incurso nas penas

do Art. 121, § 2º, I (torpe) e IV (dissimulação), CP, pelos fatos praticados contra a vítima Carlos Natanael Batista Pereira Júnior. Após o trânsito em julgado da Pronúncia, o processo foi incluído na Pauta de Julgamentos. Sendo o réu submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri nesta data. Em Plenário, o réu confirmou que golpeou a vítima e que agiu para se defender, tomando a faca da vítima e que não tinha intenção de matar a vítima. Após o encerramento da colheita de provas em Plenário, passou-se à fase dos debates. O Ministério Público requereu a ABSOLVIÇÃO do réu pela legítima defesa. A Defesa requereu a ABSOLVIÇÃO do réu pela LEGÍTIMA DEFESA. E, subsidiariamente, requereu a DESCLASSIFICAÇÃO da conduta praticada pelo réu para o crime de lesão corporal seguida de morte (Art. 129, § 3º, CP). E, subsidiariamente, requereu a exclusão das qualificadoras de motivo torpe e dissimulação. Concluídos os debates, foi realizada a votação pelo Egrégio Conselho de Sentença, obedecendo-se os princípios constitucionais da soberania dos veredictos e do sigilo das votações. Apurados os votos do E. Conselho de Sentença, os jurados por maioria de votos resolveram ABSOLVER o réu Rayjan de Oliveira Chaves, conforme Termo de Respostas aos Quesitos pelo Conselho de Sentença. Assim, de acordo com a soberania dos veredictos, declaro o réu Rayjan de Oliveira Chaves absolvido da acusação que lhe foi imputada nos presentes autos. Revogo a prisão preventiva imposta ao réu, devendo ser posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Expeça-se e cumpra-se o Alvará de Soltura. Publicada em plenário. Intimadas as partes. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Manaus, 02 de setembro de 2019 Adonaid Abrantes de Souza Tavares Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0630947-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.P.D.E.E.H.S. - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 171, expedirá Ofício à Comarca de São Sebastião de Uatumã/AM, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637099-08.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Jackson Rafael de Oliveira Fernandes - p. 15 - Demais expedientes pela secretaria. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637099-08.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Jackson Rafael de Oliveira Fernandes - p. 15 - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado JACKSON RAFAEL DE OLIVEIRA FERNANDES, Brasileiro, RG 2909601-4-SSP-AM, CPF 033.470.832-02, pai José Ronaldo dos Santos Fernandes, mãe Daniella de Oliveira Gomes, Nascido 03/01/1997, natural de Manaus - AM, com endereço à Alameda Cosme Ferreira, Nº 101, São José I, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 25/09/2019 às 09:30h, nos autos do processo-crime nº. 0637099-08.2016.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 02 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM), ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0638044-24.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.M. - A.L.A. e outros - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 29/10/2019 às 09:45h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0638757-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jairo de Oliveira - Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado Jairo de Oliveira, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0647527-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: Vanda do Rosario de Souza - Em vista do estado dos autos, dispensada a oitiva da testemunha arrolada pelas parte, designo audiência em continuidade para o dia 25/09/2019, às 09:15 horas, a fim de interrogar a acusada. Demais providências pela secretaria.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0651005-94.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: F.M.Q. - Ante o exposto, a fim de sanear os autos, determino o recolhimento do mandado de prisão temporária de fls. 25, realizando-se a sua baixa no BNMP 2.0. Cumpra-se.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Elciney Corrêa de Souza Júnior (OAB 6443/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Israel Gomes da Silva (OAB 12030/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Natasha Yukie Hara de Oliveira (OAB 7302/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB 9973/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0200974-09.2016.8.04.0001 (processo principal 0224257-66.2013.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Execução Penal - AGRAVADO: Amarildo Rodrigues Lima - Trata-se de Agravo em Execução, com decisão que julgou prejudicado o presente recurso, conforme decisão proferida pelo juízo ad quem. Pelo exposto, e exaurida a competência deste juízo para dirimir qualquer matéria em direito admitido para este modalidade recursal, determino a imediata baixa e arquivamento do processo em epígrafe. Cientifique-se defesa e Parquet. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0211031-18.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Alysson Lima e Silva - Diante do exposto, acompanho manifestação ministerial, no sentido de que não foi atendido o requisito subjetivo exigido para concessão do benefício, motivo pelo indefiro, por ora, o livramento condicional requerido, devendo o mesmo permanecer no regime em que se encontra, em cumprimento à pena privativa de liberdade aplicada. Por fim, observo que o apenado está em prisão domiciliar desde agosto de 2018, tendo sido concedida pelo prazo de 90 dias, tendo constando expressamente que decorrido esse prazo deveria comprovar a necessidade da medida, o que não ocorreu até o presente momento, embora tenha apresentado reiterados pedidos nos autos em outro sentido. Diante de todo o exposto, considero o apenado foragido do sistema prisional desde novembro de 2018, motivo pelo qual é necessário determinar a expedição de mandado de prisão para retorno do cumprimento da pena no regime fechado. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0214154-92.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Luciano Henrique da Silva - Cumpra-se a parte final do Termo de Audiência de fls. 159, devendo ser atualizada a situação prisional de Luciano Henrique da Silva junto ao BNMP, notadamente com o cancelamento do mandado de prisão. Considerando a comunicação de que não há disponibilidade de tormozeleira eletrônica, deve a SEAP colocá-la em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento. Deve a SEAP comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Por ocasião da assinatura do termo, deve o preso ser cientificado que não tendo atividade laboral comprovada nos autos, deverá comparecer em até 5 dias ao Setor de Reintegração Social da SEAP. Após, em até 30 dias, deverá comparecer à Vara das Execuções Penais, no Setor Psicossocial, para comprovar que compareceu ao Setor de Reintegração Social da SEAP e justificar a sua atividade laboral ou a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de revogação imediata do benefício. Este termo deverá ser valorado como ofício. Intimem-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0216793-15.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Crimes contra a vida - APENADO: Jardel Brito da Silva - Ademais, em consulta realizada na presente data, verifico que o reeducando ainda se encontra em uso do dispositivo de monitoramento, com agendamento para manutenção para o próximo dia 21 de agosto de 2019, razão pela qual entendo pela DESNECESSIDADE de instauração do incidente de falta grave, considerando que o evento comunicado a este Juízo fora devidamente saneado. Entretanto, determino a expedição de Ofício ao COC/SEAP para que informe, no prazo de vinte dias, se o reeducando Jardel Brito da Silva vem cumprindo as condições para manutenção do monitoramento eletrônico. Respondido o ofício, vista ao Ministério Público independente de nova conclusão. Cumpra-se.

ADV: ELISÂNGELA DA SILVA SANTOS (OAB 6707/AM) - Processo 0217697-40.2015.8.04.0001 - Execução Provisória - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Robson Brito Farias - O pleito de fls. 219/221 já foi devidamente analisado pela decisão de fls. 207, de modo que eventual irresignação da parte deveria ter sido ventilada pela via recursal adequada. A reiteração de pedidos, sem qualquer novo fundamento, apenas contribui para a demora na prestação jurisdicional. Ademais, a mera comodidade familiar do apenado não é um argumento crível para movimentação de presos nesta Comarca. Diante da soma e unificação das penas, o regime de cumprimento da pena passa a ser o FECHADO. P.R.I.C.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0219334-94.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Severino Correa Neto - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Severino Correa Neto, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM) - Processo 0223022-59.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Arão Amorim de Lima -

Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Arão Amorim de Lima a partir de 12/09/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0223798-88.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Crimes contra a vida - APENADO: João Evangelista Queiroz Guedes - Sendo assim, mantenho o incidente de execução instaurado para apuração de falta grave consistente na quebra das regras do monitoramento eletrônico, todavia, deixo de decretar a regressão cautelar de regime, devendo o apenado continuar o cumprimento de sua pena no regime semiaberto, mediante monitoramento eletrônico. Designo o dia 12/09/2019 às 8h30 para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP/COC para ciência da presente decisão e para que encaminhe o Relatório Técnico de Monitoramento Eletrônico, bem como as certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral e síntese educacional, se houver.

ADV: LILIAN BONNE CALDAS LOECHLE (OAB 14454/AM) - Processo 0226681-08.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: Manoel Rosinaldo Neves de Souza - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Manoel Rosinaldo Neves de Souza a partir de 20/10/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0227617-72.2014.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: André Ferreira Vasconcelos - Considerando o certificado às fls. Retro, noticiando a superveniência de nova condenação ao apenado, verifica-se a necessidade de

imposição ao novo regime prisional com base no somatório das penas cumpridas e a cumprir, aos termos do art. 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal. Neste diapasão, observado o total de pena a cumprir do apenado, qual seja, 16 (dezesseis) anos, 04 (quatro) meses de reclusão, bem como o que prescreve o art. 33, § 2º, a, do Código Penal, determino o regime FECHADO para cumprimento do restante da sanção. Expeça-se Mandado de Prisão para o Regime correspondente. Movam-se os autos ao fluxo de regime fechado. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0228370-24.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Wenderson Silva dos Santos - Tendo em vista a interdição da unidade prisional COMPAJ-Semiaberto determinada nos autos do processo nº 0203049-84.2017.8.04.0001, ENCAMINHO o sentenciado à SEAP para instalação da tornozeleira eletrônica, no prazo de 5 dias, ocasião em que é cientificado das condições do cumprimento da pena, quais sejam: 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. O sentenciado deve ser cientificado de que deverá retornar a este Juízo em até 30(trinta) dias para apresentar comprovante de residência e justificar suas atividades (trabalho/estudo). Determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP comunicar essa situação à esta Vara de Execução Penal. Oficie-se à SEAP/COC para que informe acerca da instalação do dispositivo eletrônico, bem como encaminhe as certidões Carcerária e Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver referente ao apenado acima epigrafado. Com a chegada das informações, expeça-se o Atestado de Pena à Cumprir Dê-se vista ao Ministério Público para que informe acerca da necessidade de designação de audiência de justificação. Intimem-se. Serve o presente como Ofício.

ADV: HÉRCULES PRESTES BRANDÃO (OAB 9507/AM) - Processo 0230998-20.2016.8.04.0001 (processo principal 0708136-37.2012.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Pena Privativa de Liberdade - AGRAVADA: NATÁLIA DE SOUZA ARAÚJO - Trata-se de Agravo em Execução, com decisão que conheceu e negou provimento ao presente agravo em execução penal, mantendo a decisão inalterada, conforme decidido pelo juízo ad quem. Pelo exposto, e exaurido a competência deste juízo para dirimir qualquer matéria em direito admitido para este modalidade recursal, determino a imediata baixa e arquivamento do processo em epígrafe. Cientifique-se defesa e Parquet.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0233520-54.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Leopoldo Nascimento de Melo Júnior - DESPACHO Em razão de mutirão carcerário, paute-se audiência para o dia 02/09/2019, quando será analisada a concessão de benefícios ou julgamento de incidentes em execução porventura pendentes.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0233988-52.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Bismark Geber Pinto de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Bismark Geber Pinto de Oliveira.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM) - Processo 0234709-67.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Ronaldo Martins de Souza - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Ronaldo Martins de Souza.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0235852-23.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Milton Rodrigues dos Santos - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Milton Rodrigues dos Santos, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão

da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0238893-61.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - ICMS/Importação - APENADO: NELSON DA SILVA LEITE - Sendo assim, instauro o presente incidente de execução para apurar o cometimento de falta grave pelo reeducando, todavia, o mantenho no regime semiaberto, mediante monitoramento eletrônico. Designo o 24/09/2019 às 8h30 para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP/COC para ciência da presente decisão e para que encaminhe à esta especializada o Relatório Técnico de Monitoramento Eletrônico, bem como as certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral e síntese educacional, se houver. Dê ciência ao Ministério Público. Intimem-se as partes no tocante à audiência acima designada. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO.

ADV: JANAI DE SOUZA ALMEIDA (OAB 13996/AM), ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM) - Processo 0242569-56.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Guilber Lima de Oliveira - Trata-se de processo de execução da pena de Guilber Lima de Oliveira. Decisão de fls. 252/254 no sentido da regressão cautelar do reeducando, em razão do cometimento de novo crime. Certidão carcerária atualizada às fls. 266/272. Autos conclusos. Com a finalidade de sanear o feito, determino: A) Dê-se vista ao Ministério Público e à Defesa, sucessivamente, para manifestação, no prazo de 03(três) dias, quanto ao incidente de falta grave instaurado nos autos; B) A elaboração de Atestado de Pena a Cumprir do reeducado, no prazo de quinze dias. Após, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0243076-85.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADA: Valcilene de Lima Trindade - Tendo em vista a interdição da unidade prisional COMPAJ-Semiaberto determinada nos autos do processo nº 0203049-84.2017.8.04.0001, ENCAMINHO o sentenciado à SEAP para instalação da tornozeleira eletrônica, no prazo de 5 dias, ocasião em que é cientificado das condições do cumprimento da pena, quais sejam: 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. O sentenciado deve ser cientificado de que deverá retornar a este Juízo em até 30(trinta) dias para apresentar comprovante de residência e justificar suas atividades (trabalho/estudo). Determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP comunicar essa situação à esta Vara de Execução Penal. Oficie-se à SEAP/COC para que informe acerca da instalação do dispositivo eletrônico, bem como encaminhe as certidões Carcerária e Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver referente ao apenado acima epigrafado. Com a chegada das informações, expeça-se o Atestado de Pena à Cumprir. Intimem-se. Serve o presente como Ofício.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM), ADV: GABRIEL PINHEIRO CAMPOS (OAB 8414/AM) - Processo 0243884-51.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Robson Ferreira de Araujo - DESPACHO Em razão de mutirão carcerário, paute-se audiência para o dia 02/09/2019, quando será analisada a concessão de benefícios ou julgamento de incidentes em execução porventura pendentes.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0246253-23.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Magno Ferreira da Silva - Sendo assim, instauro o presente incidente de execução para apurar o cometimento de falta grave pelo reeducando, todavia, o mantenho no regime semiaberto, mediante monitoramento eletrônico. Designo o dia 10/09/2019 às 8h30 para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP/COC para ciência da presente decisão e para que encaminhe o Relatório Técnico de Monitoramento Eletrônico, bem como as certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral e síntese educacional, se houver. Dê ciência ao Ministério Público e a Defesa. Intimem-se as partes no tocante a audiência designada. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO.

ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM) - Processo 0247069-34.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Ramon de Jesus Cardoso de Almeida - decisão.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0248862-37.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Davi Martins da Silva - Isto posto, observado o total de pena a cumprir do apenado, qual seja, 09 (nove) anos, 2 (dois) meses e 03 (três)dias de reclusão, bem como o que prescreve o art. 33, § 2º, a, do Código Penal, em consonância com o parecer ministerial, determino o regime FECHADO para cumprimento do restante da sanção. Expeça-se novo Atestado de Pena à Cumprir. Em seguida, movam-se os autos ao fluxo de regime fechado. Intimem-se.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0254249-72.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: Weecktor Mendonça de Araujo - DESPACHO Em razão de mutirão carcerário, paute-se audiência para o dia 02/09/2019, quando será analisada a concessão de benefícios ou julgamento de incidentes em execução porventura pendentes.

ADV: ÉRICA OLIVEIRA GOMES (OAB 11392/AM) - Processo 0255307-76.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Douglas Lira Fonseca - Assim, na presente análise, observo o iminente prazo, portanto, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Douglas Lira Fonseca, a partir de 04/09/2019 e, em conjunto ao BOM comportamento, atestado pela Unidade Prisional, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime

semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0264159-94.2011.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Wilkson Oliveira do Carmo - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Wilkson Oliveira do Carmo, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0624809-24.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jeremias Rodrigues Vaz - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Jeremias Rodrigues Vaz, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do

Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM) - Processo 0646727-50.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0245323-63.2017.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - AUTOR: Eloide Castro Rodrigues e outro - Trata-se de Agravo em Execução, com decisão que conheceu e negou provimento ao recurso, conforme decisão proferida pelo juízo ad quem. Pelo exposto, e exaurido a competência deste juízo para dirimir qualquer matéria em direito admitido para este modalidade recursal, determino a imediata baixa e arquivamento do processo em epígrafe. Cientifique-se defesa e Parquet Cumpra-se.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Elisângela da Silva Santos (OAB 6707/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Érica Oliveira Gomes (OAB 11392/AM)
Gabriel Pinheiro Campos (OAB 8414/AM)
Hércules Prestes Brandão (OAB 9507/AM)
Janai de Souza Almeida (OAB 13996/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Lilian Bonne Caldas Loechle (OAB 14454/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0313/2019

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0215591-66.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: J.R.A.S.J. - B.D.L.S. - Mantenho as decisões de fls. 655 e 667, pelos seus próprios fundamentos, não podendo subsistir a possibilidade de deslocamento do réu para Comarca distinta da cidade de Manaus. Como mencionado nas decisões referidas, a presença do réu nas audiências de oitiva de testemunhas não é imprescindível, sendo possível a sua substituição pelo seu defensor. Estando preso preventivamente, o réu não pode se deslocar para qualquer lugar sem a autorização deste Juiz, máxime quando as circunstâncias do processo não recomendam o deslocamento. Acerca do requerimento de fls. 735/743, no qual o encarregado da sindicância (Portaria nº 6768/CAPM 2019/ Corregedoria Geral), solicita autorização para o deslocamento do réu Bruno Dayvison Lima de Sales para participar das audiências de inquirição de testemunhas de defesa, devidamente escoltado até a sede da Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas, sita na av. Arquiteto José Bento Rodrigues, nº 3760, Monte das Oliveiras, Shopping Via Norte, Manaus-AM, autorizo o seu deslocamento, concernentes aos dias 9, 10 e 11 de setembro de 2019, mediante escolta e estritamente para as diligências requeridas. Dê-se vista ao Ministério Público para se manifestar acerca do retorno da carta precatória. Intimem-se. Comunique-se. Manaus, 2 de setembro de 2019. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)

3ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (AZARIAS MENESCAL)
JUIZ(A) DE DIREITO MELISSA SANCHES SILVA DA ROSA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JOSE ALVES VIEIRA GUEDES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0044/2019

ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: MILENA BARBOSA MONTORIL (OAB 18345/CE) - Processo 0200734-49.2018.8.04.0001 (processo principal 0214793-81.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: HEITOR MATTEAO CASTILHO BOAVENTURA - MENOR - NÃO INFORM: A.W.B.C. - Intime-se o executado, mediante seu advogado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se quanto à petição de fls. 86/87.

ADV: ALEXANDRE DÁCIO DOS SANTOS (OAB 9205/AM) - Processo 0202343-67.2018.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: E.A.L.S. - REQUERIDO: M.C.S. - Intime-se o advogado do Requerido para apresentar alegações finais, no prazo de 15 dias.

ADV: WELDER FELIZARTI LOPES (OAB 25390/MT) - Processo 0202365-62.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.L.D. - REQUERIDO: W.F.B.S. - Intimação das partes bem como de seus patronos para audiencia de Instrução e Julgamento que realizar-se-á na data de 28/01/2020 as 10:30, onde as parte deverão comparecer acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0203562-18.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.T.M. - REQUERIDO: I.M.A. - Intimação das partes bem como de seus patronos para audiencia de Instrução e Julgamento que realizar-se-á na data de 05/02/2020 as 09:30 na sede da 3ª Vara de Família de Manaus, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM) - Processo 0204787-15.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Jose Renato Lima Caxias - REQUERIDO: ADRIANA DA CRUZ FERREIRA LIMA - TERCEIRO I: NICOLAS THIAGO FERREIRA LIMA - MENOR - Intime-se o advogado da exequente para emendar a inicial de cumprimento de sentença, devendo juntar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, consoante determinação do art. 524 do CPC. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 513 c/c art. 801 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0207735-61.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: R.S.T. - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito, com fundamento no art. 203, § 4º do CPC, no art. 1º do Provimento n. 63/02-CGJ, bem como no Provimento n. 01/2017, da 3ª Vara de Família, abro vista dos autos ao Executado, por meio da Defensoria Pública para se manifestar sobre o os ativos financeiros tornados indisponíveis, no prazo de 05 (cinco) dias - contados em dobro para a Defensoria Pública -, nos termos do §3º do art. 854 do CPC, conforme Despacho de fls. 60.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0210552-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: A.F.B.F.F.M.B.B.F.F.K.B.F.B. - EXECUTADO: F.A.P.F. - Intimação das partes bem como de seus patronos para audiencia de Instrução e Julgamento que realizar-se-á na data de 25/11/2019 as 09:00, na sede da 3ª Vara de Família onde as partes deverão comparecer acompanhadas de suas testemunhas independente de intimação.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0216010-28.2015.8.04.0001 (processo principal 0220813-88.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: J.A.F.S. - EXECUTADA: V.C.B. - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito, com fundamento no art. 203, § 4º do CPC, no art. 1º do Provimento n. 63/02-CGJ, bem como no Provimento n. 01/2017, da 3ª Vara de Família, intime-se a parte exequente através de seu advogado para que se manifeste quanto ao endereço das partes, requerendo o que entender de direito.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0217483-59.2009.8.04.0001/01 (001.09.217483-4/00001) - Execução Definitiva de Sentença - EXEQUENTE: L.O.F.C. - EXECUTADA: F.F.S. - INTSSADA: V.I.A. - Intimação das partes bem como de seus patronos para audiência de conciliação que realizar-se-á na data de 14/11/2019 as 10:00 horas na sede da 3ª Vara de Família

ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0217483-59.2009.8.04.0001/01 (001.09.217483-4/00001) - Execução Definitiva de Sentença - EXECUTADA: F.F.S. - Paute-se data para a audiência de conciliação. Intimem-se.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0218524-46.2018.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: L.P.S.P. - REQUERIDO: J.A.C.P. - Intime-se o Requerido, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, juntar documentos referentes ao imóvel descrito em sua contestação.

ADV: ROSIEL LIMA MARQUES (OAB 13263/AM), ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM), ADV: JARDEL BANDEIRA E SILVA (OAB 13424/AM) - Processo 0218944-51.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.S.S. - REQUERIDA: A.N.R. - TERCEIRO I: V.R.S.M. - Intimem-se as partes, mediante seus procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifestem-se quanto ao relatório psicossocial. Após, vista ao MP.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0220422-31.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.P.A. - D.S.M.F. - Indefiro o pedido retro, eis que já consta nos autos sentença extintiva do feito, às fls. 21/22. Ciência ao advogado. Arquive-se.

ADV: CRISTIAN RENNER ALBUQUERQUE MARTINS (OAB 11418/AM) - Processo 0220614-61.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.I.C. - REQUERIDO: A.A.L. - Intimação das partes bem como de seus patrono para audiência de Instrução e Julgamento que realizar-se-á na data de 30/01/2020 as 09:00 horas, onde partes deverão comparecer com suas testemunhas independente de intimação.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0222604-63.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: I.S.C.J. - EXECUTADO: I.S.C. - Intime-se o executado para que, através de seu advogado, se manifeste sobre a ausencia de manifestação da exequente.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0226061-98.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: B.P.S.S.M.I. - E.L.S.N.M.I. - EXECUTADO: E.L.S.J. - Diante do pagamento do débito, conforme comprovante juntado aos autos, não há razão para manter a ordem de prisão do executado, devendo ser colocado imediatamente em liberdade, nos termos do §6º do art. 528 do CPC. Isto posto, declaro por sentença a extinção da execução e determino a expedição do competente Alvará de Soltura, com urgência.

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB A202/AM), ADV: RAQUEL DOS SANTOS GAMA (OAB 10828/AM) - Processo 0227311-06.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: R.B.S. - EXECUTADO: A.S. - INTSSADO: D.S. - Os Embargos de Terceiro constituem ação autônoma, não podendo, portanto, ser juntada a petição inicial no bojo dos autos principais, conforme art. 676 do CPC. Sendo assim, intime-se a advogada do Embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a petição inicial em autos apartados, apensos a estes autos, bem como para, no mesmo prazo, comprovar a qualidade de terceiro do Embargante, a qual não consta nos documentos juntados, ressaltando-se que não consta o nome do suposto terceiro no documento de fls. 08/11. Retire-se as peças de fls. 198/247 destes autos. Após, retornem os autos conclusos para a análise dos demais pedidos do executado.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0228820-30.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.H.D.N.M.I. - REQUERIDO: F.G.O.V. - Trata-se de processo sentenciado, consoante termo de fls. 29/30, razão pela qual o pedido de fls. 32/35 deveria ter sido feito em ação autônoma. Assim, determino a intimação do peticionante, por seu patrono, para que junte a petição de fls. 32/35 em autos apartados. Intime-se. Após, arquive-se e dê-se baixa.

ADV: ALAN VASCONCELOS BALDERRAMA (OAB 13630/AM) - Processo 0230939-61.2018.8.04.0001 (processo principal 0230645-77.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - REQUERENTE: JAIMYS DOUGLAS LEAL DOS SANTOS - MENOR - REQUERIDO: RAFAEL BRONI SILVA DOS SANTOS - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito, com fundamento no art. 203, § 4º do CPC, no art. 1º do Provimento n. 63/02-CGJ,

bem como no Provimento n. 01/2017, da 3ª Vara de Família, intime-se o Exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 49/69, por meio de seu advogado, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAINARA PAIVA CINTRA (OAB 14158/AM) - Processo 0236689-44.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.M.M.S.B.M. - REQUERIDO: P.P.F. - Intimação das partes, bem como de seus patronos, para audiência de Instrução e Julgamento que realizar-se-á na data de 04/02/2020 as 10:30, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM), ADV: ILSON VIEIRA RUIZ (OAB 12739/AM) - Processo 0238495-85.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERIDA: S.B.S. - Intime-se a exequente, mediante sua advogada, para que, no prazo de 10 (dez) dias, atualize o valo devido pelo executado, posto que, até o presente momento, não foi possível compreender qual seria o saldo devedor, uma vez que às fls. 39/40 consta que seria a quantia de R$ 6.445,60, ao passo que, na petição de fl. 63, que seria a quantia de R$ 345,60. No mesmo prazo, deve a advogada providenciar a juntada de sua procuração.

ADV: ANTONIO LENINE DOS SANTOS (OAB 51210/BA) - Processo 0242160-12.2016.8.04.0001 (processo principal 0259099-38.2014.8.04.0001) - Exceção de Incompetência - Dissolução - REQUERENTE: Antonio Evangelista de Souza - REQUERIDA: Marlene Veiga de Souza - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil.

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM) - Processo 0244435-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.C.R. - REQUERIDO: E.N.R. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para DECLARAR a existência e a dissolução da união estável entre as partes, bem como para PARTILHAR o bem imóvel descrito na inicial em 50% para cada uma das partes, devendo o bem imóvel ser vendido, no prazo de 06 (seis) meses, a fim de que o valor obtido com a venda seja dividido entre as partes. Condeno-o, ainda, ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que arbitro no valor equivalente a 1 (um) salário mínimo nacional vigente. Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos observando-se as formalidades legais.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0247659-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.B.C. - REQUERIDO: M.R.S. - Devolvo o prazo de contestação ao Requerido. Forneça-se nova senha. Intime-se via DJE.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0608653-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lucimar Soares Barroso - REQUERIDO: Manuel Freitas Frazão - Intime-se pessoalmente (o)a autor(a) para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse pelo prosseguimento do processo, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III do Novo Código de Processo Civil.

ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA (OAB 6182/AM), ADV: ARIANNE SOARES CHAGAS (OAB 9564/AM) - Processo 0613011-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0618680-08.2014.8.04.0001) - Petição Cível - Família - REQUERENTE: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans - REQUERIDA: Adriana Vieira Fragoso - Isto posto, julgo EXTINTO o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, I c/c art. 330, IV, ambos do Código de Processo Civil.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0640604-41.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.R.L. - INTSSADO: B. - B.V.P. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0641891-05.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: L.P.L.N. - EXECUTADO: A.N.N. - Intime-se o executado, mediante seu advogado, para que se manifeste quanto à petição de fls. 90/91, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM), ADV: NÁDIA SUZANO LÔBO (OAB 9765/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: VALDECI SANTANA FONSECA (OAB 10758/AM) - Processo 0645557-43.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: L.R.S. - REQUERIDA: L.G.S.M. - Intimação das partes bem como de seus patronos para audiencia de Conciliação que realizar-se-á na data de 14/11/2019 as 09:00.

Aguiberto Camilo Redi (OAB A202/AM)
Alan Vasconcelos Balderrama (OAB 13630/AM)
ALEXANDRE DÁCIO DOS SANTOS (OAB 9205/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antonio Lenine dos Santos (OAB 51210/BA)
Arianne Soares Chagas (OAB 9564/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
CRISTIAN RENNER ALBUQUERQUE MARTINS (OAB 11418/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Ilson Vieira Ruiz (OAB 12739/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Jardel Bandeira e Silva (OAB 13424/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Júlio César Lima (OAB 6182/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Milena Barbosa Montoril (OAB 18345/CE)
Nádia Suzano Lôbo (OAB 9765/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Rainara Paiva Cintra (OAB 14158/AM)
Raquel dos Santos Gama (OAB 10828/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosiel Lima Marques (OAB 13263/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Valdeci Santana Fonseca (OAB 10758/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Welder Felizarti Lopes (OAB 25390/MT)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0095/2019

ADV: CRISTIANE SOARES DE SOARES (OAB 8859/AM), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0619934-40.2019.8.04.0001 - Guarda - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: W.S.S.J. - REQUERIDA: L.M.F. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Cristiane Soares de Soares (OAB 8859/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0187/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0206529-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: W.W.P.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/10/2019 às 09:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0206529-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: W.W.P.S. - Instrução e Julgamento Data: 01/10/2019 Hora 09:30 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: RAIMUNDO LÁZARO MARTINS DA SILVA (OAB 10640/AM), ADV: RAFAEL DE QUEIROZ GERVAZONI (OAB 10331/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: BRENDA EMANUELLE VIEIRA BATISTA (OAB 9917/AM), ADV: KARINA DE FARIAS SERRA (OAB 9605/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: KARLA DE SIQUEIRA CAVALCANTI AZEVEDO (OAB 7020/AM), ADV: PAULICEA MARCIA SILVA DE SOUSA (OAB 11083/AM), ADV: FÁBIO FERNANDO SILVA AZEVEDO (OAB 9144/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM) - Processo 0210142-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: A.P.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03/10/2019 às 10:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211505-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.C.S.N. e outro - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/10/2019 às 09:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211505-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.C.S.N. e outro - Instrução e Julgamento Data: 01/10/2019 Hora 09:00 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MARCIA DE SANTANA VIANA (OAB 7382/AM) - Processo 0213064-44.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: C.M.F.L. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03/10/2019 às 08:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0215367-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: I.S.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 26/09/2019 às 10:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0215367-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: I.S.B. - Instrução e Julgamento Data: 26/09/2019 Hora 10:00 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: BRUNA SARTORATO (OAB 27959/SC) - Processo 0218582-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: H.L.P.G. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03/10/2019 às 09:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: MÉDSON PEREIRA DE SOUZA (OAB 13128/AM) - Processo 0220742-13.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: M.P.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 30/09/2019 às 08:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: ANABEL EULÁLIA G. DE ANDRADE DOS SANTOS (OAB 9005/AM) - Processo 0221011-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: R.B.S.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03/10/2019 às 09:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0235094-10.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: S.S.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 30/09/2019 às 10:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0235094-10.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: S.S.S. - Instrução e Julgamento Data: 30/09/2019 Hora 10:00 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0236842-77.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: S.F.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 26/09/2019 às 09:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0236842-77.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: S.F.R. - Instrução e Julgamento Data: 26/09/2019 Hora 09:30 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0237964-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: T.C.A.B. e outros - Dando integral cumprimento ao(à) ato ordinatório de fls. 38 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0240005-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDO: J.B.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/10/2019 às 10:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0240005-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDO: J.B.S. - Instrução e Julgamento Data: 01/10/2019 Hora 10:00 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0240478-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: A.O.L. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada

audiência de Instrução e Julgamento para o dia 24/09/2019 às 08:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0240478-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: A.O.L. - Instrução e Julgamento Data: 24/09/2019 Hora 08:30 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0242217-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.A.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/10/2019 às 08:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0242217-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: M.A.B. - Instrução e Julgamento Data: 01/10/2019 Hora 08:30 Local: 5VF Sala 2 Situacão: Pendente

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0247310-03.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.A.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 23/09/2019 às 09:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0625494-60.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Francisca Avianeide de Albuquerque Felix - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM) - Processo 0629277-36.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: S.C.M. e outro - EXECUTADO: K.S.G. - Execução de alimentos. Acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Transação. Tem-se por revogada a prisão. Expeça-se alvará ou contramandado. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, " b" do Código de Processo Civil. Ressalvada a retomada da prisão na eventualidade do descumprimento do acordo. Intimem-se. Arquive-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Anabel Eulália G. de Andrade dos Santos (OAB 9005/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Brenda Emanuelle Vieira Batista (OAB 9917/AM)
Bruna Sartorato (OAB 27959/SC)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB 9144/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Karina de Farias Serra (OAB 9605/AM)
Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo (OAB 7020/AM)
MARCIA DE SANTANA VIANA (OAB 7382/AM)
Médson Pereira de Souza (OAB 13128/AM)
Paulicea Marcia Silva de Sousa (OAB 11083/AM)
Rafael de Queiroz Gervazoni (OAB 10331/AM)
Raimundo Lázaro Martins da Silva (OAB 10640/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0079/2019

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0620881-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: L.G.A. - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o r. parecer ministerial, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA requerida, inaudita altera pars, com fulcro no art. 300, caput e § 2º do CPC, para regulamentar provisoriamente o DIREITO DE VISITA da requerente, Sra. Luzia Gomes Araújo, à sua filha menor, Celene Luiza Gomes Ferreira, nascida em 13/02/2016, podendo a requerente visitar e ter a sua filha em sua companhia, em 01 (um) dia útil da semana, em horário que não coincida com o escolar, bem como em todos os finais de semana, no sábado ou no domingo, alternadamente, pegando-a às 09:00 horas do sábado ou do domingo, e devolvendo-a ao lar paterno às 18:00 horas do mesmo dia, cujas condições poderão ser alteradas ou flexibilizadas de comum acordo pelas partes, visando aumentar o número de dias da semana e os horários destinados às visitas, respeitando sempre a rotina e os superiores interesses da criança. Expeça-se o Alvará em favor da requerente, autorizando-a a visitar e ter a filha em sua companhia, observando rigorosamente o horário estabelecido, sob pena de revogação desta decisão. Intime-se o requerido desta decisão, para conhecimento e rigoroso cumprimento, devendo constar do Mandado que ele abstenha-se de praticar qualquer ato contrário às determinações deste Juízo, ou que possam obstaculizá-las, sob pena de incorrer em crime de desobediência, sujeitando-se às respectivas sanções, sem prejuízo da busca e apreensão da menor. Desde já requisito o auxílio de força policial, caso se faça necessário, para garantir o cumprimento desta decisão. Defiro a gratuidade da justiça. Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado da autora ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo,

manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0621384-52.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Erick da Silva Almeida - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, DEFIRO O PEDIDO formulado pelo requerente, DETERMINANDO a expedição de Alvará em nome do menor, E. da S.A., representado por sua genitora, Sra. Sandra Souza da Silva, autorizando-a a sacar o montante de R$ 363,19 (trezentos e sessenta e três reais e dezenove centavos), acrescido de juros e correção monetária, depositado na conta vinculada ao FGTS, em nome do Sr. Erivan da Silva Almeida, junto à Caixa Econômica Federal. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0252/2019

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: VALDEIR DA ROCHA FALCÃO (OAB 5429/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM) - Processo 0202118-57.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Clelton Garcia de Carvalho - Geandre Ribeiro dos Santos - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0241441-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jefferson Pereira de Brito - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Valdeir da Rocha Falcão (OAB 5429/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0620218-19.2017
Denunciado(a)(s): Mário Andreaza dos Santos Lima, filho de Maria Celi Moraes de Souza.

Nº do Processo: 0208461-98.2014
Denunciado(a)(s): Jonivaldo da Silva Santos Júnior, filho de Jonivaldo da Silva Santos e Neide da Cruz Vasconcelos.

Nº do Processo: 0206217-36.2013
Denunciado(a)(s): Ruth Rosa da Silva, filha de Manoel Oliveira da Silva e Tereza Rosa da Silva.

Nº do Processo: 0224403-68.2017
Denunciado(a)(s): Jairo da Silva Marques, filho de Alonso Correa Marques e Anaide Peixoto da Silva.

Nº do Processo: 0223677-31.2016
Denunciado(a)(s): Thiago Guilherme do Nascimento Pessoa, filho de Francisco José Pessoa e Francimar Silva do Nascimento.

Nº do Processo: 0206767-89.2017
Denunciado(a)(s): Jailson Gomes Moreira, filho de Jamilton de Jesus Moreira e Marilene Farias Gomes.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0253/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM) - Processo 0234512-83.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ivan Miranda de Araujo - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0238779-35.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Felipe Freitas dos Santos - Heliton José Borges Freitas - Simone Maria Borges de Freitas - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0250/2019

ADV: EVANDER ELIAS DE QUEIROZ (OAB 7015/AM) - Processo 0205514-95.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Yasmin da Silva Almeida - DESPACHO Notifiquem-se os denunciados Yasmin da Silva Almeida e Adalberto Braga de Alencar para oferecerem DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Determino à Secretaria que proceda o cadastramento no processo de Adalberto Braga de Alencar. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Evander Elias de Queiroz (OAB 7015/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0203651-12.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Lucivaldo Teixeira de Souza e outros - DESPACHO Notifique-se o denunciado Lucivaldo Teixeira de Souza para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Revogo as medidas cautelares de Ivanildo Miranda da Silva e Raimundo Garcia do Carmo pois não foram denunciados. Dê-se baixa no nome de ambos no sistema SAJ. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)

3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSEANE DO VALE CAVALCANTE JACINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RÚBIA MARA ÁVILA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: JONATHAN CAMPOS CUTRIM (OAB 9855/AM) - Processo 0200254-42.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Saymon Lima de Vasconcelos - Matheus Alves Lisboa - INTSSADO: THYAGO TENORIO CORREIA DE ATAIDE CAVALCANTI - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Matheus Alves Lisboa e Saymon Lima de Vasconcelos,

ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: BRUNO EDUARDO THOMÉ DE SOUZA (OAB 7446/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM) - Processo 0202716-06.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Polícia Civil do Estado do Amazonas - ALEXANDRE AUGUSTO FARIAS NOGUEIRA - RÉU: Jandeson Lopes de Lima - Anderson Rodrigues de Araújo - Vistos, etc. Proceda-se a restituição do veículo, nos termos da Sentença de fls. 556/561.

ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM), ADV: RAPHAELA DA COSTA NASCIMENTO (OAB 9861/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM), ADV: HERBERTH PINHEIRO MAIA (OAB 8676/AM), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: DIANE GISELLE ANGELIM DE MACEDO (OAB 10051/AM), ADV: MAURO SARAIVA MOREIRA (OAB 5072/CE), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0216483-77.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: MILLENIUM SHOPPING CENTER - RÉU: I.V.F.R.N. - Rafael Vieira Moraes - Everardo da Costa Silva - INTSSADO: S.D.C.F. - C.E.P.S.D.C. - DESPACHO Considerando o Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM, que dispõe sobre a tramitação direta dos inquéritos policiais, no 1º

Grau de Jurisdição, entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público, determino o encaminhamento da presente demanda preliminar à fila eletrônica respectiva para providências ministeriais cabíveis, eis que ausentes quaisquer matérias com Reserva de Jurisdição, consoante artigo 1º c/c artigo 6º, ambos do Provimento nº 330/2018 - CGJ/AM. Assevero que a autuação do Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, ficará restrita às hipóteses delineadas pelas alíneas do artigo 1º, §1º, do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM; porquanto, eventuais diligências e requerimentos em matérias não inseridas neste dispositivo deverão ser realizadas ou não por juízo discricionário da autoridade que preside o feito, consoante artigo 14 do Código de Processo Penal. À Secretaria para atentar as deliberações presentes no artigo 5º do Provimento nº 330/2018 CGJ/AM. Diligências de praxe com os registros e comunicações necessárias. Cumpra-se com urgência. Após, voltem conclusos.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0225759-40.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Carlos Felipe Gonçalves - INDICIADO: Ruberlan Corrêa Batalha - De ordem do MM. Juiz, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:00h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento, conforme já disposto no termo de fls. 249.

ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM) - Processo 0227023-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Herick Ferreira Bruno - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Herick Ferreira Bruno,

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0232531-09.2019.8.04.0001 (processo principal 0610280-29.2019.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - QUERELANTE: Hamilton Pereira de Almeida - Eventual inconformismo ou descontentamento reiterado a esse ponto por parte do postulante deveria ensejar a impetração da ordem cabível, a fim de proporcionar a análise do decisum pela 2ª Instância, caso assim entenda adequado. Por essas razões, indefiro o pedido formulado. Dê-se baixa e arquive-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0242107-65.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: F.S.M. - H.F.C. - A.B.R. - Vistos, etc. Reitere-se a intimação do advogado do réu Helione Fernandes Costa, via publicação no DJe, para que cumpra a deliberação de fl. 877, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e comunicação à OAB para apuração de eventual abandono de causa, além das demais providências cabíveis.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0248343-96.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Maria das Graças Rodrigues da Silva - Vistos, etc. Acautelo-me a decidir quanto à revogação da liberdade provisória quando da realização da audiência designada 16/10/2019. Atente-se que houve a desistência da oitiva da testemunha João Clemer Pinheiro de Souza, devidamente homologada. Demais diligências.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0602830-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vinicius Ferreira dos Santos - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 08/10/2019 às 12:15h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: PÂMELA BARBOSA (OAB 11452/AM), ADV: SUZANA CÂNDIDA AMORIM LIMA REBOLÇAS (OAB 7243/AM), ADV: GEDEON ROCHA LIMA (OAB 70A/AM), ADV: LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0604967-58.2017.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: C.R.T.J. - D.B.M. - E.G.C.L. - T.J.P.A. - J.A.L. - F.L.S. - J.S.S. - F.M.B. - C.E.M. - J.C.L.G. - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação de DEFESA PRÉVIA, com relação a(o) denunciado(a) Jamara Cricia de Lira Galvão

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0605759-41.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Rodrigo Nascimento Monteiro - INDICIADO: Jocicley Morais Fernandes - A fim de evitar prejuízo ao réu preso, determino o desmembramento dos autos em relação ao réu Jocicley Morais Fernandes. Após, voltem conclusos para análise da defesa prévia apresentada pelo réu Rodrigo Nascimento Monteiro.

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM) - Processo 0606409-88.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Kerolen Solart Bitencourt - Robert Ligier Freire Ramos - Julio do Carmo Pinhais - Vistos, etc. Atenda-se a promoção de fls. 264/265. Prazo, 5 (cinco) dias. Após a respectiva juntada, dê-se nova vista ao Ministério Público.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB 356A/AM), ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0606492-41.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Bruno de Souza Lopes - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu THIAGO BRUNO DE SOUZA LOPES a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: POLIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA (OAB 12786/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM) - Processo 0609132-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wander Silva e Silva - Valéria Aires de Souza - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para: CONDENAR o réu WANDER SILVA E SILVA a pena individual de 02:06:00 (dois anos e seis meses), de reclusão, e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006; bem como para ABSOLVE-LO da imputação penal prevista nos artigos 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; ABSOLVER a acusada VALÉRIA AIRES DE SOUZA imputação penal prevista nos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal;

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0609639-46.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Arnoldo de Araújo Ferreira - Vistos, etc. Acautelo-me a decidir quanto à revogação da liberdade provisória quando da realização da audiência designada 10/12/2019. Diligências de estilo. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: SARA ALMEIDA AGUIAR (OAB 13442/AM), ADV: JOALISSANDRA

PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB A1224/AM) - Processo 0610280-29.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Hamilton Pereira de Almeida - Miquéias Costa de Souza - INDICIADO: Maycon Anderson Moura de Souza - RÉU: Francisco de Paula Araújo - INDICIADO: Eriomar Frota de Freitas - Geyson Ferreira dos Santos - O Juízo de Direito da 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho determinou a busca e apreensão do veículo Hyundai HB20S, Placa PHI-4454, 2016/2016, Chassi 9BHBH41DBGP596048, Renavam 0108473726-1, nos autos n. 0638740-26.2019.8.04.0001 (fls. 799-802). Noutra banda, constata-se que nesta presente demanda criminal n. 0610280-29.2019.8.04.0001 o mesmo veículo encontra-se exibido e apreendido (fls. 07/08) em decorrência das supostas infrações penais capituladas no artigos 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. Nessa esteira, vislumbro que, por hora, a decisão proferida nos autos n. 0638740-26.2019.8.04.0001 não poderá ser efetivada até que haja a destinação da referida coisa nesta demanda criminal n. 0610280-29.2019.8.04.0001, vez que, neste momento, ainda há interesse processual no veículo. Em outras palavras, nesta autos, não se discute a propriedade do bem, mas sim a origem ou o fim ilícito a que se destinava, o que, a princípio, não resta esclarecido, haja vista indícios suficientes de que o automóvel estava sendo utilizada para prática do ilícito penal de tráfico de drogas. Portanto, sem embargos de oposição a decisão judicial nos autos n. 0638740-26.2019.8.04.0001, determino que o veículo Hyundai HB20S, Placa PHI-4454, 2016/2016, Chassi 9BHBH41DBGP596048, Renavam 0108473726-1, mantenha-se vinculado a demanda criminal n. 0610280-29.2019.8.04.0001 até o deslinde da ação penal, não devendo ser, neste momento, restituído ao Banco J Safra S/A. Ademais, ratifico os termos da decisão de fls. 554-555 para determinar que o veículo Hyundai HB20S, Placa PHI-4454, 2016/2016, Chassi 9BHBH41DBGP596048, Renavam 0108473726-1 permaneça sob custódia do fiel depositário. Remeta-se cópia da presente ordem e da decisão de fls. 554-554 ao Juízo de Direito da 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, bem assim aos departamentos responsáveis da Polícia Civil do Estado do Amazonas para as providências cabíveis.

ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0610725-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: S.A.N. - C.L.P.S. - A jurisprudência vem trilhando o entendimento de que a soma dos prazos estipulados nos diversos procedimentos, previstos na lei processual penal e nas leis penais extravagantes, não pode ser considerada com excessivo rigor. Ainda que se trate de réu preso, porquanto vários motivos podem dar causa a eventual atraso para o término da instrução criminal. In casu, observo que o feito está tramitando neste Juízo Criminal de modo eficiente e célere, na medida do possível, a considerar a complexidade e peculiaridades da causa, respeitando os ditames do princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não havendo desídia deste Juízo em proceder ao andamento processual. Por isso, em consonância com o parecer ministerial, indefiro o pedido de relaxamento da prisão em desfavor de SIDNEY AZEVEDO DO NASCIMENTO. Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido do Representante Ministerial e designo o dia 20/09/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0613633-77.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Valdecir de Oliveira Santos - Willian Espindola dos Santos - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu WILLIAN ESPINDOLA DOS SANTOS a pena individual de 02:06:00 (dois anos e seis meses) e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006; bem assim CONDENAR o acusado VALDECIR DE OLIVEIRA SANTOS a pena individual de 02:06:00 (dois anos e seis meses) e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM) - Processo 0615291-39.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Luciana Severino dos Santos - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR a ré LUCIANA SEVERINO DOS SANTOS a pena individual de 02:06:00 (dois ano e seis meses) e 166 (dois anos e seis meses) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0615865-62.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Douglas Rangel da Silva Amaral - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado DOUGLAS RANGEL DA SILVA AMARAL da infração penal prevista no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM) - Processo 0616903-12.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ismael dos Santos Gama - Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Ismael dos Santos Gama. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0621427-52.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Marcelo Augusto Bastos dos Santos - Vistos, etc. Considerando-se o teor dos Ofícios de fls. 108/110 e 78/79, requisitem-se informações ao 2º DIP acerca da diligência, bem como da contradição entre as informações constantes nos dois documentos, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0621824-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erick Sousa Pereira - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado ERICK SOUSA PEREIRA da infração penal prevista no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: JONNE STANLEY DA SILVA TELES (OAB 13993/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 11990/MA), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0625559-55.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Manuel Cláudio Sousa da Silva - Raimundo Edmilson de Souza - DENUNCIADO: Clébio Batista dos Santos - RÉ: Maria Zaina Rodrigues Lopes - Mariene dos Santos Duarte - Daniel Oliveira Freire - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Daniel Oliveira Freire. I.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: JONNE STANLEY DA SILVA TELES (OAB 13993/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 11990/MA) - Processo 0625559-55.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Manuel Cláudio Sousa da Silva - Raimundo Edmilson de Souza - DENUNCIADO: Clébio Batista dos Santos - RÉ: Maria Zaina Rodrigues Lopes - Mariene dos Santos Duarte - Daniel Oliveira Freire - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 14/10/2019 às 09:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação dos

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

réus e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: TIAGO JOÃO SALLES BOTELHO (OAB 11873/AM) - Processo 0626069-05.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jefferson Mendes da Silva - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado JEFFERSON MENDES DA SILVA a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: KAIO KLINGER VIANA DO NASCIMENTO (OAB 12185/AM) - Processo 0628612-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cristiano Brasil Albuquerque - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu CRISTIANO BRASIL ALBUQUERQUE a pena individual de 05:00:00 (cinco anos), de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa por infração ao artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0634955-56.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Rodrigo Belizário dos Santos - RÉU: Edval Azevedo dos Santos - INDICIADO: Judson Belizario Castro - Isto posto, determino o arquivamento desta demanda em relação a Jusdon Belizario Castro e Rodrigo Belizário dos Santos, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 e ressalvando-se o disposto no artigo 18, ambos do Código de Processo Penal.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0634955-56.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Judson Belizario Castro e outro - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 19/08/2020 às 10:15h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0634987-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ramon da Silva Maciel - Adriano Cunha de Sousa - Anderley Arruda Queiroz - Eventual inconformismo ou descontentamento reiterado a esse ponto por parte do postulante deveria ensejar a impetração da ordem cabível, a fim de proporcionar a análise do decisum pela 2ª Instância, caso assim entenda adequado. Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Adriano Cunha de Sousa. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0635004-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erisson da Silva Ferreira - Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Erisson da Silva Ferreira. Intime-se.

ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM), ADV: GILVANDRO MOTA DA SILVA (OAB 12954/AM) - Processo 0636022-27.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Braga do Nascimento - Vistos, etc. Ante o teor da certidão de fl. 127, na qual consta que o acusado não foi encontrado no endereço cadastrado para proceder a manutenção da tornozeleira, tão pouco para ser intimado da audiência vindoura, abra-se vista dos autos ao órgão do Ministério Público. Após, voltem conclusos.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0636809-85.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rômulo Garcia Rodrigues - Vando Emerson Garcia de Souza - Vistos, etc. Recebo o aditamento de fl. 101, visto se tratar apenas de mero erro material, sendo desnecessária a produção de provas bem como a notificação dos réus. À Secretaria para providenciar a correção nos dados cadastrais do réu referido à fl. 101. No mais, prossiga-se com o feito.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0637711-38.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Queiroz dos Santos - Wanderlan dos Santos Thomas - Superado este ponto, afigura-se mais adequada a aplicação de medidas cautelares pessoais. A concessão da liberdade é dita vinculada, pois obriga o agente a determinadas condições, como o comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sob pena de imediata revogação. Neste ínterim, vislumbro como eficaz a aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com o condão de garantir a regular tramitação processual e a ressocialização do acusado, razão pela qual aplico as previstas nos incisos I, II e IV, concernente ao comparecimento mensal em Juízo para justificar atividades, à proibição de acesso à bares ou outros lugares que vendem bebidas alcoólicas, devendo o agente permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações e à proibição de ausentar-se da Comarca sem autorização deste Juízo. Pelo exposto, em consonância com o Órgão Ministerial, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Wanderlan dos Santos Thomas. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a decretação de nova prisão. Determino que o suplicante compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura a fim de que o requerente seja posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. I. II - Lucas Queiroz dos Santos A necessidade da custódia cautelar deste acusado já foi expressamente enfrentada, sendo certo que o pedido não traz em seu conteúdo qualquer elemento novo de convicção que possa mudar o entendimento explicitado naquela ocasião, como prevê o art. 316 do Código de Processo Penal. Apesar de ser deste magistrado a opinião concernente à possibilidade de concessão de liberdade provisória ou aplicação de medida cautelar diversa da prisão, não observo motivos novos que viessem a incidir em uma mudança fática inicial. Verifico que no caso em exame permanecem íntegros os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, conforme decisões devidamente fundamentadas já lançadas nos autos, não havendo a superveniência de motivação idônea que justifique a revisão do decisum. Ademais, não se afigura, nestes autos, até o presente momento, malferimento ao postulado da não presunção de culpa antecipada (artigo 5º, LVII, da CRFB/88), cujo vetor axiológico tem a mesma estatura de outro postulado expresso na Constituição Federal Brasileira de 1988, qual seja, a prisão decorrente de flagrante delito ou por ordem de autoridade judiciária (artigo 5º, LXI, da CRFB/88). Cumpre registrar que a conduta e demais fatores relacionados ao mérito, só podem ser aferidos por meio de circunstâncias objetivas e, de forma aprofundada, noutra fase processual, pois, do contrário, poderia haver prejulgamento, com incursão indevida na matéria de fundo, não obstante haja in casu, além da materialidade, indícios suficientes de autoria. Repise-se, por oportuno, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que “inquéritos policiais e processos em andamento, embora não tenham o condão de exasperar a pena-base no momento da

dosimetria da pena (Súmula n.º 444/STJ), são elementos aptos a demonstrar, cautelarmente, eventual receio concreto de reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação/manutenção da prisão antecipada" (HC n. 293.389/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2014). No caso dos autos, a partir de consulta ao SAJ (fls. 39/43), verifica-se que Lucas já responde a outros processos criminais neste Judiciário Amazonense, inclusive sob a acusação de tráfico de drogas, o que, apesar de não ser suficiente para a formação do juízo de culpa, os dados existentes nesses autos indicam a possibilidade de reiteração criminosa e justificam a decretação da segregação cautelar. Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Lucas Queiroz dos Santos. I. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0638359-18.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Fonseca Couto - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Daniel Fonseca Couto. I.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0639949-30.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Nelsondrik Ferreira Rocha - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 07/10/2019 às 09:15h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0642009-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Pantoja de Lima - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 31/10/2019 às 12:15h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0642260-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Einstem Augusto Rodrigo de Alencar Junior - Igor Silva de Oliveira Travassos - Franciney Pedro dos Santos Costa - Laurency George Barros de Aquino - Alexandre de Araújo Cavalcante - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 31/10/2019 às 08:45h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação. Oficie-se a autoridade competente para que faça remessa dos laudos ainda pendentes, se houver. Cumpra-se o requerimento ministerial consubstanciado na parte final da denúncia, ou seja, providencie-se o cadastramento ou encaminhamento das informações que constam na peça acusatória ao órgão competente, a fim de que seja realizada a inclusão das informações no Sistema INFOSEG. I. II - Do Pedido de Revogação de Prisão Preventiva A necessidade da custódia cautelar do acusado já foi expressamente enfrentada, sendo certo que o pedido não traz em seu conteúdo qualquer elemento novo de convicção que possa mudar o entendimento explicitado naquela ocasião, como prevê o art. 316 do Código de Processo Penal. Apesar de ser desta magistrada a opinião concernente à possibilidade de concessão de liberdade provisória ou aplicação de medida cautelar diversa da prisão, não observo motivos novos que viessem a incidir em uma mudança fática inicial. Verifico que no caso em exame permanecem íntegros os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, conforme decisões devidamente fundamentadas já lançadas nos autos, não havendo a superveniência de motivação idônea que justifique a revisão do decisum. Ademais, não se afigura, nestes autos, até o presente momento, malferimento ao postulado da não presunção de culpa antecipada (artigo 5º, LVII, da CRFB/88), cujo vetor axiológico tem a mesma estatura de outro postulado expresso na Constituição Federal Brasileira de 1988, qual seja, a prisão decorrente de flagrante delito ou por ordem de autoridade judiciária (artigo 5º, LXI, da CRFB/88). Cumpre registrar que a conduta e demais fatores relacionados ao mérito, só podem ser aferidos por meio de circunstâncias objetivas e, de forma aprofundada, noutra fase processual, pois, do contrário, poderia haver prejulgamento, com incursão indevida na matéria de fundo, não obstante haja in casu, além da materialidade, indícios suficientes de autoria. Repise-se, por oportuno, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que "inquéritos policiais e processos em andamento, embora não tenham o condão de exasperar a pena-base no momento da dosimetria da pena (Súmula n.º 444/STJ), são elementos aptos a demonstrar, cautelarmente, eventual receio concreto de reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação/manutenção da prisão antecipada" (HC n. 293.389/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2014). No caso dos autos, a partir de consulta ao SAJ (fls. 75/80), verifica-se que o acusado já responde a outros processos criminais neste Judiciário Amazonense, o que, apesar de não ser suficiente para a formação do juízo de culpa, os dados existentes nesses autos indicam a possibilidade de reiteração criminosa e justificam a decretação da segregação cautelar. Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Igor Silva de Oliveira Travassos. I.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0642438-40.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Thayana Santos de Andrade - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Thayana Santos de Andrade via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0643288-94.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Arnoldo de Araújo Ferreira - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Arnoldo de Araújo Ferreira via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: FERNANDA LAYZE COSTA VIANA (OAB 14338/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0643537-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus Fernando Delgado de Sousa - Endrew da Rocha Pessoa - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 15/10/2019 às 09:45h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação dos réus e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: FERNANDA LAYZE COSTA VIANA (OAB 14338/AM), ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0643537-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus Fernando Delgado de Sousa - Endrew da Rocha Pessoa - Ao analisar novamente o feito e nada obstante já haja decisão decretando a prisão preventiva do acusado, entendo por bem rever o posicionamento até então adotado para conceder ao suplicante o benefício de responder ao processo em liberdade. Isso porque o requerente é tecnicamente primário e detentor de bons antecedentes, e apesar dos registros criminais existentes em seu desfavor, não se verificam dados concretos a concluir que a liberdade do agente possa fragilizar a ordem pública e econômica, tampouco possa comprometer a garantia de aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal. Cumpre registrar que não se afigura concreta a gravidade do delito que possa ensejar a adoção da medida cautelar extrema para o requerente neste momento. Ademais, a despeito de não ser o momento adequado, diante dos elementos já existentes, é grande a possibilidade de que a atual custódia seja mais gravosa ao denunciado do que uma eventual pena privativa de liberdade que lhe possa ser aplicada ao fim do processo, o que poderá ensejar danos irreversíveis à reintegração do suplicante à sociedade. Superado este ponto, afigura-se mais adequada a aplicação de medidas cautelares pessoais. A concessão da liberdade é dita vinculada, pois obriga o agente a determinadas condições, como o comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sob pena de imediata revogação. Neste ínterim, considerando o teor dos elementos colhidos por meio do ato flagrancial, vislumbro como eficaz a aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, com o condão de garantir a regular tramitação processual e a ressocialização do acusado, razão pela qual aplico as previstas nos incisos II, IV e IX, concernente à proibição de acesso à bares ou outros lugares que vendem bebidas alcoólicas, devendo a agente permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações, à proibição de ausentar-se da Comarca e o monitoramento eletrônico, com perímetro de circulação não superior a 500 (quinhentos) metros de sua residência. Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA a Endrew da Rocha Pessoa, nos termos do art. 321 do Código de Processo Penal, devendo o agente comparecer a todos os atos do processo e não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo, sob pena de revogação do benefício. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos II, IV e IX, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a revogação do benefício. Determino que o acusado compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura. Oficie-se à SEAP para que proceda ao monitoramento eletrônico, nos termos aqui expostos. Quanto ao pedido de fls. 100/103, vista ao Ministério Público. I.

ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM) - Processo 0643959-59.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Mirian Bindá Ferreira - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER a acusada MIRIAN BINDÁ FERREIRA da infração penal prevista no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0644073-90.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jean Ferreira Roque - Vistos, etc. Homologo a desistência da testemunha manifestada pelo Ministério Público (fl. 121). No mais, providencie-se o desentranhamento da peça de fl. 118, por conter informações sigilosas. Por fim, aguarde-se a realização da audiência designada.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0644876-39.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Rodrigo dos Santos Andrade - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Paulo Rodrigo dos Santos Andrade via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0644876-39.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Rodrigo dos Santos Andrade - Pelo exposto, em consonância com o Órgão Ministerial, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de Paulo Rodrigo dos Santos Andrade. Deverá se fazer constar a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV, do Código de Processo Penal, e que o descumprimento acarretará a decretação de nova prisão. Determino que o suplicante compareça neste Juízo no primeiro dia útil seguinte a sua soltura para assinatura de Termo de Compromisso, sob pena de revogação do benefício. Ainda, deverá ser encaminhado ao PROJETO REEDUCAR. Expeça-se Alvará de Soltura a fim de que o requerente seja posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Intime-se.

ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0645326-79.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ytalo Ferreira Reis - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Ytalo Ferreira Reis via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM) - Processo 0645757-16.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - INDICIADO: Cayron Williames Gomes da Silva - Maria Alice Sobrinho de Souza - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: AMANDA BRENDA FLORÊNCIO BRASIL (OAB 14015/AM) - Processo 0646136-25.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Danrley Silva Nascimento - Vistos, etc. Considerando-se que a presença da advogada no ato de fl. 102/104 supre a necessidade de juntada de instrumento procuratório, expeça-se nota de intimação em nome da Dra. Amanda Brenda Florêncio Brasil OAB/AM 1415, a fim de que apresente memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0654936-08.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Marques do Carmo - José Weliton Lisboa de Oliveira - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu JOSÉ WELITON LISBOA DE OLIVEIRA a pena individual de 05:10:00 (cinco anos e dez meses), de reclusão, e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa por infração ao artigo 33 da Lei n. 11.343/2006; para CONDENAR o acusado FELIPE MARQUES DO CARMO a pena individual de 05:00:00 (cinco anos), de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa por infração ao artigo 33 da Lei n. 11.343/2006; e ainda ABSOLVER os acusados JOSÉ WELITON LISBOA DE OLIVEIRA e FELIPE MARQUES DO CARMO da imputação penal prevista no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM), ADV: PRISCILA WANDERLEI RABELO (OAB 12803/AM) - Processo 0656301-97.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Almeida dos Santos - A jurisprudência vem trilhando o entendimento de que a soma dos prazos estipulados nos diversos procedimentos, previstos na lei processual penal e nas leis penais extravagantes, não pode ser considerada com excessivo rigor. Ainda que se trate de réu preso, porquanto vários motivos podem dar causa a eventual atraso para o término da instrução criminal. Em outras palavras, o prazo para a conclusão da instrução criminal não é absoluto, fatal e improrrogável, sendo que o constrangimento ilegal por excesso de prazo, só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, devendo, portanto, ser analisado de acordo com as peculiaridades de cada caso. In casu, a prisão preventiva está perdurando excessivamente, abstendo-se de assegurar o bom andamento da instrução criminal; muito pelo contrário, está se prolongando demasiadamente, sem culpa qualquer do agente, o que, de plano, configura constrangimento ilegal, atendendo-se, assim, aos preceitos do artigo 648, inciso II, do Código de Processo Penal e do artigo 5º, inciso LXV, da Constituição Federal. De todo modo, em observância ao princípio da proporcionalidade, no caso em tela, reconheço ser viável a aplicabilidade das medidas cautelares diversas da prisão, previstas nos incisos do artigo 319, do Código de Processo Penal, com o fito de evitar a prática de novas infrações criminais e de salvaguardar a continuidade do processo. Ante o exposto, RELAXO a PRISÃO PREVENTIVA de FELIPE ALMEIDA DOS SANTOS com fulcro no princípio da proporcionalidade, bem como APLICO as MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, quais sejam, (a) Comparecimento em Juízo no primeiro dia útil após a soltura, portando documento de identidade e comprovante de residência atualizado a no mínimo 2 (dois) meses, com fins de assinar o termo de compromisso; (b) comparecimento mensal em juízo para justificar suas atividades e atualizar endereço; (c) proibição de ausentar-se da comarca por período superior a 08 (oito) dias sem prévia autorização deste Juízo; (d) Comunicar a este Juízo qualquer mudança de endereço; (e) Comparecer a todos os atos do processo, sempre que chamado; (f) recolhimento domiciliar noturno entre 22h às 06h; (g) participar do projeto reeducar, promovido pelo TJ/AM; (h) monitoração eletrônica. Advirta-o que o descumprimento de quaisquer obrigações, infra elencadas, poderá ensejar na decretação de prisão preventiva, consoante artigo 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Expeça-se o competente alvará de soltura, devidamente clausulado, para imediato cumprimento, salvo se por outro motivo estiver preso, em consonância com os ditames de todo o teor desta respectiva decisão. Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 18/08/2020 às 10:45h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Em relação ao pedido da Defesa requerido neste ato, somado à manifestação prévia do Ministério Público, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: VÍTOR

CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0659793-97.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Rodrigues Oliveira - Bruno Eduardo da Silva Miranda - Kayloendrio de Oliveira Tinoco - Vistos, etc. Considerando-se que o réu Kayloendrio de Oliveira Tinoco já foi devidamente interrogado (fls. 312/314) e que sua ausência no ato de fl. 326/327 não resultou em prejuízo para a instrução, indefiro a primeira parte da promoção de fl. 339. No mais, aguarde-se a realização da audiência já designada. Diligências de praxe.

Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alexandra Calderaro Queiroz (OAB A1224/AM)
Amanda Brenda Florêncio Brasil (OAB 14015/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB 356A/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Bruno Eduardo Thomé de Souza (OAB 7446/AM)
Bruno Marques Castro (OAB 14134/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Diane Giselle Angelim de Macedo (OAB 10051/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fernanda Layze Costa Viana (OAB 14338/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gedeon Rocha Lima (OAB 70A/AM)
Gilvandro Mota da Silva (OAB 12954/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Herberth Pinheiro Maia (OAB 8676/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Jonathan Campos Cutrim (OAB 9855/AM)
Jonne Stanley da Silva Teles (OAB 13993/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kaio Klinger Viana do Nascimento (OAB 12185/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
LUIS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 11990/MA)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Mauro Saraiva Moreira (OAB 5072/CE)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
PÂMELA BARBOSA (OAB 11452/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Poliana Cristina Paiva da Silva (OAB 12786/AM)
Priscila Wanderlei Rabelo (OAB 12803/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raphaela da Costa Nascimento (OAB 9861/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sara Almeida Aguiar (OAB 13442/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suzana Cândida Amorim Lima Rebolças (OAB 7243/AM)
Tiago João Salles Botelho (OAB 11873/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Yanne Pinheiro Teixeira (OAB 14312/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0217997-36.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: S.C.O.F. - C.A.A.A.F. - G.A.N. - C.L.F. e outros - Intimem-se os advogados dos réus para apresentarem alegações finais escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 403, §3º, do Código de Processo Penal.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0218411-34.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jessé Silva Botelho - DENUNCIADO: Kaiki Ribeiro da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 12/09/2019 às 08:30h.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0219581-41.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Paulo Campos Barbosa - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 12/09/2019 às 10:45h.

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0224425-34.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Carvalho da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 12/09/2019 às 10:00h.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0227020-06.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Eliza Fernandes dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 12/09/2019 às 10:30h.

ADV: RUTH MARINHO DA SILVA (OAB 1879/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0228145-09.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Reginaldo Henriques de Souza - Raiane Yza da Silva Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 12/09/2019 às 09:30h.

ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: SANDRO SANTOS SILVA (OAB 3550/AM) - Processo 0266542-40.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Silvio Costa Nascimento - Luiz Carlos Maciel da Silva e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 12/09/2019 às 10:15h.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0606432-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Diogo de Castro Moraes - Nilson França Gonçalves e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 13/09/2019 às 09:15h.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Ruth Marinho da Silva (OAB 1879/AM)
Sandro Santos Silva (OAB 3550/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0207153-90.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo da Cunha - R.Hoje. Intime-se novamente o advogado, para que cumpra o despacho de fls. 322, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 104, §1º, do novel Código de Processo Civil, e transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0224131-79.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Wanessa de Lima Alfaia e outro - Ante o exposto, tenho que o painel probante não se presta à condenação da ré razão pela qual JULGO IMPROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual e ABSOLVO WANESSA DE LIMA ALFAIA da acusação que lhe fora atribuída, com fundamento no art. 386, V e VI, do CPP, por total ausência de prova a autoria a caracterizar o elemento subjetivo do tipo penal de tráfico e de associação para o tráfico de drogas e de corrupção ativa. Em relação so réu KRISLEY KARLSTON CABRAL PICANÇO declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE em face de sua morte, que faço com arrimo no art. 107, I, do Código Penal Brasileiro. Determino a destruição da droga apreendida, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Declaro a perda dos objetos e valor monetário apreendidos na posse de KRISLEY KARLSTON CABRAL PICANÇO. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Demais diligências pela Secretaria inclusive dando-se baixa na distribuição do sistema de automoção do judiciário-SAJ. Custas pelo Estado.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0227355-25.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antônio Batista Pereira - Diante de todo o contexto fático probatório JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para desclassificar a conduta prevista no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 para o tipo penal previsto no artigo 28, da Lei 11.343/2006, consequentemente, extinguindo a punibilidade do réu ANTÔNIO BATISTA PEREIRA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do Código Penal c/c art. 30 da Lei nº 11.343/2006 e art. 61 do CPP, em relação ao referido crime, conforme fundamentação lançada. Dos bens apreendidos: 1) Determino a destruição da droga apreendida por incineração, caso ainda não tenha sido destruída (Lei nº 11.343/06, art. 32, § 1º) Após, certificado o trânsito em julgado e cumpridas as ordens precedentes, arquivem-se os autos. Determino a devolução dos bens apreendidos ao réu, mediante comprovação de origem lícita no prazo de 30(trinta) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, caso contrário declaro seu perdimento em favor da União. Custas pelo Estado. Publique-se, Registre-se, Intimem-se, Cumpra-se.

ADV: RAFAEL CHAVES ALFAIA (OAB 8619/AM) - Processo 0228117-07.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Ualison Neves Carneiro - Isto posto, por se tratar de matéria de ordem pública, RECONHEÇO EX OFFICIO A PRESCRIÇÃO E JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE Ualison Neves Carneiro , com fulcro no art. 30 da Lei nº 11.343/06, cumulado com o art. 107, inciso IV, do Código Penal.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0232331-75.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: SIDSON GAMA DE OLIVEIRA - 1 Dê-se vista à Defesa constituída para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0237911-86.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jean Luiz Albuquerque Sido e outro - R.Hoje. Nada a prover quanto ao pedido de fls. 269, eis que o processo já se encontra suspenso, na forma do art. 152, do Código de Processo Penal. Intime-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM) - Processo 0262988-97.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Odenilson Costa Correa - Posto isso, julgo extinta a punibilidade em relação a Odenilson Costa Correa, com fulcro no Art. 107, I, do Código Penal. Após o trânsito em julgado, façam as comunicações e anotações necessárias e procedam à baixa e arquivamento da parte, com as cautelas de praxe, independente de novo despacho. No que se refere aos bens e numerário apreendidos, se no prazo de 05 (cinco) dias não houver manifestação de terceiro de boa-fé, interessado na restituição destes, desde já DECRETO o perdimento em favor da União, por intermédio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), nos termos do art. 63 da Lei nº 11.343/06, sobretudo ante o disposto no Art. 243, parágrafo único, da CRFB/88. Oficie-se à SENAD/CONEN. Oficie-se à Autoridade Policial para a destruição da droga. P.R.I.C.

ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0605812-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago da Silva Costa e outros - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR os acusados MATEUS DE SOUZA SANTOS e EDUARDO WILLIAM CORDEIRO DA COSTA como incursos nas penas do Art. 33, caput c/c Art. 40 IV da Lei nº 11.343/2006. 2) ABSOLVER os acusados THIAGO DA SILVA COSTA e JOÃO VICTOR DE DOUZA CRUZ da imputação das infração penal prevista no Art. 33, caput c/c Art. 40 IV da Lei nº 11.343/2006, por não haver prova suficiente para a condenação, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. 3) ABSOLVER os acusados MATEUS DE SOUZA SANTOS, EDUARDO WILLIAM CORDEIRO DA COSTA, THIAGO DA SILVA COSTA e JOÃO VICTOR DE DOUZA CRUZ da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por não haver prova suficiente da existência da referida associação, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Passo à individualização da pena.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: EMIDIO NERI SANTIAGO NETO (OAB 176847/MG), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM), ADV: MILENA ALCANTARA DE FARIAS (OAB 14726/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: PAULA CAROLINE GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 10175/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: RAQUEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA JOMBLAT (OAB 10674/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM), ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM), ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM), ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM) - Processo 0607513-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Everaldo de Souza Aguiar - Lucas Cruz Carioca - Alexsandro Gomes da Silva - Carlos Guilherme Lucena Pereira - Jaime Costa da Costa (Falecido) - Kelvin Cal Barbosa da Silva - Carlos Adriano Medeiros Candeira - Guilherme Correa do Nascimento - Sergio de Oliveira Rebouças - Raylton Queiroz de Souza - Kelson Bandeira da Silva - Herickson Kayck Maciel Pereira e outros - 2 Dê-se vista ao Ministério Público quanto ao pedido formulado pela defesa, bem como para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0614259-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Edvaldo Reina - Vistos etc, Trata-se de recurso de apelação interposto por Edvaldo Reina (fls. 149) ante a sentença penal condenatória de fls. 127/138. Certificou-se a tempestividade do apelo. É o essencial a ser relatado. Decido. Tendo em vista a tempestividade, recebo o recurso, nos termos do artigo 593, inciso I, do CPP, no efeito meramente devolutivo. Vista ao Apelante para apresentar razões, no prazo de 8 (oito) dias (artigo 600, caput, do CPP). Depois, em igual prazo, ao Apelado. Apresentadas as razões ou vencidos os prazos supramencionados (artigo 601, caput, do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias. Os registros audiovisuais estão nos autos e são acessíveis a todas as partes que nele atuam, desde que forneça meio hábil para gravação da mídia (pen drive, CD, DVD etc), sem olvidar da vedação acerca da divulgação, consoante já assentado em ata. À Secretaria para providências. Cumpra-se. I.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0620209-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Raulison Souza Lopes - Evanilson dos Santos Pereira - Por todo o exposto, com substrato nos arts. 311, 312 e ss do Código de Processo Penal, indefiro o pedido formulado e mantenho a prisão preventiva de Evanilson dos Santos Pereira.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0620689-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Ana Sara Souza Santiago - Helio Queiroz da Silveira Neto - Vistos etc, Trata-se de recurso de apelação interposto por Helio Queiroz da Silveira Neto (fls. 295) ante a sentença penal condenatória de fls. 269/287. Certificou-se a tempestividade do apelo. É o essencial a ser relatado. DECIDO. Tendo em vista a tempestividade, recebo o recurso, nos termos do artigo 593, inciso I, do CPP, no efeito meramente devolutivo. Vista ao Apelante para apresentar razões, no prazo de 8 (oito) dias (artigo 600, caput, do CPP). Depois, em igual prazo, ao Apelado. Apresentadas as razões ou vencidos os prazos supramencionados (artigo 601, caput, do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias. Certifique-se o encaminhamento da guia de recolhimento provisória e demais peças processuais pertinentes à Vara de Execução Penal, bem como a autuação do processo de execução. Certifique-se o trânsito em julgado para a co-ré Ana Sara Souza Santiago, e encaminhe-se cópia dos autos ao Juizado Especial Criminal. Os registros audiovisuais estão nos autos e são acessíveis a todas as partes que nele atuam, desde que forneça meio hábil para gravação da mídia (pen drive, CD, DVD etc), sem olvidar da vedação acerca da divulgação, consoante já assentado em ata. À Secretaria para providências. Cumpra-se.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0635980-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elivaldo Ferreira Pereira - Moizes de Souza Moura - Intimem-se o advogado dos réus Moizes de Souza Moura e Elivaldo Ferreira Pereira, via DJe, para apresentarem alegações finais escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. Transcorrido in albis o prazo, intime-se pessoalmente o réu para constituir novo defensor, no prazo de 10 (dez) dias, ao término do qual, não havendo manifestação, fica nomeada a Defensoria Pública para atuar na defesa, devendo os autos serem encaminhados com vista à Defensora Pública com atuação nesta Vara Especializada para apresentar memoriais, no prazo legal.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0640297-48.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elequisandro Pereira Marques - Por todo o exposto, com substrato nos arts. 311, 312 e ss do Código de Processo Penal, indefiro o pedido formulado e mantenho a prisão preventiva de Elequisandro Pereira Marques.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0641140-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Eduardo Ferreira de Morais - 1 Dê-se vista às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0641140-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Eduardo Ferreira de Morais - R.Hoje. Intime-se o Ministério Público para que apresente memoriais escritos, no prazo legal, uma vez que já foram disponibilizadas os registros audiovisuais, conforme se vê às fls. 190. À Secretaria para providências. Manaus, 07 de maio de 2019.

ADV: GILMAR ARAUJO DA COSTA (OAB 14763/AM), ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM) - Processo 0643497-63.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luiz Felipe Oliveira Barreto - Assim, com substrato nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal, INDEFIRO o pedido formulado e mantenho a prisão preventiva de Luiz Felipe Oliveira Barreto.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM) - Processo 0647289-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - DENUNCIADO: Cristiano Reis Tabosa de Castro e outro - INDICIADO: Jair Torres Carneiro - DENUNCIADO: Alexsandro Felix de Menezes e outro - INDICIADO: William Adriano de Moura - DENUNCIADO: Ana Flávia Monteiro dos Santos - André Viana Fonseca - Arlisson da Silva Araújo e outro - Analisando detidamente os autos, vislumbro que não merece acolhimento o pedido formulado, uma vez que a prisão do Requerente se encontra devidamente fundamentada nas hipóteses legais, conforme se verifica na decisão de fls. 487/490. Ademais, a instrução processual já se encontra encerrada, não cabendo alegação de excesso de prazo, consoante entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, consolidado no enunciado n.º 52, da súmula desta Corte: encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Intime-se e mantenham-se os autos conclusos para sentença.

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM) - Processo 0652126-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Andrey Correa Tavares - Diante de todo o contexto fático probatório JULGO IMPROCEDENTE a denúncia e acolho a tese da defesa para DESCLASSIFICAR a conduta do réu ANDREY CORREA TAVARES capitulada no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 para o tipo penal previsto no artigo 28, da Lei 11.343/2006 e determino a redistribuição dos presentes autos ao Juizado Especial Criminal mediante distribuição, na dicção do art. 48, § 1º, da Lei 11.343/2006 c/c CPP, art. 74, § 2º. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, pois em caso de condenação perante o JECRIM, submeterá o denunciado à pena menos gravoso, sendo de rigor a revogação do decreto prisional. Assim expeça ALVARÁ DE SOLTURA para que ANDREY CORREA TAVARES seja incontinenti colocado em liberdade, se por all não estiver preso. Dos bens apreendidos: 1) Determino a destruição da droga apreendida por incineração, caso ainda não tenha sido destruída (Lei nº 11.343/06, art. 32, § 1º); 2) Se houver bens apreendidos determino a sua devolução ao réu mediante apresentação de nota fiscal que comprove a origem lícita, caso contrário declaro a perda em favor da União. Custas pelo Estado. Publique-se, Registre-se, Intimem-se, Cumpra-se. Manaus, 27 de Agosto de 2019.

ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0661515-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lindonei Crispim dos Santos - 3 Indefiro o pedido formulado às fls. 180/181, eis que já encerrada a instrução criminal, e o feito se aproxima do seu julgamento de mérito.

Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
EMIDIO NERI SANTIAGO NETO (OAB 176847/MG)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Gilmar Araujo da Costa (OAB 14763/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Milena Alcantara de Farias (OAB 14726/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Paula Caroline Galvão dos Santos Silva (OAB 10175/AM)
Rafael Chaves Alfaia (OAB 8619/AM)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raquel Nascimento de Oliveira Jomblat (OAB 10674/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM) - Processo 0229878-34.2019.8.04.0001 (processo principal 0239998-73.2018.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Thiago Silva dos Santos - Ante ao exposto, ancorando-se no que prescreve o art. 118 do CPP, INDEFIRO O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. À secretaria para providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0250162-68.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luzieth da Silva Queiroz - Diante de todo o contexto fático probatório JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para desclassificar a conduta prevista no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 para o tipo penal previsto no artigo 28 da Lei 11.343/2006, consequentemente, extinguindo a punibilidade da ré LUZIETH DA SILVA QUEIROZ, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do Código Penal c/c art. 30 da Lei nº 11.343/2006 e art. 61 do CPP, em relação ao referido crime, conforme fundamentação lançada. Caso a ré esteja presa por este processo, determino a expedição de alvará de soltura para que a mesma seja incontinenti colocada em liberdade, se por all não estiver presa. Dos bens apreendidos: 1) Determino a destruição da droga apreendida por incineração, caso ainda não tenha sido destruída (Lei nº 11.343/06, art. 32, § 1º); 2) Se houver bens apreendidos determino a sua devolução ao réu, mediante apresentação de nota fiscal que comprova origem lícita, no prazo

de 30(trinta) dias, caso contrário determino o perdimento em favor da União. Após, certificado o trânsito em julgado e cumpridas as ordens precedentes, arquivem-se os autos. Custas pelo Estado. Publique-se, Registre-se, Intimem-se, Cumpra-se. Manaus, 22 de Agosto de 2019.

ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: JÉSSICA MENEZES MONTE (OAB 9754/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB 9226/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0265560-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elvys da Silva Machado e outro - Vistos etc, Trata-se de recurso de apelação interposto por Erico Magalhães Carioca (fls. 348) e Elvys da Silva Machado (360/364) ante a sentença penal condenatória de fls. 333/344. Certificou-se a tempestividade do apelo. É o essencial a ser relatado. DECIDO. Tendo em vista a tempestividade, recebo os recursos, nos termos do artigo 593, inciso I, do Código de Processo Penal, no duplo efeito. Vista ao Ministério Público para apresentar contrarrazões ao recurso do apelante Elvys da Silva Machado, no prazo de 8 (oito) dias (artigo 600, caput, do CPP). Apresentadas as razões ou vencido o prazo supramencionado (artigo 601, caput, do CPP), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, onde deverão ser apresentadas as razões recursais do apelante Erico Magalhães Carioca, conforme requerido às fls. 348, e consoante art. 600, §4º, do CPP. Observe-se a competência do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador João Mauro Bessa para julgar o apelo, tendo em vista a competência por prevenção em decorrência do conhecimento do Habeas Corpus a que aduz o Acórdão de fls. 124, conforme Art. 78 do Regimento Interno do TJAM. Os registros audiovisuais estão nos autos e são acessíveis a todas as partes que nele atuam, desde que forneça meio hábil para gravação da mídia (pen drive, CD, DVD etc), sem olvidar da vedação acerca da divulgação, consoante já assentado em ata. À Secretaria para providências.

ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0603404-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: A.N.N.J. e outros - INVESTIGAD: Z.S.G. - Sem maiores digressões, vislumbro que não merece acolhimento o pedido formulado pela defesa, eis que a prisão preventiva do Requerente se encontra devidamente fundamentada nas hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal (decisão de fls. 390/392), não havendo qualquer alteração fático-processual que pudesse ensejar a modificação do entendimento esposado naquele decisum. Sublinhe-se que o réu responde a processos na 1ª Vara do Tribunal do Júri, 2ª Vara Criminal e VEP, o que demonstra a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão. Ademais o processo já se encontra concluso para sentença, ocasião em que será resolvida definitivamente a situação do Requerente.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0635518-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kelton Figueiredo Portilho - Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 115/118. Intime-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0640782-48.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Eduardo Rodrigues de Oliveira Junior - Portanto, com substrato nos arts. 311, 312 do CPP, em nome da garantia da ordem pública, e em consonância com o Ministério Público, indefiro o pedido formulado e MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DE EDUARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR.

Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Débora Cristina Nascimento da Costa (OAB 9226/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Jéssica Menezes Monte (OAB 9754/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSEANE DO VALE CAVALCANTE JACINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0235539-67.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Manoel Bentes Rodrigues e outro - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE, a denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual e ABSOLVO JOAQUIM DE SOUZA MARQUES e MANOEL BENTES RODRIGUES da acusação que lhe fora atribuída, com fundamento no art. 386, VII, do CPP, por ausência suficiente de prova de autoria a caracterizar o elemento subjetivo do tipo penal de tráfico e de associação para o tráfico de drogas capitulados nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada, conforme preconiza o art. 32, § 2º, da Lei 11.343/2006. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). O auto de exibição e apreensão de fl.50 não demonstra com clareza com quem estava a importância monetária de R$133,00(cento e trinta e três reais), desta forma declaro a perda em favor da União, na forma da lei. Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância e b) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Custas pelo Estado. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus, de agosto de 2019.

Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0136/2019

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0211062-38.2018.8.04.0001 (processo principal 0211993-12.2016.8.04.0001) - Incidente de Sanidade Mental - Estupro - AUTOR: Walderlucio Bezerra de Amorim - Em vista do teor da certidão antecedente e da inércia da Defesa em informar o paradeiro do acusado, bem como seu contato telefônico, apesar de intimado para tanto, determino que se proceda à nova intimação da Defesa/curador, a fim de que informe se tem interesse no prosseguimento do presente Incidente, bem como informar o endereço do acusado, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0228106-36.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0213373-36.2017.8.04.0001) - Produção Antecipada da Prova - Liminar - INDICIADO: L.N.S. - Cite-se o indiciado para que se manifeste nos termos da ação proposta, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 218, do novo CPC, aplicado subsidiariamente ao presente feito, devendo constar do mandado que, caso não constitua advogado, será nomeado o Defensor Público com atuação nesta Vara Especializada.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0236494-59.2018.8.04.0001 (processo principal 0040069-59.2000.8.04.0011) - Insanidade Mental do Acusado - Latrocínio - EXCIPIENTE: O.C.P. - Intime-se a Defesa acerca da Decisão de fls. 11/12.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0242035-83.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: A.E.B.F. - ADV.: Carlos Alberto Barros Ferreira OAB 12374/AM - OAB. Processo n.º: 0242035-83.2012.8.04.0001. Réu: Antonio Eudes Barbosa Fernandes. Finalidade: Comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 22/10/2019 às 10h30. Observação: Processo em Segredo de Justiça por força do disposto no Art. 234-B do Código Penal Brasileiro.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0261701-02.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: B.R.S. - Não havendo fatos novos a considerar e em consonância com o Ministério Público, NEGO ao denunciado o relaxamento de prisão preventiva e RATIFICO as decisões susomencionadas em todos os seus termos. Ao ensejo, aguarde-se a realização da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 16.09.2019, às 9h30.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0501361-29.2008.8.04.0001 (001.08.501361-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - INDICIADO: P.R.C.S. - Diante do exposto e pelas razões acima declinadas, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contido na Denúncia para ABSOLVER o réu, PAULO ROBERTO CLÁUDIO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, e o faço com fundamento no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0627939-51.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - INVESTIGAD: F.C.D. - ISTO POSTO, pelas razões acima declinadas, REVOGO A MEDIDA PROTETIVA, integralmente, restabelecendo o status quo ante, devendo a secretaria adotar as diligências de estilo, com a expedição do competente mandado de revogação.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0631985-83.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro - INDICIADO: S.S.S. - Cite(m)-se o(a)(s) Ré(u)(s) para responder(em) a acusação por escrito e, caso esteja preso, seja oficiado à Unidade Prisional em que se encontra, no prazo de 10 (dez) dias, devendo o ato citatório ser realizado por mandado, fazendo-se constar no(s) mesmo cópia da denúncia, com a advertência de que transcorrido este prazo sem manifestação, fica, desde já, nomeado(a) Defensor(a) Público(a) com atuação nesta Vara Especializada para atuar na defesa do acusado. Sendo constituído regularmente advogado pelo mesmo, intime-se, desde logo, o patrono para que apresente defesa escrita, devendo constar de sua intimação que fica ao seu encargo comparecer nesta Vara Especializada para extrair, se houver, cópia da mídia que acompanha o presente IP, por meio de pen drive, independentemente de intimação.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: ELIZANDRA LUCIANE PINTO DA SILVA (OAB 12704/AM) - Processo 0642984-95.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro de vulnerável - INDICIADA: G.C.S. - DO EXPOSTO, pelas razões acima declinadas, NEGO a LIBERDADE PROVISÓRIA ao custodiado, GILVAN COSTA DOS SANTOS, estando presentes os motivos ensejadores para a manutenção da prisão preventiva, nos termos do art. 312, do Código de Processo Penal, restando insuficientes e inadequadas as medidas cautelares previstas no art. 319, do citado códex.

Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Elizandra Luciane Pinto da Silva (OAB 12704/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0178/2019

ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0203598-12.2008.8.04.0001 (001.08.203598-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: M.J.N.A. - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, na medida em que ABSOLVO Réu Mario Jorge Nobre de Albuquerque das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM), ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0206916-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - DENUNCIADO: R.E.M. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0216906-47.2010.8.04.0001 (001.10.216906-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: N.S. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 06/02/2020 às 08:00h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 08/10/2019 às 08:00h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0231236-83.2009.8.04.0001 (001.09.231236-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Seqüestro e cárcere privado - DENUNCIADO: L.C.M.S. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM) - Processo 0235580-68.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: F.A.C.C. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 12/02/2020 às 08:00h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 07/10/2019 às 09:15h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0236030-45.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: Almir José Costa de Souza - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0237050-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - INDICIADO: Francisco da Silva Costa - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, na medida em que CONDENO o Réu FRANCISCO DA SILVA COSTA, pela prática de estupro de vulnerável, tipificado no art. 217-A do Código Penal, em continuidade delitiva, nos termos do art. 71, parágrafo único, do mesmo Códex, com a aplicação da causa de aumento prevista no art. 234-A, III do Estatuto Repressivo. Fixo o valor da reparação dos danos causados pela infração no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser revertido à Vítima, com fulcro no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal. Nego o pedido de imposição de medidas cautelares, formulado pelo Parquet, em virtude da ausência do requisito previsto no art. 282, I, do Código de Processo Penal.

ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0242866-05.2010.8.04.0001 (001.10.242866-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: A.B.S. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento

designada para o dia 20/02/2020 às 08:00h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 08/10/2019 às 09:15h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0257122-84.2009.8.04.0001 (001.09.257122-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - INDICIADO: M.F.R.S. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0266034-94.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.A.G. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),

ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0500090-82.2008.8.04.0001 (001.08.500090-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: S.C.P. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o(a) Réu(é) Sales da Costa Pardo das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0500126-27.2008.8.04.0001 (001.08.500126-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: M.J.S.L. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/10/2019 às 10:15h, considerando que a audiência pautada para o dia 30/05/2019 restou frustrada (fls. 293). Providencias pela Secretaria: 1) Intimação do réu; e 2) Intimação da Vitima e Testemunhas arrolada na Denúncia e Resposta à Acusação.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0500946-46.2008.8.04.0001 (001.08.500946-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: D.S.O. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 04/02/2020 às 10:45h. Certifico, ademais, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 09/10/2019 às 09:30h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0501122-25.2008.8.04.0001 (001.08.501122-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: M.B.S. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o(a) Réu(é) Marlielton de Brito Silva das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM) - Processo 0501204-85.2010.8.04.0001 (001.10.501204-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: Jose de Ribamar Sousa e Silva e outros - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o delito em tela, e em consonância com entendimento ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0611158-85.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: S.B.S. - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, na medida em que CONDENO o Réu SAMUEL BEZERRA SAMPAIO, pela prática do crime de estupro de vulnerável, tipificado no art. 217-A do Código Penal, com a causa de aumento prevista no art. 226, II do CP, e em continuidade delitiva, nos termos do art. 71, parágrafo único, do mesmo Códex. Fixo o valor da reparação dos danos causados pela infração no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser revertido à Vítima, com fulcro no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0179/2019

ADV: MATHEUS LEÃO ALVES DA SILVA (OAB 13651/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0211502-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: A.M.A. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, para ABSOLVER o Réu das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório suficiente a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII,Código de Processo Penal. Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória, assim como medida(s) cautelar(es) impostas com fulcro no artigo 319, do Código de Processo Penal, caso pendentes de cumprimento

Matheus Leão Alves da Silva (OAB 13651/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ALINE KELLY RIBEIRO MARCOVICZ LINS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0180/2019

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB 7130/AM) - Processo 0640430-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - RÉU: M.O.L. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, na medida em que ABSOLVO o Réu das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório suficiente a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII, Código de Processo Penal.

Ricardo de Oliveira Cabral (OAB 7130/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0234041-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural - RÉU: Uziel Sevalho da Silva - Autos n.º: 0234041-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos,... ASSUMO hoje. Trata-se de DENÚNCIA às fls. 2516/2522, interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através de sua 49ª PRODEMAPH, em desfavor da parte ora denunciada, UZIEL SEVALHO DA SILVA, como incurso nas penas do art. 317 "caput", e §1º, do CP c/c art. 69-A, da Lei n.º 9.605/98; EZIO DA SILVA LIMA, com incurso na pena no art. 317, "caput", e §1º, do CP, e ainda, MÁRIO JORGE VIDINHA GOMES, com incurso no art. 333, "caput", e paragrafo único, do CP. Fato ocorrido em maio/2018. De pronto, OBSERVO nitidamente nos presentes feitos, a DECISÃO às fls. 35/36, da lavra do Magistrado Federal que desmembrou os autos e declinou de sua competência para o Juízo Estadual, somente, em relação ao Acusado, UZIEL SEVALHO DA SILVA, pelas infrações dos art. 317 "caput", e §1º, do CP, c/c art. 69-A, da Lei n.º 9.605/98. O que nos leva ao entendimento de que os demais Acusados permaneceram naquele r. Juízo Federal. DESPACHO às fls., 2139, que determinou a abertura de vista ao PGJ, com fito de nomear um promotor de justiça ambiental, para se manifestar. É importante ressaltar que o oferecimento da denúncia estadual às fls., seguiu "in totum" a denúncia federal às fls. 4/15, no entanto, o Magistrado Federal desmembrou os autos naquele juízo. DECIDO. "Ab initio", o RECEBIMENTO DA DENÚNCIA pelo juiz é o ato pelo qual o acusado passa a ser réu no processo, ou seja, aquela pessoa que contra si pesava a acusação de determinado ilícito penal passa a ter o peso de responder a uma ação penal. A partir do recebimento da denúncia, o réu é chamado ao processo através da citação para que possa apresentar sua defesa, sendo que, nos termos do art. 363,doCPP, o processo terá completa sua formação com a citação do acusado. Nesse contexto, e anteriormente, o juízo federal desmembrou os feitos e em que pese ter varios denunciados, apenas declinou de sua competência, em relação ao Acusado, UZIEL SEVALHO DA SILVA. Assim, REJEITO PARCIALMENTE a DENUNCIA em relação aos Acusados, EZIO DA SILVA LIMA, com incurso na pena no art. 317, "caput", e §1º, do CP, e ainda, MÁRIO JORGE VIDINHA GOMES, com incurso no art. 333, "caput", do CP, por integrarem a mencionada ação que permaneceu no Juízo Federal, evitando assim o principio "non bis in idem". A jurisprudência pátria é uníssona nesse sentido: EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL - REJEIÇÃO PARCIAL DA DENÚNCIA - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO NON BIS IN IDEM - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO IMPROVIDO. I - Deve ser mantida a decisão que rejeita a peça acusatória, quanto a um dos denunciados, em homenagem ao princípio non bis in idem, quando se verifica que as circunstâncias fáticas do caso objeto da segunda denúncia contra o mesmo acusado constituem desdobramentos dos fatos apurados em anterior ação penal - na qual já foi proferida sentença condenatória contra o denunciado -, não sendo razoável a instauração, contra o mesmo denunciado, de uma ação criminal por cada pessoa que tenha sido por ele utilizada como "laranja", para movimentar os recursos provenientes do crime praticado contra o Sistema Financeiro Nacional, por se tratar, na verdade, de vários atos de uma mesma conduta, já inserida na imputação que resultou em condenação anterior. II - Recurso improvido. Tribunal Regional Federal da 1ª Região TRF-1 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO : RSE 10452 PA 2007.39.00.010452-8. Por fim, RECEBO PARCIALMENTE A DENÚNCIA MINISTERIAL ESTADUAL acima mencionada, em face do réu, UZIEL SEVALHO DA SILVA, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal, por inexistir quaisquer das hipóteses previstas no art. 395, do mesmo Diploma Legal, bem como, por preencherem os requisitos previstos no art. 41, do CPP. DETERMINO à Secretaria deste Juízo, que proceda a citação do Réu, para que, no prazo de dez (10) dias, apresentar a RESPOSTA À ACUSAÇÃO, ocasião em que poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CITE-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. (Assinatura digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0234041-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural - RÉU: Uziel Sevalho da Silva - Autos nº.:0234041-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos., ASSUMO hoje. Cuida-se de PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA C/C LIBERDADE PROVISORIA as fls. 2159/2169, ingressa por UZIEL SEVALHO DA SILVA, através de seu Causídico, em face da r. Decisão Federal as fls., alegou que sua prisão se deu em sua casa, quando do cumprimento do mandado de prisão, por agentes federais, e conduzido, a Sede da Policia Federal. Apontou o Paciente que é réu primário, com residência fixa e possível trabalho. Pugnou o Autor pela revogação da prisão preventiva, ou, pela substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, nos termos do art. 316, c/c do art. 318, III e VI, do CP. E sendo, concedido a substituição por medida cautelar, nos moldes do art. 319, do CPP. Foram anexados os docs., as fls. 2170/2176. DESPACHO as fls., desse Juízo Especializado, que abriu vista ao MPE, para manifestação pertinente. DECISÃO as fls. 2508/2513, no plantão 2ª Grau, que autorizou ao Juízo Plantonista à atuar nos feitos em tramite. DESPACHO as fls. 2515, no plantão 1ª Grau, que entendeu não ser o juízo plantonista o mais apto a apreciar o presente pedido. PARECER MINISTERIAL as fls. 2523/2524, oriundo da 49ª PRODEMAPH, que se manifestou pela manutenção da prisão preventiva do réu, visando a garantia da ordem publica, conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal. É a síntese dos fatos. DECIDO. "Ab initio", o pedido de revogação de prisão, estabelece que é preciso transcrever os sábios ensinamentos de Pierpaolo Bottini: "A privação da liberdade é a interferência mais agressiva do Estado na vida e na dignidade do indivíduo, pois o segrega e estigmatiza social e psicologicamente. A banalização da prisão preventiva desagrega os laços comunicativos normais da pessoa, inserindo-a em um contexto de valores distintos, capazes de afetar de maneira definitiva qualquer processo de socialização. Os efeitos criminológenos da prisão, definitiva ou provisória, são de todos conhecidos - portanto, sua limitação a medida de extrema necessidade é previsão de bom senso e útil para o funcionamento de um Estado Democrático de Direito." (grifo nosso). Pertinente também a lição de Renato Brasileiro: "Portanto, por ocasião da decretação de uma prisão cautelar, impõe-se ao magistrado, uma ponderada avaliação dos malefícios gerados pelo ambiente carcerário, sem prejuízo, todavia, da proteção dos legítimos interesses da sociedade e da eficácia da persecução penal. Afinal, não se pode perder de vista que o princípio da proporcionalidade possui um duplo espectro, representado por um âmbito negativo - de proteção contra o excesso - por um âmbito positivo - de proibição de ineficiência, também chamado de vedação de proteção deficiente". (grifo nosso). Percebe-se das dicções dos autores supramencionados que é imprescindível, quando da aplicação da privação cautelar da liberdade do cidadão, tenha o magistrado à sensibilidade para ponderar adequadamente os valores que estão em jogo, quais sejam, o "status libertatis" do indivíduo e o interesse de proteção da sociedade e da persecução penal, sempre levando em conta que a prisão do indivíduo antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória configura-se "ultima ratio". VERIFICO que, de acordo com o Parquet Federal, às fls. 015, o réu UZIEL SEVALHO DA SILVA foi preso em flagrante em 11/12/2018 por corrupção passiva (Processo n.º 0659128-81.2018.8.04.0001). Naquela ocasião, haja vista a habitualidade criminosa, permanecendo hígidos e atuais os fundamentos de fato e de direito que redundaram na decretação da prisão cautelar, requereu o Ministério Público Federal pela

ratificação da prisão durante o trâmite processual. Em consulta aos autos do Processo n.º 0659128-81.2018.8.04.0001, tramitando na 9.ª Vara Criminal, constato que o réu UZIEL SEVALHO DA SILVA, na condição de fiscal do IPAAM, responde pela conduta delitiva do art. 317, do CP, pelo fato de que no dia 29/11/2018, no bairro do Tarumã, solicitou vantagem indevida da Sra. Rejane. O presente processo tramitou originariamente na 7.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, e, ocorrendo sua declinação de competência para a Vara Especializada do Meio Ambiente, entendeu este Ministério Público pelo oferecimento de denúncia, em razão da conduta delitiva, especificamente, de UZIEL SEVALHO DA SILVA, pelos delitivos tipificados no art. 317, do CP, e do art. 69-A, da Lei n.º 9.605/1998. OBSERVO o art. 312, do CPP, que expressa: Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. O enclausuramento por conveniência da instrução criminal possui caráter eminentemente instrumental, pois visa a tão somente o bom andamento do processo. Ademais, o periculum libertatis estaria configurado quando a coleta da prova ou o normal desenvolvimento do feito estiverem em risco, em face de ameaças ou constrangimentos às testemunhas, vítimas e peritos, bem como em caso de destruição ou alteração do local do crime (LOPES JR., 2011. p. 109). Todas essas atitudes, portanto, no intuito "de afastar o julgador da reconstrução verídica dos fatos apurados" (MINAGÉ, 2011. p. 85). "Ex positis", DENEGO o pleito as fls. 2159/2169, nos moldes dos art. 312, do CPP., por conveniência da instrução, e ainda, em consonância a promoção ministerial, ACOLHO a continuidade da custodia do Réu, UZIEL SEVALHO DA SILVA. Após, o decurso de prazo, ARQUIVE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 30 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 8846/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0635499-49.2016.8.04.0001 - Embargos à Execução - Competência - EMBARGANTE: Construtora Capital S/A - Autos n.º:0635499-49.2016.8.04.0001 - Classe: Embargos À Execução DESPACHO RECEBO hoje. Compulsando os autos, OBSERVO que a AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL sob o nº 0615048-03.2016.8.04.0001, se encontra sobre a tutela do Juízo da Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, vez que deveria está apensado a essa AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO, cujo declínio de competência se deu 01/07/2019, por decisão fundamentada as fls. 38/39, daquele r. Juízo da VEDAEst.. Assim, ENTENDO por SUSPENDER OS FEITOS, até ulterior deliberação, por via de consequência, DETERMINO a Srª. Diretora de Secretaria que EXPEÇA ofício ao r. Juízo da Vara Especializada da Divida Ativa Estadual (VEDAEst.), sobre a atual situação da mencionada ação, evitando assim, decisões dispares. Após, VOLTEM-ME conclusos os autos. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 29 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira (OAB 8846/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0200038-23.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - INDICIADO: L.N.P. - Intime-se a defesa para apresentação de memoriais no prazo legal. Após, tornem conclusos.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM) - Processo 0200483-46.2015.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: E.M.S. - Defiro o pedido de fls. 130. Expeça-se Alvará À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM), ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0200899-43.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - AUTORFATO: G.M.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 22/10/2019 às 10:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 03 de setembro de 2019.Izaque de Oliveira Duarte e Adriano Pereira Boneth

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0202239-90.2015.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - AUTORFATO: C.A.S.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 22/10/2019 às 10:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 03 de setembro de 2019. Emília Carolina Mello Vieira

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0205202-56.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: W.J.O.S. - A mídia está à disposição para reprodução. Intime-se o causídico para providenciar um pen-drive ou um CD para que seja feita cópia das declarações da vítima. Cumpra-se com urgência.

ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0238187-83.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: A.A.B.A. - Processo n.º0238187-83.2015.8.04.0001 CERTIDÃO AUDIÊNCIA PAUTADA Nesta data, certifico que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO foi pautada para o dia 07/11/2019 às 11:15h, a ser realizada na Audiência do Juízo desta 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Processo encaminhando para intimação de audiência ao membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, em caso de advogado particular, será intimado via DJE.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0601094-89.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: R.S.B. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 27/11/2019 às 10:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Kelly da Silva Vasconcelos, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 29 de agosto de 2019.A

ADV: MARCELA GEÓRGIA DINIZ URIAS (OAB 9680/AM) - Processo 0601309-02.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: E.A.M.A.C. - INTIMAR O PATRONO DO REU PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS NO PRAZO DEE LEI.

ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM) - Processo 0601396-21.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Vias de fato - AUTORFATO: R.S.R. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 22/10/2019 às 09:15h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 03 de setembro de 2019.Silvana Maria Martins da Costa

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM), ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM) - Processo 0636002-65.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0642857-60.2019.8.04.0001) - Pedido de Prisão Preventiva - Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos - RÉU: I.F.S.J. - Do exposto, INDEFIRO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do autor Ilton Ferreira da Silva Junior, por vislumbrar presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do CPP. Intime-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM) - Processo 0643556-51.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Violência Doméstica Contra a Mulher - REPTANTE: W.S.C.C. e outro - RÉU: C.C.C. - Posto isto e reconsiderando a decisão anterior, por entender que o monitoramento eletrônico não se mostra suficiente para resguardar o bem jurídico tutelado, revogo a decisão de fls. 259/264, decretando a prisão preventiva do requerido. Expeça-se o mandado. As demais questões, inerentes ao litígio patrimonial, deverão ser dirimidas em via própria.

Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
Marcela Geórgia Diniz Urias (OAB 9680/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0089/2019

ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0658688-85.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0645912-87.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: M.V.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 19/11/2019, às 11:00h.

Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0237259-30.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0249600-25.2017.8.04.0001) (processo principal 0249600-25.2017.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Decorrente de Violência Doméstica - CURADOR: J.L.S. - DECISÃO: II - Declaro encerrado o incidente de insanidade mental, com retomada do curso da ação penal, deixando de designar curador (CPP, art. 151), porque conclusão não fora de irresponsabilidade absoluta criminal (CP, art. 26 - "...inteiramente incapaz de entender caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento"), restando aferição, em ocasião adequada de eventual sentença (CP, art. 26, pu).

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0640808-46.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: A.S.S. - De Ordem da MMa. Juíza, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 21/11/2019, às 10:15h.

Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0394/2019

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0601403-37.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jeniffer Rezende Patrocinio Maia - Pelos fundamentos expostos, reconheço a ocorrência da prescrição da pretensão relativa aos pleitos indicados na inicial para, com base no artigo 487, II, do Código de Processo Civil, EXTINGUIR O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0602564-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Augusto Albuquerque da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre

os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0602639-24.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Maria Claudia Lima da Silva - Assim sendo, constatado o valor atualizado da condenação e a inércia do requerido quanto ao ajuizamento de impugnação, fixo o valor nominal dos honorários sucumbenciais em R$ 1.474,16 (mil quatrocentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme determinação contida no acórdão proferido às fls.124/125. Cientifique-se o executado. Expeça-se Ofício Requisitório de Pequeno Valor, de modo que seja acrescida à ordem de pagamento o valor referente aos aludido honorários. Após adimplemento da obrigação, expeça-se o competente alvará.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0603005-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO TRABALHO - REQUERENTE: Aiud Soares da Silva - Assim sendo, constatado o valor atualizado da condenação e a inércia do requerido quanto ao ajuizamento de impugnação, fixo o valor nominal dos honorários sucumbenciais em R$ 1.783,28 (mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos), conforme determinação contida no acórdão proferido às fls.159/161. Cientifique-se o executado. Expeça-se Ofício Requisitório de Pequeno Valor, de modo que seja acrescida à ordem de pagamento o valor referente aos aludido honorários. Após adimplemento da obrigação, expeça-se o competente alvará.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0604745-56.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Marco Antônio Vieira da Silva e outros - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na exordial, confirmando a decisão que concedeu a tutela de urgência, para determinar ao Requerido que mantenha a inclusão e matrícula dos Requerentes no Curso de Aperfeiçoamento de Sargento CAS/2017, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Considerando a informação de que o requerente Francisco Jackson Martins de Matos não foi matriculado no Curso, bem como a manutenção da decisão que concedeu a tutela de urgência, determino ao Ente Público que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o cumprimento da decisão liminar, sob pena de multa. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Após, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604948-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Célia Amaral Gama - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de justiça gratuita formulado na inicial, motivo pelo qual a parte está isenta de custas. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos, com a devida baixa na distribuição. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0605495-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Julia Inacio Vieira - Assim sendo, constatado o valor atualizado da condenação e a inércia do requerido quanto ao ajuizamento de impugnação, fixo o valor nominal dos honorários sucumbenciais em R$ 1.237,81 (mil duzentos e trinta e sete reais e oitenta e um centavos), conforme determinação contida no acórdão proferido às fls.129/130. Cientifique-se o executado. Expeça-se Ofício Requisitório de Pequeno Valor, de modo que seja acrescida à ordem de pagamento o valor referente aos aludido honorários. Após adimplemento da obrigação, expeça-se o competente alvará.

ADV: ANTONINO MACHADO DA SILVA (OAB 7231/AM) - Processo 0607772-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Roneyde Pereira Fernandes - Ante o exposto, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos de admissibilidade e JULGO-OS IMPROCEDENTES, consoante permissivo constante do art. 1.022, I e II, do CPC. P.R.I.C.

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0609192-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jerry Dener da Cunha Camilo - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0610166-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio José Barbosa da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até

mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0612825-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Izaurina Ferreira Meireles - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0613235-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Rusivel Farias da Silva Junior - Forte nestas razões, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Requerido a implementar a Gratificação de Curso, no percentual de 25% (respeitando-se o Art. 201, § 1º, da Lei 2.271/94) sobre os vencimentos do Requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, condenando-o, ainda, ao pagamento da quantia de R$ 28.893,84 (vinte e oito mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos) referentes ao pagamento retroativo (08/2018 a 08/2019). Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA-e, mês a mês, a contar de agosto de 2018, considerando as diferenças apontadas no memorial de fls. 59/60, e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0614066-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Ercilio Reis do Sacramento - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0614248-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Flavio Goes Marques - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes na exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 29.186,73 (vinte e nove mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e três centavos) à título de licença especial não gozada (R$ 19.074,90 = R$ 6.358,30 x 3), relativas ao período compreendido entre 28/05/1997 à 27/05/2002. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária, pelo IPCA-e, a contar do mês de dezembro de 2016, data em que o requerente passou para a inatividade, e incidirá juros de mora, a contar da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, deverá a parte autora apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0614740-59.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Adenys Manuel Vieira Rocha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a proposta apresentada pelo Requerido, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0615080-37.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Edevaldo Duarte Almeida - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na exordial, confirmando a decisão que concedeu a tutela de urgência, para determinar ao Requerido que mantenha a inclusão e matrícula do Requerente no Curso de Aperfeiçoamento de Sargento CAS/2017, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0615950-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maks Jean Alves - André Luis Proença Cruz e outros - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e julgo-os procedentes, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no CPC, passando a integrar a sentença proferida os comandos e fundamentos delineados acima. P. R. I. C.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0617732-90.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jorge Aires de Aquino - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0617820-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Rosiane Oliveira da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0619670-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Priscila Ribeiro Tiuba dos Santos - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedentes os pleitos autorais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0620068-04.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Liporacy Socorro Feleol Nogueira - Dispositivo Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, confirmando a decisão que concedeu a tutela de urgência, para determinar ao Requerido que mantenha a inclusão e matrícula da Requerente no Curso Aperfeiçoamento de Sargento (CAS), extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0620478-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Irismar de Araujo Santos - Dispositivo Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 2º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015, nos termos da fundamentação acima exposta. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença em 30 dias, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0621908-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Antonio Carlos Colares Ribeiro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o

escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0621942-24.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cleber Silva Miranda - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedente, em parte, os pedidos constantes da exordial, julgando extinto processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, confirmando a decisão que concedeu a tutela de urgência, para determinar ao Requerido que mantenha a inclusão e matrícula do Requerente no Curso de Formação de Sargentos (CFS). Improcedente o pedido de promoção à graduação de 2º Sargento. Em relação ao pedido de inclusão e matrícula no Curso de Aperfeiçoamento de Sargento - CAS, extingo-o sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Considerando que já houve o cumprimento da obrigação de fazer, deixo de determinar a expedição de ofício à autoridade citada para cumprimento da sentença. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUCY CHRISTIANE DE SOUZA HOSSAINE (OAB 6631/AM) - Processo 0624643-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANDRÉ OLIVEIRA CABRAL - CONTRADIÇÃO. No que diz respeito às alegações de contradição do Requerido, Estado do Amazonas, ora Embargante, relativas ao valor homologado, verifico que a sentença fora contraditória ao homologar montante que não se coaduna com o pactuado entre as partes. Pelos documentos de fls. 125, verifica-se que o acordo celebrado entre as partes tem como objeto 50% o valor de R$ 12.243,56 (doze mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos), evidenciando assim a contradição, pois a sentença de fls. 110/11, homologou o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Quanto à esta alegação consistente na homologação de valor aquém do pactuado, constato, em verdade, a existência de contradição, o que desde já passo a saná-lo. Assim, onde se lê: "(...) HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), bem como a majoração de gratificação de curso, para o percentual de 25% (...)", leia-se: "(...) HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 12.243,56 (doze mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos), bem como a majoração de gratificação de curso, para o percentual de 25% (...)". Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e JULGO-OS PROCEDENTES, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I, CPC, passando a integrar a sentença proferida , os comandos e fundamentos delineados acima. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Com o trânsito em julgado, deverá o advogado do exequente, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução de ofício requisitório de pequeno valor, caso ainda não haja nos autos. Após, oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. P. R. I. C.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0624657-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Alex Lopes da Silva - DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que pague o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) ao Autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre o valor haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 08/10/2014 sobre o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0624666-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Geisse de Souza Oliveira - DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que pague o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) a parte Autora, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre o valor haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 08/10/2014 sobre o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0624680-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Anselmo Bernardo Miranda - DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que pague o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) ao Autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos

legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre o valor haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 08/10/2014 sobre o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0624702-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fabiano Franco dos Santos - DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que pague o valor de R$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais) ao Autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre o valor haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 11/08/2014 sobre o valor de R$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0624717-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: João Francisco Oliveira Pereira Neto - DISPOSITIVO. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que pague o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) ao Autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre o valor haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 08/10/14 sobre o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga Juiz de Direito

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0624760-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Everaldo dos Santos Almeida - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO BARROSO MONTEIRO (OAB 12619/AM) - Processo 0626523-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Maria Antonieta da Silva Ferreira - Vistos. Considerando que o executado não impugnou os valores apresentados pelo exequente, HOMOLOGO os cálculos de fls. 127/129. Em consequência, fixo o quantum debeatur em R$ 24.260,64 (vinte e quatro mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos). Acerca do fracionamento do pagamento do crédito da parte vitoriosa, para fins de separação dos honorários advocatícios contratuais, mediante a expedição de RPV apartados, entendo ser incabível tal hipótese. Explico. Fracionar o crédito pertencente à parte vitoriosa para pagamento de honorários contratuais violaria a regra de pagamento de débitos da Fazenda Pública, prevista no art. 100, § 8ºm da CF/88 e dos artigos 22, §4º e 23 da Lei 8.906/94, uma vez que não se tratam de honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência. Neste contexto, tem-se a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal de que a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultante do contrato firmado entre advogado e cliente, senão vejamos: 02/03/2018 SEGUNDA TURMA. A G .REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.094.439 DISTRITO FEDERAL RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI AGTE.(S) : MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA ADV.(A / S

) : MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA AGDO.(A / S) : DISTRITO FEDERAL PROC.(A / S)(ES) : PROCURADOR -GERAL DO DISTRITO FEDERAL EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Processual Civil. Honorários advocatícios contratuais. Fracionamento para pagamento por RPV ou precatório. Impossibilidade. Súmula Vinculante nº 47. Inaplicabilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a Súmula Vinculante nº 47 não alcança os honorários contratuais resultantes do contrato firmado entre advogado e cliente, não abrangendo aquele que não fez parte do acordo. 2. O Supremo Tribunal Federal já assentou a inviabilidade de expedição de RPV ou de precatório para pagamento de honorários contratuais dissociados do principal a ser requisitado, à luz do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. 3. Agravo regimental não provido. 4. Inaplicável o art. 85, 11, do CPC, pois não houve prévia fixação de honorários advocatícios na causa. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 23/2 a 1º/3/2018, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 14 Ementa e Acórdão RE 1094439 A GR / DF Brasília, 2 de março de 2018. MINISTRO DIAS TOFFOLI Relator. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA VINCULANTE 47. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. 1. A Súmula Vinculante nº 47 não alcança o debate relativo ao fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento, separado do montante principal, de créditos decorrentes de honorários advocatícios contratuais. Precedentes. 2. Agravo interno desprovido" (Rcl nº 26.254/DF-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Roberto Barroso, DJe de 7/2/18) (grifei) Como visto, o Pleno do STF firmou a orientação de que é possível a execução autônoma dos honorários advocatícios, por se tratar de verba de natureza alimentar, que não se confunde com o débito principal, pertencente a titular diverso. Ao reverso, as duas turmas do Pretório Excelso afirmaram, em precedentes unânimes, a inaplicabilidade da Súmula Vinculante 47 aos honorários advocatícios contratuais, em razão de inexistir relação de estrita aderência entre decisões sobre o fracionamento de execução contra a Fazenda Pública, para o pagamento de honorários contratuais. Ademais, a Lei de Regência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública veda o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução, segundo previsão do §4º, do art. 13, da Lei 12.153/09. Outrossim, imperioso registrar que a satisfação do contrato celebrado entre cliente e advogado é de responsabilidade das partes previamente acordadas, posto que se trata de relação entre particulares, regida pelo direito civil, sendo irrelevante a inclusão, em contrato, de cláusula que vincula o recebimento dessa retribuição pelo advogado ao sucesso na resolução da lide em que se exerça a advocacia ou ao efetivo recebimento do valor pelo credor da Fazenda Pública. Ressalte-se ainda, que em sede de juizados especiais inexiste condenação em honorários advocatícios em primeiro grau de jurisdição. Pelos fundamentos expostos, indefiro o pedido de fracionamento do crédito. Com o trânsito em julgado, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Em seguida, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório. Satisfeita a obrigação, determino a extinção do feito, nos termos do art. 924, II, do CPC, com o consequente arquivamento dos autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0626741-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Exoneração - REQUERENTE: Anne Gemina Monteiro Terco - Pelos fundamentos expostos, reconheço a ocorrência da prescrição da pretensão relativa aos pleitos indicados na inicial para, com base no artigo 487, II, do Código de Processo Civil, EXTINGUIR O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0627699-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Wagnerleyde Rodrigues de Moraes - Em análise dos autos, verifico pendente de apreciação petição de lavra do requerido em que informa vício de intimação do acórdão proferido. Nesse compasso, verifico guardar razão à parte ré. Assim sendo, determino o retorno dos autos à Secretaria das Turmas Recursais para saneamento do aludido vício. Cumpra-se.

ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM) - Processo 0629010-25.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Francisco Emerson Dantas da Silva - Ante o exposto, julgo improcedente o pedido de matrícula no Curso de Formação de Sargentos (CFS), extinguindo-o com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Em relação ao pedido de promoção, extinguo-o sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0629222-46.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Marcelo da Rocha Benlolo - Ante o exposto, julgo totalmente improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0629904-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Mineya Maria Barbosa Belem - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0630760-96.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Leandra Maria Santarém da Silva - Assim sendo, constatado o valor atualizado da condenação e a inércia do requerido quanto ao ajuizamento de impugnação, fixo o valor nominal dos honorários sucumbenciais em R$ 1.745,41 (mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos), conforme determinação contida no acórdão proferido às fls.160/161. Cientifique-se o executado. Expeça-se Ofício Requisitório de Pequeno Valor, de modo que seja acrescida à ordem de pagamento o valor referente aos aludido honorários. Após adimplemento da obrigação, expeça-se o competente alvará.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0632809-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Claudia Cordovil Guimarães - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, conforme parágrafo único, do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: FRANK SILVA DE MORAIS (OAB 6403/AM) - Processo 0633534-02.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Manoel Francisco Grandal dos Santos - Ante o exposto, com fulcro no art. 920, III, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os embargos à execução, para reconhecer excesso de execução no valor apresentado às fls. 790, e, de conseguinte, fixo o débito devido no importe de 633,88 (seiscentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos). Com o trânsito em julgado, oficie-se ao Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. P.R.I.C.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: PUALANÍ MOREIRA BARRETO (OAB 9852/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0633740-

16.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Edinei Garrido de Moraes - Assim sendo, constatado o valor atualizado da condenação e a inércia do requerido quanto ao ajuizamento de impugnação, fixo o valor nominal dos honorários sucumbenciais em R$ 1.134,45 (mil cento e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), conforme determinação contida no acórdão proferido às fls.108. Cientifique-se o executado. Expeça-se Ofício Requisitório de Pequeno Valor, de modo que seja acrescida à ordem de pagamento o valor referente aos aludido honorários. Após adimplemento da obrigação, expeça-se o competente alvará.

ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM) - Processo 0634725-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alfredo Augusto Loureiro Tapajos - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0634868-37.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Fernando Júnior Alves Ferreira e outros - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0635985-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Regilson José Auzier Peixoto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0636457-64.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Thomaz Pereira Lima - Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: LENIVALDO FERREIRA (OAB 13438/AM) - Processo 0641198-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jesse Azevedo de Araujo - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0643719-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Erquisilane da Silva Valcacer - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0644305-05.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Antonio Bentes da Silva Neto - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza

contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0645362-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: R.P.C.A.N. - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único, do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0651927-38.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Rivelino de Souza Xavier, - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0652441-88.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Elizoney Pinheiro da Silva - Trata-se de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública. Não houve interposição de recurso, tendo a sentença transitado em julgado. À contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intimem-se Exequente e Executado(a), para, querendo, manifestarem-se no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimados, se não concordarem com o valor executado, deverão declarar de imediato o valor que entendem devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, intime-se o(a) advogado(a) do(a) Exequente, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0653183-16.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Radamer Lima Mesquita e outros - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0653457-77.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Ronildo Ribeiro de Araújo e outros - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0653850-02.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Marcelo Pereira Garrido - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654092-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Claudio de Souza - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios

de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0655028-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: João Victor Pinheiro de Albuquerque - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0655203-77.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reserva Remunerada - REQUERENTE: Abuquerque Aleixo Rocha - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes na exordial, para condenar o Requerido na obrigação de instaurar o Inquérito Sanitário de Origem, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, com o fim de avaliar se há nexo de causalidade entre o serviço militar e a incapacidade do autor, sob pena de aplicação de multa diária, no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), limitados à 15 (quinze) dias-multa, devendo o Estado se abster de transferi-lo para a reserva remunerada enquanto não for finalizado o procedimento. Preenchidos os requisitos legais, por sentença, antecipo os efeitos da tutela. Em relação ao pedido de promoção à graduação imediata, extingo-o sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0655292-03.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jaizinho Ferreira de Souza - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o constante na exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015, nos termos da fundamentação acima exposta. Improcedente o pedido de promoção a patente de 2º Sargento. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0655794-39.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Francisco de Assis Alencar Belém - Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes na exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 47.848,14 (quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e catorze centavos) à título de licenças especiais não gozadas (R$ 5.316,46 x 9), relativas ao período compreendido entre 18/07/78 a 18/07/83, 18/07/88 a 18/07/93 e 18/07/1998 a 18/07/2003. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária, pelo IPCA-e, a contar do mês de outubro de 2015, data em que o requerente passou para a inatividade, e incidirá juros de mora, a contar da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, deverá a parte autora apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0655954-64.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Cristiano da Silva Lima - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedente, em parte os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015, nos termos da fundamentação acima exposta. Improcedentes os pedidos de promoção à graduação de 2º Sargento e, em consequência, o de pagamento de valores retroativos, desta. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, pelo prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0656119-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Geberson da Silva Passarinho - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante

o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0661522-61.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Delmacy Oliveira da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Antonino Machado da Silva (OAB 7231/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Frank Silva de Morais (OAB 6403/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Lenivaldo Ferreira (OAB 13438/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Barroso Monteiro (OAB 12619/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Lucy Christiane de Souza Hossaine (OAB 6631/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pualaní Moreira Barreto (OAB 9852/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wanessa Beltrão da Silva (OAB 12623/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0113/2019

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM) - Processo 0640274-05.2019.8.04.0001 - Autorização judicial - Viagem ao Exterior - REQUERENTE: S.R.S.S. - Acolho promoção fls. 22. Cumpra-se como requerido. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público. Ao Comissariado para as providências necessárias.

Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)

SEÇÃO VIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0257/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201825-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Terezinha Ferreira Chaves - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia relativo à Unidade de Consumo nº 2166815-9; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3) CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, conforme pedido na inicial, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0205671-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Edson de Amoedo Andrade - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por estes fundamentos, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para dar-lhes provimento, consoante fundamentação supra, passando o dispositivo da sentença ora vergastada conter a seguinte redação: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia de fls. 31/32 relativo à Unidade de Consumo nº 0225033-0; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3) CONDENO o réu a pagar R$6.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se. Sem custas e honorários. P. R. I. C.

ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601268-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Lindalva Freitas de Lira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601415-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tarciso Pires Viana - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Isso posto, julgo improcedentes os embargos à execução, pelas razões acima expostas. Custas na forma da Lei. P.R.I.

ADV: RENAN PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 7054/AM) - Processo 0606013-45.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: DANIELLE PIOTTO - De ordem do (a) Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz (a) de Direito, intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Impugnação aos embargos à execução.

ADV: JULIANY PIRES FIGUEIREDO (OAB 12603/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0608236-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leticia Suzue Oya Kabashima - REQUERIDO: United Airlines Inc - Forte nesses argumentos, CONDENO a ré ao pagamento de R$3.294,26 (três mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC), desde a citação válida, a título de indenização por dano material, além de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$15.000,00 (quinze mil reais), acrescida dos mesmos consectários, desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P.R.I.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0608862-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wbeimar Alexander Hernandez - REQUERIDO: Gabriel Martins Silva - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$1.000,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação; e 2)CONDENOo réu a pagar R$5.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608928-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleverson de Souza Aguiar - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0609027-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sandra Maristher Azevedo Brust - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$6.000,00 (seis mil reais), com juros (1% am) e correção monetária, a partir da fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P.R.I.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0609231-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Davy Alves Rodrigues - REQUERIDO: Bradesco S.a - BradesCard S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: KAREN CHRYSTIN SCHERK CICCACIO (OAB 219364/SP) - Processo 0609840-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gabriel Bindá Fernandes - REQUERIDA: Ana Carolina Telles Gonçalves - De ordem da Exma Sra Dra Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante da petição da executada, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte adversa para se manifestar em 15 dias.

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0610672-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: ALEXMAR DA COSTA MELO - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612058-60.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Bárbara de Araújo Folhadela ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0613774-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nivaldo Nunes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTES os embargos à execução opostos. Condenação em custas que se impõe. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0615364-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gisele Binda Leite - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia relativo à Unidade de Consumo nº 0018577-9; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615556-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ana Maria Coelho Barreto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia relativo à Unidade de Consumo nº 0102331-4; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615667-80.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mauro Vieiralves de Queiroz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DECLARO a nulidade do procedimento de recuperação de energia relativo à Unidade de Consumo nº 0467043-4; 2) DECLARO a inexigibilidade de débitos relativo à diferença de consumo aferido no respectivo procedimento de recuperação de energia; e 3)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM) - Processo 0617081-21.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Mark Clark Lima de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0626780-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Abrahim Jezini - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão de fls. 28/30; e 2) CONDENOo réu a pagar R$4.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0626792-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Clovis Marinho - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENOo réu a pagar R$15.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629304-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição Araújo Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)

Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliany Pires Figueiredo (OAB 12603/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karen Chrystin Scherk Ciccacio (OAB 219364/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Renan Pereira de Souza Lima (OAB 7054/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0119/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0202199-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0202564-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mario Cabral de Holanda - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: JOSEANE DE ANDRADE COELHO (OAB 8365/AM), ADV: JOÃO MARCIO MACIEL DA SILVA (OAB 20077A/PB), ADV: CARLA MANUELA BATISTA DA SILVA (OAB 20555/PB) - Processo 0205427-05.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: BI CARD - BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600732-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do saldo remanescente do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0601420-02.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0601666-58.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: William Augusto da Costa Leite - Intimo V.Sa. a juntar, no prazo de 15(quinze) dias, cálculo atualizado, com juros e correção monetária do valor da condenação, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0601712-06.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Vivo Celular S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0602150-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Títulos de Crédito - EXEQUENTE: F V G da Silva - Me - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0602432-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Max Costa Libertino - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA TIRADENTES (OAB 5147/AM) - Processo 0603621-98.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Hamilton Colares Azevedo Junior - REQUERIDO: ALICERCE - CURSOS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL LTDA. - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Transitado em julgado expeça-se alvará para levantamento do valor penhorado em favor da parte Exequente/Embargado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM) - Processo 0604012-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - EXEQUENTE: Maria do Rosário de Oliveira Melo - Juscelino de Oliveira Melo - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0604052-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Ida Maria Costa de Andrade - Conciliação Data: 06/12/2019 Hora 09:30 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0605466-60.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Ione Pereira Vale Farias - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0605861-21.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha

Tio Patinhas Ltda - Epp - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0606011-70.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor do saldo remanescente da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0606033-60.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Albert Renan Cintrão Pacheco - REQUERIDO: Ceuni - Centro Universitario Fametro - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar parcialmente procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 496,11 (quatrocentos e noventa e seis reais e onze centavos), incidindo-se correção monetária e juros mensais de 1% a partir da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CARMEM SILVIA DELGADO VILLAÇA (OAB 99761/SP), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: ISABEL ALVARES MONTEIRO (OAB 170167/SP) - Processo 0606353-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Giulianne Lopes Cursino - REQUERIDO: Vaio do Brasil - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0606606-06.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: HELIONE LIMA PONTES - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO S.A. - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0606693-93.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, conforme petição sob fls.148 a 149, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0606869-04.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - LITSPASSIV: Everaldo de Souza Paiva - Intimo V.Sa. a impugnar, no prazo de 15(quinze) dias, penhora do imóvel, objeto da demanda, sob pena de prosseguimento da execução.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0606935-18.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Raimundo Oliveira Dantas - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0606948-12.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0607238-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Brendo de Castro Martins - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0607325-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vilma de Magalhaes Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM) - Processo 0607348-26.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto - Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95: 1) Indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica; 2) Julgo Extinto a presente execução. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. Transitada em julgado aruive-se o feito. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM) - Processo 0607349-11.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto - Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95: 1) Indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica; 2) Julgo Extinto a presente execução. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. Transitada em julgado arquive-se o feito. P.R.I.C.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0607983-75.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raphael Sellos Vilas Boas Machado - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0607996-45.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMANTE: ARIELA LOPES - REQUERIDO: Banco Industrial do Brsil S.A. - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0608463-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcus Antônio Oliveira Nicácio - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Ante ao exposto, Julgo Improcedentes os pedidos.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0608692-52.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: UNIP - ASS. UNIFICADA PAULISTA E R O - Verifico que trata-se de execução de quantia, a obrigação foi satisfeita (fls. 406 e 418), bem como o feito foi sentenciado pela extinção e arquivamento, sendo que as partes foram intimadas (fls. 389/390, 419/420 e 421) e não houve interposição de recurso. E não conheço da manifestação superveniente da parte Requerida às fls. 422426, porque sua pretensão não tem previsão legal e a mesma não representa nenhum tipo de recurso previsto que interposto regularmente e observando as formalidades legais de prazo e recolhimento de custas. A secretária para certificar o trânsito em julgado da sentença de fls. 389/390 e, em seguida, arquivar os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608994-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - Diante disto, decreto o abandono da causa e a consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil: Art. 485 - O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30(trinta) dias; Sem custas neste caso, devendo haver o recolhimento de custas em caso de nova interposição.

ADV: ELIZANDRA LACERDA DOS SANTOS (OAB 8529/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0609054-15.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Passaredo - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0609085-64.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: P. Lopes & Cia Ltda - Alarme & Cia - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: FROZ DE BORBA ADVOGADOS (OAB 9723/AM), ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM) - Processo 0609330-12.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Quinta das Marinas - Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FLÁVIO EMANOEL DO ESPÍRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM) - Processo 0609803-71.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: Flávio José Barros de Mendonça - Maria Auxiliadora Carvalho de Mendonça - Intimo V.Sa. a indicar patrono e dados bancários para transferência de valores pagos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609864-24.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE) - Processo 0609961-58.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: DAVI ARAUJO MELO (OAB 9682/AM) - Processo 0610343-51.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: BradesCard S/A e outro - Intimo V.Sa. a manifestar-se, no prazo de 05(cinco) dias, sobre o que entender de direito nos presentes autos,sob pena de arquivamento do feito.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0610477-78.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0610497-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Tereza Maia de Lima - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0610570-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: D.C.L.C. - Conciliação Data: 06/12/2019 Hora 09:00 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610695-67.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0610807-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moisés Freires da Cunha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o benefício da inversão do ônus da prova. 2) Julgo procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Julgo procedente tramitação prioritária em razão do autor ser pessoa idosa; 4) Julgo procedente a condenação dos requeridos em custas judiciais e honorários advocatícios, em caso de recurso; 5) Julgo procedente os benefícios da justiça gratuita, pois o autor não tem condições de arcar com as custas processuais. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado. Por outro lado, havendo interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Secretaria das Turmas Recursais.

ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611037-83.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS QUEIROZ BELO - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611712-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - "Intimo V.Sa. a comprovar o pagamento do saldo remanescente da condenação (R$1.661,80) , no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução."

ADV: TAYANA CECÍLIA DA SILVA FROTA (OAB 7064/AM) - Processo 0611716-78.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0611887-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a juntar, no prazo de 15(quinze) dias, cálculo atualizado, com juros e correção monetária do valor da condenação, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611975-78.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMANTE: LEIVA REGINA DA ENCARNAÇÃO DA SILVA - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0611980-95.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Vila do Saber - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0612501-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Moises da Gloria Dutra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 16.929,84 (dezesseis mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido quanto à obrigação de fazer para determinar a parte Requerida que se abstenha de efetuar os descontos impugnados nesta demanda na conta bancária da parte Requerente, sob pena de execução forçada. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0612508-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Moises da Gloria Dutra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 8.369,30 (oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido quanto à obrigação de fazer para determinar a parte Requerida que se abstenha de efetuar os descontos impugnados nesta demanda na conta bancária, sob pena de execução forçada. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0613124-07.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0613143-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aluizio Humberto Fernandes da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 1.045,96 (mil e quarenta e cinco reais e noventa e seis), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 2.818,96 (dois mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e seis centavos) e o valor que recebeu de R$ 1.773,00 (mil, setecentos e setenta e três reais) em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 28.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0613348-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Felipe Pinheiro Tinoco - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: LUCAS MARLÉSIO FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 4823/AM) - Processo 0613379-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues Afonso - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613654-11.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0613837-79.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Colinho da Mamãe Ltda-me - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0613925-88.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Izabel Lopes das Graças - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0614254-32.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0614529-78.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: INGRID BRABES (OAB 163261/SP), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM) - Processo 0614888-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dayse Suely Seffair de Mendonça - REQUERIDO: Empresa Brasileira de Comercio de Ingressos - Ante ao exposto, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0615190-57.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: P. Lopes & Cia Ltda - Alarme & Cia - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0615333-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milton Ney Magalhães - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0615646-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanessa Inglyd Azevedo Guimas - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: VEIMAR BARROSO DA SILVA (OAB 5088/AM) - Processo 0615778-69.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Vivo - Telefônica Brasil S/A - Intimo

V.Sa. a juntar, no prazo de 15(quinze) dias, cálculo atualizado, com juros e correção monetária do valor da condenação, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0616265-34.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0616400-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Andreza de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM), ADV: FROZ DE BORBA ADVOGADOS (OAB 9723/AM) - Processo 0616891-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Nildenilson Torres de Freitas - Patricia Silva Rosseti Freitas - Maria Eduarda Rosseti Freitas - Ana Carolina Rosseti Freitas - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Intimo V.Sa. a indicar dados bancários ou informar Pessoa que receberá (em espécie) alvará judicial, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617098-86.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXEQUENTE: Mauricio da Costa Rodrigues - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Intimo V.Sa. a indicar dados bancários ou informar Pessoa que receberá (em espécie) alvará judicial, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0617140-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Maria Belota de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para declarar extinto, pelo pagamento integral da obrigação, o empréstimo que objeto desta demanda; 2) Julgar procedente o pedido para condenar a parte Requerida a restituir, em dobro, o indébito no valor de R$ 8.969,70 (oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e setenta centavos), acrescido de correção monetária e juros de 1% ao mês, a partir da citação, nos termos do art. 42, do CDC; 3) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 4) Julgar procedente o pedido quanto à obrigação de fazer para determinar a parte Requerida que se abstenha de efetuar os descontos que impugnados nesta demanda no contracheque da parte Requerente, sob pena de execução forçada. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: ANA LÍVIA DIAS SILVA (OAB 12918/AM) - Processo 0617493-49.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - EXEQUENTE: Multipla Educacional Ltda - Epp (Mc Tech Manaus) - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617677-97.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ronicle Silva de Souza - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617735-03.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0618321-40.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Adalberto Pontes de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618482-50.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0619389-25.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0619642-13.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Bragas Comércio de Mármores e Granitos Eireli Epp - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0619937-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Julliano Marques de Freitas Silva - Marta Coelho da Silva e Silva - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0620556-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leusimar Macedo da Silva - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A e outro - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0620790-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mario Jorge Monteiro Rodrigues - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Intimo V.Sa. a fazer juntada da planilha de calculo do valor remanescente, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0620925-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aldo Moreira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante da justificativa juntada às fls. 215/216, paute-se nova audiência de Conciliação para o dia 13/11/2019 às 11h30.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0621265-15.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Open Minds Comunicação - Eireli - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621848-97.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: LUIZ RENATO NASCIMENTO DE ALMEIDA (OAB 14772/AM) - Processo 0622436-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Carlito de

Souza Gomes - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDUARDO DA SILVA QUEIROZ (OAB 13301/AM) - Processo 0622547-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Raphael Ferreira Viana - Preceitua o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95 o seguinte: "extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo".

ADV: VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622951-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Amelia da Conceição Costa de Siqueira Cavalcanti - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R.H. Analisando os autos, verifico necessidade de trazer à demanda provas essenciais para o julgamento da lide, qual seja: 1) valor total resultante dos saques depositados na conta bancária da parte Requerente; 2) planilha detalhada do total que descontado dos vencimentos da parte Requerente referente ao contrato de empréstimo/cartão de crédito impugnado. Sendo assim, determino que a Requerente, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a documentação, sob pena de arquivamento do feito. Após, intime-se o Requerido para manifestar sobre o que entender de direito em igual prazo. E por ato contínuo, volte-me os autos concluso para sentença.

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM) - Processo 0623124-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Elissandra Rubim de Carvalho - Edino Ramos da Silva - Mario Jorge Braga de Menezes - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, o que faço escudado nos arts. 8º, caput, e 51, inciso IV, da Lei 9.099/95.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0623587-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Odília Elen Araújo Bindá - REQUERIDO: Fundação Centro de Análises, Pesquisa e Inovação Tecnológica Instituto de Ensino Superior Faculdade Fucapi - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0624430-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Rozeli Ferreira Sobral Astuto - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624693-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edimilson Alves Louzado - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: procuração outorgando poderes ao patrono.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0624712-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: P.P.B.L. - Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Terra Nova), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0624948-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Jesus Freitas - Vistos etc... Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Cidade nova), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Azarias Menescal de Vasconcellos. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: THIAGO JOSE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 14184/AM) - Processo 0624959-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcos Roberto Pereira da Silva - Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Nova Cidade), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0625082-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Eunice Lima da Silva - Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Nova Cidade), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0625083-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Eunice Lima da Silva - Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Nova cidade), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM) - Processo 0625149-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elias da Silva Corrêa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia do RG e CPF do autor; comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0625185-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Wanda Carmem Marques Correa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques a fim de comprovar a continuidade dos descontos; comprovante de negativação do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito, completo, ou seja, contendo dados da parte autora.

ADV: PAULA LIMA DE CARVALHO (OAB 14009/AM) - Processo 0625198-93.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Verdes Mares - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: 1 - Ata de convenção ou assembleia que aprovou/fixou o valor da cota de condomínio exequenda, tanto a taxa ordinária quanto a taxa extraordinária; 2 - Certidão narrativa da Unidade Autônoma em nome do condômino/executado.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0626407-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alice Chacon Prata - REQUERIDO: Partido Verde - Pelo exposto, Declaro a prescrição da pretensão da demanda, motivo pelo qual Julgo extinto o processo com resolução do mérito de acordo, com o art. 487, inciso II do CPC.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0628394-08.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intimo V.Sa. a indicar, no prazo de 15(quinze) dias, endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento dos autos.

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Lívia Dias Silva (OAB 12918/AM)
Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Carla Manuela Batista da Silva (OAB 20555/PB)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmem Silvia Delgado Villaça (OAB 99761/SP)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Davi Araujo Melo (OAB 9682/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Eduardo da Silva Queiroz (OAB 13301/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elizandra Lacerda dos Santos (OAB 8529/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Emanoel do Espírito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Froz de Borba Advogados (OAB 9723/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
INGRID BRABES (OAB 163261/SP)
Isabel Alvares Monteiro (OAB 170167/SP)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Marcio Maciel da Silva (OAB 20077A/PB)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Joseane de Andrade Coelho (OAB 8365/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucas Marlésio Ferreira de Oliveira (OAB 4823/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Renato Nascimento de Almeida (OAB 14772/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria José da Silva Pereira Tiradentes (OAB 5147/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Paula Lima de Carvalho (OAB 14009/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB 10373/AM)
Tayana Cecília da Silva Frota (OAB 7064/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Jose Oliveira Araujo (OAB 14184/AM)

Veimar Barroso da Silva (OAB 5088/AM)
VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0605090-40.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene de Oliveira Fortes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intime-se o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0606428-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Margêncio Fonseca Saldanha - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0608374-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: José Magno Lopes Frazão - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608385-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mayara da Silva e Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o

termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608385-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mayara da Silva e Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608469-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Odoxio Gomes de Castro Neto - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608475-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Barbosa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais,

bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608511-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Barbosa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT) - Processo 0609346-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Geovane Cardoso da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SARA ALMEIDA AGUIAR (OAB 13442/AM) - Processo 0609537-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Eros Vieira de Santana - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Sara Almeida Aguiar (OAB 13442/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0161/2019

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0606070-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Patrícia Nogueira Rodrigues - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610438-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.43 , a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90,

do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo 0610802-14.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Maria Rodrigues Lins - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0612052-53.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Diogo Gonçalves Santiago - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0612670-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rejane Cristina da Silva Matheus - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Vistos etc. Relatório dispensado. (Lei 9.099/95, art. 38, caput). Diante da concordância do exequente, acolho os embargos à execução reputando válido o montante apurado pelo executado para fins de quitação da execução. Dispõe o art. 924, inc. II, do CPC, aplicado subsidiariamente à hipótese (LJE, art. 52, caput): Art. 924. Extingue-se a execução quando: I - a obrigação for satisfeita; ISTO POSTO, julgo extinta a presente execução, determinando a expedição do alvará no valor de R$ 7.451,22. Havendo saldo remanescente, restitua-se ao embargante, igualmente, mediante alvará. Após, arquivem-se os autos. Sem custas.

ADV: JAÍSE MARIEN FRAXE TAVARES (OAB 12325/AM) - Processo 0620953-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jaíse Marien Fraxe Tavares - De ordem, fica designado o dia 30/01/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME FERNANDES DA COSTA (OAB 13699/AM) - Processo 0621333-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Eneas Abebe Bikila Silva e outro - De ordem, fica designado o dia 29/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0622533-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Elielson Ferreira do Vale - De ordem, fica designado o dia 30/01/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GERALDO SOUZA CÂNCIO NETO (OAB 12268/PI) - Processo 0622688-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ivo Hozannah Vital - De ordem, fica designado o dia 30/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0623639-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jose Aldo Pascoal Viana Neto - De ordem, fica designado o dia 29/01/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0641312-86.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Izaira Maia Freire - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 02 de setembro de 2019.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Geraldo Souza Câncio Neto (OAB 12268/PI)
Guilherme Fernandes da Costa (OAB 13699/AM)
Jaíse Marien Fraxe Tavares (OAB 12325/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IRLENA LEAL BENCHIMOL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0152/2019

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: DAYLA LIMA DA SILVA (OAB 9316/AM) - Processo 0205190-97.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Claro S/A - Certifico para os devidos fins que compareceu a autora perante a Secretaria, ocasião em que requereu a execução do acordo, uma vez que não foi paga a indenização,

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0600355-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Arlete Picanço Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603750-35.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gilson Rosa Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls.444/446, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$11.394,20 (onze mil trezentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ REGO DA SILVA (OAB 5955/AM) - Processo 0604158-60.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERIDO: EMPRESA DE JORNAIS CALDERARO LIMITADA - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0605092-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Aluizio Gomes da Fonseca - Marli Craveiro da Fonseca - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante do requerimento do Exequente às fls.475/476 de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$8.525,85 (oito mil quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DIMAS FONSECA PEREIRA (OAB 8765/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0609744-44.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da MMa. Juíza de Direito, intimo a parte embargada para apresentar impugnação no prazo legal. É o que me cumpre certificar.

ADV: FRANCISCO SOARES CALHEIROS (OAB 12562/AM) - Processo 0609962-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Felipe Souza Barbosa - De ordem, fica designado o dia 27/01/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS PORTO (OAB 17929/PA), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0610600-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Bruno Dayvison Lima de Sales - REQUERIDO: Atalaia Resort Empreendimento Imobiliário Spe Ltda - De ordem, fica redesignada o dia 02/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM) - Processo 0611006-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Tapajós - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.44 a 46, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611285-44.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0611316-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Olga Francisca Nonato - LITSPASSIV: Bradesco S.a - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 29 de agosto de 2019.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0614361-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Evelyn Souza Santos - De ordem, fica redesignada o dia 07/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDMARIE DE JESUS CAVALCANTE (OAB 3351/AM) - Processo 0614658-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Noberto Andrade Maciel - REQUERIDO: Organização Social Brasil S/s Ltda - Epp - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: JORGE DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 9455/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0615651-34.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ciani Paiva do Prado Me - REQUERIDO: Condomínio Residencial Allegro - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 217/220, no prazo de 10 (dez) dias, querendo.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: KATARINI OLIVEIRA GADELHA (OAB 11747/AM) - Processo 0619231-38.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - RECLAMANTE: Gisele Bastos Perroni - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. , de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$25.933,08 (vinte e cinco mil novecentos e trinta e três reais e oito centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0619375-75.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Christiaan Robert Barbosa - Lediane Medeiros Barbosa - REQUERIDO: American Airlines Brasil - DECOLAR.COM LTDA - Certifico para os devidos fins que, não será possível expedir alvará, tendo em vista não existir valores depositado, conforme comprovante de fls. 208, sem mais de ordem intimo o requerido para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de penhora via bloqueio Bacenjud. cv É o que me cumpre certificar. Manaus, 29 de agosto de 2019

ADV: LUIZ RENATO NASCIMENTO DE ALMEIDA (OAB 14772/AM) - Processo 0622606-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Luiz Renato Nascimento de Almeida - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e Carteira de Identidade;

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM) - Processo 0624226-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roziani Crubellati Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM) - Processo 0624439-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonia Luzia Batista Valente - De ordem, fica redesignada o dia 28/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM), ADV: LUZIA DE ALMEIDA MOREIRA (OAB 182683/RJ), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628423-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - RECLAMANTE: Luzimeire de Oliveira Bispo - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 26 de agosto de 2019.

Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Rego da Silva (OAB 5955/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
Dayla Lima da Silva (OAB 9316/AM)
Dimas Fonseca Pereira (OAB 8765/AM)
Edmarie de Jesus Cavalcante (OAB 3351/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Francisco Soares Calheiros (OAB 12562/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
Jorge de Sousa Oliveira (OAB 9455/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Katarini Oliveira Gadelha (OAB 11747/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Renato Nascimento de Almeida (OAB 14772/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
LUZIA DE ALMEIDA MOREIRA (OAB 182683/RJ)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Raquel dos Santos Porto (OAB 17929/PA)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IRLENA LEAL BENCHIMOL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0158/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200891-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Certifico para os devidos fins que compareceu a autora perante a Secretaria, ocasião em que requereu a execução. É o que me cumpre certificar.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0208119-40.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rosiany Thayla Oliveira dos Santos - REQUERIDO: SUPERTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0601130-16.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto Brasileiro de Educação Ester - IBEE - Nº Protocolo: PW15.19.60101024-6 Tipo da Petição: Pedido de Designação de Audiência Data: 19/08/2019 12:23

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0604530-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Itapoã - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM), ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM) - Processo 0604954-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patrícia Michie Sasssaki - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0606111-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Antonio da Silva Meireles - De ordem, fica redesignada o dia 11/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA (OAB 7046/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: RAFAEL FURTADO AYRES (OAB 17380/DF), ADV: ANA AMELIA RAQUELO (OAB 146998/MG) - Processo 0607014-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Claudia Maria Medeiros Mendonca - REQUERIDO: Ativos S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros - Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda - Banco do Brasil S/A e outro - De ordem, fica redesignada o dia 12/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0607766-66.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: MARIA DE NAZARE DOS SANTOS - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0608490-65.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Emerson Fabrício Nobre dos Santos - REQUERIDO: Mário Pascoal de Brito Romano e outro - R.H. Compulsando-se aos autos, observa-se que, verdadeiramente, Kelly Negreiros Costa Romano, não constituiu obrigação em favor do exequente. Veja-se que a cártula, objeto desta lide, foi firmada, unicamente, pelo executado Mário Pascoal de Brito Romano. Ademais, eventual existência de bens em comum deve ser analisada posteriormente, em caso de penhora. No caso em espeque, o casal está, inclusive, divorciado, o que reforça o descabimento. Assim sendo, determino o prosseguimento do feito, mediante exclusão da mencionada parte da lide, assim como concedendo o prazo de 10 dias, para que o exequente indique bens penhoráveis. À Secretaria para as providências.

ADV: JESSYA LUIZA SANTOS SA SILVA (OAB 14341/AM), ADV: PARLON EDSON ALBUQUERQUE ISIS (OAB 14216/AM) - Processo 0609108-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sônia Maria Queiroz dos Santos - De ordem, fica redesignada o dia 24/09/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: FRANCINILDE DE OLIVEIRA GALUCIO (OAB 13506/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609621-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Waldir Gomes Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outros - De ordem, fica redesignada o dia 01/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PATRICIA GOMES DE ABREU (OAB 4447/AM) - Processo 0609667-06.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Dilma do Socorro Miranda Xavier - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0613152-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque - REQUERENTE: Acrópole Instituições Educacionais Ltda - Epp - De ordem, fica redesignada o dia 04/12/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM) - Processo 0615144-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gisella Moura de Paiva - Em 14 de agosto de 2019 é juntado a estes autos o aviso de recebimento (AR060574960TJ - Cumprido), referente ao ofício n. 0615144-68.2019.8.04.0015-000001, emitido para Banco Toyota do Brasil S/a.. Usuário:

ADV: DANÚBIA MOREIRA DA SILVA (OAB 10725/AM) - Processo 0615763-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Roberto Marques da Franca Ruiz - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0615886-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laura Arce Nicolau Braga - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLEOMAR DE SOUZA RODRIGUES (OAB 10745/AM) - Processo 0616476-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Julio César da Silva Almeida - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... ( ) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ...

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0616675-92.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Magalhães Ferreira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... ( ) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: DIEGO RODRIGO MONTEIRO MORALES (OAB 357524/SP) - Processo 0616999-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Juliana Peanuts Ltda - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LETÍCIA CASSIA E LIMA SOUZA (OAB 144701/RJ) - Processo 0617023-13.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Victor Hugo Oliveira de Mello - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0617153-03.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISRAEL ANDRADE DE MENEZES (OAB 8784/AM) - Processo 0617189-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernando Sátyro de Andrade - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0617231-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Bench Mark Comércio e Serviços Gráficos Ltda - Epp - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0617309-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raquel Gomes da Silva - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM) - Processo 0617983-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.b. 3000 Seguranca Eletronica Ltda - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte;

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0618129-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Alecsandro Ferreira Rebouças - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: PAULO ANTÔNIO MULLER (OAB 67090/PR), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618729-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Vinente Bentes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Companhia de Seguros Previdência do Sul (Nome Fantasia Previsul), - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0618909-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: L.F.G.M. - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... ( ) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0618952-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Dioni Costa Carvalho - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... ( ) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ...

ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM) - Processo 0619795-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0619826-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa Maria Feitosa da Fonseca - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0619879-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jociclei Gomes da Silva - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0619926-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sonia de Melo Machado - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0620187-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: William Jean Silva Colares - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... ( ) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ...

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0620225-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonino Arruda de Freitas - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0620254-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Karoline Cardoso - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0620315-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Eli Dal Médico - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ... ( ) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) cópia de identidade e CPF.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0620368-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Henrique de Souza - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621051-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Tania Regina Quigua - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0622286-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Vasconcellos e Advogados Associados - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0626366-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LIRIO - Diante do requerimento do Exequente às fls. 238, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$12.599,07 (doze mil quinhentos e noventa e nove reais e sete centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PAULO HENRIQUE LIMA DE MELO (OAB 12433/AM) - Processo 0640680-94.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - AUTORA: Edna Socorro dos Santos Sena - De ordem, considerando a renúncia ao mandato, fica intimada a parte Edna Socorro dos Santos Sena, para constituir novo patrono, no prazo de 10 (dez) dias.

Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Ana Amelia Raquelo (OAB 146998/MG)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cleomar de Souza Rodrigues (OAB 10745/AM)
Danúbia Moreira da Silva (OAB 10725/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Diego Rodrigo Monteiro Morales (OAB 357524/SP)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Francinilde de Oliveira Galucio (OAB 13506/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Andrade de Menezes (OAB 8784/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
Jessya Luiza Santos sa Silva (OAB 14341/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kelly Kristine Menezes de Souza (OAB 7046/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Letícia Cassia e Lima Souza (OAB 144701/RJ)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)

Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Parlon Edson Albuquerque Isis (OAB 14216/AM)
Patricia Gomes de Abreu (OAB 4447/AM)
Paulo Antônio Muller (OAB 67090/PR)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Henrique Lima de Melo (OAB 12433/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Rafael Furtado Ayres (OAB 17380/DF)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0600145-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Glaucia Maria Claudino Belmont - REQUERIDO: Bradesco S.a. - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTERIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0600514-41.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Ray Ban - Sgh Brasil Comércio Óculos Ltda - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0600732-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jucimar Vasconcelo Soares - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 03 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0600863-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Denilson de Siqueira Silva - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 163613/SP) - Processo 0601741-32.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Assai Atacadista - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0601890-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0602302-27.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bonsucesso - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JÉSSICA DOS REIS LIMA FERREIRA (OAB 10885/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0602375-30.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: JOEL SOUZA LIMA - RECLAMADO: SKY Brasil Serviços LTDA - Fls. 338/340 - Tentativas de penhora eletrônica que restaram negativas. Intime-se a parte exequente para que postule o que entender de direito, apresentando pedido específico para dar prosseguimento à execução. Prazo de 15 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) -

Processo 0603003-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alberto Gomes Ferreira - REQUERIDO: Manaus Motocenter Ltda - Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - RECEBO o inominado de fls. 176/184 no efeito devolutivo. Concedo ao recorrente a gratuidade. Intime-se o recorrido para, querendo, contrarrazoar no prazo legal. Em seguida, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Intime-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0603495-77.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mateus Nascimento dos Reis - Expeça-se novo mandado. Ressalva-se que, posto não haja qualquer oposição, a diligência para acompanhamento do oficial é de ser tratada junto à Central de Mandados, não havendo qualquer ingerência deste Juízo sobre o procedimento.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0603753-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0603835-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arleane Mayce de Souza Rosario - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O DÉBITO DISCUTIDO NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a data da negativação (02/02/2018, cf. documento de fl. 16), visto que não há prévio liame contratual entre as partes que embasasse a cobrança. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0603853-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Márcia Peixoto de Oliveira Borba - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603853-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Márcia Peixoto de Oliveira Borba - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse sentir, altero a sentença apenas no que diz respeito à condenação em custas, a fim de isentar a parte ausente do dever de pagar as Custas Processuais, nos termos parágrafo único do art. 54, caput, L. 9.099/95.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0604223-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: David Cunha Novoa - REQUERIDO: Mercadopago.com Representações Ltda - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM) - Processo 0605182-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Mario de Oliveira Coelho - REQUERIDO: Capemi - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios-beneficente - Infere-se, pois, não ter logrado o demandante provar os pressupostos fáticos do direito que pretendia ver reconhecido na sentença. Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO.

ADV: LAMBRINI ACRIVI SYMEON MESSINIS (OAB 60647/DF), ADV: GLEUSA GLADYS SILVA DO NASCIMENTO (OAB 40690/DF) - Processo 0605282-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Nubia Regina Nascimento - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM) - Processo 0605328-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Lourdes Figueiredo dos Santos - Por isso e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando a parte ré a pagar R$ 410, a título de danos materiais (valores simples), bem como R$ 4.000,00, atinente aos danos morais suportados pela parte autora. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido ou exaurida a execução, baixar e arquivar.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM) - Processo 0605503-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fabricio Leite da Silva - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE) - Processo 0605943-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Heldo Tavares de Aguiar - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores

Públicos Brasileiros - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0606378-31.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM PARADISO ANTURIO - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0606546-28.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Jairo da Silva M - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0607399-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maurecy Battista da Costa - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Assim, reconhecendo a coisa julgada em razão da sentença homologatória do acordo firmado entre as partes pelo 2º JEC desta comarca, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, conforme art. 487, III, “b”, CC/02. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608006-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Almir de Menezes Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609566-27.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609710-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lorene Camargo Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0609856-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Robin Chagas de Lima - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 37906/BA) - Processo 0610140-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eric Costa Brasil - REQUERIDO: Benchimol, Irmão & Cia. Ltda - Bemol - Motorola Mobility Comercio de Produtos Eletronicos Ltda - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença, com a ressalva da condenação em custas, que ora excluo, como salientado no parágrafo anterior. P. I.C.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0611880-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMADO: Tecnologias de Transito da Amazonia Spe Ltda (Nome Fantasia: Consorcio Amazonia) - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM) - Processo 0612958-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Maria do Perpetuo Socorro Travessa Carioca - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0613193-73.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vivendas do Rio Negro Praças - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM) - Processo 0613211-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gustavo Luciano Passos Colares - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.544,75 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais, bem como R$ 5.000,00, a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, o desvio produtivo imposto, à parte autora, pela parte ré, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613610-89.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0614677-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Amós Batista Ferreira - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/01/2020 às 08:30h.

ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM) - Processo 0615393-24.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Alzetir Gamileira - REQUERIDO: Via Verde Transp Coletivos Ltda - De ordem, intimem-se as partes do retorno dos autos da Turma Recursal, com trânsito em julgado, para que requeiram o que de direito. Prazo de 15 dias.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0615832-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Eliza Miranda - Alagoas - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0615965-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Piemonte - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0616217-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Marcante Moda Import e Comercio Ltda - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THAIS GOMES VIEIRA DA ROCHA (OAB 12661/AM) - Processo 0616256-09.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERENTE: Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM) - Processo 0616301-47.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eleonora da Silva Ferreira - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0616433-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Gustavo Pacheco Hagge - REQUERIDO: American Expressa do Brasil Tempo & Cia e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616831-17.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0617028-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Unip Universidade Paulista S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0617074-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0617227-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM) - Processo 0617637-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danielle dos Reis Fernandes - REQUERIDO: Caixa de Assitência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 21/11/2019 às 10:00h.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM), ADV: JESSE JEAN OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 12016/AM), ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM) - Processo 0617664-35.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: M.b. 3000 Seguranca Eletronica Ltda - REQUERIDO: Tomaselli Som & Studios Ltda - Atendendo aos requisitos de tempestividade e

preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0617901-06.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Delta Air Lines Inc - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0618029-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CLÁUDIO NEY COSTA FALCÃO (OAB 8686/AM) - Processo 0618144-47.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Francisco Pereira Gonçalves - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0618522-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: David Reis de Barros - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0618627-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sebastiao Jose Rebello - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM) - Processo 0618771-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ecolaundry Máquinas de Lavanderia Ltda. - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0618830-05.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Oi S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0618920-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Vilanir Gomes de Oliveira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0619030-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Edilson Rodrigues de Lima Júnior - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE ANTONIO DOS SANTOS (OAB 10635/AM) - Processo 0619056-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: E.A.P. - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0619139-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Eliezer S. de Lima - Me (Jac's Transportes) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0620002-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rougles da Costa Brito - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0620417-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edson Nunes Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621186-70.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: NALDIR FRANCO HAYDEN (OAB 957/AM) - Processo 0621304-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Luzia Sena de Carvalho - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0621411-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Carla Kissia Damascena de Pinho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621668-81.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622034-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Life Flores - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0622135-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Resid. Weekend Club Ponta Negra - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622526-15.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622735-52.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianca Silva Espírito Santo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM) - Processo 0623033-10.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERIDO: Abner Jorge Martiniano Barbosa - Luiz Rogerio de Andrade Mello - Me - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623305-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Shirley Melgueiro da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0623384-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Oliveira Rocha - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, referentes aos números (92) 98803-8000 e (92) 98805-8000, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05 de novembro de 2019, às 15 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623404-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Andrea Karla M. Braz - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05 de novembro de 2019, às 14 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0623413-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rildo da Costa Santos - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência

de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PAULA FREITAS DE CARVALHO (OAB 13414/AM) - Processo 0623471-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mei Xingfen - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 16 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0623688-45.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Daniel Silas Freitas da Gama - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 10 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0623937-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Starley Braga - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 15 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0624002-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Mozart Luis Nascimento dos Santos Junior - POR ISSO, RECONHECENDO A INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO PARA APRECIAR E JULGAR O PROCESSO, RESOLVO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 3, I c/c 51, II, ambos da L. 9.099/95 c/c 485, IV e § 3º do CPC/2015, devendo a parte litigar em uma das varas cíveis não especializadas, caso tenha interesse. Indefiro a gratuidade de justiça, eis que não vislumbro hipossuficiência, diante da qualificação do autor e seu local de domicílio, os quais são indicativos de riqueza e fragilizam a sua autoproclamação de pobreza. Sem custas pretéritas ou honorários. Preparo de lei. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM) - Processo 0624327-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Alberto Roque de Faria Júnior - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0624550-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andrea Didia de Amorim Delia - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de efetuar cobranças em nome de Didia Barbosa de Amorim CPF: 320.106.302-97, a partir da competência do mês próximo, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do art. 77, do CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0624744-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Italo de Brito Santana - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de dezembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes em especial ao documento de fl. 3, no prazo de 05 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria. P.C.I.

ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM) - Processo 0624791-87.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ronaldo Evangelista Teixeira - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0624799-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ed Léia da Silva Ribeiro - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o seu teor se confunde com o mérito da demanda. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 15 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0624855-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cinthia Soares Vasconcelos - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0624866-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Carlos dos Santos - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de realizar o corte do fornecimento do serviço declinado na petição inicial, bem como que se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, apenas e tão somente em virtude do débito discutido nos autos no valor de R$ 5.923,63, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de dezembro de 2019, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0624938-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Laiane Medeiros Soares de Lima - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0625344-71.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0627942-95.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcio Romario Costa Coelho - REQUERIDA: Alessandra Péres de Melo e outro - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0628511-96.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Ferreira Garcia - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 196843/RJ), ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM) - Processo 0628992-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Kelvim Andruchevitz dos Santos - REQUERIDO: Flutuante Sun Paradise - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 09/12/2019 às 10:00h.

ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0629297-43.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 41783/DF), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629585-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flávio Veríssimo da Silva - REQUERIDO: RN Comércio Varejista S.A - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente (servidor público federal, militar, cuja média remuneratória é acima do padrão dos assalariados nacionais) e residir ele em área de classe média (condomínio), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 37906/BA)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)

Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB 14327/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso de Faria Monteriro (OAB 1080A/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Ney Costa Falcão (OAB 8686/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gleusa Gladys Silva do Nascimento (OAB 40690/DF)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jesse Jean Oliveira Almeida (OAB 12016/AM)
Jéssica dos Reis Lima Ferreira (OAB 10885/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Jose Antonio dos Santos (OAB 10635/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 163613/SP)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lambrini Acrivi Symeon Messinis (OAB 60647/DF)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Naldir Franco Hayden (OAB 957/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paula Freitas de Carvalho (OAB 13414/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 196843/RJ)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB 10373/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Thais Gomes Vieira da Rocha (OAB 12661/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 41783/DF)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0208/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201073-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 19/11/2019 às 09:15h.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0206616-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Norma Maria de Queiroz Falcão e outro - REQUERIDO: CARDIF - Cardif do Brasil Seguros e Garantias S/A - LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA. e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0603176-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Waldson Pinheiro Costa - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 04/11/2019 às 08:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0603176-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Waldson Pinheiro Costa - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 05/11/2019 às 09:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603238-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lucileide Ferreira da Silva - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0603503-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Denilson Vieira Novo - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0603715-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição Serpa Cavalcante - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: ANTÔNIO REUZIMAR FERREIRA DE ALENCAR JÚNIOR (OAB 5062/AM) - Processo 0604834-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Abelardo Souza de Almeida - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0605874-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Felisberto Lira dos Santos e outro - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 04/11/2019 às 09:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: BRENDA ARIANA CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 9959/AM) - Processo 0607146-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Celene Bezerra Lopes - REQUERIDO: Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S/a. - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 10/10/2019 às 09:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0609370-62.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: REGINADO DOS SANTOS REGIS - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM), ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM) - Processo 0609857-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivanete Bibiano dos Santos - REQUERIDO: Josellmar Silva Martins e outro - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 07/10/2019 às 11:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0612095-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio do Edificio Mônaco - PROCEDO com a designação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/12/2019 às 10:15h.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0614482-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Silvia dos Santos Lô - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 10/10/2019 às 11:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0615490-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Silvia Maria dos Santos Cunha Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/11/2019 às 14:15h.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0618496-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Madalena Pantoja de Oliveira Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/11/2019 às 15:45h.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0619927-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Mendonça da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/11/2019 às 15:00h.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0620076-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Mendonça da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/11/2019 às 15:30h.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0620834-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Juciara de Araujo Mendes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 15:00h.

ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0621035-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio da Cruz da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 15:45h.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0621040-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio da Cruz da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/11/2019 às 15:15h.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0621067-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio da Cruz da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/11/2019 às 14:30h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621260-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria das Graças Cavalcante dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/11/2019 às 14:00h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621262-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria das Graças Cavalcante dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/11/2019 às 14:30h.

ADV: OSMAN KALID OSSAMI (OAB 6636/AM) - Processo 0622096-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Daniela Ferreguette Vilela Nunes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/11/2019 às 15:00h.

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0622342-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Taiane Lopes dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 29/11/2019 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0622654-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Beatriz Freire Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/11/2019 às 15:45h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623423-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/11/2019 às 15:15h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623425-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC,

recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/11/2019 às 15:30h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623735-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Rossi Maciel de Araújo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 15:30h.

ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM) - Processo 0623989-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Fabiola de Souza Mendanha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora. Ainda, para JUNTAR documento de identidade com cadastro de pessoa física (CPF) aos autos, atendendo ao art. 319, II, do NCPC/15.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0624053-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria da Conceição Ferreira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU declaração feita pelo terceiro atestando que a autora reside na sua residência, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0624316-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izaira Lira Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/11/2019 às 14:30h.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0624414-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Ronaldo Thales Uchôa Brandão - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/11/2019 às 15:45h.

ADV: HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM) - Processo 0624480-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Marizete de Souza Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 15:15h.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624604-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Leida Souza Fontes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/11/2019 às 14:45h.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0624607-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tereza Cristina Bulbol Abrahão - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/11/2019 às 15:30h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624644-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 14:15h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624647-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 14:30h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624648-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 14:00h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624649-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 14:45h.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624754-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Leida Souza Fontes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/11/2019 às 15:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0624806-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio Marcos Silva do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/11/2019 às 14:15h.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624816-03.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Christian Antony e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0624852-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wanessa dos Santos Sabino - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, APRESENTAR EMENDA À INICIAL, INFORMANDO quais são os seus pedidos referentes a danos materiais e morais, bem como apresente de forma concisa e precisa como se deram os fatos. Verifico que no tópico relacionado ao Direito está ocorrendo divergência com o tópico da Síntese dos fatos, portanto, se faz necessário os devidos esclarecimentos, haja vista que no terceiro parágrafo fala de trecho e horários totalmente diferentes do que foram expostos pela parte autora.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0624963-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raquel Viana de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome (últimos 6 meses) OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625037-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel da Silva Nahim - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/11/2019 às 15:00h.

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0625045-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlene Pereira do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, recebendo a inicial e visando à Semana Nacional de Conciliação, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/11/2019 às 14:45h.

Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Antônio Reuzimar Ferreira de Alencar Júnior (OAB 5062/AM)
Brenda Ariana Corrêa de Araújo (OAB 9959/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Osman Kalid Ossami (OAB 6636/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600919-79.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte REQUERIDA para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0608754-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eligton da Silva Carlos-ei - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0616534-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0616772-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Christiany Rocha Valois Coelho - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 09/09/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0620084-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celia da Silva Mota - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL FERREIRA COUTO (OAB 147063/RJ) - Processo 0620613-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cidade Loja de Conveniencia Ltda - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAÚJO (OAB 23215O/MT) - Processo 0623516-06.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0623515-21.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes -

REQUERENTE: Eliane de Souza Cavalcante Marques - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0623963-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624097-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - EXEQUENTE: Elen Rose de Oliveira Pinto Muniz - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0624333-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial The Club Residence - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM) - Processo 0624367-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Hasley Rhiant Duart Malec - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0624409-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Pereira de Almeida - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM), ADV: PAIXÃO PERIMAN DE ALMEIDA FERREIRA (OAB 12138/AM) - Processo 0624422-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Discriminação Tributária MERCOSUL - REQUERENTE: Centro Médico Sanvie Ltda -epp - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0624437-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cristiane Cintra Gomes - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624449-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Jocirene Braz dos Santos - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM) - Processo 0624466-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maristela Alves de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM) - Processo 0624476-59.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - AGRAVANTE: Pedro Lucas Lindoso - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALLAN SORELLY DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 10143/AM) - Processo 0624487-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jessica Lima de Souza - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0624495-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSÂNGELA FROTA MAGALHÃES (OAB 7980/AM) - Processo 0624503-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Mendes Pontes - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM) - Processo 0624574-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonas Pinheiro de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0624621-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Flávio da Silva Phileme - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0624685-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Lizete Hoshihara Cruz - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0624741-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gerson Dias da Silva - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0624784-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.A.C. - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Allan Sorelly de Almeida Albuquerque (OAB 10143/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Paixão Periman de Almeida Ferreira (OAB 12138/AM)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Rafael Ferreira Couto (OAB 147063/RJ)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)

Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rosângela Frota Magalhães (OAB 7980/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Weslley Silva de Araújo (OAB 23215O/MT)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0259/2019

ADV: DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS (OAB 11863/AM) - Processo 0606774-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Maria Dirce Batista Medeiros - Assim, com fundamento no artigo 485, III do Código de Processo Civil c/c §1º do art. 51 da Lei n. 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Arquivem-se.

Diego Ramon de Menezes Lucas (OAB 11863/AM)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0613/2019

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608473-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nunes - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 18/11/2019 às 11:00h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta Básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0086/2019

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0600336-55.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Euler Barreto Carneiro - " Considerando que na audiência inaugural ambas as partes concordaram quanto ao julgamento antecipado da lide, que foi pautada audiência de instrução e julgamento por discricionariedade deste juízo, e que a testemunha apresentada pelo autor é sua esposa, resolvo julgar o processo no estado em que se encontra, com esteio no artigo 5º da Lei 9.099/95, pelo que indefiro o pedido de remarcação da audiência. Façam-se os autos conclusos".

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601185-61.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 304/333. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0601695-06.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Bradesco Capitalizacao S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 8.680,62(Oito mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM) - Processo 0603133-04.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernanda da Silva Fernandes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, condeno o réu ao pagamento de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de reparação moral, com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Declaro inválidos os negócios jurídicos de que se cuida. Condeno o requerido à devolução do valor de R$ 10.578,60 (Dez mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), nos termos da fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Determino ao requerido que cesse os descontos nominados "BMG CARTÃO" e "BMG CARTAO 10" (pois se referem às operações discutidas nesta via) nos contracheques da autora (matrículas: 080.803-2 A e 080.803-2 B), sob pena de multa de R$ 300,00 (Trezentos reais) por desconto indevido, sem prejuízo da restituição dobrada do valor indevidamente descontado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0604067-59.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Serasa Experian - Itaú Unibanco S/A - Comprovado o pagamento voluntário, autorizo a elaboração do respectivo alvará judicial. Intimem-se os requeridos para se manifestarem, em 05 (cinco) dias, sobre a petição de f. 246-247. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0604212-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Azevedo Mendonça - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Com efeito, a fim de suprir a indigitada omissão, acolho os embargos declaratórios para, constar na sentença de f. 126-129 que: " Improcedente o pedido contraposto" . P.R.I.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0605491-73.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou

pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 16.715,79 (Dezesseis mil, setecentos e quinze reais e setenta e nove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM) - Processo 0607025-52.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ozeias de Oliveira Sobrinho - EXECUTADA: Silvana Rocha do Nascimento - Sérgio Martins do Nascimento - Posto isto, defiro a penhora no rosto dos seguintes autos n.° 0631129-09.2015.8.04.0001 (2ª Vara Cível), 0614719-54.2017.8.04.0001 (3ª Vara Cível) e 0634822-48.2018.8.04.0001 (17ª Vara Cível) no valor atualizado da presente execução, ordenando a secretaria certificar nos autos e oficiar aos sobreditos juízos via malote digital a fim de se efetivar a diligência ora deferida, se for o caso expedindo-se os mandados de penhora correspectivos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0607090-13.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos. Comprovado o pagamento voluntário às f. 203, autorizo a elaboração do respectivo alvará judicial. Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 (cinco) dias, sobre o pedido de multa de f. 207-209. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607216-34.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Pan S/A - De ordem, intime-se o réu para indicar dados bancários, a fim de lhe ser devolvido o remanescente do valor bloqueado às f. 649, no prazo de 05 (cinco) dias.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0600098-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tereza Carneiro Lopes - REQUERIDO: H C G de Oliveira - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: IZABHELE LOPES MOURA (OAB 10011/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DA COSTA (OAB 153638/RJ) - Processo 0602984-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucenilde da Silva Santos - REQUERIDO: Clínica Popular de Medicina Veterinaria Eireli - Me - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Izabhele Lopes Moura (OAB 10011/AM)
Pedro Henrique Rodrigues da Costa (OAB 153638/RJ)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0165/2019

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0201340-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Ivanilza Santos Ihara - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0201352-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201360-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos

autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA DE JESUS P. PINHEIRO (OAB 10968/AM) - Processo 0201847-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: MARIA ELEUSA LEAL DA SILVA SILVEIRA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: MANUEL LUIS DA ROCHA NETO (OAB 7479/CE), ADV: AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0203003-19.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Servis Eletronica Defense - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ALINE LAREDO PINTO (OAB 4187/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0205275-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Luiz Carlos da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0205569-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - REQUERIDA: Maria Eunice Botelho dos Santos - Ante os documentos de fl.57/58, verifico que a parte ré/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita. Logo, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0207633-55.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, verificando que até a presente data não houve o recolhimento/comprovação do pagamento das custas judiciais, INTIMO A PARTE EXECUTADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove nos autos o pagamento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do Tribunal de Justiça (https://consultasaj.tjam.jus.Br/ccpweb/iniciarCalculoDeCustas.do? CdTipoCusta=31flTipoCusta=1cdServicoCalculoCusta=690301), sob pena de protesto em cartório, conforme determinado na Sentença de fls. retro.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0600623-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Magno Rafael Fernandes Assunção - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM), ADV: REBEKAH PESSOA REIS AGUIAR (OAB 18454/MS) - Processo 0601255-47.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - REQUERENTE: Saulo Alves da Silva Júnior - Ante a certidão de fl. 67, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE alvará judicial do valor transferido, conforme indicado à fl. 60, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0601570-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco da Silva Pessoa Junior - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0601735-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Roberto Rodrigues Benevides Filho - a análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601963-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0602189-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Nadia Maria Pacheco Gusmao - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0602860-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cely Maria Barbosa de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado

entre as partes interessadas, às fls. 120/122, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Havendo cumprimento, expeça-se o alvará judicial em favor da parte autora. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM) - Processo 0603264-16.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Antonio de Padua Dantas Cavalcante - EXECUTADO: Localiza Rent A Car S/A - Ante o pagamento de fls. 83/84, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor depositado, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603467-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM) - Processo 0603497-47.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thiago Lima Ferreira Coutinho - REQUERIDO: Auto Escola B. B. Ltda - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 128/131, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. À Secretaria para que proceda o desbloqueio do veículo indicado à fl. 72. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603867-60.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: EGBERTO BARBOSA SILVA - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Banco CSF S/A - Analisando os autos com maior acuidade, verifico que a parte autora realizou acordo extrajudicial com a parte ré Banco CSF S/A, logo não cabe requerer a execução da Sentença, devendo caso haja previsão, exigir cumprimento das cláusulas do que fora acordado. Desse modo, impõe-se a homologação do acordo de fls. 396/398, celebrado entre as partes interessadas, EGBERTO BARBOSA SILVA e Banco CSF S/A, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Por conseguinte, em razão da presente homologação, indefiro o pedido de execução por ausência de previsão no referido acordo, isso porque, ao optar pela autocomposição, o acordo homologado é que detém força executiva. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604075-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leticia Garcia - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 STJ). Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$ 5.460,00(cinco mil, quatrocentos e sessenta reais), comprovados as fls. 23/61 e 196/202 incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro quitado o contrato com a sigla “OLÉ BONSUC.CARTAO”, COD 6132. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à f. 202, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 062.960-0 E, o desconto pertinente a sigla “OLÉ BONSUC.CARTAO”, COD 6132. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0604839-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcia Cristina Cardelly Pontes e outros - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Banco do Brasil S/A - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0605019-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Fátima Bastos Tavares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 STJ). Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$6.563,68(seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à f. 52, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 013.971-8 C, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: LUIZ CARLOS BRANCO DA SILVA (OAB 25377/RS), ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0605234-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcia Sousa de Oliveira - REQUERIDO: Nova Vida Comercio de Armarinho Ltda - Me - LITSPASSIV: Acf Industria de Plasticos Ltda - Me - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: RENATA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 12730/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0605882-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Carolina de Araújo Neris - REQUERIDO: Saúde Performance (Rita C. dos Santos) - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELLA LÍVERO (OAB 171859/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606163-89.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: EDIVANA DA SILVA PRINTES - REQUERIDO: GRUPO SAUDE E VIDA - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS - Relatório dispensado na forma da lei. Ante a ausência de bens passíveis de penhora, conforme certidão do oficial de justiça de fl.110, bem como frustradas as tentativas de penhora via sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, determino a extinção do processo, conforme dispõe o rito dos Juizados Especiais. Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0606165-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Carlos Aurelio Barbosa de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606418-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jairo da Silva Melo - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e outro - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, a título de compensação por dano moral, a pagarem solidariamente o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar as partes rés, a título de restituição por dano material, a pagarem solidariamente o valor de R$ 902,00 (novecentos e dois reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato de seguro denominado “AQUI/DEV”. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: LAÍSA GRAZIA LIMA MARTINS (OAB 8064/AM) - Processo 0606426-53.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Arlete de Jesus Nunes - a análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 3990/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606747-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aguinaldo Kuhlkamp - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606767-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Orlando Moreira de Souza Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0606972-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilson Souza de Oliveira - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0607033-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lazaro Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Agiplan S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607049-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Francisco Thome - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0607067-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Edinelzo Cruz de Lima e outro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607082-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Anderson Ortiz Granja de Souza - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607181-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nely Monteiro Batista da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0607496-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrielle dos Santos Silva - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0607563-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Pinto Paiva - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CAROLINA RODRIGUES MAIA DA SILVA PERES (OAB 12514/AM), ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO DE SOUZA (OAB 7760/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0607719-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Edirley de Medeiros Castro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607798-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jose Orestes Valente - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607835-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ruth Barbosa de Freitas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JONATAS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14122/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607853-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Martins de Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0607976-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Gilcelly Guimarães de Andrade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes

para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0608022-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Zuneides Patrocinio da Silva - REQUERIDO: Oi Telemar Leste S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: TAYZA REIS MEIRELES (OAB 14059/AM) - Processo 0608072-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paula Guimarães Rofrigues - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0608119-72.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0608270-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Moises da Costa Silva - Me - REQUERIDO: Itau Unibanco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608406-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jucivânia Lopes da Gama - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608462-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Bianca Porto de Souza - REQUERIDO: Vivo S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0608553-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jhoycynnara da Silva Fernandes - REQUERIDO: Vitória Regia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608563-08.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0608634-78.2015.8.04.0015 - Procedimento Sumário - Pagamento - REQUERENTE: J. C. Viagens e Turismo Ltda - LISTPASSIV: SELMA CARVALHO ZANIRATO MAIA - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: THAISE ABREU DA SILVA (OAB 5734/AM) - Processo 0608776-43.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Angela Lemos Pimentel - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608875-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Narcisa Silva dos Santos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0609099-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Leonardo da Silva dos Santos - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em atenção à petição de fl. 107, verifico que não houve julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte autora, razão pela qual determino a remessa dos autos à Eg. Turma Recursal.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0609247-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Nonato Sousa das Chagas - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0609258-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Fabrine Bacelar de Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0609672-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leigh Gabriel Portugal Moss - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0609849-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Mirtes Ferreira Gonçalves - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0609987-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610119-79.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM), ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0610479-14.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: FRANCISCO ERNESTO COÊLHO JUNIOR - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 290/292, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. EXPEÇA-SE alvará judicial do valor depositado às fls. 308/310, em favor da parte autora. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0610875-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J.L.M.R. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: HARRISON LIMA DE OLVEIRA (OAB 10132/AM), ADV: ROBSON OCHIAI PADILHA (OAB 381341/SP) - Processo 0610950-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giovanni Moreira de Sousa - REQUERIDO: Tlm Produções Artísticas Ltda (Top Link Music) - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611121-79.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Em atenção a petição de fl. 34, proceda-se a alteração no cadastro incluído o novo endereço indicado pela parte exequente. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: “A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)”. CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 10/12/2019 às 12:45h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0611517-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marli Saraiva de Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "OLÉ BONSUC.CARTAO", COD 5886, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 88, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 142.032-1B, o desconto pertinente a sigla "OLÉ BONSUC. CARTAO", COD 5886. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Julgo improcedente o pedido de dano material. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0611541-89.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO S/A e outro - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: CECÍLIA DA SILVA PEREIRA (OAB 14743/AM) - Processo 0611573-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Christiano Costa Novo de Sena e outros - REQUERIDO: Brc Automoveis de Aluguel Ltda - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0611920-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Joelson da Fonseca Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 93 (autos apenso), para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 159.426-5A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Julgo improcedente o pedido de dano material. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0611986-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jackson Macedo da Silva - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0612122-70.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0612347-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gabriel Marques Cunha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 STJ). Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$10.955,80(dez mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão", COD 5887. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à f. 79, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 186.458-0 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão", COD 5887. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0612666-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE:

Ivanete Reis Rodrigues - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "OLÉ BONSUC.CARTAO", COD 5886, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 64, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 007.614-7C, o desconto pertinente a sigla "OLÉ BONSUC. CARTAO", COD 5886. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Julgo improcedente o pedido de dano material. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0612978-68.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0613980-73.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0614049-71.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Marcelina Hipolito Carneiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "OLÉ BONSUC.CARTAO", COD 6132, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 52, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 109.796-2A, o desconto pertinente a sigla "OLÉ BONSUC.CARTAO", COD 6132. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Julgo improcedente o pedido de dano material. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0614237-93.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto - Da análise aos autos, verifico que a parte exequente indicou os novos endereços das partes executadas, conforme petição de fls. 31/32. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". CITE-SE as partes executadas para realizarem o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, cientes as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 12/11/2019 às 13:00h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação as partes executadas poderão apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestarem-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0614291-64.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Ana Maria de Castro Wanderley - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0614667-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Leila Miranda Pacheco - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora às fls. 443/451, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 451, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 164.561-7 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Julgo improcedente o pedido de dano material. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0614769-72.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de

15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0615451-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0615721-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jucemir Rosas Silva - Em razão do ajuste de pauta, fica a Conciliação REDESIGNADA para o dia 04/11/2019 às 13:15h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0615975-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0616099-36.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Franc de Melo Lopes e outro - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indique os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0616143-21.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - Em atenção a petição de fl. 47, CITE-SE a parte executada no novo endereço indicado, para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação foi designada para o dia 11/12/2019 às 12:15h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0616786-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Iolanda Vasconcelos Afonso - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617656-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 924, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0617711-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Salvandir Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e outro - Em atenção a petição de fl. 308, verifico que foi informado o novo endereço da parte ré Assurant, proceda-se a alteração no cadastrado. Dito isso, fica a audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 10/12/2019 às 12:30h. Cite-se. Intimem-se.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0618809-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0618812-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Terrestre - REQUERIDO: Solimões Transportes de Passageiros e Cargas Ltda (eucatur) - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0618955-07.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: M. de F. Gonçalo da Silva - Posto isso, julgo extinta a presente execução nos termos do art. 53, §4º da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada. Como forma de possibilitar e garantir futura execução do crédito, haja vista a não localização do veículo bloqueado nos autos, conforme certidão do Oficial de Justiça, determino a manutenção do bloqueio de fl.52, consoante autoriza o art. 139, inciso IV do CPC, até o exaurimento do prazo prescricional da execução, nos termos da Súmula 150 do STF. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0619050-66.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Em atenção a petição de fl. 27, CITE-SE a parte executada no novo endereço indicado, para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação foi designada para o dia 11/12/2019 às 12:30h, sendo obrigatório o comparecimemento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: PEDRO ROBSTON QUARIGUASI VASCONCELOS (OAB 15700/CE), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0619082-08.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Monik de Lima Amazonas - EXECUTADO: Aguiar Comércio e Representações de Móveis Ltda (Raiuga Móveis e Decorações) - Ante o pagamento de fls. 69/70, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor transferido, indicado às fls. 69/70, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0619370-19.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra Village - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0620577-87.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Study Vacation Operadora de Viagens e Turismo Ltda - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0620583-60.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620683-15.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0620835-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marialvo de Souza Tavares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620891-96.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDVAR DA SILVA NUNES JUNIOR (OAB 13068/AM) - Processo 0620919-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Renata Moreira de Souza - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0621632-73.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 924, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621903-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e outro - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM), ADV: PAULO RAFAEL FENELON ABRÃO (OAB 20694/GO), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0622795-25.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Emanoel da Silva - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Technos da Amazonia Indústria e Comércio S.A. - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0623198-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Carlos Aurelio Barbosa de Souza - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0623398-30.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: C.F.J.E. - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0624482-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antonio Batista da Silva - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0624549-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Barcelona - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0624551-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eneida Maria Tavares Albuquerque - Da análise aos autos, verifico que a parte autora/recorrente não logrou êxito em comprovar que faz jus aos benefícios da justiça gratuita, não sendo suficiente a simples declaração consoante Enunciado n. 116 do FONAJE, indefiro o

pedido de justiça gratuita. Intime-se a parte recorrente para efetuar o pagamento das despesas legais previstas no parágrafo único do art. 54 da Lei n. 9.099/95, no prazo legal de 48 horas, conforme determina Enunciado n.115 do FONAJE.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0624746-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Antonia Maria Nazare Alencar - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624757-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Graziela Felipe da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0624930-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ilzete Marques Dacio - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0624936-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Lorena Campos Serra - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0624945-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dorli Santos Schiochet - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0624955-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: G.M.S. - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0624985-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Robson Rozendo Rodrigues - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0625003-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Kaio Jorge Ladislau de Magalhães - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0625033-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Waldiney Albuquerque Siqueira - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC,

in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0626058-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0629547-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João das Chagas Gomes da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$10.000,00 (Dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 3.165,12 (três mil, cento e sessenta reais e doze centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Aline Laredo Pinto (OAB 4187/AM)
AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES (OAB 32111/CE)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andreza da Costa Paes (OAB 12353/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Carolina Rodrigues Maia da Silva Peres (OAB 12514/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Cecília da Silva Pereira (OAB 14743/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Pereira de Oliveira (OAB 3990/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edvar da Silva Nunes Junior (OAB 13068/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabriel Amâncio da Silva Santos (OAB 14123/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Harrison Lima de Olveira (OAB 10132/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Lívero (OAB 171859/SP)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonatas Pereira de Oliveira (OAB 14122/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Laísa Grazia Lima Martins (OAB 8064/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)

Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos Branco da Silva (OAB 25377/RS)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manuel Luis da Rocha Neto (OAB 7479/CE)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Jesus P. Pinheiro (OAB 10968/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Maurílio César Nunes Brasil (OAB 4201/AM)
Mônica Araújo Risuenho de Souza (OAB 7760/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Paulo Rafael Fenelon Abrão (OAB 20694/GO)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Pedro Robston Quariguasi Vasconcelos (OAB 15700/CE)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Rafael Fondazzi (OAB 58844/PR)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rebekah Pessoa Reis Aguiar (OAB 18454/MS)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renata Oliveira de Souza (OAB 12730/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Robson Ochiai Padilha (OAB 381341/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sinamor Bezerra Lopes (OAB 5757/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tayza Reis Meireles (OAB 14059/AM)
Thaise Abreu da Silva (OAB 5734/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0143/2019

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600868-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Sérgio Mota da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento de R$ 1.500,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Cancela-se a concessão da gratuidade judicial, posição que pode ser revista se demonstrada a incapacidade do requerente de arcar com as custas desta demanda. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608073-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliane Sabrina Lima Caxias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/10/2019 às 09:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608122-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Arleson Moraes de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/11/2019 às 13:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608122-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Arleson Moraes de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/11/2019 às 13:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608250-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Angela Maria dos Santos Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/11/2019 às 09:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608286-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mauro Afonso Gomes da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/11/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608299-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Francenilda Pereira dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/11/2019 às 13:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608410-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elivane de Araujo Gomes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/11/2019 às 10:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0608498-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rarissa Carvalho da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/11/2019 às 13:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608522-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nune - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 10:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608658-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Ribeiro de Almeida - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 08:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608689-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Agda Nasser Souza Lemos El Hosn - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 09:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608702-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Erlane Duarte Parintins - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0608767-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Fatima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 17/10/2019 às 11:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608834-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Altamira de Araujo Viana - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 10:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608837-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valdenor Silva de Freitas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 10:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608967-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Vanderlei Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608969-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações -

REQUERENTE: Paulo Vanderlei Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608970-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Paulo Vanderlei Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608974-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Paulo Vanderlei Ferreira Cavalcante - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608975-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Paulo Vanderlei Ferreira Cavalcante - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608992-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Afranio de Souza One - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 10:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0609027-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Amarildo Vilhena do Nascimen - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia

15/10/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609051-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luanna Karen da Cunha Bezerra - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/11/2019 às 13:45h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609076-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vanessa Santos de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 13:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609093-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Paulo Jorge Rodrigues Machado - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 13:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609094-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Americo da Costa Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 12:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609094-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Americo da Costa Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 12:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-

7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0609096-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Dores Melo Sampaio - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 11:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0609130-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aucelia Bezerra de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 12:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609145-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francinilce Souza da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 12:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0609165-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Edmar Pereira dos Reis - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 11:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0609189-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliana Maria da Silva de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 12:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-

7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609193-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ronilson Cartilho de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 13:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609200-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Neuza Rodrigues dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/11/2019 às 13:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0609226-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosa Mira Azevedo Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/10/2019 às 11:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 02 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº:0601682-12.2016.8.04.0092 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Raimundo Alves de Olanda Requerido:Luiz Mourão Filho O Dr. Luiz Pires de Carvalho Neto, MM. Juiz de Direito Titular da 14ª Vara do Juizado Especial Cívelda Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, LUIZ MOURÃO FILHO, CPF 006.638.912-72, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, tomar conhecimento da penhora on line, do veículo de placa-NPA-9860, marca/toyota/hilux-CD 4x2-SR, ano 2009/2010, que se encontra bloqueado por este Juízo, como parte executada, apresentar impugnação ao bloqueio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando, será expedido o mandado de busca e apreensão, Eu, Rógenes Bezerra de Menezes, Consultor Especial o digitei,

e Eu Cristiane Padilha Cairo, Escrivã(o)/Secretária, o conferi. Manaus,26 de agosto de 2019. (M457). Manaus26 de agosto de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº:0600544-10.2016.8.04.0092 Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:CONDOMÍNIO 02 - VILLA JARDIM TORQUATO - CONDOMÍNIO AZALEIA Requerido:GLEICY JEANNE BEZERRA MARTINIANO O Dr. Luiz Pires de Carvalho Neto, MM. Juiz de Direito Titular da 14ª Vara do Juizado Especial Cívelda Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, GLEICY JEANNE BEZERRA MARTINIANO, CPF 493.032.102-63, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, devendo a parte requerida apresentar impugnação a penhora on line, via RENAJUD, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando impugnação será expedido o mandado de remoção, do veículo de placa PHB-8661, modelo chevrolet prisma, 1.4conforme despacho que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. Eu, Rógenes Bezerra de Menezes, Consultor Especial o digitei, e Eu Cristiane Padilha Cairo, Escrivã(o)/Secretária(o), o conferi. Manaus,20 de agosto de 2019. (M457). Manaus20 de agosto de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM) - Processo 0201044-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: RONALDO LIMA DOS SANTOS - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus (Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistencia à Saude) - Unimed Fama - Federação das Unimeds da Amazônia - FED. DAS SOC\> COOP. DE TRAB. MED. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda em relação ao Réu Unimed Fama, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM) - Processo 0604076-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Micaela Concepcion Gonzales Uribe - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado os débitos decorrente do contrato de cartão de crédito consignado objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 1.998,23 (mil novecentos e noventa e oito reais e vinte e três centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SESEG para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG CARTÃO CRED sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604694-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Breno Silva de Almeida - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0604883-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Claudiane Oliveira Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) CONDENAR o Réu da repetição de indébito no valor de R$ 9.155,52 (nove mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), incindindo-se oficial e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo 0605779-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Maria Olívia dos Reis Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedido da inicial, proferindo sentença com base noa rt. 487, I do CPC.

ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0608130-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maryeda Gomes Pontes - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo Sentença com base no art. 487, I do CPC. Determino a exclusão do polo passiva da Concessionária América Ford Manaus, tendo em vista que não foi devidamente citada.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM) - Processo 0610672-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Dalete de Oliveira Sampaio - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado o empréstimo ; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 5.265,94 (cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0612053-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Simone Barbosa Assam - REQUERIDO: Banco Bradesco

Financiamentos S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM) - Processo 0612723-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Roberta Kalliny Afonso Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os seguintes pedidos da inicial: a) DETERMINAR ao Réu o cancelamento imediato do parcelamento do saldo devedor referente às faturas objeto desta demanda, sob pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais) por cada cobrança indevida, sem prejuízo da restituição dos valores; b) CONDENAR o Réu a restituição simples do valor de R$ 232,86 (duzentos e trinta e dois reais e oitenta e seis centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação. JULGO IMPROCEDENTE os pedidos de obrigação de fazer e de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: MÁRYKA LUCY DA SILVA MENDES (OAB 9560/AM), ADV: DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM) - Processo 0613399-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0615112-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Suzane dos Santos Fárias - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado os débitos decorrente do contrato de cartão de crédito consignado objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 4.834,82 (quatro mil,oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SESEG para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título BMG CARTÃO CRED sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0615774-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Heleny Cristina Muneymne - Helida Valéria Muneymne Telles - REQUERIDO: Air France/klm S.a - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0617287-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jurandina Maria Ferreira Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR quitado o emprestimo ; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 1.452,59 (mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autora a título de BMG Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA) - Processo 0617343-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joia de Melo Cruz - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0617748-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joia de Melo Cruz - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0617930-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nilza da Cunha Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ANDREY KAWAMURA FELIPE (OAB 9685/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0618345-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: C. K. K. Felipe Eireli - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM) - Processo 0618946-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rafael Alencar Rezende - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0618957-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jefferson Saboia de Oliveira - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0619053-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristovão Manuel Ramos Ribeiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0619064-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jeocelio Lima de Sousa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 367876/SP), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0619764-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriene Grace Corrêa Bomfim - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE os embargos em comento a fim de retificar e incluir na sentença em seu dispositivo mandamental as seguintes determinações: Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial em relação à Ré Central Nacional Unimed para: a) DECLARAR inexistente qualquer débito vinculado aos planos de saúde de fls. 30, a contar da 03/11/2015; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de repetição de indébito, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. Determino à exclusão do polo passiva da empresa Unimed Manaus. As presentes modificações passam a integrar a sentença, mantendo-se incólume os demais termos.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0624313-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sônia Maria Brito de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada “CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS” ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0624432-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Neusimar Matos Pinheiro - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: ADNEY FERREIRA GAMA (OAB 4170/AM) - Processo 0624491-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Simone de Souza Guimarães - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0624861-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Nicole Nobre Antunes - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0626904-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Renovato de Miranda - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DETERMINAR ao Réu que se abstenha de realizar novos descontos no contracheque do Autor referente ao empréstimo objeto desta demanda, sob penha de multa de R$ 200,00 (duzentos reais) por cada desconto indevido, sem prejuízo da repetição de indébito; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da repetição de indébito no valor de R$ 273,30 (duzentos e setenta e três reais e trinta centavos), bem como de qualquer valor comprovadamente descontado no curso da ação, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar de cada desconto; c) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0626967-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jocimar Alves Chaves e outro - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Adney Ferreira Gama (OAB 4170/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Kawamura Felipe (OAB 9685/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 367876/SP)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Máryka Lucy da Silva Mendes (OAB 9560/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA) - Processo 0200608-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Zeiza Maria dos Santos - REQUERIDO: Zurich Minas Brasil Seguros S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO entre a parte Requerida e a parte Requerente que resultaram nos descontos indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de efetuar os descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$500,00 (quinhentos reais) por cada desconto até o limite de R$12.000,00 (doze mil reais). CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$238,80 (duzentos e trinta e oito reais e oitenta centavos) a titulo de danos materiais, valor este que deverá ser acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação. E, ainda, CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente na quantia de R$1.000,00 (hum mil reais) a titulo de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0200647-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0201833-94.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0600020-64.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Sonia Tavares do Amaral - Ante o exposto, reconheço a ocorrência de litispendência entre a presente ação e a de n° 0645953-54.2017.8.04.0001, termos em que julgo extinto o processo sem

resolução do mérito, com esteio no art. 485, V do CPC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0600111-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Adriana Lopes Pereira - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Posto isto, conheço dos embargos de declaração, provendo-lhes, para dar nova redação ao dispositivo da sentença: Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente o contrato entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$300,00 (trezentos reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$3.000,00. CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$1.117,80 a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; Julgar improcedente o pleito de indenização moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C. Quanto aos demais termos, mantenho a sentença tal como foi lançada. P.R.I.C.

ADV: JULIA SATIE MURAKAMI VILLAR (OAB 56215/BA), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM) - Processo 0600163-19.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Gr - Garantia Real Segurança Ltda. - Dessa forma, na forma do art. 485, III, do CPC, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito em razão do abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias. Sem custas e honorários advocatícios. Arquive-se. P.R.I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0600381-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Claudiane da Sila Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601268-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jessica Azevedo de Abreu - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Natura Cosméticos S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 250-252, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601271-54.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601555-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cleo Barbosa Lau - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial nos termos do artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR nulo o contrato de seguros entre a Requerida e a parte Requerente e, ainda; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia de R$ 451,20 a titulo de dano material, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação e; CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a titulo de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos.. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601572-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Giselle Costa Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, julgo pela extinção do processo, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, inc. VI, da Lei n° 9.099/95. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0601688-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roserval da Silva Pimentel - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM), ADV: ANA CRISTINA SERIQUE DOS SANTOS (OAB 11008/AM) - Processo 0601696-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristiane Batista de Aguiar - REQUERIDO: Astropay Brasil Ltda - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para CONDENAR o Requerido a pagar à Requerente, a título de repetição de indébito, o valor de R$500,00 (quinhentos reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda, e juros legais a partir da citação. Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei nº 9.099/95, salvo recurso. P.R.I.C.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0601765-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ednaldo Lima Teixeira - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: I DECLARAR INEXISTENTE os débitos contestados na presente demanda, que originaram a inscrição negativa entre Requerida e Requerente, bem como toda e qualquer dívida e encargos financeiros decorrentes do débito negativado. Como consectário lógico, DETERMINAR que a Requerida cancele os registros negativos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), até o

limite de R$10.000,00 (dez mil reais) II - CONDENAR a Requerida, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, caput, todos do CDC, pagar à parte Requerente a quantia de R$4.000,00 (quatro mil reais), acrescido de juros e correção monetária pelo INPC a partir desta data. Após o trânsito em julgado, aguarde-se manifestação da parte interessada, nos termos do artigo 523 e 524, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0601946-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vania Maria Avinte da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0601977-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Pereira de Souza Daniel - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE, rejeitando os pleitos autorais, na forma do artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Esta sentença deverá ser considerada publicada na data anunciada em audiência, a partir de quando iniciar-se-á a contagem do respectivo prazo recursal.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0602026-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio Ferreira da Silva - REQUERIDO: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.a. - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente o contrato entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$300,00 (trezentos reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$6.000,00 (seis mil reais). CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$813,60. a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C. Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio Juíza de Direito

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0602094-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Santana de Araujo - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0602109-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Júlia Rocha da Silva - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente o contrato entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$400,00 (quatro reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$4.000,00 (quatro mil reais). CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$810,80 a titulo de repetição do indébito já calculado em dobro, monta que deverá ser acrescida de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0602139-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jackson Nogueira da Silva - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos autorais. Condeno a parte Autora, a pagar 2% (dois por cento) de multa, custas processuais e 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, todos calculados sobre o valor corrigido da causa. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), intime-se a parte Autora para promover o pagamento da multa e custas processuais, no prazo de 15 dias, independente de requerimento da parte Ré. Em relação aos honorários advocatícios, a pretensão executiva deverá ser realizada nos moldes do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0602261-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Jorge Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial nos termos do artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR nulo os contratos de seguros entre a Requerida e a parte Requerente e, ainda; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia de R$174,35 a titulo de dano material, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação e; CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a titulo de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, desarquivem-se os autos e pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602271-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Jorge Soares - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente o contrato entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$811,80 a titulo de repetição do indébito já calculado em dobro, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária

pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0602275-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Joao Paulo dos Santos Viana - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil c/c artigo 14, da Lei 9.099/95, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485 do CPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Demais providências pela Secretaria.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0602383-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Daniel da Silva Pedroso - REQUERIDO: BradesCard S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos autorais. Condeno a parte Autora, a pagar 2% (dois por cento) de multa, custas processuais e 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, todos calculados sobre o valor corrigido da causa. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), intime-se a parte Autora para promover o pagamento da multa e custas processuais, no prazo de 15 dias, independente de requerimento da parte Ré. Em relação aos honorários advocatícios, a pretensão executiva deverá ser realizada nos moldes do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM) - Processo 0602412-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Riomar Rodrigues de Carvalho - REQUERIDO: Previplan Clube - Forte nessas razões, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos autorais, extinguindo o processo com resolução da matéria de fundo. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA (OAB 3387/PI) - Processo 0602447-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francilene Eulalia de Araujo Silva - REQUERIDO: Companhia Energetica do Piaui - Equatorial Energia S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO E INEXIGÍVEL o débito que originou a inscrição negativa entre Requerida Companhia Energetica do Piaui e a parte Requerente Francilene Eulalia de Araujo Silva. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida cancele os registros negativos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária astreintes de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). E, ainda, CONDENAR a parte Requerida Companhia Energetica do Piaui, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, “caput”, todos do CDC, pagar a parte Requerente Francilene Eulalia de Araujo Silva a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais. Esta indenização deverá ser acrescida de juros legais e correção monetária pelo INPC a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0602457-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roosihane Carla Magalhães Bernardes - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Homologo por sentença, com eficácia de título executivo, a transação celebrada entre as partes (fls. 93/94). Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54). P.R.I

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602465-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Jefeson Souza Brito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial nos termos do artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR nulo os contratos de seguros entre a Requerida e a parte Requerente e, ainda; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia de R$ 245,16 a titulo de dano material, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação e; CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a titulo de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação em fase de execução. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0602487-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marlucia de Oliveira Fernandes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Transitado em Julgado, Arquivem-se os autos Defiro os benefícios da gratuidade da Justiça. P.R.I.C.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0602491-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Pedro Vasques Lemos - REQUERIDO: Via Net - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO E INEXIGÍVEL o débito que originou a inscrição negativa entre Requerida Via Net e a parte Requerente Pedro Vasques Lemos. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida cancele os registros negativos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária astreintes de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). II - CONDENAR a parte Requerida Via Net, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, “caput”, todos do CDC, pagar a parte Requerente Pedro Vasques Lemos a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais. Esta indenização deverá ser acrescida de juros legais e correção monetária pelo INPC a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, desarquivem-se os autos e pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0602501-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Natalia dos Santos Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, para: I DECLARAR NULOS os contratos e INEXISTENTES os débitos contestados na presente

demanda, que originaram a inscrição negativa entre Requerida e Requerente, bem como toda e qualquer dívida e encargos financeiros deles decorrentes. Como consectário lógico, DETERMINAR que a Requerida cancele os registros negativos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$10.000,00 (dez mil reais) II - CONDENAR a Requerida, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, caput, todos do CDC, pagar à parte Requerente a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais), acrescido de juros e correção monetária pelo INPC a partir desta data. Após o trânsito em julgado, aguarde-se manifestação da parte interessada, nos termos do artigo 523 e 524, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0602552-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Carlos Alberto de Resende - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Transitado em Julgado, Arquivem-se os autos Defiro os benefícios da gratuidade da Justiça. P.R.I.C.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0602562-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Monica de Oliveira Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, com fulcro no artigo 487, II, do CPC, entendo pela prescrição trienal no tocante ao pleito material e, na forma do artigo 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0602650-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elza Batista Correia - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em razão do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602653-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimunda de Souza Fernandes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: I - DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar indevidamente o serviço de "Mora Cred Pess", no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). II - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$5.805,32 (cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta e dois centavos) a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária, pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; III - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0602777-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diego Pereira de Souza - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I - DECLARAR RESCINDIDO o contrato entre as partes, e INEXIGÍVEIS os débitos oriundos deste contrato. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de efetuar novas cobranças, relativas ao contrato apontado na presente demanda, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$300,00 (trezentos reais) por cada cobrança encaminhada indevidamente, estabelecendo o limite de 10 multas. II - CONDENAR a Requerida a pagar à parte Requerente a quantia de R$3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM) - Processo 0602779-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Suziany Santos Duarte - REQUERIDO: Motorola Mobility Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda e outro - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602859-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alcicleide Souza dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em razão do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. P.R.I.C.

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM) - Processo 0602937-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleiciene dos Santos Evengelista - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: I DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO e inexigível o débito que originou a inscrição negativa entre a Requerida e a parte Requerente. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que cancele os registros negativos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento. II - CONDENAR a Requerida , nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, caput, todos do CDC, a pagar à parte Requerente a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais. Esta indenização deverá ser acrescida de juros legais e correção monetária pelo INPC a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602952-59.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA

A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 15 de agosto de 2019

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603008-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Kleber Marinho da Silva - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, extinguindo o processo com resolução da matéria de fundo. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603042-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sheila Regina Dias dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para DECLARAR inexistente a dívida apontada na presente demanda, no valor de R$4.001,38 (quatro mil e um reais e trinta e oito centavos), bem como todo e qualquer encargo financeiro, dali oriundos. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que exclua/cancele os faturamentos relativos às cobranças realizadas até 30/04/2019, no prazo de 15 dias, sob pena de incorrer em multa astreintes de R$300,00 (trezentos reais) por cada cobrança indevida, até o limite de R$6.000,00 (seis mil reais). Na forma do art. 485, VI, do CPC, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o pedido de disponibilização do fornecimento de água na residência da Requerente. Improcedente o pleito de indenização por danos morais. Rejeito as preliminares suscitadas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Esta sentença deverá ser considerada publicada na data anunciada em audiência, a partir de quando iniciar-se-á a contagem do respectivo prazo recursal.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603081-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alice Pedrosa da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para: DECLARAR ANULADO O CONTRATO de cartão de crédito consignado entre a Requerida e a parte Requerente. Por consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que abstenha de efetuar novos descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto indevido até o limite de R$12.000,00 (doze mil reais); CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia de R$6.945,63 a título de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a contar da citação; e, ainda, CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0603190-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603263-79.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Igreja Batista Grande Vitoria - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0603507-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roberto Diniz Vieira Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: I - DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar indevidamente o serviço de "Mora Cred Pess", no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). II - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$12.147,34 (doze mil cento e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos) a titulo de danos materiais já computados em dobro, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; III - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603590-92.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jacsom Estevao Leal - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 14 de agosto de 2019

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0603946-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiane Figueiredo Ipi - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente a autorização para desconto entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$500,00 (quinhentos reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). CONDENAR a Requerida Banco Bradesco S.A. pagar à parte Requerente o valor de R$2.056,00 a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária (INPC) a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; E, ainda CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.

ADV: DIEGO MONTEIRO LUCENA (OAB 7427/AM) - Processo 0604973-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francinaldo

Arruda de Carvalho - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485 do NCPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Cumpra-se.

ADV: RUY GUILHERME BECHARA DE OLIVEIRA (OAB 13058/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM), ADV: LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM), ADV: CAMILLA MARIA CHAVES RIBEIRO (OAB 14379/AM), ADV: ELTON CARLOS DE ARRUDA SANTOS (OAB 12678/AM) - Processo 0605010-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Helena Marques da Silva - REQUERIDO: Laboratorio Santos e Vidal Ldta - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: MANTER as obrigações e efeitos da tutela de urgência até a entrega dos exames. E, ainda, CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT) - Processo 0605035-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcelo Ferreira dos Santos - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485 do NCPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Cumpra-se.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605209-57.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 15 de agosto de 2019

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0605506-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Wanderson dos Santos Machado - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c artigo 14, da Lei 9.099/95, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485, do CPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Demais providências pela Secretaria.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0605615-44.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nerileude Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Conheço dos embargos por estarem em consonância com o art. 48, caput, da Lei 9.099/95, e acolho-os para adequar o dispositivo com a motivação da sentença, passando o dispositivo a seguinte redação: Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação nos termos do artigo 487, do CPC, para DECLARAR inexistente a dívida que imputou à parte Autora a negativação nos órgãos restritivos de crédito, bem como todo e qualquer encargo financeiro, dali oriundos. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que retire a anotação desabonadora do nome da parte autora dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 05 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$5.000,00; CONDENAR a Requerida, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, "caput", todos do CDC, pagar à Requerente a quantia de R$4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de juros legais e correção monetária pelo INPC a partir desta data (Súmula 362/STJ). Quanto aos demais termos, mantenho a sentença tal como foi lançada. P.R.I.C.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0605625-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andreza Pereira dos Santos - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM) - Processo 0605666-55.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Daniel da Silva Neto - Jomarineida Gomes Viana - REQUERIDO: Wellington Cruz dos Santos - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Esta sentença deverá ser considerada publicada na data anunciada em audiência, a partir de quando iniciar-se-á a contagem do respectivo prazo recursal.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0606039-86.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Junio Gonçalves Pires - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.231/232 , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606254-96.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sônia Maria de Moura Vasconcelos Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Sem custas e honorários, salvo recurso. (art. 55 da lei 9.099/95) P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0606281-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARYKELLER DE MELLO (OAB 336677/SP) - Processo 0606301-02.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Luciana Costa Alves - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta

pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0606350-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Shirley Araujo Thomas - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM) - Processo 0606365-46.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Wellington de Sousa Silva - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação para CONDENAR a parte Requerida H A Serviços de Instalações e Manutenção Elétrica - Ltda - Me, nos termos dos artigos 186 e 927, do Código Civil, pagar à parte Autora José Wellington de Sousa Silva a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos materiais. Esse valor deverá ser acrescido de correção monetária (INPC) a partir do desembolso (14/08/2016) e juros a partir da citação (23/03/2019). CONDENAR os Requeridos a pagarem o valor de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0606365-80.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marisa de Souza Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0606416-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Veículos - REQUERENTE: Neuri Pereira da Silva - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0606426-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Milton de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0606504-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Antonio Marcos Silva do Nascimento - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0606809-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Clemerson de Sales - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: FRANCISMARA DA SILVA BASTOS (OAB 14381/AM) - Processo 0606893-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Giovanna da Sillva Vieira - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 5746/PA) - Processo 0606919-44.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luana Souza Ferreira - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: RAFAEL PENNINI NERY (OAB 13890/AM) - Processo 0606982-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zuleide Alves de Lima - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607029-77.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ilton Seixas Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0607207-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Larissa Meireles Bortoloto - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0607239-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria da Conceição de Souza Luz - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo

o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0607241-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izaira Lira Lima - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607313-22.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em razão do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. P.R.I.C.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0607352-19.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Geiziane Cidades Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0607581-42.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sandra Cardoso Silva - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM) - Processo 0607631-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Sandra Carlos Sapucaia de Souza - Jean Ferreira Andrade - Ex positis, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, com fundamento no Art. 485, IV, CPC. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607955-58.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Wanderlice Brasiliano da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0608071-98.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0608114-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilmar da Gama Pires - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput). É entendimento jurisprudencial pacificado de que as sentenças meramente homologatórias não necessitam ser fundamentadas, incluindo-se neste rol as homologatórias de composição entre as partes. ISTO POSTO, decido: 1) Homologo o acordo por sentença (fl. 236/237), com eficácia de título executivo (Lei n.º 9.099 de 26/09/95, art. 22); 2)Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, salvo no caso de descumprimento da avença; 3) Aguarde-se o cumprimento do acordo nos prazos estipulados; P.R.I

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608593-28.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 26 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: BENJAMIN DO COUTO RAMOS NETO (OAB 8483/AM) - Processo 0608986-50.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 14 de agosto de 2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0609040-79.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Robson Viana Paixao - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO E INEXIGÍVEL o débito que originou a inscrição negativa entre Requerida Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) e a parte Requerente Robson Viana Paixao. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida cancele os registros negativos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária astreintes de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). II - CONDENAR a parte Requerida Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A), nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, “caput”, todos do CDC, pagar a parte Requerente Robson Viana Paixao a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais. Esta indenização deverá ser acrescida de juros legais e correção monetária pelo INPC a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, desarquivem-se os autos e pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo

0609185-38.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Manoel Peres Loureiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: I - DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar indevidamente o serviço de "Mora Cred Pess", no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). II - CONDENAR a Requerida a pagar à parte Requerente o valor de R$17.803,53 (dezessete mil, oitocentos e três reais e cinquenta e três centavos) a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária, pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; III - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM) - Processo 0609415-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Derivaldo da Silva Montinegro - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609471-50.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609519-09.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 16 de agosto de 2019

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609752-06.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alzenor Bento Coelho - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609757-28.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 15 de agosto de 2019

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0610004-09.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lea Cristina Batalha Ramires - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: OLGA DE NAZARÉ DIAS DA SILVA (OAB 6758/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0610091-09.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: M.P.O. - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a título de danos materiais em sua forma simples, na quantia de R$2.579,42 (dois mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), acrescido de correção monetária (INPC) a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação. II - CONDENAR a Requerida pagar à Requerente na quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0610673-62.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 15 de agosto de 2019

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610678-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 15 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0610679-69.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 15 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0611013-06.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alcides dos Santos Fernandes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 07 de agosto de 2019

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB

911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0612414-40.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: John Henrique Lima Vasconcelos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isso posto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Esta sentença deverá ser considerada publicada na data anunciada em audiência, a partir de quando iniciar-se-á a contagem do respectivo prazo recursal.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0612414-40.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: John Henrique Lima Vasconcelos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0612576-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Neida da Rocha Cidade - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Cristina Serique dos Santos (OAB 11008/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Benjamin do Couto Ramos Neto (OAB 8483/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Camilla Maria Chaves Ribeiro (OAB 14379/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Cristiano Gonçalves Pires (OAB 10755/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diego Monteiro Lucena (OAB 7427/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Elton Carlos de Arruda Santos (OAB 12678/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 5746/PA)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francismara da Silva Bastos (OAB 14381/AM)
Frank Emerson Neves Abrahão (OAB 2352/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Julia Satie Murakami Villar (OAB 56215/BA)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)

Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Cardoso de Souza (OAB 3387/PI)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marykeller de Mello (OAB 336677/SP)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olga de Nazaré Dias da Silva (OAB 6758/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
Rafael Pennini Nery (OAB 13890/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Ruy Guilherme Bechara de Oliveira (OAB 13058/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0200976-53.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: DUZANA AMORIM BARROS - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 114). Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0201735-12.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Alex Wandson Pinheiro Alencar - REQUERIDO: VEGA MANAUS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA (VEGA MANAUS TRANSPORTE) - LITSPASSIV: Global GNZ Transportes Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte aos autos os cálculos referentes aos valores executados, sob pena de indeferimento.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0600247-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ruth Colares dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$4.488,35, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0600931-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Natividade Girão Salazar - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$2.908,38, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0601038-23.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: I DECLARAR INEXISTENTE o débito de recuperação de consumo no valor de R$5.114,87 que originaou a inscrição negativa entre Requerida e a Requerente , bem como toda e qualquer dívida e encargos financeiros. II - CONDENAR a Demandada , nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, “caput”, todos do CDC, pagar à parte Autora a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescido de juros e correção monetária pelo INPC a partir desta data. II - CONDENAR a Demandada, nos termos dos artigos 6º, VI do CDC, a pagar à parte Autora a quantia de R$ 627,70 (oito mil reais), acrescido de juros e correção monetária pelo INPC a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), aguarde-se manifestação da parte interessada, nos termos do artigo 523 e 524, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intimem-se, se não tiverem sido intimados em audiência. Cumpra-se.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0601038-23.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Josias Ferreira Cavalcante - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$9.657,96 , nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0601209-89.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Lucia Arcos de Carvalho - Indefiro o pedido de fls. 296/327, pois o período pleiteado não foi objeto de análise do caso dos autos. Logo, a eventual restituição destes valores devem ser requeridas em uma nova demanda. Intime-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0601225-43.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Jose Sá Braga - Intime-se o requerente para se manifestar acerca da petição da parte requerida às fls. 155/159, no prazo de 5 (cinco) dias. Transcorrido o prazo, voltem os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0601231-38.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

- REQUERIDO: Telefônica Brasil S.a - Telefonia Móvel Celular -stfc - De ordem, expeça-se alvará referente ao valor incontroverso depositado pela parte requerida (fls. 178). Diante do requerimento do Exequente às fls. 192/194, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 373,44, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0601916-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 138/139, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 10.558,71, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: ANTÔNIO TAVARES FERREIRA COSTA (OAB 6941/AM) - Processo 0602488-98.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: V. Marques Nobrega - EXECUTADO: Pessi e Pessi Ltda - Epp - Em petição de fl. 143, o exequente manifestar o desejo de adjudicar o bem penhorado de propriedade do executado (fl. 135). Pois bem, considerando que o bem do executado foi avaliado em R$ 45.000,00, e o crédito pleiteado é da ordem de R$ 23.606,35, deve o exequente pagar a diferença entre o valor do crédito e o valor do bem penhorado, conforme inteligência do art. 876, § 4º, I, do NCPC. Desta forma, intime-se o exequente para tomar as providências cabíveis, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0602861-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Eldvaldo da Conceição Lopes - CERTIFICA, nos autos que em virtude da falta de energia elétrica, a audiência pautada para esta data 02/09/2019, fica REDESIGNADA para o dia 11/10/2019 às 10:45h, devendo ser as partes intimada e citadas. O referido é verdade. Dou fé

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0603326-12.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: RAIMUNDA MARIA SERRÃO - LITSPASSIV: Banco Bomsucesso S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$5.697,21, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603498-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 10.014,15, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604268-44.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604870-98.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte requerida para tomar ciência do teor da certidão de fls. 471, no prazo de 5 (cinco) dias. Transcorrido o prazo, arquive-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0605183-25.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Valdelourdes Marques Martins, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$9.699,80, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0605610-56.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Kelle Almeida Maciel - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 76). Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606106-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vanessa Marques Patrício - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606111-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vanessa Marques Patrício - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0606190-86.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Turismo - RECLAMANTE: Thayana Fernandes de Araujo - Ana Maria Moreira da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0606608-92.2015.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: OFELIA NARA SILVA DO CARMO - REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADOS S/A - De ordem, INTIME-SE

a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 15.406,06, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0606951-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ronaldo Laurenio Pinheiro da Rocha - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0607022-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jucirene de Oliveira Matos - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0607563-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Ferreira de Freitas - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANCHISES GOMES LOPES (OAB 14526/AM) - Processo 0607565-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Anchises Gomes Lopes - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607566-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jesse Souza e Souza - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0607571-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Valcrisio de Macedo Sabba - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0607594-07.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Roselany de Oliveira Carioca - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607599-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Alcione Rodrigues dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (X) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607606-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Otavio Alves dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607612-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Otavio Alves dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0607670-02.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$.11.001,88, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0608755-23.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 175/176, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia remanescente de R$ 880,34, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0610099-39.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mario Barroso Monteiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$26.062,33, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0610959-40.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Mauro José Souza de Oliveira - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório,

INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos (fl. 68). Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0612568-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 222/223, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 8.779,58, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613718-74.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Naraze da Silva Cardoso Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, ante o trânsito em julgado da sentença, remeto os autos à fila de processos encerrados.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613718-74.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 181/182, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 25.648,99, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Anchises Gomes Lopes (OAB 14526/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Tavares Ferreira Costa (OAB 6941/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: JOÃO MARCOS CONCEIÇÃO BERNARDO (OAB 11883/AM) - Processo 0624201-13.2019.8.04.0015 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Injúria - QUERELANTE: Heloísa Oliveira Mendonça - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 04/11/2019 às 11:00h

João Marcos Conceição Bernardo (OAB 11883/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0606220-68.2019.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Injúria - QUERELANTE: Ana Maria da Costa Silva - S E N T E N Ç A Cuida-se, em tela dos crimes injúria e ameaça, (art. 140 e 147 do CPB), supostamente praticado por Francisca dos Santos Lopes Barros contra Ana Maria da Costa Silva. A querelante regularmente intimado, injustificadamente não compareceu à audiência. Em síntese, é o relatório. D E C I D O. Dispõe o art. 60, III do Código de Processo Penal: “Art. 60 - nas causas em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação pena. (...) III Quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais; (...). Isto posto, julgo perempta ação e por conseguinte extinta a punibilidade do querelada, nos termos do art. 60, III c/c o art. 107, IV do Código Penal Brasileiro. Sem custas. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Anotações devidas, dê-se baixa na distribuição. Manaus, 02 de setembro de 2019 Caio César Catunda de Souza

Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO II 1
TRIBUNAL PLENO 1
Intimações 1
Decisões 2
Pauta de Julgamento Designado 3
SEÇÃO III 3
CÂMARAS REUNIDAS 3
Intimações 3
SEÇÃO IV 3
CÂMARAS ISOLADAS 3
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 3
Conclusões de Acórdãos 4
Intimações 7
Pauta de Julgamento Designado 9
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 14
Intimações 15
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 55
Despachos 55
Decisões 55
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 56
Intimações 56
Decisões 56
Pauta de Julgamento Designado 56
Julgamento Virtual 57
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 58
Conclusões de Acórdãos 58
Intimações 60
Decisões 60
Julgamento Virtual 60
SEÇÃO V 61
CONSELHO DA MAGISTRATURA 61
Decisões 61
Julgamento Virtual 61
SEÇÃO VI 61
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 61
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 61
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 75
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 80
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 94
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 102
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 122
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 132
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 141
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 145
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 148
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 156
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 162
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 164
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 173
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 184
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 193
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 198
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 203
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 217
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 221
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 227
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 232
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 236
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 240
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 241
2ª VARA CRIMINAL 242
4ª VARA CRIMINAL 246
5ª VARA CRIMINAL 248
6ª VARA CRIMINAL 251
7ª VARA CRIMINAL 251
8ª VARA CRIMINAL 252
11ª VARA CRIMINAL 254
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 257
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 319
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 325
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 329
AUDITORIA MILITAR 334
3ª VARA DE FAMÍLIA 334
4ª VARA DE FAMÍLIA 337
5ª VARA DE FAMÍLIA 337
7ª VARA DE FAMÍLIA 338
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 339
3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 340
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 347
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 351
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 352
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 354
SEÇÃO VII 355
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 355
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 355
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 356
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 356
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 366
SEÇÃO VIII 366
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 366
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 366
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 369
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 376
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 378
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 384
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 393
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 396
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 398
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 398
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 399
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 399
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 412
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 420
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 423
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 437